

CONIMBRIGA

VOLUME LVIII • 2019

I
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

(Página deixada propositadamente em branco)

CONIMBRIGA

CONIMBRIGA

Revista de Arqueologia | Publicação anual
Revista com arbitragem científica | Journal with peer review
Indexada na Web of Science (Emerging Sources Citation Index)

DIRETORA

RAQUEL VILAÇA

SECRETARIADO EDITORIAL

JOSÉ LUÍS MADEIRA

CONSELHO DE REDAÇÃO

DOMINGOS DE JESUS DA CRUZ
HELENA MARIA GOMES CATARINO
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
MARIA CONCEIÇÃO LOPES
PEDRO C. CARVALHO
RICARDO COSTEIRA DA SILVA
VASCO GIL MANTAS

CONSELHO CIENTÍFICO

ALAIN TRANOY (Université de Poitiers)
ANA MARGARIDA ARRUDA (Universidade de Lisboa)
GERMÁN DELIBES DE CASTRO (Universidad de Valladolid)
JAVIER SÁNCHEZ-PALENCIA (Centro de Ciencias Humanas y Sociales, CSIC - Madrid)
JORGE DE ALARCÃO (Universidade de Coimbra)
LUÍS RAPOSO (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
MANUEL MARTÍN-BUENO (Universidad de Zaragoza)
MARTÍN ALMAGRO-GORBEA (Universidad Complutense de Madrid)
MÁRIO BARROCA (Universidade do Porto)
PRIMITIVA BUENO RAMÍREZ (Universidad de Alcalá de Henares)
TANIA ANDRADE LIMA (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
TRINIDAD NOGALES BASARRATE (Museo Nacional de Arte Romano)

DESIGN E EDIÇÃO DE IMAGEM

JOSÉ LUÍS MADEIRA

SECRETARIADO ADMINISTRATIVO

EUNICE DIONÍSIO

PROPRIEDADE

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA | INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

EDIÇÃO

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

IMPRESSÃO: Gráficasmares, Lda.

ISSN: 0084-9189 | ISSN Digital: 1647-8657

DOI: https://doi.org/10.14195/1647-8657_58

DEPÓSITO LEGAL: 93223/95 | ANO 2019

Todos os contributos (artigos e resenhas) devem ser submetidos através da plataforma Open Journal Systems (OJS)

no link <http://impactum-journals.uc.pt/login>

Toda a correspondência deve ser dirigida a:

CONIMBRIGA | INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA | PALÁCIO DE SUB-RIPAS

Rua de Sub-Ripas 3000-395 COIMBRA | PORTUGAL

conimbriga.revista@uc.pt

*Solicitamos permuta. On prie de bien vouloir établir l'échange.
Sollecitiamo scambio. We would like exchange. Tauschverkerhr erwünscht.*

UNIVERSIDADE DE COIMBRA | FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ESTUDOS EUROPEUS, ARQUEOLOGIA E ARTES

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME LVIII



IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

COIMBRA 2019

(Página deixada propositadamente em branco)

ANDRÉ TOMÁS SANTOS

Fundação Côa Parque; UNIARQ, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
ORCID: 0000-0001-9937-6523

e-mail: a.t.santos@sapo.pt

LUÍS LUÍS

Fundação Côa Parque; UNIARQ, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
ORCID: 0000-0002-1022-6367

e-mail: lsimoest@hotmail.com

THIERRY AUBRY

Fundação Côa Parque; UNIARQ, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
ORCID: 0000-0003-0071-3361

e-mail: thierryaubry@arte-coa.pt

ARTE DA SOMBRA: A ROCHA 7 DA FAIA (FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, GUARDA, PORTUGAL), UM EXEMPLO DE ARTE PALEOLÍTICA SOB ABRIGO NO VALE DO CÔA

THE ART OF THE SHADE: FAIA'S PANEL 7, AN EXAMPLE OF THE CÔA VALLEY UPPER PALAEOLITHIC SHELTERED ROCK ART (FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, GUARDA, PORTUGAL).

“Conimbriga” LVIII (2019) p. 5-45

https://doi.org/10.14195/1647-8657_58_1

RESUMO: Este texto debruça-se sobre a rocha 7 da Faia, um dos sítios que compõem o conjunto de arte paleolítica do Vale do Côa. Trata-se do segundo espaço parietal deste sítio criado durante o Paleolítico Superior, muito provavelmente durante o intervalo temporal compreendido entre o Gravettense e o Solutrense médio. Contrariamente à maior parte dos espaços parietais do Côa, este não se encontra ao ar livre, mas sob abrigo, em zona de penumbra. A

Conimbriga, 58 (2019) 5-45

composição que nele se encontra é constituída apenas por uma cervo e uma possível unidade gráfica não figurativa, ambas conseguidas por picotagem. Na primeira parte do texto serão descritos a metodologia de estudo, o sítio e a rocha em si. Ao longo dos capítulos 4 a 6 será discutida a importância da rocha nos contextos do sítio, do Vale do Côa e da arte paleolítica da Península Ibérica.

PALAVRAS-CHAVE: arte paleolítica; Vale do Côa; Faia; arte ao ar livre; arte sob abrigo.

ABSTRACT: The focus of this text is rock 7 of Faia, one of the sites of the Côa Valley with Palaeolithic rock art. Rock 7 is the second parietal space of the site that was created during the Upper Palaeolithic, most probably between the Gravettian and the middle Solutrean. It is the only panel of the Côa valley that was not engraved on the open-air, but under shelter, in a shaded zone. Only a hind and a possible non-figurative graphic unit were engraved, both obtained by pecking. In the first part of this text we describe the methodology of our study, the site and the rock itself. In chapters 4 to 6 we will discuss the importance of this particular parietal space in the context of the site, of the Côa Valley Palaeolithic rock art complex and the of the Iberian Palaeolithic rock art.

KEYWORDS: Palaeolithic art; Côa Valley; Faia; open-air rock art; rock art under shelter.

ARTE DA SOMBRA: A ROCHA 7 DA FAIA (FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, GUARDA, PORTUGAL), UM EXEMPLO DE ARTE PALEOLÍTICA SOB ABRIGO NO VALE DO CÔA

0. Introdução

O Baixo Côa é uma das regiões-chave do Noroeste ibérico para a compreensão da produção gráfica paleolítica europeia. Trata-se, como outras bacias hidrográficas desta região, de uma zona com uma importante concentração de sítios, mas dá-se aqui o caso especial da maior parte destes sítios se encontrar ao ar livre (FIG. 1). A distinção entre uma arte paleolítica ao ar livre absoluto e uma sob abrigo é aceite por muitos autores, embora esta distinção nem sempre tenha sido considerada (SANTOS, 2017, 50-53). Neste sentido, a rocha 7 da Faia é exemplo flagrante da necessidade de fluidez dos conceitos com que muitas vezes trabalhamos. De facto, fazendo parte de um importante complexo de arte ao ar livre absoluto, ela encontra-se em ambiente bastante menos iluminado do que o de certos painéis sob abrigo com arte paleolítica, como seja o painel do *porche* do abrigo de La Lluera 1, no vale do Nalón, nas Astúrias (FORTEA, 1989, 192).

A Faia é um sítio do Baixo Côa relativamente isolado dos demais, localizado a cerca de 7 km para montante dos mais próximos com arte pleistocénica (FIG. 2). Para além de uma segunda rocha com arte paleolítica, M. Reis refere ainda a existência de outras seis com dispositivos parietais que atribui à Pré-história Recente, e de dez com gravuras de cronologia histórica (REIS, 2012, 46-48). A primeira referência à arte rupestre do sítio aparece em 1994, sem que se mencione ainda o topónimo pelo qual é atualmente conhecida a estação (LEMOS, 1994, 146). De facto, neste texto, refere-se a existência de quatro abrigos ou superfícies rochosas com pinturas localizados entre os moinhos de Algodres e de Cidadelhe. Quer a localização dos painéis, quer

a sucinta descrição, permitem a sua identificação com algumas das superfícies atualmente inventariadas no sítio da Faia. Algumas destas pinturas poderão datar da Pré-história Recente, mas outras, como temos vindo a advogar, deverão ser atribuídas ao Azilense (AUBRY *et al.*, 2017).

A primeira descoberta de arte paleolítica no sítio dever-se-á a Manuel Almeida e João Félix, descoberta essa que é publicada por Nélson Rebanda em 1995 (REBANDA, 1995a, 14; 1995b, 12). Trata-se da rocha 6, cujo decalque, da autoria de Fernando Barbosa, virá a ser publicado por A. Martinho Baptista em 1999 (BAPTISTA, 1999, 156-157). A rocha 7, sobre a qual nos debruçaremos neste texto, foi identificada anos mais tarde por Manuel Almeida e João Félix e dada a conhecer por M. García e colaboradores (GARCÍA *et al.*, 2003, 181).

A rocha 7 encontra-se em zona de penumbra, em contexto abrigado sob um grande bloco. Este facto, aliado a outras particularidades do dispositivo, de que falaremos adiante, justificava a premência do seu estudo. Por outro lado, tratava-se do único espaço parietal pré-azilense do sítio que faltava estudar, sendo este estudo necessário, até para dissipar dúvidas quanto à identificação do tema aí presente. De facto, em alguns textos o animal aí presente aparece referido como um bovino (v.g. REIS, 2012, 48), surgindo em outros como cervo (GARCÍA *et al.*, 2003, 180; SANTOS, 2017, 261). Neste trabalho apresentaremos os resultados do nosso estudo e discutiremos alguns aspetos da arte paleolítica da Faia, e do Côa no seu conjunto.

1. Metodologia

A forma de registo adoptada para o estudo da rocha 7 foi o decalque direto. Temos consciência que hoje existem outros métodos (*laser scanning*, fotogrametria, RTI, etc.) cujos resultados, embora ainda não totalmente satisfatórios no que toca a superfícies gravadas por incisão fina, são bastante bons nos painéis essencialmente picotados e/ou abradidos. A utilização de qualquer um destes métodos justificava-se ainda pela própria volumetria do espaço parietal estudado. No entanto, a dificuldade do acesso ao sítio e as condições de trabalho no interior do abrigo levaram-nos a optar pelo decalque direto. Trata-se de um método altamente expedito e adequado aos objetivos deste estudo. Não poderíamos no entanto ignorar o problema da morfologia do espaço parietal,

razão pela qual se optou igualmente pela realização de duas secções do mesmo. O estudo foi ainda complementado pelo registo fotográfico, quer do decorrer dos trabalhos, quer da superfície estudada. Como a superfície a estudar e os traços se encontravam em boas condições de visibilidade, não se efetuou qualquer limpeza prévia.

Para a execução do decalque foi aplicada diretamente sobre a superfície a estudar tela de polivinilo transparente com uma espessura de 0,08 milímetros. Sobre ela registou-se, com caneta à prova de água de cor negra, o contorno dos sulcos gravados e a vermelho os atributos naturais do espaço parietal que julgámos mais pertinentes para a sua compreensão. Foram igualmente registadas na tela de polivinilo as duas secções efetuadas no campo. O facto do espaço parietal a estudar se encontrar em zona de penumbra permitiu o uso eficaz de iluminação artificial durante o dia. A fonte utilizada corresponde a um foco de *leds* com um valor de saída de 260 lux. Esta fonte foi-se deslocando, de forma a manter-se constantemente uma incidência rasante perpendicular sobre os traços a decalcar.

As duas secções foram desenhadas em papel milimétrico à escala 1:10. Como ponto 0 da dimensão Y foi definido um ponto da extremidade superior do painel.

As fotografias do interior do abrigo realizaram-se quer recorrendo-se à iluminação rasante, quer à direta. A primeira foi utilizada sobretudo para documentar detalhes do dispositivo, tendo-se reservado a segunda para as fotografias de conjunto.

Em gabinete, os decalques e secções foram vectorizados com programa informático de desenho e posteriormente reduzidos à mesma escala e integrados na mesma imagem.

À única unidade figurativa identificada foi atribuído, no seguimento do inventário da arte paleolítica do Côa por um de nós encetado (SANTOS, 2017, 98), o acrónimo Fa07-01¹.

Na descrição da unidade figurativa identificada, recorreremos à nomenclatura utilizada previamente (SANTOS, 2017, 98-100) e que resulta, no caso concreto, da adopção dos termos anatómicos e respetivos refe-

¹ Este acrónimo permite a identificação rápida do sítio de proveniência do motivo (Fa), o número da rocha onde se encontra (07) e a sua identificação nessa mesma rocha (-01). Refira-se que os critérios de identificação por nós utilizados na identificação das unidades gráficas já tinham sido utilizados por M. Varela Gomes na sua monumental obra sobre o Tejo (GOMES, 2010, vol. II, 280-305).

rentes topográficos e de direccionalidade, prescritos nos *Nomina Anatomica Veterinaria* (ICVGAN, 2012), assim como dos termos portugueses utilizados para as regiões anatómicas dos bovídeos (CID, 2001). Para a caracterização das diversas formas de perspectiva identificadas nesta figura, recorreremos aos termos propostos por A. Leroi-Gourhan (1984, 134-135).

O índice de corporal por nós calculado para a figura corresponde ao que propôs Lión Valderrábano para os cavalos (1971-33). A nossa aplicação deste índice aos restantes quadrúpedes deve-se ao facto de, como propuseram Alcolea & Balbín (2006, 37), pensarmos que ela poderá ser útil para uma comparação intraespecífica, tal como proposto por Aujoulat (1993). Na verdade, as análises estatísticas a que um de nós procedeu revelaram que o índice corporal é relevante para a caracterização de cabras-monteses (SANTOS, 2017, 156) e veados (*idem*, 160).

No espaço parietal estudado identificámos igualmente uma possível unidade gráfica não figurativa. A classificação daquela putativa unidade segue a tabela tipológica proposta pelos Sauvet & Wlodarczyk (1977), complementada por algumas adições (SANTOS, 2017, 105-106).

Neste trabalho apresentaremos ainda dois gráficos resultantes classificações hierárquicas ascendentes efetuada sobre os resultados de duas análises de correspondências múltiplas² levadas a cabo sobre um conjunto de cervas da submeseta norte, cuja integridade permitisse a sua manipulação estatística sem um grande número de valores em falta. Numa análise contou-se apenas com categorias morfológicas, tendo-se na remanescente incluído categorias técnicas. O índice corporal foi ainda incluído como variável suplementar. Para a prossecução das análises recorreu-se à linguagem R (R CORE TEAM, 2016), tendo-se utilizado os pacotes FactoMineR (HUSSON *et al.*, 2015) e missMDA (HUSSON & JOSSE, 2013). Os gráficos resultantes foram depois trabalhados em programa informático de desenho de forma a melhorar a sua leitura. Acrescentou-se ainda os valores corrigidos das inércias dos gráficos resultantes da análise de correspondências múltiplas, segundo as fôr-

² Sobre estes métodos, desde há muito utilizados em Arqueologia (e.g. BINFORD & BINFORD, 1966; RENFREW & BAHN, 1993 [1991], 185; LAYTON, 2009 [1992]), consultar DRENNAN, 2009, 267, 309-310.

mulas propostas por Benzécri (BENZÉCRI, 1979 *apud* ABDI & VALENTIN, 2007) e Greenacre (GREENACRE, 1983, *apud* ABDI & VALENTIN, 2007)³.

2. Enquadramento geomorfológico e arqueológico

Administrativamente, a margem esquerda do sítio da Faia, onde se encontra a rocha 6, situa-se no aro da extinta freguesia de Cidadelhe, concelho de Pinhel, e a margem direita, onde se encontra a rocha 7, está no aro de Vale Afonsinho, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Ambas as circunscrições integram o distrito da Guarda e a província da Beira Alta. O sítio encontra-se cartografado na folha 151 da Carta Militar de Portugal, escala 1:25.000, localizando-se a rocha 7 nas coordenadas geográficas 40° 54' 16,22'' N; 7° 05' 43,93'' O; altitude aproximada de 225 m. O painel 7 encontra-se integrado no Núcleo de Arte Rupestre da Faia/Vale Afonsinho, classificado como Monumento Nacional (Decreto n.º 32/97, de 2 de Julho, alterado pelo n.º 6/2013, de 6 de maio).

A Faia encontra-se no fundo de um canhão granítico embutido na Meseta ibérica, cujos limites ocidentais se localizam alguns quilómetros para oeste (FERREIRA, 1978, 81). O traçado rectilíneo e as fortes pendentes deste sector do Vale do Côa devem-se à interação da tectónica com o substrato geológico, que corresponde ao fácies do granito da ribeira de Massueime - Galegos (MEIRELES, 1997, 42; RIBEIRO, 2001, 30; AUBRY *et al.*, 2002, 71, fig. 9). Logo que o rio passa para os metasedimentos do Supergrupo Douro-Beiras, o curso do rio meandrizava-se e o vale tornava-se mais aberto, com algumas superfícies estruturais testemunhando a incisão fluvial (AUBRY *et al.*, 2010). As margens e o próprio leito do rio são, na Faia, acidentados e pontuados por blocos de granito rolados de grande tamanho (podendo ultrapassar os 5 m de diâmetro), o que dificulta a circulação humana neste sector do vale, levando-nos a supor uma frequência ocasional do sítio. Seria, no entanto, muito importante, ter mais pistas quanto ao regime hídrico do rio durante as diversas fases do Pleistoceno para avaliarmos com maior precisão esta questão.

³ Para uma enumeração e descrição das variáveis e categorias utilizadas nestas análises, consultar SANTOS, 2017, 130-132, 135.

O sítio da Faia integra o conjunto de sítios com arte paleolítica da região do Vale do Côa. Este conjunto não se distribui exclusivamente pelo Vale do Côa, estendendo-se também pelos vales do Douro e seus afluentes que se encontram na proximidade imediata da confluência do Côa com o Douro. Na bacia do Côa propriamente dita conhecem-se atualmente vinte e sete sítios, encontrando-se vinte e cinco deles dispersos pelos últimos oito quilómetros do vale. A Faia encontra-se algo isolada, a cerca de quinze quilómetros da foz. Dois últimos sítios encontram-se mais para montante, já no Alto Côa. Outros vinte e um sítios distribuem-se pelos vales tributários do Douro adjacentes à foz do Côa.

Por sua vez, o estudo da arte da Faia não deve ignorar o facto da arte paleolítica do Côa se integrar no conjunto mais vasto das estações coevas da submeseta norte e da zona portuguesa imediatamente a ocidente (FIG. 1). Esta integração cultural da região está atestada não só pelas características estilísticas da arte que se distribui por esta ampla região, como também pela distribuição das fontes de matéria-prima utilizadas na produção da indústria lítica identificada nos diversos sítios do Paleolítico Superior escavados do Vale do Côa (v.g. AUBRY *et al.*, 2012; 2016; SANTOS, 2017). O vale destaca-se por nele se distribuir a mais elevada concentração de sítios e dispositivos parietais da região referida acima.

A arte pleistocénica desta ampla região não é nem um conjunto morfoestilístico homogéneo nem é globalmente contemporânea entre si. De facto, as análises multivariantes realizadas sobre 170 dos seus cavalos (90 do Vale do Côa) e 143 dos seus auroques (117 do Vale do Côa) confirmam a existência de quatro fases morfoestilísticas, mas o mesmo tipo de análises efetuadas sobre 128 cabras-monteses (107 do Vale do Côa), 91 veados (72 do Vale do Côa) e 65 cervas (47 do Vale do Côa) apenas apontam para a existência de três (SANTOS, 2017, 136-164). O estudo da estratigrafia parietal das rochas com mais que uma classe representada, assim como o estudo geoarqueológico de sítios como a Canada do Inferno, demonstraram que estas classes se sucedem no tempo e que são, conseqüentemente, resultado de três ou quatro fases artísticas (SANTOS, 2017, 164-180). Provavelmente apenas se definiram três classes de cabras-monteses, veados e cervas, devido ao número mais reduzido dos seus efetivos por comparação com o número de auroques e cavalos.

As escavações no Fariseu permitiram precisar a atribuição cronocultural da fase mais antiga da arte do Côa. O estudo integrado das

estratigrafias parietal e sedimentar, complementado por uma análise morfoestilística revelou que toda rocha foi necessariamente gravada num tempo curto e antes de um episódio erosivo que se deu entre o Solutrense e o Magdalenense antigo (AUBRY, SANTOS & LUÍS, 2014). A hipótese destas figuras terem sido executadas durante o Gravettense é muito plausível, tendo em conta o achado de quatro picos na camada 3 da Olga Grande 4, datada por termoluminiscência de há cerca de 30.000 anos (AUBRY, 2001, 262). De facto, o estudo traceológico destas peças demonstrou que elas foram utilizadas para picotagem e abrasão de traços do mesmo tipo dos que definem as figuras mais antigas da região.

Já a fase mais recente é possível datar graças às suas semelhanças com a arte móvel descoberta durante as escavações da Quinta da Barca Sul (uma peça), Cardina (39 peças) e sobretudo Fariseu (89 peças). A maior parte destas peças, designadamente a da Quinta da Barca Sul (GARCÍA, 2009, 376-377) e as do Fariseu (SANTOS *et al.*, 2018) datam do Azilense recente (AUBRY *et al.*, 2017). Parte da arte móvel da Cardina, embora possa datar de um momento indeterminado entre o Solutrense médio e o Pré-boreal, deverá ser atribuída *grosso modo* a este último período, tendo em conta as semelhanças da maior parte das suas unidades figurativas com as do Fariseu (AUBRY *et al.*, 2015; 2017). A série do Fariseu, porque proveniente de um contexto estratigráfico muito bem datado, quer por radiocarbono, quer por luminescência, é o referente cronocultural por excelência para a arte rupestre desta fase.

As restantes fases não estão tão bem datadas, mas podemos afirmar que a segunda é necessariamente posterior ao episódio erosivo identificado no Fariseu, tal como demonstrado pela localização diferencial relativamente ao rio de determinadas rochas da Canada do Inferno (SANTOS, SANCHES & TEIXEIRA, 2015, 129; SANTOS, 2017, 184-185). A fase 3 é necessariamente anterior à fase 4, tal como se infere a partir do estudo da estratigrafia parietal de diversas rochas. Apenas a relação entre as fases 2 e 3 é mais imprecisa, tendo-se desenvolvido as duas entre o Solutrense superior e o Magdalenense superior (SANTOS, 2017, 251-253).

Para além dos sítios com arte rupestre identificou-se ainda uma série de sítios de ocupação do Paleolítico, tendo cerca de uma dezena deles sido escavados (v.g. AUBRY, ed., 2009). Estas escavações permitiram a construção de um faseamento da ocupação pleistocénica da região, que vai possivelmente de uma fase recente do Aurignacense (AUBRY *et al.*, 2018) ao Azilense (AUBRY, 2009, 348-356; AUBRY *et al.*,

2017) e a construção de um modelo de exploração anual do território por parte das comunidades humanas do Gravettense (v.g. AUBRY *et al.*, 2003; 2015). Assim, os sítios de Olga Grande 4 e Olga Grande 14, localizados no planalto granítico, foram interpretados como acampamentos de curta duração, ocupados após o degelo e relacionados com a caça e o tratamento das carcaças (v.g. AUBRY *et al.*, 2003). Já o sítio da Cardina, localizado no fundo do vale e caracterizado pela boa conservação das suas estruturas, nomeadamente duas de morfologia circular de grande dimensão (ca. de 5 metros de diâmetro), atribuíveis ao Gravettense, foi interpretado como um sítio relacionado com a fase de agregação sazonal de uma sociedade de caçadores-recolectores que viveria a maior parte do tempo cindida em diversos bandos de menor dimensão (AUBRY *et al.*, 2015, 24).

O estudo das matérias-primas revelou, por outro lado, a existência de contactos a grande distância entre o Côa, o litoral estremenho e o interior da Meseta ibérica (v.g. AUBRY *et al.*, 2012; 2016), o que, a par da grande concentração de arte rupestre e da sua particular estruturação relativamente aos pequenos sítios coevos do ocidente peninsular (SANTOS, 2017) autoriza a que olhemos para a região como uma zona de agregação não apenas de um grupo humano que a intervalos anuais se cinde e agrega, mas muito provavelmente de um conjunto de grupos daquele tipo que, provindo de grandes distâncias, se agregam a intervalos plurianuais, tal como se documenta num grande número de comunidades de caçadores-recolectores (Grupo 3 de BINFORD, 2001, 177).

3. Descrição da rocha 7

A rocha 7 corresponde à face norte de um afloramento granítico, que limita meridionalmente um espaço abrigado por um grande bloco, aberto a oeste, situado na margem direita do Côa. Localiza-se a cerca de 150 m para montante da rocha 6, que se encontra na margem oposta. O abrigo corresponde a parte de uma antiga marmitta turbilhonar (vulgo “de gigante”), correspondente a um nível antigo do curso do rio. O espaço deixado livre foi entretanto coberto por um bloco de grandes dimensões (Foto 1). O espaço parietal em causa encontra-se imediatamente à entrada do abrigo, no seu lado sul.

A face historiada caracteriza-se pela forma de campânula invertida, típica das marmittas. A sua origem conduziu ao elevado polimento

da superfície do granito, que se distingue das superfícies circundantes, tendo contribuído para a sua preservação. A irregularidade da superfície terá condicionado, pelo menos em parte, a construção da única unidade figurativa aí identificada (FIG. 3; FOTO 2). De facto, a cerva foi gravada na vertical, de forma paralela a um desnivelamento do suporte que se dá imediatamente para a esquerda e que acaba por definir o limite do espaço parietal propriamente dito. A pata dianteira, atirada para a frente, segue também esta orientação. A cabeça foi gravada em zona destacada relativamente à zona do painel onde se encontra o corpo, acabando por se conformar, de algum modo, à microtopografia dessa zona do espaço parietal, algo que é particularmente evidente na zona do bordo ventral da cabeça (FOTO 3). Esta utilização das características do suporte acaba por conceder volume à cabeça e destacá-la do corpo do animal (FOTO 2).

Toda a composição da rocha 7 foi conseguida por picotagem. Esta técnica está bem documentada, quer no Vale do Côa quer na Meseta. Nesta ampla região, foi possível identificar duas modalidades da picotagem, uma que dá origem a um sulco mais regular e outra que produz um sulco de perfil mais descontínuo (ALCOLEA & BALBÍN, 2006, 34; SANTOS, 2017, 107). A primeira modalidade designada como A (SANTOS, 2017, 107) é mais comum na fase antiga da arte da Meseta, ocorrendo a segunda modalidade (picotagem B) com mais frequência durante as fases 2 e 3 da arte paleolítica desta região (v.g. SANTOS, 2017, 166). A modalidade da picotagem identificada na rocha 7 da Faia é a A.

A unidade gráfica figurativa (Fa07-01) corresponde a uma cerva, inclinada de forma oblíqua para baixo e orientada para a esquerda. A cabeça apresenta um bordo dorsal com fronte convexa e chanfro reto; o seu bordo ventral apresenta ganacha e queixo convexos, encontrando-se ambos separados por barbada côncava; o focinho é espesso e ligeiramente convexo; no interior da cabeça observa-se boca linear e olho em forma de ponto; as duas orelhas são lineares e dispostas em perfil biangular oblíquo. O bordo cervical do dorso é ligeiramente convexo, o garrote é algo proeminente, o dorso reto e a garupa arredondada; a cauda é foliforme e a nádega convexa; o único membro posterior representado é definido por dois bordos sub-rectilíneos, paralelos entre si; o bordo ventral do corpo é de perfil irregular, sendo pouco proeminente. O bordo ventral do pescoço é convexo e o peito côncavo; o membro anterior encontra-se algo atirado para a frente, apresentando os bordos algo modelados, observando-se no caudal a distinção entre antebraço e

a canela e no cranial um ressalto que pode ser interpretado como o joelho do animal. O animal apresenta um índice corporal de 65,18.

Imediatamente atrás do garrote do animal e adossado ao seu dorso identifica-se uma unidade gráfica não figurativa da chave IXa. Esta unidade é conformada por um sulco picotado menos profundo que o que define a cervca (FOTO 4). Este facto, a par da evidente descontinuidade entre esta unidade e o dorso da cervca tornam pouco provável a hipótese de nos encontramos perante uma versão original do garrote do animal. Contudo, esta hipótese não pode ser completamente descartada, uma vez que esta descontinuidade é particularmente evidente entre o garrote do animal e a unidade gráfica que agora tratamos e mais ténue na sua ligação ao dorso do animal. Assim, se admitirmos que o bordo dorsal do animal foi realizado desde a cauda até à cabeça, podemos supor que após ter chegado ao limite cranial do garrote original, o gravador se tenha apercebido de posicionamento errado deste elemento anatómico, tendo em seguida gravado um outro na posição correta e reforçado o traço do dorso entre as extremidades do garrote que gravou primeiro.

A figura apresenta ainda critérios de animação. Enquanto o membro posterior se encontra ligeiramente inclinado para trás (c. 25°), o anterior posiciona-se a cerca de 90° da sua posição de suporte, totalmente estendido para diante. Estas características conferem uma animação à figura de tipo instantâneo, o tipo de animação mais comum no Vale do Côa e em toda a arte paleolítica (LUÍS, 2012, 71), inserindo-se na categoria de animação simétrica em extensão (LEROI-GOURHAN, 1992, 265). O baixo grau de extensão do membro posterior impede-nos de classificá-la dentro do chamado “galope voador”, que implica que os quatro membros estejam em extensão, tratando-se apenas, neste caso, de uma extensão dos membros anteriores, a fórmula mais comum da animação simétrica⁴.

⁴ O “galope voador” para além de raro na arte paleolítica “*est d’ailleurs pas pleinement caractéristique*” (LORBLANCHET, 1988, 311). De facto, por comparação com produções gráficas de outras culturas visuais (como animais e humanos da arte rupestres do Sahara e do Levante espanhol ou antropomorfos da arte rupestre australiana), as patas dos animais paleolíticos representados em “galope voador” encontram-se muito pouco estendidas. É, talvez, devido a esta pouca extensão relativa dos membros dos animais paleolíticos que Cremadès, admitindo a ocorrência do “galope voador” na arte móvel, defende a sua inexistência na arte parietal (CRÉMADES, 1993, 290).

A interpretação para este tipo de animação reside geralmente na locomoção, nomeadamente salto e galope. No Vale do Côa ela surge também frequentemente representada através de uma animação assimétrica, em figuras com os membros anteriores mais curtos, associados a uma extensão (LUÍS, 2012, 75). No caso vertente, a representação da figura com critérios de animação referidos e a sua implantação topográfica parecem sugerir o movimento do animal desde a fresta, entre o bloco e o limite da marmita, para o interior do abrigo.

4. A cerva da rocha 7 no contexto das representações pré-magdalenenses da Faia

O sítio da Faia é, como se disse previamente, constituído por dois conjuntos parietais: um composto pela rocha 6, na qual se distinguem duas composições distribuídas por dois espaços parietais, e o conjunto a que corresponde a rocha 7. Cada um destes conjuntos encontra-se separado por alguma distância e pelo próprio rio. Em anos normais, a travessia a pé enxuto só é possível no final do Verão. Esta clara divisão entre os dois conjuntos impele-nos a considerar a existência de duas zonas no sítio, entendendo-se por “zonas” áreas definidas de um sítio ou *locus* que, não se encontrando muito “distantes umas das outras, apresentam características topográficas, ou ao nível da organização, suficientemente distintivas para se poderem individualizar” (SANTOS, 2017, 95). Esta unidade espacial de análise revelou-se a mais indicada para estudar a organização da informação gráfica pelo sítio (*idem*, 272), sendo de crucial importância para a compreensão da arquitetura parietal dos mesmos, tal como definida por D. VIALOU (2004).

Ao nível da arquitetura parietal do sítio existem alguns aspetos que se destacam de forma muito clara. Assim, a zona na qual se encontra a rocha 6 dispõe de dois espaços parietais e de pelo menos três temas – auroque fêmea, cavalo e animal indeterminado – que se distribuem por uma composição monotemática (apenas com auroques fêmeas) e uma outra ternária (com auroque fêmea, cavalo e animal indeterminado). Na zona onde se encontra a rocha 7 apenas dispomos de uma composição monotemática constituída por uma cerva. Frente a este contraste temático, podem identificar-se outros. O mais evidente é o facto da rocha 6 se encontrar ao ar livre e a rocha 7 sob abrigo. A zona em frente da primeira comporta um número apreciável de pessoas

à sua frente (FOTO 5), enquanto que a visualização simultânea da cerva da rocha 7 é altamente restringida pelo espaço do abrigo. Finalmente, o contraste entre o caráter público da rocha 6 e o menos público da rocha 7 é evidenciado pela ocorrência de pintura a vermelho na rocha 6 e pela sua ausência na rocha 7, sendo que, neste caso, a ter existido pintura, ela ter-se-ia conservado muito melhor que na 6, encontrando-se o espaço parietal em causa muito mais protegido. Neste sentido, é de lembrar que a pintura a vermelho não se destacando particularmente nos xistos, é, contra os granitos, bastante mais visível que os traços resultantes de picotagem ou abrasão (LUÍS, AUBRY & SANTOS, 2015, 1344). Um outro contraste, evidente mas difícil de demonstrar que se deve a uma intenção clara, é o que opõe a superfície direita dos espaços parietais da rocha 6 à superfície ondulada da rocha 7.

Poder-se-á argumentar que estas diferenças de deverão a diferentes cronologias dos conjuntos parietais da Faia. Contudo, todas as evidências apontam para uma contemporaneidade da totalidade do dispositivo parietal do sítio. Relativamente a esta problemática, já se referiu que todo o conjunto deve ser atribuído a uma etapa final da fase mais antiga do Côa (SANTOS, 2017, 261). A posteridade da Faia relativamente à maioria dos sítios mais antigos do Côa já tinha sido, aliás, sugerida (v.g. BALBÍN & ALCOLEA, 2002, 155; BALBÍN, 2008, 54). A atribuição ligeiramente mais tardia da estação é sustentada pelas características das cabeças de fêmeas de auroque (Fa-06-01, Fa06-02, Fa06-04, Fa06-05, Fa06-06 e Fa06-07 do inventário de Santos, 2017) e do animal indeterminado da rocha 6 (Fa06-03), pelos paralelismos da composição 1 da rocha 6 com outra da Meseta atribuída a um contexto crono-cultural ligeiramente posterior da qual falaremos adiante, e pelas características da cerva da rocha 7 (Fa07-01) (SANTOS, 2017, 261).

Relativamente ao primeiro argumento, recordemos que as cabeças de fêmeas de auroque da rocha 6 não se apartam das cabeças de alguns auroques da fase 1, mas de igual forma não se distinguem grandemente das de auroques da fase 2, designadamente presentes na rocha 24 da Ribeira de Piscos (SANTOS, 2017, 261-262). Isto resulta da dificuldade em distinguir as classes 1 e 2 dos animais da submeseta norte apenas a partir das suas cabeças, refletindo-se na região o mesmo fenómeno identificado na arte móvel do Parpalló, série na qual a distinção entre os animais representados ao longo do Gravettense e do Solutrense só é possível a partir das características dos corpos e das relações destes com as cabeças (VILLAVARDE, 1994, 336-337; SANTOS, 2017, 210-211). Mas

as cabeças da Faia são sobretudo semelhantes às de auroques de Sampaio e de Redor do Porco. Estes, no mapa fatorial resultante da análise de correspondências múltiplas sem variáveis técnicas efetuada sobre os auroques da submeseta norte aparecem posicionados de forma curiosa: Sa01-04 é classificado como classe 2, sendo os restantes classificados como classe 1, mas encontrando-se fora da elipse respetiva (SANTOS, 2017, 262; vol. II, 506).

O animal indeterminado da rocha 6 já chegou a ser identificado como bovino ou capríneo (BAPTISTA, 1999, 155). Quanto a nós, preferimos não o identificar de forma cabal, mas antes apontar as semelhanças desta unidade gráfica com outras do Côa (v.g. a figura Pi02-11) ou mais do interior da Meseta, como é o caso da figura 4 do painel C da rocha 15 do Cierro de San Isidro (LEP, 1999, 82) ou a figura 1 do painel B da rocha 6 de Las Canteras (*idem*, 147), estações localizadas em torno da povoação de Domingo García. Neste sentido, convém lembrar que quer na rocha 2 da Ribeira de Piscos, quer nos sítios de Domingo García referidos, apenas se identificaram unidades gráficas das fases posteriores à 1 (SANTOS, 2017, 295, 350, 353).

O paralelo entre a composição 1 da rocha 6 da Faia e a do painel C da rocha 15 do Cierro de San Isidro (LEP, 1999, 82) parece-nos uma importante evidência da relação cultural entre ambas. Em ambos os casos dispomos de uma associação entre cavalo, auroque e um animal indeterminado. A semelhança entre as cabeças de auroque dos dois sítios e a entre as cabeças dos respetivos animais indeterminados são flagrantes. Pese o facto de no Cierro de San Isidro se observar na mesma composição partes de um cervídeo e de um prótomo de capríneo, o contraste entre as dimensões e acabamento destas últimas figuras relativamente às primeiras, autorizam-nos a interpretar estas três como o centro da composição. Como referimos acima, neste sítio apenas se identificam figuras das fases posteriores à 1.

Finalmente, detenhamo-nos um pouco mais sobre a figura da cerva que neste texto publicamos. Esta foi integrada em duas análises de correspondências múltiplas (com variáveis técnicas e sem variáveis técnicas) onde se encontram todas as cervas desenhadas da submeseta norte (GRAFS. 1 e 2). Estes gráficos são praticamente iguais aos seus equivalentes já publicados (SANTOS, 2017, vol. II, 527, 531). A única diferença, para além da do aparecimento da cerva agora estudada, ocorre apenas no mapa resultante da análise com as variáveis técnicas, onde se verifica a passagem de CI10-04 da classe 1 para a 3 e a de CI19-01 da

2 para a 1. Tratam-se de figuras muito provavelmente contemporâneas da classe 2 de auroques e cavalos, tal como é demonstrado pela reclassificação na análise sem variantes técnicas de CI19-01 como classe 2 e da localização de CI10-04 exclusivamente na elipse dos 95% da classe 2. O que importa reter destes gráficos é a classificação como classe 1 da cerva da rocha 7 da Faia, ora se localizando na periferia da elipse respetiva (mapa resultante da análise com variáveis técnicas), ora em zona partilhada das elipses das classes 1 e 2 (mapa resultante da análise sem variáveis técnicas). Tal resultado é compatível com uma atribuição da cerva ao final da fase artística mais antiga da submeseta norte, tal como proposto para os auroques. Como veremos no próximo ponto, esta cerva dispõe de atributos que a aproximam das representações destes temas da fase mais antiga, a par de outras mais características das fases mais recentes.

Em suma, temos algumas evidências que apontam para a sincronia global do dispositivo parietal, devendo valorizar-se os contrastes acima identificados entre as duas zonas como resultado de uma estruturação deste sector do vale no seio da qual ocorre uma oposição grande entre as duas metades do rio. A este assunto voltaremos adiante.

5. A rocha 7 da Faia no contexto da arte paleolítica do Côa

Algumas características da rocha 7 da Faia, pelo paralelismo que podemos encontrar em outros espaços parietais do Côa, merecem que lhes dediquemos alguma atenção. Começamos pelo que, quanto a nós, depois do facto de se encontrar sob abrigo, chama mais a atenção – o da integração da figura no suporte. Como se sabe, este fenómeno é muito comum nas grutas (v.g. VIALOU, 1991, 172-183; LORBLANCHET, 1995, 171-174; BAHN & VERTUT, 1997 [1988], 105-106). Em determinados sítios ao ar livre, como Siega Verde (ALCOLEA & BALBÍN, 2006) ou Poço do Caldeirão (BAPTISTA, 2004), alguns dos blocos de xisto previamente modelados por ação hídrica foram igualmente tidos em conta pelos gravadores desses sítios, condicionando a forma como as representações são expressas em termos gráficos nos suportes onde se encontram.

No Côa esta adequação do conteúdo ao suporte aparece-nos sob duas formas fundamentais. Uma primeira forma caracteriza-se pela disposição da figura no espaço parietal de forma a que o próprio suporte acentue a forma que se pretende denotar, sem no entanto se substituir à

necessária definição antrópica da figura; uma segunda forma prende-se com a participação ativa do suporte na definição da figura, podendo algumas das suas características substituírem a definição antrópica da figura representada. Exemplos da primeira forma são os motivos que utilizam a topografia do espaço parietal como volume corporal, ou os que utilizam diferentes planos de diáclases de um mesmo espaço parietal para representarem diferentes planos dos animais representados. Exemplos da segunda forma são aqueles que utilizam fissuras, fraturas ou limites dos espaços parietais como substitutos de elementos anatómicos que são geralmente gravados ou pintados⁵. Como exemplos da primeira forma, podemos referir os cavalos Pi01-01 da Ribeira de Piscos (BAPTISTA & GOMES, 1997, 307) e Fr01-64 do Fariseu (AUBRY, LUÍS & SANTOS, 2014, 263; SANTOS, 2017, vol. II, 181-182; 360, fig. 5.48). No primeiro caso temos a utilização da microtopografia da rocha para dar volume ao ventre do animal. No segundo caso temos a representação, em duas diáclases distintas, das duas faces de um cavalo retrospectivo, assim como a definição do bordo ventral do pescoço do animal ao longo do limite entre aquelas duas diáclases (Foto 6). Exemplos da segunda forma são os machos de cabra-montês Pn05-26 da Penascosa (BAPTISTA & GOMES, 1997, 346) e Fr01-38 do Fariseu (SANTOS, 2017,

⁵ Em texto recente, foi proposta a existência de 5 grupos de motivos que utilizam as características naturais dos suportes onde se encontram (FERNANDES *et al.*, 2017). Dois dos grupos (o dos motivos que utilizam fissuras e o dos que utilizam limites das rochas) são tidos como dois casos diferentes. Um terceiro grupo é composto pelos motivos que utilizam os volumes. Um quarto grupo é o dos motivos incompletos adjuntos a fissuras e limites dos suportes parietais. Trata-se de um grupo que nós contestamos porque a existência de figuras incompletas em zonas perfeitamente lisas é tão ou mais usual que a de figuras do mesmo tipo adjuntas a fissuras, só se podendo explicar a sobrevalorização de umas relativamente às outras num contexto explicativo “xamânico” (CLOTTE & LEWIS-WILLIAMS, 2001), contexto explicativo esse que não subscrevemos. O grupo restante refere-se motivos que, afinal, não denotam utilização das características naturais dos suportes, mas tão só que as rochas onde se encontram estariam nas mesmas condições que atualmente (?) (FERNANDES *et al.*, 2017, 10-11). Como se verá em seguida, este grupo deve ser, desde que sob a condição de que a diferentes planos correspondam diferentes elementos anatómicos, integrado na nossa primeira forma. Neste sentido, o exemplo do macho de cabra-montês (Pn05-20) dado pelos autores não pode ser retido, uma vez que as duas patas do animal representadas num plano diferente do corpo do animal, apenas o estão parcialmente, deixando-nos na dúvida quanto à intencionalidade por trás do resultado.

vol. II, 177; 360, fig. 5.48). No primeiro caso, uma fissura do suporte substituiu o bordo cranial do membro dianteiro; no segundo caso⁶, temos todo o perímetro da cabeça substituído pelo limite da diáclase onde se encontra o animal.

A cerva da rocha 7 da Faia deve ser entendida como mais um exemplo da primeira forma. Aqui, a figura foi disposta de uma maneira que possibilitou não só destacar a cabeça relativamente ao seu corpo, como também de proporcionar-lhe volume, o que é acentuado igualmente pela coincidência entre o bordo ventral da sua cabeça e a microtopografia do sector da rocha onde ela se encontra.

Outro aspeto importante da rocha prende-se com o seu carácter monotemático. A presença de cervas em composições monotemáticas é rara durante a fase pré-magdalenense do Côa, ocorrendo apenas na rocha 5 de Vale de Figueira (SANTOS, 2017, vol. II, 205). Já durante a vigência da fase 2 a presença de cervas isoladas verifica-se no espaço parietal F da rocha 5 da Penascosa (SANTOS, 2017, vol. II, 73) e nas rochas 19 da Canada do Inferno (fase 1 de gravação) (*idem*, 239-240) e 16 de Piscos (*idem*, 119). Refira-se, no entanto, que, contrariamente às cervas da fase 2 e da rocha 7 da Faia que se encontram completas, a de Vale de Figueira encontra-se reduzida à cabeça.

Embora as nossas análises de correspondências múltiplas integrem sistematicamente a cerva da rocha 7 da Faia nas classes 1 respetivas, também é verdade que as figuras que mais se aproximam da da Faia são unidades gráficas maioritariamente integradas na classe 1, pela análise com variáveis técnicas, e na classe 2, pela análise sem variáveis técnicas, como é o caso das cervas de duas das rochas acima referidas (CI19-01, Pi16-01, Pi16-02) e ainda de outra do Poço do Caldeirão, à qual voltaremos em seguida. Refira-se ainda a proximidade da cerva da rocha 7 da Faia a uma da rocha 24 de Piscos (Pi24-132 [SANTOS, 2017, vol. II, 162-163]) que em ambas as análises aparece integrada na classe 2. Mais uma vez, verificamos que a possibilidade da nossa cerva poder datar da etapa terminal da fase 1 é altamente provável.

Dentro da animação por instantâneo, a animação simétrica é a forma mais comum no vale, sobretudo por extensão dos membros an-

⁶ Identificado por um dos autores (T. A.) durante a escavação por si dirigida em 1999. Após ter sido chamado a atenção para este facto, outro dos autores (A.T.S.) utiliza a figura completada pela rocha em filme por si realizado, que se encontra exposto no átrio do Museu desde 2012.

teriores ou dos quatro (LUÍS 2012, 75). Dominam os cavalos (e.g. Fr05-01, CI16-10, Pn06-04, Pn04-06), mas surge também entre os auroques (CI03-02), cabras-monteses (Pn3-02, CI01-08), camurças (Fr01-22) e cervídeos (Pn05-01 e 09, Pn19-01, QB25-03). Nesta família, domina contudo a animação segmentar da cabeça em posição de brama, aplicada obviamente a machos. Também no Côa, nenhum dos exemplos apresenta um grau de extensão tão pronunciado como o da Faia 7.

Relativamente à arquitetura parietal da Faia, o sítio foi construído de forma a opor cerva a auroque fêmea. Recorde-se que a classificação hierárquica ascendente efetuada sobre a análise de correspondências das zonas da submeseta norte com arte rupestre da fase mais antiga, revelou a existência de cinco classes de zonas: uma formada pelas zonas dominadas pelas fêmeas de auroque, uma segunda formada pelas zonas onde o veado se destaca pela sua presença acima da média, uma terceira com zonas dominadas pelo cavalo, uma quarta constituída pelas zonas onde a cerva aparece em números acima da média e uma quinta formada pelas zonas nas quais as cabras-monteses aparecem em números acima da média e os restantes temas se distribuem de forma muito equilibrada (SANTOS, 2017, 374). As zonas que conformam esta última classe aparecem exclusivamente no Vale do Côa e sempre entre duas zonas de classes diferentes. A Faia corresponde também ao único dos sítios estudados em que duas zonas de classe diferente se opõem sem mediação de uma da classe 5 (*idem*, 376).

Se considerarmos, no entanto, que devemos tomar como unidades de análise as composições e não as zonas, o sítio pode ser descrito como uma composição monotemática conformada por cerva oposta a uma outra monotemática composta por fêmeas de auroque, entre as quais se encontra uma composição ternária composta por cavalo/ auroque/ animal indeterminado. Se este animal indeterminado, corresponder a um caprino, tal como foi já proposto (BAPTISTA & GARCÍA, 2002, 195), estaríamos perante uma variante muito próxima do esquema descrito no parágrafo anterior.

6. A rocha 7 da Faia no contexto da arte paleolítica peninsular

Ao nível da animação, a rocha 7 da Faia apresenta paralelos sobretudo em equídeos, como o cavalo “*sautant*” de Font-de-Gaume (CAPITAN, BREUIL & PEYRONY, 1910, pl. 7), um dos cavalos vermelhos de

Altamira (BREUIL & OBERMAIER, 1935, Lam. Va), ou em vários outros de Lascaux (LEROI-GOURHAN, 1992, 265; RUSINOWSKI, 1990, pl. 18 e 29). Mais perto da Faia, refira-se os cavalos das rochas 64 ou 89 de Siega Verde (ALCOLEA & BALBÍN, 2006, 148, 179) ou o cavalo do Poço do Caldeirão (Barroca, Fundão) (BAPTISTA, 2004). Sobre suportes móveis refira-se os cavalos de Laugerie-Basse, Limeuil ou la Madeleine (TOSELLO, 2003, n.º 5, 54 e 338). Em Lascaux surgem ainda felinos nesta posição (RUSINOWSKI, 1990, pl. 49, n.º 151 e 156). Os bovinos estão representados pelo exemplo de grande dinamismo do bisonte de Trois-Frères (BÉGOUËN & BREUIL, 1958, figs. 43 e 44; VIALOU, 1986, fig. 66). Entre os cervídeos com este tipo de animação, destaque-se o veado do painel 58 de Siega Verde (ALCOLEA & BALBÍN, 2006, 141) ou ainda alguns de Trois-Frères (BÉGOUËN & BREUIL, 1958, figs. 63 e 70), de Lascaux, (RUSINOWSKI, 1990, pl. 35, n.º 72) e de uma placa de xisto de Laugerie-Basse (TOSELLO, 2003, fig. 32, 6), embora se tratem de renas. Ainda em Siega Verde, refira-se cabra-montês da rocha 82 (ALCOLEA & BALBÍN, 2006, 171). Lembre-se também o animal fantástico da gruta de Tuc d'Audoubert, igualmente disposto na vertical, com a pata dianteira com uma extensão próxima dos 90º e a traseira com ligeira flexão (BÉGOUËN *et al.*, 2009, n.º 217), e que apresenta ainda grandes semelhanças com a figura da Faia sobre a qual nos debruçamos.

A excecionalidade da animação de Fa07-01 reside assim, não apenas na espécie animada, no grau de extensão, mas também na sua cronologia, denunciada estilisticamente, devendo anteceder todos os exemplos apresentados. A precocidade da animação, tanto nas categorias de instantâneo, como de decomposição, parece ser contudo uma das características da arte do Vale do Côa (LUÍS, 2012, 77).

Do ponto de vista morfoestilístico, a cervo da rocha 7 da Faia afasta-se da generalidade das representações deste tema que ocorrem na submeseta norte e do ocidente peninsular. Assim, nos mapas fatoriais que aqui apresentamos, a figura exterior ao Côa que, ainda assim, mais se aproxima da figura que aqui tratamos é a cervo da rocha 2 do Poço do Caldeirão. Esta figura integra composição monotemática composta por duas figuras originalmente interpretadas como cabras-monteses (BAPTISTA, 2004). Trata-se, quanto a nós, de representações de cervos, paralelizáveis sobretudo com figurações do mesmo tema do sul peninsular (SANTOS, 2017, 366-367; vol. II, 314, 404). Mais uma vez, refira-se que esta figura se integra ora na classe 1 (análise com variáveis técnicas), ora na classe 2 (análise sem variáveis técnicas).

Uma das características que mais chama a atenção na rocha 7 da Faia é a forma da sua cabeça que, em certa medida, devido ao espesso focinho, lembra uma cabeça de bovino. Se é difícil encontrar cervas com esta forma peculiar de cabeça, ocorrem, quer no Côa, quer na Meseta, desde logo em Domingo García, algumas figuras de cervídeos que, quer por se encontrarem por decalcar, quer por se encontrarem muito incompletos não foram integrados nas nossas análises. Entre estes refira-se vareto da rocha 31 da Quinta da Barca (SANTOS, 2017, 286-287) ou a cabeça de veado número 11 da rocha do Cierro de San Isidro (LEP, 1999, 74).

Mesmo no contexto da Península Ibérica é difícil apontar paralelos claros para esta forma específica de definir a cabeça. Ainda assim, as formas mais parecidas encontram-se na Cordilheira Cantábrica. Entre estas, refiram-se, por exemplo, alguns cervídeos de Altamira (BREUIL & OBERMAIER, 1935, 89), Covalanas (GARCÍA & EGUIZABAL, 2003, 49), mas sobretudo de La Pasiega (v.g. BREUIL, OBERMAIER & ALCALDE, 1913, Pls. VI, XIII, XVIII; GONZÁLEZ, 1964, Lams. Iib; BALBÍN & GONZÁLEZ, 1995, 306, fig. 13) onde inclusivamente foram registados motivos identificados como capríneos com cabeças muito parecidas com a de Fa07-01 (BREUIL, OBERMAIER & ALCALDE, 1913, 29). Mesmo em El Castillo existem algumas cervas com o focinho espessado, desde logo no painel dos polícromos (ALCALDE, BREUIL & SIERRA, 1911, Pl. LXXXIX).

Que só encontremos figuras paralelizáveis com Fa07-01 na região cantábrica não nos deve espantar. De facto, pelo menos a partir da fase 2 da sequência gráfica regional, os paralelos levantinos e meridionais para a arte rupestre da região começam a escassear, deixando mesmo de existir durante a fase 3 (SANTOS, 2017, 253). Por outro lado, os trabalhos mais recentes que temos vindo a desenvolver na Cardina atestam a vigência desta relação privilegiada com a região setentrional da península desde o Gravettense antigo, como é comprovado pela identificação de vários buris de *Noailles* no sítio da Cardina (AUBRY *et al.*, no prelo). A ocorrência exclusiva de paralelos setentrionais para a cerva da Faia, que atribuímos à etapa final da nossa fase 1, é, portanto, perfeitamente expectável.

Mais intrigante é a ausência de paralelos nas Astúrias, designadamente nos abrigos com arte ao ar livre, onde as cervas são um tema preponderante. Esta ausência é tão mais gritante quanto nesta região vamos encontrar, a partir da fase 2, muitos paralelos que atestam as

suas relações próximas com o Vale do Côa. Este aparente paradoxo pode dever-se essencialmente a duas razões. Por um lado, há que ter em conta alguma autonomia local ao nível da evolução morfoestilística das representações, o que, não sendo suficiente para erradicar as evidências de influências externas, origina igualmente idiossincrasias gráficas de carácter local.

Outra razão terá que ver com potenciais diferenças cronológicas entre os abrigos das Astúrias e, pelo menos, uma parte dos grafismos da Cantábria que referimos acima. De facto, as escavações de La Lluera (Astúrias) apontam com grande segurança para uma gravação do dispositivo parietal do sítio, e consequentemente dos que na região contém grafismos semelhantes, num momento posterior ao Solutrense médio (RODRÍGUEZ, BARRERA & AGUILLAR, 2012, 246). Tal é compatível com os resultados advindos do estudo da relação entre a topografia das ocupações e a altura dos painéis gravados em La Viña, que aponta para a gravação destes últimos durante o Solutrense (GONZÁLEZ-PUMARIEGA *et al.*, 2017). Poderão, pelo menos alguns dos grafismos que referimos da Cantábria, serem algo mais antigos que o Solutrense superior, tal como foi já sugerido (v.g. GONZÁLEZ & SAN MIGUEL, 2001, 198; GARCÍA & EGUIZABAL, 2007, 216-217; GÁRATE, 2010, 426-428)?

Pese embora estas interrogações, pensamos ser de valorizar quer a relação que se observa entre a figura da Faia e alguns grafismos do Norte peninsular, quer a ausência de figurações semelhantes na região mediterrânica da Península.

Um outro aspeto que valerá a pena analisar a uma escala, se não peninsular, pelo menos regional, é o da arquitetura parietal do sítio. Ao nível do espaço parietal, a rocha 7 corresponde a uma composição monotemática constituída pelo tema da cervo. Esta composição identifica-se na rocha 2 do Poço do Caldeirão e nas rochas 11 e 68 de Siega Verde (ALCOLEA & BALBÍN, 2006, 73, 155), todas atribuíveis à fase 2 da arte paleolítica da Meseta (SANTOS, 2017, vol. II, 476). Uma eventual cervo pode ainda ser identificada no sítio de La Salud, em Salamanca (GÁRATE *et al.*, 2016). Neste sítio, os investigadores responsáveis pelo seu estudo identificaram uma cervo-dorsal no painel S2.1 que interpretaram como sendo de um cavalo a par de uma unidade gráfica que interpretam como quartos traseiros de uma cabra-montês (GÁRATE *et al.*, 2016, 20, fig. 4, 23). Como um de nós já teve oportunidade de discutir, os quartos traseiros da cabra-montês são muito duvidosos e bastante distantes do formalismo característico dos quartos traseiros do

Côa e a cervico-dorsal é muito mais compatível com a de uma cerva, tal como as que se observam na rocha 1 do Fariseu, que com as de um cavalo (SANTOS, 2017, 364-365).

Contudo, em nenhum destes sítios as composições com cervas conformam zonas monotemáticas. O caso de Siega Verde e, muito provavelmente, o de Poço do Caldeirão, serão posteriores à fase da Faia, mas o de La Salud será genericamente contemporâneo, pelo que valerá a pena lembrar que a par da composição monotemática onde se encontra a cerva, foi identificada outra composta por um cavalo (GÁRATE, 2016, 22, fig. 6, 23-24). É interessante verificar esta associação entre cervídeo e cavalo se repete em todos os pequenos sítios da bacia do Douro atribuíveis à fase 1 onde o cavalo está presente. Assim acontece em Mazouco (JORGE *et al.*, 1981; GOMES, 1994; SANTOS, 2017, 361-362), em Pousadouro (BAPTISTA, 2009, 204-207; SANTOS, 2017, 357-359) e no abrigo de Foz Tua (TEIXEIRA & SANCHES, 2017)⁷. A esta associação cervídeo/ cavalo parece opor-se o auroque fêmea que aparece, com uma exceção, sempre isolado, como se verifica em Sampaio (BAPTISTA, 2009, 200-203), Fraga Escrevida (*idem*, 200-203), Ribeira da Sardinha (*idem*, 196-197), Redor do Porco (BAPTISTA & REIS, 2011) e em Siega Verde, durante a sua fase de gravação mais antiga (SANTOS, 2017, 340-341).

Apenas no abrigo de Foz Tua encontramos um auroque na mesma composição que cervídeos e um cavalo, mas mesmo aí o auroque aparece sob uma forma inusitada. De facto, o que temos em Foz Tua é um cervídeo (vareto ou cerva), a par de um veado com uma segunda cabeça, desta feita de cavalo. Ora, esta cabeça de cavalo pode corresponder a uma transformação de uma primeira cabeça de auroque. Ou seja, mais que uma cabeça de auroque a par de uma de cavalo, temos uma de auroque substituída por uma de cavalo⁸. A composição de Foz Tua parece reforçar mais a oposição entre cavalos e auroques que se verifica nestes pequenos sítios da bacia do Douro.

Outra particularidade dos pequenos sítios da bacia do Douro é a ausência de cabras-monteses (SANTOS, 2017, 377). Este facto é particu-

⁷ E, incidentalmente, também no Poço do Caldeirão.

⁸ Não podemos, no entanto, deixar de referir que a ocorrência de figuras de cavalos/ auroques está atestada em outros sítios com arte paleolítica, tendo sido valorizadas por M. Groenen como um tema iconográfico referente a um ser mítico (GROENEN, 2004, 36-37; 2012, 382).

larmente intrigante, uma vez que a cabra-montês, enquanto espécie, é a segunda mais representada na arte do Côa da fase mais antiga, depois dos auroques (SANTOS, 2017, vol. II, 479, Tab. 6.7).

Ora, a par da inversão ao nível da frequência de cabras-monteses que se observa quando saímos dos pequenos sítios do Douro e vamos para o Côa, observa-se ainda uma outra inversão relativamente aos que se verifica fora do Côa: os veados tendem a associar-se aos auroques fêmeas e a apartar-se dos cavalos (SANTOS, 2017, 380). Por outro lado, apenas no Côa temos zonas onde cavalos e auroques aparecem em simultâneo, sempre a par da cabra-montês (com a possível exceção da Faia), o que nos levou a propor para este animal um papel aglutinador de temas que usualmente se apartam (SANTOS, 2017, 377-378).

Ora, estes contrastes explicam-se se entendermos a arte paleolítica da região como produto de uma ontologia totémica (*sensu* DESCOLA, 2005), tal como apontam algumas das suas características formais e estruturais, representando os temas animais as filiações totémicas dos membros que compõem as comunidades que a produziram (SANTOS, 2017, 404-411). Os pequenos sítios da bacia do Douro seriam sítios adscritos apenas aos membros de determinada filiação, devendo o complexo de sítios do Côa ser entendido como um complexo de agregação de pessoas de várias filiações totémicas, podendo a geografia social destes grupos refletir a que se identifica, por exemplo, na Austrália central, onde estes dois tipos de sítio estão bem identificados e estudados (DAVID, 2002, 52-65; KIMBER & SMITH, 1987; SANTOS, 2017, 408). Num contexto em que a unidade socioeconómica de base – o bando – corresponde a um conjunto flexível de pessoas com várias filiações totémicas e ainda sujeitos a processos de fusão e fissão periódicos (LEE & DEVORE, 1968, 7-9; LAYTON, 2009 [1992], 31), a arte rupestre “petrifica” e contribui para a manutenção de uma superestrutura naquilo que aos olhos humanos é perene, a saber, os lugares que compõem uma paisagem.

A arquitetura parietal da Faia reflete, de uma forma curiosa, características quer do complexo do Vale do Côa, quer do dos pequenos sítios da bacia do Douro. Por um lado, como nos sítios exteriores ao Côa, expressa ainda a oposição entre cervídeos e auroques fêmeas. Por outro lado, como nos restantes sítios do Côa, auroques e cavalos surgem já associados entre si, recorrendo para isso a um terceiro tema, que alguns autores identificam como uma cabra-montês. Esta mistura de características pode refletir o próprio posicionamento do sítio na geografia social destas comunidades: por um lado, encontra-se efetivamente no Vale do

Côa, mas por outro apartado da concentração principal de sítios cuja distribuição começa a dar-se a sete quilómetros para jusante do sítio.

Esta rocha, com as suas especificidades, corresponde assim a um excelente exemplo de como cada espaço parietal estudado não apenas só é passível de adequada valorização se o integrarmos no seu contexto de produção mais vasto, como, dialeticamente, cada um deles é um contributo essencial para um melhor entendimento desse mesmo contexto.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Projeto PALÆCOA (PTDC/EPH-ARQ/0326/2014), cofinanciado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDER, através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI-01-0145-FEDER-016605).

7. Bibliografia

- ABDI, H. & VALENTIN, D. (2007), “Multiple correspondence Analysis”, in SALKIND, N. (ed.), *Encyclopedia of measurement and statistics*, Thousand Oaks, CA: Sage, pp. 651-657.
- ALCALDE DEL RIO, H.; BREUIL, H. & SIERRA, L. (1911), *Les cavernes de la région cantabrique (Espagne)*, Monaco: Imprimerie Vve A. Chêne [Peintures et gravures des cavernes paléolithiques, 3].
- ALCOLEA GONZÁLEZ, J. J. & BALBÍN BEHRMANN, R. (2006), *Arte paleolítico al aire libre. El yacimiento rupestre de Siega Verde, Salamanca*: Junta de Castilla y León [Arqueología de Castilla y León, 16].
- AUBRY, T. (2001), «L’occupation de la basse vallée du Côa pendant le Paléolithique supérieur», in ZILHÃO, J.; AUBRY, T. & CARVALHO, A. M. F. D. (eds.), *Les premiers hommes modernes de la Péninsule Ibérique. Actes du Colloque de la Commission VIII de l’UISPP*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia [Trabalhos de Arqueologia, 17], pp. 253-273.
- AUBRY, T. (2009), “Abordagem tipológica dos conjuntos líticos: contribuição para a definição da sequência crono-estratigráfica de ocupação humana do Vale do Côa”, in AUBRY, T. (ed.), *200 séculos de história do Vale do Côa: Incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*, Lisboa: IGESPAR, I. P. [Trabalhos de Arqueologia, 52], pp. 348-356.
- AUBRY, T., ed. (2009), *200 séculos de história do Vale do Côa: Incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*. Lisboa: IGESPAR, I. P. [Trabalhos de Arqueologia, 52].

- AUBRY, T.; BARBOSA, A. F.; GAMEIRO, C.; LUÍS, L.; MATIAS, H.; SANTOS, A. T. & SILVESTRE, M. (2015), “De regresso à Cardina, 13 anos depois: resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos de 2014 no Vale do Côa”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 18, pp. 5-26.
- AUBRY, T.; BARBOSA, A. F.; LUÍS, L.; SANTOS, A. T. & SILVESTRE, M. (no prelo), “Os Neandertais e os primeiros Homens Anatomicamente Modernos no Vale do Côa: Novidades da Cardina”, *Cóavisão*, 20.
- AUBRY, T.; CHAUVIÈRE, F.-X.; MANGADO LLACH, X. & SAMPAIO, J. D. (2003), “Constitution, territoires d’approvisionnement et fonction des sites du Paléolithiques supérieur de la basse vallée du Côa (Portugal)”, in VASIL’EV, S. A.; SOFFER, O. & KOSLOWSKI, J. (eds.), *Perceived landscapes and built environments: the cultural geography of Late Paleolithic Eurasia*, Oxford: Archaeopress [BAR International Series, 1122], pp. 83-92.
- AUBRY, T.; DIMUCCIO, L. A.; BERGADÀ, M. M.; SAMPAIO, J. D. & SELLAMI, F. (2010), “Palaeolithic engravings and sedimentary environments in the Côa River Valley (Portugal): implications for the detection, interpretation and dating of open-air rock art”, *Journal of Archaeological Science*, 37, pp. 3306-3319.
- AUBRY, T.; GAMEIRO, C.; MANGADO LLACH, X.; LUÍS, L.; MATIAS, H. & PEREIRO, T. D. (2016), “Upper Palaeolithic lithic raw material sourcing in Central and Northern Portugal as an aid to reconstructing hunter-gatherer societies”, *Journal of Lithic Studies*, 3(2).
- AUBRY, T.; GAMEIRO, C.; SANTOS, A. T. & LUÍS, L. (2017), “Existe Azilense em Portugal? Novos dados sobre o Tardiglaciário e o Pré-Boreal no Vale do Côa”, in ARNAUD, J. M. & MARTINS, A. (eds.), *Arqueologia em Portugal 2017: Estado da Questão*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 403-418.
- AUBRY, T.; LUÍS, L.; MANGADO LLACH, X. & MATIAS, H. (2012), “We will be known by the tracks we leave behind: Exotic lithic raw materials, mobility and social networking among the Côa Valley foragers (Portugal)”, *Journal of Anthropological Archaeology*, 31(4), pp. 528-550.
- AUBRY, T.; MANGADO LLACH, X.; SAMPAIO, J. D. & SELLAMI, F. (2002), “Open-air rock-art, territories and modes of exploitation during the upper Palaeolithic in the Côa Valley (Portugal)”, *Antiquity*, 76, pp. 62-76.
- AUBRY, T.; SANTOS, A. T. & LUÍS, L. (2014), «Stratigraphies du panneau I de Fariseu: analyse structurelle d’un système graphique paléolithique à l’air libre de la vallée du Côa (Portugal)», in PAILLET, P. (ed.), *Les arts de la Préhistoire: micro-analyses, mises en contextes et conservation. Actes du colloque «Micro-analyses et datations de l’art préhistorique dans son contexte archéologique», MADAPCA — Paris, 16-18 novembre 2011*, Les Eyzies: SAMRA [Paleo, numéro spécial], pp. 259-270.
- AUJOULAT, N. (1993), «Les équidés», in GRAPP (ed.), *L’art pariétal paléolithique: techniques et méthodes d’études*, Paris: Comité des travaux historiques et scientifiques, pp. 97-108.
- BAHN, P. G. & VERTUT, J. (1997 [1988]), *Journey through the ice age*, Berkeley: University of California.

- BALBÍN BEHRMANN, R. (2008), “El Arte Rupestre Paleolítico al aire libre en la Península Ibérica”, in BALBÍN BEHRMANN, R. (ed.), *Arte prehistórico al aire libre en el Sur de Europa*, Junta de Castilla y León/ Consejería de Cultura y Turismo [Documentos PAHIS, 9], pp. 19-56.
- BALBÍN BEHRMANN, R. & ALCOLEA GONZÁLEZ, J. J. (2002), «L’art rupestre paléolithique de l’intérieur péninsulaire ibérique: une vision chronoculturelle d’ensemble», in SACCHI, D. (ed.), *L’art paléolithique à l’air libre. Le paysage modifié par l’image, Tautavel - Campôme, 7-9 octobre 1999*, Tautavel: GAEP & GÉOPRÉ, pp. 139-157.
- BALBÍN BEHRMANN, R. & GONZÁLEZ SAINZ, C. (1995), «L’ensemble rupestre paléolithique de «La Rotonda», dans la galerie B de la grotte de La Pasiega (Puente Viesgo, Cantabria)», *L’Anthropologie*, 99(2/3), pp. 296-324.
- BAPTISTA, A. M. (1999), *No tempo sem tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa. Com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*, Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- BAPTISTA, A. M. (2004), “Arte paleolítica de ar livre no rio Zêzere (Barroca, Fundão)”, *Ebvrobriga*, 1, pp. 9-16.
- BAPTISTA, A. M. (2009), *O paradigma perdido: O Vale do Côa e a arte paleolítica de ar livre em Portugal*, Porto; Vila Nova de Foz Côa: Edições Afrontamento; Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- BAPTISTA, A. M. & GARCÍA DIEZ, M. (2002), «L’art paléolithique dans la vallée du Côa (Portugal. La symbolique dans l’organisation d’un sanctuaire de plein air», in SACCHI, D. (ed.), *L’art paléolithique à l’air libre. Le paysage modifié par l’image, Tautavel - Campôme, 7-9 octobre 1999*, Tautavel: GAEP & GÉOPRÉ, pp. 187-205.
- BAPTISTA, A. M. & GOMES, M. V. (1997), “Arte rupestre”, in ZILHÃO, J. (ed.), *Arte rupestre e Pré-história do Vale do Côa*, Lisboa: Ministério da Cultura, pp. 211-406.
- BAPTISTA, A. M. & REIS, M. (2011), “A rocha gravada de Redor do Porco. Um novo sítio com arte paleolítica de ar livre no rio Águeda (Escalhão, Figueira de Castelo Rodrigo)”, *Côavisão*, 13, pp. 15-20.
- BÉGOUËN, R.; FRITZ, C.; TOSELLO, G.; CLOTTES, J.; PASTOORS, A. & FAIST, F. (2009), *Le sanctuaire secret des bisons. Il y a 14 000 ans, dans la caverne du Tuc d’Audoubert*, Paris: Editions d’art Somogy & Association Louis Bégouën.
- BENZÉCRI, J. P. (1979), «Sur le calcul des taux d’inertie dans l’analyse d’un questionnaire», *Cahiers de l’Analyse des Données*, 4(3), pp. 377-378.
- BINFORD, L. (2001), *Constructing frames of reference. An analytical method for archaeological theory building using ethnographic and environmental data sets*, Berkeley & Los Angeles: University of California Press.
- BINFORD, L. & BINFORD, S. R. (1966), “A preliminary analysis of functional variability in the Mousterian of Levallois facies”, *American Anthropologist*, 69, pp. 238-295.
- BREUIL, H. & OBERMAIER, H. (1935), *La cueva de Altamira en Santillana del Mar*,

- Madrid: Junta de las Cuevas de Altamira; The Hispanic Society of America; Academia de la Historia.
- BREUIL, H.; OBERMAIER, H. & ALCALDE DEL RIO, H. (1913), *La Pasiega a Puente Viesgo (Santander). (Espagne)*, Monaco: Imprimerie Vve A. Chêne [Peintures et gravures des cavernes paléolithiques, 4].
- CAPITAN, L.; BREUIL, H. & PEYRONY, D. (1910), *La caverne de Font-de-Gaume aux Eyzies (Dordogne)*, Monaco: Imprimerie Vve A. Chêne [Peintures et gravures des cavernes paléolithiques, 2].
- CID, P. S. (2001), *O exterior dos bovinos das raças autóctones*, Alpiarça: Garrido Editores.
- CLOTTES, J. & LEWIS-WILLIAMS, D. (2001), *Les chamanes de la préhistoire. Texte intégral, polémique et réponses*, Paris: La maison des roches.
- CRÉMADÈS, M. (1993), «II – L’animation», in GRAPP (ed.), *L’art pariétal paléolithique: techniques et méthodes d’études*, Paris: Comité des travaux historiques et scientifiques, pp. 289-296.
- DAVID, B. (2002), *Landscape, rock art and the Dreaming*, London and New York: Leicester University Press.
- DESCOLA, Ph. (2005), *Par-delà nature et culture*, Paris: Gallimard [Collection Folio Essais, 607].
- DRENNAN, R. D. (2009), *Statistics for archaeologists. A common sense approach*, Dordrecht; Heidelberg; London; New York: Springer.
- FERNANDES, A. P. B.; REIS, M.; ESCUDERO REMIREZ, C. & VÁZQUEZ MARCOS, C. (2017), “Integration of natural stone features and conservation of the Upper Palaeolithic Côa Valley and Siega Verde open-air rock-art”, *Time and Mind: The Journal of Archaeology, Consciousness and Culture*, 10(3), pp. 293-319.
- FERREIRA, A. D. B. (1978), *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira. Estudo de Geomorfologia*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos [Memórias do Centro de Estudos Geográficos, 4].
- FORTEA PÉREZ, J. (1989), “Cuevas de La Luera. Avance al estudio de sus artes parietales”, in GONZÁLEZ MORALES, M. R. (ed.), *Cien años después de Sautuola: Estudios en homenaje a Marcelino Sanz de Sautuola en el Centenario de su muerte*, Santander: Consejería de Cultura, Educación y Deporte [Estudios de Cantabria, 1], pp. 187-202.
- GÁRATE MAIDAGÁN, D. (2010), *Las ciervas punteadas en las cuevas del Paleolítico. Una expresión pictórica propia de la cornisa cantábrica*, Donostia: Aranzadi Zientzia Elkarte [Munibe. Suplemento, 33].
- GÁRATE MAIDAGÁN, D.; RIOS-GARAIZAR, J.; PÉREZ MARTÍN, R.; ROJAS MENDOZA, R. & SANTONJA GÓMEZ, M. (2016), “Arte rupestre paleolítico al aire libre en el paraje de La Salud (Valle del Tormes, Salamanca)”, *Zephyrus*, 77, pp. 15-29.
- GARCÍA DíEZ, M. & EGUIZABAL TORRE, J. (2003), *La cueva de Covalanas: El grafismo rupestre y la definición de territorios gráficos en el Paleolítico cantábrico*, Santander: Gobierno de Cantabria.
- GARCÍA DíEZ, M. & EGUIZABAL TORRE, J. (2007), “Los dibujos rojos de estilo

- paleolítico de la Cueva de La Haza (Ramales de la Victoria, Cantabria): estudio monográfico”, *Munibe*, 58, pp. 177-222.
- GARCÍA DíEZ, M.; AUBRY, T. & SAMPAIO, J. D. (2009), “Alguns vestígios arqueológicos encontrados nos sítios do Vale do Côa e suas possíveis relações com a arte”, in AUBRY, T. (ed.), *200 séculos de história do Vale do Côa: Incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*, Lisboa: IGESPAR, I. P. [Trabalhos de Arqueologia, 52], pp. 395-435.
- GARCÍA DíEZ, M.; MARTINS, A.; MAURÍCIO, J.; RODRIGUES, A. & SOUTO, P. (2003), “Prospecção arqueológica no Alto Côa. Novas descobertas de arte rupestre”, *Al-madan*, IIª série, 12, pp. 180-181.
- GOMES, M. V. (1994), “Escoural et Mazouco. Deux sanctuaires paléolithiques du Portugal», *Les Dossiers d’Archéologie*, 198, pp. 4-9.
- GOMES, M. V. (2010), *Arte rupestre do Vale do Tejo. Um ciclo artístico-cultural pré e proto-histórico*, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Tese de Doutoramento, policopiada).
- GONZÁLEZ ECHEGARAY, J. (1964), “Nuevos grabados y pinturas en las cuevas del Monte del Castillo”, *Zephyrus*, 15, pp. 27-35.
- GONZÁLEZ SAINZ, C. & SAN MIGUEL LLAMOSAS, C. (2001), *Las cuevas del desfiladero. Arte paleolítico en el valle del río Carranza (Cantabria-Vizcaya)*, Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria.
- GONZÁLEZ-PUMARIEGA SOLÍS, M.; RASILLA VIVES, M. D. L.; SANTAMARÍA ÁLVAREZ, D.; DUARTE MATÍAS, E. & SANTOS-DELGADO, G. (2017), “La Viña rock shelter (La Manzaneda, Oviedo, Asturias): relation between stratigraphy and parietal engravings”, *Quaternary International*, 432, pp. 77-85.
- GROENEN, M. (2004), «Thèmes iconographiques et mythes dans l’art du Paléolithique Supérieur», in *Art du Paléolithique Supérieur et du Mésolithique: actes du XIVème Congrès UIPP. Section 8. Université de Liège, Belgique*, Oxford: Archaeopress [BAR International Series, 1311], pp. 31-40.
- HUSSON, F. & JOSSE, J. (2013) “missMDA: Handling missing values with/ in multivariate data analysis (principal component methods). R package version 1.7.2.”, <https://CRAN.R-project.org/package=missMDA>.
- HUSSON, F.; JOSSE, J.; LE, S. & MAZET, J. (2015). “FactoMineR: Multivariate Exploratory data analysis and data mining with R. R package version 1.31.3.”, <http://factominer.free.fr>.
- ICVGAN (2012), *Nomina Anatomica Veterinaria. Fifth edition (revised version)*, Hannover; Columbia; Ghent; Sapporo: Editorial Committee of the ICVGAN.
- JORGE, S. O.; ALMEIDA, C. A. F. de; JORGE, V. O.; SANCHES, M. de J. & SOEIRO, M. T. (1981), “Gravuras rupestres de Mazouco (Freixo de Espada à Cinta)”, *Arqueologia*, 3, pp. 3-12.
- KIMBER, R. G. & SMITH, M. A. (1987), “An Aranda ceremony”, in MULVANEY, D. J. & WHITE, J. (eds.), *Australians to 1788*, Broadway: Fairfax, Syme and Weldon Associates, pp. 221-237.
- LAYTON, R. (2009 [1992]), *Australian rock art: a new synthesis*, Cambridge: Cambridge University Press.

- LEE, R. B. & DEVORE, I. (1968), “Problems in the study of hunters and gatherers”, in LEE, R. B. & DEVORE, I. (eds.), *Man the hunter*, Hawthorne: Aldine de Gruyter, pp. 3-12.
- LEMOIS, F. S. (1994), “Dossier Côa I: o relatório de impacte patrimonial”, *Forum*, 15-16, pp. 141-156.
- LEP (1999), “Inventario descriptivo de los distintos núcleos artísticos”, in RIPOLL LÓPEZ, S. & MUNICIO GONZÁLEZ, L. J. (eds.), *Domingo García. Arte rupestre paleolítico al aire libre en la meseta castellana*, Valladolid: Junta de Castilla y León [Arqueología en Castilla y León, 8], pp. 59-196.
- LEROI-GOURHAN, A. (1984), “Del soporte al abordamiento de la perspectiva en el arte paleolítico. Curso académico 1972-73”, in LEROI-GOURHAN, A. (ed.), *Arte y grafismo en la Europa prehistórica*, Madrid: Editorial Istmo [Artes, técnicas, humanidades, 4], pp. 122-143.
- LEROI-GOURHAN, A. (1992), «L'espace et le temps dans l'art pariétal aléolithique», in LEROI-GOURHAN, A. (ed.), *L'art pariétal: Langage de la Préhistoire*, Grenoble: Jérôme Millon, pp. 259-271.
- LIÓN VALDERRABANO, R. (1971), *El caballo en el arte cántabro-aquitano. Estudio estilístico, hipométrico y faneróptico de las representaciones paleolíticas*, Santander [Publicaciones del Patronato de las Cuevas Prehistóricas de la Provincia de Santander, 8].
- LORBLANCHET, M. (1988), «De l'art pariétal des chasseurs de rennes a l'art rupestre des chasseurs de kangourous», *L'Anthropologie*, 92(1), pp. 271-316.
- LORBLANCHET, M. (1995), *Les grottes ornées de la Préhistoire. Nouveaux regards*, Paris: Éditions Errance.
- LUÍS, L. (2012), “Desenhos animados! Uma gramática do movimento para a arte paleolítica do vale do Côa”, in SANCHES, M. de J. (ed.), *1ª Mesa Redonda “Artes Rupestres da Pré-história e da Proto-história: paradigmas e metodologias de registo*, Lisboa: DGPC [Trabalhos de Arqueologia, 54], pp. 69-80.
- LUÍS, L.; AUBRY, T. & SANTOS, A. T. (2015), “Directing the eye. The Côa valley Pleistocene rock art in its social context”, in COLLADO GIRALDO, H. & GARCÍA ARRANZ, J. J. (eds.), *Symbols in the landscape: rock art and its context. Proceedings of the XIX International Rock Art Conference IFRAO 2015 (Cáceres, Spain, 31 August — 4 September 2015)*, Tomar: Instituto Terra e Memória [Arkeos, 37], pp. 1341-1348.
- MEIRELES, J. (1997), “O Quaternário do Vale do Côa”, in ZILHÃO, J. (ed.), *Arte rupestre e Pré-história do Vale do Côa*, Lisboa: Ministério da Cultura, pp. 41-53.
- R CORE TEAM (2016), *R: A language and environment for statistical computing*, Vienna, Austria: R Foundation for statistical Computing.
- REBANDA, N. (1995a), “Barragem de Vila Nova de Foz Côa. Os trabalhos arqueológicos e o complexo de arte rupestre”, *Boletim da Universidade do Porto*, 5, pp. 11-16.
- REBANDA, N. (1995b), *Os trabalhos arqueológicos e o complexo de arte rupestre do Côa*, Lisboa: IPPAR.
- REIS, M. (2012), ““Mil rochas e tal...!”: Inventário dos sítios da arte rupestre do Vale do Côa”, *Portvgalia*, Nova Série, 33, pp. 5-72.

- RENFREW, C. & BAHN, P. G. (1993 [1991]), *Arqueología. Teorías, Métodos y Práctica*, Madrid: Ediciones Akal.
- RIBEIRO, M. L. (2001), *Notícia explicativa. Carta geológica simplificada do Parque Arqueológico do Vale do Côa*, Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- RODRÍGUEZ ASENSIO, J. A.; BARRERA LOGARES, J. M. & AGUILAR HUERGO, E. (2012), “Cueva de La Lluera I (San Juan de Priorio, Oviedo, Asturias, España): Estratigrafía solutrense”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Nueva época, 5, pp. 235-248.
- RUSINOWSKI, F. (1990), *Étude de la représentation du mouvement dans les figures animales peintes et gravées de la grotte de Lascaux*, Liège: Préhistoire Liégeoise asbl [Mémoires de Préhistoire Liégeoise, 6].
- SANTOS, A. T. (2017), *A arte paleolítica ao ar livre da bacia do Douro à margem direita do Tejo: uma visão de conjunto*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Tese de Doutoramento, policopiada).
- SANTOS, A. T.; BARBOSA, A. F.; AUBRY, T.; GARCÍA DíEZ, M. & SAMPAIO, J. D. (2018), “Arte móvel do Fariseu (Muxagata, Vila Nova de Foz Côa)”, *Portvgalia*, 39, pp. 5-96.
- SANTOS, A. T.; SANCHES, M. de J. & TEIXEIRA, J. C. (2015), “The Upper Palaeolithic rock art of Portugal in its Iberian context”, in BUENO RAMÍREZ, P. & BAHN, P. G. (eds.), *Prehistoric art as Prehistoric Culture*, Oxford: Archaeopress Archaeology, pp. 123-133.
- SAUVET, G.; SAUVET, S. & WLÓDARCZYK, A. (1977), «Essai de sémiologie préhistorique (Pour une théorie des premiers signes graphiques de l’homme)», *Bulletin de la Société Préhistorique Française. Études et travaux*, 74(2), pp. 545-558.
- TEIXEIRA, J. C. & SANCHES, M. D. J. (2017), “O abrigo rupestre da foz do rio Tua no contexto da arte paleolítica e pós-paleolítica do Noroeste da Península Ibérica”, *Portvgalia*, Nova série, 38, pp. 9-48.
- TOSSELLO, G. (2003), *Pierres gravées du Périgord Magdalénien: art, symboles, territoires*, Paris: CNRS [Supplément à *Gallia Préhistoire*, 36].
- VIALOU, D. (1986), *L’art des grottes en Ariège magdalénienne*, Paris: CNRS [Supplément à *Gallia Préhistoire*, 26].
- VIALOU, D. (1991), *La Préhistoire*, Paris: Gallimard [L’Univers des Formes, 37].
- VIALOU, D. (2004), «Architecture de l’art pariétal paléolithique», in LEJEUNE, M. & WELTÉ, A.-C. (eds.), *L’art du Paléolithique supérieur. Actes des colloques 8.2 et 8.3, XIVe Congrès de l’UISPP, Liège (2-8 septembre 2001)*, Liège: Université de Liège [ERAUL, 107], pp. 7-14.
- VILLAVARDE BONILLA, V. (1994), *Arte paleolítico de la Cova del Parpalló. Estudio de la colección de plaquetas y cantos con grabados y pinturas*, Valencia: Servei d’Investigació Prehistòrica.

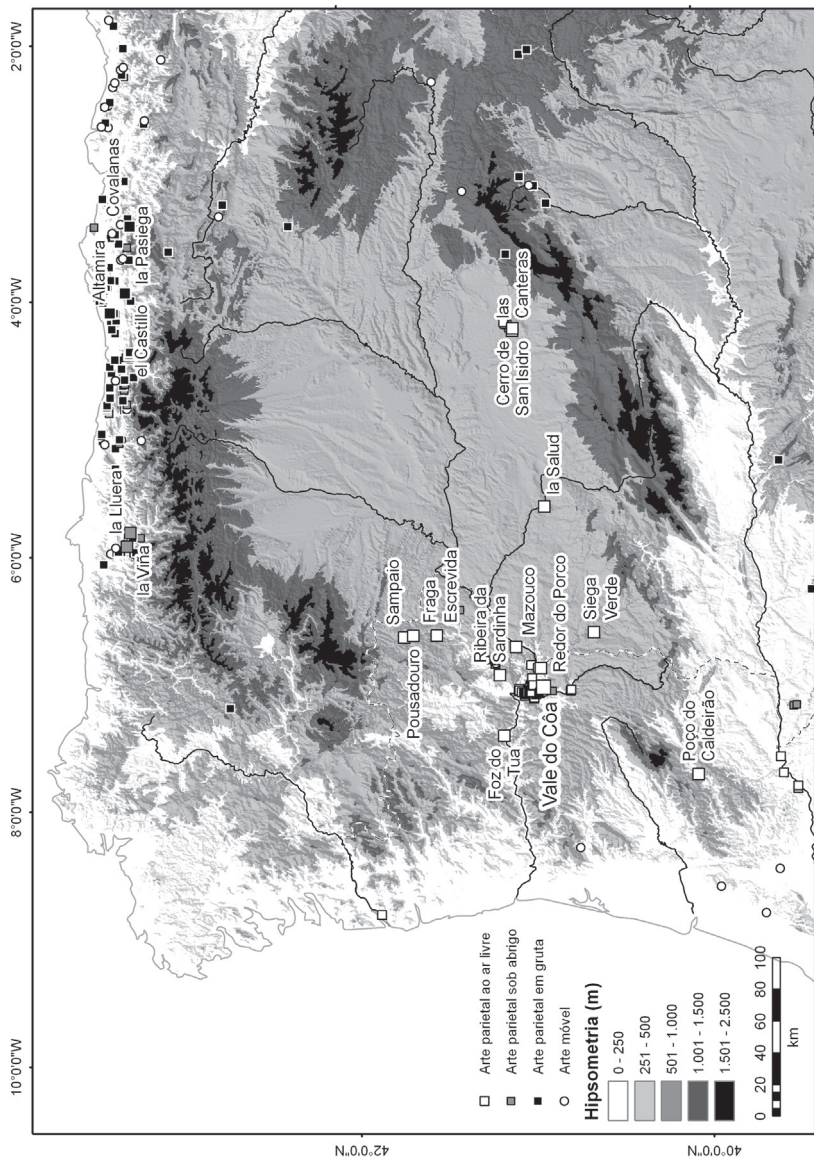


FIG. 1 – Os sítios do Vale do Còa no contexto da arte paleolítica do Noroeste da Península Ibérica.

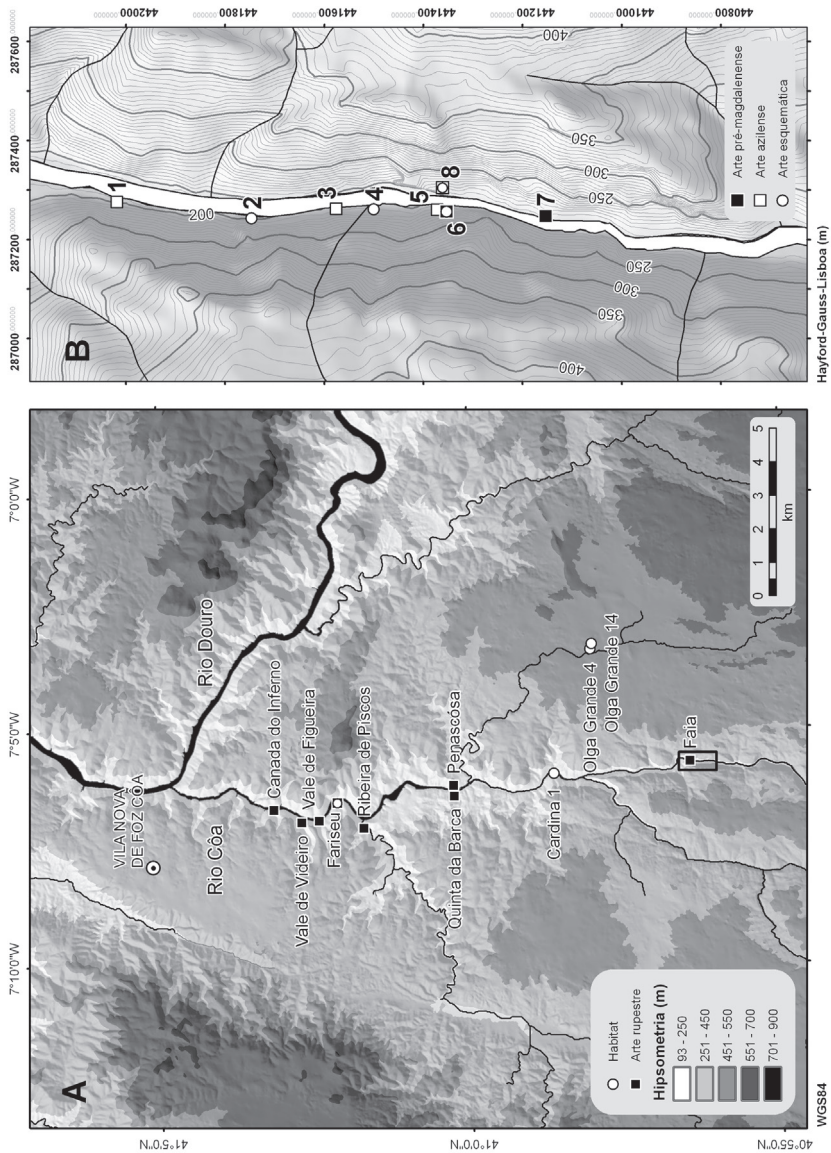


FIG. 2 – A) Localização da Faisa no contexto da ocupação pré-magdaleniense do Vale do Côa;
 B) Distribuição das rochas da Faisa com composições de cronologia pré-histórica.

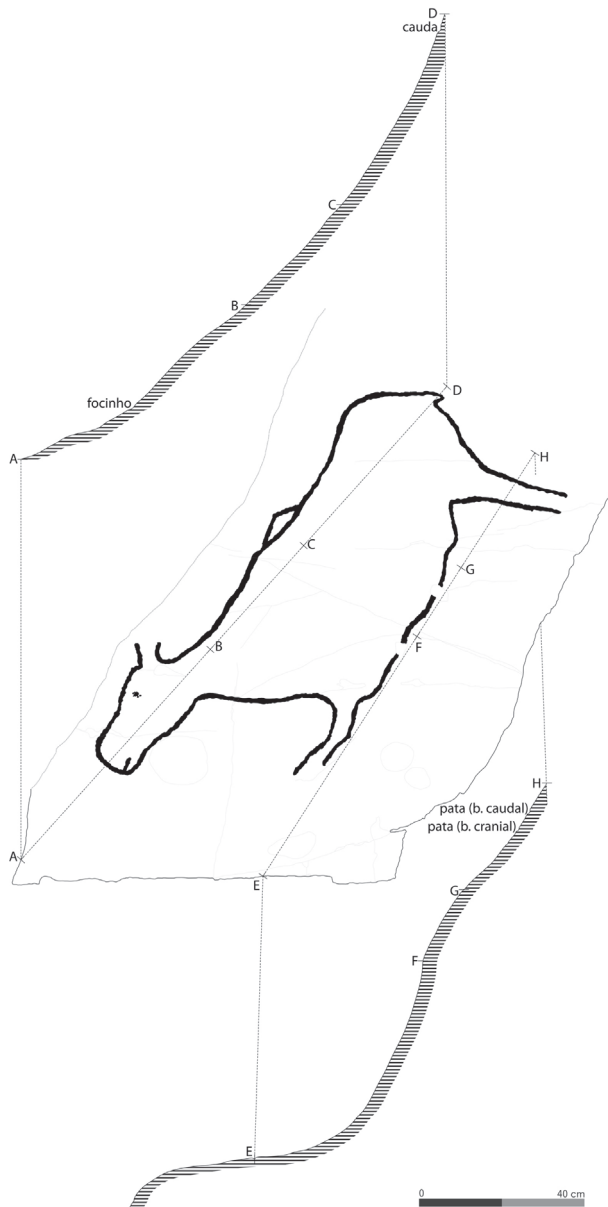
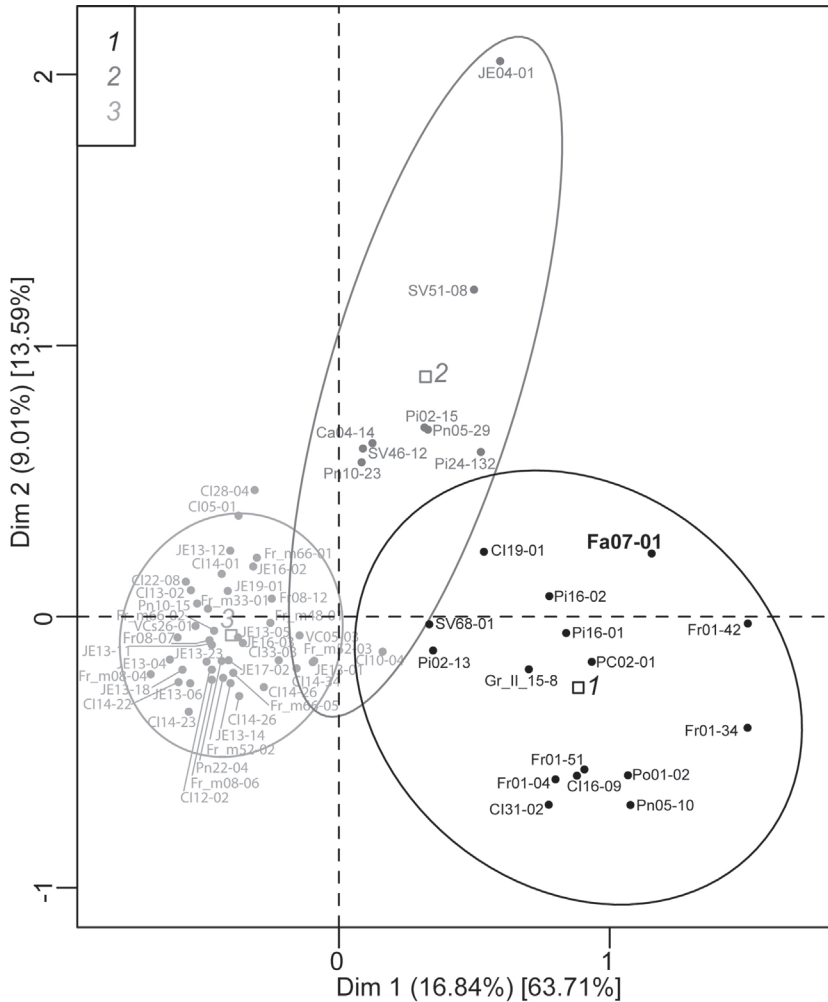
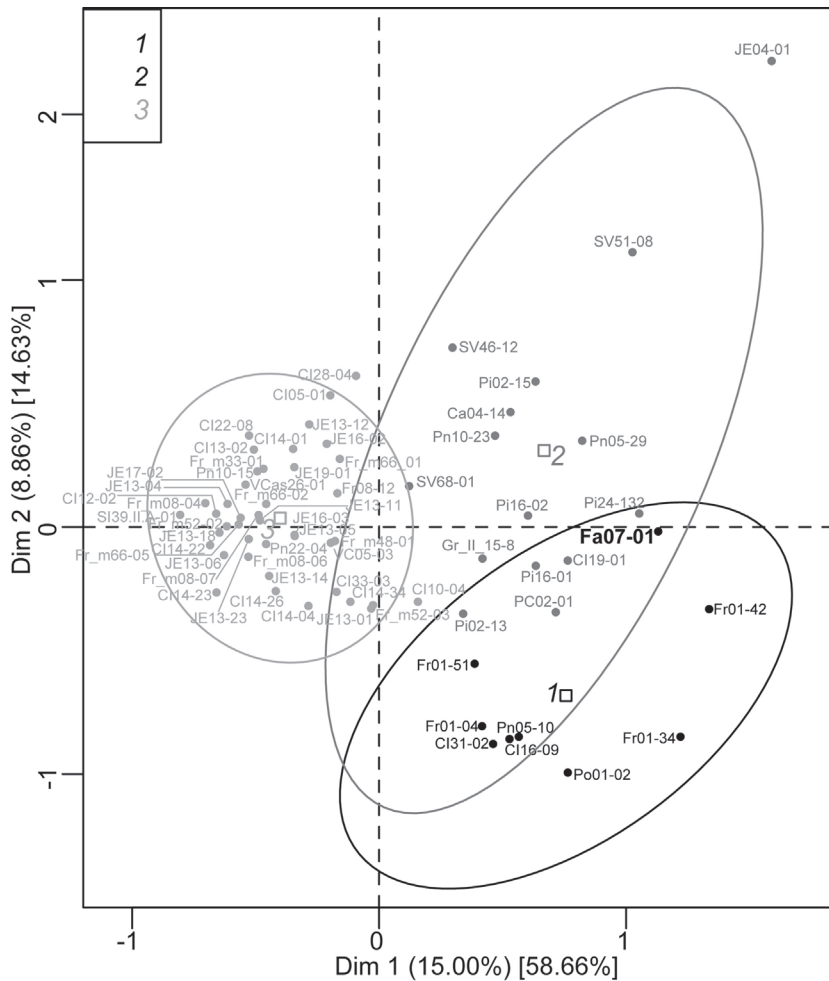


FIG. 3 – Decalque e secções da rocha 7 da Faia.



GRAF. 1 – Distribuição das cervas da bacia do Douro e da metade norte da bacia do Tejo pelas duas primeiras dimensões do mapa fatorial resultante da análise de correspondências múltiplas (com variáveis técnicas). As elipses delimitam as áreas de cada classe com uma probabilidade de 95%. Entre parêntesis retos indica-se o valor das inércias corrigidas segundo as fórmulas indicadas no texto.



GRAF. 2 – Distribuição das cervas da bacia do Douro e da metade norte da bacia do Tejo pelas duas primeiras dimensões do mapa fatorial resultante da análise de correspondências múltiplas (sem variáveis técnicas). As elipses delimitam as áreas de cada classe com uma probabilidade de 95%. Entre parêntesis retos indica-se o valor das inércias corrigidas segundo as fórmulas indicadas no texto.

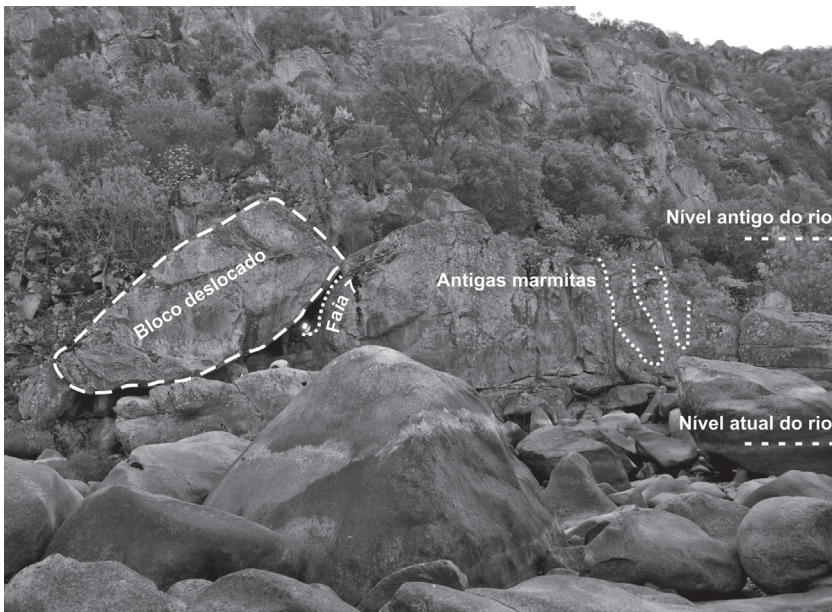


FOTO 1 – A rocha 7 da Faia no seu contexto geomorfológico (foto obtida de oés-noroeste).



FOTO 2 – *Composição da rocha 7 da Faia, vista do interior do abrigo
(foto obtida sensivelmente de és-nordeste).*



FOTO 3 – *Detalhe da cabeça da cerva.*

Observe-se a utilização da topografia da rocha como forma de acentuar quer o volume da face, quer as distinções anatómicas do bordo ventral da cabeça do animal.

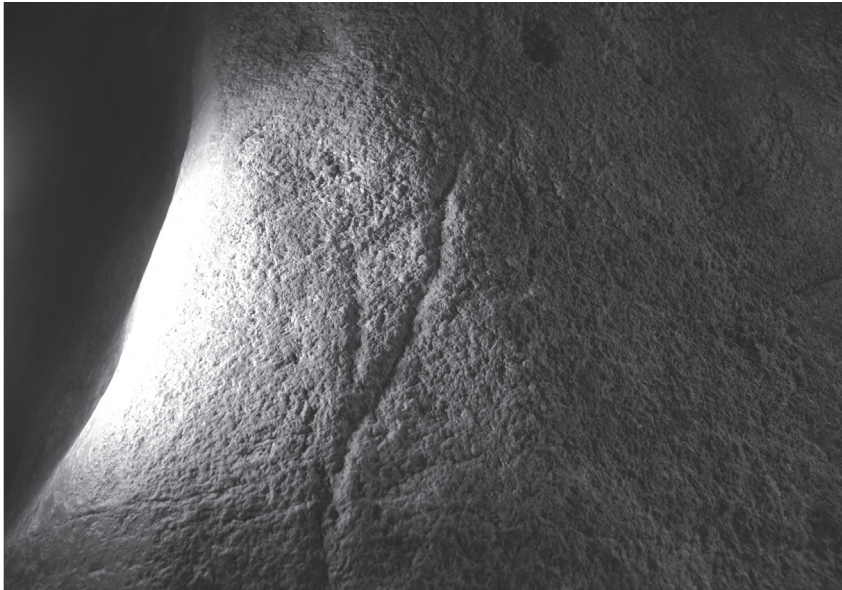


FOTO 4 – *Detalhe da unidade gráfica não figurativa identificada na composição. Atente-se à sua relação com o bordo dorsal do animal.*



FOTO 5 – *Área fronteira à rocha 6 da Faia, localizada no espaço delimitado pelo cruzamento das projeções dos segmentos existentes nos bordos esquerdo e superior da imagem (foto obtida a partir de sudeste).*

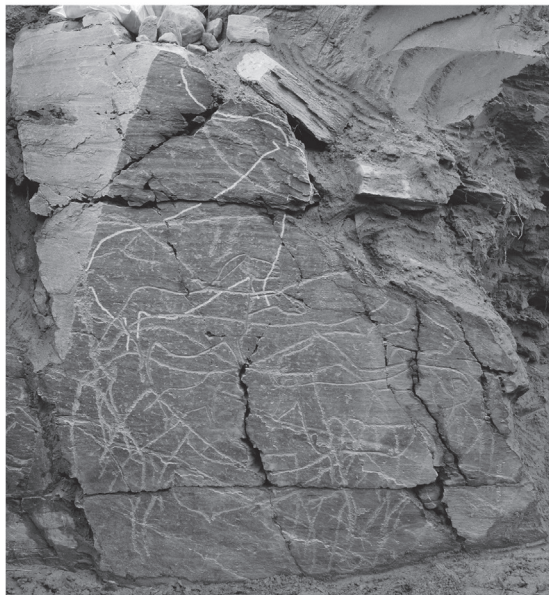
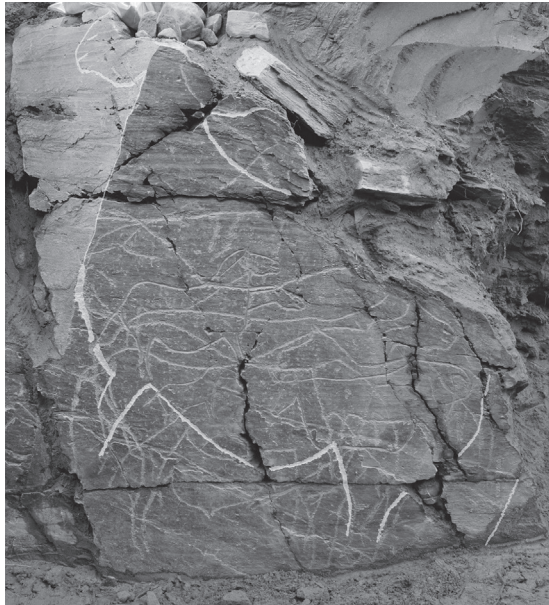


FOTO 6 – Duas imagens do sector direito da rocha 1 do Fariseu.
Na superior destaca-se o cavalo retrospectivo Fr01-64, cujas faces da cabeça se encontram gravadas em dois planos diferentes e o bordo ventral do pescoço corresponde ao ângulo formado pelas duas diáclases.
Na imagem inferior destaca-se o macho de cabra-montês Fr01-38, cuja cabeça é definida pelo próprio limite da rocha.

(Página deixada propositadamente em branco)

ALONSO RODRÍGUEZ DÍAZ

Área de Prehistoria, Dep. de Historia, Facultad de Filosofía y Letras

Universidad de Extremadura, 10071 Cáceres (España)

ORCID: 0000-0002-4602-4337

alonso@unex.es

MANUEL PÉREZ GUTIÉRREZ

Área Ingeniería Cartográfica Geodésica y Fotogrametría

Escuela Politécnica Superior de Ávila de la USAL, 05003 Ávila, (España)

ORCID: 0000-0003-4541-8649

manolope@usal.es

DAVID M. DUQUE ESPINO

Área de Prehistoria, Dep. de Historia, Facultad de Filosofía y Letras

Universidad de Extremadura, 10071 Cáceres (España)

ORCID: 0000-0002-6045-3031

despino@unex.es

“ESTRECHANDO EL CÍRCULO” DE LA *FORNACIS* DE PTOLOMEO:
EL *OPPIDUM* DE HORNACHUELOS
(RIBERA DEL FRESNO, BADAJOZ)

“NARROWING THE CIRCLE DOWN” OF PTOLEMY’S *FORNACIS*:
THE *OPPIDUM* OF HORNACHUELOS
(RIBERA DEL FRESNO, BADAJOZ)

“Conimbriga” LVIII (2019) p. 47-99

https://doi.org/10.14195/1647-8657_58_2

RESUMEN: Con motivo del trigésimo aniversario del comienzo en 1986 de las excavaciones en el *oppidum* de Hornachuelos (Ribera del Fresno, Badajoz, España), retomamos el problema de su probable identificación con la *Fornacis* de Ptolomeo (*Geo.* II, 4, 10). Dicho

Conimbriga, 58 (2019) 47-99

objetivo se aborda desde una óptica pluridisciplinar que conjuga tres aspectos principales: 1) la valoración historiográfica e histórica de los topónimos *Fornacis*, *Furnayūls-Furnayūluš-Furnayūš*, Fornachos, Hornachos y Hornachuelos; 2) una nueva propuesta de ajuste de las coordenadas ptolemaicas para la ubicación aproximada de este *oppidum* en la geografía histórica de la Beturia (Plinio, *Nat. Hist.* III, 14-15); y 3) la entidad geoestratégica y territorial del *oppidum* romano-republicano de Hornachuelos y su relación con la minero-metalurgia de la galena argentífera y del plomo.

PALABRAS CLAVE: *Fornacis*, Hornachos, Hornachuelos, Ptolomeo, Beturia, Plomo argentífero.

ABSTRACT: In the thirtieth anniversary of the beginning of the archaeological excavation in 1986 in the *oppidum* of Hornachuelos (Ribera del Fresno, Badajoz, Spain), the investigation of the identification and correlation of this *oppidum* with the *Fornacis* described by Ptolemy (*Geo.* II, 4, 10) was resumed. This new investigation has been considered using a approach multi-discipline, namely: 1) An historical and historiographical assessment of the names of *Fornacis*, *Furnayūls-Furnayūluš-Furnayūš*, Fornachos, Hornachos y Hornachuelos; 2) A new fitting to the Ptolemaic coordinates for the approximate location of this *oppidum* in the geographical history of Beturia (Plinio, *Nat. Hist.* III, 14-15); and 3) the geostrategic and territorial entity of the roman-republican *oppidum* of Hornachuelos and the relation with the mineral and metallurgy of the argentiferous galena and the lead.

KEYWORDS: *Fornacis*, Hornachos, Hornachuelos, Ptolomeo, Beturia, Argentiferous lead.

RÉSUMÉ: À l'occasion du trentième anniversaire du commencement des fouilles de l'*oppidum* d'Hornachuelos (Ribera del Fresno, Badajoz, Espagne) en 1986, nous revenons au problème de son identification probable avec *Fornacis* (Ptolomeo, *Geo.* II, 4, 10). Cet objectif est abordé dans une perspective multidisciplinaire qui combine trois aspects principaux: 1) l'évaluation historiographique et historique des toponymes *Fornacis*, *Furnayūls-Furnayūluš-Furnayūš*, Fornachos, Hornachos et Hornachuelos; 2) une nouvelle proposition d'ajustement des coordonnées ptolé-

maïques pour la localisation approximative de cet *oppidum* dans la géographie historique de la Beturia (Plinio, *Nat. Hist.* III, 14-15); et 3) l'entité géostratégique et territoriale de l'*oppidum* romain-républicain d'Hornachuelos et sa relation avec la métallurgie minière de la galène argentifère et du plomb.

MOTS-CLÉS: *Fornacis*, Hornachos, Hornachuelos, Ptolomeo, Beturia, Plomb argentifère.

(Página deixada propositadamente em branco)

“ESTRECHANDO EL CÍRCULO” DE LA *FORNACIS*
DE PTOLOMEO: EL *OPPIDUM* DE HORNACHUELOS
(RIBERA DEL FRESNO, BADAJOZ)

1. Sobre *Fornacis*, Hornachos y Hornachuelos

La identificación de Hornachos (Badajoz) con la *Fornacis* (*Furnacis*) turdetana recogida en la *Geographías Hyphégesis* de Ptolomeo (II, 4, 10)¹ encierra, más allá de sus sonoras concordancias, un proceso histórico asumido directa o indirectamente por la historiografía hasta fechas recientes (FIG. 1A) (ORTIZ DE THOVAR 1770, 1779; MUÑOZ DE RIVERA 1895; MARTÍNEZ MARTÍNEZ 1900; SÁNCHEZ PÉREZ 1964; ÁLVAREZ MARTÍNEZ 1985: 124; GONZÁLEZ RODRÍGUEZ 1990, 2003; GARCÍA-BELLIDO, 1995: 273 n. 29; GARCÍA ALONSO 2003: 73-74; CALERO VIÑUELA 2007, 2011).

El germen de tal identificación se encuentra en el manuscrito aún inédito del franciscano Juan Mateo Reyes Ortiz de Thovar (1770) titulado *Discursos de la Peregrina, Portentosa, y Milagrosísima Imagen del Santísimo Christo del Rosario de la Villa de Hornachos...* Dejando a un lado sus elucubraciones míticas sobre la fundación de Fornace por Hércules Egípcio o sus particulares lecturas epigráficas y de los textos grecolatinos, este autor justificó así la reedificación de Hornachos y su nombre hacia el 550 a.C.: “Poblada pues, La Ciudad por los Turdulos Celtiveros le pusieron por nombre Fornacis, genitivo de fornax, nombre que le dieron por los muchos Hornos de metales que tenían al sitio, que oy llaman el Zerro de las Cruces,⁺ [y en varios puntos de su termino, que oy llaman los naturales: Herrerías,]⁺ cuyos vestigios hoy se dejan registrar de la curiosidad. Es tradición, que hasta el día de oy se conserva en los Naturales de Hornachos, además de estarlo publicando el

¹ BEJARANO SÁNCHEZ 1987: 185; STÜCKELBERGER y GRASSHOFF 2006: 167.

mismo sitio, pues todo el Zerro se registra lleno de hornos metalicos, y superfluidades, con tanta abundancia que en todo el mas del Zerro no se registra una hebra de yerva”. A renglón seguido completaba su aserto de que Hornachos “en la antigüedad se llamasse Fornacis, y que fuesse la Phornacis de Claudio Ptolomeo”, con dos epígrafes hallados en el castillo y en el propio pueblo: C. C. R./PHORN.E.C.C.C.I. y L. ATTIVS. FORN. FLAM² (ORTIZ DE THOVAR 1770: cap. 3 f. 6-6v). Años más tarde, en 1779, el propio Ortiz de Thovar recogería un relato similar, pero mucho más simplificado, en su célebre *Partidos Triunfantes de la Beturia Túrduła...*³ (FIG. 1B).

A finales del siglo XIX, sin mención alguna al franciscano, el maestro Antonio Muñoz de Rivera (1895) reproduciría en su *Monografía histórica-descriptiva de la Villa de Hornachos* los principales argumentos del manuscrito de 1770 de Ortiz de Thovar sobre los vínculos entre *Fornacis* y Hornachos. Aunque de interés relativo, esta obra fue, junto a *Partidos Triunfantes de la Beturia Túrduła...*, una de las principales fuentes de información de M. Ramón Martínez para redactar las ocho páginas que, bajo el título de “Hornachos”, publicara en 1900. En su empeño de recabar noticias de “antigüedades romanas ó visigóticas”, Martínez había procurado por diversas vías el susodicho escrito de Ortiz de Thovar. Sin embargo, no llegaría a consultarlo y, por ello, tampoco sería consciente de que Muñoz de Rivera era su intermediario (SÁNCHEZ PÉREZ 1964: 97; GONZÁLEZ RODRÍGUEZ 1990: 18-19). En cualquier caso y a pesar de la brevedad de su trabajo, fue M. Ramón Martínez quien amasó con mayor criterio los ingredientes de esta secular hipótesis (Fig. 1C).

² La imaginativa lectura del franciscano para el primer epígrafe fue: “Claudio Clemente Regino, murio en Phornacis, en la era de trescientos, y cinquenta del Cesar, que es el año del Señor de trescientos, y doce”. La segunda inscripción, que vio colocada a la entrada de una “athahona” de Hornachos, la atribuyó a “Lucio Acio, sacerdote fornacense”.

³ Según A. GONZÁLEZ RODRÍGUEZ (1990: 17), existen dos manuscritos de la obra de 1770. Uno de ellos, el consultado por nosotros, se conserva en la Biblioteca del Seminario de “San Atón”, Badajoz (Núm. de registro 43.100, Manus. 16). En este, el nombre del autor que aparece en la portada es fray Juan Matheo Reyes *Domínguez* de Thovar. Por su parte, *Partidos Triunfantes de la Beturia Túrduła...* fue publicado en 1998 por el Monasterio de Guadalupe. Una valoración de estos textos en GONZÁLEZ RODRÍGUEZ 1990: 13-20 y HERNÁNDEZ GONZÁLEZ 2010.

Martínez, que tildó a sus predecesores de “autores patrañeros”, dedicó los dos primeros apartados de su artículo a situar en la geografía contemporánea la ciudad de *Fornacis*, fijada por Ptolomeo en las coordenadas 8° 30' O y 38° 50' N. Sin precisar el manejo de dichas referencias, afirmó que –aunque próximas– no eran “del todo puntuales para Hornachos”, ya que corresponderían a Manchita, situada a 29 km al N. Una desviación achacada por el autor a los “copiantes”, pero no excesiva en su opinión para cuestionar la relación de *Fornacis* con Hornachos dada la semejanza de ambos nombres. Una “razón potísima” apoyada en otros ejemplos de dentro y fuera de la región (*Cauria*, *Capara*, *Emerita*, *Metellinum*, *Salmantica*...) que permitían correlacionar ciudades antiguas y actuales en función de los escasos cambios habidos en la evolución fonética de sus denominaciones.

En coherencia con ello y a fin de reforzar su hipótesis, M. Ramón Martínez contempló también una plausible correspondencia de *Fornacis* con Hornachuelos, población de la provincia de Córdoba, a más de 130 km al SE de Hornachos. Pero la excluyó con la tesis de que Ptolomeo integró *Fornacis* entre las ciudades turdetanas y no en el ámbito túrdulo donde a su parecer se encontraba la villa cordobesa⁴. A mayor abundamiento de su teoría, tras reproducir el listado de coordenadas de *Metellinum* (Medellín), *Contributa* (Zafra), *Arsa* (despoblado de Arsallén), *Sisapona* (Almadén), *Mirobriga* (Capilla) y *Fornacis* (Hornachos), Martínez concluía con rotundidad: “Se ve, pues, que [Ptolomeo] coloca á Medellín al norte de Hornachos; á Zafra, al oeste; al despoblado de Arsallén, al sur; á Almadén, al noreste, y en la misma dirección á Capilla. Esto es, que cerrando por medio de líneas las distancias que median entre Medellín, Zafra, Arsallén y Capilla, resulta un circuito, dentro del cual se halla Hornachos; y en cambio Hornachuelos queda, no solo fuera de todo ese circuito, sino al sudeste del mismo y á una distancia muy considerable. Se ve, por consiguiente con toda claridad, que solo á Hornachos puede identificarse con la *Fornacis* de Ptolomeo”.

⁴“En primer lugar, que *Fornacis* era de las ciudades turdetanas, y Hornachuelos se encuentra cerca de Córdoba, que era la ciudad principal de la comarca túrdula, de suerte que si el geógrafo alejandrino se hubiera referido á ésta, podemos asegurar que hubiera puesto á *Fornacis* entre las ciudades de los túrdulos, y no en el grupo de las turdetanas” (MARTÍNEZ MARTÍNEZ 1900: 550). Una idea diferente a la de Ortiz de Thovar, que siempre enmarcó *Fornacis* en la Beturia túrdula. Sobre esta discordancia volveremos más adelante (apartado 3.4).

Asentada la ecuación *Fornacis*=Hornachos, Martínez aderezó su hipótesis con consideraciones –ya señaladas por ORTIZ DE THOVAR (1770, 1779 [1998]: 13)– sobre la filiación romana de *Fornacis* y su posible relación con la diosa *Fornace*, numen protector de los hornos de pan, en cuyo honor se celebraban las fiestas *Fornacales* el día duodécimo de las calendas de marzo (18 de febrero). Consciente de que este último no era más que una conjetura apoyada solo en el nombre, concedió mayor credibilidad a la relación de los posibles hornos de *Fornacis* con la fundición de metales. Estribaba su reflexión en la monografía de Muñoz de Rivera (que, como se dijo, replicaba pasajes del texto de 1770 de Ortiz de Thovar) sobre la existencia de minas y hornos metálicos en el Cerro de las Cruces y otros parajes cercanos a la población. Caminando sin saberlo sobre las pisadas de Ortiz de Thovar, MARTÍNEZ (1900: 552) apostillaba: “la ciudad de *Fornacis* debió de nacer á consecuencia de los trabajos mineros que en su territorio practicaron los romanos (...); moviéndome á aceptar esta hipótesis las noticias que da el Sr. Muñoz de algunas minas, cuya explotación atribuye á los moros, entre las cuales ‘merecen contarse *La Afortunada* en la sierra de *Pinos*, y *La Descuidada* en el sitio de *Trassierra*, abundante una y otra en plata, como lo prueba el hecho de haber hoy una compañía arrendataria de la primera, ocupada en la refundición de los despojos y restos abandonados por los ingleses’⁵. En otro lugar dice: ‘A unos 300 metros del pueblo y [en el] sitio llamado *El Escorial* se encuentra un gran promontorio de escoria de los ricos metales que se sacaron, no hace muchos años, de las piedras extraídas de la mina abierta en el *Cerro de las Cruces* y de otra que existió en la dehesa *Matilla*’”.

No iría mucho más allá M. Ramón Martínez sobre el devenir de *Fornacis*, de su nombre y sus hornos. Resignado a la ausencia de “antigüedades romanas ó visigóticas” que se lo permitieran, no obstante, algo apuntó entre las líneas de los tres últimos apartados de su trabajo al referirse a los vestigios islámicos mentados por Muñoz de Rivera (ata-layas, mezquita, castillo), al silencio de los cronistas medievales sobre el lugar hasta su reconquista en 1234, a la donación de *Fornachos* a la Orden de Santiago el 22 de abril de 1235 y, por último, a las recurrentes

⁵ Se refería a la *Hornachos Silver Lead Mining Company Limited*, compañía de capital británico que explotó minas de plata y plomo en Hornachos en el último cuarto del siglo XIX (AA.VV. 2009: 189).

diferencias surgidas entre las Órdenes de Santiago y Alcántara por los linderos de sus dominios (1240, 1254 y 1259), en cuyos arbitrajes se alude indistintamente a *Fornachos* y *Hornachos*.

1.1. En la estela del padre Ortiz de Thovar y M. Ramón Martínez

Más de cien años después, apenas se ha paliado el vacío documental de época romana y visigoda en el entorno de Hornachos al que se enfrentó M. Ramón Martínez. Aun así, son dignas de mención las aportaciones de A. CALERO VIÑUELA (2007, 2011) sobre una treintena de piezas marmóreas romanas e hispano-visigodas reaprovechadas en diversas construcciones de Hornachos, vinculadas por este autor con el esplendor de una refundada *Fornacis* en este lugar. Un esplendor que, apelando de nuevo a ORTIZ DE THOVAR (1779 [1998]: 12), Calero ha relacionado con la riqueza minero-metalúrgica de la zona: “20 vestigios de minas de oro, plata, cobre, estaño, plomo y hierro”. Hallazgos a los que, puestos a rememorar, cabría añadir las dos “medallas góticas”, una de oro del rey “Teudio” y otra de cobre del “Santo Rey Ermenegildo”, descritas y dibujadas por el franciscano en el capítulo 6 (f. 11-11v) de su mencionado manuscrito de 1770.

Por nuestra parte, alguna información hemos podido recabar sobre el nombre del Hornachos islámico en el legado de al-Idrīsī. En concreto, en su compendio *Nuzhat al-muštāq fi’khtiraq al-afaq* (*El libro de los placenteros viajes por tierras lejanas*) (1154), conocido en Occidente como *Tabula Rogeriana* o *Gran Atlas* (PAVÓN SOLDEVILA y PONCE DE LEÓN 2016), y en el libro de itinerarios *Uns al-muhay* (c. 1154-1166), cuya parte sobre *al-Andalus* fue estudiada y editada por J. ABID MIZAL (1989). En la *Tabula Rogeriana*, inspirada en los trabajos de P. Orosio, C. Ptolomeo y al-Razi, al-Idrīsī identificó Hornachos con el nombre de *Furnayūlš* o *Furnayūluš*, según se desprende de las grafías recogidas en las copias del *Gran Atlas* de París (c. 1300) y Oxford (c. siglo XVI)⁶ (FIG. 2). Por su parte, en *Los caminos de al-Andalus en el siglo XII*, ABID MIDZAL (1989: 86, 227) se decantó por *Furnayūš*, transcripción

⁶ Transcripciones de Rocío Velasco, profesora de Estudios Árabes e Islámicos de la UEX.

de Hornachos proveniente de *Furnuš* (=hornos), al citar este enclave en una de las rutas “de Mérida a Córdoba”⁷. Desconocemos, sin embargo, evidencias de trabajos minero-metalúrgicos del periodo islámico (nada improbables) en Hornachos que pudieran justificar/prolongar dicha toponimia, más allá de las labores romanas que debían verse aún (de hecho, todavía lo eran en el siglo XVIII, según Ortiz de Thovar). Tampoco hemos localizado, salvo alusiones genéricas, referencias precisas a la minería tardoantigua y medieval en los estudios consultados (GIBELLO BRAVO 2007; FRANCO MORENO 2008: 72, 190; CORDERO RUIZ 2013; etc.).

A pesar de ello y llegados a este punto, hay tres cuestiones toponímicas que, en nuestra opinión, no admiten excesivas dudas: 1) la relación de *Furnaŷūlš-Furnaŷūluš* o *Furnaŷūš* con *Furnuš* (=hornos) en lo que parece ser la arabización del nombre latino de *Fornacis* (*Furnacis*) (*furnus* -i m., *fornax* -acis f.); 2) su proximidad a sitios como *Mārida*-Mérida, *Alanas*-Alange o *Baṭalyūs*-Badajoz en la *Tabula Rogeriana*; y 3) la clara diferenciación de este lugar con la más alejada población cordobesa de Hornachuelos, reconocida por al-Idrīsī como *Furnašūluš* e integrada en la ruta de Córdoba a Badajoz (ABID MIZAL 1989: 82, 169). Una población esta, dicho sea de paso, cuya relación con la minero-metalurgia ya recogió al-Idrisi en *La Geografía de España*, hacia 1130, al describirla como “una villa bien fortificada, rodeada de muchos viñedos y huertos y en la vecindad de la cual hay minas de plata y oro...” (cit. en SÁNCHEZ GÓMEZ 1989: 73 n. 129).

En las fuentes cristianas, *Furnaŷūlš-Furnaŷūluš-Furnaŷūš* pronto evolucionaría a los castellanizados *Fornachos* (GONZÁLEZ GONZÁLEZ 1986: docs. 553, 680) y *Hornachos* (PALACIOS MARTÍN 2000: docs. 178, 244, 300), materializando el paso de la /F/ inicial latina a la /H/ (QUILIS MERÍN 1996, 1997). Aun así, la denominación *Fornachos* perduraría al menos hasta el siglo XIV (*Libro de la Montería*, 75). A partir del siglo XV, esta población aparecerá referida como “villa de Hornachos” (RODRÍGUEZ BLANCO 1985; GARRIDO SANTIAGO 1989; LADERO QUESADA 1989; GONZÁLEZ RODRÍGUEZ 1990: 42-53; MOLÉNAT 2008; etc.). Por su parte, la actividad minero-metalúrgica del plomo argentífero está bien atestiguada a lo largo del siglo XVI (GUERRA 1972: 434); peque-

⁷ Optó por *Furnaŷūš* tras descartar otras grafías de más difícil lectura en los dos ejemplares del manuscrito que refiere.

ñas explotaciones muy vinculadas a los famosos y diestros moriscos de este núcleo, “con tradición de trabajadores mineros que emigran a otros puntos para trabajar minas y que luego surtirá a Guadalcanal de mano de obra experta...”. Aun así, no faltaron recelos y conflictos con ellos. Su expulsión en 1610 supondría “el golpe mortal a las explotaciones” mineras en Hornachos (SÁNCHEZ GÓMEZ 1989: 255, 563-564, 667-670). Aquellas remotas labores serían retomadas con cierta intensidad entre los siglos XIX-XX y sus vestigios aún perduran (MUÑOZ DE RIVERA 1895: 61-62; GUERRA 1975: 222; LOCUTURA RUPÉREZ Y ALCALDE MOLERO 2006: 144-151; AA.VV. 2009: 64-65, 319-329).

1.2. El desapercibido Hornachuelos de Ribera del Fresno

En los citados trabajos de Ortiz de Thovar, Muñoz de Rivera y M. Ramón Martínez no hay mención alguna a las ruinas romanas del cerro de Hornachuelos, situado en el término de Ribera del Fresno (Badajoz) y a 8,5 km en línea recta al O-SO de Hornachos⁸. ORTIZ DE THOVAR (1779 [1998]: 13, 19) sí refirió, en cambio, un pueblo llamado Hornachuelos entre los “sujetos” a la villa de Hornachos, en su calidad de cabeza de partido. Con dudas, el franciscano señaló que dicho pueblo “estuvo situado al sitio de Arroyo conejos una legua Ayllones para Hornachos, cuya villa dio vecinos para fundarlo por los años 1011 de Cristo (...). Fue este pueblo trasladado a Ayllones (...). Otros quieren decir que este pueblo morisco de Hornachuelos estuvo al sitio que hoy llaman Arroyo Culebra, junto a Maguilla arrimado a San Martín, en cuyo sitio está una ermita con la advocación de Nuestra Señora de Hesperia o Hesperia (...). Soy de sentir que esta opinión es la más verdadera”. En este punto lo situaría también P. MADDOZ (1830: 231)⁹ y así parecen confirmarlo los restos dispersos por un área de 2,5 ha, en la cima de un altozano (559 m), desde el cual se divisa un gran panorama y la serranía de Hornachos, a 28 km al NO siguiendo el curso del Matachel.

Por su parte, la única alusión a Hornachuelos de M. Ramón Martínez fue la referida al pueblo de Córdoba, como descarte de la *Forna-*

⁸ Medición realizada a través de *SigPac*.

⁹ “Desp. en la prov. de Badajoz, part. jud. de Llerena, térm. de Maguilla: SIT. 1/8 leg. al N. de esta v., apenas se advierte vestigio alguno de su pobl. de la cual solo se habla tradicionalmente”.

cis de Ptolomeo frente a Hornachos. Pero su silencio sobre el cerro de Hornachuelos de Ribera del Fresno nos resulta aún más llamativo por cuanto dos años antes de la aparición de su artículo “Hornachos”, el marqués de MONSALUD (1898: 151) había publicado una lápida funeraria de un tal Marco Arruncio procedente de este paraje; un hallazgo que tenía el valor añadido de ser la primera inscripción romana descubierta en aquel término¹⁰ (FIG. 3).

Desde el punto de vista toponímico, “Hornachuelos”, singularizado por el sufijo diminutivo *-uelo*, parece entroncado también con *Fornacis* y, aún más, con los nombres legados por al-Idrīsī y sus correspondientes castellanos: *Furnayūls-Furnayūlus-Furnayūs* (Fornachos-Hornachos) y *Furnašūlus* (Hornachuelos, Córdoba). Según González Ollé (1962: 281-284), el sufijo diminutivo *-uelo* (del lat. *-ōlus*) fue “usual entre los árabes españoles en sus variadas formas” y su utilización se ajustó a unos determinados criterios de sufijación que perdurarían hasta mediados del siglo XV. Al final de dicho siglo se produciría ya una mayor libertad en la formulación de los diminutivos. En palabras del propio González Ollé, “*-uelo* conoce en castellano medieval un uso muy restringido. De ahí que su presencia, en época posterior, tenga siempre algo de insólito, que su utilización se limite casi a la literatura, lo cual determina el carácter del sufijo”.

En función de todo ello, inferimos que el topónimo Hornachuelos se remonta a época medieval y, en su literalidad, alude al diminutivo de Hornachos. Así lo corroboraría el referido despoblado medieval de Hornachuelos de Maguilla, fundado por Hornachos y recogido sucesivamente por Ortiz de Thovar y Madoz. Un “pequeño Hornachos” quizá efímero y subordinado al “Hornachos principal”, que sí perduraría en el tiempo. Sin que podamos probarlo documentalmente, intuimos que las ruinas romanas de Hornachuelos de Ribera del Fresno pudieron ser percibidas y nombradas así –como otro “pequeño Hornachos”– ante la cercanía y visibilidad de Hornachos, convertido en referente poblacional de la zona en plena época medieval. Hasta donde hemos podido averiguar, ya en el siglo XV, la dehesa de Hornachuelos de Ribera del Fresno se incluyó entre las dehesas de encomienda de la Orden de Santiago (RODRÍGUEZ BLANCO 1985: 250).

¹⁰ Asimismo, se harían eco de este epitafio, con correcciones de Hübner, J. Ramón Mélida (1925: 436-437) y J. Mallon y T. Marín (1951: 41).

Asimismo, Á. Bernal (e.p.) ha constatado la continuada referencia a Hornachuelos en las visitas de la Orden a Ribera del Fresno entre 1494 y 1515. En definitiva, es probable que el despoblado romano de Hornachuelos, desapercibido para los cronistas perseguidores de la *Fornacis* de Ptolomeo, a partir de un cierto momento, sencillamente quedó confundido y olvidado en una historia acaparada por Hornachos. Llegados a este punto y una vez trazada la evolución y el arraigo del topónimo latino *Fornacis* en esta zona, entendemos que la verificación de su relación con Hornachos y todos los Hornachuelos referidos pasa por revalorar las coordenadas dadas por Ptolomeo y la arqueología conocida hasta ahora.

2. Las coordenadas de Ptolomeo: una nueva aproximación

No es lugar este para adentrarse en las fuentes y fundamentos metodológicos que concita la *Geographías Hyphégesis* de Ptolomeo. Sí lo es en cambio para referir al menos sucintamente algunos de los planteamientos y propuestas ensayadas por la copiosa investigación dirigida a testar la validez de su información y, más concretamente, de sus debatidas coordenadas. Como es sabido, estas se fundan en datos astronómicos deudores de la geografía matemática griega y en informaciones viarias contenidas en itinerarios terrestres y periplos marítimos diversos. En el ámbito particular de la península ibérica, abundan los trabajos que se han sustentado en Ptolomeo para afrontar cuestiones relativas a su contexto geográfico, la evolución del diseño provincial, el reparto espacial de las etnias o la localización de las ciudades. Con resultados desiguales, el abordaje de dichos objetivos ha girado en torno a dos ejes principales: la búsqueda de equivalencias entre las coordenadas ptolemaicas y las actuales; y el cálculo de distancias entre puntos a partir de los datos transmitidos por Ptolomeo y su comparación con las mediciones recogidas en los itinerarios clásicos, en un claro intento de desentrañar el sistema de localización utilizado por Ptolomeo. Todo ello combinado a su vez con las evidencias arqueológicas, epigráficas, numismáticas y literarias disponibles (p.e. SOLANA SAINZ 1972; KNAPP 1993; CANTO DE GREGORIO 1997a; TORNADIJO RODRÍGUEZ 2008a, 2008b; GÓMEZ FRAILE 1997, 2005; MONTERO VÍTORES 2002; TSORLINI 2009; URUEÑA ALONSO 2011, 2014a, 2014b; DÍEZ PANTALEÓN 2016; DEFAUX 2017; HAUSHALTER 2017).

En este denso marco de lecturas y propuestas, el caso de *Fornacis* se encuentra especialmente condicionado por el hecho de que, más allá de las coordenadas legadas por Ptolomeo (8° 30' O, 38° 50' N), no aparece referido por ningún otro autor ni en ninguno de los itinerarios conocidos (GARCÍA ALONSO 2003: 73). Tal circunstancia, que acredita este topónimo como hápax latino, es la que ha llevado a uno de nosotros (MPG) a ensayar una aproximación a este enclave basada en la transformación afín aplicada a las coordenadas ptolemaicas con su correspondiente ajuste mediante el principio de mínimos cuadrados, tomando como marco de análisis la parte septentrional de la Bética romana. Una referencia preferente en este caso de estudio ha sido el reciente trabajo de Díez Pantaleón (2016), donde este autor recoge la información sobre los lugares identificados de la *Geographías Hyphégesis*, estimando la densidad, calidad y precisión de sus datos. En concreto, para la Bética, con mejores resultados que en el resto de *Hispania*, DÍEZ PANTALEÓN (2016: 74) tasa los errores (su media) en los 23' en latitud y -311' en longitud (con desviaciones típicas de 26' y 53', respectivamente). Las diferencias calculadas para la región de *Fornacis*, objeto de este trabajo, son del mismo orden que las indicadas, lo que mostrará una importante consistencia en los datos utilizados, si bien siempre limitados por la imprecisión propia de Ptolomeo. En este sentido, aunque refiriéndose a otro ámbito peninsular, J. Urueña Alonso ha admitido no hace mucho “la imposibilidad de inferir directamente de las coordenadas ptolemaicas la posición actual de los puntos señalados, independientemente de las transformaciones que se hagan pues, en realidad, éstas no reflejan su localización absoluta sino sólo su posición relativa respecto a unos puntos de referencia, cuya ubicación, a su vez, distaba de ser exacta” (URUEÑA ALONSO 2014a: 173).

2.1. La localización de *Fornacis*

Como se ha puesto de manifiesto en apartados precedentes, la toponimia y los rastros arqueológicos conocidos hasta ahora vinculables a *Fornacis* nos sitúan ante cuatro opciones posibles: Hornachos, Hornachuelos (Ribera del Fresno), Hornachuelos (Maguilla) y Hornachuelos (Córdoba). Veamos a continuación las probabilidades de cada una de ellas a partir de nuestra propuesta de valoración de las coordenadas de Ptolomeo.

La primera premisa de trabajo supone una cierta uniformidad en la precisión de los datos para cada una de las diferentes regiones que Ptolomeo trata, aunque ya sabemos de la heterogeneidad de esta información a nivel global. En función de esta cierta uniformidad local vamos a implementar unos parámetros de transformación locales utilizando para ello lugares conocidos dentro del amplio espacio donde debió encontrarse la *Fornacis* ptolemaica. Con esta primera premisa hemos seleccionado un total de 16 puntos (FIG. 4A), ubicados en la zona norte de la misma provincia Bética que nuestro objetivo, salvo para los casos de *Ebora/Évora*, *Augusta Emerita/Mérida* y *Laconimurgi/Cogolludo*, pertenecientes a la Lusitania, y perfectamente identificados por métodos arqueológicos y/o epigráficos. Aunque no se pueden tener certezas en estos aspectos, existe una amplia aceptación en estas correspondencias. No obstante, algunos de los lugares incluidos en el área seleccionada merecen una aclaración.

Es el caso, por ejemplo, de *Arsa*, localizada por algunos autores en Azuaga y por otros en la Sierra de Argallanes, límite entre Zalamea de la Serena y Campillo de Llerena, ambas localidades de Badajoz y separadas entre sí unos 34 km (GARCÍA-BELLIDO 1993). Otro caso es el de *Segida*, para la cual tampoco hay pruebas concluyentes y sí dos propuestas de localización: Zafra y Burguillos del Cerro, localidades badajocenses distantes entre sí 16 km (CANTO DE GREGORIO 1995: 312-313, 1997b: 19). La cercanía de ambos lugares, del mismo orden del redondeo con que Ptolomeo nos ofrece las coordenadas (5' de arco), ya nos adelanta la imposibilidad de determinar con el procedimiento que aquí utilizaremos cuál de las dos es la más probable. Asimismo, comprobaremos que en las dos opciones el error asociado a este lugar excede con mucho al error medio. En este caso, el procedimiento no se mostrará concluyente.

2.1.1. Las coordenadas utilizadas y su precisión

Las coordenadas utilizadas para los puntos actuales son las geodésicas referidas al sistema ETRS89 (*European Terrestrial Reference System*, 1989), sistema oficial en la actualidad en España y en el que vamos a efectuar la comparación. En consonancia con las coordenadas de Ptolomeo, tanto para facilitar la lectura de estas coordenadas como los resultados que de ellas se obtengan, se darán redondeadas al minuto

de arco. Utilizar más precisión podría resultar engañoso al no tenerla los datos ptolemaicos, y operando así las conclusiones que puedan derivarse serán suficientemente precisas para los objetivos marcados. Sus coordenadas actuales y las de Ptolomeo aparecen en las tablas de los cálculos incluidas en las ilustraciones.

2.1.2. La transformación empleada y la determinación de sus parámetros

La forma más adecuada para analizar nuestros dos conjuntos de datos (coordenadas) es mediante una transformación afín (aplicación afín o afinidad), que permite relacionar dos sistemas cartesianos que discrepan en la situación del origen (traslación), en la orientación de cada uno de los ejes (giros) y en la unidad de medida a lo largo de cada uno de los mismos (factores de escala). Es la transformación que utilizaremos en este trabajo, pues nos permite tratar de manera más independiente ambos parámetros, esto es, longitud y latitud. Las transformaciones de cinco parámetros (dos traslaciones, dos giros y un factor de escala) o de cuatro parámetros (dos traslaciones, un giro y un factor de escala), llamada comúnmente “transformación de Helmert”, son más adecuadas para conjuntos de coordenadas con una precisión más homogénea, lo que no es nuestro caso.

La formulación es muy sencilla y puede consultarse en cualquier tratado de Geometría. Si denominamos (λ, φ) al conjunto de coordenadas geodésicas conocidas y (A, Φ) a las coordenadas de Ptolomeo, la transformación (relación) se escribe como en la Fig. 4B. Puesto que ambos conjuntos son sistemas esféricos, hemos considerado como sistema cartesiano definido el asociado a la representación plana dada por el desarrollo cilíndrico más simple¹¹.

Teniendo en cuenta que los parámetros a determinar son seis, un conjunto de tres puntos (seis datos) permitiría resolver el sistema de ecuaciones compatible y determinado. Ahora bien, dado que los errores que contiene uno de los conjuntos de datos no es en absoluto homogéneo, podemos plantear un reparto de estos para todo el conjunto

¹¹ Es la proyección cilíndrica con meridianos automecoicos dada por las expresiones: $x=\lambda$, $y=\varphi$.

tratando toda la información ptolemaica del entorno de *Fornacis*. Los 16 puntos dados en la FIG. 4A, de los que se conoce su homólogo actual con gran certeza, nos permitirán resolver un sistema de ecuaciones sobredeterminado (30 ecuaciones con seis incógnitas) aplicando el principio de mínimos cuadrados, esto es, haciendo que la suma de los cuadrados de los residuos generados en la resolución sea mínima. Además, esta misma resolución, aplicando principios estadísticos básicos, nos permitirá estimar los errores máximos que pueden tener los puntos que intervienen y, llegado el caso, desecharlos en el cálculo, como por ejemplo ocurrirá con *Seria*.

2.1.3. Transformaciones realizadas

Vamos pues a comprobar el encaje de los lugares de Ptolomeo con sus ubicaciones actuales, y a analizar los errores que de este encaje se obtienen. Y, como hemos dicho, son precisamente los errores proporcionados en los diferentes ajustes los que van a permitir las tomas de decisión sobre qué puntos pueden o deben eliminarse del procedimiento de transformación afin, y cuyas coordenadas se reproducen en la FIG. 4A. Todos los cálculos de ajuste se realizan con la opción de Zafra para la ubicación de *Segida1*. También utilizaremos el caso de *Arsal*, localizada en Azuaga, pues la distancia entre las dos probables ubicaciones de *Arsa* está en el orden de los errores de Ptolomeo (34 km, equivalente a unos 18' en latitud).

Como primer paso, comprobaremos la integridad de los datos. Para ello realizamos un primer ajuste con la totalidad de los puntos con el fin de obtener unos parámetros de transformación. No incluimos en él a *Fornacis* a la que posteriormente, en las cuatro opciones planteadas, son aplicados. El resultado se presenta en la FIG. 5. El cálculo y ajuste, utilizando las localizaciones alternativas de Argallanes y Burguillos del Cerro para *Arsa2* y *Segida2*, arroja unos resultados similares: desviación estándar $\sigma = 0^{\circ} 44'$. Por su parte, *Seria* presenta un residuo de $2^{\circ} 14'$, superior a $2,5\sigma$.

Este primer ajuste nos indica con claridad que la ubicación de *Seria*, fijada por métodos arqueológicos en Jerez de los Caballeros, debe contener un error en las coordenadas ptolemaicas. La desviación en latitud es elevada, aunque otros puntos presentan una desviación similar. Sin embargo, el problema se presenta en longitud pues Ptolomeo la

desplaza más de 2° hacia el O, llevándola hasta casi la desembocadura del Guadiana, a unos 30 km al N de *Onuba*-Huelva. Desechando entonces *Seria* en una primera aproximación, un nuevo cálculo nos ofrece un resultado más homogéneo como el que se presenta en la FIG. 6.

Al quedar eliminada la distorsión introducida por *Seria*, la desviación estándar (y, por tanto, el error máximo) quedan considerablemente reducidos. Ninguno de los residuos obtenidos ahora supera en 2,5 veces dicha desviación, por lo que en un ajuste realizado a partir de estos datos más homogéneos obtendríamos un resultado bastante más cercano a la realidad. En efecto, aplicados a los puntos incógnita tenemos resultados con errores del mismo orden¹². La aplicación de estos parámetros de transformación a nuestras cuatro opciones de *Fornacis* proporciona los resultados mostrados en la FIG. 6, y cuyo comentario dejamos para el análisis final.

Sin embargo, se observa en la FIG. 6 que alguno de los puntos utilizados para este segundo cálculo presenta una alta desviación. Nos referimos en concreto a *Segida*, *Laconimurgi* y *Regina*. En los dos primeros casos, los errores son elevados tanto en longitud como en latitud. Para el tercero, *Regina*, la desviación en longitud es tal que Ptolomeo la presenta al O de *Contributa*, cuando en realidad está al E, teniendo ambas una latitud muy similar. Parece más un error de escritura que de determinación, aunque evidentemente esto no puede afirmarse.

Por otra parte, la desviación para las dos opciones de *Arsa* son del mismo orden para la longitud; pero, en la segunda opción, la de Argallanes, es mucho mayor para latitud, solo superada por *Segida* y *Laconimurgi*. Esto es indicativo de que la primera opción, la de Azuaga, encaja mejor en el conjunto y, por tanto, la aceptaremos como buena para los siguientes cálculos como hemos hecho hasta ahora.

Si no consideramos estas tres localizaciones de *Segida*, *Laconimurgi* y *Regina* por las razones expuestas, y realizamos un nuevo ajuste, obtenemos los resultados presentados en la FIG. 7. Una mirada atenta a esta nos muestra que las desviaciones están ya mucho más acotadas. La desviación estándar es del orden de la precisión (real) que tienen muchos de los datos de Ptolomeo, y la obtenida en la transformación

¹² Nuevamente podríamos realizar el cálculo con las opciones alternativas de *Arsa2* y *Segida2*, comprobando que la desviación estándar quedará en este caso en $\sigma = 0^\circ 32'$ y $2,5\sigma = 1^\circ 20'$, totalmente equivalentes a las anteriores.

de nuestro punto incógnita (*Fornacis*) es igual o inferior a ella, salvo para el caso de la opción del Hornachuelos de Córdoba, que duplica ese valor. Estas desviaciones están bastante por debajo de las diferencias medias referidas anteriormente para la provincia de la Bética; desde luego, son errores asumibles para la precisión intrínseca en la *Geographías Hyphégesis*. Estamos hablando de distancias lineales de entre 18 y 22 km, y recordemos que los datos de Ptolomeo están redondeados a los 5', es decir, algo más de 9 km.

Esto permitiría concluir que el grado de afinidad entre el conjunto de puntos de Ptolomeo y los actuales es muy elevado, si quitamos aquellos detectados como más problemáticos: los mencionados *Seria*, *Laconimurgi* y *Regina*, y a los que añadimos *Segida*, que además presenta el inconveniente de la incertidumbre en su identificación. Incluso conservando *Laconimurgi* y *Regina* en el ajuste y eliminando solo *Seria* y *Segida*, los resultados seguirían siendo coherentes con las precisiones tratadas¹³.

2.1.4. La probabilidad de ubicación de Fornacis

Como ya se ha dicho, no procede en esta ocasión valorar las precisiones y consistencia de los datos de la *Geographías Hyphégesis* de Ptolomeo; pero sí podemos afirmar que, con el grado de afinidad obtenido y las precisiones asociadas, los errores son perfectamente asumibles para el caso de *Fornacis* en los tres supuestos de localización asociados a la provincia de Badajoz. Los errores asociados al Hornachuelos cordobés, que muestran una tendencia en sentido contrario, nos permite desecharlo como probable ubicación, respecto de la que, por otra parte, sólo existía una ligazón toponímica.

Ahora bien, no es tanto lo cerca que están los puntos de Ptolomeo de la realidad, sino de la probabilidad (por cuanto desviación del ajuste realizado con errores reales) existente para ubicar cada uno de ellos en los lugares actuales. Y esta probabilidad aumenta si ningún otro lugar es alternativa para ello. Precisamente, es esta idea la que nos lleva a poder dar una vuelta de tuerca más al proceso.

Revisemos de nuevo los datos de la FIG. 7. Si nos fijamos en los

¹³ No se muestran más cálculos para no entorpecer la lectura y posterior análisis.

errores asociados a las primeras tres propuestas de ubicación de *Fornacis*, observamos que los errores de la opción Maguilla son menores que los de Hornachuelos y de Hornachos, lo que nos podría llevar a la precipitada conclusión de que dicho lugar es el representado en la *Geographías Hyphégesis*. Las otras dos opciones presentan resultados muy similares, y cuya diferencia parcial es igual a su diferencia en posición y del orden de precisión de los datos ptolemaicos, debido precisamente a esa cercanía geográfica entre ellas. Sin embargo, debemos fijarnos en el valor de la desviación estándar calculada para esta transformación: 20'. Los errores en posición de las tres opciones son iguales o están por debajo de ella, cosa que también ocurre en el cálculo recogido en la FIG. 6. Estos resultados nos proporcionan indicios sobre la pertinencia de las tres ubicaciones por igual a efectos estadísticos.

En efecto, utilizando estas diferencias para definir unas regiones de probabilidad de ubicación de cada una de las localizaciones en liza observamos que, para la FIG. 6, dichas regiones no incluyen ningún otro punto ptolemaico salvo en el caso de Hornachuelos de Ribera del Fresno, cuya elipse recoge las localidades de *Segidal-2*, *Arsa2* y *Contributa* por un margen menor a los 4' de arco (unos 7 km). Puesto que *Segidal-2* quedaron descartadas por el error presentado en cada una de ellas, la opción *Arsa2* (Argallanes) resultó menos favorable¹⁴ que *Arsal* (Azuaga) y que *Contributa* no ofrece dudas sobre su identificación actual (Medina de las Torres), no existe ningún punto de la *Geographías Hyphégesis* localizado en los entornos de nuestras tres localidades. Esto es, con una probabilidad de casi el 70% al menos, no hay alternativa para la localización de *Fornacis*. Los datos de la FIG. 7 afirman lo mismo, puesto que, aunque los errores son considerablemente menores, también lo es la desviación estándar. Entendemos entonces que las probabilidades de los tres puntos como localización actual de *Fornacis* son muy similares, resultando de esto imposible discriminar entre ellas con la precisión con que Ptolomeo nos da los datos y, sobre todo, con los errores reales asociados a las posiciones ciertas de los 16 puntos del entorno elegido. Por tanto, solo podemos definir una región geográfica en el entorno de las tres localidades, que

¹⁴ A esto cabría añadir que trabajos recientes en el Castillo de los Argallanes han vinculado este enclave más con un punto de control dentro del entramado de fortificaciones de altura de La Serena que con un verdadero *oppidum* como debió ser *Arsa* (MAYORAL HERRERA *et al.* 2016: 94-95).

ya intuía M. Ramón Martínez al referir los lugares que rodeaban a esta “ciudad turdetana”, y que el tratamiento de los datos ptolemaicos confirma al presentar desviaciones similares a las de su entorno en la Bética occidental.

3. El registro arqueológico: el *oppidum* de Hornachuelos y su territorio, la probable *Fornacis* de Ptolomeo

Descartada la relación de la villa cordobesa de Hornachuelos con la *Fornacis* de Ptolomeo por las razones expuestas, las tres opciones restantes decantadas por nuestro tratamiento de las coordenadas ptolemaicas –Hornachuelos de Maguilla, Hornachos y Hornachuelos de Ribera del Fresno– son las que finalmente someteremos a validación histórico-arqueológica. El primer caso, Hornachuelos de Maguilla, remite a un despoblado de época medieval, fundado por Hornachos y sujeto a esta villa, a tenor de los textos de ORTIZ DE THOVAR (1779 [1998]: 13, 19) y MADOZ (1830: 231) y del registro material visible en superficie (tejas árabes, ladrillos, cerámicas vidriadas, comunes...) ¹⁵. En suma, informaciones y vestigios no vinculables a la *Fornacis* romana de Ptolomeo. Por el contrario, las evidencias más expresivas de dicho periodo las acaparan el cerro de Hornachuelos de Ribera del Fresno y Hornachos.

3.1. El *oppidum* romano-republicano de Hornachuelos

Localizado a poco más de 6 km al E-SE de Ribera del Fresno, el cerro de Hornachuelos es un hito en el alomado paisaje de la cuenca del río Matachel, uno de los principales afluentes de la margen izquierda del Guadiana y ruta natural hacia el Guadalquivir a través de la campiña de Azuaga y Los Pedroches. Se trata de una elevación alargada de dirección NO-SE, con un inconfundible perfil determinado por dos plataformas amesetadas de diferente altura. Su cota máxima alcanza

¹⁵ Estos restos no están incluidos actualmente en la *Carta Arqueológica de Extremadura*. Sí lo están otros del término de Maguilla: la necrópolis visigoda de Los Quintos o Valdezamarra (YAC67368) y la villa romana de Las Torrecillas, reocupada en época medieval con una torre (YAC67374).

los 471 m, lo que supone un desnivel medio entre la cima y el terreno circundante de unos 65-70 m. Desde arriba, la vista alcanza hasta el valle del Guadiana, casi a 40 km al N, en cuyo horizonte se recorta el Cerro del Castillo de Alange. En dirección opuesta, S-SE, la mirada encuentra tierras algo más abruptas, salpicadas de pastizales y manchas de encinar, entre las que se abre paso el Matachel. Hacia el E, se extiende la hondonada del valle del Matachel, cultivada a tramos y limitada al fondo por el frente cuarcítico de la Sierra de Hornachos, con un potencial ecológico y metalogenético (plata-plomo, cobre, hierro...) que ha mediatizado la historia de esta zona. Por último, hacia el O, se expande la rojiza planicie de Tierra de Barros, sembrada de viñedos, olivares y cereales.

Con las únicas referencias de las publicaciones del marqués de MONSALUD (1898) y M. RAMÓN MARTÍNEZ (1900), vagas noticias sobre colecciones particulares de materiales (principalmente numismáticos) y un conocimiento muy superficial del sitio (RODRÍGUEZ DÍAZ 1986: 109-110), acometimos en septiembre de 1986 la primera intervención en Hornachuelos justificada por el interés de los materiales extraídos y abandonados meses antes por clandestinos (GIL-MASCARELL BOSCA y RODRÍGUEZ DÍAZ 1988)¹⁶. Sopesado el potencial geoestratégico y arqueológico del asentamiento y de uno de los túmulos de su necrópolis aledaña, también descubierta por entonces (RODRÍGUEZ DÍAZ 1987, 1989), emprendimos un proyecto investigador que se prolongaría hasta 1997. Este se fundamentó en el estudio del entorno ecológico y poblacional de Hornachuelos, el reconocimiento de sus diferentes fases de ocupación, la valoración de su necrópolis y, sobre todo, la integración de los resultados en el proceso histórico del Guadiana medio. Un plan de trabajo que conllevó, igualmente bajo nuestra dirección (ARD), una vertiente formativa con resultados dignos de mención (JIMÉNEZ ÁVILA 1989-90, 1990, 1993). Entre 2002-2003, completamos todo ello con la puesta en valor y difusión del yacimiento en el marco del proyecto “Alba Plata” de la Junta de Extremadura. Aunque la publicación glo-

¹⁶ Siempre estaremos en deuda con la familia Sánchez-Aranguren, propietaria actual de la dehesa de Hornachuelos, sin cuya confianza y generosidad no hubiéramos podido llevar a cabo este proyecto. Asimismo, nuestro reconocimiento a todas las corporaciones municipales y obreros de Ribera del Fresno que tanto se implicaron en nuestros trabajos. Como también lo hicieron los numerosos estudiantes que aquí conocieron la Arqueología.

bal de aquellos trabajos está aún pendiente, los resultados avanzados sobre este enclave han permitido ajustar nuestras percepciones iniciales sobre su estratigrafía, su territorio y, sobre todo, proponer –ante la ausencia de restos romanos de entidad en Hornachos– su identificación con la *Fornacis* de Ptolomeo en el contexto de los *oppida* de la Beturia (RODRÍGUEZ DÍAZ y JIMÉNEZ ÁVILA 1987-88; JIMÉNEZ ÁVILA 1989-90; RODRÍGUEZ DÍAZ 1991, 1995a, 1995b, 2003; ORTIZ ROMERO y RODRÍGUEZ DÍAZ 1998; RODRÍGUEZ DÍAZ y ORTIZ ROMERO 2003).

3.1.1. La secuencia ocupacional y el sistema defensivo

Tras el abandono de una remota ocupación calcolítica, el cerro de Hornachuelos conoció su más intensa y prolongada habitación entre mediados del siglo II a.C. y finales del I d.C. Durante esta etapa el sitio se muestra como un potente *oppidum* romano-republicano con una compleja trama defensiva y urbanística (FIG. 8A). Respecto a las defensas, no es fácil delimitar, diferenciar y ni mucho menos secuenciar líneas de fortificación, torreones, aterrazamientos, refacciones, superposiciones... reconocibles en superficie. Una aproximación simplificada a todo ello remite, en principio, a los principales taludes que quiebran su topografía. Estos dibujan dos claros recintos que acotan un área de casi 3 ha, situados en la cima y a media falda del cerro. Un tercer recinto más difuso se intuye en su tercio inferior, cuyo discontinuo contorno elevaría la superficie total del *oppidum* hasta las 5,5 ha. El recinto superior, con aspecto de acrópolis, posee un eje máximo cercano a los 100 m y una anchura media de 50 m. Por su parte, el segundo recinto, delineado por un fuerte talud a media ladera, roza los 300 m de longitud y su anchura oscila entre los 130 y 80 m. Entre ambos recintos, al menos en la cara SO del cerro, se aprecia una línea de fortificación o banal, cuya continuidad se diluye en las restantes vertientes. Por último, el indeterminado recinto inferior rondaría los 360 m de largo y los 180 m de anchura máxima¹⁷. En la ladera NE, su trazado permite vislumbrar algunos puntos de acceso. Más difícil resulta seguirlo en la vertiente opuesta, debido al arrasamiento provocado por la mayor pendiente de esta zona y por los acopios de materiales para la construcción de los

¹⁷ Mediciones realizadas a través de *SigPac*.

cercados y chozos inmediatos. Mención aparte merecen los dos aljibes excavados en la roca aún visibles: el primero, de unos 6 m de ancho, 7 m de largo y una profundidad ocultada por los rellenos, se sitúa junto a la cara externa del recinto superior en el sector NO del *oppidum*; el segundo, con unas dimensiones de 28 m de longitud y 10 m de anchura, se ubica en el sector SE. El relleno interior también impide precisar su profundidad. Una compleja red hidráulica debió abastecerlo, como se infiere de los canales tallados en sus ángulos y en sus lados mayores. En ciertos tramos, todavía se aprecian los cimientos de un pretil de seguridad. Ambas cisternas constituyeron sin duda grandes reservorios de agua destinados satisfacer las necesidades ordinarias de la población y, de un modo especial, las de épocas de asedio o conflicto.

De lo dicho hasta ahora, es fácil deducir que la defensa y el agua fueron dos de las principales preocupaciones y ocupaciones de los habitantes de Hornachuelos. Así lo reflejan las destrucciones, reconstrucciones y replanteos constatados en las excavaciones arqueológicas. La fortificación más antigua documentada es de mediados del siglo II a.C. Asociada al recinto intermedio, se localiza en el flanco NO y probablemente pudo marcar en algún momento el límite del *oppidum* por este lado, dada la ausencia de vestigios conservados del recinto inferior. La obra en cuestión consiste en un paramento y un posible torreón parcialmente registrados, con un foso delantero de perfil en U, de 5 m de ancho y 2 m de profundidad, flanqueado por dos terraplenes de cascajo contenidos por muretes de piedra para evitar su disgregación. Elementos estos que potenciaron de forma significativa las dimensiones del foso. Como es sabido, se trata de un sistema defensivo comparable con los de los castros indígenas y los campamentos romanos de este período (RODRÍGUEZ DÍAZ 1987; BERROCAL RANGEL 1992; BERROCAL RANGEL y MORET 2007; MORILLO CERDÁN 2016; etc.) (FIG. 8A).

En la base del foso, aparecieron cerámicas de tradición indígena, con bandas pintadas en rojo y negro, piezas de barniz rojo tardío, comunes romanas e importaciones campanienses A (Lamboglia 28a y 36a) que no remontan los comedios del siglo II a.C. A finales del siglo I a.C., el foso quedó colmatado y, sobre él, se levantó un muro defensivo que, pese a su deficiente obra, se mantuvo en pie hasta el abandono del asentamiento. Una construcción similar a esta última acotó, en la misma época, el recinto superior del *oppidum* (RODRÍGUEZ DÍAZ 1991: 291-294) (FIG. 8B).

3.1.2. El urbanismo y las casas

Durante el siglo I a.C., la organización del hábitat en el sector excavado del recinto superior, presidido por un torreón vigía¹⁸ al que se accedía por un estrecho callejón, se concretó en dos manzanas de casas adosadas, dispuestas en terraza y separadas por sendas calles trazadas en sentido longitudinal del cerro (Fig. 8B). Una distribución aterrazada que, a tenor de los sondeos realizados en esta misma zona y la zanja excavada en 1990 a lo largo de la ladera NO, probablemente fuera adoptada desde la fundación del *oppidum* por cuanto aprovecha al máximo el espacio edificable. Todas las casas conocidas fueron de planta angular y se cimentaron en zócalos de piedra sobre los que se levantaron paredes adobe. Las cubiertas fueron, en principio, de madera y ramajes manteados con barro y las fachadas se orientaron mayoritariamente al E-NE. Hay viviendas diferentes en tamaño y número de habitaciones, destinadas a menesteres domésticos, el descanso o el almacenaje. A veces, se documentaron hogares, poyetes de piedra, molinos rotatorios, bancos corridos... Hacia el cambio de Era, un incendio pudo provocar el desplazamiento de la población desde esta parte alta del cerro a la explanada del recinto intermedio, menos abrupta y más resguardada de los vientos fríos y húmedos. El único sondeo realizado en esta zona (1986) constató la existencia de viviendas de finales del siglo I d.C. con cubiertas de tégula y atarjeas excavadas en la roca bajo los pavimentos.

Las estructuras y materiales recuperados en las casas ilustran aspectos de la vida diaria, la dieta y las principales actividades económicas del *oppidum*. La agricultura de secano, la ganadería extensiva de vacas, ovejas-cabras y cerdos, así como la caza del ciervo aseguraron la subsistencia de quienes lo habitaron. No obstante, el factor económico principal de este enclave radicó, a nuestro juicio, en el control y explotación de las galenas argentíferas y el plomo del entorno de la Sierra de Hornachos. Aparte de las numerosas piezas (glandes, pesas...) y gote-rones de plomo (subproducto de la plata) encontrados y visibles incluso en superficie, se han documentado en un posible taller metalúrgico al-

¹⁸ Destruído casi en su totalidad en los años setenta del siglo XX al construir el respiradero de la canalización que, procedente del embalse de Los Molinos, abastece a diferentes pueblos de la comarca.

gunos trozos de mineral (galena), una maza y un yunque directamente relacionados con dicha actividad.

En estrecha relación con ello, parecen estar las monedas aparecidas en nuestras excavaciones y, sobre todo, las registradas de algunas colecciones privadas. Gran parte de este monetario pudo llegar a Hornachuelos de manos de mineros y soldados romanos e hispanos desplazados desde distintos ámbitos peninsulares entre los siglos II-I a.C., sin olvidar a los itálicos buscadores de fortuna en las nuevas tierras conquistadas. Su estudio inicial y las ulteriores revisiones publicadas han subrayado, en primer lugar, la elevada presencia de amonedación republicana, esencialmente argéntea, que a lo largo del siglo I a.C. dejó paso a las acuñaciones hispánicas. Las cecas hispanas mejor representadas son las de *Castulo*, *Obulco*, *Corduba* y *Carmo*; a continuación, se encuentran las cecas celtibéricas de *Sekaisa*, *Titiakos*, *Belikion*, *Cel-sa...*; y, por último, la amonedación ibérica de *Kese*, *Saitabi...* Aunque minoritarios, de gran interés resultan algunos hallazgos de *Dipo*, *Turricina*, *Balleia* y, sobre todo, un pequeño lote de téseras de plomo con signos púnicos, posiblemente de uso restringido en este enclave (JIMÉNEZ ÁVILA 1993; GARCÍA-BELLIDO 1993: 88-89, 1995: 273-281; BLÁZQUEZ CERRATO 2002: 192-196; etc.).

3.2. La necrópolis de “El Peñascón”

Aunque no es el único cementerio de Hornachuelos, la necrópolis tumular de “El Peñascón” es la que ha reportado la información arqueológica que nos aproxima a los ritos funerarios de los habitantes de este *oppidum*. A unos 150 m al este del cerro, el sitio elegido para su ubicación corresponde a una pequeña loma de 200 m de longitud, en cuyo extremo norte aflora el peñón que da nombre al paraje. La excavación parcial de este cementerio ha permitido reconstruir de forma representativa la evolución de las costumbres funerarias en Hornachuelos entre los siglos II a.C.-I d.C. De hecho, aún se mantiene como referencia de este periodo en el Guadiana medio (RODRÍGUEZ DÍAZ y ENRÍQUEZ NAVASCUÉS 1992, 2001: 311; RODRÍGUEZ DÍAZ y ORTIZ ROMERO 2003).

En una primera fase (siglos II-I a.C.), el ritual comenzaba con la quema del cadáver en una pira de leña de encina –o de esta con madera de acebuche-olivo para el caso de los túmulos 1 y 2 (DUQUE ESPINO 2004: 444-453)– contenida en un rebaje subrectangular abierto en la

roca (*ustrinum*). Concluida la cremación, los restos del difunto y un reducido número de pertenencias (broches, pendientes, fusayolas...) se recogían en un paño o en una vasija de barro. Esta, por último, se sepultaba en un hoyo previamente excavado en las proximidades de grandes y sólidas construcciones tumulares de piedra de planta rectangular, cuadrada (simples y escalonadas) o circular que singularizan este espacio funerario (FIG. 9A). A veces, los restos se amontonaban en el sitio de la cremación y se protegían con piedras. Más raramente, los huesos se introducían en un hoyo. Alrededor de los referidos túmulos de piedra, se fueron generando verdaderos círculos funerarios, reflejo quizá de vínculos familiares o de fórmulas de organización social de tradición indígena. Algunas de las construcciones tumulares contuvieron cremaciones con pobres ajuares, pero otras estaban vacías, lo cual invita a considerarlas como cenotafios. Como piezas relevantes del ajuar de una sepultura arrasada de este periodo, referir una fíbula de pie vuelto y un cetro o *signum equitum* tipo “La Bastida” (ALMAGRO GORBEA y LORRIO ALVARADO 2007: 25-26), convertido en icono del yacimiento.

Hacia el cambio de Era, estas prácticas rituales dejaron paso a otras que se prolongarían hasta finales del siglo I d.C. En esta segunda fase, el cadáver se quemó y sepultó en *busta* o fosas excavadas en la roca. Terminada la cremación, para la que se utilizó la madera de encina ya de manera exclusiva, se introducían en la fosa numerosas ofrendas contenidas en vasijas de *terra sigillata*, paredes finas, comunes, recipientes de vidrio... procedentes en su mayoría de los mercados emeritenses (FIG. 9B). En una de estas tumbas, apareció también un puñal de hierro aún en estudio. A continuación, todo se protegía con lajas o tejas dispuestas a dos aguas. Por último, la tumba se rellenaba con tierra y piedras. Aunque no se ha constatado, no es descartable que dichas sepulturas fueran señalizadas con algún tipo de estela o lápida. Estos nuevos enterramientos parecen remarcar el carácter individual del difunto por cuanto se alejan de los túmulos de piedra que aglutinaron las tumbas más antiguas. Todo parece indicar que representan la disolución de los círculos funerarios precedentes y, por consiguiente, de las fórmulas de agregación tradicionales a medida que se asentaba la romanización.

En su conjunto, los restos óseos analizados, pertenecientes a un total de 78 cremaciones, han revelado que la población sepultada en esta necrópolis –con los matices que ciertos ajuares introducen (*signum equitum*, puñal de hierro...)– tuvo un perfil eminentemente civil al constatarse todos los grupos de edad y sexo. Desconocemos si el epígrafe

del supuesto Marco Arruntio¹⁹ publicado por Monsalud (1898) perteneció a alguna de estas tumbas. En este sentido, solo podemos aportar un grafito con el nombre latino de un tal *Placidi*²⁰, grabado con trazo fino en un plato ofrendado en un *bustum*.

3.3. El “territorio fornacense”: caminos, tierras, montes... y minas

Las prospecciones que llevamos a cabo en el entorno de Hornachuelos trataron de entablar un diálogo entre el registro del *oppidum* y su necrópolis con la geografía y los recursos agropecuarios, cinegéticos y mineros de la zona. Como avanzamos más arriba, el origen del *oppidum* de Hornachuelos parece estar directamente ligado al control del río Matachel, uno de los principales ejes de comunicación entre el Guadiana y el Guadalquivir (*Corduba*) antes de la fundación de *Augusta Emerita*. Al respecto ha de recordarse que, no lejos del nacimiento del Matachel, se encuentra el *oppidum* del Cerro del Castillo de Miramontes en Azuaga (*Arsal* o *M.F.V.*) y, cerca de su desembocadura, el Cerro del Castillo de Alange. A medio camino entre ambos enclaves, se emplaza Hornachuelos. Pero, además de estos grandes asentamientos, existieron pequeñas fortificaciones dependientes de los *oppida*, que reforzarían la vigilancia de esta estratégica ruta. En el área de influencia de Hornachuelos, se han reconocido varios de estos peñones fortificados (El Cabril, Peña Mora, Castillejos...) que complementaron su dominio territorial, o lo que es lo mismo el “territorio fornacense” (FIG. 10A).

Dicho territorio ofrece un abanico de recursos económicos de cuya explotación dan buena cuenta los estudios realizados. Los pólenes, los carbones, las semillas y la fauna revelan tres unidades paisajísticas

¹⁹ *Hispania Epigraphica* registra siete epígrafes de *Arruntius*. Los más próximos a Hornachuelos, todos ellos epitafios, proceden de Puerto de Santa Cruz, Cáceres (5602), Cáparra, Cáceres (22910) y Entrín Bajo, Badajoz (26017).

²⁰ *Hispania Epigraphica* recoge, además del nuestro, 40 epígrafes de *Placidi* repartidos por la geografía peninsular. Los más cercanos a Hornachuelos remiten mayoritariamente a epitafios de *Augusta Emerita* (2894, 15088, 22058, 25671), Fuente de Cantos, Badajoz (857), Salamanca (651), Vila Nova de Ourém, Santarém (20589), Saldeana, Salamanca (22147), Salvatierra de Tormes, Salamanca (23910), Hinojosa de Duero, Salamanca (30681).

principales: un encinar muy abierto, con amplios pastizales para el ganado vacuno y ovicaprino; los árboles de ribera, que mantienen el fresno como especie mejor representada; y los campos de cereales, vides y olivos. Los animales más cazados fueron el ciervo y el conejo, aparte de otras especies salvajes habituales de los terrenos desarbolados como la liebre, el sisón y la avutarda. A todo ello cabría añadir, como cuarto ámbito paisajístico, la serranía de Hornachos y su entorno inmediato con su inestimable potencial boscoso, cinegético y, sobre todo, minero-metalúrgico, de alto valor estratégico (DUQUE ESPINO 2004: 434-457).

Además de las noticias de minas, escoriales, hornos... recogidas en las crónicas locales, hemos de recordar también las anotaciones de C. Domergue (1987: 39-40) sobre el Cerro de las Cruces y La Matilla, donde describió filones de galena argentífera, rafas y restos de fundición. En el primero de ellos, un cerrete contiguo a la población actual destrozado por una antigua repoblación de eucaliptos, detectamos abundantes evidencias de época romano-republicana y altoimperial: restos de *opus caementicium*, fragmentos de tégulas y ladrillos quemados, cerámica común, ánforas tipo Dressel-1, numerosas escorias, etc.²¹ De este lugar procede un lingote de plomo de 27,300 kg de peso, con la inscripción SFB, transcrita como una posible *Societas Fornacensis Baetica* o *Baeturica* (JIMÉNEZ ÁVILA 1989-90) (FIG. 10B). Por su parte, en las laderas de La Matilla, a 4 km al S de Hornachos, recientemente se han encontrado “abundantes escorias y fragmentos de ánforas itálicas, de pastas con inclusiones volcánicas”. Asimismo, se han apuntado “indicios mineros y de metalurgia antiguas –pozos, rafas y escorias– en las explotaciones de La Trasierra o en otros puntos de la Sierra de Hornachos, como el Camino de los Cristianos” (HERAS MORA 2016: 223).

En función de todo ello, se hace necesaria una valoración arqueominera más definida y sistematizada de dicho potencial en general, y de las galenas argentíferas y plomo en particular, así como de sus evidentes conexiones con el registro del *oppidum* de Hornachuelos-*Fornacis*, centro capitalizador de su explotación como se infiere de su propio nombre: “el *oppidum* de los hornos”. Un espacio minero integrado a su vez en el distrito conformado por los actuales territorios de la mitad

²¹ Recientes prospecciones en el lugar han registrado “restos de cerámica común tardorromana similar a las producciones emeritenses del siglo IV”. Aunque sin poder demostrarlo, CORDERO RUIZ (2013: 125) no descarta “la continuidad de una explotación minera o de un tipo de hábitat” durante dicho siglo.

oriental de la provincia de Badajoz, el oeste de Ciudad Real y buena parte del norte cordobés, cuya intensa y estratégica explotación romano-republicana se viene reconociendo desde hace tiempo (DOMERGUE 1987; RODRÍGUEZ DÍAZ 1987, 1995a, 1995b; JIMÉNEZ ÁVILA 1989-90; BLÁZQUEZ MARTÍNEZ *et al.* 2002; GARCÍA ROMERO 2002; HERAS MORA 2016; etc.).

3.4. El *oppidum* “turdetano” de *Fornacis*... en la Beturia de los túrdulos

Asumir la localización de *Fornacis* en pleno valle del Matachel –y, por tanto, en la cuenca media del Guadiana– obliga a comentar, siquiera de forma breve, las discrepancias que se derivan de algunos textos sobre su adscripción étnica y la identidad de este espacio en la geografía antigua peninsular. En concreto, nos referimos, por un lado, a la consabida consideración turdetana de *Fornacis* expresada por Ptolomeo (II, 4, 10); y, por otro, a su probable inclusión en la Beturia túrdula ya vindicada por Ortiz de Thovar (1770, 1779) a partir de los textos de Plinio (*Nat. Hist.* III, 14-15)²² y Estrabón (*Geog.* III, 2, 3)²³. Como es bien conocido, estos autores llamaron *Baeturia*/Beturia al territorio comprendido entre el Guadiana y Sierra Morena e identificaron a sus principales pobladores como célticos y túrdulos. Según Plinio, los primeros ocuparían su sector occidental, mientras que los segundos se localizarían en su parte oriental. Todo ello dentro de un orden político-administrativo concebido y acotado por los romanos en sendos conventos (hispalense y cordubense) de la Bética.

Sobre los etnónimos latinos “túrdulo” y “turdetano” ligados a la Turdetania-Bética, nada tenemos que añadir a lo dicho y debatido por los especialistas sobre su etimología, sus vínculos con “Tartessos/tartesios”, su diacronía histórico-literaria o su distribución geográfica (p.e. GARCÍA MORENO 1989; VILLAR LIÉBANA 1995; FERRER ALBELDA y GARCÍA FERNÁNDEZ 2002: 143; UNTERMANN 2004; GARCÍA FERNÁNDEZ 2004, 2012; CRUZ ANDREOTTI 2007: 256-257; etc.). No obstante, sin dejar de reconocer la dificultad del tema, el empleo de dichos etnó-

²² BEJARANO SÁNCHEZ 1987.

²³ GÓMEZ ESPELOSÍN 2007.

minos en distintos momentos para identificar a los habitantes del sector oriental de la Beturia sugiere, en virtud del registro arqueológico de la zona, la existencia de una singular población túrdula (diferente de los túrdulos y turdetanos del sur), mediatizada por su vecindad con los célticos betúricos desde época prerromana, quizá sazónada por elementos neopúnicos y deudora del remoto sustrato orientalizador (RODRÍGUEZ DÍAZ 1995b, 2018; GARCÍA-BELLIDO, M.^a P. 1995). A ello cabría sumar las diferencias observadas por J. UNTERMANN (2004: 204-208) entre los topónimos y antropónimos de los túrdulos betúricos, más célticos, y los túrdulos meridionales, de carácter ibero-tartésico. Una compleja y mesquizada realidad poblacional que, en nuestro caso, quizá acabara simplificada y (con)fundida por Ptolomeo con su afín turdetana. Al respecto, recordemos también que Estrabón (III, 1, 6-7) admitió no reconocer ya en su época las diferencias aludidas por Polibio entre túrdulos y turdetanos en otras partes de la Bética, hasta el punto de que dichos términos pudieron devenir –como quizá los de “bastetanos” y “bástulos”– en sinónimos en un diluido e instrumentalizado paisaje etno-administrativo romano (GARCÍA FERNÁNDEZ 2004: 90, 2012: 704-705; URUEÑA ALONSO 2011; BELTRÁN LLORIS 2012: 483-484, 490-492).

Mayor interés, si cabe, reviste la consideración de la Beturia como marco cambiante del contexto histórico de *Fornacis*-Hornachuelos. No es sitio este tampoco para profundizar en los avances y lagunas que aún persisten en el conocimiento de este territorio tras las investigaciones desarrolladas a lo largo de los casi cincuenta últimos años (p.e. GARCÍA IGLESIAS 1971; BERROCAL RANGEL 1992, 1998; RODRÍGUEZ DÍAZ 1995a; VELÁZQUEZ JIMÉNEZ y ENRÍQUEZ NAVASCUÉS 1995; Canto de GREGORIO 1997b; PÉREZ GUIJO 2001; RUIZ ACEVEDO 2010; etc.). Aun así, de forma global se asume que la Beturia ha dejado de ser una *regio* más de la geografía antigua peninsular y se ha constituido en un relevante y atractivo escenario histórico de época romana. En buena medida, ya lo vislumbró R. C. KNAPP (1977: 32) al apuntar que “with the collapse of the organized Lusitanian resistance the área between the *Baetis* and the *Anas* seems to have ceased to be a buffer zone and was gradually assimilated to direct Roman control”. Podría decirse, en suma, que la Beturia pasó de ser frente de conquista y barrera de contención lusitana a un verdadero “escenario político”, clave en el proceso de transformación y asimilación inherente al dominio romano.

Entre los múltiples factores y circunstancias que marcaron dicho proceso no exento de convulsiones, hace años venimos destacando el

papel jugado por la red de nuevos enclaves que, combinada con la rehabilitación pactada de algunos castros indígenas, atribuimos a los romanos a raíz de la conquista y pacificación de esta zona, de cara a su reorganización territorial, económica, sociocultural e ideológica. Una estrategia político-territorial que, si bien impulsada tras las guerras lusitanas, se prolongaría en el tiempo con los programas de municipalización y colonización de César, Augusto y los emperadores flavios (FIG. 10C). De forma progresiva, la arqueología y la epigrafía vienen dando pruebas que identifican estos “nuevos asentamientos” con los célebres *oppida* célticos y túrdulos transmitidos por Plinio el Viejo (*Nat. Hist.* III, 14-15), *Seria Fama Iulia*, *Segida Restituta Iulia*, *Nertobriga Concordia Iulia*, *Contributa Iulia Ugultunia*, *Lacimurga Constantia Iulia*²⁴, *Arsa*, *Mellaria*, *Mirobriga*, *Regina*... (PASTOR MUÑOZ *et al.* 1992; RODRÍGUEZ DÍAZ 1995a; RODRÍGUEZ DÍAZ y ORTIZ ROMERO 2003; BERROCAL RANGEL *et al.* 2014; etc.).

Pero junto a estos renombrados lugares recogidos por Plinio, existieron otros desconocidos u omitidos por este autor, pero probablemente no menos importantes en la romanización de la Beturia. Un ejemplo de estos *oppida* “anónimos” o “peregrinos” lo representaría, en nuestra opinión, el de *Fornacis*-Hornachuelos de Ptolomeo, silenciado por Plinio. Los *oppida* betúricos en su conjunto –los célebres y no célebres– debieron de convertirse dentro del proceso romanizador en núcleos de comunidades mixtas, conformadas por indígenas relocalizados de sus castros de origen, itálicos atraídos por las riquezas de los territorios conquistados, soldados y mineros provenientes de distintos ámbitos peninsulares, etc. Como dijimos, un posible reflejo de tales desplazamientos poblacionales, promovidos o impuestos por los romanos (PINA POLO, 2004; BURILLO MOZOTA 2007: 381-383), sea la diversidad de cecas registradas en Hornachuelos. En esa misma dirección apuntan los nombres grabados en algunas piezas cerámicas, como los de *Ablonios* y *Celtibera*, ambos celtíberos, reconocidos en Capote y *Mirobriga*, respectivamente. En Hornachuelos, ya se ha referido la escudilla con el grafito de *Placidi* que formó parte del ajuar de una de las tumbas de su necrópolis. En este mismo plano de transformación socio-ideológica, cabría mencionar el descubrimiento en *Nertobriga* y *Mirobriga* de los

²⁴ Sobre la localización de este enclave, distinto al referido por Ptolomeo situado en Cogolludo, ver CANTO DE GREGORIO 1995: 188-190.

primeros templos romanos. En torno a construcciones como estas debieron de confluir y fundirse las divinidades indígenas y romanas y, a la larga, reorientarse los credos de célticos y túrdulos (RODRÍGUEZ DÍAZ 1995a; RODRÍGUEZ DÍAZ y ORTIZ ROMERO 2003).

Sin embargo, como hemos dicho, el antiguo protagonismo estratégico y económico de *Fornacis*-Hornachuelos no sería refrendado con su promoción municipal en el nuevo orden territorial romano. Una posible explicación de ello pudo ser la fundación, hacia el 25 a.C., de *Augusta Emerita*, a unos 40 km aguas abajo del Matachel, y la definición de su “territorio agrícola” en torno al Guadiana y la actual comarca de Barros. En la reorganización administrativa de la Ulterior en las provincias Bética y Lusitania (con capital en *Augusta Emerita*), la Beturia cayó del lado de la Bética y sus *oppida* fueron adscritos *grosso modo* a los conventos hispalense y cordubense. En este último sería incluido *Fornacis* a tenor de la información combinada de Plinio y Ptolomeo (URUEÑA ALONSO 2011: 219, 223), aunque no se descarta que acabara absorbido en el enorme territorio de *Augusta Emerita* (FERNÁNDEZ CORRALES 1988: 208; GORGES y RODRÍGUEZ MARTÍN 2004: 108-113). Sea como fuere, alejados de la nueva calzada entre *Emerita* e *Hispalis* y del resto de caminos que fueron enlazando los territorios pacificados²⁵, los habitantes de *Fornacis*-Hornachuelos acabarían por abandonar el *oppidum* a finales del siglo I d.C. y repartirse por las numerosas explotaciones rurales que comenzaban a surgir tanto en el “agro emeritense” como en el propio “territorio fornacense”. No obstante, hay quien propone que parte de esos habitantes de *Fornacis*-Hornachuelos pudieron también concentrarse en el núcleo minero de Hornachos, refundando en este lugar una *Fornacis II* que prolongaría su existencia al menos hasta época hispano-visigoda (CALERO VIÑUELA 2007, 2011). Una hipótesis sin duda sugerente de cara a comprender la continuidad y la evolución del topónimo en la zona, cuya mayor contrastación arqueológica y/o epigráfica alienta y ensancha el futuro investigador de *Fornacis*.

²⁵ Hecho que justificaría la ausencia de *Fornacis* en los itinerarios clásicos (FERNÁNDEZ CORRALES 1987).

4. Valoraciones finales

En los apartados precedentes, hemos abordado desde una óptica integradora aspectos toponímicos, paleogeográficos y arqueológicos con el propósito de “estrechar el círculo” al sitio de *Fornacis*, recogido por Ptolomeo (*Geo.* II, 4, 10) entre las poblaciones turdetanas de la “tierra interior contigua a la Lusitania”. Llegados a este último punto, podemos entresacar las siguientes conclusiones:

1º) El método de transformación afin aplicado a las coordenadas ptolemaicas con su correspondiente ajuste mediante el principio de mínimos cuadrados para situar *Fornacis* ha barajado y testado cuatro opciones posibles de localización: Hornachuelos de Maguilla, Hornachos, Hornachuelos de Ribera del Fresno y Hornachuelos de Córdoba. Descartada esta última por su alta desviación estadística, los resultados obtenidos emplazan *Fornacis* con una probabilidad de casi el 70% en la cuenca del Matachel a partir de las tres opciones restantes sin posibilidad de discriminación entre ellas. Su proyección espacial se ha concretado en tres elipses de error que en ningún caso incluyen otra población recogida por Ptolomeo: la primera corresponde al despoblado medieval de Hornachuelos de Maguilla, cuya cronología lo desvincula de entrada de la *Fornacis* ptolemaica más allá de su resonancia toponímica; las otras dos pertenecen a Hornachos y al *oppidum* romano-republicano de Hornachuelos de Ribera del Fresno. Ambas elipses, en gran parte solapadas debido a la proximidad de los sitios, definen un espacio global aproximado de 74 km de eje N-S y de 59 km E-O que enmarca la localización probable de *Fornacis*, si bien el área compartida lo reduciría a 2.434 km² (FIG. 7A). Limitado hasta este nivel de concreción espacial el resultado de la metodología utilizada, la única opción de calibrar su incertidumbre pasa por la información arqueológica y/o epigráfica disponible de la zona.

2º) La ausencia hasta ahora de un enclave romano de entidad en Hornachos sigue siendo el argumento más sólido para plantear la correspondencia Hornachuelos de Ribera del Fresno-*Fornacis*, cuya arqueología es –como venimos sosteniendo desde hace tiempo– su principal aval. No obstante, conviene aclarar que, siendo importante la ubicación precisa del *oppidum*, no lo es menos la consideración de su dominio territorial, el “territorio fornacense”, que incluiría los vestigios de minería y metalurgia romanas en torno a la Sierra de Hornachos. A dicho ámbito remiten también los epígrafes que se han vinculado con

Fornacis: el SFB sellado en el lingote de plomo procedente del Cerro de las Cruces (JIMÉNEZ ÁVILA 1989-90) y, con más reservas, la inscripción de L. ATTIVS. FORN. FLAM.²⁶ que Ortiz de Thovar (1770) vio a la entrada de una “athahona” del pueblo. Todo ello sugiere la existencia en esta zona de una aureola de pequeños núcleos minero-metalúrgicos de diferente entidad, si bien en su conjunto dependientes del *oppidum* de Hornachuelos-*Fornacis*, “el *oppidum* de los hornos”. En virtud de las expresivas noticias y evidencias conocidas, quizá uno de los sitios más destacados fuera el referido Cerro de las Cruces. Desde esta perspectiva, entendemos que las minas y fundiciones de Ag-Pb de esta serranía, como todo el territorio del *oppidum*, debió estar impregnado del nombre de *Fornacis*. A mayor escala, este *oppidum* debió formar parte de la Beturia de los túrdulos descrita por Plinio y Estrabón e integrada en el convento cordubense, pese a la adscripción turdetana de Ptolomeo en una época en la que ambos etnónimos pudieran ser sinónimos. Aunque ausente de la relación pliniana de los *oppida* célebres de la Beturia al carecer de rango municipal, *Fornacis* participó de forma activa en el proceso de transformación sociopolítica, territorial e ideológica vinculado al dominio romano.

3º) Cuestión aparte ha sido argumentar la evolución y el arraigo en la zona del topónimo *Fornacis* tras el abandono del *oppidum* y la disolución de su territorio a raíz de la fundación de *Agusta Emerita* y la definición de su amplio territorio. Al respecto hay quien defiende, basándose en una treintena de piezas hispano-visigodas reutilizadas en diversos edificios de Hornachos, una posible refundación de una *Fornacis II* en este lugar (CALERO VIÑUELA 2007, 2011). La toponimia sí permite en cambio trazar la evolución fonética *Fornacis* (*Furnacis*), *Furnayûlš-Furnayûluš-Furnayûš*, Fornachos-Hornachos, Hornachuelos y su estrecha relación con “hornos”. Nuestra lectura, apoyada en cartografía histórica y fuentes documentales, plantea que la afirmación de Hornachos como referente poblacional del valle del Matachel en plena época medieval pudo culminar la apropiación y fijación en esta población del histórico nombre de *Fornacis*. Una historia, por otra parte, en la que la minero-metalurgia se perfila como un elemento recurrente e

²⁶ *Hispania Epigraphica*, 1027. Otros *Lucius Attivs* próximos remiten a Almadén de la Plata, Sevilla (862), Alcolea del Río (891, 892), Zalamea de La Serena, Badajoz (4478) y Mérida (21533, 23251).

incluso identitario. A partir de ello, intuimos que el antiguo *oppidum* de Hornachuelos-*Fornacis*, abandonado desde muchos siglos atrás, pudo acabar percibiéndose como un antiguo despoblado renombrado (como el de Maguilla) con el sufijo *-uelo*, un “pequeño Hornachos”, de cuya existencia solo quedaban ruinas sin tiempo ni memoria. Restos desconocidos, incluso, para los cronistas locales, atraídos y deslumbrados por la antigüedad y el fulgor de los hornos de una *Fornacis* que solo en parte estuvo bajo sus pies.

AGRADECIMIENTOS

Nuestra gratitud a Ignacio Pavón Soldevila, Rocío Velasco de Castro, Julián Clemente Ramos, Isidoro Reguera Pérez, Moisés Ponce de León, Ángel Bernal Estévez, Rocío Sánchez Rubio, María Cruz Villalón, Antonio Salvador Plans, Julio Gómez Santacruz, Víctor M. Gibello Bravo y Francisco Buenavista García por sus sugerencias y por atender tan diligentemente a todas nuestras consultas durante la elaboración de este trabajo. Por último, nuestro reconocimiento a los evaluadores de *Conimbriga* por sus observaciones sobre algunos aspectos del texto.

BIBLIOGRAFÍA

- AA.VV. (2009), *Estudio del patrimonio minero de Extremadura*, Junta de Extremadura e IGME, Mérida-Madrid.
- ABID MIZAL, Jassim (ed.) (1989), *al-Idrīsī. Los caminos de al-Andalus en el siglo XII*, CSIC Instituto de Filología, Madrid.
- ALMAGRO GORBEA, Martín y LORRIO ALVARADO, Alberto (2007), El *signum equitum* ibérico del Museo de Cuenca y los bronceos tipo ‘Jinete de la Bastida’, en J. M. Millán Martínez y C. Rodríguez Ruza (coords.), *Arqueología de Castilla-La Mancha. I Jornadas. Cuenca, 13-17 de diciembre de 2005*, Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha y Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca, p. 17-51.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María (1985), El tiempo antiguo, *Historia de Extremadura. I. La geografía y los tiempos antiguos*, Universitas, Badajoz, p. 101-180.
- BEJARANO SÁNCHEZ, Virgilio (1987), *Fontes Hispaniae Antiquae*, VII. *Hispania Antiqua según Pomponio Mela, Plinio el Viejo y Claudio Ptolomeo*, Universidad de Barcelona, Barcelona.
- BELTRÁN LLORIS, Francisco (2012), Plinio *versus* Ptolomeo. Geografía y etnicidad en la Hispania del Principado, en J. Santos Yanguas y G. Cruz Andreotti (eds.), p. 477-498.
- BERNAL ESTÉVEZ, Ángel (E.p.), La encomienda de Ribera del Fresno a finales del Medievo, *IX Jornadas de Historia de Almodralejo y Tierra de Barros*, Almodralejo y Ribera del Fresno, 17-19 de noviembre de 2017.

- BERROCAL RANGEL, Luis (1992), *Los pueblos célticos del suroeste de la Península Ibérica. Complutum Extra 2*, Madrid.
- (1998), *La Baeturia. Un territorio prerromano en la baja Extremadura*, Diputación Provincial, Badajoz.
- BERROCAL RANGEL, Luis, Barrera, José Luis de, Caso, Rafael y Cabanillas, Gadea C. (2014), *Nertobriga Concordia Iulia*. La conquête de la Béturie, en F. Cadiou y M. Navarro Caballero (eds.), *La guerre et ses traces. Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-Ier s. a. C.)*, Burdeos, p. 273-296.
- BERROCAL RANGEL, Luis y Moret, Pierre (2007), Las fortificaciones protohistóricas de la Hispania céltica, en L. Berrocal Rangel y P. Moret (eds.), *Paisajes fortificados de la Edad del Hierro. Las murallas protohistóricas de la Meseta y la vertiente atlántica en su contexto europeo*. BAH 25, RAH, Madrid, p. 15-33.
- BLÁZQUEZ CERRATO, Cruces (2002), *Circulación monetaria en el área occidental de la península ibérica. La moneda en torno al “Camino de la Plata”*. Archéologie et Histoire Romaine 6, Éditions Monique Mergoïl, Montagnac.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María, Domergue, Claude y Sillières, Pierre (2002): *La Loba (Fuenteobejuna, Cordoue, Espagne). La mine et le village minier antiques*, Institut Aussonius, Burdeos.
- BURILLO MOZOTA, Francisco (2007), *Los Celtíberos. Etnias y estados*, Crítica, Barcelona.
- CALERO VIÑUELA, Antonio (2007), Piezas marmóreas reaprovechadas romanas e hispanovisigodas en Hornachos, en F. Lorenzana de la Puente y J. Mateos Ascacibar (coords.), *Arte, poder y sociedad. Y otros estudios sobre Extremadura. VII Jornadas de Historia en Llerena*, Sociedad Extremeña de Historia, Llerena, p. 23-39.
- (2011), Piezas marmóreas reaprovechadas romanas e hispanovisigodas en Hornachos (y II), en F. Iniesta Mena (coord.), *El Arte en tiempos de cambio y crisis. Y otros estudios sobre Extremadura. XI Jornadas de Historia en Llerena*, Sociedad Extremeña de Historia, Llerena, p. 223-237.
- CANTO DE GREGORIO, Alicia (1995), La Beturia céltica: introducción a su epigrafía, en A. Velázquez Jiménez y J. J. Enríquez Navascués (coords.), p. 293-329.
- (1997a), Una nueva imagen de Ptolomeo: hipótesis de ubicación de ciudades vasconas, *Pueblos, lenguas y escrituras en la Hispania prerromana*, Zaragoza, p. 339-358.
- (1997b), *Epigrafía Romana de la Beturia Céltica (E.R.B.C.)*, Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, Cantoblanco, Madrid.
- CORDERO RUIZ, Tomás (2013): *El territorio emeritense durante la Antigüedad tardía (siglos IV-VIII). Génesis y evolución del mundo rural lusitano. Anejos AEspA LXVI*, IAM-CSIC, Mérida.
- CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (2007), Acerca de Estrabón y la Turdetania-Bética, en G. Cruz, P. Le Roux y P. Moret (eds.), *La invención de una geografía de la Península Ibérica. II. La época imperial*, CEDMA-Casa de Velázquez, Málaga-Madrid, p. 251-270.

- DEFAUX, O. (2017), *The Iberian Peninsula in Ptolemy's Geography. Origen of the coordinates and textual history*, Topoi, Berlín.
- DÍEZ PANTALEÓN, Juan Antonio (2016), *Aproximación a la Geografía de Claudio Ptolomeo. El Mediterráneo e Hispania*, Ministerio de Defensa, Madrid.
- DOMERGUE, Claude (1987), *Catalogue des mines et des fonderies antiques de la Péninsule Ibérique*, 2 vols., Diffusion De Bocard, Madrid.
- DUQUE ESPINO, David M. (2004), *La gestión del paisaje vegetal en la prehistoria reciente y protohistoria en la cuenca media del Guadiana a partir de la Antracología*, Servicio de Publicaciones de la UEX, Cáceres.
- FERNÁNDEZ CORRALES, José María (1987), *El trazado de las vías romanas en Extremadura*, Universidad de Extremadura, Cáceres.
- (1988), *El asentamiento romano en Extremadura y su análisis espacial*, Servicio de Publicaciones de la UEX, Cáceres.
- FERRER ALBELDA, Eduardo y García Fernández, Francisco José (2002), Turdetania y turdetanos: contribución a una problemática historiográfica y arqueológica, *Mainake* XXIV, p. 133-151.
- FRANCO MORENO, Bruno (2008), De Emerita a Mārida. *El territorio emeritense entre la Hispania Gothorum y la formación de al-Andalus (ss. VII-X), transformaciones y pervivencias*, Tesis doctoral, UNED, Madrid.
- GARCÍA ALONSO, Juan Luis (2003): *La Península Ibérica en la Geografía de Claudio Ptolomeo*, Universidad del País Vasco, Vitoria.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José (2004), Turdetania y turdetanos en la literatura grecolatina: nacimiento, desarrollo y transformación de la imagen paradigmática de una región de Occidente, *Polis* 16, p. 61-108.
- (2012), Tartesios, túrdulos, turdetanos. Realidad y ficción de la homogeneidad étnica de la Bética romana, en J. Santos Yanguas y G. Cruz Andreotti (eds.), p. 691-734.
- GARCÍA IGLESIAS, Luis (1971), La Beturia, un problema geográfico de la Hispania Antigua, *Archivo Español de Arqueología* 44, p. 86-108.
- GARCÍA MORENO, Luis Agustín (1989), Turdetanos, túrdulos y tartessios. Una hipótesis, *Homenaje a Santiago Montero. Anejos de Gerión II*, p. 291-292.
- GARCÍA ROMERO, José (2002), *Minería y metalurgia en la Córdoba romana*, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, Córdoba.
- GARCÍA-BELLIDO GARCÍA DE DIEGO, M.^a Paz (1993), Sobre las dos supuestas ciudades de la Bética llamadas *Arsa*. Testimonios púnicos en la Baeturia Túrdula, *Anas* IV/1991-1992, p. 81-92.
- (1995), Célticos y púnicos en la Beturia según los documentos monetales, en A. Velázquez Jiménez y J. J. Enríquez Navascués (eds.), p. 255-292.
- GARRIDO SANTIAGO, Manuel (1989), *Documentos de la Orden de Santiago sobre castillos extremeños*, Servicio de Publicaciones de la UEX, Cáceres.
- GIBELLO BRAVO, Víctor M. (2007), *El poblamiento islámico en Extremadura: territorio, asentamientos e itinerario*, Junta de Extremadura, Mérida.
- GIL-MASCARELL BOSCA, Milagro y Rodríguez Díaz, Alonso (1988), *Materiales de su-*

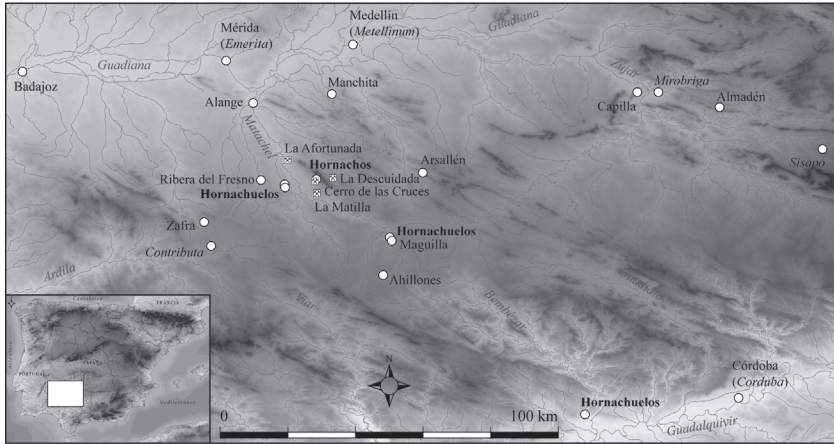
- perficie del poblado prerromano de Hornachuelos, en Ribera del Fresno (Badajoz), *Revista de Estudios Extremeños* XLIV-3, p. 573-590.
- GÓMEZ ESPELOSÍN, Javier (trad.) (2007), *Estrabón. Geografía de Iberia*, Alianza Editorial, Madrid.
- GÓMEZ FRAILE, José María (1997), La geografía de la *Hispania* Citerior en C. Tolomeo: análisis de sus elementos descriptivos y aproximación a su proceso de elaboración, *Polis* 9, p. 183-247.
- (2005), Sobre la antigua cartografía y sus métodos: Los fundamentos numéricos de la Hispania de Claudio Ptolomeo, *Iberia. Revista de la Antigüedad* 8, p. 35-64
- GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Julio (1986), *Reinado y Diplomas de Fernando III, III. Diplomas (1233-1253)*, Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, Córdoba.
- GONZÁLEZ OLLÉ, Fernando (1962), *Los sufijos diminutivos en castellano medieval. Revista de Filología Española* Anejo LXXV, CSIC, Madrid.
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, Alberto (1990), *Hornachos, enclave morisco. Particularidades de una población distinta*, Asamblea de Extremadura y Editora Regional de Extremadura, Mérida.
- (2003), Del Fornachis romano al Hornachos morisco. Hornachos hasta la expulsión de los moriscos en 1610, *XX Aniversario del Estatuto de Autonomía de Extremadura, Parlamento y Sociedad* 1, Asamblea de Extremadura, Mérida, p. 95-111.
- GORGES, Jean-Gérard y Rodríguez Martín, Francisco Germán (2004), Los territorios antiguos de Mérida. Un estudio del *territorium emeritense* y de sus áreas de influencia, en T. Nogales Basarrate (ed.), *Augusta Emerita. Territorios, Espacios, Imágenes y Gentes en Lusitania Romana. Monografías Emeritenses* 8, Ministerio de Cultura, MNAR y Fundación de Estudios Romanos, Mérida, p. 93-128.
- GUERRA, Arcadio (1972), La minería en Extremadura en los siglos XVI, XVII y XVIII, *Revista de Estudios Extremeños* XXVIII-3, p. 425-440.
- (1975), La minería en la Baja Extremadura en la primera mitad del siglo XIX, *Revista de Estudios Extremeños* XXXI-2, p. 213-240.
- HAUSHALTER, Arthur (2017), L’Ibérie de Ptolémée, entre géographie mathématique et procédés empiriques, *Geographia Antiqua* XXVI, p. 61-73.
- HERAS MORA, F. Javier (2016), La producción republicana del plomo en el ámbito del Guadiana Medio, *Revista Onoba* 4, p. 215-240
- HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Salvador (2010), El franciscano Juan Mateo Reyes Ortiz de Thovar y los Partidos triunfantes de la Beturia Túrduła: un ejemplo de la divulgación de la historia de Extremadura a través de la corografía regional, en F. Iniesta Mena (coord.), *La divulgación de la Historia. Y otros estudios sobre Extremadura. X Jornadas de Historia en Llerena*, Sociedad Extremeña de Historia, Llerena, p. 65-77.
- JIMÉNEZ ÁVILA, Javier (1989-90), Notas sobre la minería romano-republicana bajoextremeña: las explotaciones de plomo de la Sierra de Hornachos (Badajoz), *Anas* 2-3, p. 123-134.
- (1990), *Estudio arqueológico del poblado de Hornachuelos (Ribera del Fresno, Ba-*
- Conimbriga*, 58 (2019) 47-99

- dajoz) y su entorno, Tesina de licenciatura, inédita, Universidad de Extremadura, Cáceres.
- (1993), *Estudio numismático del poblado de Hornachuelos (Ribera del Fresno, Badajoz)*. *Series de Arqueología Extremeña* 4, Universidad de Extremadura, Cáceres.
- KNAPP, Robert C. (1993), Ptolomeo y la red viaria de la Bética, *Actas del I Congreso de Historia Antigua de Andalucía* vol. 2, Córdoba, p. 103-110.
- (1977), *Aspects of the Roman Experience in Iberia, 206-100 B.C. Anejos de Hispania Antiqua* IV, Valladolid.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel (1989), Los mudéjares de Castilla en la Baja Edad Media, en M. Á. Ladero Quesada (ed.), *Los mudéjares de Castilla y otros estudios de Historia Medieval andaluza*, Universidad de Granada, p. 11-132.
- LOCUTURA RUPÉREZ, Juan y Alcalde Molero, Carlos (coords.) (2006), *Mapa Metalogénético de la provincia de Badajoz. Escala 1:200.000*, IGME y Junta de Extremadura, Madrid.
- MADOZ, Pascual (1830), *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus posesiones de Ultramar* III, Madrid.
- MALLON, Jean y Marin, Tomas (1951), *Las inscripciones publicadas por el Marqués de Monsalud entre 1897 y 1908*, Instituto Antonio de Nebrija de Filología, CSIC, Madrid.
- MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Matías Ramón (1900), Hornachos, *Revista de Extremadura* XVIII, p. 548-555.
- MAYORAL HERRERA, Victorino, Pulido, Juanjo, Walid Sbeinati, Sabah y Bustamante, Macarena (2016), Arqueología de la conquista romana. Fortificaciones y control del territorio en el suroeste de la Provincia Ulterior (siglos II-I a.C.), en J. Pera y J. Vidal (eds.), p. 83-108.
- MÉLIDA ALINARI, José Ramón (1925), *Catálogo Monumental de España. Provincia de Badajoz (1907-1910)* I, Ministerio de Instrucción Pública y Bellas Artes, Madrid.
- MOLÉNAT, Jean-Pierre (2008), Hornachos fin XVe-début XVIe siècles, *En la España Medieval* 31, p. 161-176.
- MONSALUD, marqués de (1898), Nuevas inscripciones romanas de Extremadura, *Boletín de la Real Academia de la Historia* 32, p. 149-153.
- MONTERO VÍTORES, Jesús (2002), *Carpetanos y vettones en la Geografía de Ptolomeo. Ciudades y vías romanas en Carpetania y Vettonia en época altoimperial*, Tesis doctoral, Universidad Complutense, Madrid.
- MORILLO CERDÁN, Ángel (2016), Campamentos y fortificaciones tardorrepublicanas en *Hispania*. Una nueva línea de investigación en arqueología militar romana, en J. Pera y J. Vidal (eds.), p. 1-51.
- MUÑOZ DE RIVERA, Antonio (1895), *Monografía histórica-descriptiva de la Villa de Hornachos*, Imp. de Uceda Hermanos, Badajoz.
- ORTIZ DE THOVAR, Juan Mateo Reyes (1770), *Discursos de la Peregrina, Portentosa, y Milagrosísima Imagen del Santísimo Christo del Rosario de la villa de Hornachos, y de la antigüedad, nombre, sitios, y cosas notables de esta villa*, manuscrito inédito, copia depositada en la Biblioteca del Seminario de San

- Atón, Badajoz (el nombre del autor figura como Juan Mateo Reyes Domínguez de Thovar).
- (1779), *Partidos Triunfantes de la Beturia Túrdula, con todas las poblaciones libres comprendidas vajo el circo de quince leguas de la villa de Hornachos*, coord. Fray Sebastián García, O.F.M., Comunidad Franciscana de Guadalupe, Ediciones Guadalupe, Madrid, 1998.
- ORTIZ ROMERO, Pablo y Rodríguez Díaz, Alonso (1998), Culturas indígenas y romanización en Extremadura: castros, *oppida* y recintos ciclópeos, en A. Rodríguez Díaz (coord.), *Extremadura protohistórica: paleoambiente, economía y poblamiento*, Servicio de Publicaciones de la UEX, Cáceres, p. 247-278.
- PALACIOS MARTÍN, Bonifacio (dir.) (2000), *Colección Diplomática Medieval de la Orden de Alcántara (1157?-1494). De los orígenes a 1454*, Fundación “San Benito de Alcántara” y Editorial Complutense, Madrid.
- PASTOR MUÑOZ, Mauricio, Pachón, Juan Antonio y Carrasco, Javier (1992), *Mirobriga. Excavaciones en el Cerro del Cabezo (Capilla, Badajoz). Campañas 1987-1988*, Junta de Extremadura, Mérida.
- PAVÓN SOLDEVILA, I. y Ponce de León Iglesias, Moisés (2016), ‘Poniendo Alange en el mapa’. Topónimos extremeños en el *Gran Atlas* de al-Idrīsī (1154), *Actas de las VII Jornadas de Almendralejo y Tierra de Barros (6-8 de noviembre de 2015)*, Asociación Histórica de Almendralejo, Almendralejo, p. 437-454.
- PERA, Joaquim y Vidal, Jordi (eds.) (2016), *Fortificaciones y control del territorio en la Hispania republicana*, Libros Pórtico, Zaragoza.
- PÉREZ GUIJO, Susana (2001), La Beturia: definición, límites, etnias y organización territorial, *Florentia Iliberritana* 12, p. 315-349.
- PINA POLO, Francisco (2004), Deportaciones como castigo e instrumento de colonización durante la República romana. El caso de *Hispania*, en F. Marco, F. Pina, J. Remesal (eds.), *Vivir en tierra extraña: emigración e integración cultural en el mundo antiguo*, Barcelona, p. 211-246.
- QUILIS MERÍN, Mercedes (1996), La F- inicial latina en los orígenes de la lengua española (I), *ASJU* XXX-2, p. 385-453
- (1997), La F- inicial latina en los orígenes de la lengua española (II), *ASJU* XXXI-1, p. 67-148.
- RODRÍGUEZ BLANCO, Daniel (1985), *La Orden de Santiago en Extremadura en la Baja Edad Media (siglos XIV y XV)*, Excm. Diputación Provincial de Badajoz, Badajoz.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, Alonso (1986), *Arqueología de Tierra de Barros*, Consejería de Educación y Cultura de la Junta de Extremadura, Mérida.
- (1987), *El poblamiento prerromano en la Baja Extremadura*, Tesis doctoral, Universidad de Extremadura, Cáceres, ed. en microfichas, Servicio de Publicaciones de la UEX, Cáceres, 1996.
- (1989), La Segunda Edad del Hierro en la Baja Extremadura: problemática y perspectivas en torno al poblamiento, *Saguntum* 22, p. 165-224.
- (1991), Proyecto Hornachuelos: 1986-1990 (Ribera del Fresno, Badajoz), en J. J.

- Enríquez Navascués y A. Rodríguez Díaz (eds.), *I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura (1986-1990)*. *Extremadura Arqueológica* II, p. 283-300.
- (1995a), El ‘problema de la Beturia’ en el marco del poblamiento protohistórico del Guadiana Medio, en J. J. Enríquez Navascués y A. Rodríguez Díaz (coords.), *Homenaje a la Dra. D^a Milagro Gil- Mascarell Boscà*. *Extremadura Arqueológica* V, p. 157-175.
 - (1995b), Territorios y etnias prerromanas en el Guadiana medio: aproximación arqueológica a la Beturia túrdula, en A. Velázquez Jiménez y J. J. Enríquez Navascués (eds.), p. 205-254.
 - (2003), *Hornachuelos (Ribera del Fresno, Badajoz)*. *Guía del Yacimiento*, Junta de Extremadura, Mérida.
 - (2018), En tierra de túrdulos: de las “grandes casas” postorientalizantes a las comunidades prerromanas de la Beturia, *150 años del Museo Arqueológico Provincial de Badajoz*, Badajoz, p. 167-181.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, Alonso y Enríquez Navascués, Juan Javier (1992), Las necrópolis protohistóricas en Extremadura, en J. Blánquez Pérez y V. Antona del Val (coords.), *Congreso de Arqueología Ibérica. Las Necrópolis*, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, p. 531-562.
- (2001), *Extremadura tartésica. Arqueología de un proceso periférico*, Bellatera, Barcelona.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, Alonso y Jiménez Ávila, Javier (1987-88), Informe sobre las excavaciones realizadas en el yacimiento de Hornachuelos, Ribera del Fresno (Badajoz). 1986-1988, *Norba. Revista de Historia* 8-9, p. 13-31.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, Alonso y Ortiz Romero, Pablo (2003), Defensa y territorio en la Beturia: castros, *oppida* y recintos ciclópeos, en A. Morillo Cerdán, F. Cadiou y D. Hourcade (eds.), *Defensa y territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto*, Universidad de León-Casa de Velázquez, León, p. 219-251.
- RUIZ ACEVEDO, Juan Manuel (2010), *El suroeste peninsular en las fuentes literarias grecolatinas: el territorio onubense*, Universidad de Huelva, Huelva.
- SÁNCHEZ GÓMEZ, Julio (1989), *De minería, metalúrgica y comercio de metales: la minería no férrea en el Reino de Castilla. 1450-1610*, 2 vols., Universidad de Salamanca e IGME, Madrid.
- SÁNCHEZ PÉREZ, Andrés (1964), Los moriscos de Hornachos, corsarios de Salé, *Revista de Estudios Extremeños* XX-1, p. 93-151.
- SANTOS YANGUAS, Juan y CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (eds.) (2012), *Romanización, fronteras y etnias en la Roma antigua: el caso hispano. Revisiones de Historia Antigua VII*, UPV/EHU, Vitoria/Gasteiz.
- SOLANA SAINZ, José María (1972), Ensayos sobre el valor del grado Ptolemaico, *Hispania Antiqua* 2, p. 69-76.
- STÜCKELBERGER, ALFRED Y GRAßHOFF, Gerd (eds.) (2006), *Ptolemaios. Handbuch der Geographie. Einleitung und Buch 1-4. Buch 5-8 und Indices*, Schawabe Verlag, Basel.

- TORNADIJO RODRÍGUEZ, Tomás F. (2008a), Confirmación de la posición de *Flavionavia* por igualación de áreas de triángulos esféricos, *Investigaciones Geográficas* 47, p. 175-184.
- (2008b), Transformaciones de longitud y latitud para Ptolomeo, *Addenda et corrigenda, El Nuevo Miliario* 6, p. 24.
- TSORLINI, Angeliki (2009), Higher order systematic effect in Ptolemy’s *Geographia* coordinate description of Iberia, *e-Perimtron* 4.2, p. 117-130.
- UNTERMANN, Jürgen (2004), Célticos y Túrdulos, *Paleohispanica* 4, p. 199-214.
- URUEÑA ALONSO, Javier (2011), Los *conventus* de la provincia *Baetica* a partir de la descripción geográfica de Ptolomeo, *Habis* 42, p. 209-227
- (2014a), El método cartográfico de Ptolomeo: análisis del sistema de localización utilizado en la *Geographia* para la ubicación de las poblaciones del interior de la Península Ibérica, *Palaeohispanica. Revista sobre lenguas y culturas de la Hispania antigua* 14, p. 153-185.
- (2014b), El *Item ab Hispali Cordvbam* en la *Geographia* de Ptolomeo. Una propuesta de interpretación del método cartográfico ptolemaico, *Habis* 45, p. 137-150.
- VELÁZQUEZ JIMÉNEZ, Agustín y ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, Juan Javier (eds.), *Celtas y Túrdulos: la Betura. Cuadernos Emeritenses* 9, MNAR, Mérida.
- VILLAR LIÉBANA, Francisco (1995), Los nombres de Tartessos, *Habis* 26, p. 243-270.



A

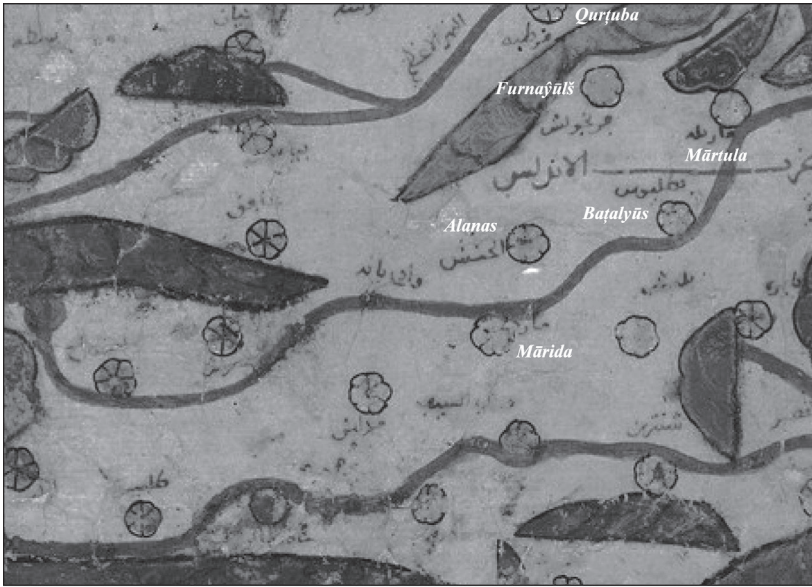


B



C

FIG. 1 – A) Área de estudio con los principales sitios mencionados en el apartado 1;
 B) Juan Mateo Reyes Ortiz de Thovar (en su manuscrito de 1770);
 C) M. Ramón Martínez (foto: libro homenaje del Ayuntamiento de Burguillos del Cerro).



A

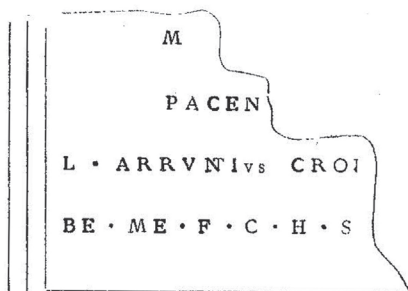


B

FIG. 2 – Furnaŷūlš o Furnaŷūluš en las copias de París (A) y Oxford (B) de la Tabula Rogeriana.

Ribera del Fresno.

4) Cipo de mármol blanco de 0,40 m. de base, 0,60 m. de altura y 0,80 m. de grueso, roto por su ángulo superior derecho. Letras de 0,04 m. en sus dos primeros renglones y de 0,03 m. en los dos restantes, bastante gastadas. Una moldura de 0,08 m. de anchura limita por su parte derecha el monumento. Procede del sitio llamado Cerro de Hornachuelos.

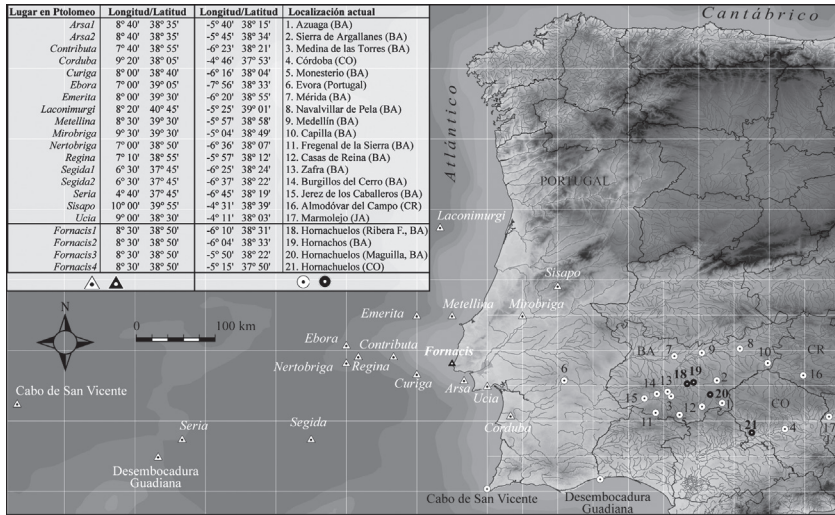


M(arco) [Arruntio. Gal(eria)] Pacensi [ann(orum)...] L(ucius) Arruntius Cron[us patrono ?] be(ne) me(renti) f(aciendum) c(uravit). H(ic) s(itus) [e(st). S(it) t(ibi) t(erra) l(evis)].

Á Marco Arruncio ..., hijo de ..., de la tribu Galeria, natural de Beja, de edad de ... años, erigió este monumento su liberto agradecido Marco Arruncio Crono. Aquí yace. Séate la tierra ligera.

Es la primera inscripción que aparece en aquel término.

FIG. 3 – Lápida funeraria de Hornachuelos (Monsalud, 1898).



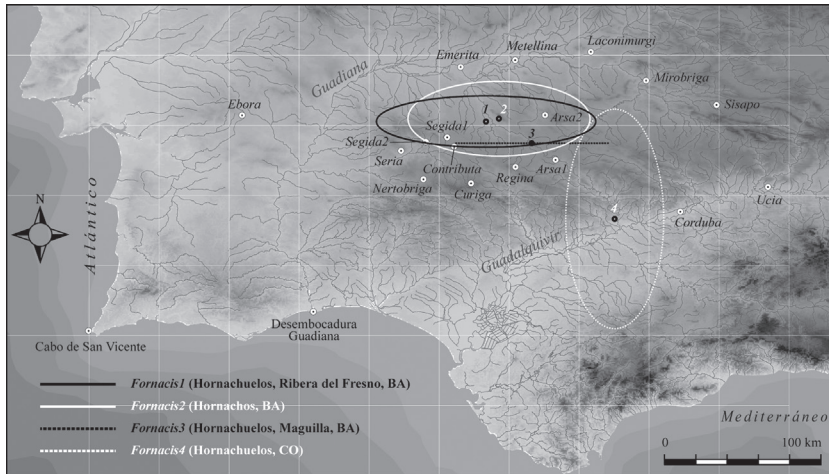
A

$\lambda = \lambda_0 + k_\lambda \cos \alpha_\lambda \Lambda + k_\varphi \sin \alpha_\varphi \Phi$ $\varphi = \varphi_0 + k_\lambda \sin \alpha_\lambda \Lambda + k_\varphi \cos \alpha_\varphi \Phi$	$(\lambda_0, \varphi_0) \rightarrow$ <i>Traslación en Longitud y Latitud</i> $(\alpha_\lambda, \alpha_\varphi) \rightarrow$ <i>Rotación en Longitud y Latitud</i> $(k_\lambda, k_\varphi) \rightarrow$ <i>Factor de escala en Long. y Lat.</i>
---	--

B

FIG. 4 – Representación de los puntos utilizados:

- A) Coordenadas y localización de los lugares en la Geographías Hyphégesis y en la actualidad;
 B) Ecuaciones de la afinidad utilizada y parámetros a calcular.



A

Lugar	Residuos Longitud	Latitud	Lugar	Residuos Longitud	Latitud
Mirobriga	-0° 21'	0° 16'	Ucia	0° 29'	0° 08'
Contributa	-0° 19'	-0° 13'	Arsal	-0° 37'	0° 05'
Nertobriga	-0° 05'	-0° 34'	Seria*	2° 15'	0° 49'
Corduba	-0° 37'	0° 09'	Laconimurgi	0° 35'	-0° 43'
Curiga	-0° 45'	-0° 25'	Regina	0° 31'	-0° 23'
Ebora	-1° 10'	-0° 22'	Segida1	0° 50'	1° 01'
Metellina	-0° 11'	0° 20'	Sisapo	-0° 23'	-0° 19'
Emerita	-0° 09'	0° 10'			

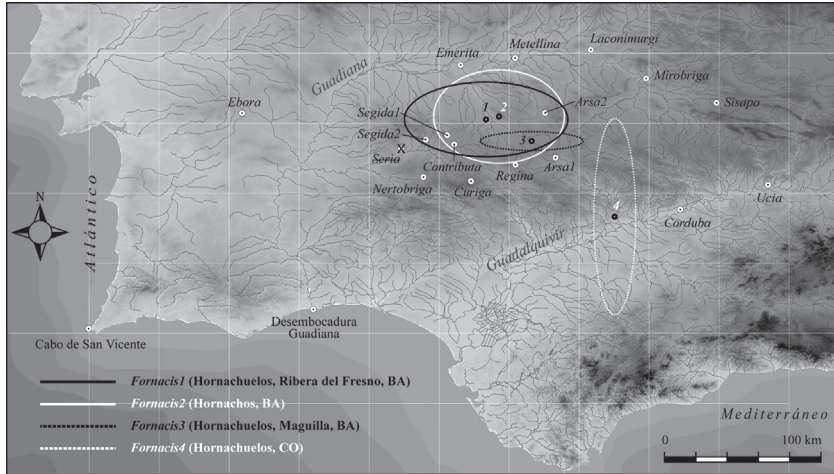
***El residuo en longitud supera 2,5σ**

Desviación estándar $\sigma = 0^\circ 44'$. $2,5\sigma = 1^\circ 51'$

Lugar	Ptolomeo Long./Lat.	ETRS89 Long./Lat.	Transformadas Long./Lat.	Diferencia Long./Lat.
Fornacis1	8° 30'/38° 50'	-6° 10'/38° 31'	7° 42'/39° 01'	0° 47'/-0° 11'
Fornacis2	8° 30'/38° 50'	-6° 04'/38° 33'	7° 50'/39° 06'	0° 39'/-0° 16'
Fornacis3	8° 30'/38° 50'	-5° 50'/38° 22'	7° 57'/38° 50'	0° 33'/-0° 00'
Fornacis4	8° 30'/38° 50'	-5° 15'/37° 50'	8° 09'/38° 03'	0° 21'/0° 47'

B

FIG. 5 – A) Desviaciones, en forma de elipse de error, en las cuatro posibles localizaciones de Fornacis para el ajuste realizado con todos los puntos; B) Resumen del ajuste y coordenadas finales transformadas para Fornacis.



A

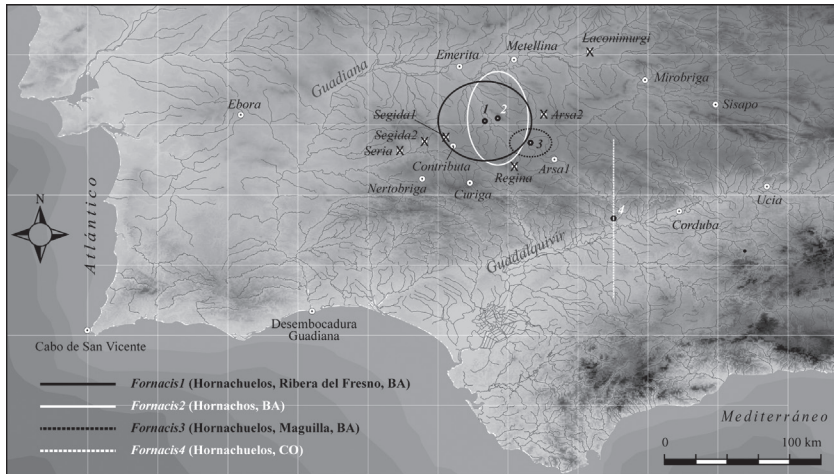
Lugar	Residuos Longitud	Latitud	Lugar	Residuos Longitud	Latitud
Mirobriga	-0° 24'	0° 15'	Emerita	0° 00'	0° 13'
Contributa	-0° 02'	-0° 07'	Ucia	0° 26'	0° 07'
Nertobriga	0° 17'	-0° 26'	Arsal	-0° 27'	0° 09'
Corduba	-0° 31'	0° 11'	Laconimurgi	0° 34'	-0° 43'
Curiga	-0° 26'	-0° 18'	Regina	0° 45'	-0° 18'
Ebor	-0° 40'	-0° 11'	Segidal	1° 07'	1° 07'
Metellina	-0° 07'	0° 22'	Sisapo	-0° 30'	-0° 21'

Desviación estándar $\sigma = 0^\circ 33'$, $2,5\sigma = 1^\circ 22'$

Lugar	Ptolomeo Long./Lat.	ETRS89 Long./Lat.	Transformadas Long./Lat.	Diferencia Long./Lat.
Fornacis1	8° 30'/38° 50'	-6° 10'/38° 31'	7° 55'/39° 06'	0° 35'/-0° 16'
Fornacis2	8° 30'/38° 50'	-6° 04'/38° 33'	8° 01'/39° 10'	0° 28'/-0° 20'
Fornacis3	8° 30'/38° 50'	-5° 50'/38° 22'	8° 07'/38° 54'	0° 22'/-0° 04'
Fornacis4	8° 30'/38° 50'	-5° 15'/37° 50'	8° 20'/38° 07'	0° 09'/0° 42'

B

FIG. 6 – A) Desviaciones, en forma de elipse de error, en las cuatro posibles localizaciones de Fornacis para el ajuste realizado con todos los puntos, salvo Seria;
B) Resumen del ajuste y coordenadas finales transformadas para Fornacis.

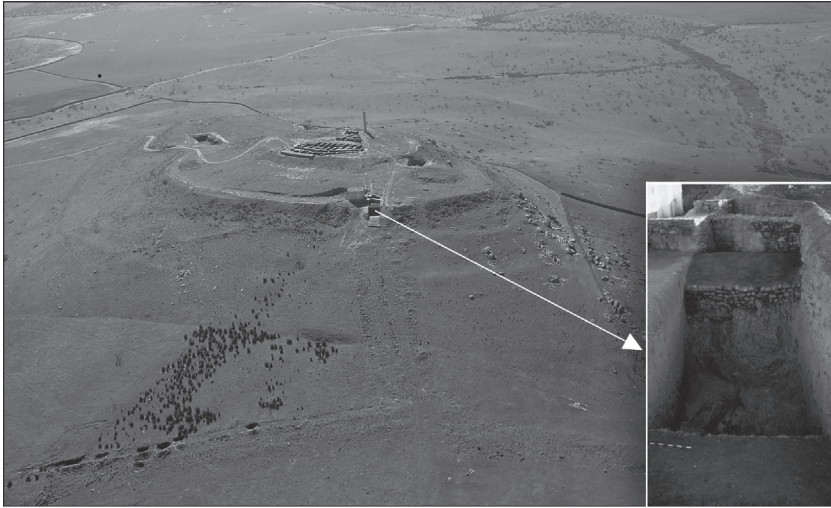


A

Lugar	Residuos Longitud	Latitud	Lugar	Residuos Longitud	Latitud
Mirobriga	-0° 11'	0° 03'	Metellina	0° 09'	0° 13'
Contributa	0° 12'	-0° 01'	Emerita	0° 17'	0° 08'
Nertobriga	0° 31'	-0° 15'	Ucia	0° 33'	0° 05'
Corduba	-0° 23'	0° 16'	Arsal	-0° 15'	0° 12'
Curiga	-0° 13'	-0° 08'	Sisapo	-0° 19'	-0° 33'
Ebor	-0° 20'	-0° 00'			
Desviación estándar $\sigma = 0^\circ 20'$. $2,5\sigma = 0^\circ 50'$					
Lugar	Ptolomeo Long./Lat.	ETRS89 Long./Lat.	Transformadas Long./Lat.	Diferencia Long./Lat.	
Fornacis1	8° 30'/38° 50'	-6° 10'/38° 31'	8° 10'/39° 07'	0° 20'/-0° 17'	
Fornacis2	8° 30'/38° 50'	-6° 04'/38° 33'	8° 16'/39° 10'	0° 13'/-0° 20'	
Fornacis3	8° 30'/38° 50'	-5° 50'/38° 22'	8° 21'/38° 56'	0° 09'/-0° 06'	
Fornacis4	8° 30'/38° 50'	-5° 15'/37° 50'	8° 29'/38° 15'	0° 00'/0° 34'	

B

FIG. 7 – A) Desviaciones, en forma de elipse de error, en las cuatro posibles localizaciones de Fornacis para el ajuste realizado con todos los puntos, salvo Seria, Segida1-2, Laconimurgi, Arsa2 y Regina; B) Resumen del ajuste y coordenadas finales transformadas para Fornacis.

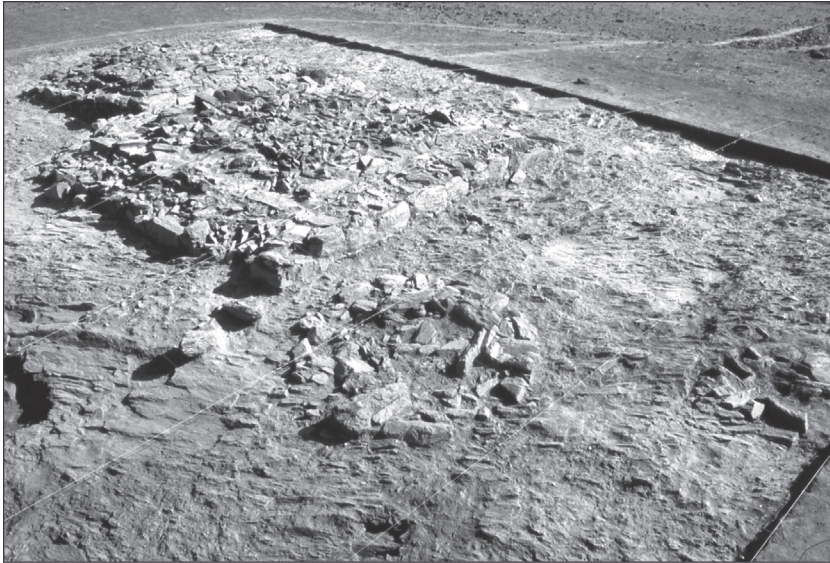


A



B

FIG. 8 – El oppidum de Hornachuelos: A) Vista aérea en la que aprecian los recintos, los aljibes y detalle del foso del recinto medio; B) Caserío y muralla del recinto superior (fotos: Isidro González Calatrava).



A



B

FIG. 9 – Necrópolis de El Peñascón: A) Estructuras tumulares (siglos II-I a.C.);
B) Proceso de excavación de un bustum (siglo I d.C.).

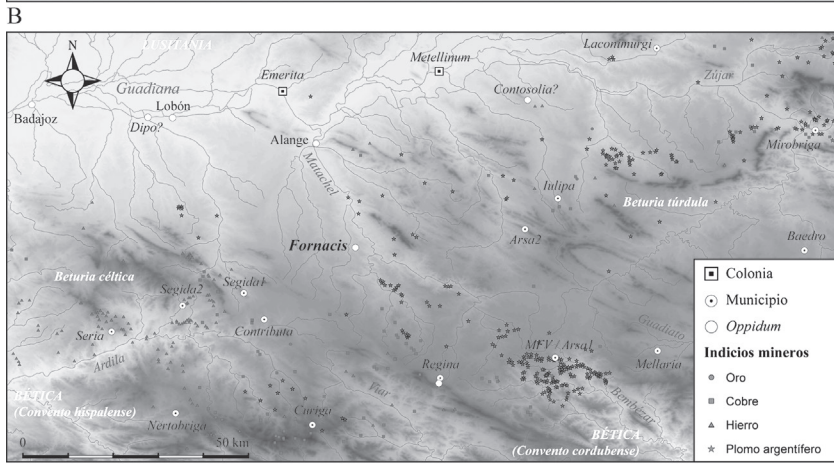
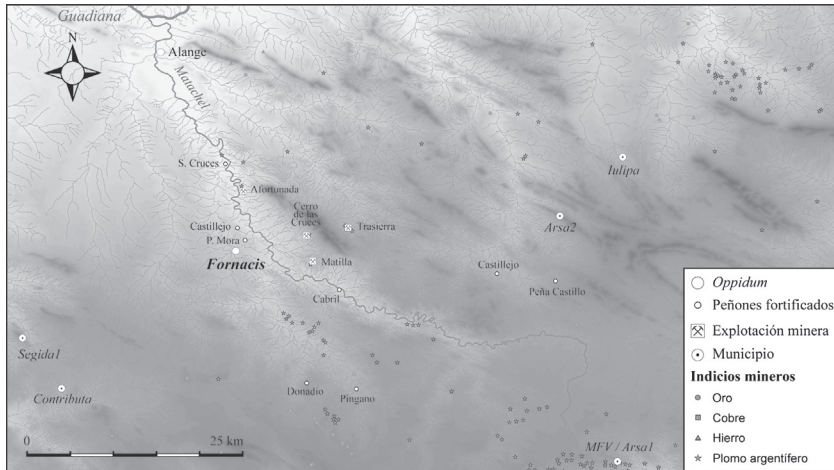


FIG. 10 – El “territorio fornacense” en pleno valle del Matachel:
 A) Peñones fortificados y minería de la serranía de Hornachos;
 B) Lingote plomo procedente del Cerro de las Cruces con el sello SFB (colección particular);
 C) Fornacis en el contexto de la Beturia.

(Página deixada propositadamente em branco)

ELISA DE SOUSA

Faculdade de Letras; Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa
ORCID: 0000-0003-3160-108X

e.sousa@campus.ul.pt

LÍDIA FERNANDES

Arqueóloga. Coordenadora do Museu de Lisboa – Teatro Romano. EGEAC/CML

lidiafernandes@egeac.pt

A CERÂMICA DE TIPO KUASS DAS ESCAVAÇÕES DO TEATRO ROMANO DE LISBOA

KUASS WARE FROM THE EXCAVATIONS OF LISBON'S ROMAN THEATRE

“Conimbriga” LVIII (2019) p. 101-126

https://doi.org/10.14195/1647-8657_58_3

RESUMO: Neste trabalho é apresentado o conjunto de cerâmica de tipo Kuass recuperado durante as escavações efectuadas na área do Teatro Romano de Lisboa. Trata-se de um conjunto reduzido, com apenas quatro exemplares, mas cuja importância é inegável considerando que corresponde a uma das áreas mais longínquas da fachada ocidental atlântica onde se documentaram estes materiais de cariz helenístico. A cronologia proposta para o conjunto é também relevante, uma vez que estes artefactos parecem ter chegado a Lisboa num momento muito tardio, provavelmente já relacionado com a reintegração deste território nos circuitos comerciais de larga escala durante a fase romano-republicana (segunda metade do século II a inícios do século I a.C.).

PALAVRAS-CHAVE: Lisboa; Cerâmica tipo Kuass; Romano-republicano; Ocidente atlântico.

ABSTRACT: In this paper we present the Kuass ware assemblage recovered during the excavations that took place in Lisbon's Roman Theater area. The set is small, with only four fragments, but its importance is indisputable considering it is one of the most distant areas in the Western Atlantic Iberian Peninsula where these "Hellenistic" artifacts were found. The chronology we propose for these fragments is also relevant, considering that these vessels seem to have arrived to Lisbon during latter times, probably in the framework of the reintegration of the Western areas in the large-scale commercial circuits of the Roman Republican Period (2nd half of the 2nd century / early 1st century BC).

KEYWORDS: Lisbon; Kuass ware; Roman Republican; Western Atlantic.

A CERÂMICA DE TIPO KUASS DAS ESCAVAÇÕES DO TEATRO ROMANO DE LISBOA

1. Introdução

A cerâmica de tipo Kuass foi, pela primeira vez, identificada em Portugal no final da década de 90, no Castelo de Castro Marim (ARRUDA 1997). Desde essa altura, os dados disponíveis sobre a sua frequência e distribuição ao longo do território nacional têm aumentado exponencialmente.

Estas produções helenísticas surgem nos momentos finais do século IV a.C., muito provavelmente em torno ao seu último quartel, sendo um dos principais fósseis directores da fase final da Idade do Ferro no território culturalmente integrado no Círculo do Estreito de Gibraltar (NIVEAU DE VILLEDARY y MARIÑAS 2003). A sua fase inicial é marcada, sobretudo, pela imitação de alguns protótipos de cerâmica grega de época clássica, sofrendo posteriores influências de outros repertórios de cerâmica de mesa mediterrâneos, muito especialmente a partir da integração do Ocidente nos circuitos comerciais romanos. Ao longo de toda a sua produção, a preferência pela utilização de engobes de tonalidades avermelhadas é constante, sendo este um dos principais elementos caracterizadores da cerâmica de tipo Kuass (NIVEAU DE VILLEDARY y MARIÑAS 2003).

A perduração desta categoria cerâmica, em território peninsular, durante o período romano republicano, foi, num primeiro momento, assumida com certas reservas, tendo sido interpretada como um período de declínio destas produções ocidentais (NIVEAU DE VILLEDARY y MARIÑAS 2003: 185-186). Contudo, os contextos de consumo do Algarve demonstraram, de forma sistemática, que a utilização da cerâmica de tipo Kuass manteve um peso importante no quadro do serviço de mesa destas comunidades entre o final do século II e inícios do século

I a.C., representando entre 18% e 39% dos conjuntos de cerâmica fina, como se observa na área do Monte Molião, em Lagos (SOUSA 2010: 527; SOUSA, PEREIRA e ARRUDA no prelo). Mesmo em outros sítios meridionais com ocupação coeva que não possibilitaram uma análise quantitativa mais exacta, como é o caso de Faro (SOUSA 2009; 2010) e do Forte de São Sebastião (ARRUDA e PEREIRA 2008), é possível observar que estas produções ocidentais helenísticas surgem ainda de forma significativa no quadro dos repertórios artefactuais romano-republicanos. Para fases mais tardias contamos unicamente com um contexto arqueológico recuperado no Castelo de Castro Marim, cuja cronologia nos remete já para um período centrado em torno aos meados do século I a.C., sendo aqui a cerâmica de tipo Kuass claramente residual no repertório do serviço de mesa, com uma representatividade de apenas 6% (SOUSA 2010: 524).

Outros dados relevantes sobre o uso das produções de tipo Kuass em época romano-republicana têm sido também divulgados durante os últimos anos. Ainda no sul do território português, em Mértola, a existência de mais de uma centena destes fragmentos em contextos datados do último terço do século II a.C. foi recentemente valorizada (SORIA e PALMA 2017). Na área andaluza, é também importante referir os dados recuperados nas escavações dos fornos de Pery Junquera (NIVEAU DE VILLEDARY y MARIÑAS 2004) e os trabalhos recentemente realizados no Baixo Guadalquivir, que demonstraram a perduração desta categoria cerâmica em momentos tardios do 1º milénio, que chegam a atingir, neste último caso, os finais do século I a.C. (MORENO MEGÍAS 2016; ESCACENA CARRASCO e MORENO MEGÍAS 2014). Por último, deve também sublinhar-se as estratigrafias recuperadas na costa ocidental marroquina, em *Lixus*, nas quais se evidenciou a perduração destas produções cerâmicas até momentos avançados do período romano-republicano (ARANEGUI GASCÓ 2001, 2005).

Com efeito, a acumulação destes dados conduziram a uma recente revisão das balizas cronológicas estabelecidas para as produções de tipo Kuass, admitindo-se agora que possam perdurar até, pelo menos, ao final do primeiro quartel do século I a.C. (NIVEAU DE VILLEDARY y MARIÑAS 2014; NIVEAU DE VILLEDARY y MARIÑAS e SÁEZ ROMERO 2016).

2. O conjunto de cerâmica de tipo Kuass recolhido durante as escavações realizadas no Teatro Romano de Lisboa

As várias campanhas de escavação realizadas no Teatro Romano de Lisboa (FIGURA 1 E 2) e na sua área envolvente proporcionaram largos milhares de fragmentos cerâmicos da Idade do Ferro e, sobretudo, de época romana. Entre este vasto espólio, constam unicamente quatro fragmentos (4 NMI) pertencentes a cerâmicas de tipo Kuass (FIGURA 7).

Em termos de contexto estratigráfico, gostaríamos de sublinhar, desde já, que todos os exemplares foram recolhidos em níveis subjacentes ao início dos primeiros trabalhos de edificação da parte sul do monumento cénico. Com efeito, a intervenção arqueológica realizada no interior do museu permitiu perceber, relativamente às soluções de engenharia, de que forma o teatro foi edificado numa área de pendente tão acentuada. O recurso à construção de muros paralelos entre si que permitiram vencer o desnível pela construção de terraços, ou patamares, foi uma solução engenhosa, mas, simultaneamente, muito pragmática (FERNANDES 2013; 2017). Os contextos de cronologia anterior ficaram preservados na parte inferior do arranque das obras de época romana. Uma área nivelada foi conseguida pela regularização do afloramento rochoso, quando este era mais elevado, ou pelo enchimento de áreas mais baixas as quais ficaram subjacentes e preservadas sob tal regularização, como no caso da habitação de cronologia romana-republicana, ou, inclusivamente, dos fornos da Idade do Ferro, que então já se encontrariam desactivados, como adiante será referido (FIGURA 3 e 4).

O grande trabalho inicial foi a colocação de um enorme enchimento de pedras, em três fiadas paralelas entre si, com uma orientação nascente/poente que preencheu a totalidade da área após a demarcação do espaço onde os muros de suporte do teatro assentariam (estrutura do *post scaenium* e muro sul subjacente ao actual terraço do museu). As estruturas pré-romanas e romano-republicanas anteriormente referidas localizam-se, na totalidade, por baixo deste nível de regularização e que mais não fez que dar vazão aos inúmeros blocos pétreos que resultaram do desbaste da rocha no local e área envolvente.

2.1. Prato (TRL/1127)

Um dos exemplares de cerâmica de tipo Kuass recuperados na área do Teatro Romano de Lisboa corresponde claramente a um prato, ainda que a sua classificação exacta possa suscitar algumas dúvidas (FIGURA 7 e 8). A forma mais aproximada existente na tipologia de referência elaborada para as produções de tipo Kuass é a forma V, possivelmente já inspirada no repertório da cerâmica campaniense, concretamente no tipo Lamboglia 36 (NIVEAU DE VILLEDARY y MARIÑAS 2003: 58-59). Contudo, o fragmento de Lisboa apresenta uma ligeira concavidade na parte superior do bordo que não coincide plenamente com esta morfologia. Outra possibilidade de classificação seria uma outra forma também inspirada ou influenciada pelos protótipos itálicos, concretamente nas produções napolitanas de campaniense do tipo Lamboglia 6. Neste caso, as principais divergências que se observam correspondem à existência, no âmbito destas produções de inspiração itálica (LAMBOGLIA 1952; MOREL 1981) e suas imitações gaditanas (NIVEAU DE VILLEDARY y MARIÑAS 2004), de um lábio mais desenvolvido e, de certa forma, moldurado.

Formas idênticas à de Lisboa surgem em Faro, tendo sido aí classificadas de acordo com a forma V de Niveau (SOUSA 2009: 160 – n.º 269, 271 e 272). Infelizmente, estes fragmentos que permitem os paralelos mais imediatos encontram-se descontextualizados, não permitindo aferir de forma mais exacta a sua cronologia.

No entanto, em Monte Molião, formas muito semelhantes, classificadas, uma vez mais, segundo o tipo V de Niveau, foram recuperadas em níveis de cronologia romano-republicana, datados entre os finais do século II e inícios do século I a.C. (Sousa e Arruda 2013: fig. 3 – n.º 14778 e 24217; fig. 4 – n.º 13911). Semelhantes são também alguns pratos classificados, na altura, como imitações dos pratos tipo Morel 1331 (SOUSA e ARRUDA 2013: fig. 4 – n.º 18774 e 11399), ainda que actualmente se deva reconhecer que são provavelmente mais similares ao tipo Lamboglia 6 (MOREL 1431/1441/1443).

Uma re-análise dos dados disponíveis e das morfologias permite problematizar um pouco mais esta questão. Com efeito, esta forma específica das produções de tipo Kuass, presente então em Lisboa, Faro e Monte Molião, apresenta algumas diferenças quer com a forma V de Niveau, quer com as produções mais tardias derivadas da campaniense A, concretamente com a forma Lamboglia 6. As morfologias clássicas

atribuíveis ao tipo V apresentam o lábio mais côncavo e geralmente com uma saliência bem marcada na zona interior, ainda que esta não seja recorrente em todos os exemplares. Por outro lado, os pratos já inspirados nas formas itálicas, concretamente no tipo Lamboglia 6, apresentam o lábio bem desenvolvido, e geralmente bem assinalado na sua parte terminal. Considerando estas divergências, cabe sugerir ainda uma outra possibilidade: que esta forma possa corresponder simplesmente a uma evolução dos pratos de peixe (forma II de Niveau) que começa a adquirir uma ligeira concavidade na área externa do lábio, possivelmente como resultado de influências das produções de cerâmica campaniense (sobretudo da forma Lamboglia 6). Contudo, a confirmação desta possibilidade depende, necessariamente, da futura recuperação de perfis completos, de forma a determinar quais as características do fundo destes recipientes, elemento que permitiria distinguir, então, se corresponde a uma evolução no quadro das produções mais arcaicas dos pratos de peixe de cerâmica de tipo Kuass (forma II de Niveau) ou já a uma clara influência das formas itálicas da campaniense napolitana.

Independentemente da sua classificação, um elemento que parece ser relativamente seguro é que se trata de uma forma bastante tardia no repertório das produções de tipo Kuass. Mesmo a forma V surge neste elenco morfológico apenas a partir de meados do século III a.C. (NIVEAU DE VILLEDARY y MARIÑAS 2014: 138; NIVEAU DE VILLEDARY y MARIÑAS e SÁEZ ROMERO 2016: 58), podendo atingir ainda cronologias mais tardias, centradas já durante o século II a.C., se estiver relacionada com as influências itálicas das morfologias da Campaniense A (NIVEAU DE VILLEDARY y MARIÑAS 2014: 139; NIVEAU DE VILLEDARY y MARIÑAS e SÁEZ ROMERO 2016: 59) – forma Lamboglia 6 –, características sobretudo da segunda metade dessa centúria. Contudo, e apesar destas balizas cronológicas mais amplas, a verdade é que os paralelos mais claros, particularmente os de Monte Molião, parecem apontar para uma fase relativamente tardia para o seu aparecimento nos centros de consumo algarvios, centrada já entre os finais do século II e os inícios do séc. I a.C., sendo esta forma desconhecida em momentos anteriores (SOUSA 2009; SOUSA e ARRUDA 2013).

Este fragmento foi recolhido na campanha arqueológica feita em 2006 no pátio do Museu de Lisboa – Teatro Romano, durante a fase de escavações que decorreu entre 2001 e 2011. Em termos metodológicos, e também históricos, individualizaram-se duas áreas: uma subjacente à recepção do museu e outra no pátio ou jardim. O exem-

plar em questão, tal como os restantes que aqui se analisam, foi recolhido neste último local, concretamente na Vala de Sondagem 11, com uma implantação este/oeste, e situada no limite sul do pátio, junto ao grande muro de contenção dos terrenos (actualmente sobreposto pelo terraço do museu) e de alicerçamento do monumento cénico. O seu contexto de recolha corresponde ao nível 22, um estrato de coloração verde clara com tonalidade amarelada, devido à sua constituição, essencialmente margas de componente argilosa, pouco compacto, que foi registado sobretudo na parte nordeste da vala, identificando-se a sua continuidade para a sondagem contígua (Vala de Sondagem 10, a norte) (FIGURA 5).

Em termos contextuais encontramos-nos no interior de uma habitação de cronologia romana-republicana, responsável pelo encobrimento total dos fornos de produção cerâmica, enquadráveis em momentos tardios da Idade do Ferro, detetados neste mesmo local a uma maior profundidade (CALADO *et al.* 2013: 641-649; FERNANDES e COROADO: no prelo; FERNANDES e FILIPE 2007: 229-253). Os fornos documentam no seu interior uma ocupação dos inícios do séc. II a.C., embora, pela reduzida dimensão das estruturas, não seja possível realizar a sua mais completa caracterização. Em época um pouco posterior, mas ainda no séc. II a.C. regista-se nova ocupação que se traduz no enchimento artificial das estruturas com cotas mais baixas e um nivelamento artificial da área com vista à instalação de uma estrutura habitacional com alguma qualidade, que aproveita o afloramento rochoso para a sua implantação, e o regulariza através de uma camada argilosa espessa que, deste modo, torna a superfície parietal lisa e homogénea. O fragmento em questão integra-se, em termos contextuais, na fase de abandono desta habitação romano-republicana, sendo o sedimento em que surgiu anterior à grande campanha de edificação do teatro romano. Os dados estratigráficos do contexto de recolha são, assim, compatíveis com a cronologia anteriormente proposta.

2.2. Pátera (TRL/10/87)

O segundo fragmento de cerâmica de tipo Kuass recolhido nas escavações do Teatro Romano de Lisboa corresponde a uma pátera de diâmetro relativamente largo e de bordo vertical, de secção arredondada (FIGURA 7 e 9). Trata-se de uma morfologia que parece estar inspirada,

uma vez mais, nas produções de Campaniense A, concretamente nos tipos Lamboglia 5 e 7 (séries 2255 e 2256 de Morel), tendo sido identificada, pela primeira vez, em Pery Junquera (NIVEAU DE VILLEDARY y MARIÑAS 2004) e, pouco depois, em Faro, em níveis datáveis entre os finais do século II a.C. e os inícios da centúria seguinte (SOUSA 2009: fig. 64 – n.º 201) e também em outros contextos secundários (SOUSA 2009: fig. 74 – n.º 298). Mais tarde, durante as escavações efectuadas no Monte Molião, em Lagos, esta forma é novamente identificada, estando aqui claramente associada a níveis também datados entre os finais do século II e os inícios do século I a.C. (SOUSA e ARRUDA 2013: fig. 4 – n.º 12177 e 11018).

Recentemente esta morfologia foi adicionada à tipologia da cerâmica de tipo Kuass, onde é descrita como uma forma derivada, uma vez mais, do repertório da Campaniense A, concretamente do tipo 55 de Lamboglia (NIVEAU DE VILLEDARY y MARIÑAS 2014; NIVEAU DE VILLEDARY y MARIÑAS e SÁEZ ROMERO 2016). Trata-se de uma morfologia tardia, cuja emergência nos repertórios da cerâmica de tipo Kuass ocorre apenas a partir dos inícios do século II a.C. (NIVEAU DE VILLEDARY y MARIÑAS 2014). Esta mesma forma aparece também em Mesa de El Gandul, em contextos do século II a.C. (MORENO MEGÍAS 2016).

Uma vez mais, este fragmento de pátera foi recolhido na área do pátio, concretamente na camada 11 da Vala da Sondagem 10, na sua metade nascente (FIGURA 6). Este nível é constituído por um sedimento castanho escuro, que se torna progressivamente mais avermelhado à medida do seu registo a uma maior profundidade. Trata-se de um estrato muito compacto, heterogéneo e com cinzas, localizado por cima das margas que constituem o nível geológico e onde foi assente a grande estrutura do *post scaenium*, de forma a possibilitar a construção do teatro. Este estrato prolonga-se para sul (agora na parte designada por Vala de Sondagem 11 – camada 16) sendo correspondente a um nível similar que acompanha o perfil da rocha e o respetivo recorte aquando da edificação da habitação romano-republicana acima referenciada. Apesar deste nível ter proporcionado múltiplos fragmentos característicos da Idade do Ferro, estes surgem associados a fragmentos de ânforas de período romano-republicano, sendo provável que a sua formação tenha ocorrido durante esta última fase, sendo os exemplares mais antigos residuais.

2.3 Taça (TRL/05/4639)

O terceiro fragmento (TRL/05/4639) corresponde a uma das formas mais típicas de cerâmica de tipo Kuass, as pequenas taças de bordo reentrante do tipo IX-A de Niveau de Villedary y Mariñas (FIGURA 7 e 10). Trata-se de uma morfologia que surge desde as fases iniciais do repertório destas produções helenísticas, permanecendo no seu elenco tipológico até à fase final. Com efeito, esta forma é muito abundante nos contextos romano republicanos do Algarve, concretamente em Monte Molião e em Faro (SOUSA 2009; 2010; SOUSA e ARRUDA 2013). Surge também com frequência em Mértola, em níveis datados do último terço do século II a.C. (SORIA e PALMA 2017).

Tal como o anterior fragmento, esta peça foi recolhida nos estratos superiores da Vala de Sondagem 10, especificamente na camada 2-a, sendo as suas características muito semelhantes às do estrato que se sobrepunha (FIGURA 6). Trata-se de uma camada de coloração esverdeada clara, compacta, heterogénea, argilosa e muito granulosa. Apesar de ter proporcionado uma significativa quantidade de espólio de tradição da Idade do Ferro (*pithos*, taças, pratos, potes, ânforas), a presença de um fragmento de *terra sigillata* itálica de produção pisana, com uma marca de M. VALERIVS (15 a.C. – 15 d.C.) (SEPÚLVEDA e FERNANDES 2009: 143-172), assim como de vários exemplares de cerâmicas de engobe vermelho pompeiano (FERNANDES e FILIPE 2007: 229-253), indica que se trata de um estrato muito alterado, com uma percentagem muito significativa de materiais residuais, não sendo impossível que o fragmento de tipo Kuass aqui recuperado possa ter pertencido, originalmente, a um contexto de período romano-republicano.

2.4. Fundo (TRL/06/874)

O último exemplar corresponde a um fragmento de fundo de base aplanada (FIGURA 7 e 11), um tipo de perfil que não é propriamente característico das produções de tipo Kuass. Contudo, vasos com fundos semelhantes surgem nos níveis romano-republicanos da costa algarvia, concretamente em Monte Molião (SOUSA e ARRUDA 2013: fig. 4 – n.º 14220 e 11190), pertencendo a taças classificadas de acordo com a forma Niveau IX-A. Perfis similares também surgem associados a outras morfologias, concretamente a taças de paredes rectas, aparen-

tadas provavelmente com a forma Lamboglia 31, que aparecem, uma vez mais, em níveis datados entre os finais do século II e os inícios do séc. I a.C., quer em Monte Molião (SOUSA e ARRUDA 2013: fig. 5 – n.º 14838), quer na costa ocidental norte africana, em Lixus (BONET ROSADO *et al.* 2005: 90).

O fundo em análise foi recolhido na camada 15 da Vala de Sondagem 10, localizada na parte nascente (FIGURA 5). Trata-se de uma camada de coloração castanha avermelhada, muito compacta e homogênea, localizada por baixo do “derrube/enrocamento” registado na sua parte superior, que é praticamente transversal a toda a extensão da sondagem, tendo a sua correspondência na sondagem realizada imediatamente a sul (aqui com a designação de camada 16 da Vala de Sondagem 11). O material aqui recolhido integra vários fragmentos da Idade do Ferro (cerâmica comum, cerâmica cinzenta, engobes vermelhos e cerâmica pintada em bandas), mas também fragmentos de ânforas de época romana e cerâmica de construção de idêntica cronologia.

2.5. Fabricos

Um último comentário sobre o conjunto do Teatro Romano de Lisboa diz respeito às características de fabrico dos exemplares aí recuperados. Dois fragmentos (n.º 1127 e n.º 874) apresentam pastas de tonalidades amareladas, sendo o engobe, avermelhado, de escassa qualidade, permitindo a sua inclusão no grupo de fabrico III A estabelecido para os conjuntos da área algarvia (SOUSA 2009: 45). Uma outra peça (n.º 87) exibe um fabrico mais cuidado, sendo a pasta alaranjada e o engobe, também este de tons avermelhados, relativamente espesso e aderente, integrando-se assim no fabrico I A (SOUSA 2009: 44). Por último, o fragmento de bordo de taça (n.º 4639), de pasta também alaranjada mas com mais elementos de calcite, apresenta um engobe bastante estalado, com tonalidades mais escuras (acastanhadas), podendo ser integrado no grupo de fabrico IV (SOUSA 2009: 46).

Para os primeiros dois fabricos (I-A e III-A), admite-se uma origem na zona de Cádiz, a principal área produtora destas cerâmicas de cariz helenístico (NIVEAU DE VILLEDARY y MARIÑAS 2003), ainda que provavelmente de centros produtores ou mesmo de zonas distintas (SOUSA 2009: 47). O restante fabrico (IV) é mais difícil de atribuir a um território específico, tendo sido proposto que poderá corresponder a

uma produção ocidental norte africana, considerando as frequentes inclusões de calcites (SOUSA 2009: 48). Contudo, os estudos recentes desenvolvidos por V. Moreno Megías têm apontado para a existência de uma outra área de produção de cerâmicas de tipo Kuass, provavelmente localizada no Baixo Guadalquivir, onde estão também presentes frequentes elementos de calcites (MORENO MEGÍAS 2016). Com efeito, e atendendo às dinâmicas comerciais quer da fase final da Idade do Ferro quer do período romano-republicano, é mais provável que os materiais englobados no grupo de fabrico IV do Algarve, e também o fragmento de Lisboa, tenham uma origem nesta área andaluza.

Interessante é também notar que, na região algarvia, o grupo de fabrico III adquire a sua maior expressão durante o período romano republicano, atingindo, em Faro, 56% do conjunto de cerâmica de tipo Kuass desta fase (SOUSA 2009) e, no Monte Molião, cerca de 59% (SOUSA e ARRUDA 2013: 653), enquanto que, durante a fase final da Idade do Ferro, os fabricos maioritários se integram no Grupo I (SOUSA 2009). Apesar de o conjunto recuperado no Teatro Romano ser francamente escasso, o facto de este fabrico III ser o mais bem representado poderá ser também um indicador da sua cronologia tardia, quando aliado aos aspectos morfológicos anteriormente descritos.

Com efeito, e considerando todos os elementos anteriormente analisados, a probabilidade de o conjunto de cerâmica de tipo Kuass do Teatro Romano de Lisboa se integrar já em circuitos comerciais do período romano-republicano é grande. Com efeito, pelo menos duas das formas apresentadas, em concreto o bordo de prato e a pátera inspirada no tipo Morel 2255/2256, parecem ser incluídas nos repertórios destas produções do Círculo do Estreito de Gibraltar apenas em momentos tardios, centrados já em torno ao século II a.C. (NIVEAU DE VILLEDARY y MARIÑAS 2014; NIVEAU DE VILLEDARY y MARIÑAS e SÁEZ ROMERO 2016). Contudo, neste âmbito, cabe dar a devida importância aos centros de consumo da costa do Algarve, especialmente a Faro e a Monte Molião (SOUSA 2009; 2010; SOUSA e ARRUDA 2013), onde estas morfologias aparecem apenas em contextos datados já da fase final do século II a.C. e inícios da centúria seguinte. Também o fragmento de fundo recuperado em Lisboa é um indicador de cronologias mais tardias, considerando que estes perfis mais aplanados são também ocorrências típicas do período romano republicano, denotando prováveis influências das taças de cerâmica campaniense napolitana (Lamboglia 31).

4. Conclusão

A importância do conjunto de cerâmica de tipo Kuass recolhido durante as intervenções realizadas na área do Teatro Romano de Lisboa reside, de forma particular, na sua localização geográfica. Com efeito, trata-se de um dos sítios mais setentrionais da costa ocidental atlântica onde se documentam estas produções.

A presença de cerâmica de tipo Kuass na fachada ocidental atlântica da Península Ibérica é, efectivamente, muito escassa (FIGURA 12). No estuário do Tejo, o único outro sítio que parece ter proporcionado este tipo de materiais é a Alcáçova de Santarém, onde se terão recolhido dois fragmentos pertencentes a pratos de peixe, ainda que esta classificação tenha sido feita com reservas (ARRUDA 1999-2000: 212). Infelizmente, estes materiais são provenientes de contextos secundários, não permitindo fixar com exactidão a sua cronologia.

Malgradamente, a mesma situação aplica-se aos restantes casos conhecidos, concretamente a um prato da forma Niveau II-A recolhido em *Mirobriga* (SOARES e SILVA 1979), uma taça da forma IX de Alcácer do Sal e outras do Castro de Chibanes (SOUSA 2009: 102), sendo impossível determinar, de momento, se correspondem a importações da fase final da Idade do Ferro ou de períodos mais tardios (século II e inícios do I a.C.).

Contudo, e considerando a escassez e mesmo inexistência de outros produtos meridionais importados nestas regiões durante a segunda metade do século IV e os meados do século II a.C., como é o caso de contentores anfóricos (variantes tardias de ânforas tipo Maña Pascual A4, tipo Pellicer D e tipos 8.1.1.2 e 8.2.1.1 de Ramon Torres), e mesmo de outras cerâmicas de cozinha, mesa e armazenamento (SOUSA 2017), parece provável que as cerâmicas de tipo Kuass documentadas nestas estações arqueológicas se relacionem já com a reinserção comercial do Ocidente Atlântico nas rotas mediterrâneas e sul-hispânicas na esfera da conquista romana.

Com efeito, esta mesmas ausências verificam-se em Lisboa. Entre os milhares de fragmentos atribuíveis aos níveis de ocupação da cidade a partir de meados do 1º milénio a.C., as importações são francamente escassas, tendo-se contabilizado apenas alguns fragmentos de ânforas do tipo Pellicer B/C, uma provável importação do tipo Maña Pascual A4, uma ânfora sarda (RAMON 4.1.1.3) e cerca de duas dezenas de cerâmicas gregas (SOUSA 2014, 2017; ARRUDA e SOUSA 2018). No entan-

to, estas raras importações parecem inscrever-se ainda num momento compreendido entre a segunda metade do século V e a primeira metade do século IV a.C., notando-se, a partir deste último momento, uma total inexistência de materiais importados (SOUSA 2017).

Paradigmático desta situação também é o panorama relativo às produções da área do Tejo que se parecem inspirar em morfologias de cerâmicas gregas de época clássica. Ao contrário do que ocorre na área do Círculo do Estreito de Gibraltar, onde os pratos de peixe e as pequenas taças de bordo reentrante dominam o repertório das produções de cariz helenístico (NIVEAU DE VILLEDARY y MARÍÑAS 2003; SÁEZ ROMERO 2014), as comunidades do Estuário do Tejo seleccionam, de forma aparentemente exclusiva, taças de pé alto e perfil carenado, às quais adicionam asas laterais que denunciam claras influências da cerâmica grega e que estão, aliás, também presentes entre o espólio do Teatro Romano (SOUSA 2016; SOUSA e PIMENTA 2017). Uma outra distinção relevante é o facto de estas últimas serem fabricadas em cerâmica cinzenta, não se tendo optado, nesta região, pelos engobes avermelhados que tão bem caracterizam as produções de tipo Kuass.

Estes distintos critérios selectivos, no quadro das influências helenísticas, refletem a existência de dois padrões de consumo bem diferenciados entre a fachada ocidental atlântica e a área comumente designada como Círculo do Estreito de Gibraltar. Apesar de ambas as zonas terem recebido, entre a segunda metade do século V e a primeira metade do século IV a.C., importações de cerâmicas gregas, a influências destas últimas vai ter um impacto diferenciado nas produções locais, o que seguramente se relaciona com tendências e preferências culturais distintas.

A partir de meados do século IV a.C., a fachada ocidental atlântica parece ter-se desconectado quase completamente dos circuitos comerciais do sul peninsular e, conseqüentemente, também da área mediterrânea, considerando a inexistência de importações seguramente integráveis entre este momento e os meados do século II a.C. Este isolamento da costa ocidental atlântica da antiga *Iberia* parece desaparecer apenas a partir da chegada dos primeiros contingentes militares romanos, que iniciam, nesta altura, campanhas de reconhecimento dos territórios mais ocidentais, reintegrando-os nas redes comerciais de larga escala. Com efeito, a partir de 140-130 a.C., os materiais itálicos (ânforas, cerâmica campaniense, paredes finas, lucernas, cerâmica de cozinha) registam-se de forma abundante não só em Lisboa (PIMENTA 2005; 2014) mas tam-

bém em toda a costa ocidental. E é, provavelmente, neste âmbito, que as primeiras produções de tipo Kuass chegam ao estuário do Tejo. Com efeito, o abastecimento de produtos alimentares e manufacturados aos contingentes militares romanos não incluiu exclusivamente produtos itálicos, mas também contribuições muito significativas da área andaluza, e particularmente da zona de Cádiz. Assim, e associadas às ânforas de tipo 9.1.1.1, Maña C2b e imitações gaditanas de ânforas greco-itálicas (PIMENTA 2005; 2014), terão sido comercializadas também algumas produções de cerâmica de mesa típicas dessa zona, como é o caso da cerâmica de tipo Kuass. Esta chega, contudo, em quantidades muito reduzidas, ao contrário do que se verifica no Algarve e também no sul do Alentejo, em fase *grosso modo* contemporânea (SOUSA 2009; 2010; SOUSA e ARRUDA 2013; SORIA e PALMA 2017).

Os fragmentos de cerâmica de tipo Kuass do Teatro Romano de Lisboa, dois dos quais provenientes seguramente de níveis de cronologia romano-republicana, devem ser interpretados não como evidências residuais de contactos comerciais durante a fase tardia da Idade do Ferro, mas sim como produtos associáveis já à fase da conquista.

Com efeito, a importância das produções de tipo Kuass durante a fase republicana no Ocidente Peninsular tem sido, de certa forma, desvalorizada, e torna-se necessário começar a reconhecer que esta desempenha um papel ainda muito significativo no âmbito dos serviços de mesa desta região até aos inícios do século I a.C., ainda que, naturalmente, menos expressivo quando comparado com o das produções campanienses, que progressivamente passam a dominar esses mesmos repertórios.

BIBLIOGRAFIA

- ARANEGUI GASCÓ, C. (ed. cient.) (2001) - *Lixus – Colonia Fenicia y Ciudad Púnico-Mauritana; Anotaciones sobre su ocupación medieval (Saguntum Extra 4)*. Valência.
- ARANEGUI GASCÓ, C. (ed. cient.) (2005) - *Lixus – 2 Ladera Sur. Excavaciones Arqueológicas Marroco-Españolas en la colonia fenicia. Campañas 2000-2003. (Saguntum Extra 6)*. Valência.
- ARRUDA, Ana Margarida (1997) - *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica*. Lisboa: Edições Colibri.
- ARRUDA, Ana Margarida (1999/2000) - *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo*

indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.). Barcelona: Carrera Edició.

- ARRUDA, Ana Margarida e PEREIRA, Carlos (2008) - As ocupações antigas e modernas do Forte de S. Sebastião (Castro Marim). *Xelb* 8 391-421.
- ARRUDA, Ana Margarida e SOUSA, Elisa (2018) - The Greek pottery of the Tagus estuary. In MORAIS, Rui, LEÃO, Delfim, RODRÍGUEZ PÉREZ e FERREIRA, Daniela (eds.) *Greek Art. Studis in honour of Sir John Biardman on the occasion of his 90 th birthday*. Oxford: Archeopress 187-195.
- BONET ROSADO, Helena, FUMADÓ ORTEGA, Iván, ARANEGUI GASCÓ, Carmen, VIVES-FERRÁNDIZ SÁNCHEZ, Jaime, HASSINI, Hicham e KBIRI-ALAOUI, Mohamed (2005) - La ocupación mauritana. In ARANEGUI GASCÓ, Carmen, (ed.), *Lixus-2 Ladera Sur. Excavaciones arqueológicas marroco-españolas en la colonia fenicia. Campañas 2000-2003*. Valencia: Universidad (*Saguntum* Extra 6) 87-140.
- CALADO, Marco, PIMENTA, João, FERNANDES, Lúcia e FILIPE, Victor (2013) - Conjuntos cerâmicos da Idade do Ferro do teatro romano de Lisboa: as cerâmicas de engobe vermelho. In ARNAUD, José Morais, MARTINS, Andrea e NEVES, César (eds.), *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses 641-649.
- ESCACENA CARRASCO, José Luis e MORENO MEGÍAS, Violeta (2014) - Cerámica de tipo Kuass procedente de Caura. Testimonios de in nuevo centro de producción? *Archivo Español de Arqueologia* 87 75-90.
- FERNANDES, Lúcia (2013) - Teatro romano de *Olisipo*: a marca do novo poder romano. In ARNAUD, José Morais, MARTINS, Andrea e NEVES, César (eds.), *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses 765-773.
- FERNANDES, Lúcia (2017) - Aspetos construtivos do teatro romano de Lisboa: matérias primas e técnicas edificativas. In ARNAUD, José Morais, MARTINS, Andrea e NEVES, César (eds.), *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses 1265-1278.
- FERNANDES, Lúcia e FILIPE, Victor (2007) - Cerâmicas de engobe vermelho pompeiano do Teatro Romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 10-2 229-253.
- FERNANDES, Lúcia e COROADO, Jorge (no prelo) - Novos dados sobre a ocupação pré romana do teatro romano de Lisboa: proveniência das produções cerâmicas dos sécs. IV e III a.C. (campanha arqueológica de 2010).
- MOREL, Jean Paul (1981) - *Céramique Campanienne: les formes*. Roma: École Française de Rome.
- MORENO MEGÍAS, Violeta (2016) - *La influencia púnica en las mesas turdetanas: cerámica de tipo Kuass en el Bajo Valle del Guadalquivir*. Sevilla: Universidad.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, Ana Maria (2003) - *Las Cerámicas Gaditanas "Tipo Kuass". Bases para el análisis de la Bahía de Cádiz en época púnica*. Cádiz: Universidad.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, Ana Maria (2004) - La producción de barniz púnico-gaditano en el s. II a.C. Nuevos datos aportados por el conjunto alfarero de

- Pery Junquera (San Fernando, Cádiz). In BERNAL CASASOLA, D. e LAGÓSTENA BARRIOS, L. (eds.), *Actas del Congreso Internacional Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética Romana (ss. II a.C. - VII d.C.)*. Oxford: 677-690.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, Ana Maria (2014) - El éxito de la vajilla helenística “tipo Kuass”. Resultado de la adopción de una moda estética o reflejo de transformaciones culinarias y comensales?. In GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José e GARCÍA VARGAS, Enrique (eds), *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la Antigüedad (s. VI a.C. – VI d.C.)*. Barcelona: Universitat 119-174.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, Ana Maria e SÁEZ ROMERO, António (2016) - The Red Slip Tableware of Punic and Early Roman Gadir/Gades (4th – 1st cent. BC): an update on the so-called “Kuass Ware”. In JAPP, Sarah e KOGLER, Patricia (eds.), *Traditions and Innovations. Tracking the Development of Pottery from the Late Classical to the Early Imperial Periods*. Viena: Phoibos Verlag 55-68.
- PIMENTA, João (2005) - *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos de Arqueologia* 41).
- PIMENTA, João (2014) - Os contextos da conquista: *Olisipo e Decimo Jvnio Bruto*. *Cira Arqueologia* 3 44-60.
- SÁEZ ROMERO, António (2014) - Oculto bajo el barniz. Aproximación inicial a las producciones grises de Gadir de época tardoclásica-helenística (siglos –IV/-III). In GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José e GARCÍA VARGAS, Enrique (eds), *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la Antigüedad (s. VI a.C. – VI d.C.)*. Barcelona: Universitat 79-118.
- SEPÚLVEDA, Eurico e FERNANDES, Lídia (2009) - As marcas em *Terra Sigillata* de tipo itálico do teatro romano de Lisboa (campanhas de 2005/2006). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 12-1 143-172.
- SOARES, Joaquina e SILVA, Carlos Tavares da (1979) - Cerâmica pré-romana de Miróbriga (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica* 5 159-184.
- SORIA, Vincenzo e PALMA, Fátima (2017) - A cerâmica de tipo Kuass em Mértola (Portugal). As escavações da Biblioteca Municipal. *Archivo Español de Arqueología* 90 77-96.
- SOUSA, Elisa (2009) - *A cerâmica de tipo Kuass no Algarve*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (*Cadernos da Uniarq* 4).
- SOUSA, Elisa (2010) - The use of “Kouass ware” during the republican period in Algarve (Portugal)”. In *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 41 523-528.
- SOUSA, Elisa (2014) - *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (*Estudos e Memórias* 7).
- SOUSA, Elisa (2016) - From Greek to Roman Pottery in the Far West. In JAPP, Sarah e KOGLER, Patricia (eds.), *Traditions and Innovations. Tracking the Development of Pottery from the Late Classical to the Early Imperial Periods*. Viena: Phoibos Verlag 17-28.

- Sousa, Elisa (2017) - Algumas reflexões sobre a fase tardia da Idade do Ferro no Ocidente Atlântico. *Ophiussa* 1 91-104.
- Sousa, Elisa e Arruda, Ana Margarida (2013) – A cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião (Lagos). In ARNAUD, José Morais, MARTINS, Andrea e NEVES, César (eds.), *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses 651-659.
- Sousa, Elisa, Pereira, Carlos e Arruda, Ana Margarida (no prelo) - O serviço de mesa de época republicana de Monte Molião (Lagos, Portugal).
- Sousa, Elisa e Pimenta, João (2017) – Produções cerâmicas de inspiração grega no Vale do Baixo Tejo. In ARNAUD, José Morais (ed.), *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses 887-895.



FIGURA 1 – *Localização de Lisboa no território português (base cartográfica de V. Gonçalves).*



FIGURA 2 – *Localização das intervenções efectuadas na área do Teatro Romano na cidade de Lisboa (base cartográfica de J. Pimenta).*

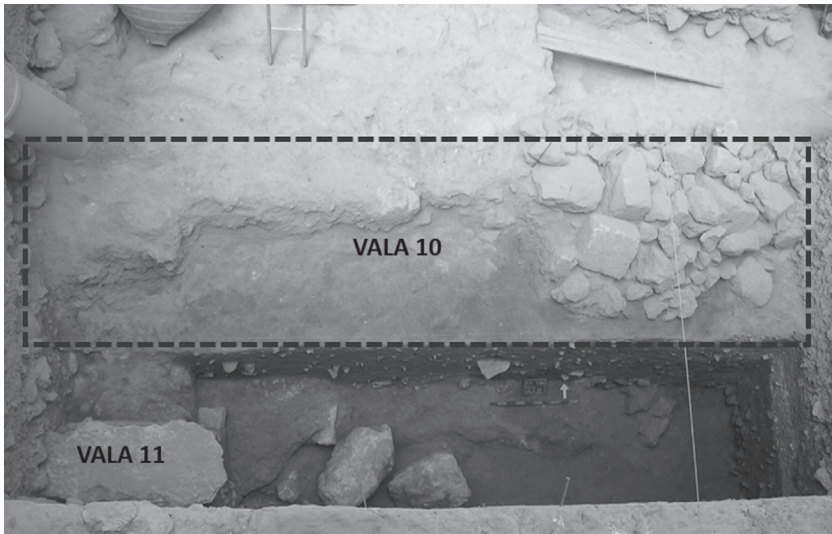
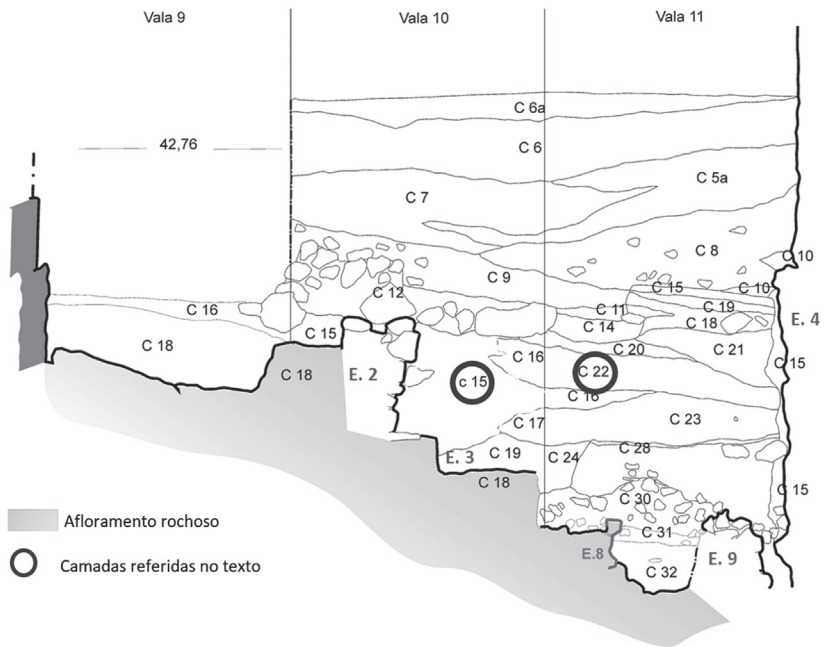


FIGURA 3 – *Perspectiva de sul para norte do pátio do museu encontrando-se parcialmente escavada a vala 11 (com vestígios dos fornos da Idade do Ferro) e a vala de sondagem 10 conservando ainda o enrocamento de pedras que sinaliza o início das obras de construção do teatro romano.*

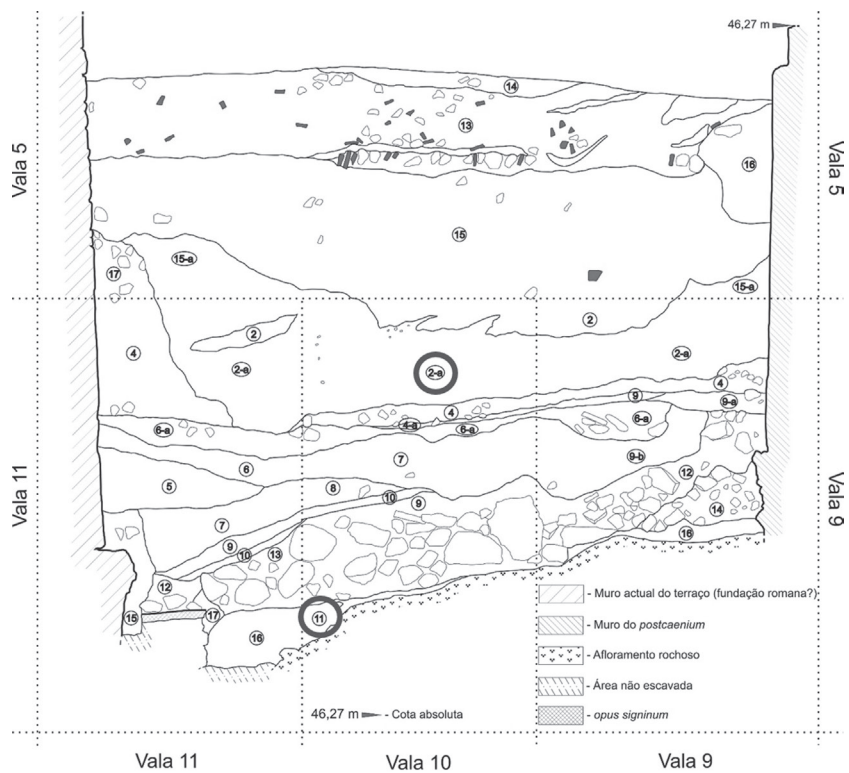


FIGURA 4 – *Perspectiva de sul para norte do pátio do museu com os fornos da Idade do Ferro integralmente escavados (vala de sondagem 11), assim como parte da habitação de época romano-republicana ainda com parte do pavimento conservado.*



- E. 1 estrutura do *post scaenium* (teatro)
- E. 2 habitação republicana
- E. 3 pavimento habitação republicana
- E. 4 muro de contenção sul: terraços do teatro
- E. 8 forno da Idade do Ferro
- E. 9 estrutura republicana que desativa o forno da Id. do Ferro

FIGURA 5 – Perfil este da intervenção do pátio (Vala de Sondagem 9, 10 e 11), com indicação duas camadas que proporcionaram cerâmica de tipo Kuass.



○ Camadas referidas no texto



Teatro Romano de Lisboa Serviço de Arqueologia - Museu da Cidade - C.M.L.		
Pátio: Vale 5	Data: 09/09/06	Perfil: Oeste
Desenho: Lídia Fernandes		Tintagem: Vítor Filipe

FIGURA 6 – Perfil oeste da intervenção do pátio (Vale de Sondagem 9, 10 e 11), com indicação duas camadas que proporcionaram cerâmica de tipo Kuass.



TRL/06/1127 - Grupo III-A



TRL/010/87 - Grupo I-A



TRL/05/4639 - Grupo IV



TRL/06/874 - Grupo III-A

10 cm



FIGURA 7 – Cerâmica de tipo Kuass recolhida durante as escavações na área do Teatro Romano de Lisboa.

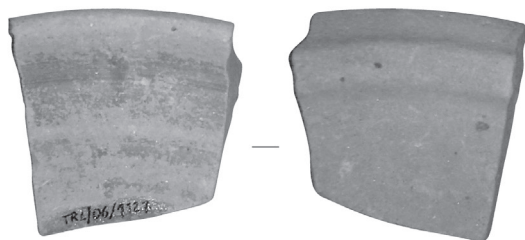


FIGURA 8 – Fotografia do prato (TRL/1127).

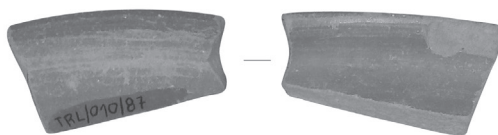
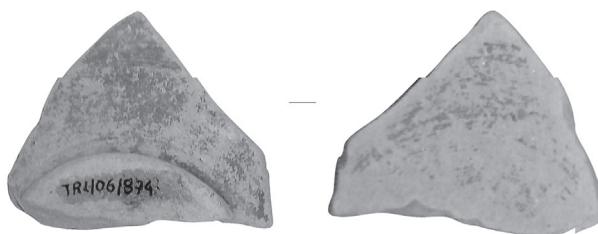


FIGURA 9 – Fotografia da pátera (TRL/10/87).



FIGURA 10 – Fotografia da taça (TRL/05/4639).



10 cm

FIGURA 11 – Fotografia do fundo (TRL/06/874).



FIGURA 12 – *Mapa da distribuição da cerâmica de tipo Kuass no território português em período romano-republicano.*

CARLOS PEREIRA

UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa); Museo de Cáceres

ORCID: 0000-0002-4116-3602

carlos_samuel_pereira@hotmail.com

ANA MARGARIDA ARRUDA

UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa); Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa

ORCID: 0000-0002-7446-1104

a.m.arruda@letras.ulisboa.pt

SALOMÉ RIBEIRO

Investigadora independente. Aluna do mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa

salomeribeiro31@hotmail.com

A CERÂMICA CAULINÍTICA DE MONTE MOLIÃO (LAGOS, PORTUGAL)

KAOLINITIC WARE FROM MONTE MOLIÃO (LAGOS PORTUGAL)

“Conimbriga” LVIII (2019) p. 127-148

https://doi.org/10.14195/1647-8657_58_4

RESUMO As escavações arqueológicas levadas a efeito em Monte Molião desde 2006 permitiram recolher um abundante espólio, entre o qual se destaca a cerâmica comum. Nos níveis correspondentes à ocupação romana do povoado, concretamente nos de época imperial, surgiram fragmentos de vasos que, pelas características das pastas e dos tratamentos das superfícies, bem como pelas morfologias, pudemos associar a importações gaulesas. Trata-se do que, na bibliografia arqueológica, é conhecido por “cerâmica caulinitica”. Neste conjunto, não especialmente abundante, dominam, de forma esmagadora, os jarros de boca trilobada, cuja função seria

Conimbriga, 58 (2019) 127-148

conter e servir líquidos, mas que podem também ter sido usados como fervedores. As oficinas do vale do Ródano foram, quase seguramente, os centros exportadores dos materiais encontrados no sítio algarvio, correspondendo a exportações que, de acordo com os dados estratigráficos, decorreram entre o final do século I e o século II.

PALAVRAS-CHAVE: Cerâmica comum, Gália, Época romana, Lusitânia meridional.

ABSTRACT The archaeological excavations carried out in Monte Molião since 2006 allowed to collect an abundant set of ceramics, among which the common ware stands out. At the levels corresponding to the Roman occupation, particularly those of the imperial period, there are fragments of vessels which, due the fabric and the forms, could be associated with Gallic imports. This is what, in the archaeological literature, is known as “kaolinitic ware”. In this group, not especially abundant, the jars are the best represented form. Their function would be to contain and serve liquids, but which may also have been used as boilers. The Rhone valley workshops were almost certainly the export centers of the ceramics found on the Algarve site, exports which, according to stratigraphic data, occur from the end of the first century to the second century.

KEYWORDS: Common ware, Gaul, Roman period, south Lusitania.

A CERÂMICA CAULINÍTICA DE MONTE MOLIÃO (LAGOS, PORTUGAL)

1. Introdução

Monte Molião (Lagos, Portugal) localiza-se na margem esquerda da ribeira de Bensafrim, muito próximo da sua foz, e implanta-se numa colina de formato elipsoidal, destacada na paisagem, dela se controlando visualmente toda a baía de Lagos (FIG. 1).

As escavações arqueológicas levadas a efeito no sítio desde 2006, ao abrigo de um protocolo que une a Faculdade de Letras de Lisboa e o seu Centro de Arqueologia (UNIARQ) à Câmara Municipal de Lagos, e que tem por objectivo o estudo deste importante sítio arqueológico, são já extensas, totalizando a área escavada cerca de 1500 m². A cronologia da sua ocupação está consideravelmente bem definida, balizando-se entre os meados do século IV a.n.e. e o final do século II (ARRUDA *ET AL.* 2008; PEREIRA e ARRUDA 2016; ARRUDA *ET AL.* 2011), sendo de destacar, pela densidade de estruturas construídas (domésticas e artesanais) e pela quantidade de materiais recuperados, as épocas republicana do século II a.n.e. e as flávia e antonina (FIG. 2).

Foi nos contextos alto-imperiais, concretamente nos que se datam, genericamente, entre o final do século I e os meados do seguinte que se recuperaram os vasos que se estudam neste trabalho, contextos que correspondem à Fase II alto-imperial do sítio, e que foram já definidos e caracterizados em trabalhos anteriores (PEREIRA e ARRUDA 2016).

2. Morfologias, fabricos e áreas produtoras da cerâmica caulinítica: questões prévias

As cerâmicas ditas comuns de época romana são sempre a categoria mais bem representada em qualquer sítio arqueológico deste período.

do. Todavia, o investimento no seu estudo não tem sido proporcional à sua abundância, sobretudo se comparado com o que é dedicado a outras produções oleiras, concretamente as “finas” ou as de mesa. Ainda assim, deve destacar-se, a nível peninsular, a investigação mais ou menos recente levada a efeito neste domínio, que resultou em trabalhos publicados já no decorrer do presente século (PINTO 2003; GARCÍA VARGAS e LOPEZ ROSENDO 2008; SERRANO RAMOS 2007; GIRÓN ANGUIZAR 2010; SOUSA e ARRUDA 2014).

A cerâmica de pasta caulínítica, estando integrada na vasta categoria da cerâmica comum, não mereceu, ainda, um estudo específico, com excepção dos que se desenvolveram no Sul da Gália, onde foi, aliás, abundantemente produzida (GOUDINEAU 1977; GOUDINEAU e GRAS 1978; MEFFRE e RAYNAUD 1993; BATIGNE e DESBAT 1996; PELLEGRINO, PORCHER e VALENTE 2012). Não obstante o conhecimento aprofundado das suas áreas produtoras, nomeadamente em Lyon, em La Graufesenque, no estuário do Garona e, mais a Norte, na área de Seine et Marne e Val d’Oise (BATIGNE e DESBAT 1996: 381- 387), a sua investigação em França não se tem também desenvolvido em anos recentes.

No território actualmente português, a produção de cerâmicas com pastas caulíníticas é também conhecida em época romana, com especial destaque para o território bracarense (DELGADO e MORAIS 2009: 25), onde a existência de jazidas de caulino está atestada (SAMPAIO 1969; SILVEIRA *ET AL.* 2016), tendo o seu fabrico local sido corroborado por análises laboratoriais (GOMES 2000).

A hipótese de uma produção na área do estuário do Tejo, concretamente na Quinta do Rouxinol, foi há poucos anos levantada (SANTOS 2012: 32, 38). Não sendo improvável, faltam neste caso dados mais concretos que suportem a referida possibilidade, até porque os fabricos foram descritos dicotomicamente de “pasta calcária ou caulínítica com a cor do cerne e da superfície bege esbranquiçada” (SANTOS 2012: 40). Por outro lado, o autor que estudou o centro oleiro tagano reconheceu que existem muitas semelhanças entre as produções que aí identificou e as bracarenses, inclusivamente “na cor das aguadas e pinturas usadas nestas peças” (SANTOS 2012: 39), apesar de insistir no facto de “existir um conjunto de indícios que apontam para a produção de peças com este fabrico na olaria romana do Rouxinol” (SANTOS 2012: 38). Algumas análises laboratoriais por difração de Raio X, ainda inéditas, parecem, contudo, comprovar que as argilas caulíníticas foram efectivamente utilizadas para a produção de vasos nas olarias da margem

esquerda do Estuário do Tejo (RAPOSO, SANTOS e ANTUNES 2016: 23, nota 2).

Assim, e embora se saiba que as províncias romanas gaulesas da *Narbonensis*, da *Aquitania* e da *Lugdunensis* fabricaram cerâmicas de pastas caulínicas e que houve, no Ocidente peninsular, centros oleiros que também as produziram, pouco sabemos acerca da origem das que têm vindo a ser encontradas no Sul do actual território português. A sua própria existência tem-se resumido a breves referências (VIEGAS 2011: 255), não havendo conjuntos publicados, tendo, ainda assim, os de *Ossonoba* e *Balsa* sido considerados produções gaulesas.

A argila caulinita corresponde a um dos componentes do caulim, que, por sua vez, apresenta uma massa compacta, terrosa, microcristalina e de baixo brilho de madrepora (LUZ e DAMASCENO 1993; BIFFI 2002). A estrutura cristalina da caulinita apresenta-se sob a forma de folhas muito próximas que não deixam espaço para a fixação de iões, sendo, portanto, uma argila pura que não contém ferro, conferindo-lhe uma cor homogénea, muito branca. A sua riqueza em alumínio e sílica faz dela uma argila refractária, resistente ao choque térmico. Os componentes dessas argilas (caulim e caulinita) podem estar presentes em percentagens distintas, o que se reflecte na coloração geral das pastas, umas mais brancas, outras mais acinzentadas (SILVEIRA ET AL. 2016). Mas essa diferenciação pode também resultar de distintos processos de cozedura e de temperaturas diversas nesses mesmos processos.

As pastas que se podem considerar originárias do actual território francês apresentam, geralmente, tonalidades cinzentas esbranquiçadas ou cinzentas-claras e são compactas, duras, homogéneas, mostrando, contudo, alguns vacúolos. A superfície é frequentemente de tonalidade negra ou cinzento-escura. Não é incomum alguns recipientes apresentarem um aspecto marmoreado, que pode ser casual. Raros fragmentos ostentam uma tonalidade cinzenta homogénea nas superfícies interna e externa, assim como no núcleo (FIG. 3). A cozedura foi redutora, seguida de arrefecimento também concretizado em ambiente redutor (modo de produção B), o que justifica a tonalidade escura de estas cerâmicas, para o que contribui também a elevada presença de alumínio na caulinita. São, por norma, cozidas a cerca de 800° / 1000° C (PICON 2002).

De acordo com os dados existentes até ao momento, as cerâmicas de pastas caulínicas gaulesas apresentam superfícies rugosas, não polidas, havendo uma considerável variedade morfológica, mesmo no interior da mesma forma.

São, geralmente, vasos destinados à contenção de líquidos (jarros trilobados), mas o repertório formal inclui também taças, tigelas e potes/panelas (MEFFRE e RAYNAUD 1993). Foi a qualidade das argilas e a sua resistência ao fogo que contribuíram para levantar a hipótese de aquele tipo em concreto ter sido usado como fervedor, admitindo-se também uma provável utilização no serviço e transporte de líquidos quentes (BATIGNE e DESBAT 1996: 381). Os mesmos autores não esqueceram as semelhanças morfológicas com a baixela metálica coeva, o que lhes permitiu associar a sua utilização ao consumo do vinho.

As pastas descritas como produções locais do estuário do Tejo são consideravelmente distintas das originárias da Gália, apresentando tonalidade esbranquiçada, sendo igualmente bem depuradas, duras, compactas e de textura granulosa, com vacúolos bem distribuídos. As diferenças observadas podem resultar da divergente composição da argila que, como já referimos, pode proporcionar pastas mais claras ou mais escuras.

As formas presentes nas eventuais produções do estuário do Tejo não correspondem a jarros. Estes existem, sendo, aliás, muito semelhantes morfológicamente às peças francesas, mas correspondem às bilhas do tipo 2.5.14, incluindo-se, na totalidade, no fabrico C, com pastas e superfícies de cor alaranjada (SANTOS 2012: 94).

Por fim, há que referir que a cronologia das “bilhas” da Quinta do Rouxinol se centrou entre a segunda metade do século IV e o século V, sendo assim consideravelmente mais tardias do que as suas congêneres da Gália e sobretudo das que, como veremos, foram identificadas em Monte Molião.

3. A cerâmica comum caulinítica de Monte Molião

A totalidade do conjunto das cerâmicas comuns cauliníticas de Monte Molião foi, quase seguramente, fabricada em olarias do Sul da Gália, cuja importação acompanhou, porventura, os vasos de *terra sigillata* sudgálica, muito abundantes no sítio e também o vinho, envasado em ânforas de tipo Gauloise 4, igualmente bem representadas (ARRUDA e VIEGAS 2016: 454, 457, FIG. 9, nº 4-6). Esta origem, que é aqui admitida apesar de não se ter procedido a qualquer análise laboratorial que a confirme, parece a mais provável, atendendo não só às caracte-

rísticas gerais das pastas que a observação macroscópica permitiu, mas também à própria morfologia dos vasos.

As peças em apreço podem associar-se, maioritariamente, aos centros produtores do vale do Ródano, onde se encontraram os seus melhores paralelos, podendo também admitir-se que alguns recipientes sejam originários de La Graufesenque (BATIGNE e DESBAT 1996: 384).

Foram sobretudo as tipologias e as características das pastas que permitiram esta adscrição. Porém, os circuitos económicos em que o sítio estava inserido durante a sua ocupação alto-imperial, que se desviavam do litoral ocidental peninsular, ajudam a afastar uma eventual importação da Quinta do Rouxinol, onde a própria produção de cerâmicas comuns com pastas cauliníticas está ainda efectivamente por comprovar devidamente. A cronologia da produção tagana apoia também a nossa proposta.

O conjunto é composto por um total de 87 fragmentos (até à Campanha de 2014), o que corresponde a 0,4% da totalidade da cerâmica de cronologia romana imperial. A percentagem obtida demonstra que a sua importação e, assim, o seu consumo não terão sido frequentes, nem contínuos, situação idêntica à verificada também nas províncias da *Aquitania* e da *Lugdunensis*, onde a produção está, como já referimos, atestada, ao contrário da situação da *Narbonensis*, sobretudo da região do Drôme, onde é muito mais abundante (BONNET e HORY 2010: 259). A realidade do caso francês, muito especialmente da última região, traduzirá a situação privilegiada dos centros produtores do Ródano, quando comparada com o de La Graufesenque, implantado junto ao Tarn.

As pastas dos recipientes algarvios acusam sempre produções de Modo B e são homogêneas, sólidas e compactas. A cor das superfícies interna e externa variam entre o cinzento-claro e o negro-acinzentado. O núcleo é, geralmente, mais claro, oscilando entre o branco-escuro e o cinzento-claro.

Dos 87 fragmentos integrados na categoria de cerâmica comum de pasta caulinítica, 21 permitiram classificação, 44 são de forma indeterminada e 19 possibilitam apenas a sua integração nos recipientes genericamente denominados jarros.

A grande maioria (19 exemplares) corresponde à forma KAOL F1 da tipologia de Lattara (FIG. 4), sendo um integrável na KAOL F2 (FIG. 6, nº 9). Os vinte exemplares incluem-se, portanto, nos típicos

jarros de pasta caulínica utilizados no serviço e na preparação de líquidos. Embora seja admissível que tenham tido a mesma função, diferem na sua morfologia, tendo os primeiros boca trilobada, colo alto e corpo de tendência globular (Forma KAOL F1), e o último, de boca circular, colo curto e corpo piriforme (Forma KAOL F2).

Os jarros da forma KAOL F1, forma 1 de Goudineau, estariam, portanto, aptos para o serviço à mesa, o que se torna evidente pela presença de bordos com forma trilobada, embora se deva ter em consideração a sua provável utilização como fervedores (MEFFRE e RAYNAUD 1993: 497). Para estes tem sido sugerida uma datação compreendida entre a viragem da Era e o final do século II d.C., datação que está de acordo com o período de laboração das oficinas de Dieulefit e de La Graufesenque (BATIGNE e DESBAT 1996: 384). Todavia, os paralelos estabelecidos favorecem uma origem na área do médio Ródano em detrimento da de La Graufesenque.

Apesar de estes recipientes serem integrados numa forma exclusiva, tem-se constatado uma considerável variedade na sua morfologia. Essa situação é particularmente evidente na forma dos bordos, ainda que se admita que o recipiente em si mantenha as mesmas características gerais. Esta variabilidade, constatada nos centros de consumo franceses, está também presente nos recipientes recolhidos em Monte Molião, onde predominam os bordos exvertidos e espessados externamente, colos médios ou altos arqueados (FIG. 4, nº 1 a 4) e ombros por vezes marcados por molduras (FIG. 4, nº 1 e 4). Existem ainda alguns recipientes com bordos moldurados internamente (FIG. 4, nº 5 e 6), com sulco horizontal profundo. Nestes últimos, o colo é, geralmente, mais recto.

Todos apresentam em comum, contudo, um elemento de prensão, que facilitaria o seu transporte e/ou o acto de verter líquidos, que arranca do bordo e se une ao corpo na área superior do ombro. Iguualmente comum é a deformação trilobada das bocas, embora se deva admitir que as formas variadas que estas adquirem resultam da maior ou menor pressão exercida no bordo pelo oleiro no momento da sua conformação e ainda da posição dos próprios lóbulos.

Esta variedade é, como dizíamos, visível nos trabalhos divulgados pelos autores francófonos (BATIGNE e DESBAT 1996), sendo, contudo, sempre hegemónica a presença de jarros de bordo exvertido e engrossado externamente, formando frequentemente uma moldura alta. Estes estão presentes ao longo do vale do Ródano, em Lyon, em Vienne, em

Séguret ou em Châteauneuf-du-Rhone (BATIGNE e DESBAT 1996; GODARD 1992). Já na área narbonense parece ser bastante escassa (SANCHEZ 2011: 173), facto algo surpreendente se tivermos em consideração a proximidade do estuário do Ródano.

Mais raros, porém, são os jarros com bordo moldurado internamente e de colo recto (FIG. 4, nº 5 e 6), dos quais se conhecem alguns exemplares da região de Bordéus, ao longo do baixo Garona. Aí se localizam as oficinas de Soubran e de Petit Niort, que terão laborado entre 75 e 150 d.C. (SANTROT e SANTROT 1991), e onde se encontram alguns exemplares de colo vertical e paredes pouco espessas (SANTROT, SANTROT e TASSAUX 1975: 148, nº 108; BATIGNE e DESBAT 1996: 387, fig. 5). Ostentam pastas ligeiramente diferentes das dos recipientes antes descritos, possuindo tons cinzentos homogéneos, sendo compactas e bem depuradas.

Deve referir-se, acerca deste tipo concreto de jarros, que a proposta de função enquanto ferveedores tem sido apoiada pela presença frequente de depósitos de calcário nas paredes internas (BATIGNE e DESBAT 1996: 381). Também grande parte dos fragmentos de Monte Molião exibem esses depósitos (FIG. 5), dos quais destacamos um conjunto abundante de fragmentos de fundos (FIG. 6, nº 1 a 8). Este facto parece alentar a possibilidade de estes fundos terem feito parte integrante dos jarros da forma KAOL F1.

Ainda que se trate de um contentor distinto, do ponto de vista produtivo e geográfico, parece interessante trazer a debate os resultados das análises realizadas sobre os mesmos depósitos nas paredes internas dos jarros trilobados africanos de tipo Uzita 48.1 (GONZÁLEZ VILLAESCUSA ET AL. 2015). Apesar de os autores franceses terem avançado um provável conteúdo vinário para os recipientes gauleses, apoiando-se nas semelhanças com a baixela metálica, as análises realizadas sobre as amostras dos ferveedores africanos permitiram aos autores identificar proteínas de leite e notar a ausência de corantes de vinho (GONZÁLEZ VILLAESCUSA ET AL. 2015: 188, fig. 8). A contemporaneidade, a funcionalidade análoga e a proximidade morfológica dos dois recipientes obrigam, ainda que com as devidas reservas, a ponderar uma eventual correspondência de conteúdos.

Como foi referido, a forma KAOL F2 encontra-se representada apenas por um único exemplar (FIG. 6, nº 9). Trata-se também de um jarro, sendo, evidentemente, extensíveis a este as considerações funcionais tidas para a forma KAOL F1. Todavia, difere morfológicamente

da forma precedente, apresentando boca circular e o bordo exvertido, ligeiramente engrossado externamente, com um característico sulco no topo. Apesar de ter convivido com o jarro KAOL F1, tem um período de produção e circulação mais limitado, concretamente entre meados da primeira metade do século II e início do III d.C. (MEFFRE e RAYNAUD 1993: 497).

A supremacia da importação dos jarros/fervedores gauleses é evidente quando constatamos que somente foi identificado um fragmento que não integra recipientes com essa função. Trata-se de um bordo correspondente à forma KAOL A9, que os autores da tipologia chamaram “urne” (MEFFRE e RAYNAUD 1993: 489), que corresponde morfológicamente a um pequeno pote.

O recipiente não representa qualquer excepcionalidade morfológica, pelo que a sua identificação no espólio de Monte Molião não se deverá a uma importação frequente, parecendo pontual ou mesmo irrepetível. De facto, a forma encontra paralelo quer nas produções gaditanas (GIRÓN ANGUIZAR 2010: 254), massivamente importadas para o Algarve, quer nas locais/regionais (ARRUDA, VIEGAS e BARGÃO 2010: 300). Corresponde a um pote de pequenas dimensões, globular, de bordo em aba horizontal voltada para o exterior. Ostenta a típica pasta caulinítica do vale do Ródano e tem-lhe sido atribuída uma datação idêntica à dos jarros da forma KAOL F2, compatível com as oficinas de Dieulefit e de Lyon (BATIGNE e DESBAT 1996: 384).

Quanto aos contextos de recolha e, portanto, à cronologia, devemos começar por referir que a maioria dos exemplares de Monte Molião é proveniente de estratos superficiais, distribuindo-se pelos dois dos sectores escavados, o A, na vertente Este, e o C, na Sul. Todos os do primeiro Sector, uma área residencial, pertencem a jarros da forma KAOL F1, aos quais se poderão, eventualmente, juntar vários fragmentos de asas e os já mencionados fundos com depósitos calcários. Os do Sector C integram-se na mesma forma e ainda nos tipos KAOL F2 e A9.

Foram recolhidos nas U.E.s [28], [58], [85], [117] e [225], do Sector A, sendo a [117] a única que pode ser considerada da fase mais antiga imperial do aglomerado (do século I), mas que, ainda assim, corresponde a um estrato de aterro/amortização dos espaços dessa mesma fase mais antiga (Fase I, PEREIRA e ARRUDA 2016: 156-157). Somos, portanto, obrigados a concluir que a cerâmica comum caulinítica, para além de se tratar de uma categoria escassamente importada, não come-

çou a ser adquirida em simultâneo à *terra sigillata* sudgálica, situação que pode resultar do facto de a quase totalidade dos materiais ter origem no vale do Ródano.

Os 26 fragmentos provenientes do sector C foram integralmente recolhidos em contextos associados à bateria de quatro fornos aí identificados, destinados ao fabrico de cerâmica comum, e que foram datados entre final do século I d.C. e a primeira metade do seguinte (ARRUDA, VIEGAS e BARGÃO 2010: 301). Podemos, pois, considerar que a fase de laboração destes fornos é coincidente com a fase II identificada no sector A, não se estranhando, portanto, a recolha, nestes contextos, dos exemplares mais tardios, formas KAOL F2 e A9. Por outro lado, está comprovada a produção local de jarros de idêntica morfologia, concretamente nos fornos escavados no sector C (ARRUDA, VIEGAS e BARGÃO 2010: 300), que convivem com os recipientes gauleses.

Uma datação do final do século I e primeira metade da centúria seguinte, que corresponde à Fase II da ocupação romana imperial do sítio (PEREIRA e ARRUDA 2016, p. 158), é, assim, a que podemos defender para a importação e o consumo desta categoria cerâmica, datação que, aliás, corresponde ao momento nuclear de produção e exportação dos jarros trilobados gauleses. Assim, e considerando a quase total inexistência destes recipientes nos contextos de construção e utilização da fase I, a mais antiga da ocupação romana imperial, parece evidente que os jarros gauleses apenas foram importados para Monte Molião a partir de momento indeterminado do último quartel do século I d.C. Embora o seu consumo tenha sido sempre muito raro no sítio, parece ter-se mantido até ao seu abandono, situação que está testemunhada pela recolha destas cerâmicas nos últimos níveis de ocupação, que foram considerados da segunda metade do século II d.C. (Fase III, PEREIRA e ARRUDA 2016: 158-159). Neste contexto, não podemos deixar de recordar que muitos dos centros produtores do vale médio do Ródano continuavam a produzir estes recipientes justamente até esse momento relativamente avançado.

4. Considerações finais

A cerâmica de pastas caulínicas é uma categoria que, embora seja conhecida nos sítios francófonos desde, pelo menos, a década de 80 do século passado, tem sido renegada para um segundo plano na Península

Ibérica, permanecendo frequentemente inédita. Esta situação, que se deve a diversos factores, determinou um evidente desconhecimento da sua real dispersão. O estudo do conjunto de Monte Molião evidenciou que estas cerâmicas foram, com efeito, importadas do Sul da Gália, o que contribui também para provar que a sua dispersão geográfica foi consideravelmente maior do que a que inicialmente se considerou. Todavia, deve ser admitido que os números são diminutos, o que, aliás, também contribuiu para o seu deficiente conhecimento.

Complica este panorama, já de si complexo, a considerável variedade de pastas gaulesas obtidas das argilas de caulinita. A composição, o modo de fabrico e também a sua utilização contribuíram para uma variedade de pastas que ostentam tonalidades diversas. Por outro lado, a elevada proliferação de oficinas gaulesas nas províncias romanas *Narbonensis*, *Aquitania* e *Lugdunensis* não facilita uma intuitiva associação de pastas a centros produtores.

Ainda assim, podemos concluir que no Ocidente terão circulado sobretudo os típicos jarros trilobados, que terão sido utilizados como recipientes para o transporte e serviço de líquidos, de acordo com a proposta de Batigne e Desbat, (1996, p. 381), mas também como fervedores. De facto, as recentes análises realizadas aos depósitos de um recipiente análogo, ainda que de origem distinta (africana), permitiram identificar proteínas de leite e notar a ausência de corantes de vinho (GONZÁLEZ VILLAESCUSA ET AL. 2015: 188, fig. 8), o que sugere um conteúdo concreto. Claro que somente as mesmas análises, realizadas sobre os vasos gauleses, poderão esclarecer se o mesmo conteúdo lhes pode ser associado. Apesar disso, é consensual que estes jarros tenham sido, efectivamente, utilizados para ferver, função comprovada pela existência de fundos com evidentes sinais de exposição ao fogo, seja qual for o líquido que foi alvo desse processo.

A maior dificuldade sentida no trabalho que concretizámos foi, contudo, a identificação da área da qual os artefactos de Monte Molião são originários. Se a análise macroscópica indicia que a grande maioria dos vasos com pasta caulínica de Monte Molião foi fabricada nos centros produtores do vale do Ródano, não é improvável que outros possam ter sido produzidos em outra região francesa. Ainda assim, refira-se que a hegemonia das primeiras oficinas pode facilmente ser justificada pela existência de uma via de escoamento dos produtos – o Ródano – o que explica simultaneamente a proliferação de oficinas nas suas proximidades (BATIGNE e DESBAT 1996).

O mesmo não parece ser extensível ao centro produtor de La Graufesenque, pois, para além de oferecer uma variedade e quantidade limitadas de recipientes fabricados com estas argilas, a morfologia dos que aí foram produzidos parece ser distinta dos identificados no vale do Ródano (BATIGNE e DESBAT 1996: 385, fig. 3, nº 3).

Apesar disso, também não é nestas últimas produções que os restantes jarros de Monte Molião parecem integrar-se. Com efeito, embora com as devidas reservas, estes parecem ostentar formas e pastas (SANTROT, SANTROT e TASSAUX 1975: 148, nº 108; SANTROT e SANTROT 1979, formas 498-499; BATIGNE e DESBAT 1996: 387, fig. 5) relacionáveis com as oficinas que têm vindo a ser identificadas ao longo do baixo Garona (BATIGNE e DESBAT 1996: 387), sendo bem conhecidas as de Soubran e de Petit Niort (SANTROT e SANTROT 1991). Assim, além dos produtos seguramente importados da *Narbonensis*, deve ser ponderada a existência de produtos com origem na Aquitânia.

Se as pastas das cerâmicas caulínicas de Monte Molião podem delatar origens diversas, de distintas áreas do Sul da França, a morfologia identificada corresponde, quase exclusivamente, a jarros, sendo os de boca trilobada maioritários, o que pode ser indício de que a função terá justificado a preferência por estes recipientes, transportados pelo Mediterrâneo até ao Ocidente peninsular. Essa preferência por estes jarros está ainda plasmada nas próprias produções cerâmicas do sítio arqueológico de Monte Molião. Com efeito, nos fornos identificados no sector C fabricou-se um recipiente que pretendeu reproduzir os jarros gauleses, especificamente a forma 2.5 (ARRUDA, VIEGAS e BARGÃO 2010: 300), que não é também, diga-se, particularmente abundante. Não obstante, não pode deixar de se referir que a forma foi amplamente produzida e reproduzida em vários contextos peninsulares de época romana (SARRANO RAMOS 2000: 72; PINTO 2003: 422; GIRÓN ANGUIOZAR 2017: 233).

A relação económica privilegiada que Monte Molião manteve, desde os meados da 1ª metade do século I com a província romana da *Narbonensis*, e que era já reconhecida através da expressiva presença de *terra sigillata* sud-gálica (ARRUDA ET AL. 2008: 180-181) e de ânforas gaulesas (ARRUDA e VIEGAS 2014: 454), vê-se agora reforçada pelo estudo das cerâmicas comuns de pasta caulínica.

BIBLIOGRAFIA

- ALCAMO, Jean Claude (1983) - *Essai théorique sur la dénomination des productions de poterie céramique commune*. Paris: Diplôme de l'E.P.H.E.
- ALCAMO, Jean Claude (1986) - *La dénomination des productions de vaisselle commune*. Revue archéologique Sites. Avignon: 29 de Hors-Series.
- ARRUDA, Ana Margarida e SOUSA, Elisa (2012) - Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal). *Spal* 21 93-133.
- ARRUDA, Ana Margarida, SOUSA, Elisa, BARGÃO, Patrícia e LOURENÇO, Pedro (2008) - Monte Molião (Lagos): resultados de um projecto em curso. *Xelb* 8 (I) 137-168.
- ARRUDA, Ana Margarida, SOUSA, Elisa, PEREIRA, Carlos e LOURENÇO, Pedro (2011) - Monte Molião: um sítio púnico-gaditano no Algarve (Portugal). *Conimbriga* 50 5-32.
- ARRUDA, Ana Margarida e VIEGAS, Catarina (2014) - As ânforas alto-imperiais de Monte Molião. In Ramón JÁRREGA e Piero BERNI, (eds.) - *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo*. Tarragona: *Ex Officina Hispana* 446-463.
- ARRUDA, Ana Margarida, VIEGAS, C Catarina e BARGÃO, Patrícia (2010) - A cerâmica comum de produção local do Monte Molião. *Xelb* 10 285-304.
- BATIGNE, Cécile e DESBAT, Armand (1996) - Un type particulier de “cruche”: les bouilloires en céramique d’époque romaine (I^{er}-III^e siècles). In F.E.C.A.G., *Actes du Congrès de Dijon* 381-394.
- BIFI, Giovanni (2002) - *O grés porcelanato – manual de fabricação e técnicas de emprego*. São Paulo: Edgard Blücher.
- BONNET, Christine (2005) - Évolution des céramiques de la fin du II^e s. au V^e s. ap. J.-C. dans la Drôme: l’exemple de Bourbousson (Crest) sur le tracé du TGV Méditerranée. *Revue archéologique de Narbonnaise* 38-39 483-506.
- BONNET, Christine e HORRY, Alban (2010) - Céramiques de la basse vallée de la Drôme du I^{er} s. av. J.-C. au VI^e s. ap. J.-C.: les sites de Saint-Martin et l’Hortal à Chabrilan (Drôme). *Revue archéologique de Narbonnaise* 43 255-289.
- CABAÇO, Nuno, SARRAZOLA, Alexandre, SILVA, Rodrigo, CARVALHO, Liliana e LOURENÇO, Marina (2017) - O espaço de necrópole romana das portas de Santo Antão, Lisboa. In José ARNAUD e Ana MARTINS (coords.) – *Arqueologia em Portugal. Estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses 1243-1254.
- DELGADO, Manuela e MORAIS, Rui (2009) - *Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta*. Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar - Cultura, Espaço e Memória.
- GARCÍA VARGAS, Enrique e LÓPEZ ROSENDO, Esther (2008) - El alfar de Rabatún (Jerez de la Frontera, Cádiz) y la producción de ánforas y cerámica común en la campiña del Guadalete en época altoimperial romana. *Spal* 17 281-313.
- GIRÓN ANGUIOZAR, Lourdes (2010) - Las cerámicas comunes del alfar romano de Puente Melchor (Puerto Real, Cádiz). Un ensayo de clasificación de las formas abiertas. *Herakleion* 3 105-162.

- GIRÓN ANGUIOZAR, Lourdes (2017) - *La cerámica común romana en la Bahía Gaditana en época romana. Alfarería y centros de producción*. Oxford: Archaeopress Roman Archaeology 21.
- GODARD, Catherine (1992) - Une réserve de céramiques de l'époque de Claude à Vienne (Isère). In S.F.E.C.A.G. *Actes du Congrès de Tournai* 239-264.
- GOMES, Ana (2000) - *Cerâmicas pintadas de época romana: tecnologia, morfologia e cronologia*. Dissertação em Arqueologia, apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, para obtenção do grau de Mestre.
- GONZÁLEZ VILLAESCUSA, Ricardo, QUEVEDO SÁNCHEZ, Alejandro, JÁRREGA, Ramón, PECCI, Alessandra e CAU ONTIVEROS, Miguel (2015) - La céramique culinaire africaine. Typo-chronologie, fonction et diffusion de la forme Uzita 48.1. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Madrid. 45 (2) 169-194.
- GOUDINEAU, Christian (1977) - Note sur la céramique commune grise gallo-romaine de Vaison. *Revue Archéologique de Narbonnaise* 10 153-169.
- GOUDINEAU, Christian e GRAS, René (1978) - La céramique grise gallo-romaine, note complémentaire. *Revue Archéologique de Narbonnaise* 11 195-212.
- LUZ, Adão e DAMASCENO, Eduardo (1993) - *Caulim: um mineral industrial importante*. Rio de Janeiro: Tecnologia Mineral, CETEM.
- MEFFRE, Joel Claude e RAYNAUD, Claude (1993) - Céramique commune kaolinitique. *Lattara*. Lattes. 6 488-499.
- PELLEGRINO, Emmanuelle, PORCHER, Émilie e VALENTE, Marinella (2012) - La céramique kaolinitique du Verdon (Var): première approche. S.F.E.C.A.G., *In Actes du Congrès de Poitiers*, 673-686.
- PEREIRA, Carlos e ARRUDA, Ana Margarida (2016) - As lucernas romanas do Monte Molião (Lagos, Portugal). *Spal* 25 149-181.
- PICON, Maurice (2002) - Les modes de cuissons, les pâtes et les vernis de la Graufesenque: une mise au point. In Martine Genin, Alain Vernhet, A. (Dir). *Céramiques de la Graufesenque et autres productions d'époque romaine. Nouvelles recherches. Hommages à Bettina Hoffmann*. Eds. M. Mergoïl, Archéologie et Histoire Romaine, 7, Montagnac, p. 139-163.
- PINTO, Inês (2003) - *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- RAPOSO, Jorge, SANTOS, Cézer e ANTUNES, Olga (2016) - Roman pottery workshop of Quinta do Rouxinol (Seixal): quantification and classification of amphora production. In Inês Pinto, Rui Almeida e A. Martin (Eds.) *Lusitanian Amphorae: production and distribution*: 19-46. Oxford.
- SANCHEZ, Corinne (2011) - Vaisselle de bord et petits conteneurs, l'exemple des céramiques communes de la collection Bouscaras à Port-la-Nautique. In SANCHEZ, Corinne e JÉZÉGOU, Marie-Pierre (dir.) - *Espaces littoraux et zones portuaires de Narbonne dans l'Antiquité*. Lattes: Monographies d'Archéologie Méditerranéenne 143-174.
- SAMPAIO, Armando (1969) - Os caulinos da Senhora da Hora. *Boletim de Minas* 6 (3) 147-162.

- SANTOS, Cézer (2012) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, para obtenção do grau de Mestre.
- SANTROT, Marie Hélène e SANTROT, Jacques (1979) - *Céramiques Communes Gallo-Romaines d'Aquitaine*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.
- SANTROT, Marie Hélène e SANTROT, Jacques (1991) - Soubran et Petit-Niort (Charente-Maritime). Concurrence “organisée” entre potiers d’ateliers ruraux spécialisés. S.F.E.C.A.G., In *Actes du Congrès de Cognac*, p. 83-98.
- SANTROT, Marie Hélène, SANTROT, Jacques e TASSAUX, Danielle (1975) - Le mobilier d’un puits gallo-romain à Saintes (Charente-Maritime). *Gallia* 33 117-158.
- SERRANO RAMOS, Encarnación (2000) - *Cerámica común romana: siglos II a.C. al VII d.C. Materiales importados e de producción local en el territorio malacitano*. Málaga: universidad.
- SERRANO RAMOS, Encarnación (2007) - La cerámica romana de la Bética. *Mainake* 29 215-225.
- SILVEIRA, Gleba, ACCHAR, Wilson, GOMES, Uílame, LABRINCHA, João, MIRANDA, Catarina e SILVEIRA, Rhenus (2016) - Avaliação do mineral caulinita presente em argilas portuguesas para uso em grês porcelanato. 22º CBECiMat - In *Congresso Brasileiro de Engenharia e Ciência dos Materiais*, p. 999-1010.
- SOUSA, Elisa e ARRUDA, Ana Margarida (2013) - A cerâmica de tipo kuass de Monte Molião (lagos). ARNAUD, J., MARTINS, A. e NEVES, C. (coords.) – *Arqueologia em Portugal, 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses 651-659.
- SOUSA, Elisa e ARRUDA, Ana Margarida (2014) - A cerâmica comum romano-republicana de Monte Molião (Lagos). *Onoba* 2 55-90.
- VIEGAS, Catarina (2011) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: UNIARQ.

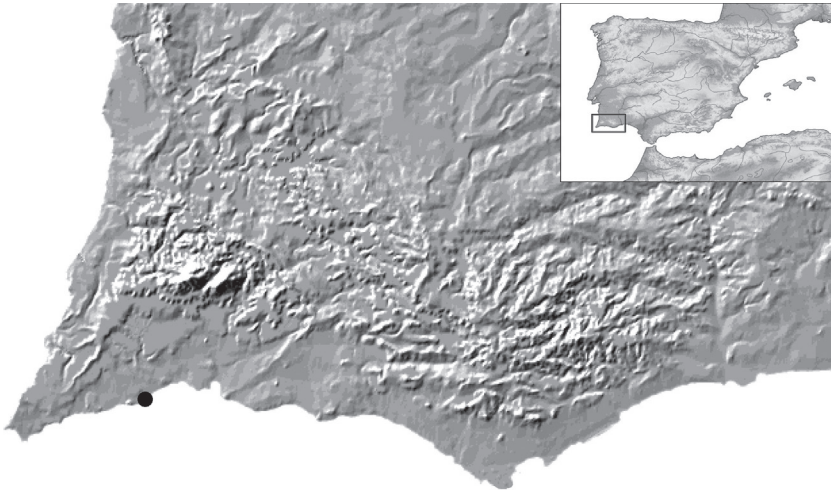


FIG. 1 – *Localização do Monte Molião, Lagos.*

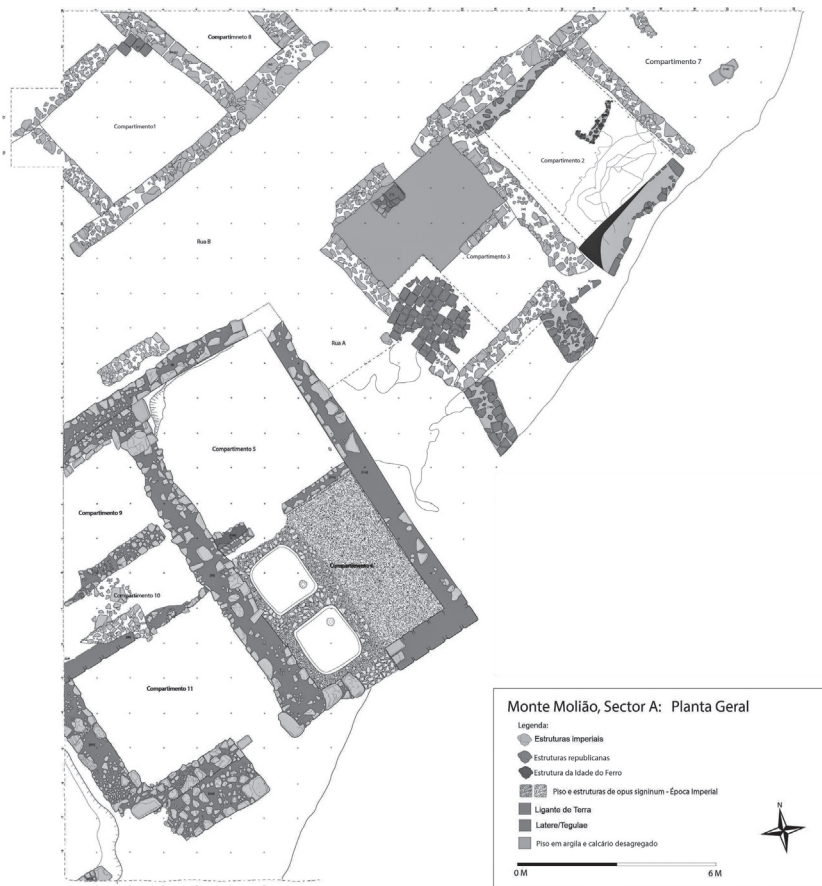


FIG. 2 – *Planta de síntese das estruturas romano-republicanas e imperiais do sector A de Monte Molião, Lagos.*

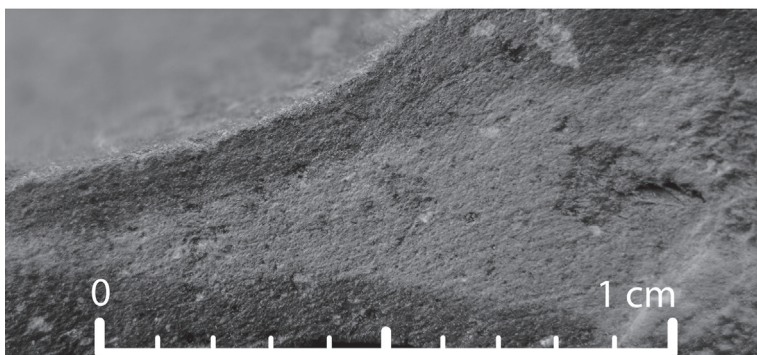
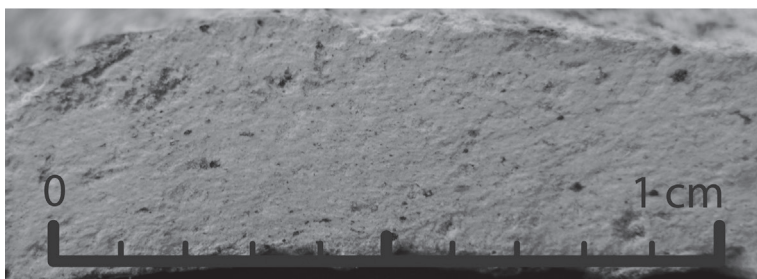


FIG. 3 – *Aspecto geral das pastas cauliniticas de Monte Molião, Lagos.*

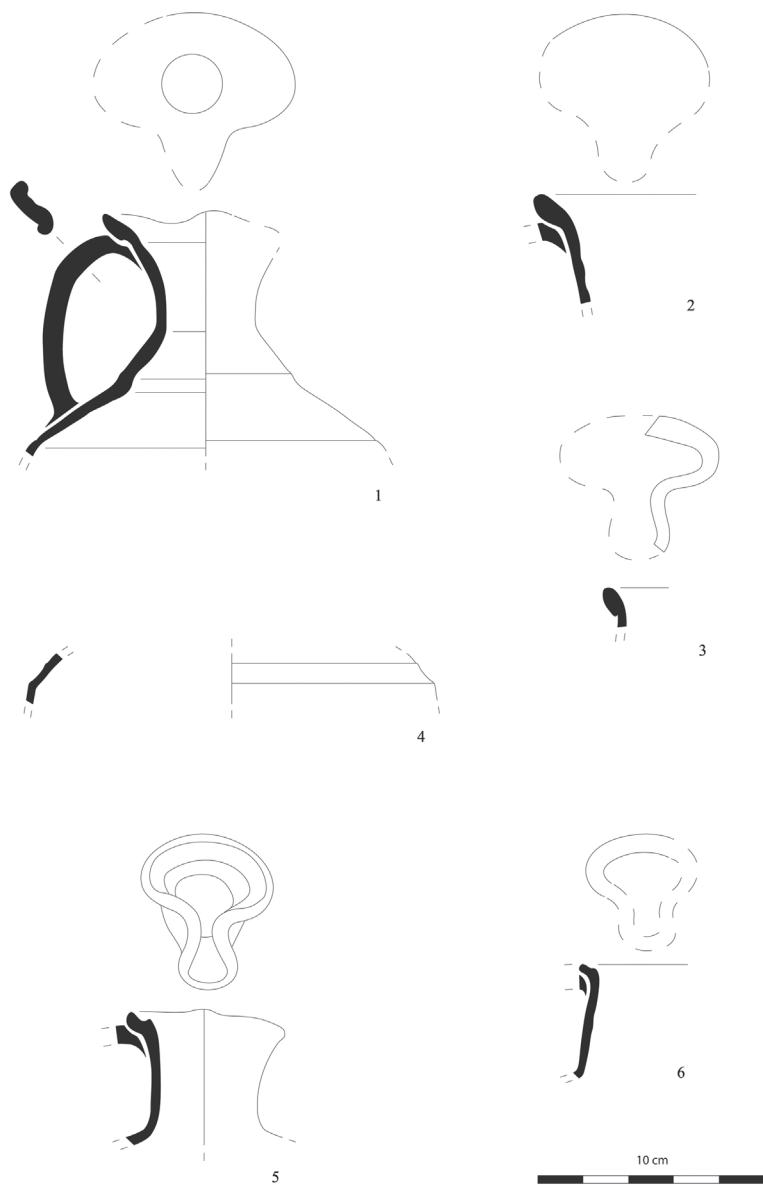


FIG. 4 – Jarros de boca trilobada de Monte Molião, Lagos, forma KAOL F1.

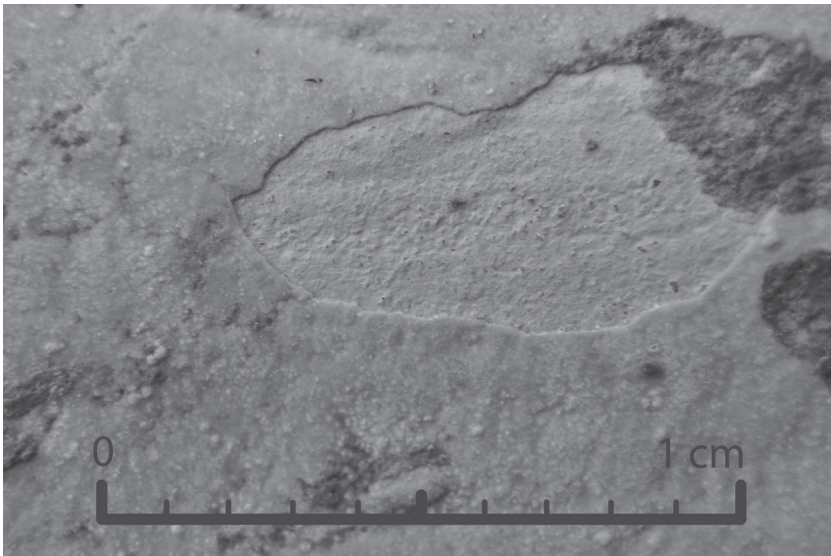


FIG. 5 – Depósito de calcário nas paredes internas de um jarro da forma KAOL F1 (FIG. 4, nº 1) de Monte Molião.

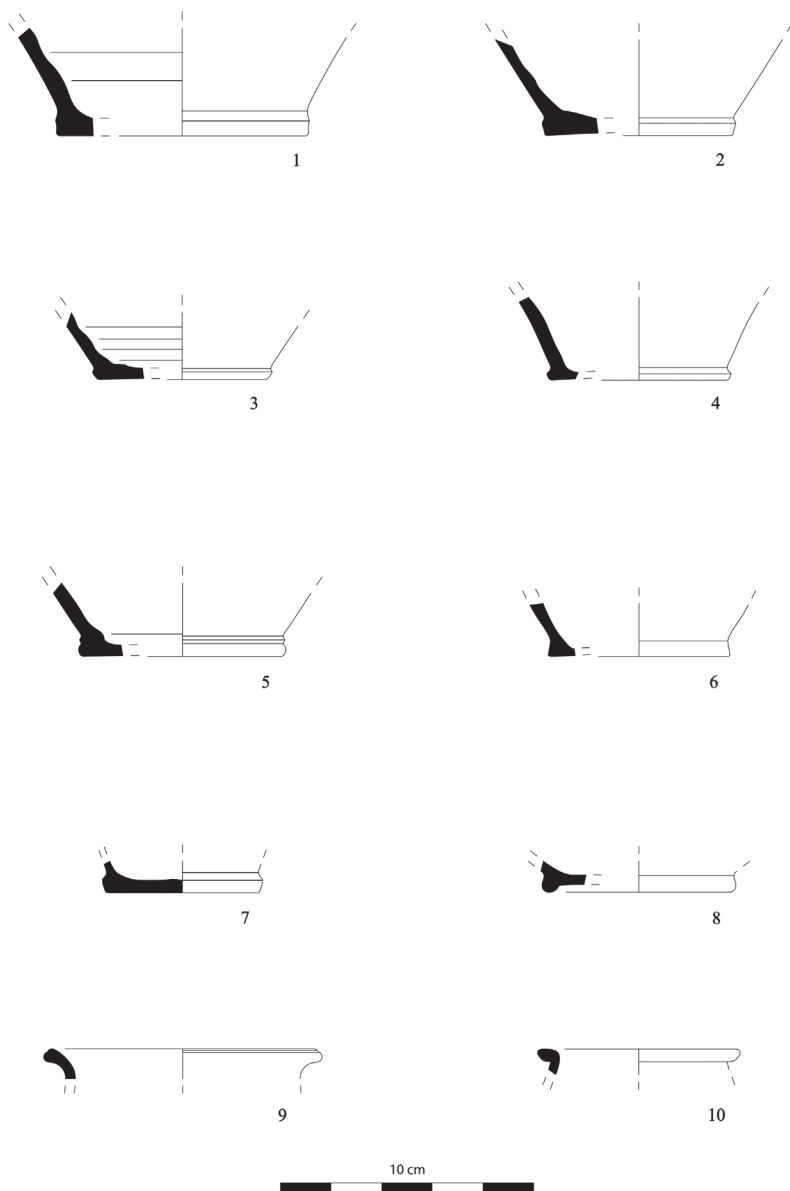


FIG. 6 – Fundos de jarros de Monte Molião, Lagos. N° 9
 – Jarro de boca circular da forma KAOL F2. N° 10 – Bordo de pote da forma KAOL A9.

LÍDIA FERNANDES

Coordenadora do Museu de Lisboa - Teatro Romano (EGEAC / C.M.L.). CEAAP
ORCID: 0000-0002-7907-8593

lidiafernandes@egeac.pt

MÁRIO CACHÃO

Dep. Geologia, Faculdade de Ciências e Instituto Dom Luiz, Universidade de Lisboa
mcachao@fc.ul.pt

ISABEL FERNANDES

Dep. Geologia, Faculdade de Ciências e Instituto Dom Luiz, Universidade de Lisboa
mifernandes@fc.ul.pt

NUNO PIMENTEL

Dep. Geologia, Faculdade de Ciências e Instituto Dom Luiz, Universidade de Lisboa
pimentel@fc.ul.pt

MARIA DOS ANJOS RIBEIRO

ICT / FCUP / DGAOT
maribeir@fc.up.pt

ELEMENTOS ARQUITETÓNICOS DO TEATRO ROMANO DE LISBOA / OLISIPO: SOBRE O EMPREGO DE ESTUQUE E DA PEDRA

ARCHITECTURAL ELEMENTS FROM THE ROMAN
THEATRE OF LISBOA / OLISIPO: PLASTERS AND STONES
“Conimbriga” LVIII (2019) p. 149-191

https://doi.org/10.14195/1647-8657_58_5

RESUMO: Analisa-se um conjunto de elementos arquitetónicos de época romana recolhidos nas intervenções arqueológicas realizadas no

Conimbriga, 58 (2019) 149-191

teatro romano. Estas peças destacam-se pelo facto de o material em que são elaboradas não ser o biocalcarenito de idade miocénica, empregue em todos os elementos decorativos e estruturais do teatro mas antes um litótipo distinto, pouco homogéneo e exótico, quer na cor quer na composição. A singularidade destes elementos arquitetónicos é sublinhada pelo facto de serem os únicos que se reconhecem no monumento cénico e na cidade de *Felicitas Iulia Olisipo* / Lisboa realizados neste tipo de matéria-prima. Sublinha-se também o facto de todos estes elementos terem sido originalmente estucados, sendo possível, pelas suas características técnicas e estilísticas, atribuí-los ao primeiro momento construtivo do monumento cénico.

PALAVRAS-CHAVE: teatro romano, arquitetura, molduras, estuque.

ABSTRACT: A set of architectural elements from the Roman Theatre of Lisbon are described and analysed. These elements stand out for the material they are made of an exotic rock with both colour, composition and heterogeneity very distinct from the local lithotypes. The singularity of these elements is underlined by the fact that they are the only architectural remains recognized in the scenic monument and in the city of *Felicitas Iulia Olisipo* / Lisboa carved in this type of material. Worth noting, the fact of all these elements having been originally covered with stucco which considering their technical and stylistic features, could be assigned to the constructive moment of the decoration of the scenic monument.

KEYWORDS: roman theatre, architecture, mouldings, plaster.

ELEMENTOS ARQUITETÓNICOS DO TEATRO ROMANO DE LISBOA / OLISIPO: SOBRE O EMPREGO DE ESTUQUE E DA PEDRA

Introdução

A existência de vários elementos arquitetónicos depositados nas reservas do Museu de Lisboa – Teatro Romano, provenientes de escavações realizadas no monumento na década de 1960 tem-nos suscitado, desde há muito, várias interrogações.

Estes materiais encontram-se talhados numa matéria-prima fora do comum. A sua cor, cinza-escuro, e a sua constituição estabelecem claras diferenças com os restantes elementos arquitetónicos que se conservam do monumento romano, assim como com muitos outros, de cronologias posteriores, que igualmente fazem parte do acervo. A cronologia para a qual remetemos tais exemplares é, claramente, a época romana. Com efeito, quer a morfologia evidenciada, quer a decoração que algumas das peças ostentam levam a sublinhar tal proposta como o caso, por exemplo, de alguns fragmentos de cornijas decoradas com óvulos e lancetas.

O facto de tais elementos terem tido, muito provavelmente, uma camada de estuque na qual seriam realizados os *ornamenta* mais pormenorizados, leva a considerar estarmos em presença de peças que se integram na primeira fase de edificação do monumento, nos inícios do séc. I d.C., altura em que esta técnica decorativa, que recorria intensamente ao revestimento de estuque, era utilizada (FERNANDES, 2011, p. 263-311).

A descoberta de novos elementos arquitetónicos, de similares características, na intervenção arqueológica realizada em 2011 no interior do museu (Rua de S. Mamede nº 3-A) levou-nos a retomar o tema da análise destes exemplares. Com efeito, os sete fragmentos exumados durante as escavações da década de 1960 – especialmente porque não

possuíamos qualquer contexto para os mesmos - não permitiam uma investigação mais profunda. Apenas quando, em 2011, outros vinte e sete fragmentos foram recolhidos, se tornou evidente que a escolha do tipo de matéria-prima para a sua realização era claramente intencional.

A pertinência do presente trabalho prende-se, para além da análise técnica e estilística, com o facto de ter sido possível realizar várias análises petrográficas e mineralógicas, desenvolvidas pelo Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Por este facto foi possível identificar o material empregue em tais elementos e dos quais agora se dá conhecimento.

1. Contexto arqueológico dos elementos arquitetónicos

Desde 1964, quando se iniciou a intervenção arqueológica no teatro romano de Lisboa, muitos foram os elementos arquitetónicos recolhidos.

A primeira intervenção realizada no local coube a D. Fernando de Almeida, célebre olisipógrafo e arqueólogo que, na ocasião, igualmente desempenhava o papel de Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Dizia-nos, nessa mesma data, que havia sabido “... há poucos anos, ter sido demolida uma das duas casas sobrepostas às ruínas e reconstruída sem mais contemplações (...). (ALMEIDA, 1965, p. 563). Deste modo, em 1964 são iniciados os primeiros trabalhos de prospeção “Dentro do vão existente em parte dos baixos do prédio nº 2-4 e 6 da Rua de S. Mamede e nº 13 da Rua da Saudade estavam à vista, utilizados na construção, 3 fustes de colunas jónicas” (ALMEIDA, 1965, p. 564).

Passado um ano, o projeto de intervenção arqueológica seria continuado por Irisalva Moita, então Conservadora dos Museus Municipais (C.M.L.), a qual não poupa esforços com vista à implementação, por parte da edilidade, de uma política de aquisição dos edifícios sobrepostos às ruínas do teatro romano. Em 1971, elabora um memorando do estado das aquisições e demolições dos imóveis que se sobrepunham às ruínas do monumento romano elucidando-nos assim que, apesar de temporariamente ter finalizado a intervenção arqueológica, continuava a lutar pela obtenção de uma área global que salvaguardasse a totalidade das ruínas (MOITA, 1970, p. 7-37).

Na sequência de tais diligências, e ainda que a intervenção arqueo-

lógica efetiva de Irisalva Moita tenha terminado em 1967, a demolição dos edifícios continuou com o objetivo de possibilitar o alargamento da área de escavação, o que aconteceu com os n.ºs 24 e 14 da Rua da Saudade no lado norte e no lado sul desta artéria com os edifícios 4 e 4-a) que possuíam, simultaneamente, fachada para a Rua de S. Mamede (n.ºs 11 e 13).

É especialmente no contexto destas demolições que surgem à luz do dia inúmeros elementos arquitetónicos, a maior parte de época romana, comprovando a intensa reutilização de materiais do teatro na reconstrução desta parte da cidade, trabalhos que apenas se efetivaram nos finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX (FIG. 1). A nova intervenção arqueológica da década de 1960 assumiu-se mais como um “desentulhamento” do que uma “escavação tradicional” (FERNANDES, 2007, p. 30) uma vez que, para possibilitar a continuação dos trabalhos, as demolições dos edifícios sobrepostos tiveram que se processar por vezes em simultâneo. Os registos e croquis feitos então por Irisalva Moita documentam uma tentativa de registo, ainda que nem sempre conseguida, dos múltiplos materiais de construção que iam surgindo (FIG. 2).

Esta operação terá constituído, aliás, um dos trabalhos mais emblemáticos dos inícios da arqueologia urbana em Portugal. Terá sido neste contexto que muitos dos elementos arquitetónicos que hoje se conservam do teatro romano de Lisboa terão sido recuperados, nos quais se integram quatro fragmentos, alguns de difícil identificação funcional, que são talhados num litótipo exótico no contexto das formações geológicas miocénicas deste sector de Lisboa, claramente dissonante dos demais utilizados.

Um segundo conjunto de elementos que empregam o mesmo material foi recolhido em 2011 no decurso das intervenções arqueológicas realizadas no interior do então Museu do Teatro Romano, espaço museográfico que, a partir de janeiro de 2015, adotou a designação de Museu de Lisboa – Teatro Romano (FERNANDES, 2017, p. 193-211).

A intervenção realizada no interior do museu abrangeu a zona do antigo pátio da habitação dos inícios do séc. XIX onde parte do museu se encontra instalado. A escavação desta área foi finalizada em 2010 sendo de sublinhar o aparecimento de níveis de ocupação relacionados com a edificação do monumento cénico e, de igual modo, de contextos de cronologia mais antiga que remetem para níveis ocupacionais da IIª Idade do Ferro (FERNANDES, PINTO, 2009, p. 169-188; CALADO, PIMENTA, FERNANDES, FILIPE, 2013, p. 641-649).

Em 2011 foi também finalizada a escavação da área subjacente à habitação acima mencionada, localizada a poente do respetivo pátio. Esta área encontra-se limitada a norte pela grande estrutura do *post scaenium* que, originalmente, suportava a fachada cénica, com uma implantação este/oeste, encontrando-se sobreposta pela atual fachada norte do museu, dos inícios do séc. XIX e que a aproveitou como alicerce. A sul, esta zona encontra-se delimitada por um outro muro romano que igualmente funcionou como muro de contenção dos terrenos. O espaço entre os dois grandes muros de contenção e suporte do teatro foi aproveitado para a instalação de uma habitação atribuível aos inícios do séc. XVII e depois destruída pelo terramoto de 1755.

Foi neste preciso contexto que vários dos elementos arquitetónicos que agora se analisam foram recuperados. O espaço encontrava-se totalmente repleto por entulhos que preenchiam os mais de 9 m de profundidade. O interior desta habitação seiscentista foi aproveitado para despejo dos entulhos provocados pelo grande terramoto.

Na parte inferior, foi identificado o r/c, o qual funcionava de forma independente da parte superior da habitação, com um acesso direto a um pequeno beco fronteiro, igualmente identificado na intervenção arqueológica. Funcionalmente, o local servia como pequeno estábulo e como área de arrumos. Os contextos identificados encontravam-se selados pelo que os dados cronológicos se relacionam precisamente com o cataclismo, ou seja, a data de 1 de novembro de 1755 (FERNANDES, ALMEIDA, 2013, p. 111-122; FERNANDES, ALMEIDA, LOUREIRO, 2014, p. 19-34).

Os elementos arquitetónicos que se analisam no presente trabalho foram encontrados entre o entulho, muito próximo do piso térreo. Alguns encontravam-se reutilizados como ombreiras, o que é confirmado pela presença de concavidades circulares para a colocação de gradeamento. Outro elemento permanece reaproveitado como degrau na escada de acesso ao piso superior.

Estas estruturas habitacionais encontram-se hoje musealizadas no interior do Museu de Lisboa – Teatro Romano, encontrando-se *in situ* a pedra do degrau da escada de acesso ao piso superior da estrutura habitacional seiscentista, reconhecível pelo tipo de matéria-prima empregue.

É precisamente o tipo de material que denuncia a origem romana destes elementos. Como teremos ocasião de analisar mais detalhadamente, a cor cinza escura contrasta com o biocalcarenito de idade miocénica

de coloração amarelada e com o esbranquiçado e rosado dos inúmeros litótipos carbonatados que abundavam no meio dos entulhos. Aqueles elementos, para além da cor, ressaltam pela sua considerável dimensão e, de igual modo, pela morfologia ornamental que é claramente romana. As molduras que alguns destes elementos ostentam e, especialmente, a decoração das cornijas, torna inequívoca tal atribuição cronológica ainda que, por vezes, seja difícil perceber a respetiva função.

2. O conjunto em análise

O trabalho que agora se apresenta debruça-se sobre os elementos arquitetónicos recuperados em 1967 – dois fragmentos de cornijas e sete elementos moldurados, bastante fragmentados – e, igualmente, sobre os elementos arquitetónicos recolhidos em 2011, em número bastante superior.

2.1. O conjunto recuperado na década de 1960

Como referido são sete os fragmentos arquitetónicos recuperados. Deles nos dá menção Irisalva Moita num dos seus cadernos de campo onde refere dois fragmentos de cornija decorados com óvulos (FIG. 2). Os elementos então identificados tiveram o número inicial de inventário vinte e sete e vinte e oito e são descritos como “Fragmento de cornija percorrido por uma fileira de óvulos”.

Peças 1 e 2

Fragmentos de cornijas com decoração.

Uma das peças é de maiores dimensões (com 49 cm) (Nº inv. TRL/65-67/464) (FIG. 3) enquanto a outra é menor (Nº inv. TRL/65-67/729 com 29 cm de comprimento) (FIG. 4). Esta última, no entanto, possui na sua face inferior uma concavidade retangular para encaixe, destinada, decerto, ao correto posicionamento no edifício a que se destinava.

Trata-se de dois fragmentos de cornija simples com uma decoração formada por pequenos óvulos, praticamente inteiros, ligeiramente apontados inferiormente, arredondados e com volumetria. São rodeados por molduras largas que os envolvem na totalidade. Entre as molduras, e a estabelecer a separação entre os óvulos, posicionam-se

finas lancetas. Sem que se possam tirar grandes ilações quanto à decoração, uma vez que a ornamentação final seria realizada em estuque, é possível, ainda assim, apresentar algumas considerações (FERNANDES, 2011, p. 289, fig. 8). A utilização das lancetas finas, ao invés das pontas de flecha, como ocorrerá em época tardia júlio-claudiana e flaviana, aliado ao facto de os óvulos se apresentarem inteiros e ligeiramente apontados, enquadra-se em cronologias dos inícios do século I d.C. (PENSABENE, 1973, p. 212). O talhe oblíquo das molduras, por exemplo, oferece efeitos contrastantes, mas, simultaneamente, de cuidadosa profundidade.

Estas peças encontram-se atualmente na exposição de longa duração do museu.

Peça 3

Fragmento de elemento moldurado (FIG. 5) (nº inv.: TRL/65-66/735) que, pela sua dimensão é difícil definir a sua funcionalidade. Observa-se uma moldura que rodeia dois dos seus lados, conservando-se um dos ângulos da peça. A moldura de limite esboça, de forma contida um perfil em gola reversa, interrompendo-se numa moldura reta dupla que, aparentemente, delimita uma área central.

Pelo que se conserva podemos supor que a área interna seria lisa, ainda que a porção conservada seja diminuta. Interpretamos este elemento como um soffito, isto é, a parte inferior de um entablamento, ou como verga de porta. Esta hipótese baseia-se na pequena parte conservada do exemplar, mas, igualmente na interpretação que propomos para outras peças, realizadas em idêntico material e recolhidas em 2011.

Um soffito corresponde, afinal, à parte inferior de uma arquitrave apresentando-se geralmente lisa uma vez que a sua visualização obrigaria, a quem passasse inferiormente, a olhar para cima para o poder observar. O único soffito que conhecemos em Lisboa é também liso, ainda que moldurado, e ainda hoje pode ser observado no cunhal norte da Sé de Lisboa (FERNANDES, 2011, p. 294, fig. 15). Mais recentemente surgiu um elemento arquitetónico idêntico, de dimensões idênticas, na intervenção arqueológica que ocorreu no antigo edifício Sommer (atual Eurostars Museum Hotel)¹. O facto mais curioso é que as duas

¹ Este elemento encontra-se *in situ* no local, onde pode ser observado. Intervenção arqueológica realizada pela empresa de arqueologia Neoépica.

peças são partitamente iguais. Se bem que o facto decorativo - com molduras a realizar uma cartela interna que termina, num dos lados, num meio círculo – seja muito simples, e por esse facto possa ocorrer em vários edifícios, a morfologia é precisamente a mesma quase sendo tentados a atribuir ambos os elementos a um mesmo edifício.

O trépano ou, possivelmente, um instrumento mais rudimentar, foi empregue para a realização do alinhamento da moldura. Os negativos que revelam o seu emprego ilustram um trabalho que recorreu a uma marcação prévia para a regularização do alinhamento das pequenas concavidades. Este alinhamento, de aspeto pouco cuidado, não ficaria visível uma vez que a peça seria estucada encobrindo, assim, o pontilhado realizado para o traçado das molduras. A linha de trépano, pouco profunda e algo incipiente, foi realizada entre a primeira e a segunda moldura reta.

A superfície tardoz do exemplar apresenta-se rudemente afeiçoada, evidenciando um desbaste sem qualquer acabamento, sendo possível observar os negativos dos instrumentos empregues no seu talhe não tendo os mesmos sido disfarçados, o que leva a concluir que esta parte do exemplar se destinaria a ficar embebida na construção.

Peças 4, 5 e 6

Elementos arquitetónicos com moldura. O elemento maior (Nº inv. TRL/65-67/464/E.P.) encontra-se fragmentado, tal como os restantes e possui uma molduração numa das superfícies, sem que, no entanto, lhe possamos atribuir qualquer funcionalidade pela diminuta porção conservada. Uma moldura reta liga-se a uma outra moldura larga que descreve, em perfil, uma tímida gola direta. Um pequeno sulco estabelece a ligação entre a gola direta e a parte lisa da peça que se encontra fragmentada em três dos seus lados.

Outro fragmento, de menores dimensões (TRL/65-67/727/E.P.) apresenta idênticas características ainda que a superfície ostente uma grande erosão. Notam-se, no entanto, vestígios de cal a qual desconhecemos se será original ou se do seu reaproveitamento como material de construção nos edifícios de cronologia pombalina ou posterior. Outro fragmento pertenceria àquela peça tendo a particularidade de corresponder a um dos seus ângulos (TRL/65-67/727 e 732/E.P.) (Fig. 6). A superfície está em razoáveis condições de conservação, mas, infelizmente, a porção conservada é muito reduzida. Foram os elementos recolhidos em 2011 que nos permitiram obter algumas informações em

relação a estas peças pelo facto de o estado de conservação e porção dos elementos conservados ser melhor.

Como nas peças anteriores também o tardo evidenciamos um desbaste muito frustrante ainda identificável pelo negativo das goivas que desbastaram esta parte do elemento.

Peça 7

Possível cornija (TRL/65-67/728) (Fig. 7).

Esta peça pode considerar-se como sendo uma cornija, ainda que seja bastante distinta das analisadas anteriormente. Não possui decoração se excetuarmos as respetivas molduras, sendo a sua altura diminuta. Poderá tratar-se da terminação de uma arquitrave ou de uma moldura que se colocaria a meia altura de um espaço mais pequeno. Um toro convexo liga-se a uma pequena moldura reta a qual, por sua vez, estabelece a ligação a uma outra de perfil côncavo.

2.2. O conjunto exumado em 2011

No total foram vinte e sete (27) fragmentos exumados na campanha arqueológica de 2011. Não analisaremos estas peças separadamente uma vez que, após o final da escavação, as mesmas foram agrupadas e tentados os *puzzles* tendo sido possível agrupar vários fragmentos. Assim, de um total de vinte e sete fragmentos obtivemos um total de treze elementos, bastante mais completos sendo que um deles se encontra completo.

Do conjunto podemos estabelecer dois grandes grupos: as cornijas e as pedras com molduração que interpretamos como pertencendo, possivelmente, a elementos de porta. Por fim, uma outra peça, morfológicamente distinta destes dois grupos, permite inferir que este tipo de elementos feito com o recurso a esta matéria-prima, tão distinta da que observamos no restante monumento cénico, seria igualmente empregue em outros elementos arquitetónicos.

Cornijas

Peças 8 e 9

Existem duas cornijas que se diferenciam entre si pelo estado de conservação e pelo facto de vários fragmentos colarem entre si.

Uma das cornijas é formada por quatro fragmentos que pertencem à mesma peça (TRL/011/7/EP; TRL/011/7-A/EP; TRL/011/7-B/

EP; TRL/011/7-C/EP) (Peça 8) (FIG. 8). Como mencionado nos exemplares anteriores, também estes possuem a superfície muito erodida, especialmente as faces que possuem ornamentação. Com efeito, da parte frontal da cornija apenas se conservam pequenos pontos de trépano que, por serem ligeiramente mais profundos, ficaram bem preservados no material sendo praticamente a única evidência que resta da sua original decoração.

O posicionamento de tais pontos é ritmado, indicando uma cuidadosa localização dos mesmos. A comparação com outros fragmentos melhor conservados, como acontece nas duas cornijas recuperadas na década de 1960 e, especialmente, nos exemplares que a seguir analisaremos, permitem inferir que os pontos de trépano se posicionam na parte superior da cornija onde se inicia o arranque dos óvulos: dois pontos, um de cada lado. Estes pontos marcam simultaneamente a largura máxima dos óvulos, assim como a separação inter-ovular, isto é, o espaço concedido às respetivas molduras. Dois outros pontos localizam-se abaixo dos anteriores, perfeitamente ritmados no seu posicionamento, e marcam os locais onde as lancetas separadoras se despegam das molduras dos óvulos e a ponta, isolada, descarrega na moldura reta que finaliza a parte decorada da cornija.

Este conjunto prolongar-se-ia originalmente nos dois sentidos de comprimento uma vez que se encontram partidas nos dois lados menores. A parte tardez das peças ostenta um desbaste superficial sem evidenciar grande cuidado no seu acabamento.

Um outro conjunto é constituído por três fragmentos de cornija (TRL/011/39/EP; TRL/011/39-A/EP; TRL/011/39-B/EP) que igualmente colam entre si (FIGS. 9 e 10) (Peça 9). Neste caso, no entanto, a ornamentação encontra-se em bom estado de conservação tendo sido a comparação entre estes elementos e os anteriormente referidos que permitiu a total compreensão dos primeiros relativamente à decoração que originalmente possuíam.

Um dado curioso é o facto de estar conservado um dos ângulos da cornija, o que nos permite saber que a sua profundidade era bastante reduzida, facto sublinhado pela pouca profundidade que os vários fragmentos conservam (c. 22 cm). Significa isto que estes elementos são meramente ornamentais não possuindo função estruturante, facto natural uma vez que as cornijas podem não ter uma função de suporte o que é sublinhado pela reduzida profundidade dos elementos, evidenciando, assim, o seu carácter meramente ornamental.

A concavidade que se observa na peça 1 permite perceber de que modo estas peças seriam posicionadas no edifício. Pensamos que, a este negativo, deveria corresponder, num outro elemento, esse sim estrutural, um retângulo sobrelevado, correspondendo assim a um sistema de encaixe “macho/fêmea”.

Não se conservam vestígios de encaixes metálicos em nenhuma das peças em análise, ao contrário do que se observa em outros elementos arquitetónicos do teatro, como acontece na parte superior das pedras do *proscænium* (FERNANDES, CAESSA, 2006/2007, p. 100, 101, figs. 7 e 8), ou num entablamento exumado nas escavações realizadas no pátio em 2005 (FERNANDES, 2011 p. 292, fig. 12).

A quantidade de cornijas exumadas leva a ponderar a questão de terem sido empregues numa larga extensão do monumento romano. Infelizmente não podemos precisar uma cronologia, embora a morfologia evidenciada pela decoração aponte para os inícios do séc. I d.C., no entanto, como tais peças terão sido originalmente estucadas este facto impede a consideração da componente ornamental para uma precisão cronológica. Simultaneamente é o revestimento a estuque que obriga a integrar tais peças na tradição tardo-republicana². Com efeito, o teatro de *Olisipo* é um bom exemplo desta técnica ornamental que reflete um primeiro momento urbanístico das províncias e com largos exemplos na capital da província da Lusitânia, *Augusta Emerita*.

Estas peças encontram-se atualmente na exposição de longa duração do museu, concretamente no piso do mezanino no edifício sul do museu. Em época romana seria este espaço ocupado por patamares que venceriam o acentuado declive da colina, suporte que seria consubstanciado, desde logo, pela grande estrutura do *post scaenium* (FERNANDES, 2013, p. 765-773; FERNANDES, 2017-a, p. 1265-1278). Não será descabido pensar que estas cornijas poderão ter ornamentado as zonas de peristilo que aqui decerto terão existido, explicando-se assim a pouca função estrutural de tais elementos uma vez que seriam somente corredores com cobertura e não espaços construídos de maiores proporções. No entanto os mesmos argumentos poderão ser indicados para a hipótese de tais cornijas terem decorado a fachada cénica do teatro. A su-

² Em relação a este assunto cf., entre outros (e bibliografia referenciada): ANTONIO PIZZO (2010) – Las Técnicas Constructivas de la Arquitectura Pública de Augusta Emerita. *Anejos de AEspa*, LVI. Mérida, Instituto de Arqueología de Mérida.

blinhar esta interpretação é o facto de alguns elementos arquitetónicos terem sido encontrados no interior do espaço cénico durante a década de 1960, como tivemos oportunidade de mencionar.

Infelizmente nada nos permite afiançar o local onde tais elementos terão sido posicionados.

Molduras de porta (?) com bocel

Peças 10-15

Este é o outro grande conjunto em que se podem integrar os restantes elementos que agora se analisam. São vinte fragmentos (20), muitos dos quais apresentam colagem entre si resultando num conjunto de dez peças, sendo que somente uma se encontra completa.

Dentro deste grupo presenciam-se dois subtipos: um composto por peças que seriam observadas em dois dos seus lados, isto é, estabelecem um ângulo, sendo a face contígua também visível, o que é evidenciado pelo tratamento da superfície. Outro grupo, em menor número, é composto por peças que apenas teriam visível uma das suas faces.

No primeiro subtipo – peças com duas faces trabalhadas (TRL/11/21/EP; TRL/11/21-A/EP; TRL/11/21-B/EP; TRL/11/36/EP; TRL/11/40/EP; TRL/11/9/EP; TRL/11/43/EP; TRL/11/32/EP; TRL/11/49/EP; TRL/11/50/EP; TRL/11/51; TRL/11/05) – existe uma moldura de morfologia quase circular que estabelece a ligação entre duas faces contíguas, o que é bem evidente no desenho de corte que se apresenta (FIGS. 11 e 12).

O perfil é idêntico em todas as peças. Partindo da moldura em borla para a superfície maior observamos um pequeno sulco que separa a moldura circular, isto é uma moldura em bocel, da parte plana da face. Ao fim de 130 mm uma moldura reta, bem demarcada, sobreleva-se e estabelece a ligação a nova moldura. Finalmente, um listel reentrante finaliza numa pequena moldura reta.

Este é o esquema morfológico que vemos repetido em todas as peças, quer as deste grupo quer as do seguinte se excetuarmos que neste último não se observa a moldura em bocel. Após a realização das colagens dois dos exemplares apresentam uma dimensão considerável e, facto mais curioso ainda, possuem um ângulo o que nos permite saber de que modo este tipo de peças finalizava. Este dado é de grande relevância uma vez que nos pode fornecer alguns indícios em relação à sua funcionalidade.

Molduras de porta (?) sem bocel

Peças 16-18

O segundo subtipo é composto por peças muito semelhantes às que acabamos de descrever mas que apenas ostentam uma das suas faces decoradas, não possuindo o elemento em bocel que, nas peças anteriores, estabeleciam a ligação à face contígua (TRL/11/31; TRL/11/11; TRL/11/12; TRL/11/29; TRL/11/13; TRL/11/20; TRL/11/08) Figs. 13).

Estes elementos apresentam uma outra particularidade. Trata-se do facto de possuírem pequenas concavidades na parte lisa da face moldura. Aparentemente este facto poderia auxiliar numa atribuição funcional, no entanto, chegámos à conclusão que tais concavidades foram realizadas em época muito posterior, quando estes elementos foram reutilizados como soleira de janela na habitação do séc. XVII e na qual foi colocada gradeamento e, assim, feitos pequenos orifícios para o seu encaixe.

Elemento com moldura simples

Peça 19

Um último grupo é composto por um único exemplar (TRL/11/03/E.P.) (FIG. 14) (Peça 19). O perfil evidenciado é bastante distinto dos restantes elementos que analisámos. Uma moldura de perfil arredondado, quase em bocel liga-se, através de um pequeno listel, à parte restante da peça, ligeiramente reentrante. Poderá tratar-se de uma pequena cornija, de perfil muito simples, talvez destinada a um local do teatro menos visível e que, por tal facto, não necessitasse de ornamentação.

3. Análise petrográfica de amostras de arenito

3.1. Rocha constituinte dos elementos arquitetónicos

Numa análise expedita, em amostra de mão, o litótipo destaca-se pelo seu carácter de arenito grosseiro, heterométrico, imaturo, pouco cimentado (friável) e bastante poroso. Em termos composicionais aproxima-se bastante de uma rocha grauvacóide, algo semelhante aos termos mais areníticos das sequências de xistos e grauvaques paleozóicas. Contudo, o facto de o litótipo em apreço se desagregar facilmente afastou esta possibilidade sugerindo, numa primeira fase, poder tratar-se de

um material artificial. No sentido de testar uma possível origem natural (geológica), procedeu-se a uma análise petrográfica mais detalhada, macro e microscópica.

O litótipo em questão corresponde a uma rocha sedimentar detrítica (arenítica) de cor cinzenta acastanhada e granularidade variada. Em amostra de mão mostra uma ligeira laminação marcada por abundantes clastos de moscovite.

Foram preparadas lâminas delgadas para observação ao microscópio óptico de polarização Leica DM750 P com câmara Leica ICC50 HD acoplada. A caracterização petrográfica mostra que se trata de um arenito de granularidade média, clasto suportado, mal calibrado, com baixa maturidade composicional e textural. É composto por abundantes clastos monocristalinos e policristalinos de quartzo (55%), clastos abundantes de feldspato (feldspato potássico e plagioclase) (25%), micas (10%) e fragmentos líticos (10%) de que se destacam quartzito, filito e cataclasito (Fig. 2). Existem mais raramente clastos constituídos por carbonatos, provavelmente calcite. As palhetas de mica de maiores dimensões são de moscovite, ocorrem entre os restantes clastos e mostram deformação incipiente devido à compactação, moldando-se aos clastos.

Os clastos mostram formas sub-roladas a angulosas. A matriz detrítica, que corresponde a cerca de 10% da rocha, é constituída por minerais de argila e por grãos muito finos de moscovite e biotite. Os óxidos de ferro conferem coloração acastanhada em luz natural. Existe ainda cimento carbonatado autigénico, embora em pequena quantidade (2%) (FIG. 15 e 16).

Com o objetivo de detalhar a possibilidade de este material de construção ter uma origem natural, um fragmento da rocha em apreço foi revestido com ouro e observado ao microscópio eletrónico de varrimento JEOL JSM-6400 (MEV). Equipado com espectrómetro de dispersão de energia (EDS) Oxford INCA X. A observação permitiu concluir que não existe quantidade suficiente de cálcio entre os clastos que possa indicar a presença de um ligante manufaturado (ou seja, um cimento artificial). O escasso cálcio detetado está contido em clastos de plagioclase e na matriz argilosa.

Verifica-se ainda que a rocha é porosa, com espaços intersticiais abertos entre os clastos e entre as lamelas dos minerais de argila. Os minerais de argila formam uma película que rodeia os clastos, como se pode observar na Figura 17.

3.2. Amostras de rocha da zona de Torres Vedras

3.2.1. Localização

Considerando o litótipo acima descrito, foi efetuada uma pesquisa dos locais que poderiam constituir possíveis proveniências da rocha utilizada. As unidades amostradas correspondem a arenitos fluvio-deltaicos da Formação Lourinhã, de idade Tithoniano (Jurássico superior). Estes arenitos são geralmente algo imaturos, contendo quartzo predominante mas com 10 a 15% de feldspatos e micas, com algum cimento argiloso e carbonatado. Alguns níveis com maior influência costeira contêm carbonatos sob a forma de intraclastos e bioclastos, sendo nesse caso o cimento carbonatado também mais abundante (20 a 30%).

Foi realizada uma colheita e observação petrográfica de amostras de rochas consideradas visualmente idênticas, provenientes da região de Santa Cruz (Torres Vedras). Essas amostras foram colhidas na Praia Azul (PA) e na Praia de Sta. Cruz Norte (PSCN) (FIG. 18). Em ambos os locais existem bancadas sub-horizontais em que se observa atualmente a existência de blocos com grande extensão horizontal e com espessura suficiente para uma eventual exploração para fins de construção (FIGS. 19 e 20). Na PA as bancadas têm 20 a 30 cm de espessura, atingindo cerca de 40 cm na PSCN. As amostras colhidas mostram, macroscopicamente, alguma semelhança de cor e características texturais relativamente à rocha empregue nas peças em análise.

3.2.2. Descrição petrográfica

Praia Azul

As seis amostras das camadas que afloram na Praia Azul e que mostram espessura suficiente para exploração para fins de construção correspondem a arenito grosseiro a médio, sempre mal calibrado e composto por clastos sub-angulosos de quartzo e cimento carbonatado, com baixa maturidade composicional e textural. Os clastos (grãos detríticos) são maioritariamente de quartzo (90%), de formas irregulares e angulosas, e também de feldspato potássico (microclina) (5%), algumas palhetas de mica (2%), fragmentos de calcário, de quartzito e de cherte (2%) e aglomerados de matéria orgânica (1%). As seis amostras têm composição semelhante, variando a dimensão dos grãos detríticos

e a percentagem de grãos relativamente ao cimento a qual varia entre 60% (nos arenitos mais finos) e 80% (nos mais grosseiros). A Figura 21 mostra os principais aspetos das lâminas observadas ao microscópio ótico. Localmente observam-se níveis microscópicos mais ricos em micas, estando estas alinhadas.

Relativamente à rocha utilizada no lintel, as amostras da Praia Azul mostram características diferentes dado que nestas existe cimento carbonatado e não matriz detrítica.

Praia de Sta. Cruz Norte

As três amostras da Praia de Sta. Cruz Norte são constituídas por arenitos grosseiros a médios, medianamente calibrados, imaturos, com matriz argilosa e, pontualmente, cimento carbonatado. Os clastos são constituídos maioritariamente por quartzo (90%), apresentam uma grande variabilidade de dimensões e são subrolados a angulosos. Observam-se ainda palhetas de mica (5%), fragmentos de calcário e cherte (4%) e feldspato potássico (1%).

Os espaços intersticiais estão preenchidos por matriz argilosa, que corresponde a 10% da rocha, embora a sua percentagem seja variável nas três amostras. A Figura 22 mostra os principais aspetos destas amostras.

Relativamente à rocha utilizada nos elementos arquitectónicos do teatro romano, a composição dos clastos é semelhante, embora as proporções sejam diferentes, existindo na amostra do último maior percentagem de clastos de feldspato e de fragmentos líticos. A rocha da Praia de Sta. Cruz mostra ainda granulometria inferior e menor variabilidade de dimensão dos clastos do que a rocha que foi utilizada no teatro romano.

3.3. Argamassa antiga

Com vista à comparação da composição e textura do material que constitui os elementos arquitetónicos com o ligante que se encontra num das paredes encontradas nas escavações do Teatro Romano, e que está documentada como sendo do período romano, preparou-se uma lâmina delgada que foi analisada ao microscópio ótico. Em amostra de mão, a argamassa é friável e apresenta cor beije.

Ao microscópio verifica-se que a argamassa é muito porosa, apre-

sentando vazios abundantes com dimensão de 2 a 5 mm e ainda vazios de formas irregulares entre as partículas de areia, os quais atingem mais de 10 mm. É constituída por grãos de areia (utilizados como agregado) grosseiros e angulosos, maioritariamente de quartzo (80%), feldspato (15%), mica (2%) e fragmentos líticos (3%), em que predomina o quartzito. A granulometria da areia é variável. Observam-se grãos com 0,2 mm mas também grãos de 0,5 mm e, mais raramente, de dimensão superior a 0,5 mm (FIG. 23).

O ligante é carbonatado e apresenta um carácter criptocristalino a amorfo, como se pode observar na Figura 26, com indícios de carbonatação junto dos vazios. Observa-se variação de tonalidade desde bege claro a castanho em luz natural (N//) indicando heterogeneidade na distribuição do ligante entre as partículas e também variação de densidade. Existem fissuras no ligante e por vezes nas interfaces com os grãos de areia.

4. Interpretação funcional dos elementos arquitetónicos

Não é fácil apresentar paralelos para estes exemplares e para os mencionados anteriormente os quais apresentam entre si grandes afinidades morfológicas. A primeira grande dificuldade baseia-se no facto de não se existir uma verdadeira tradição de publicação de elementos arquitetónicos provenientes de contextos arqueológicos ou dos que se encontram nas reservas de museus, especialmente quando se verificam dificuldades quanto à respetiva interpretação funcional. O espólio cerâmico é sempre, em qualquer escavação, o conjunto que reúne os principais esforços de estudo por parte dos investigadores, facto compreensível pois constitui uma imprescindível metodologia de atribuição cronológica. Os elementos pétreos, especialmente quando se trata de fragmentos dos quais se desconhece a morfologia original e, consequentemente, a sua função, são deixados de lado e raras são as vezes em que são desenhados, analisados e publicados. Tal como nas cerâmicas, também nestas peças o desenho é fundamental para a obtenção de paralelos formais.

Dois casos em território nacional podem ser aproximados a estes exemplares do teatro de *Felicitas Iulia Olisipo*. Trata-se dos elementos arquitetónicos encontrados em contextos funerários na Quinta da Fórnea II (Belmonte) (SANTOS, CARVALHO, 2008, p. 127-143) e algumas

peças provenientes de Conímbriga (ALARCÃO, ÉTIENNE, 1976-1977, vol. I, II). Alertamos para o facto de que tais paralelos poderem não corresponder eventualmente aos mais pertinentes, no entanto, são dos poucos que conhecemos pelo facto de estarem publicados e as peças se encontrarem desenhadas.

No caso da Quinta da Fórnea II, foram exumadas várias peças talladas em granito na escavação aí realizada em 2006, correspondendo, na sua grande maioria, a fragmentos de cornija. Existem igualmente outros fragmentos arquitetónicos, interpretados pelos autores que os publicam como correspondendo a: “elementos moldurados de base”; de “coroamento”; um exemplar de “porta com pilastra adossada”; um fragmento de “arco” (SANTOS, CARVALHO, 2008, Estampas IV e V). “Estes e outros integrariam o grupo de elementos verticais (colunas ou pilastras adossadas às paredes e/ou aos ângulos) que ritmavam e ornamentavam os corpos centrais (quadrangulares ou retangulares) destes edifícios” (SANTOS, CARVALHO, 2008, p. 137).

O conjunto recuperado relaciona-se com edifícios de carácter funerário. Ainda que os autores não apontem uma cronologia concreta para o edifício, baseiam-se nas datações que, genericamente, são atribuídas a este tipo de monumentos funerários, isto é, o séc. I d.C. Referem os autores que “... a sua eventual construção durante o período júlio-claudiano poderá encontrar-se relacionada com a primeira vaga de colonos que se instalaram e construíram as suas *villae* no interior norte da *Lusitania*, num momento seguinte à criação e delimitação augustana das *civitates* (*idem*, p. 140).

O perfil evidenciado nas cornijas é semelhante aos exemplares que agora analisamos, especialmente em relação a duas peças (EST. IV, 4 e 6). No entanto, não encontramos paralelos para as peças com bocel e com molduração em dois dos seus lados que observámos no teatro romano de Lisboa.

Apesar de o edifício funerário da Quinta da Fórnea não poder ser comparável ao monumento cénico onde os elementos agora em análise se incluíam, não deixa de ser curioso que encontremos peças com um perfil semelhante nos dois locais, o que é igualmente sublinhado pelo facto de ambos os elementos arquitetónicos serem revestidos a estuque. Se pensarmos que as cornijas do teatro podem ter ornamentado os espaços de peristilo que existiriam a sul do teatro, talvez tenhamos aqui um paralelo no sentido de, em ambos os casos, não se tratar exatamente de elementos estruturais, mas antes de ornamentação de espaços exteriores.

Para as peças com a moldura em bocel, como acima referimos, é difícil encontrar paralelos. Pensamos que tais elementos poderão corresponder a ombreiras de porta, assim se justificando a moldura que abrange dois dos lados contíguos, função que igualmente justificaria a pouca profundidade das peças uma vez que se destinavam a ser embebidas na alvenaria do edifício.

Em dois dos exemplares (TRL/011/149-152/E.P.) a moldura em bocel não se verifica em todo o comprimento da peça. Esta moldura circular que abrange o ângulo do elemento esvanece-se a um certo momento não abarcando a totalidade da altura / comprimento da peça. Esta solução parece-nos pertinente numa ombreira de porta – isto é com a moldura circular colocada na vertical - enquanto os elementos sem bocel poderiam ser utilizados como verga de porta – em posição horizontal - e, deste modo, corresponder a um tipo mais simples de sofito.

5. Considerações interpretativas

Inicialmente, a natureza peculiar dos elementos arquitetónicos em análise levou a considerar que os mesmos pudessem ter sido produzidos artificialmente, mediante a utilização de “cimento” ou “ligante”. Do conjunto de resultados obtidos ficou claro que o litótipo de que agora tratamos não é artificial, Este aspeto levanta a questão relativa à sua origem.

Petrograficamente não corresponde aos biocalcarenitos miocénicos frequentemente utilizados noutros elementos arquitetónicos, como já tivemos oportunidade de sublinhar, nem corresponde a nenhuma fácies arenítica mesozóica conhecida na região da Grande Lisboa. Existem algumas semelhanças com litótipos areníticos de fácies continentais e de transição, por exemplo do Jurássico Superior da região oeste de Portugal (de Vila Franca de Xira e Lourinhã até Pombal), tal como apresentado neste trabalho. A diversidade desses litótipos é muito grande, mas, pelas semelhanças relativamente à composição dos clastos e da matriz, a composição da pedra utilizada nas peças do teatro romano leva a considerar que muito provavelmente terão sido utilizadas rochas dessa idade e que as mesmas terão sido trazidas das regiões a Norte de Lisboa, possivelmente por barco e não forçosamente por terra. Diferem, no entanto, das amostras colhidas na dimensão dos clastos e pelas percentagens relativas dos seus componentes.

O que ressalta é, por um lado, a estranheza do litótipo em questão, muito pouco ou nunca antes reconhecido em elementos arquitetónicos romanos; por outro lado, a elevada distância entre o possível local de origem deste litótipo, utilizado para uma função pouco nobre, facto que suscita a óbvia questão: o que justifica o trabalho e dispêndio de recursos associados à obtenção de um tipo litológico pouco favorável ao talhe e utilização arquitetónica interior, quando existiriam muitos outros litótipos possíveis de ser utilizados na região, nomeadamente os de idade miocénica, que, aliás, afloram nas próprias fundações do teatro romano.

Esta questão revela-se mais pertinente quando pensamos que estas peças somente seriam finalizadas quando revestidas por estuques. Com efeito, é normal encontrar em contextos de cronologia romana a utilização de estuques decorativos. Na cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*, embora não seja tão frequente esse tipo de achados quanto seria expectável, a sua presença revela, naturalmente, a sua utilização (FERNANDES, 2011, p. 295-299), aspeto que, nos últimos anos tem sido documentado em várias intervenções arqueológicas realizadas na cidade, como o caso do antigo edifício da Sommer já anteriormente referido (*vide* n.1).

Em relação ao teatro romano, ainda que tenham sido encontrados múltiplos fragmentos de estuque policromo nas intervenções arqueológicas realizadas no pátio do museu (*idem ibidem*) tais exemplares poderão corresponder a outro âmbito que não os da decoração do próprio edifício cénico uma vez que foram encontrados em contextos de deposição secundária na área compreendida entre os patamares de contenção do teatro e onde se localizaria o *porticus post scaenium* (FERNANDES, 2013, p. 765-773; FERNANDES, *et alli*, 2015, 203-224).

No entanto, existe outro tipo de informações que nos revela quer a existência de estuques que ornamentariam o edifício cénico quer a sua elevada qualidade e beleza. Estas notícias são-nos fornecidas pelos estudiosos que observaram *in situ* os vestígios do teatro romano de *Olisipo* que surgiram, pela primeira vez, em 1798. É o arquiteto italiano Francisco Xavier Fabri que refere em 1800 a realização de uma Memória da sua autoria, enviada à Real Academia das Ciências de Lisboa onde o autor refere que “fiz vários riscos, que mostravam as ruínas daquele Monumento, huns dos quaes apresentei á Academia das Ciências, propondo á mesma Academia, em huma descrição minha, sobre aqueles Vestígios da Antiguidade, que daria, alem da Planta geral, hum livro com todos os Fragmentos de Architectura, que atégora se

tinhão descobertos; assim também das Figuras, Incrições, e Capiteis de varias qualidades, e da particularidade do estuque, que até do tempo de Néro preziste naqueles Capiteis, e columnas, com o qual estavam revestidos” (CARVALHO, 1979, p. 152).

Comprova-se, assim, que muitos dos elementos arquitetónicos que ornamentariam o teatro romano seriam estucados escondendo assim a matéria-prima empregue. Os fustes que conservam a espessa camada de estuque que referimos são realizados em biocalcarenito, fossilífero, mercê da grande quantidade de fósseis, sobretudo moldes e mineralizações de conchas de moluscos que integram a sua constituição. A irregularidade da matéria-prima seria “apagada” pela homogeneidade fornecida pelo estuque (FERNANDES, 2014, pp. 1435-1437; FERNANDES, NOGALES BASARRATE, 2018, pp. 432-455). Paralelos para esta situação são vários, especialmente os que se encontram na capital da província da Lusitânia, em *Augusta Emerita*, onde a fase de estuque, atribuível à época funcional da cidade, se encontra bem documentada. Como refere Nogales Basarrate, “Esta primera edificación augustea, en la que el granito era el soporte base sobre el que se completaba el relieve en estuco con gran virtuosismo (...) constituyó una importante etapa decorativa en los primeros tiempos de la colonia, un sistema muy empleado desde época republicana, como bien hemos ponderado con ejemplos augusteos tanto en Italia como en Gallia” (NOGALES BASARRATE; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, 2014, p. 236). Esta técnica decorativa foi utilizada em Mérida na ornamentação dos elementos arquitetónicos e decorativos do teatro, mas, de igual modo, no teatro de Medellín (NOGALES BASARRATE, MERCHÁN, 2018, pp. 527-551).

A hipótese interpretativa de Nicole Röring em relação à original fachada cénica do teatro romano de Mérida (RÖRING, 2010, p. 163-172) continua, em nossa opinião, a ser uma perspectiva a considerar no que respeita à utilização da ordem jónica na frente cénica daquele monumento e que poderia explicar o anacronismo entre esta ordem - que atualmente se encontra no *porticus post scaenium* do teatro - e a ordem coríntia que substituiu a anterior talvez a partir de Cláudio ou, inclusivamente, em época flávia, (MATEOS CRUZ; ANTONIO PIZZO, 2011, p. 173-194). Estes exemplares jónicos, assim como os fustes e respetivas bases são realizados em granito, a pedra local de Mérida. Do mesmo modo, o bio calcarenito pouco homogêneo de Lisboa seria estucado e pintado. A grande diferença consiste no facto, em nossa opinião, de que a ordem jónica da fachada do teatro de Lisboa nunca ter sido substituída.

No entanto, se esta explicação é compreendida pela facilidade de obtenção do bioalcarenito – litótipo que existe no próprio local onde o teatro foi edificado – como explicar a razão subjacente à vinda de um distinto material, sobre o qual o presente trabalho se ocupa, de tão fracas qualidades plásticas, de uma zona exógena ao local do estaleiro de obra? Falamos de uma distância de quase 80 km por terra, por zonas de relevo acidentado, razão pela qual pensamos mais pertinente supormos que tal matéria-prima terá sido transportada por mar.

Esclarecidas estas questões – a da origem da matéria-prima e a forma de transporte – resta perceber as razões subjacentes a tal decisão.

Torres Vedras localizava-se no território do município de *Felicitas Iulia Olisipo* o qual se estendia, a norte até ao paralelo de Torres Vedras, seguindo depois a linha do Tejo até Alenquer (ALARCÃO, 1994, p. 61). A ligação entre Torres Vedras e Lisboa em época romana seria estabelecida por uma via da qual ainda subsistem troços conservados, e ao longo da qual se registam inúmeros vestígios onde se destacam inscrições que denunciam a existência de monumentos funerários pétreos que integrariam antigas necrópoles, naturalmente localizadas ao longo das vias (MANTAS, 2000, p. 11-25).

Por via fluvial os contactos também se estabeleceriam. Como bem referiu Carlos Fabião, essa ligação manteve-se até épocas próximas, sendo conhecido o “... porto de Paredes, de localização desconhecida (mas que recebeu foral em 1282, o que revela a sua importância regional), nas margens da Lagoa da Pedreneira (ativa até ao séc. XVIII); Alfeizerão; Salir do Porto; S. Martinho do Porto; Óbidos; Atouguia da Baleia; Lourinhã ou Torres Vedras, que ainda exportava para Lisboa em pleno século XV, pelo rio Sisandro” (2004, p. 382), são elementos que comprovam uma intensa e extensa tradição de ligação fluvial a Lisboa. Se observarmos mapas antigos é bem visível o traçado do rio que possibilitaria uma maior proximidade com *Felicitas Iulia Olisipo* e, deste modo, um encurtamento de distâncias que, simplesmente por terra seria difícil de transpor.

Da romanização da região existem provas mais que concludentes dos contactos precoces com o invasor e de uma aculturação rápida e intensa. A epigrafia atesta, a este nível, a presença de elementos itálicos, de posses abastadas, possivelmente detentores de *villae* naquela região, como parece comprovar a inscrição de *Q. Coelius Aquila* encontrada no sítio de Dois Portos (MANTAS, 2002, pp. 136-137; CARDOSO *et alii*, 2008, p. 5), ou ainda a epígrafe da ermida da Serra

de S. Julião, de local próximo, que regista o nome *Mascellius*, facto que, segundo Vasco Mantas pode indicar relações com os *Coelii* de *Olisipo* (2005, p. 35).

Temos comprovado, deste modo, que a ligação entre Torres Vedras e *Felicitas Iulia Olisipo* seria relativamente fácil de estabelecer. No entanto, permanece por explicar, em nossa opinião, a razão subjacente à importação deste tipo de “arenito imaturo” tão pouco apelativo. Se, em 1997, pensamos ter conseguido provar a importação de pedra da zona de Porto de Mós através do antigo porto de S. Martinho do Porto, ativo até ao séc. XV, e que terá abastecido de pedra várias regiões da zona do *municipium* de *Felicitas Iulia Olisipo* assim como regiões a sul já na atual zona alentejana (pelo menos no que diz respeito a capitéis, cf. FERNANDES, 1997, vol. IV, p. 264-273), pensamos que a distância talvez não constituísse um problema quando analisamos o transporte de matéria-prima de áreas muito mais próximas. No entanto, os paralelos dos litótipos que encontramos no teatro romano identificam-se junto ao mar, concretamente na praia de Santa Cruz ou na Praia Azul, como tivemos oportunidade de analisar, o que reforça a ideia de um transporte não fluvial, mas antes marítimo.

Se, em relação ao calcário de Porto de Mós, a brandura, homogeneidade da matéria-prima e coloração permitem justificar o apreço por esse material, justificando assim o esforço imposto na sua obtenção, o mesmo não se pode dizer em relação ao arenito cinzento, bastante friável, com que são feitos os elementos que analisamos neste trabalho. Material mais homogéneo deveria haver em local bem mais próximo do estaleiro de obra do teatro de *Olisipo*. Como explicar, então, a importação deste material? Não conseguimos encontrar uma explicação cabal exceto o facto de se confirmar uma ligação comercial entre a zona de Torres Vedras e Lisboa, provavelmente maior do que se pensava até ao momento. Não será descabido pensar que estas relações se terão feito por mar, para além da via fluvial e terrestre acima mencionadas, e que as pedras importadas poderão ter servido de lastro. Ou seja, a pedra terá funcionado como um produto subsidiário da importação de outros produtos, esses sim de maior dimensão comercial, como seria o caso da produção cerâmica (entre outros, FABIÃO, p. 379-410).

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (1994) - Lisboa romana e visigótica. *Lisboa Subterrânea*, Lisboa, Instituto Português de Museus, pp. 58-63.
- ALARCÃO, Jorge de; ÉTIENNE, Robert (1976-1977) – *Fouilles de Conimbriga*, Vol. I, Vol. II, Paris, Diffusion E. de Boccard.
- ALMEIDA, D. Fernando de (1966) - Notícias sobre o teatro de Nero, em Lisboa. *Lycerna*. Porto, 5, pp. 561 – 571.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José Maria; NOGALES BASARRATE, Trinidad (2004) – Programas decorativos del foro colonial de Augusta Emerita. El templo de Diana, templo de culto imperial, *La decoración Arquitectónica en las Ciudades Romanas del Occidente, Actas del congreso Internacional celebrado en Cartagena* (8-9 octubre de 2003), Murcia, Universidad, pp. 293-319.
- ANTONIO PIZZO (2010) – Las Técnicas Constructivas de la Arquitectura Pública de Augusta Emerita, *Anejos de AEspa*, LVI, Mérida, Instituto de Arqueología de Mérida.
- CALADO, Marco; PIMENTA, João; FERNANDES, Lúcia; FILIPE, Victor (2013) – Conjuntos cerâmicos da Idade do Ferro do teatro romano de Lisboa: as cerâmicas de engobe vermelho, *Arqueologia em Portugal. 150 anos* (coord. J.M. Arnaud, A. Martins, C. Neves), Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 641-649.
- CARDOSO, Guilherme; *et alii* (2008) – Dois sítios arqueológicos romanos localizados no concelho de Torres Vedras. *Al-madan*, II serie, nº 16, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2008, pp. 5
- CARVALHO, Ayres de (1979) – Os três arquitectos da Ajuda do “Rocaille” ao Neoclássico. Manuel Caetano de Sousa (1742-1802) José da Costa e Silva (1747-1819) Francisco Xavier Fabri (1761-1817), Lisboa, Academia Nacional das Belas-Artes.
- FABIÃO, Carlos (2004) – Centros oleiros da Lusitania: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação, *Actas del Congreso Internacional FIGLINAE BAE-TICAE. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*, Universidad de Cádiz, Noviembre 2003, Oxford, B.A.R., int. ser., 1266, pp. 379-410.
- FABIÃO, Carlos (2013) – Escavando entre papéis: sobre a descoberta, primeiros desastros e destino das ruínas do teatro romano de Lisboa, *Vir bonus peritissimus aequae. Estudos de homenagem a Arnaldo Espírito Santo*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras de Lisboa, pp. 389-409.
- FERNANDES, Lúcia (1997) – *Capitéis romanos da Lusitania Ocidental*. Dissertação de Mestrado em História de Arte, 4 volumes Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- FERNANDES, Lúcia (2007) – A decoração arquitectónica de época romana do municipium olisiponense: a propósito de alguns elementos arquitectónicos da Praça da Figueira (Lisboa), *O Arqueólogo Português*, 4.^a série, 25, Lisboa, pp. 291–336.

- FERNANDES, Lúdia (2011) – A decoração arquitectónica de época romana do municipium olisiponense, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 14, pp. 263-311.
- FERNANDES, Lúdia (2013) – Teatro romano de *Olisipo*: a marca do novo poder romano. *Arqueologia em Portugal. 150 anos* (coord. J.M. Arnaud, A. Martins, C. Neves), Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 765-773.
- FERNANDES, Lúdia (2014) - The production of architectural elements in the city of Felicitas Iulia Olisipo (Lisbon): the capitals. *XVIII CIAC: Centro y periferia en el mundo clásico / Centre and periphery in the ancient world* (Las producciones artísticas y artesanales en el mundo clásico. Talleres *Artistic and artisanal productions in the classical world. Workshops*) Mérida pp. 1435-1437.
- FERNANDES, Lúdia (2017) – Museu de Lisboa – Teatro Romano: um museu e um monumento romano na cidade. *I Encontro de Arqueologia Urbana: uma cidade em escavação* (Teatro Aberto, 26-28 novembro 2015). Lisboa, pp. 193-211.
- FERNANDES, Lúdia (2017-a) – Aspetos construtivos do teatro romano de Lisboa: matérias primas e técnicas edificativas”. *Arqueologia em Portugal. 150 anos* (coord. J.M. Arnaud, A. Martins), Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, p. 1265-1278.
- FERNANDES, Lúdia; ALMEIDA, Rita Fragoso de (2013) - Um Celeiro da Mitra no Teatro Romano de Lisboa: inércias e mutações de um espaço do séc. XVI à actualidade. *Congresso Internacional de Arqueologia Moderna* (6-9 Abril, FCSH da Universidade Nova de Lisboa). Lisboa, pp. 111-122.
- FERNANDES, Lúdia; ALMEIDA, Rita Fragoso de; LOUREIRO, Carlos (2014) – Entre o Teatro Romano e a Sé de Lisboa: evolução urbanística e marcos arquitectónicos da antiguidade à reconstrução pombalina, *Estudos de Lisboa*, Revista de História de Arte da FCSH Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 11, pp. 19-34.
- FERNANDES, Lúdia; CAESSA, Ana (2006-2007) – O *proscenium* do Teatro romano de Lisboa: aspectos arquitectónicos, escultóricos e epigráficos da renovação decorativa do espaço cénico. *Revista Arqueologia e História*, nº 58/59, pp. 83-102.
- FERNANDES, Lúdia; PIMENTA, João; CALADO, Marco; FILIPE, Victor (2013) – Ocupação sidérica na área envolvente do Teatro Romano de Lisboa: O Pátio do Aljube. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, 15, pp. 167-185.
- FERNANDES, Lúdia; NOGALES BASARRATE, TRINIDAD (2018) – Teatro Romano de Olisipo: programas decorativos teatrales de Lusitania. en C. Márquez (ed.). *Actas de la VIII Reunión Internacional de Escultura Romana en Hispania* (Universidad de Córdoba y Baena 5-8 octubre de 2016). Córdoba, pp. 432-455.
- GUERRA, Amílcar (2000) - A Península de Lisboa no I milénio a.C. – uma breve síntese, à luz das fontes e dos dados arqueológicos. *Turres Veteras IV: Actas de pré-história e história antiga*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, pp. 119 – 128.
- MANTAS, Vasco Gil (2000) - A rede viária romana e medieval da região de Torres Vedras. *Turres Veteras I: Actas de história medieval*. Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, pp. 11-25
- MANTAS, Vasco Gil (2002) - A População da Região de Torres Vedras na Época Ro-

- mana. *Turres Veteras IV: Actas de pré-história e história antiga*. Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, pp. 129-141.
- MOITA, Irisalva (1970) – O teatro romano de Lisboa, Revista Municipal, vol. 124/125, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, pp. 7-37.
- NOGALES BASARRATE, Trinidad (2007) – Teatro Romano de Augusta Emerita. Evolución y programas decorativos. Málaga, *Mainake*, XXIX, pp. 103-138.
- NOGALES BASARRATE, Trinidad (2009) – Talleres de escultura de *Augusta Emerita* y su papel en *Lusitania* romana. en V. Gaggadis-Robin, A. Hermary, M. Reddé y C. Sintès (eds.), *Les ateliers de sculpture régionaux: techniques, styles et iconographie*, Actes du X^e Colloque International sur l'art provincial romain. (Arles et Aix-en-Provence 2007), Arles, 2009, pp. 467-483.
- NOGALES BASARRATE, Trinidad (2011) – Escultura romana en *Augusta Emerita*. J. M. Álvarez y P. Mateos (eds.). *Actas del Congreso Internacional 1910-2010. El Yacimiento emeritense*. Badajoz, pp. 411-462.
- NOGALES BASARRATE, Trinidad (2015) – El lenguaje escultórico en Lusitania romana, en J.M. Álvarez, A. Carvalho y C. Fabião (eds.), *Lusitania Romana. Origen de dos pueblos/ Lusitânia Romana. Origem de dois povos*. (*Studia Lusitana* 9). Mérida, pp. 341-354.
- NOGALES BASARRATE, Trinidad; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María (2014) – Colonia Augusta Emerita. Creación de una ciudad en tiempos de Augusto. *Studia Historica, Historia Antigua*: 32, pp. 209-247.
- NOGALES BASARRATE, Trinidad.; GONÇALVES, L.J. (2008) – Programas decorativos públicos de *Lusitania: Augusta Emerita* como paradigma en algunos ejemplos provinciales. Noguera, J. M. y Conde, E. (Eds.), *Escultura romana en Hispania V (Murcia 2005)* Madrid, pp. 279-310.
- NOGALES BASARRATE, Trinidad.; MERCHÁN, María José (2018) - Teatro romano de Metellinum: programa escultórico-decorativo, en C. Márquez (ed.), *Actas de la VIII Reunión de Escultura Romana en Hispania* (Universidad de Córdoba y Baena 5-8 octubre de 2016). Córdoba, pp. 527-551.
- PENSABENE, Patrizio (1973) - *Scavi di Ostia*, VII; I capitelli. Roma: Istituto Poligrafico dello Stato.
- RÖRING, Nicole (2010) - Nuevo estudio arquitectónico de la fachada escénica del teatro romano de *Augusta Emerita*. In RAMALLO ASENSIO, Sebastián F.; RÖRING, Nicole, eds. - *La scaenae frons en la arquitectura teatral romana: actas del Symposium Internacional celebrado en Cartagena los días 12 al 14 de marzo de 2009 en el Museo del Teatro Romano*. Murcia: Universidad; Fundación Teatro Romano de Cartagena, pp. 163–172.
- SANTOS, Filipe João Carvalho dos; CARVALHO, Pedro C. (2008) - Aspectos do mundo funerário romano na Beira Interior. As estruturas funerárias monumentais da quinta da Fórnea II (Belmonte): uma primeira abordagem. *Conimbriga*, XLVII pp. 127-143.
- Serviços Geológicos de Portugal (1954) – *Carta Geológica de Portugal* (escala 1:50 000, Folha 30-A – Lourinhã), Lisboa.

176 LÍDIA FERNANDES, *ET ALII* *Elementos arquitetónicos do teatro romano de Lisboa...*


Serviços Geológicos de Portugal (1960) - *Carta Geológica de Portugal* (escala 1:50 000, Folha 30-C - Torres Vedras), Lisboa.

Serviços Geológicos de Portugal (1992) - *Carta Geológica de Portugal* (escala 1:500 000, Folha Sul – Lisboa), Lisboa.



FIG. 1 – *Aspetto das demolições realizadas entre 1965 e 1967 dos edifícios sobrepostos aos vestígios do teatro romano. (Museu de Lisboa).*

21 - Fragmento de fuste de coluna. Superfície lisa. (maior diâmetro).

26 - Fragmento de 

27 - Fragmento de cornija por colido por uma fileira de ovulos (O) (O) (O)

28 - Fragmento de cornija por colido por uma fileira de ovulos.

FIG. 2 – *Excerto do caderno de campo de Irisalva Moita (Museu de Lisboa).*



FIG. 3 – *Fragmento de cornija recolhido nas intervenções da década de 1960 (Nº inv. TRL/65-67/464).
Peça 1. (Fotografia Lídia Fernandes / Museu de Lisboa – Teatro Romano).*



FIG. 4 - *Fragmento de cornija recolhido nas intervenções da década de 1960 (Nº inv. TRL/65-67/729).
Peça 2. (Fotografia Lídia Fernandes / Museu de Lisboa – Teatro Romano).*

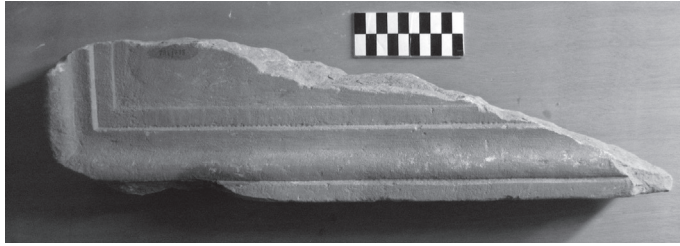


FIG. 5 – *Fragmento de elemento arquitetónico, possível soffito, recolhido nas intervenções da década de 1960 (n.º inv.: TRL/65-66/735). Peça 5. (Fotografia Lídia Fernandes / Museu de Lisboa – Teatro Romano).*



FIG. 6 – *Fragmento de elemento arquitetónico recolhido nas intervenções da década de 1960 (TRL/65-67/727 e 732/E.P.). Peças 5 e 6. (Fotografia Lídia Fernandes / Museu de Lisboa – Teatro Romano).*



FIG. 7 - *Fragmento de elemento arquitetónico recolhido nas intervenções da década de 1960 (TRL/65-67/728). Peça 7. (Fotografia Lídia Fernandes / Museu de Lisboa – Teatro Romano).*

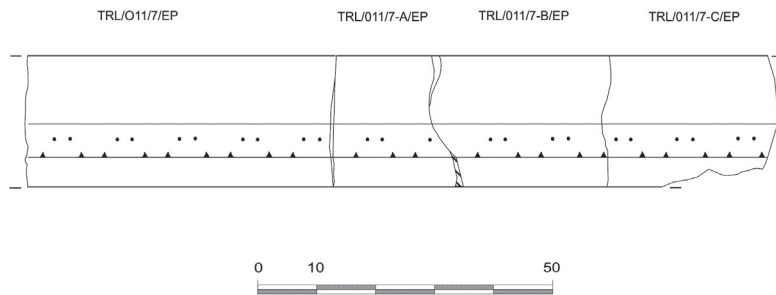


FIG. 8 – Desenho dos fragmentos de cornija recolhidos na intervenção de 2011 no interior do museu (TRL/011/7/EP; TRL/011/7-A/EP; TRL/011/7-B/EP; TRL/011/7-C/EP).
Peça 8. Desenho de Santi Ventura.

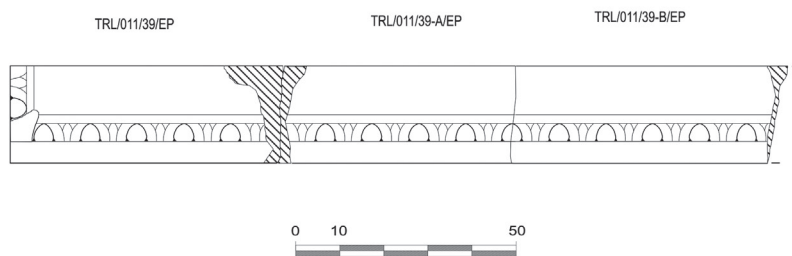


FIG. 9 – Desenho dos fragmentos de cornija recolhidos na intervenção de 2011 no interior do museu (TRL/011/39/EP; TRL/011/39-A/EP; TRL/011/39-B/EP).
Peça 9. Desenho de Santi Ventura.

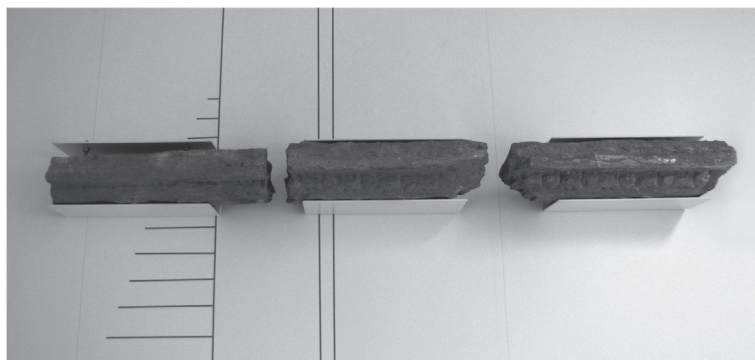


FIG. 10 – Cornija remontada com os seus vários fragmentos (em exposição no Museu de Lisboa – Teatro Romano). Peça 9.

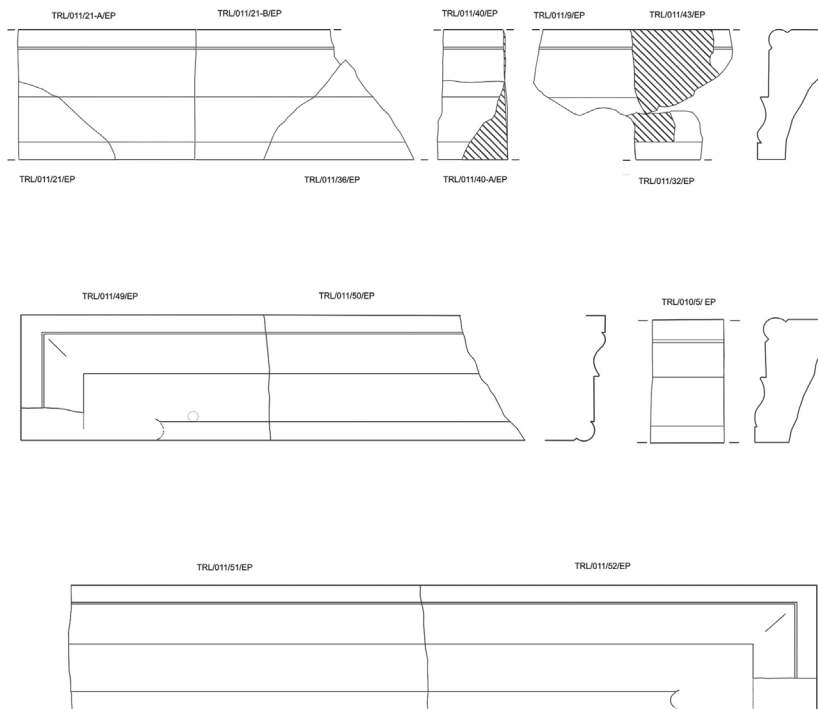


FIG. 11 – Fragmentos de elementos arquitetónicos, possivelmente de verga e ombreira de porta, recolhidos na intervenção arqueológica de 2011 no interior do Museu de Lisboa – Teatro Romano. Peças 10-15. Desenhos Santi Ventura.



FIG. 12 – Perspetiva das peças da figura anterior na exposição de longa duração do Museu de Lisboa – Teatro Romano. (Fotografia José Avelar / Museu de Lisboa).

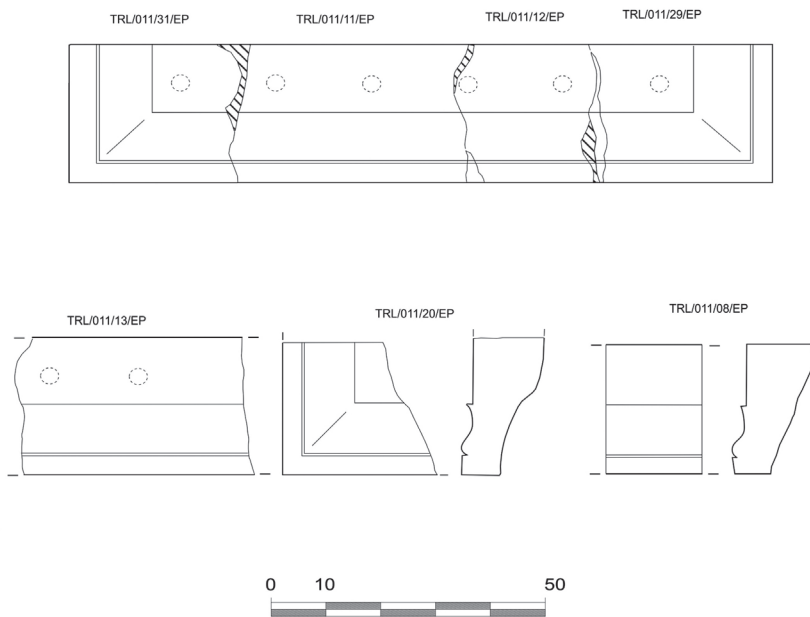


FIG. 13 – Fragmentos de elementos arquitetónicos, possivelmente de verga e ombreira de porta, recolhidos na intervenção arqueológica de 2011 no interior do Museu de Lisboa – Teatro Romano. (TRL/11/31; TRL/11/11; TRL/11/12; TRL/11/29; TRL/11/13; TRL/11/20; TRL/11/08). Peças 16-8. Desenhos Santi Ventura.

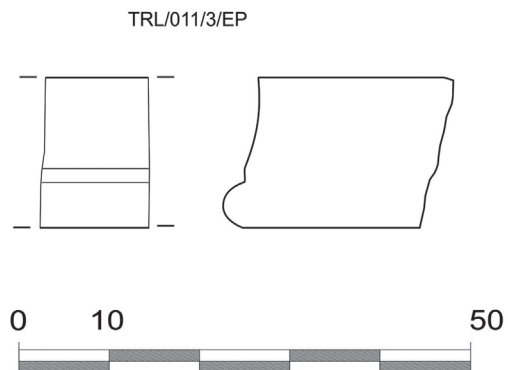


FIG. 14 – Fragmento de elemento arquitetónico recolhido na intervenção arqueológica de 2011 no interior do Museu de Lisboa – Teatro Romano. (TRL/11/03/E.P.). Peça 19. Desenho Santi Ventura.

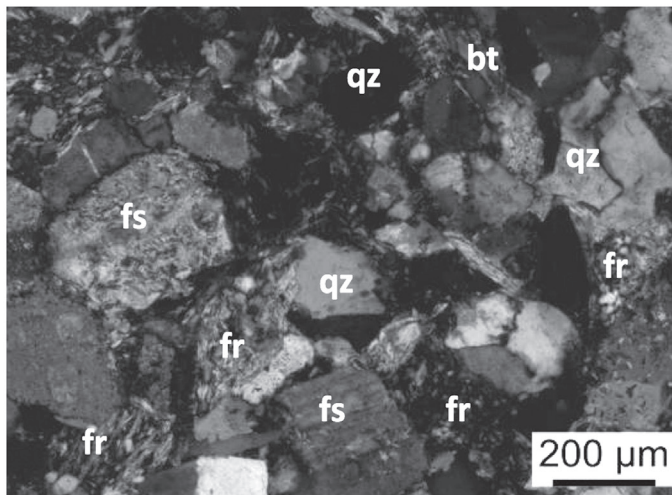
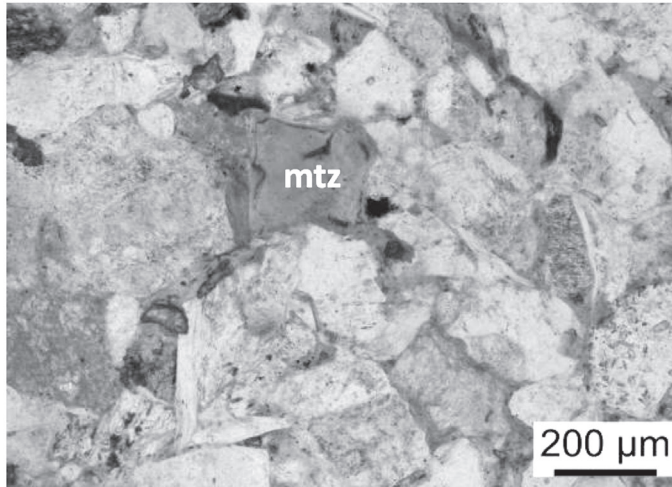


FIG. 15 – Fotografias obtidas ao microscópio óptico petrográfico (a esquerda com nicóis paralelos, a da direita com nicóis cruzados) da mesma secção mostrando clastos sub-rolados a angulosos constituídos por feldspato (fs), quartzo (qz) e fragmentos de rocha (fr) (clastos líticos). A matriz (mtz) é composta por minerais de argila e óxidos de ferro. São ainda visíveis lamelas de mica (moscovite, mc, e biotite, bt) que ocupam os espaços entre os clastos dos restantes componentes.

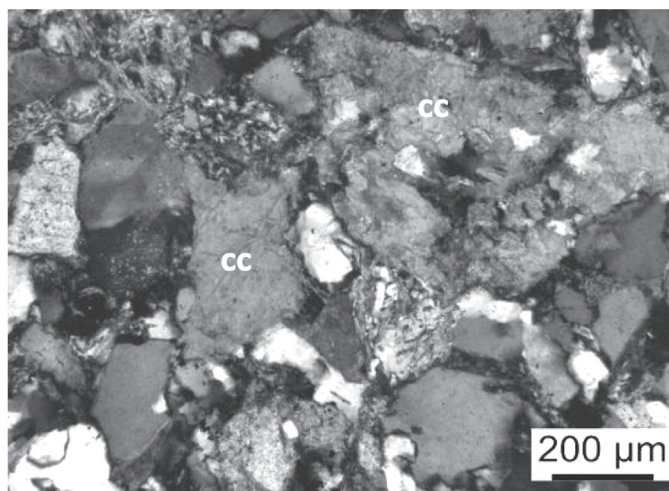
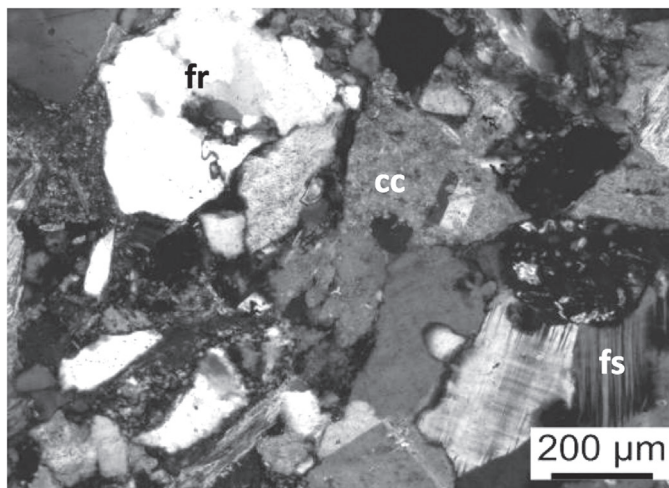


FIG. 16 – Fotografias obtidas ao microscópio ótico nas quais se observa cimento carbonatado autigénico (cc). Estes aspetos ocorrem pontualmente na rocha (imagens em NX). Enquadramento geológico na Carta Geológica 1:500 000 (retângulo vermelho), Folha Sul, Serviços Geológico de Portugal (1992) com excertos das Cartas Geológicas (à escala original 1:50 000) números 30-A e 30-C com indicação dos locais de colheita das amostras: Praia de Sta Cruz Norte (PSCN) e Praia Azul (PA) (Serviços Geológicos de Portugal, 1954, 1960). Figura 19 – Afloramentos rochosos na Praia Azul.

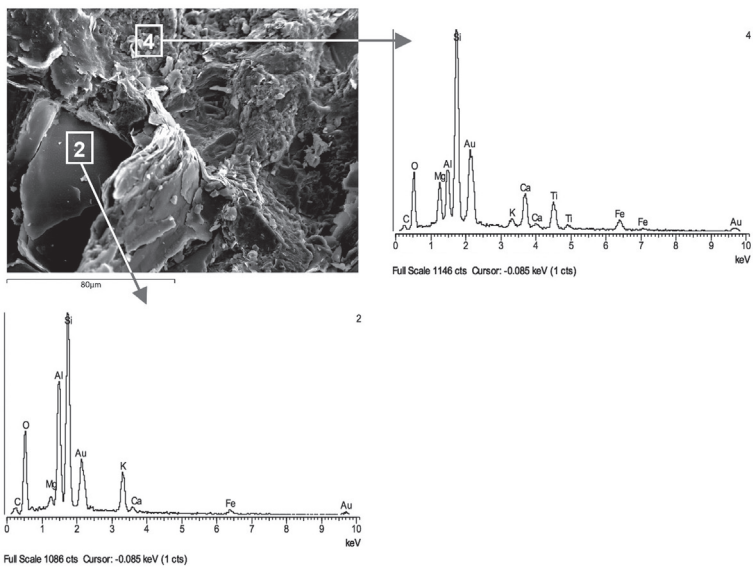


FIG. 17 – Imagens ao MEV (modo elétrons secundários) mostrando um clasto de feldspato potássico parcialmente coberto por minerais de argila.

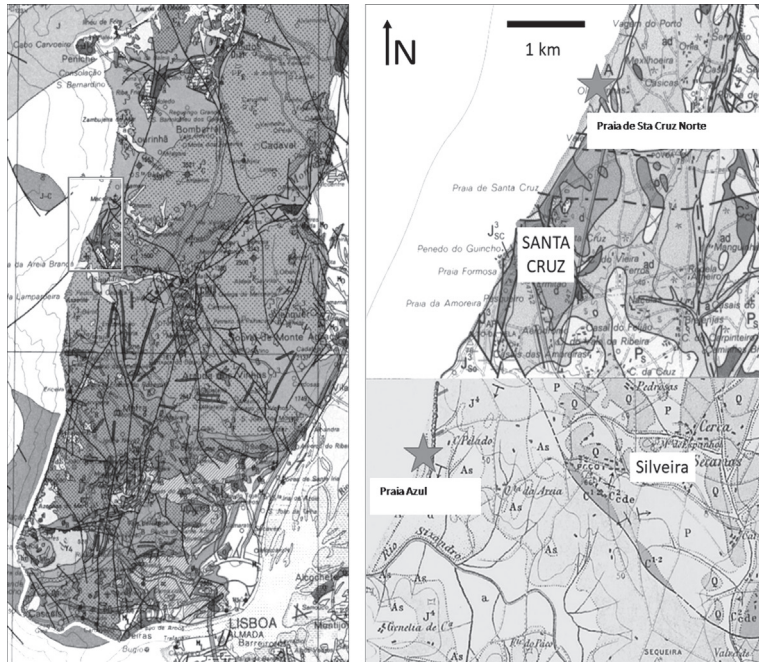


FIG. 18 – Enquadramento geológico na Carta Geológica 1:500 000 (retângulo vermelho), Folha Sul, Serviços Geológicos de Portugal (1992) com excertos das Cartas Geológicas (à escala original 1:50 000) números 30-A e 30-C com indicação dos locais de colheita das amostras: Praia de St^a Cruz Norte (PSCN) e Praia Azul (PA) (Serviços Geológicos de Portugal, 1954, 1960).



FIG. 19 – *Afloramentos rochosos na Praia Azul com litótipos compatíveis com o dos elementos arquitectónicos em análise.*



FIG. 20 – *Afloramentos rochosos na Praia de Sta. Cruz (Norte) com litótipos compatíveis com o dos elementos arquitectónicos em análise.*

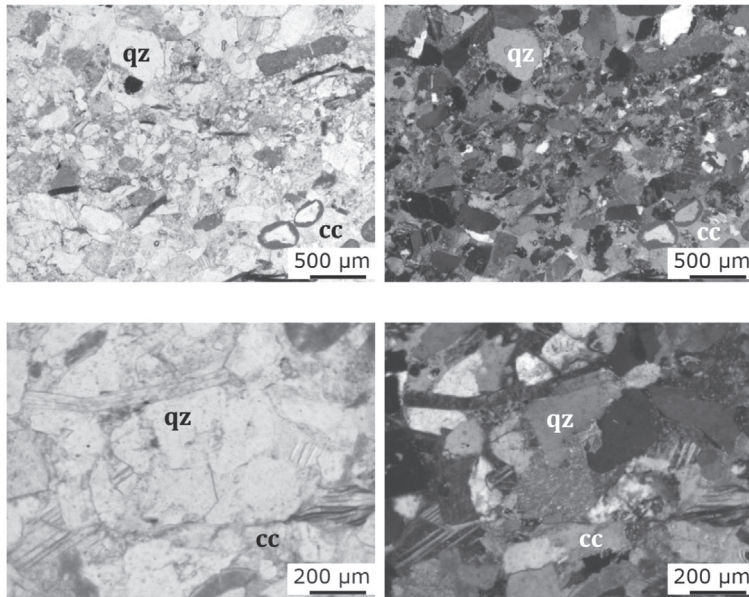


FIG. 21 – Principais aspetos das amostras da Praia Azul, mostrando clastos de formas angulosa e granulometria variável, maioritariamente constituídos por grãos de quartzo (qz). O cimento é carbonatado (cc). Fotografias obtidas ao microscópio ótico petrográfico, com nicóis paralelos (esquerda) e nicóis cruzados (direita).

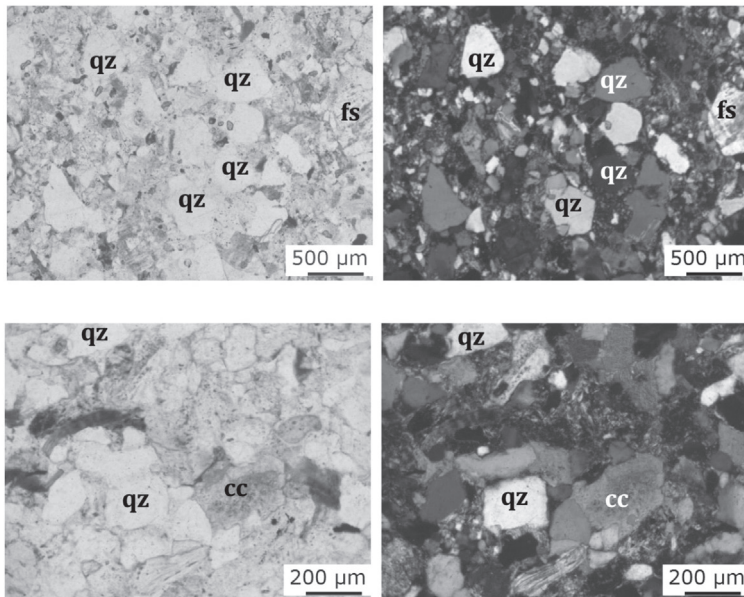


FIG. 22 – Principais aspetos das amostras da Praia de Sta. Cruz (sector Norte).
O arenito é constituído predominantemente por grãos de quartzo (qz),
algum feldspato potássico (fs), micas (mc) e calcário (cc). A matriz (detritica)
é composta por grãos de argila, existindo raramente cimento carbonatado.
Fotografias obtidas ao microscópio ótico petrográfico, com nicóis paralelos (esquerda)
e nicóis cruzados (direita).

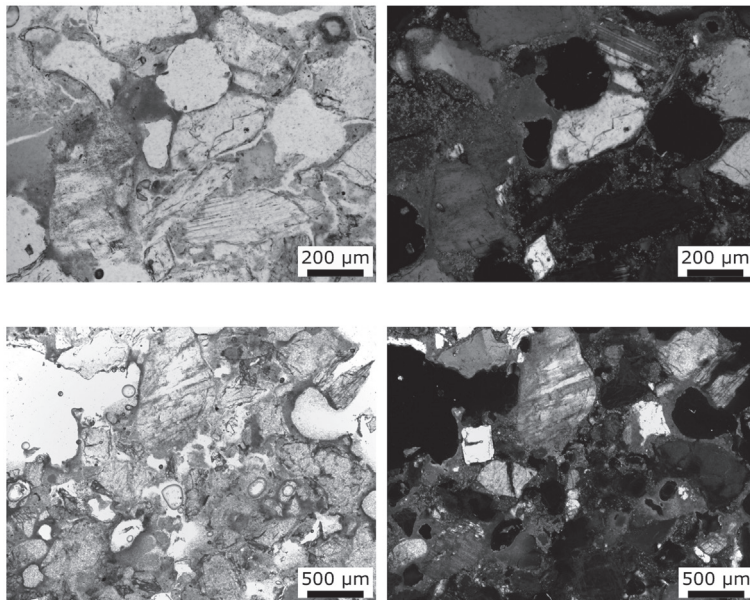


FIG. 23 – Aspectos da argamassa existente no muro do Teatro Romano, mostrando partículas de areia de composição siliciosa (quartzo, feldspato e fragmentos de rocha) e um ligante criptocristalino a amorfo de composição carbonatada. Fotografias obtidas ao microscópio ótico petrográfico, com nicóis paralelos (esquerda) e nicóis cruzados (direita).

(Página deixada propositadamente em branco)

JUAN FRANCISCO RODRÍGUEZ NEILA
Universidad de Córdoba
ORCID: 0000-0002-7344-525X
calronej@uco.es

“CORDUBA, EL MONS MARIANUS
Y EL CONVENTUS CORDUBENSIS”

“CORDUBA, THE MONS MARIANUS
AND THE CONVENTUS CORDUBENSIS”
“Conimbriga” LVIII (2019) p. 193-232

https://doi.org/10.14195/1647-8657_58_6

RESUMEN: Este artículo analiza una región serrana de la Hispania romana, el *conventus cordubensis*, cuya capital estuvo en *Colonia Patricia Corduba*, que fue también sede del gobernador de la provincia *Baetica*. Estudiamos dicho espacio geográfico desde diversas perspectivas. En primer lugar su organización territorial, la red de comunicaciones y los principales núcleos de población. En una segunda parte se considera el importante papel administrativo ejercido por *Corduba* dentro de su *conventus*. Finalmente se evalúan los recursos económicos del *Mons Marianus* (bosques, pastos, ganadería, etc.), dedicando atención especial a la minería, que fue el sector productivo más destacado en ese área montañosa del sur de Hispania.

PALABRAS CLAVE: *Baetica*, *conventus*, territorio, poblamiento, economía.

ABSTRACT: This paper analyses the geographic space of a mountainous region of the Roman Hispania, the *conventus cordubensis*, whose capital was *Colonia Patricia Corduba*, also headquarter of the governor

Conimbriga, 58 (2019) 193-232

of the province of *Baetica*. In a multi-perspective approach, the article firstly approaches the territorial distribution, communication network and main population centers of the area. Next, it describes the relevant administrative role played by *Corduba* within its *conventus*. Finally, it focuses on the economic resources of the *Mons Marianus*, such as forestry, pastures, cattle, etc., with particular reference to the mining activity, the most productive sector in the area at the time.

KEYWORDS: *Baetica*, *conventus*, territory, settlement, economy.

RESUMO: Este artigo analisa uma região montanhosa da Hispânia romana, o *Conventus Cordubensis*, cuja capital ficava em *Colonia Patricia Corduba*, que também era a sede do governador da província *Baetica*. Estudamos este espaço geográfico de diferentes perspectivas. Em primeiro lugar, a sua organização territorial, a rede de comunicações e os principais centros populacionais. Na segunda parte, é considerado o importante papel administrativo exercido por *Corduba* no seu *conventus*. Finalmente, são avaliados os recursos económicos de *Mons Marianus* (florestas, pastagens, gado, etc.), dando-se especial atenção à mineração, que foi o setor produtivo mais destacado naquela área montanhosa do sul da Hispânia.

PALAVRAS-CHAVE: *Baetica*, *conventus*, território, assentamento, economia.

“CORDUBA, EL MONS MARIANUS Y EL CONVENTUS CORDUBENSIS”¹

El área geográfica objeto de nuestra atención, que formó parte de la provincia romana de la Bética, puede definirse según tres parámetros básicos (FIG. 1). En primer lugar se integró en una circunscripción administrativa, el *conventus Cordubensis*, que territorialmente no se extendió mucho al sur del río Guadalquivir (*Baetis*), sino hacia el norte, en el interior del espacio orográfico hoy conocido como Sierra Morena (Plin., *NH*, III, 1, 7)². Pero con una salida abierta a los caminos fluviales y terrestres que recorrían el valle del Guadalquivir, pues la distribución de la red viaria fue un factor esencial en el diseño del mapa conventual de la Bética, aunque su densidad fuese menor al norte del río.

En segundo lugar una gran porción del territorio comprendido dentro del *conventus Cordubensis*, perteneció al sistema montañoso conocido en las fuentes antiguas como *Mons Marianus*, zona de conexión entre el valle del Guadalquivir y la Meseta-Extremadura. En esa extensión geográfica debemos distinguir tres componentes bien diferenciados. En la parte meridional lindante con el valle del río *Baetis* se sitúa la denominada Sierra de Córdoba, cercana a *Corduba*, capital del *conventus*. Hacia el noreste se prolonga la altiplanicie de los Pedroches, comarca natural bien diferenciada, granítica, con cubierta edáfica favorable a la ganadería y con recursos mineros.

¹ Este trabajo fue presentado en el Simposio Internacional “Sociedade, Cultura e Economia nas Regiões Serranas da Hispânia Romana”, celebrado en Guarda (Portugal) los días 26-28 de septiembre de 2013. Agradezco al Prof. Vasco Gil Mantas, organizador del mismo, su amable invitación para participar. Salvo ligeras modificaciones, he mantenido la versión original del simposio, donde ofrecí un estado global de la cuestión. Se ha realizado dentro del Proyecto de Investigación “Elites locales hispano-romanas y ejercicio del poder: su manifestación en el espacio urbano y en el territorio municipal”, Ministerio de Economía y Competitividad de España (Ref^o HAR2011-29108-C04-03).

² Para los *conventus* béticos: ALBERTINI 1923, 83-104; CORTIJO 1993, 121-164.

Al oeste quedaba la región conocida en las fuentes antiguas como *Baeturia*, lugar de paso entre la Bética y la Lusitania. Autores como Estrabón o Plinio la describen como una zona árida y montañosa, muy rica en metales, que se expandía hasta el *Anas* haciendo frontera allí con la provincia de Lusitania (Estrab., 3, 2, 3; Plin., *NH*, 3, 13-14). Aunque el límite entre ambas circunscripciones administrativas no está claro en algunos lugares (CORTIJO 1993, 68-80; STYLOW 1995, XVII-XX). Esa extensa demarcación se dividía en dos subregiones, la *Baeturia* céltica al oeste, y la túrdula al este (Estrab., 3, 1, 6; Plin., *NH*, 4, 112-113). La parte étnicamente túrdula se integró en el *conventus Cordubensis*, la céltica en el *Hispalensis*³. Durante los primeros tiempos de la ocupación militar de Hispania, la *Baeturia* no tuvo mucho atractivo para Roma, por estar lejos de las comarcas más fértiles y mejor comunicadas. Salvo su consideración de “hinterland” para proteger la *Hispania Ulterior* de las incursiones lusitanas, aunque durante buena parte del siglo II a.C. no llegó a estar totalmente controlada (cfr. Liv., 33, 21, 6; 34, 17, 4; Polib., 35, 2; Apian., *Iber.*, 58-60, 68-71).

El desarrollo de la minería exigió mejorar las comunicaciones terrestres con la *Baeturia* para facilitar la salida de sus recursos naturales (FIG. 2). A partir de Augusto, con los trabajos de acondicionamiento del cauce del río *Baetis*, la red caminera se articuló en conexión con dicha vía fluvial, para facilitar la salida de la producción agrícola del valle y la minera de Sierra Morena central y oriental, ambas destinadas a la exportación (MELCHOR 1993; 2008-2009). El principal eje viario en la zona serrana del *conventus Cordubensis* fue la calzada *Corduba-Metellinum*, que a través de *Mellaria* y *Artigi* llevaba finalmente hasta *Emerita*, capital de la Lusitania. Enlazaba los valles del *Baetis* y el *Anas*, cruzando el *Mons Marianus* de SE. a NO. a través del valle del Guadiao y la comarca del río Zújar⁴.

En época republicana tuvo un importante uso militar, pues los gobernadores de la *Hispania Ulterior* la recorrieron en sus campañas contra los lusitanos. Cuando tuvo lugar la guerra contra Sertorio (80-72 a.C.), la zona fue escenario de los enfrentamientos entre el caudillo re-

³ Sobre la *Baeturia* y sus componentes étnicos: BERROCAL 1998, 87-146.

⁴ Quedan escasos vestigios de la calzada romana y algún miliario. Entre *Corduba* y *Mellaria* debió existir una *mansio*, quizás en El Vacar, pues parece un recorrido muy largo para una jornada. Y en Cerro Muriano pudo haber una *mutatio*. Vide SILLIÈRES 1990, 453-466, y MELCHOR 1995, 115-122, para su posible trazado.

belde y el procónsul Metelo Pío. Años después tanto Julio César, estando al frente de la *Hispania Ulterior* (61-60 a.C.), como Casio Longino, a quien dejó el mando de la provincia durante la guerra civil contra los pompeyanos (48 a.C.), utilizaron tal acceso en sus expediciones contra los lusitanos (cfr. Plut., *Sert.*, 13; Salust., *Hist.*, I, 112-113; Suet., *Caes.*, 18; Plut., *Caes.*, 11-12; Apian., *B.C.*, II, 8). También dicha vía asumió una importante función económica, pues atravesaba áreas con destacados yacimientos de cobre y plomo argentífero (Fuente Obejuna, Cerro Muriano). Desde Augusto, época en la que seguramente fue mejorada, tuvo además gran importancia administrativa, al conectar las capitales de las provincias Bética y Lusitania⁵.

Otra vía con destacado papel en la economía minera fue la que enlazaba *Corduba* con *Sisapo* y *Mirobriga*, ya que recorría distritos con yacimientos de cobre, plomo argentífero y cinabrio⁶. Tenía para Roma gran importancia estratégica, pues servía para enviar hasta *Corduba* el apreciado *minium* de *Sisapo* (Plin., *NH*, 33, 118). *Sisapo* (La Bienvenida -Ciudad Real-) se encontraba en el extremo más oriental de la *Baeturia*, lindando ya con la *Oretania* (Plin., *NH*, 3, 13-14). *Mirobriga* se ubica en el Cerro del Cabezo (Capilla -Badajoz-). Ambas localidades pertenecían al *conventus Cordubensis* (STYLOW 1995, 179 y 193). Hubo otra calzada, sólo identificada arqueológicamente, que enlazaba *Epora* con *Solia* atravesando zonas metalíferas de Sierra Morena, para conectar luego con la vía *Corduba-Sisapo*. Quizás fue construida por iniciativa de ambas ciudades, para dar salida hasta *Epora* a la producción minera de la comarca de los Pedroches (MELCHOR 1993, 72-74; GARCÍA ROMERO 2002, 457).

También se trazaron caminos secundarios para trasladar el mineral desde las minas y fundiciones hasta las vías principales o puertos de embarque (SILLIÈRES 1990, 516-520). Debían ser *viae terrenae* y te-

⁵ Actualmente se está desarrollando un importante proyecto de investigación, “Alto Guadiato Arqueológico- *Ager Mellariensis*”, dirigido por el Prof. Antonio Monterroso (Universidad de Córdoba), centrado en el territorio de *Mellaria*, antiguo *oppidum* romano localizado en el Cerro Masatrigo (Fuente Obejuna). Uno de sus principales objetivos es estudiar en profundidad los restos de la calzada romana que conectaba *Corduba* con *Emerita*, y determinar el decisivo papel que desempeñó dando salida a la producción minera de esa zona serrana cordobesa. Un avance de los resultados en MONTERROSO-GASPARINI 2016.

⁶ Sobre su recorrido y etapas: SILLIÈRES 1990, 496-500; MELCHOR 1995, 151-154.

ner suficiente ancho para permitir el paso de carretas (GARCÍA ROMERO 2002, 464-466). Un epígrafe de *Corduba* documenta la existencia de una servidumbre de paso (*servitus viae*), de catorce pies de ancho, en beneficio de la *Societas Sisaponensis*, que iba desde el lugar de colocación del cipo hasta los *montes* donde dicha empresa tenía explotaciones mineras (FOT. 1) (*CIL* II²/7, 699a -segunda mitad del siglo I a.C.-; VENTURA 1993, 55 s.). Probablemente sirvió para expedir hacia *Corduba* la producción de cobre y plomo de la zona entre los ríos Guadiato y Guadanuño, cerca de Villaviciosa (MELCHOR 1995, 162-165). Este camino subía desde el valle hasta El Vacar, donde confluían la vía *Corduba-Emerita* y la que por *Baedro* proseguía hasta *Sisapo*. A su vez, cuando llegaba a *Corduba*, posiblemente circunvalara la ciudad hasta el embarcadero del *Baetis*, para evitar molestias a la población (MELCHOR 1993, 74-77; 2008-2009, 172 s.).

En la parte serrana del *conventus Cordubensis* no se han constatado muchos poblados de época prerromana. La escasa y dispersa ocupación humana debió asentarse en torno a los dos ejes principales, el valle del Guadiato y el sector central de los Pedroches, donde se concentraban los recursos naturales explotados en la Antigüedad (especialmente la minería), y por donde discurrían las vías que conectaban esas regiones con el valle del *Baetis*, Oretania y Lusitania (ROMERO 1997, 165 ss.). Desde el siglo II a.C., bajo el dominio romano, se intensificó la explotación minera, factor que debió propiciar cierto incremento demográfico, al crearse poblados y fundiciones junto a las minas. Pero apenas se expandió la municipalización. Sólo en época imperial, a partir de ciertos *oppida* citados por Plinio, se potenciaron algunos centros urbanos en la *Baeturia* túrdula: uno en el alto Guadiato, *Mellaria*; dos en la zona de los Pedroches, al este *Solia* y al oeste *Baedro*.

Mellaria debió tener origen prerromano, aunque no se constata poblamiento antes de época republicana (Plin., *NH*, 3, 14). En los itinerarios es una *mansio* de la vía *Corduba-Emerita*, que adquirió cierta importancia en las comunicaciones con Lusitania y en la gestión de los cotos mineros. Ello pudo favorecer su promoción municipal como centro de administración y servicios de la zona, y cierto desarrollo urbano en época flavia (*vide* STYLOW 1987, 97-124; VAQUERIZO [et al.] 1994, 198-203). En sus cercanías se ubicaron numerosas yacimientos metalíferos y fundiciones (Los Enebros, Santa Bárbara, El Piconcillo, La Loba, etc.) (FIG. 3).

En cuanto a *Baedro*, Plinio la da como *Baebro*, *oppidum* de la

Baeturia túrdula al sur del *Baetis* (NH, 3, 10). Pero de la documentación epigráfica se deduce que debió estar en la zona occidental de los Pedroches, donde aparecen inscripciones que mencionan a *Baedronenses*. No localizada con exactitud, pudo estar ubicada entre Hinojosa del Duque y Belalcázar (NIERHAUS 1964; STYLOW 1987, 57-97). Debió también funcionar como centro administrativo de las actividades mineras desde época republicana, pues en su territorio se ubicaron numerosos yacimientos y fundiciones. Concretamente en la mina Santa Bárbara se documenta la existencia de una posible *societas Baedronensis* (siglas SBA) (DOMERGUE 1990, 261 s.).

Por lo que respecta a *Solia*, otra comunidad romana ubicada en el actual Valle de los Pedroches, al norte de la provincia de Córdoba, no aparece citada en las fuentes clásicas. Pero se ha identificado gracias a un *trifinium* hallado cerca de Villanueva de Córdoba (vide n. 13), localizándose en Majadaiglesia (El Guijo). Su territorio se extendería al norte de la divisoria de aguas Guadalquivir-Guadiana, colindando con el de *Sisapo* en su frontera septentrional y oriental, y con el de *Baedro* por el oeste (STYLOW 1986). Y lindaba hacia el sur con los de *Epora* y *Sacili*, que penetraban hacia el norte por Sierra Morena. *Solia* estaba en la vía que conectaba *Corduba* con *Sisapo*, y tendría también una economía básicamente minera, aunque debió abarcar igualmente la explotación de bosques, la ganadería y la caza (FIG. 4).

El desarrollo urbanístico e institucional de estas comunidades desde mediados del siglo I d.C., debió significar un aumento del poblamiento rural, especialmente en la zona de los Pedroches, aunque en áreas concretas, poniéndose en explotación tierras hasta entonces poco aprovechadas agrícolaemente (no había suelos fértiles y tampoco el clima favorecía los cultivos), construyéndose instalaciones hidráulicas (presa de Torretejada), y tendiéndose a una economía diversificada, que también se extendería a los bosques (mayor demanda de madera para muchos usos), a la ganadería (itinerante, aprovechando los pastos comunitarios y para el abastecimiento de otras zonas del *conventus*), y a la caza⁷.

No tenemos documentados *vici* en plena zona serrana del *conventus Cordubensis*, aunque debieron existir junto a importantes yacimientos mineros, al estilo de los que había en el distrito minero de *Vipasca*

⁷ Una síntesis de este proceso en ROMERO 1997.

(Aljustrel - Portugal) (*Vip.*, I, 5). Sí conocemos uno en la zona fronteriza con Lusitania en el valle del *Anas*. En un ara de Talarrubias (Badajoz) se mencionan los habitantes, *vicani*, de un *vicus* de nombre desconocido (*CIL* II²/7, 864). Otra cuestión interesante es la estructuración espacial que pudieron tener los *territoria* de las ciudades situadas en la zona serrana del *conventus Cordubensis*. Por ejemplo los *pagi*. En Italia existían ya en época prerromana⁸. Más tarde, a raíz de las reformas administrativas de Augusto, se integraron en el nuevo ordenamiento territorial. Tenían una funcionalidad administrativa, censal y fiscal, y sus fronteras solían definirse con accidentes naturales o con hitos (Sic. Flac., *De cond.agr.*, 164 s. L. Cfr. LÓPEZ PAZ 1994, 17). Algunos *pagi* incluyeron territorios de dos comunidades vecinas.

Por lo que respecta a Hispania este proceso de sistematización territorial, ya iniciado bajo Augusto y luego consolidado por los Flavios, está mejor documentado en zonas coloniales o más romanizadas como la Bética. Algunos de los *pagi* identificados en esta provincia se ubicaron en el *conventus Cordubensis*, y más concretamente en el *territorium* de *Corduba* (CURCHIN 1985, 342 s.; CORTIJO 1993, 227-241; TARPIN 2002, 195-202). Conocemos un *pagus Augustus*, cuya exacta situación es desconocida; y un *pagus Carbulensis*, cuyo centro era *Carbula* (Almodóvar del Río), junto al río *Baetis*, aunque pudo extenderse hacia el interior del *Mons Marianus* (*CIL* II²/7, 231 -dedicatoria al *genius pagi-* y 728). La organización espacial en *pagi* de toda esta región serrana se confirma en el vecino *conventus Hispalensis*. Allí tenemos un *pagus Marmorarius* en Almadén de la Plata (Sevilla) (*CIL* II, 1043); y un *pagus Translucanus* en la zona de Monesterio (Badajoz), que se identificaba con un topónimo alusivo a una zona de bosque (*CIL* II, 1041=*ILS* 6921), y que quizás estuviera integrado en el *municipium* de *Contributa Iulia*. A su vez en una inscripción de Garlitos (Badajoz) se citan dos *pagi magistri*, que realizaron una dedicación votiva a Júpiter (*CIL* II²/7, 875). Tal *pagus* pudo pertenecer a *Mirobriga*.

Demarcación territorial singular en el entorno del *conventus Cordubensis* fue la *praefectura* que la colonia *Claritas Iulia Ucubi*, situada en plena campiña del *Baetis* (Espejo -Córdoba-), tuvo al norte del *Mons Marianus*, a casi doscientos kilómetros de distancia, en plena *Baeturia*.

⁸ Cfr. la Tabla Alimentaria de *Velleia* (*CIL* XI, 1147=*ILS* 6675), la de los *Ligures Baebiani* (*CIL* IX, 1455), y la denominada *Sententia Minutiorum* (*CIL* V, 7749=*ILS* 5946).

La conocemos gracias a unos *termini* aparecidos en la zona de Valdecaballeros (Badajoz), al norte del Guadiana, que marcaban la frontera entre dicha prefectura y los *territoria* vecinos de *Emerita* y *Lacimurga*⁹. Posiblemente fue resultado de un reordenamiento territorial efectuado en época flavia, aunque pudo tener antecedentes. Pero dada la lejanía no se trataría de una zona agrícola, sino más bien dedicada a la ganadería, pastos y bosques, cuya explotación podía controlarse mejor a distancia¹⁰. Ayer como hoy, esas comarcas en el valle del Guadiana ofrecen buenas áreas de pastizales. También sendos pactos de hospitalidad entre *Ucubi* y otras dos localidades de la Bética, *Iptuci* (Prado del Rey -Cádiz-) y *Baxo* (quizás en la zona de Loja -Granada-), ambas en áreas con suelos húmedos y buenas condiciones de pastos, podrían haber respondido a la misma necesidad que tenía dicha colonia de enviar sus ganados periódicamente a los *territoria* de otras comunidades, para alejarlos de las altas temperaturas del valle del Guadalquivir (GÓMEZ-PANTOJA 2016).

El tercer parámetro a considerar en el ámbito territorial que analizamos es la función de capitalidad ejercida por *Corduba*, que durante varios siglos fue sede del gobernador de la Bética, de su equipo de colaboradores y de las oficinas administrativas de la provincia, así como centro de su *conventus iuridicus* (RODRÍGUEZ NEILA 2017). La amplitud y riqueza en recursos naturales de su *territorium* fueron factores signifi-

⁹ CIL II²/7, 871 (81-94 d.C.): *augustalis terminus c(olonorum) c(oloniae) C(laritatis) Iu(liae) Ucubitanor(um) inter Aug(ustanos) Emer(itenses)*. *Emerita* estaba lejos, a unos 120 kms., pero se le asignó un territorio muy extenso (Hygin., *De limit. const.*, I, 71 L.; Frontin., *De contr. agr.*, II, 51-52 L.). CIL II²/7, 870 (73 d.C.): *ter(minavit?) inter Lacinimurg(enses) et Ucubitanos c(olonos) c(oloniae) Claritatis Iuliae*. Es posible que *Ucubi* poseyera dicho enclave al menos desde época cesariana (cfr. *BH*, 22, 7). Nos ha llegado un fragmento de placa de bronce, que podría corresponder a la *forma* o mapa catastral de la citada prefectura, en la zona colindante con *Laci(ni)murga*, donde se indica que estaba parcelada (SÁEZ 1990). Sobre la condición jurídica de las tierras de dicho catastro, especialmente las que lindaban con el río *Anas*, ha tratado recientemente HETTINGER 2017. Sobre la *forma* en general: MOATTI 1993, 32-48. *Vide* también STYLOW 1995, XVIII s., a propósito de la posible existencia de dos *oppida* con el nombre de *Laci(ni)murga*.

¹⁰ Es el tipo de dedicación económica que para tales *praefecturae*, consideradas *loca adsignata in alienis finibus*, estimaban adecuada los agrimensores romanos (Front., *De contr. agr.*, 49, 7-9= Agen. Urb., *De Contr., agr.*, 80, 1-3 L.). Sobre las *praefecturae*: LÓPEZ PAZ 1994, 253-261. *Vide* también BIUNDO 2003 y 2004, sobre los *agri ex alienis territoriis sumpti*, que incluso algunas comunidades tuvieron en otras provincias.

cativamente destacados por autores como Estrabón y Marcial (Estrab., 3, 2, 1; Mart., *Ep.* 9, 61, 2; 12, 63, 1). Y Pomponio Mela la menciona entre las tres ciudades más florecientes de la Bética (*Chor.*, 2, 88). Su demarcación territorial ocupaba un amplio trecho del río *Baetis*. Pero en su mayor parte se internaba profundamente en Sierra Morena, donde haría frontera septentrional con el *territorium* de *Mellaria*¹¹. Su estratégica situación, en el principal eje caminero terrestre del sur de Hispania, la *Via Augusta*, y junto a tan importante cauce fluvial, facilitaba la salida de los productos procedentes del *Mons Marianus*, a través de las conexiones viarias con la zona serrana ya indicadas. La red de calzadas servía igualmente para que los habitantes del *conventus* se desplazaran hasta *Corduba*, o para los viajes de inspección efectuados por el procónsul u otros funcionarios romanos (MUÑIZ 1998; BÉRENGER-BADEL 2003; SAQUETE 2006).

Una de las principales responsabilidades del gobernador sería mantener seguras y en actividad las áreas mineras del *Mons Marianus*. En la capital provincial estaba el *tabularium* de la Bética, donde debían llevarse al día los registros de inscripción de las minas y sus explotadores, así como información sobre su carácter y producción, con el fin de poder fijar los impuestos. Cuando Plinio el Viejo indica el precio de arrendamiento de las minas *Samariense* y *Antoniniana*, los datos debían proceder de documentos de tal clase (*NH*, 34, 164-165). También radiarían en *Corduba* las oficinas de las compañías mineras, para controlar los procesos de transporte y embarque del mineral. Al personal de la *societas Sisaponensis* pudieron pertenecer algunos libertos *Argentarii* que vivieron y murieron allí (*CIL* II²/7, 415a).

Los procónsules de la Bética debían asimismo ocuparse de resolver los conflictos fronterizos entre las comunidades de su jurisdicción¹². Durante la República fueron dirimidos por el Senado. En época imperial las denuncias solían ser elevadas hasta el emperador o el gobernador (MILLAR 1977, 434-447; SCUDERI 1991; BURTON 1993, 26; 2000; 2004, 331 ss.). Una controversia territorial está documentada en el *conventus*

¹¹ Sobre los límites de su *territorium*: CORTIJO 1993, 216-218 y, especialmente, un reciente estado de la cuestión en VENTURA-GASPARINI 2017.

¹² Los Gromáticos aluden a tales *controversiae de locis publicis sive populi Romani sive coloniarum municipiorumve* (Frontino, *De contr.agr.*, 20, 7 ss.; cfr. 54, 16 -55, 22; Agenn. Urb., *De contr.agr.*, 85, 19-86, 25 L.). Vide LÓPEZ PAZ 1994, 3-31, para los límites entre los *territoria* de las comunidades romanas y las *controversiae de iure territorii*.

Cordubensis, gracias al mencionado *trifinium inter Sacilienses, Eporenses* y *Solienses*, hallado cerca de Villanueva de Córdoba, en la zona de los Pedroches, en plena divisoria de aguas entre el Guadalquivir y el Guadiana¹³. Un lugar muy apropiado para establecer un hito terminal, allí donde colindaban tres comunidades: *Solia*, situada en plena Sierra Morena, *Sacili* (Cortijo de Alcurrucén, cerca de El Carpio -Córdoba-) y *Epora* (Montoro -Córdoba-). Las dos últimas estaban en el valle del Guadalquivir, pero sus respectivos *territoria* penetraban mucho en el *Mons Marianus*.

El asunto acaeció en época del emperador Adriano (117-138 d.C.). Como el espacio disputado era un lugar muy apartado, en el interior de la zona serrana, su resolución debió requerir el envío de *mensores* para efectuar comprobaciones y mediciones sobre el terreno. Pero la causa debió verse en *Corduba*, pues era allí donde la documentación catastral estaría depositada en el *tabularium* provincial¹⁴. Desconocemos qué papel pudo tener el procónsul en este pleito¹⁵. Parece evidente que, dada la complejidad del tema, se solicitó al emperador el nombramiento de un juez especial. Y quizás lo que refleje el texto del *trifinium* sea el resultado del juicio con valor de arbitraje (*sententia*) efectuado por el *iudex* y posteriormente *confirmatum ab imp(eratore) Caesare Hadriano Aug(usto)*, quizás a raíz de un proceso y una apelación al emperador por parte de alguna de las comunidades litigantes¹⁶.

El origen del conflicto, al que no se hace ninguna referencia en el *trifinium*, pudo obedecer a diversas causas. Por ejemplo cambios en las demarcaciones territoriales de las comunidades implicadas, a raíz de la

¹³ CIL II²/7, 776 = ILS 5973: *Trifinium in[t]er. Sacilienses. Eporens[is] Solienses ex sentent[ia] Iuli Proculi iudic(is) confirmatu(m). ab Imp(eratore). Caesar(e) Hadriano Aug(usto)*. San Isidoro (*Etym.*, 15, 14, 6) indica: *trifinium dictum eo quod trium possessionum fines adstringit*. Vide al respecto NIERHAUS 1964, 191-197; AICHINGER 1982; LE ROUX 1994; CORTÉS 2013, 82-85. Otro caso de controversia de límites en la Bética lo tenemos en un *term[inus] Augustalis Municipi[pi] Fla]vi Cisimbrensis [ex] decreto L(uci) Antisti [Rus]tici proco(n)s(ulis)* (CIL II²/5, 302), erigido en el 84 d.C. bajo Domiciano.

¹⁴ Vide MOATTI 1993, y LÓPEZ PAZ 1994, para la información catastral en general.

¹⁵ Cfr. Dig. 1, 16, sobre las competencias del procónsul y su legado.

¹⁶ Sobre *C. Iulius Proculus*, *iudex* encargado de dirimir el pleito: ALFÖLDY 1969, 166 s., para quien este asunto lo habría resuelto Adriano durante su visita a la Bética en 122-123 d.C., confirmando la resolución del *iudex* que había nombrado. Aunque no es seguro que *Iulius Proculus* dirimiera la cuestión en calidad de gobernador de la provincia. Vide también BURTON 2000; PEACHIN 1996, esp. 48-88.

promoción estatutaria de alguna de ellas¹⁷. Ello pudo afectar a sus intereses económicos, pues la zona era rica en minas de cobre y plomo. O ser un caso de usurpación de tierras públicas, quizás áreas de *pascua* y *silvae* disfrutadas de forma comunal en tiempos pasados, situación que pudo perpetuarse dentro de la reorganización espacial y administrativa impuesta por Roma, aunque no quedaran bien definidas las fronteras entre las respectivas circunscripciones. La explotación ganadera o el aprovechamiento maderero de tales áreas montañosas, actividades económicas arrendadas a *conductores* privados, podían generar significativas ganancias (*vectigalia*) para las arcas municipales (cfr. *Lex Urs.*, 82, 96.). De ahí la importancia de que las autoridades locales supervisaran periódicamente los *limites* y el estado de las propiedades públicas (*agri vectigales*), como indica explícitamente la ley del municipio bético de *Irni* (*Lex Irn.*, 76. Cfr. Dig., 50, 10, 5, 1, Ulp. Vide BURTON 1998, 13 ss.; 2004, 333 ss.)¹⁸.

El territorio serrano del *conventus Cordubensis* fue una región de contrastes climáticos, con suelos en general poco aptos para la agricultura. En comparación con el valle del Guadalquivir, exuberante y muy alabado por las fuentes antiguas, el *Mons Marianus* se ha considerado tradicionalmente como zona de segundo orden dentro de la Bética, donde sólo la minería podía ofrecer atractivas oportunidades económicas. Pero en época romana debió brindar otras rentables riquezas naturales. Para empezar los recursos forestales. Según Estrabón las tierras que bañaba el *Baetis* estaban “hermoseadas con bosques y otros cultivos” (Estrab., 3, 2, 3. Cfr. Liv., 28, 1, 6). El geógrafo de Amasia también describe la Sierra Nevada y la Serranía de Ronda como cubiertas de densos bosques y corpulentos árboles (Estrab., 3, 4, 2; 3, 4, 10). A su vez un

¹⁷ La época flavia, con la reestructuración territorial que afectó a muchas comunidades promocionadas a la categoría municipal, especialmente en la Bética, conoció muchos litigios fronterizos. Quizás el que tenemos documentado a través de este *trifinium* viniera de aquellos años, y pasara por diversas alternativas, hasta quedar definitivamente resuelto en tiempos de Adriano por la *sententia* de *Iulius Proculus*.

¹⁸ Frontino, con relación a la ocupación indebida de *loca suburbana* públicos por parte de *privati*, afirma expresamente: *si r(es) p(ublica) formas habet, cum controuersia mota est, ad modum mensor locum restituit* (*De contr. agr.*, 55, 12-15 L.). Las comunidades guardaban en sus archivos la *forma* o mapa de su territorio, con explicaciones sobre la condición jurídica de cada terreno, extensión, límites, clase de tierra, etc. (MOATTI 1993, 31-48; LÓPEZ PAZ 1994, 27-31).

ara procedente de Herrera del Duque, zona de monte alto y pastos en los límites septentrionales de la *Baeturia*, recoge una invocación a Diana como diosa de la caza y los bosques (*CIL* II²/7, 865). También topónimos como *saltus* o *lucus* indican áreas forestales y de pastos¹⁹. Plinio cita el *Saltus Tugiensis* en el área oriental de Sierra Morena, y tenemos también allí el *Saltus Castulonensis*. Algo más al oeste se ubicaba la estación viaria *ad Lucos*, cercana a *Epora*, y ya al norte del *conventus Hispalensis* se emplazaba el *Pagus Translucanus* de *Curiga* (cfr. Plin., *NH*, 3, 9; Cic., *Ad Fam.*, X, 31, 1; Caes., *BC*, I, 38, 1; Vicarell., II-III; *CIL* II, 1041=*ILS* 6921).

Dadas las características geográficas del *conventus Cordubensis*, los territoria asignados tanto a la capital, *Corduba*, como a otras ciudades (*Epora*, *Sacili*, *Solia*, *Baedro*, *Mellaria*), que fueron fundamentalmente de carácter serrano, debieron contar con importantes dotaciones de *silvae* de titularidad pública, lo mismo que *pascua* para usos ganaderos, recursos que debieron ser entonces más abundantes que hoy. Tal hecho lo corrobora la ley de *Urso* (Osuna -Sevilla-), pues cuando se fundó dicha colonia cesariana fue dotada con propiedades comunales tipificadas como *agri* y *silvae* (*Lex Urs.*, 82, 96)²⁰. La explotación de tales bienes, por períodos quinquenales prorrogables, podía arrendarse a *conductores* privados que debían pagar a cambio determinados *vectigalia*. Lo mismo observamos en el caso del mencionado municipio de *Irni* (*Lex Irrn.*, 76. *Vide* RODRÍGUEZ NEILA 1994; SÁEZ 1997).

Por lo que respecta a las *silvae*, el negocio más rentable sería la explotación y comercio de madera, que en época romana era muy demandada para multitud de usos. Una parte notable de la producción procedente del *Mons Marianus* debió tener salida hacia las prósperas ciudades del valle bético, lo que exigiría mantener en buen estado las vías que bajaban desde las áreas serranas, pues las remesas serían transportadas por animales de carga y carros. Esa madera serviría para atender la demanda de la construcción pública y privada, sector muy dinamizado con el notable desarrollo económico, urbanístico y monumental ex-

¹⁹ Festus (ed. Müller, p. 302): *saltus est ubi silvae et pastiones sunt*. *Vide* SERENI 1961, 9 ss., 28-30, 37.

²⁰ Los Gromáticos señalan cómo en las fundaciones coloniales el *ager* no distribuido entre particulares se repartía entre *subseciva* (tierra que quedaba sin medir y asignar) y áreas públicas reservadas a pastos comunales (*compascua*) y bosques (Hygin., *De lim. const.*, 201 L.: *si qua compascua aut silvae fundis concessae fuerint*).

perimentado por *Colonia Patricia* en época alto-imperial, así como las necesidades de combustible de las viviendas²¹. Pero el mantenimiento de las altas temperaturas en los hornos de las *figlinae* y de las termas, requería igualmente gran cantidad de leña. También la madera sería utilizada en abundancia por la industria naval, en alza con el incremento del comercio y el aumento del número y tamaño de los barcos²².

Pero el consumo sería especialmente alto en las áreas mineras del *Mons Marianus*: construcción y combustible en los poblados, alimentación de los hornos de fundición, equipamiento de carros para el transporte del mineral, etc. Fundamentalmente la encina y el pino, también pudieron usarse el alcornoque y la coscoja. Asimismo los mineros necesitaban mucha madera de encina para el entibado de pozos y galerías, traviesas, puntales, piezas de norias, tornos, canalizaciones, herramientas, etc., todo ello documentado arqueológicamente en diversas minas de Sierra Morena (DOMERGUE 1990, 401-411; GARCÍA ROMERO 2002, 234-246). Además ese instrumental debía ser periódicamente renovado por razones de seguridad (Cfr. *Vip.*, II, 11-13. *Vide* GARCÍA ROMERO 2002, 246-338). En las minas también se emplearon máquinas para la extracción de agua de las galerías, así el tornillo de Arquímedes (*cochlea*), del que se han documentado varios ejemplares. Algunas de sus piezas estaban hechas con madera de encina (GARCÍA ROMERO 2002, 315-324).

El reglamento de *Vipasca* muestra lo importante que era garantizar el abastecimiento de madera en las explotaciones mineras, lo que pudo acelerar la deforestación de algunas comarcas serranas²³. Pero las labores exigían disponer de otros recursos naturales complementarios. Por ejemplo los cubos de esparto y las cubetas de las norias eran calafateados, utilizándose como impermeabilizantes pez, brea, cera o resina (GARCÍA ROMERO 2002, 305. Cfr. Vitruv., *De arch.*, X, 4, 3). Concretamente la *pix*, también usada en los barcos, se obtenía de algunas coníferas y, lo mismo que la cera, era un producto que la *Turdetania* producía y exportaba en cantidad (cfr. Estrab., 3, 2, 6).

²¹ La madera debió ser comercializada a través del río *Baetis* (MELCHOR 2008-2009, 183 s.). De ello se encargaban los *dendrophoroi* (CHIC 1990, 32 y 53; PARODI 2001, 33).

²² Según Estrabón los astilleros funcionaban en Turdetania "con madera del país" (3, 2, 4; 3, 2, 6). *Vide* al respecto CORTIJO 2005.

²³ *Vip.*, I, 3, se refiere concretamente al suministro de madera para el *balineum*. *Vide* GARCÍA ROMERO 2002, 383-387, 399-405, sobre el alcance que pudo tener la deforestación en los cotos mineros.

Otro vértice económico a tener en cuenta en las zonas serranas del *conventus Cordubensis* debió ser la explotación de *pascua* en beneficio de la ganadería. Su disfrute entre varias comunidades (*ager compascuus*) debió existir desde tiempos inmemoriales, y fue a menudo respetado por Roma según se fue definiendo el mapa catastral de las ciudades con estatuto privilegiado, quedando tales zonas asignadas como bienes públicos a los *territoria* de colonias y municipios²⁴. La importancia del aprovechamiento de *compascua* (pastos reservados a los propietarios colindantes) y de *pascua publica* (propiedad de una ciudad) era grande, pues a menudo el tamaño de los lotes de propiedad individual era demasiado reducido para permitir su uso por la cabaña ganadera. Los particulares interesados podían acceder al uso abierto de los *pascua publica* a cambio del pago de un *vectigal* (Hygin., *De limit. const.*, 198 y 202 L.; Frontin., *De contr. agr.*, 54 L. *Vide* Sereni 1961, 447 s.).

El sistema pudo funcionar así en ciertas zonas del *Mons Marianus*, por ejemplo las actuales comarcas de la Serena, Valle de Alcudia o los Pedroches, que en época romana formaban parte del *conventus Cordubensis*. Algunas referencias literarias confirman indirectamente que, en el suelo asignado a algunas ciudades de la Bética, las tierras destinadas a *pascua* pudieron constituir parte sustancial de sus recursos. Sobre todo si tenemos en cuenta la inagotable “riqueza en ganado de toda especie” de la *Turdetania*, así como la producción y exportación de apreciados tejidos de lana, todo ello destacado por las fuentes²⁵. Ese rentable aprovechamiento ganadero con proyección industrial exigiría un amplio uso de *pascua*, en ciudades del *conventus Cordubensis* cuyos

²⁴ Por ejemplo Sículo Flacco (*De cond. agr.*, 157, 11-17; cfr. Hyg., *De cond. agr.*, 120, 13-18 L.) confirma cómo los *auctores divisionum* en los territorios coloniales, al efectuar la parcelación del suelo y la adjudicación de lotes, se preocupaban de mantener en su condición ancestral las áreas dedicadas a *compascua*. Cuando la *forma* de la *res publica Genuatium* (Liguria -Italia-) fue confeccionada, según las condiciones jurídicas establecidas en la *Sententia Minuciorum* (*FIRA*, III, 163, 504 ss.), del 117 a.C., el antiguo *compascuus* de uso entre las tribus habría sido inscrito entre los *loca publica*, siendo por tanto inalienable. *Vide* al respecto LAFFI 1998.

²⁵ Estrabón (3, 2, 6). También (3, 2, 3) describe la llanura ubicada al sur del *Baetis* como una zona fértil, cubierta de grandes arboledas y buena para pastos, y alude (3, 5, 4) a los pastos de la zona de *Gades* (Cádiz), allí donde el tío del agrónomo Columela se dedicaba a la cría de ganado (Col., *r.r.*, 7, 2, 4-5), y a los rebaños que pacían en las marismas del *Lacus Ligustinus*, en la desembocadura del río Guadalquivir (Estrab., 3, 2, 4).

territoria se extendían por las áreas serranas. Era el caso de la capital, *Corduba*, pero también de localidades como *Epora*, *Baedro* o *Solia*, ésta última en pleno Valle de los Pedroches, que sigue siendo hoy una importante zona de pastos (GÓMEZ-PANTOJA 1999a; 2001, 206-208).

Aunque la cabaña ganadera que frecuentaba aquellas apartadas comarcas, podía verse afectada por una amenaza que conocemos gracias a un rescripto del emperador Adriano sobre un delito, el robo de ganado (abigeato), que en su tiempo debió afectar a determinadas zonas de la Bética (Dig., 47, 14, 1 pr., Ulp. *-De abigeis-*). Y debió ser un problema muy preocupante, dadas las acciones criminales (robo de ganado, asesinato de propietarios y pastores) que los ladrones podían perpetrar con relativa facilidad en aquellas apartadas y despobladas regiones. Tal peligro resultaría especialmente gravoso para los intereses económicos de los grandes propietarios de ganado. Prueba de ello es que fuera nada menos que el *consilium* de la provincia Bética, donde tenían mucho peso las aristocracias locales, la institución que solicitara un dictamen imperial sobre este asunto y los castigos que debían aplicarse a los cuarteros²⁶. Pero que los ladrones se arriesgaran a tan duras condenas, sugiere lo lucrativo que debía resultar dicho “negocio”.

Otra cuestión a tener en cuenta es la trashumancia, actividad que debió existir en la Hispania romana, como sugieren algunas fuentes literarias, y una escasa documentación arqueológica y epigráfica, también por lo que respecta al entorno del *Mons Marianus* (GÓMEZ-PANTOJA 1993; 2001; 2016)²⁷. Una inscripción de Atarfe (Granada) quizás refleje un rescripto del emperador Domiciano, fijando los límites de un *callis publicus* para facilitar el desplazamiento de los ganados (*CIL* II, 5510=ILPGr 51 s. n.18). En otra de Santo Tomé (Jaén) se mencionan unos *sod(ales) oviari*, asociación de pastores de ovejas que pudieron desarrollar habitualmente su actividad en el vecino *saltus Tugiensis*, cerca de la

²⁶ Las penas impuestas a los delincuentes eran muy duras: muerte *ad gladium* o trabajar en las minas (*in metallum*). La segunda posibilidad pudo marcar el destino de algunos condenados, dadas las necesidades de mano de obra en los distritos mineros de Sierra Morena. Sobre el citado rescripto imperial remito al detenido estudio de PAVÓN 2010.

²⁷ El pastoralismo existía en Italia, regulado ya en la llamada *lex agraria epigraphica* del 111 a.C. (*CIL* I², 585), que observaba la libre circulación de ganados por determinadas *calles*; y lo confirma mucho después, por ejemplo, una inscripción de *Saepinum* (*CIL* IX, 2438; LAFFI 1965).

Sierra Morena oriental (*CIL* II, 3334= AEp 2003, 943= HEp 12, 2006, 304)²⁸. Hay que tener en cuenta que en verano hace mucho calor en el valle del Guadalquivir, y algunas ciudades allí situadas debieron contar con áreas de pastos en las vecinas zonas serranas, para llevar hasta ellas sus ganados en época estival.

Incluso la prefectura que tenía *Ucubi* al norte de Sierra Morena, pudo ser la confirmación por parte de la administración romana de usos primitivos sobre pastizales localizados en comarcas serranas, en beneficio de comunidades situadas en el valle del *Baetis*, que no dudarían en enviar sus ganados incluso a regiones relativamente más alejadas, pero que ofrecieran un clima más moderado. No muy lejos del solar de la antigua *Mirobriga*, lugar cercano a tal enclave territorial, se halló un altar consagrado a la *domina Pales*, divinidad romana del ganado (*CIL* II²/7, 851)²⁹. Otra posibilidad es que el *Mons Marianus* fuese estación terminal de recorridos de trashumancia a gran distancia, pues desde tiempos remotos muchos tramos de las vías romanas, por ejemplo los que atravesaban la *Baeturia*, debieron seguir el trazado de antiguas cañadas ganaderas. En áreas de dehesas, como el Valle de Alcurdia o los Pedroches, se ha constatado la presencia de inmigrantes de la Celtiberia, quizás desplazados hasta latitudes tan meridionales por sus actividades pastoriles (GÓMEZ-PANTOJA 1993; 1996; 1999b; 2001).

La ganadería proporcionaba la materia prima que necesitaba la industria textil (*textrina*). Teniendo quizás en cuenta que se trataba de un interesante negocio, Columela indica que en los alrededores de *Corduba* se criaba una excelente raza de carneros de lana oscura-rojiza (*r.r.*, 7, 2, 4-5). Esa cabaña ovina debió aumentar mucho en época romana, pues la lana fue el tejido más común entonces³⁰. A ello alude Estrabón, quien señala que en la *Turdetania* se producía en cantidad, de

²⁸ El área del *Saltus Tugiensis* (sierras de Segura, Cazorla y Alcaraz) tenía buenos pastos, que para las comunidades de dicho entorno complementaban los que ofrecía el cercano *Mons Marianus*, territorio al que podía accederse por un vado del Guadalquivir no lejos de Santo Tomé. *Vide* al respecto GÓMEZ-PANTOJA 2001, 198-201; 2016.

²⁹ La importancia de esta divinidad se desprende de un hecho significativo, que su fiesta, celebrada el veintiuno de abril, las *Parilia* o *Palilia*, coincidiera con el *dies natalis* de la ciudad de Roma. *Vide* al respecto SCULLARD 1981, 103-105. Pero son escasos los vestigios de su culto en el imperio romano.

³⁰ Sobre la lana: ALFARO 1984, 19-39. También algunos de los trabajos incluidos en: ALFARO-TELLENBACH-ORTIZ 2014.

gran calidad y “de hermosura insuperable”, alcanzando en el mercado alto precio (3, 2, 6). También las lanas cordobesas fueron elogiadas por Marcial quien, al igual que Plinio, encomia mucho los tejidos de la Bética. A la lana rojiza de esta provincia se le denominaba *baeticatus* (cfr. Mart., *Ep.*, 1, 96, 5; 5, 37, 7; 9, 61, 3; 12, 63, 3-5; 65, 5; 14, 133).

Todo apunta a una producción de manufacturas de lana con amplia salida, que pudo constituir un lucrativo negocio para algunos notables locales propietarios de ganados y con acceso a las áreas de *pascua*, pues tal sector artesanal requería abundante materia prima, para que la confección y comercialización de prendas de vestir resultaran rentables³¹. La demanda de tejidos y vestidos de diverso tipo sería especialmente importante en las grandes capitales provinciales, así *Corduba*, con una amplia población y alta cifra de potenciales consumidores de tales manufacturas³².

En las lanas se valoraban las texturas y los bellos colores del vellón, siendo las diferencias de calidad resultado de cruces y mejoras selectivos³³. Si algunas familias de la aristocracia local de *Corduba* fue-

³¹ La producción de tejidos de lana, o la fabricación de ánforas, no eran negocios indignos de un prócer romano. Varrón menciona las *figlinae* y las *textrinae* asociadas a las *villae* y *fundi*. Cfr. Var., *r.r.*, 1, 2, 21. También Dig., 8, 3, 6, Paul.; 18, 1, 65, Iav. Señalemos que algunos oficios relacionados con la confección, teñido y comercio de tejidos están documentados epigráficamente en *Corduba*. Conocemos a un liberto citado posiblemente como *vestia[rius]* (CIL II²/7, 343), y a una liberta que fue costurera (*sarcinatrix*) (CIL II²/7, 339). Igualmente está documentado un *sagarius*, que se especializaría en el comercio de *saga*, capotes especialmente usados por los militares, quien debió gozar de cierto reconocimiento social, como indica su condición de *magister Larum Augustorum* de la ciudad (CIL II²/7, 323); y a dos *purpurarii* (CIL II²/7, 335), igualmente prósperos libertos. Vide RODRÍGUEZ NEILA 1999, 85 y 88.

³² Como singular testimonio de la actividad textil en *Emerita*, capital de la Lusitania, tenemos un conjunto de etiquetas de plomo, que habrían servido para identificar fardos, paquetes o prendas de vestir en los talleres. En ellas aparecen nombres masculinos y femeninos, posiblemente de clientes o receptores de las prendas elaboradas en las *officinae infectoriae/offectoriae*, para verificar la entrega. Por la onomástica parecen gentes de baja condición social (HIDALGO- BUSTAMANTE- BERNAL 2016). Serían su clientela habitual porque, aunque también tales *officinae* pudieron atender la demanda de personas de elevada condición social, conviene recordar que entre los grupos aristocráticos romanos el trabajo de la lana fue a menudo una labor doméstica tradicionalmente dirigida por la matrona, que podía contar con esclavas expertas, e incluso con sus propios *vestifici* (sastres) y *vestificae* (costureras). Vide al respecto RODRÍGUEZ NEILA 1999, 84-89.

³³ Pero nos han llegado escasos vestigios materiales de la industria textil de la

ron propietarias de talleres textiles, debieron tener las mismas inquietudes que *Marcus Columella*, tío del homónimo y famoso agrónomo gaditano, quien en la zona de *Ceret* (Jerez de la Frontera-Cádiz-), donde poseía áreas de pastos, se dedicaba a cruzar corderos importados del norte de África, de lana rojiza, y ovejas béticas. Así, en la tercera generación, consiguió un vellón muy fino y de colores más claros que el negro o marrón (*pullus atque fuscus*) propios de las ovejas autóctonas, por ejemplo las de *Corduba*, que eran la especie predominante (Col., *r.r.*, 7, 2, 4-5). Que el producto era exportado a Roma lo indica algún tiempo después Marcial, destacando a la Bética por su ganado ovino y el color dorado natural de su lana, señalando específicamente las *lacer-nae Baeticae*, tipo de capa que se colocaba sobre la túnica, coloreada de púrpura entre las clases altas (*Ep.*, 5, 37, 7; 8, 28, 5-6; 9, 61, 3-4; 12, 63, 3-5; 12, 65, 5; 12, 98, 1-2; 14, 133)³⁴.

El sector textil necesitaba también de otra industria subsidiaria, los tintes. Uno de los más atractivos era ciertamente la púrpura. Pero había otras opciones para teñir los paños de lana. Por ejemplo un colorante muy utilizado por ser más barato, el quermes (*coccum*) o cochinilla, insecto parásito de la encina, roble y coscoja, especies abundantes en Sierra Morena (ALFARO 1984, 203 s.; FERNÁNDEZ URIEL 2010, 303-310). De sus secreciones se obtenía un tinte color escarlata similar a la púrpura (carmesí). Aunque era muy apreciado y resultaba costosa su obtención, resultaba más barato³⁵. Pero su producción sería rentable en cantidad sólo si se le daba un amplio uso industrial. Incluso la abundan-

Hispania romana. Principalmente corresponden a utensilios para hilar (pesas de telar, espirales de husillos), mucho más escasos son los restos de tejidos. Algunos fragmentos de tejidos de lana procedentes de tumbas de dos localidades de la Bética, *Gades* (Cádiz) y *Munigua* (Mulva -Sevilla-), de época de Augusto, presentan hilos de oro en su trama, que se usaron para elaborar llamativos motivos florales, quizás inspirados en la tradición textil oriental. *Vide* al respecto ALFARO 2012, 343-345. Y, en general, sobre vestigios arqueológicos de la industria textil en Hispania: USCATESCU 1994.

³⁴ A lo mismo parece aludir Juvenal (*Sat.*, 12, 40-43). A su vez Plinio (*NH*, 8, 190-191), reflexionando sobre tipos y calidades de las lanas, señala que Hispania tiene las mejores de color negro, y la Bética sobresale por las de color rojizo, denominadas eritreas.

³⁵ Plinio (*NH*, 9, 141) destaca la especial calidad del que se recogía en la zona de *Emerita*. Pero había otras opciones para conseguir el color rojo y otros parecidos. Los textos de las mencionadas etiquetas plúmbeas hacen referencia a los colores utilizados en el teñido de los vestidos, predominando los rojos y derivados obtenidos a partir de una planta, la *Rubia tinctorum* L. (HIDALGO- BUSTAMANTE- BERNAL 2016).

cia de *coccum* permitía que la gente humilde pagara con dicho producto la mitad de sus impuestos, recogiénolo en el campo y dándolo a los recaudadores (Plin., *NH.*, 16, 32). Es probable que a su vez el estado lo vendiera a los comerciantes, lo que explicaría que Estrabón aluda a su importante exportación desde la Bética (3, 2, 6).

Otras dos actividades económicas complementarias conviene señalar en el *Mons Marianus*. Una sería la caza. En época romana las áreas tipificadas como *saltus* eran ricas en especies animales, recordemos el *Saltus Castulonensis*. La actividad cinegética está indirectamente reflejada en un ara dedicada en *Corduba* a la diosa Ártemis (AEp 1974, 370 = 1977, 439= HEp 7, 1997, 288). Ese acto votivo se ha atribuido tradicionalmente al historiador y filósofo *L. Flavius Arrianus* de Nicomedia, quien habría residido en la ciudad mientras ejerció como gobernador de la Bética en época de Adriano. Y podría tener relación con el interés por la caza acreditado entre muchos aristócratas e intelectuales de su tiempo, seducidos por las costumbres y el amor a la cultura helénica de dicho emperador, que tenía sus raíces familiares en la provincia. *Arrianus*, para cultivar su afición, se beneficiaría de la vecindad de Sierra Morena, donde pudo haber cotos de caza de propiedad imperial, y haría patente su piedad ofrendando a dicha divinidad, como solía ser habitual, los despojos de la caza³⁶.

También las regiones serranas cubiertas de superficies arbustivas eran muy aptas para la apicultura³⁷. En época romana la demanda de miel, usada como edulcorante, era tan grande y daba tantos beneficios que a menudo era adulterada (cfr. Plin., *NH.*, 11, 36; Justin., 44, 1, 5). También se usaba en los procesos de elaboración del tinte de púrpura (USCATESCU 1994, 101). Estrabón señala que era ampliamente exportada desde la Bética (3, 2, 6). A su vez Columela y Plinio indican que en Hispania las colmenas eran trasladadas en barcas o mulos de unas zonas a otras en busca de las mejores áreas de alimentación (Col., *r.r.*, 9, 8, 3; Plin., *NH.*, 21, 73). Todas estas referencias sugieren que la producción

³⁶ FERNÁNDEZ NIETO (2007) sugiere una nueva interpretación de este epígrafe redactado en griego. La ofrenda, que habría sido hecha por un Arriano diferente al mencionado, no guardaría relación con trofeos de caza, y habría sido de carácter incruento, por estar destinada a la Ártemis venerada en el santuario chipriota de Quitros.

³⁷ También en el valle del *Baetis* el cultivo del olivo podía simultanearse con las colmenas o la siembra de cereales (Col., *r.r.*, 5, 8, 7), lo que concreta Plinio para el caso de la Bética (*NH.*, 11, 18). Sobre la producción de miel: FERNÁNDEZ URIEL 2011.

de miel pudo ser un lucrativo negocio, en manos de personas con recursos económicos dispuestas a invertir en él, pues su comercialización sólo resultaba rentable si se obtenía en cantidad³⁸. Algo similar ocurriría en el caso de un producto subsidiario en las explotaciones apícolas como era la cera, que también Estrabón incluye entre las principales exportaciones de *Turdetania* (3, 2, 6).

Precisamente del territorio de *Corduba* procede un interesante documento sobre la explotación de miel, seguramente con fines lucrativos. Se trata de un epígrafe (*pittacium*) del siglo I d.C., relativo al alquiler de un *locus alvari* ubicado en alguna comarca serrana perteneciente al *ager publicus* de la colonia, con el nombre del beneficiario y la datación de la *occupatio* por los duunviros locales (*CIL* II²/7, 349. *Vide* RODRÍGUEZ NEILA 1994). También algunas *tesseræ* procedentes del valle del Guadalquivir, con representaciones de mulas y abejas, e iniciales de nombres propios, podrían conectarse con el transporte de miel a lomos de animales desde los lugares de producción a los de envasado y embarque, aludiendo a individuos (*asinarii*, *muliones*) implicados en tal actividad profesional. Sería un sistema de control de los viajes realizados o de los recipientes transportados, similar al que usaban los *utricularii* que hacían lo mismo con los odres de aceite (CHIC 1990, 81-87; 1997).

Otro negocio rentable en algunas zonas del *Mons Marianus*, y concretamente del *conventus Cordubensis*, sería la explotación de canteras (*lapicidinae*), máxime teniendo en cuenta el desarrollo urbano de la Bética en época alto-imperial y los deseos de lujo de las élites en sus mansiones. Todo ello exigió abundante suministro de materiales de construcción (*vide* Plin., *NH*, 3, 30). Algunas canteras pudieron ser de titularidad imperial, otras de propiedad municipal. Aunque las ciudades debieron rentabilizar tales recursos arrendando su explotación a empresarios privados. No podemos identificarlos, aunque se ha sugerido tal dedicación para *T. Mercello Persinus Marius*, miembro de una aristocrática *gens* de *Corduba* (VENTURA 1999, 71 s.; MELCHOR 2006, 254 s.).

³⁸ Los hallazgos de numerosos ejemplares de colmenas cerámicas, en el entorno rural de algunas ciudades de Hispania, arrojan una nueva perspectiva sobre este sector, considerado tradicionalmente como una actividad económica secundaria, propia de áreas de escasa rentabilidad agropecuaria. En determinadas zonas esos colmenares fijos, no móviles, apuntan a una producción de miel y cera, cuyos excedentes podían tener salida en un comercio regional o de mayor alcance, con las oportunas ganancias para los propietarios. *Vide* al respecto: MORÍN DE PABLOS-DE ALMEIDA 2014.

En cuanto al transporte de materiales de construcción, para economizar gastos se buscaban canteras cercanas a las ciudades, lo cual era fundamental no existiendo una vía de transporte fluvial o marítima. El problema se planteaba en el caso de los apreciados mármoles, los bloques debían traerse a veces de explotaciones alejadas de los centros urbanos (*lapicidinae marmorum*), y ello resultaba costoso³⁹. Aunque no se ubicaba en el *conventus Cordubensis*, hay que recordar el *Pagus Marmorarius* situado en Sierra Morena, donde estaban las canteras de mármol que suministraron a *Italica*. La producción y comercialización de materiales pétreos, especialmente los mármoles, requería una importante inversión en maquinaria, herramientas y personal, por lo que habitualmente serían *gentes* de las élites municipales quienes gestionarían tal negocio por cuenta propia o formando *societates*, y posiblemente a través de agentes (*institores*)⁴⁰. En el caso de *Colonia Patricia*, su expansión urbanística y monumental a partir de época de Augusto se abasteció de dos importantes canteras de calcarenita situadas en las faldas de la sierra. La de Peñatejada estaba cerca de la vía *Corduba-Emerita*, con la que estaría enlazada por un camino secundario por donde circularían las carretas con los bloques de piedra. A su vez la de Santa Ana de la Albaida estaría también conectada con la cercana vía *Corduba-Hispalis* (PENCO-MORENO-GUTIÉRREZ 2004).

Pero sin duda la minería fue la más importante actividad económica en la zona serrana del *conventus Cordubensis*. Son numerosas y muy elocuentes las referencias de los autores clásicos a su riqueza en metales, y más concretamente a la alta rentabilidad de algunas minas de la *Hispania Ulterior*⁴¹. Esos yacimientos fueron explotados desde el siglo II a.C., una vez finalizadas las guerras lusitanas, hasta entonces la zona central y occidental del *Mons Marianus* había sido muy inestable. En el *conventus Cordubensis* se han localizado arqueológicamente y catalogado numerosas minas, fundiciones, lavaderos, poblados mine-

³⁹ Pero los mármoles de las canteras romanas de Mijas y Cabra se transportaron por vía terrestre a diferentes puntos de la Bética (MELCHOR 1999a, 264 s.).

⁴⁰ Para este importante vector económico remito a CISNEROS 1988. *Vide* también RODRÍGUEZ NEILA 1999, 61-65 y 74-81, para la organización del trabajo y clases de oficios en el ámbito de la construcción.

⁴¹ Por ejemplo Estrab., 3, 2, 3; 3, 2, 8-9. *Vide* DOMERGUE 1990, 3-14, para las referencias de los autores clásicos sobre la riqueza minera de Hispania.

ros, etc. (DOMERGUE 1987, 86-180; 1990, 179-224; GARCIA ROMERO 2002, 106-115, 130-209).

En primer lugar tenemos los filones de plomo argentífero. Desde época republicana Hispania producía la mayor parte del plomo y plata consumidos en el imperio romano, que en su mayoría procedía del entorno cordobés (Estrab., 3, 2, 8-9). Los filones principales estaban en las cuencas alta y baja del Guadiato y la zona de los Pedroches (GARCIA ROMERO 2002, 88 s.). Debieron entrar en decadencia desde época flavia, por la competencia del plomo de *Britannia* (Plin., *NH*, 34, 164)⁴². Al mismo nivel de importancia estuvo la extracción de cobre. Los yacimientos identificados se concentran fundamentalmente en la Sierra de Córdoba, Montoro y cuenca del Guadiato, y en la penillanura de los Pedroches. Aunque rara vez se trata de cobre nativo, suele aparecer en sulfuros y carbonatos, y con importantes contenidos de arsénico, lo que facilitaba su maleabilidad y dureza (GARCIA ROMERO 2002, 75-78). En época romana se reconocía como *aes Cordubense*, especie de “denominación de origen”, al cobre procedente de la zona cordobesa del *Mons Marianus*, a lo que también pudo hacer referencia el apelativo de *aes Marianum*⁴³.

En cuanto al cinabrio o *minium* explotado en el entorno de *Sisapo*, era muy apreciado, especialmente para elaborar un colorante, el bermellón (Plin., *NH*, 33, 118-122). De ello se encargó una *Societas Sisaponensis* documentada desde fines de la República (DOMERGUE 1990, 79 s., 268-271, 274 s.). También hay noticias de que en *Turdetania* se obtenía oro (Estrab., 3, 2, 8; Sil. Ital., *Bell.Pun.*, 3, 401). Procedía de criaderos filonianos de cuarzo, de explotaciones cupríferas o de aluviones fluviales (GARCIA ROMERO 2002, 81-87). El *minium* debió usarse para purificarlo por el procedimiento de la amalgama, que los romanos seguramente conocieron (Estrab., 3, 2, 8; 6, 6, 12. *Vide* CHIC 1991, 18-29). De ahí el interés de Tiberio por confiscar las minas del cordobés Sexto Mario (33 d.C.) (Tac., *Ann.*, 6, 19. Cfr., Suet., *Tib.*, 49), y del estado romano por asegurar la salida del mercurio a través de la vía que enlazaba *Sisapo* con *Corduba* (Plin., *NH*, 33, 118-122).

⁴² A finales del siglo I a.C. o inicios del I d.C. naufragó el pecio romano Cabrera 5 (isla de Cabrera, Baleares), con lingotes de plomo que seguramente procedían de las minas del *Mons Marianus* (DOMERGUE 1990, 210-212).

⁴³ Plin., *NH*, 34, 4: *aes Marianum quod et Cordubense dicitur*.

En el *Mons Marianus* hubo minas de titularidad privada⁴⁴. A ello alude Diodoro, y lo confirma Plinio, indicando que el cobre procedente de las minas de Sexto Mario era de gran calidad⁴⁵. El Naturalista también menciona dos importantes criaderos de plomo, el *metallum Antoninianum* y el *metallum Samariense*, que en su época eran arrendados por el estado. Aunque en tiempos anteriores, como sugieren sus nombres, pudieron estar en manos de particulares que los explotaron desde época republicana, quizás emigrantes llegados desde Italia (Plin., *NH*, 34, 164-165). No cabe descartar también que hubiera minas de titularidad municipal, la propia *Corduba* pudo tenerlas dentro de su amplio territorio colonial serrano y obtener ingresos de su explotación.

Otras minas fueron de propiedad pública (*metalla publica*)⁴⁶. Las de plomo y plata fueron alquiladas mediante *locatio censoria* y trabajadas hasta el siglo I d.C. por empresarios particulares, solos o formando *societates*, que pagaban al estado un impuesto (*vectigal*) cobrado por los publicanos. Tal fue el caso de la citada *societas Sisaponensis*, que extraía el cinabrio de la zona de Almadén (Ciudad Real), pero también pudo aprovechar otros yacimientos de cobre, plomo y plata en las áreas serranas de Córdoba y Posadas (DOMERGUE 1990, 263, 274 s.; VENTURA 1993, 54). Se han encontrado precintos de plomo con la marca S.S. y monedas contramarcadas con S.S. o M.S.S., siglas que pueden leerse como *S(ocietas) S(isaponensis)* y *M(etalla) S(ocietatis) S(isaponensis)* (GARCÍA y BELLIDO 1986). Sin embargo en el siglo I d.C., que conoció una reactivación de las actividades mineras en el sudoeste de Hispania, fue cambiando la situación, al aumentar el intervencionismo imperial sobre las minas públicas, proceso que culminaría durante la dinastía flavia (MATEO 2001, 174-215).

La hacienda imperial tuvo especial interés en controlar las minas de cobre y plata, tanto para obtener ingresos fiscales, como para asegurar el suministro de metal para la acuñación de moneda. Para la época de Claudio habían dejado de funcionar muchas *societates* mineras, aunque se sigue constatando la actividad de la *societas Sisaponensis*.

⁴⁴ Vide al respecto DOMERGUE 1990, 234-236, 253-277. Sobre el régimen jurídico de las minas: MATEO 2001, 31-65, 72-81.

⁴⁵ Diod., 5, 36, 1-3; Plin., *NH*, 34, 4. No sabemos cómo las minas llegaron a poder de Sexto Mario, pudo tratarse de un caso de *occupatio*. Vide al respecto la reciente revisión del tema por OREJAS-SASTRE-ZUBIAURRE 2012.

⁴⁶ Sobre el régimen administrativo de las minas romanas: DOMERGUE 2008, 190-204.

A ella alude un epígrafe de Roma (*CIL* VI, 9634). Otro de *Corduba* menciona varios libertos de dicha *societas* (*CIL* II²/7, 415). También tenemos un *vilicus* de los *socii Sisaponenses* (*CIL* X, 3964). Asimismo se documenta una *societas aerar(iarum fodinarum) <Cordubensium>* que explotaba minas de cobre en Sierra Morena, en cuya zona oriental seguía también activa la *S(societas) C(astulonensis)* (*CIL* II²/7, 334. Cfr. DOMERGUE 1990, 270, 274-277). Ciertos yacimientos pudieron mantenerse excepcionalmente en manos privadas. Por ejemplo la mina “Terreras” en Alcaracejos (Córdoba), a la que corresponde un lingote con el sello *C.P.T.T.CAENICORUM* alusivo a cuatro miembros del clan de los *Caenici* (DOMERGUE 1990, 236, 268 n.34 y 287).

Aunque la Bética era una provincia senatorial, las minas que pasaron a depender del *fiscus* fueron gestionadas por *procuratores* imperiales, cuyas competencias se fueron ampliando desde el siglo I d.C., y cuya labor inspectora se documenta a lo largo de la siguiente centuria (*Vip.*, I, 1-3, 8; II, 1, 13, 15, 17)⁴⁷. Algunos distritos importantes estuvieron bajo la dirección de un *procurator* especial, liberto imperial, dependiente del *procurator Augusti* provincial de rango ecuestre. Tal fue el caso de *T.Flavius Polychrysus*, que estuvo al frente de la demarcación del *Mons Marianus*, las minas de Sexto Mario que pasaron al fisco imperial (*CIL* II, 1179). En conexión con dicho funcionario estaría aquel *Dorotheus*, documentado en un epígrafe de Ostia como *procurator massae Mariana* (*CIL* XIV, 52 -siglos I-II d.C.-). En dicho puerto recibiría el metal en bruto procedente de la zona serrana del *conventus Cordubensis*.

La ley de *Vipasca* indica que los poblados mineros eran habitualmente comunidades extraterritoriales (*vici*) que dependían de los *procuratores metallorum*, quedando por tanto al margen del control jurídico y administrativo que las ciudades vecinas ejercían sobre sus respectivos *territoria* (DOMERGUE 1990, 299)⁴⁸. En las comarcas metalíferas del *Mons Marianus* se han identificado arqueológicamente algu-

⁴⁷ Vide DOMERGUE 1990, 279-301, sobre la administración de las minas de Hispania. Según BURTON (1993) los *procuratores* abarcaron también los impuestos directos, la resolución de conflictos territoriales entre comunidades e individuos y la realización de obras públicas. Podían contar con un equipo administrativo (esclavos y libertos imperiales), así como un aparato militar para mantener el orden y seguridad, evitar los robos de mineral y garantizar el buen estado de las instalaciones.

⁴⁸ Cfr. *Vip.* I, 5: *...ne alius in v[ico] metalli Vipascensis inve] territoris eius...*

nos, aunque solamente se ha excavado a fondo el situado junto a la mina de La Loba, cerca de Fuente Obejuna, donde se explotaron filones de galena argentífera y calcopirita⁴⁹. Estuvo en activo los últimos decenios del siglo II y la primera mitad del siglo I a.C. Se han descubierto construcciones que debieron servir como almacenes o talleres, y las humildes viviendas de los obreros. Seguramente se trataba de mineros libres y asalariados (BLÁZQUEZ-DOMERGUE-SILLIÈRES 2002, 85-162 y 394 s.).

La riqueza del *Mons Marianus*, pese a tratarse de un territorio montañoso, en buena parte árido y poco accesible, atrajo a mano de obra libre contratada, incluso desde áreas lejanas, lo que se constata epigráficamente por la onomástica. La corriente migratoria de itálicos fue importante ya en época republicana (cfr. Diod., 5, 36, 3-4). Pero desde el siglo I d.C. se documentan desplazamientos de poblaciones del norte de Hispania para trabajar en las minas del sur (DOMERGUE 1990, 335-346; GARCIA ROMERO 2002, 440-445). Gracias a los hallazgos monetarios conocemos la presencia de gentes que acudieron desde la Celtiberia, el valle del Ebro o la región cántabra. Estos desplazamientos de población desde el norte hasta la *Turdetania* eran muy antiguos, como señala Plinio (*NH*, 3, 13) a propósito de los celtas de la *Baeturia*. La llegada de elementos foráneos se constata en el yacimiento minero de La Loba (BLÁZQUEZ-DOMERGUE-SILLIÈRES 2002, 394 s.). Como factor de identidad cultural y cohesión social, esos emigrantes debieron mantener en sus nuevos destinos los cultos indígenas de sus lugares de procedencia. Lo cual significaba también un estímulo anímico para afrontar las duras condiciones laborales en los diversos enclaves mineros del *Mons Marianus*⁵⁰. También vinieron desde otras localidades más cercanas

⁴⁹ Sobre la estructura de los poblados mineros del *Mons Marianus* cordobés: GARCIA ROMERO 2002, 447-453. En cualquier caso está por hacer un estudio global de los núcleos de poblamiento rural enclavados en las áreas mineras de Hispania, algunas de las cuales experimentaron cierto nivel de desarrollo urbano en época alto-imperial.

⁵⁰ Así lo señala OLIVARES 2015, 268 s., a propósito de una ofrenda dedicada a *Epona*, divinidad del mundo céltico, procedente de Andújar (Jaén). El culto a *Epona* ha dejado muchos vestigios en la Celtiberia, ámbito de procedencia de trabajadores instalados en el área minera de Sierra Morena, especialmente en torno al importante centro minero de *Castulo* (Linares -Jaén-). Algo similar, con relación a otra próspera zona minera en época romana, la de Riotinto, sugiere una placa de bronce hallada en *Arucci* (Aroche -Huelva-), ofrendada a unas divinidades documentadas en la Celtiberia, las *Rixamae*. Y a lo mismo podría apuntar el ara dedicada posiblemente a *Vacus*, encontrada en Corral de Calatrava (Ciudad Real) (OLIVARES 2015, 269-271).

como *Castulo* y *Obulco*, quizás mano de obra especializada, *conductores* de pozos mineros o empleados de la *S(ocietas) C(astulonensis)*⁵¹.

Otra interesante cuestión es el abastecimiento de los poblados mineros. Situados en regiones apartadas y sin recursos agrícolas, debieron importar determinados productos desde el valle del *Baetis*, a través de las vías *Corduba-Emerita* y *Corduba-Sisapo*, su provisión movilizaría a *mercatores* y transportistas. Algunas materias primas eran imprescindibles, como la madera para combustible y otros usos, el aceite de oliva para la iluminación, o la sal, utilizada en los procesos mineros (GARCIA ROMERO 2002, 477-479). Asimismo en enclaves como La Loba se documenta arqueológicamente la llegada de cerámica campaniense, ánforas vinarias de Campania y Apulia, otras de aceite italiano, salazones, *sigillata*, etc.⁵²

Teniendo en cuenta el interés del gobierno romano por las explotaciones mineras, y muy especialmente por el excepcional cinabrio, que sólo se obtenía en el *Mons Marianus*, hay que evaluar si los yacimientos y poblados de los trabajadores, los hornos metalúrgicos y las vías de comunicación fueron objeto de vigilancia militar. Nada lo confirma en el caso del *conventus Cordubensis*, aunque sí está documentado arqueológicamente el tema en la cercana zona minera de Riotinto (Huelva), a través de algunos *castella* o *praesidia*, e igualmente pudo existir dicho control en el distrito minero de *Vipasca*⁵³. Es factible que hubiera un destacamento militar con base en *Corduba*, que sirviera para inspeccionar los enclaves mineros del Alto Guadiato, y que igualmente pudo actuar como fuerza policial para evitar robos de mineral y actos de sabotaje, delitos previstos en el reglamento de *Vipasca* (*Vip.*, II, 9-10).

Otra cuestión a considerar es el transporte de la producción minera hasta *Corduba*. Un asunto muy importante para el estado romano,

⁵¹ También apuntaría a ello la presencia en minas cordobesas de monedas contramarcadas con las siglas S.C. Sobre esta cuestión: ARÉVALO 1996; GARCÍA Y BELLIDO 1986; GARCIA ROMERO 2002, 494-522.

⁵² En tales suministros los productos procedentes de Italia suponen el mayor porcentaje, hay menos importaciones del Mediterráneo oriental y África, siendo baja la presencia de los hispanos. *Vide* BLÁZQUEZ-DOMERGUE-SILLIÈRES 2002, 231-382 y 391-395.

⁵³ Cfr. *Vip.*, I, 3, donde se indica que los *milites* tenían gratis el acceso al *balineum* del *vicus*. *Vide* PÉREZ MACÍAS-DELGADO 2007, a propósito del posible *praesidium* romano del Cerro del Moro (Riotinto).

como lo indica expresamente Plinio a propósito del cinabrio de *Sisapo*. Estaba prohibido trabajarlo “in situ”, pues debía ser llevado en bruto hasta la *Urbs* en recipientes precintados para ser allí refinado (Plin., *NH*, 33, 118). Desde las áreas serranas el mineral sería transferido hasta los puntos de embarque en el río *Baetis*. La aparición de moneda de *Castulo* y *Obulco* en los distritos metalíferos del *Mons Marianus*, podría testimoniar también la actividad de transportistas procedentes de dichas localidades, que necesitarían numerario para sus gastos, lo que explicaría su difusión (ARÉVALO 1996; MELCHOR 1999b).

El traslado se haría por vía terrestre, usándose carros de cuatro ruedas (*plaustrum*) y carretas para transporte pesado, así como enganches de bueyes (SILLIÈRES 1990, 744-746). Pero más frecuente sería el acarreo a lomos de caballos, mulas o asnos. Un convoy de animales podía portear importantes volúmenes de carga y con menos gasto en cualquier época del año. Los trabajos efectuados en las vías *Corduba-Emerrita* y *Corduba-Sisapo*, estarían destinados a facilitar el transbordo del mineral, pues para ello bastaba una calzada de tierra, todo lo más acondicionada en lugares de compleja orografía (SILLIÈRES 1990, 758-760; CHIC 1997, 153-159). Otros caminos secundarios conectaban las vías principales con las minas, poblados y hornos de fundición. Así el conservado en el yacimiento de El Sauzón (Villanueva del Duque) (GARCIA ROMERO 2002, 202). La estación final era *Corduba*, punto de salida de los recursos mineros del *Mons Marianus* hacia otros destinos, a través de su puerto sobre el río *Baetis* (cfr. Estrab., 3, 2, 3). Para mantener en buen estado su curso y favorecer el tráfico fluvial, el régimen imperial mantuvo en la Bética un equipo especial de funcionarios dirigidos por un *procurator*⁵⁴.

También los talleres metalúrgicos de *Corduba* y su entorno se beneficiarían del cercano suministro minero. Conocemos epigráficamente una *societas aerariorum*, y también un *aerarius*, liberto mencionado entre otros miembros de una *familia* servil, quienes pudieron trabajar en su propio taller atendiendo encargos oficiales o particulares (*CIL* II²/7, 341, 334). Asimismo en *Hispalis* tenemos unos *confectores aeris* que homenajearon al *procurator* del *Mons Marianus*

⁵⁴ Cfr. *CIL* II, 1180=ILS 1403 (*Hispalis*): *proc(urator) Aug(ustorum duorum) ad ripam Baetis*. Y posiblemente *CIL* II, 1177 (*Hispalis*): *proc(urator) Aug(usti) ripae prov(inciae) Baeticae*.

(CIL II, 1179). Es posible que fueran artesanos muy relacionados con tal distrito minero, al depender de su producción, o de individuos con funciones dirigentes en las tareas de extracción y fundición del metal, lo que les obligaría a tratar directamente con el representante imperial (GIMENO 1988, 19 s.). En *Corduba* se documentan igualmente otros oficios relacionados con la metalurgia, como un *aurifex* en época republicana, y los *brattarii* que preparaban las láminas de metal con que trabajaban los *inauratores*⁵⁵.

La minería en general, y más concretamente la activación de nuevos filones, fue un negocio donde había que invertir y arriesgar dinero, pero que producía pingües beneficios. Hasta el propio Agripa, yerno de Augusto y “refundador” de *Corduba* tras las guerras civiles, pudo tener intereses en el comercio del plomo hispano, encontramos su nombre en lingotes procedentes de Sierra Morena y Cartagena (DOMERGUE [et al.] 2012)⁵⁶. Pero no tenemos mucha información para identificar nominalmente a los cordobeses que pudieron hacer fortuna en dicho espacio económico⁵⁷. El ejemplo de referencia es Sexto Mario. Se ha sugerido también que el ya citado *T.Mercello Persinus Marius* pudo hacerse rico con la explotación de minas y canteras, haciendo ostentación de su fortuna a través de actos evergéticos⁵⁸. Otro importante clan local con negocios en la minería pudo ser el de los *Annaei*⁵⁹, y también el de los *Helvii*, familia a la que pertenecieron *Helvia*, la madre de Séneca, y su abuelo materno, *M.Helvius Novatus*, duunviro en *Urgavo*⁶⁰. El tercero de los hijos de Séneca padre fue el ecuestre *M.Annaeus Mela*, casado

⁵⁵ Cic., *Verr.*, 2,4,56: *cum vellet sibi anulum facere aurificem iussit vocari in forum ad sellam Cordubae...*; CIL II²/7, 333.

⁵⁶ Vide GARCÍA Y BELLIDO 2006, y VENTURA 2009 y 2011, sobre el papel de Agripa en la “refundación” de *Corduba*.

⁵⁷ Vide DOMERGUE 1990, 253-277, 321-333, para los explotadores de las minas de Hispania.

⁵⁸ Fue edil y duunviro, y luego accedió al orden ecuestre, siendo *procurator Augusti* en época de Augusto (CIL II²/7, 311; CIL II²/5, 1296). Su onomástica podría conectarle con familias de la capital provincial y de *Epora*, como los *Marii* y los *Persii*, que poseían minas en Sierra Morena El topónimo *Mons Marianus* y el *aes Marianum quod et Cordubense* (Plin., *NH*, 34, 4) deben referirse a ellas.

⁵⁹ Sobre el tema VENTURA 1999, 70 s.; DOMERGUE 1990, 268-276; GARCIA ROMERO 2002, 445 ss.

⁶⁰ A partir de las estampillas HEL en lingotes de plomo del pecio Port-Vendres II (COLLS [ET AL.] 1977, 11 ss.). Vide DOMERGUE 1990, 331. Cfr. CIL II, 2114.

con *Acilia*, de familia cordobesa. Tuvieron un hijo, el poeta *M. Annaeus Lucanus*, que se unió en matrimonio con *Argentaria Polla*. Esta *gens Argentaria* tenía intereses en las minas de plomo argentífero y de cinabrio a través de la *Societas Sisaponensis* (*CIL* II²/7, 415a). Dicha *societas* minera tenía su sede en *Corduba* (*CIL* II²/7, 699a), y seguía activa en el siglo I d.C. También es factible que los *Annii Veri*, oriundos de la cercana colonia de *Ucubi*, hubiesen invertido capitales en tal sector (DOMERGUE 1990, 331).

Estamos hablando de familias importantes y ricas. Pero si no se disponía de suficiente capital para poner en explotación minas e instalaciones adyacentes, habría que pedirlo prestado, como sugiere la ley de *Vipasca* (*Vip.*, I, 1). Y lo mismo si alguien quería hacerse con el arrendamiento de algunos negocios que funcionaban en los *metalla*, para atender diversas necesidades de quienes trabajaban en ellos, como igualmente detalla dicho reglamento⁶¹. En tales casos ciudades importantes, así *Corduba*, serían el espacio habitual en que se desenvolvían los *argentarii*, *coactores argentarii* y *nummularii*, que podían actuar como banqueros de depósito, prestamistas y cambistas (ANDREAU 1987, 527 ss.). Los tenemos escasamente documentados en la Bética, pero un posible *coactor argent(arius)* está identificado en la capital provincial que, dada su cercanía a los distritos mineros, debió ser un activo centro de negocios de toda índole, en ella tuvo que moverse mucho dinero (*CIL* II²/7, 342).

Finalmente cabe recordar que al crédito se dedicaron también miembros de las aristocracias (cfr. Plin., *Ep.*, 3, 19; Apul., *Apol.*, 20, 3). No cabe descartar que fuera el caso de alguien, como Séneca el Filósofo, que poseía una gran fortuna. En parte la forjó con operaciones de préstamo, que extendió no sólo a Italia, sino también a lugares lejanos de Roma, como *Britannia*⁶². Con más razón sus intereses pecuniarios pudieron abarcar su tierra de origen. No olvidemos que en *Corduba* están documentados epigráficamente libertos de la *gens Annaea* (*CIL* II²/7, 406). El problema es que, por cuestiones de honorabilidad, ni en Italia ni en provincias afloran muchos nombres de notables conectados con el sector financiero, pues llevaron sus negocios a través de interme-

⁶¹ Así los *balinei* (*Vip.*, I, 3), las *tabernae fullonicae* (*Vip.*, I, 6), la zapatería (*sutrinum*) y la barbería (*tonstrinum*) (*Vip.*, I, 4-5).

⁶² Por un importe de cuarenta mil sestercios, y a altos intereses. Cfr. Dio Cas., 62, 2, 1; Tac., *Ann.*, 13, 42, 4.

diarios (*institores*). Tales *institores* fueron frecuentemente libertos de confianza (AUBERT 1994). Y su especial movilidad en la Bética debió relacionarse a menudo con dichas actividades (HALEY 1991).

BIBLIOGRAFÍA

- AICHINGER, A. (1982). "Grenzziehung durch Kaiserliche Sonderbeauftrag in den römischen Provinzen". *ZPE* 48, 193-204.
- ALBERTINI, E. (1923). *Les divisions administratives de l'Espagne Romaine*. París.
- ALFARO GINER, C. (1984). *Tejido y cestería en la Península Ibérica. Historia de su técnica e industria desde la Prehistoria hasta la Romanización*. Madrid.
- (2012). "Spain". En Gleba, M.-Mannering U. (Eds.), *Textiles and textile production in Europe from Prehistory to AD 400*. Oxford, 334-346.
- ALFARO GINER, C.- Tellenbach, M.- Ortiz García, J. (Eds.) (2014). *Producción y comercio de textiles y tintes en el Imperio Romano y regiones cercanas*. Valencia.
- ALFÖLDY, G. (1969). *Fasti Hispanienses*. Wiesbaden.
- ANDREAU, J. (1987). *La vie financière dans le monde romain. Les métiers de manieurs d'argent (IVe siècle av. J.C.-IIe siècle ap.J.-C.)*. Roma.
- (1988). "Les financiers romains entre la ville et la campagne". En Leveau, Ph. (Ed.), *L'origine des richesses dépensées dans la ville antique*. Aix-en-Provence, 177-196.
- ARÉVALO GONZÁLEZ, A. (1996). "La circulación monetaria en las minas de Sierra Morena. El distrito de Córdoba". *Numisma* 237, 51-82.
- AUBERT, J.J. (1994). *Business managers in ancient Rome: a social and economic study of institores 200 b.C.-a.d. 250*. Leiden.
- BÉRENGER-BADEL, A. (2003). «Le voyage des gouverneurs à l'époque impériale». En Duchene, H. (Ed.), *Voyageurs et Antiquité classique*. Dijon, 73-86.
- BERROCAL RANGEL, L. (1998). *La Baeturia: un territorio prerromano en la baja Extremadura*. Badajoz.
- BIUNDO, R. (2003). "Terre di pertinenza di colonie e municipi fuori del loro territorio: gestione e risorse". *Cahiers Glotz* 14, 131-142.
- (2004). "Agri ex alienis territoriis sumpti. Terre in provincia di colonie e municipi in Italia". *MEFRA* 116, 371-436.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J.M.- Domergue, C.- Sillières, P. (2002). *La Loba (Fuenteobjuna, province de Cordoue, Espagne). La mine et le village minier antiques*. Burdeos.
- BURTON, G.P. (1993). "Provincial Procurators and the Public Provinces". *Chiron* 23, 13-28.
- (1998). "Was there a long-term trend to centralisation of authority in the Roman Empire?". *RPh* 72, 7-24.
- (2000). "The resolution of territorial disputes in the provinces of the Roman Empire". *Chiron* 30, 195-215.

- (2004). "The Roman imperial state, provincial governors and the public finances of provincial cities, 27 B.C.-A.D. 235". *Historia* 53 (3), 311-342.
- CÉBELLAC-GERVASONI, M. (1998). *Les magistrats des cités italiennes de la Seconde Guerre Punique à Auguste. Le Latium et la Campanie*. Roma.
- CHIC GARCÍA, G. (1990). *La navegación por el Guadalquivir entre Córdoba y Sevilla en época romana*. Écija.
- (1991). "Estrabón y la práctica de la amalgama en el marco de la minería sudhispánica: un texto mal interpretado". En González Román, C. (Ed.), *La Bética en su problemática histórica*. Granada, 7-29.
- (1997). "La miel y las bestias". *Habis* 28, 153-166.
- CISNEROS CUNCHILLOS, M. (1988). *Mármoles hispanos: su empleo en la España romana*. Zaragoza.
- COLLS, D. -Étienne, R. - Lequément, R.- Liou, B. - Mayet, F. (1977). "L'épave Port-Vendres II et le commerce de la Bétique à l'époque de Claude". *Archaeonautica* 1, 1-145.
- CORTÉS BÁRCENA, C. (2013). *Epigrafitas en los confines de las ciudades romanas. Los "termini publici" en Hispania, Mauretania y Numidia*. Roma.
- CORTIJO CEREZO, M.L. (1993). *La administración territorial de la Bética romana*. Córdoba.
- (2005). "La madera en el *Bellum Hispaniense*". *Gerión* 23 (1), 143-168.
- CURCHIN, L. (1985). "Vici and Pagi in Roman Spain". *REA* 87 (3-4), 327-343.
- DOMERGUE, C. (1987). *Catalogue des mines et des fonderies antiques de la Péninsule Ibérique*. Madrid.
- (1990). *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité romaine*. Roma.
- (2008). *Les mines antiques. La production des métaux aux époques grecque et romaine*. Paris.
- DOMERGUE, C.- Quarati, P.- Nesta, A.- Trincherini, P.R. (2012). "Retour sur les lingots de plomb de Comacchio (Ferrara, Italie) en passant par l'archéométrie et l'épigraphie". En Orejas Saco del Valle, A.- Rico, C. (Eds.), *Minería y metalurgia antiguas. Visiones y revisiones. Homenaje a Claude Domergue*. Madrid, 81-103.
- FERNÁNDEZ NIETO, F.J. (2007). "El epigrama griego de Córdoba: Arriano de Quitros, procónsul de la Bética, los sacrificios incruentos y la Ártemis chipriota". *Acta XII Congr. Int. Epigraphiae Graecae et Latinae* (Barcelona, 2002). Barcelona, 491-500.
- FERNÁNDEZ URIEL, P. (2010). *Púrpura: del mercado al poder*. Madrid.
- (2011). *Dones del cielo. Abeja y miel en el Mediterráneo antiguo*. Madrid.
- GARCÍA Y BELLIDO, M.P. (1986). "Nuevos documentos sobre minería y agricultura romanas en Hispania". *AEspA* 59, 13-43.
- (2006). "Corduba y Colonia Patricia: historia de dos ciudades". En Vaquerizo, D. - Murillo, J.F. (Eds.), *El concepto de lo provincial en el mundo antiguo*. I. Córdoba, 251-266.
- GARCÍA ROMERO, J. (2002). *Minería y metalurgia en la Córdoba romana*. Córdoba.

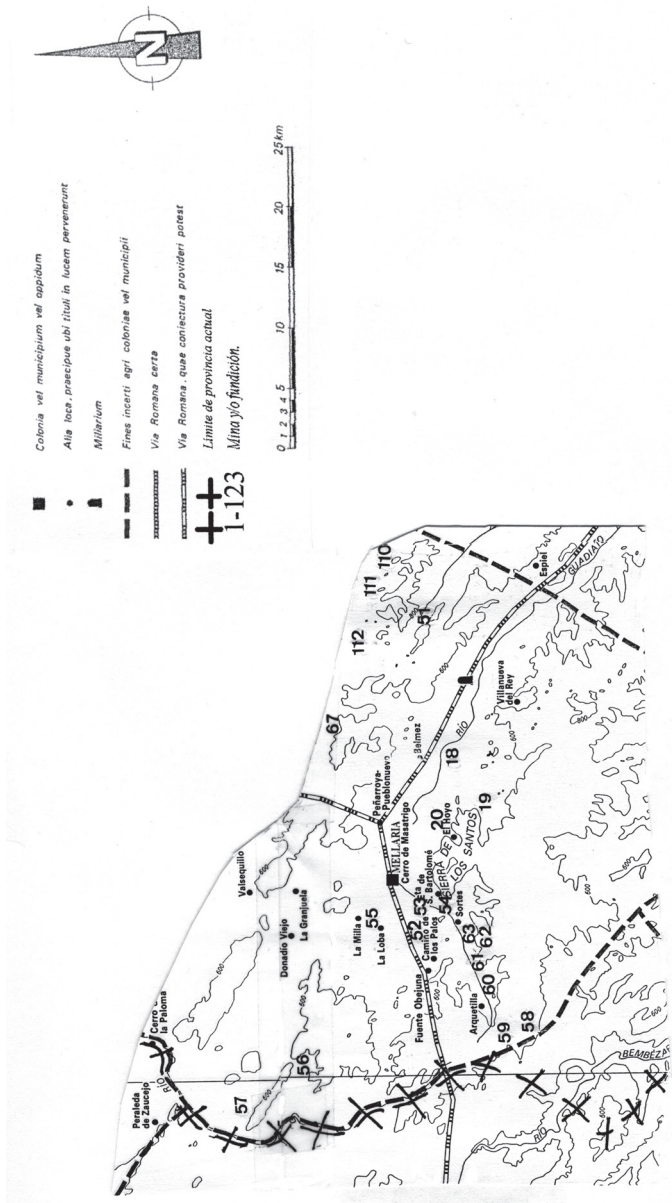
- GIMENO PASCUAL, H. (1988). *Artesanos y técnicos en la epigrafía de Hispania*. Barcelona.
- GÓMEZ-PANTOJA, J.L. (1993). "Buscando a los pastores". *Actas dos Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 33 (3-4), Oporto, 445-459.
- (1996). "Pastores y trashumantes de Hispania". En Burillo, F. (Coord.), *Poblamiento Celtibérico. III Simposio sobre Los Celtíberos*. Zaragoza, 495-505.
- (1999a). "Buscando a los pastores. 2". En De Balbín, R.- Bueno, P. (Eds.), *II Congreso de Arqueología Peninsular (Zamora, 1996)*. Vol. 4, 261-265.
- (1999b). "Historia de dos ciudades: Capera y Clunia". En Gorges, J.G.- Rodríguez Martín, F.G. (Eds.), *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid, 91-108.
- (2001). "*Pastio agrestis*. Pastoralismo en Hispania romana". En Gómez-Pantoja, J.L. (Ed.), *Los rebaños de Gerión. Pastores y trashumancia en Iberia antigua y medieval*. Madrid, 177-213.
- (2016). "Algunos indicios de pastoralismo en Hispania romana". *MEFRM* 128 (2), 305-314.
- HALEY, E. (1991). *Migration and economy in Roman Imperial Spain*. Barcelona.
- HETTINGER, J. (2017). "Neues zum Kataster von Lacimurga. Die Darstellung der subseciva entlang des Ana". *Chiron* 47, 189-212.
- HIDALGO MARTÍN, L.A.- Bustamante Álvarez, M.- Bernal Casasola, D. (2016). "Etiquetas comerciales de plomo para textiles en *Augusta Emerita*". En Ortiz García, J.- Alfaro Giner, C.- Turell Coll, L.- Martínez García, M.J. (Eds.), *Textiles, Basketry and Dyes in the Ancient Mediterranean World*. Valencia, 221-237.
- LAFFI, U. (1965). "L'iscrizione di Sepino (*CIL*, IX, 2438) relativa ai contrasti fra le autorità municipali e i *conductores* delle greggi imperiali con l'intervento dei prefetti del pretorio". *SCO* 14, 177-200.
- (1998). "L'ager *compascuus*". *REA* 100 (3-4), 533-554.
- LEÓN PASTOR, E. (2009-2010). "*Portus Cordubensis*". *AnAAC* 2, 45-72.
- LE ROUX, P. (1994). "Cités et territoires en Hispanie: l'épigraphie des limites". *MCV* 30 (1), 37-51.
- LÓPEZ PAZ, P. (1994). *La ciudad romana ideal. I. El territorio*. Santiago de Compostela.
- MATEO SANZ, A. (2001). *Observaciones sobre el régimen jurídico de la minería en tierras públicas en época romana*. Santiago de Compostela.
- MELCHOR GIL, E. (1993). "Vías romanas y explotación de los recursos mineros de la zona norte del *Conventus Cordubensis*". *AAC* 4, 63-89.
- (1995). *Vías romanas de la provincia de Córdoba*. Córdoba.
- (1999a). "Contactos comerciales entre el Alto Guadalquivir, el valle medio del Betis y la zona costera malagueña durante el Alto Imperio". *Habis* 30, 253-269.
- (1999b). "La red viaria romana y la comercialización de los metales de Sierra Morena". En Mora Rodríguez, G.- Sobral Centeno, R.M.- García y Bellido, M.P. (Eds.), *Rutas, ciudades y moneda en Hispania*. Actas del "II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua, Oporto, 1998". *Anejos de AEspA* XX, 311-322.

- (2006). “Corduba, *caput provinciae* y foco de atracción para las élites locales de la *Hispania Ulterior Baetica*”. *Gerión* 24 (1), 251-279.
- (2008-2009). “El *Baetis* y la organización viaria del Sur Peninsular: la interconexión de las redes de transporte fluvial y terrestre en la Bética romana”. *Anas* 21-22, 163-191.
- MILLAR, F. (1977). *The Emperor in the Roman World (31 BC-AD 337)*. Ithaca [N.Y.].
- MOATTI, C. (1993). *Archives et partage de la terre dans le monde romain (II^e siècle avant- I^{er} siècle après J.-C.)*. Roma.
- MONTERROSO CHECA, A.- Gasparini, M. (2016). “Aerial Archaeology and photogrammetric surveys along the Roman way from *Corduba* to *Emerita*. Digitalizing the *Ager Cordubensis* and the *Ager Mellariensis*”, *Scires-it* 6 (2), 175-188.
- MORÍN DE PABLOS, J.- De Almeida, R.R. (2014). “La apicultura en la *Hispania* romana: producción, consumo y circulación”. En Bustamante Álvarez, M.- Bernal Casasola, D. (Eds.), “*Artifices idoneos*”. *Artesanos, talleres y manufacturas en Hispania. Anejos de AEspA LXXI*, 269-294.
- MUÑIZ COELLO, J. (1998). *Cicerón y Cilicia. Diario de un gobernador romano del siglo I a. de C.* Huelva.
- NIERHAUS, R. (1964). “Topographische studien zum territorium des conventus *Cordubensis* in der mittleren Sierra Morena”. *MDAI(M)* 5, 185-212.
- OLIVARES PEDREÑO, J.C. (2015). “Los emigrantes en las áreas mineras y las ciudades de Hispania: religión, identidades y difusión cultural”. *Gerión* 33, 261-283.
- OREJAS SACO DEL VALLE, A.- Sastre Prats, I.- Zubiaurre, E. (2012). “Organización y regulación de la actividad minera hispana altoimperial”. En Zarzalejos Prieto, M.- Hevia Gómez, P.- Mansilla Plaza, L. (Eds.), *Paisajes mineros antiguos de la Península Ibérica. Investigaciones recientes y nuevas líneas de trabajo. Homenaje a Claude Domergue*. Madrid, 31-46.
- PARODI ÁLVAREZ, M.J. (2001). *Ríos y lagunas de Hispania como vías de comunicación. La navegación interior en la Hispania romana*. Écija.
- PAVÓN TORREJÓN, P. (2010). “*De abigeis puniendis* (D. 47, 14, 1; *Coll.* 11, 7, 13): el rescripto de Adriano sobre el robo de ganado en la Bética”. *Gerión* 28 (1), 275-307.
- PEACHIN, M. (1996). *Iudex vice Caesaris: deputy emperors and the administration of justice during the Principate*. Stuttgart, 1996.
- PENCO, F. - Moreno, M. - Gutiérrez, M.I. (2004). “Dos canteras romanas en *Colonia Patricia Corduba*: Peñatejada y Santa Ana de la Albaida”. *AAC* 15, 229-248.
- PÉREZ MACÍAS, J.A.- Delgado, A. (2007). “Los *metalla* de Riotinto en época julio-claudia”. En Pérez Macías, J.A.- Delgado, A. (Eds.), *Las minas de Riotinto en época julio-claudia*. Huelva, 34-182.
- RODRÍGUEZ NEILA, J.F. (1994). “El epígrafe *CIL*, II 2242 -*Corduba*- y las *locationes* de propiedades públicas municipales”. En González Román, C. (Ed.), *La sociedad de la Bética. Contribuciones para su estudio*. Granada, 425-460.
- (1999). “El trabajo en las ciudades de la Hispania romana”. En Rodríguez Neila, J.F.- González Román, C.- Mangas Manjarrés, J.- Orejas Saco del Valle, A., *El trabajo en la Hispania romana*. Madrid, 9-118.

- (2017). “*Colonia Patricia* y el gobierno provincial de la Bética”. En Rodríguez Neila, J.F. (Coord.). *La ciudad y sus legados históricos. Córdoba Romana*. Córdoba, 51-102.
- ROMERO, R.M. (1997). “Aproximación al desarrollo histórico del norte de la provincia de Córdoba en la Antigüedad: análisis y evolución del poblamiento”. *CuPAUAM* 24, 159-188.
- SÁEZ FERNÁNDEZ, P. (1990). “Estudios sobre una inscripción catastral colindante con Lacimurga”. *Habis* 21, 205-227.
- (1997). “Las tierras públicas en la *Lex Ursonensis*”. *Stud.Hist. Hª Antig.* 15, 137-152.
- SAQUETE CHAMIZO, J.C. (2006). “El gobernador provincial de Lusitania y sus actividades: viajes, calzadas, *conventus* y relaciones sociales”. En Rodríguez Neila, J.F.-Melchor Gil, E. (Eds.), *Poder central y autonomía municipal. La proyección pública de las élites romanas de Occidente*. Córdoba, 81-111.
- SCUDERI, R. (1991). “Decreti del Senato per controversie di confine in età repubblicana”. *Athenaeum* 79 (2), 371-415.
- SCULLARD, H.H. (1981). *Festivals and ceremonies of the Roman Republic*. Londres.
- SERENI, E. (1961). *Storia del paesaggio agrario italiano*. Roma-Bari.
- SILLIÈRES, P. (1990). *Les voies de communication de l'Hispanie méridionale*. Paris.
- STYLOW, A.U. (1986). “Beiträge zur lateinischen Epigraphik im Norden der provinz Córdoba, I. Solia”. *MDAI(M)* 27, 235-277.
- (1987). “Beiträge zur lateinischen Epigraphik im Norden der provinz Córdoba, II. Baedro; III. Mellaria”. *MDAI(M)* 28, 57-126.
- (1995). “*Praefatio Conventus Cordubensis*”. *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. II²/7, XVII-XX, Berlín.
- TARPIN, M. (2002). “*Vici*” et “*pagi*” dans l’Occident romain. Roma.
- USCATESCU, A. (1994). “*Fullonicae*” y “*tinctoriae*” en el mundo romano. Barcelona.
- VAQUERIZO GIL, D. [et al.] (1994). *El Valle Alto del Guadiato: Fuenteobejuna, Córdoba*. Córdoba.
- VENTURA VILLANUEVA, A. (1993). “*Susum ad montes S(ocietatis) S(isaponensis)*: nueva inscripción tardorrepública de Córdoba”. *AAC* 4, 49-61.
- (1999). “El teatro en el contexto urbano de *Colonia Patricia* (Córdoba): ambiente epigráfico, evergetas y culto imperial”. *AEspA* 72, 57-72.
- (2009). “Las élites de *Colonia Patricia*, año 5 a.C.: un ejemplo de puesta en escena literaria y monumental”. En Gimeno Pascual, H.-Mateos Cruz, P.-Ventura Villanueva, A. (Eds.), *Espacios, usos y formas de la epigrafía hispana en épocas antigua y tardoantigua*, “Homenaje al Dr. Armin U. Stylow”. Mérida, 375-395.
- (2011). “Caracterización de la Córdoba romana, de sus fundaciones, fundadores y funciones”. En VV.AA., *Córdoba, reflejo de Roma*. Córdoba, 28-40.
- VENTURA VILLANUEVA, A.- Gasparini, M. (2017). “El territorio y las actividades económicas”. En Rodríguez Neila, J.F. (Coord.), *La ciudad y sus legados históricos. Córdoba Romana*. Córdoba, 153-206.



FIG. 1 – La provincia Hispania Ulterior Baetica y el conventus Cordubensis. (Fuente: RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, O., Hispania Arqueológica, Sevilla, 2011, Fig. XXIII).



Sector cartográfico I. Alto Guadiato: 18 La Pastora, 19 Doña Rama, 20 Castillo del Hoyo, 51 El Higuero, 52 Grupo Eneiros, 53 Rosalia, 54 San Bartolomé, 55 La Loba, 56 Sta. Bárbara (Fuente Objeuna), 57 Navalespino, 58 La Lagunilla, 59 El Hambre, 60 Piconcillo N.-Ayo, La Montesina, 61 Piconcillo E.-El Rubio, 62 Piconcillo S., 63 Piconcillo O., 67 Cuarterero, 110 Fábrica del Manchego, 111 El Sauzón, 112 El Viñón.

FIG. 3 – El territorio de Mellaria (Fuenteovejuna), en el alto valle del río Guadiato, con indicación de las vías romanas y la localización de las minas (según GARCÍA ROMERO, J. Minería y metalurgia en la Córdoba romana. Córdoba, 2002, 111, fig. 10).

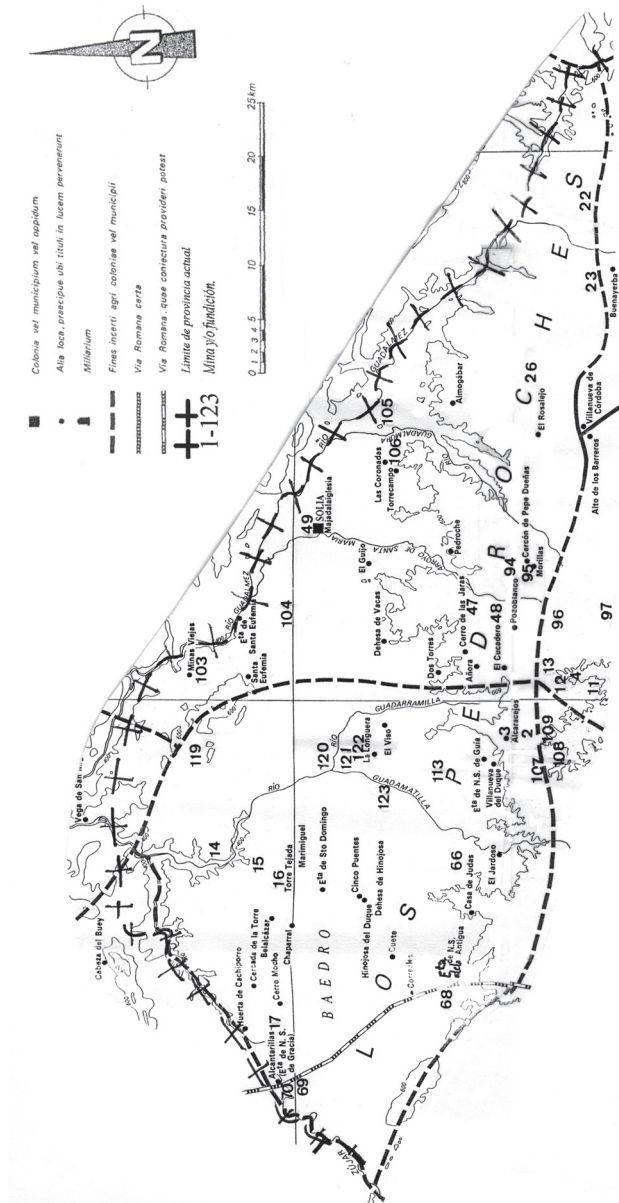


FIG. 4 – Sector geográfico del Valle de los Pedroches (NE. del Conventus Cordubensis), cuyas principales poblaciones fueron Solia y Baedro, con indicación de los más importantes yacimientos mineros de época romana (según GARCÍA ROMERO, J. Minería y metalurgia en la Córdoba romana. Córdoba, 2002, 112, fig.11).



FOT. 1 – *Inscripción viaria que documenta una servidumbre de paso a favor de la Societas Sisaponensis (CIL,IF/7, 699a).*

DIEGO ROMERO VERA¹
Université Bordeaux/Montaigne
diego.romero-vera@u-bordeaux-montaigne.fr

CARACTERIZANDO A LA CIUDAD HISPANORROMANA DE ÉPOCA
ANTONINA: MURALLA, VIARIO Y RED DE SANEAMIENTO

CHARACTERIZING THE HISPANORROMAN CITY
OF THE ANTONINE AGE: WALL, STREET AND SEWER
“Conimbriga” LVIII (2019) p. 233-254

https://doi.org/10.14195/1647-8657_58_7

RESUMEN: En este trabajo ofrecemos una revisión sintética de los rasgos im-
perantes en las murallas, calles y redes de saneamiento de las ciu-
dades hispanas de época antonina, análisis que forma parte de una
aproximación global al proceso de evolución y transformación de
estos núcleos urbanos en el citado marco temporal.

PALABRAS CLAVE: murallas, calles, cloacas, urbanismo romano,
época antonina.

ABSTRACT: In this work we will review briefly the main features of the walls,
streets and sewers of the hispanorroman cities during the Anto-
nine age, this analysis takes part in a comprehensive approxima-
tion about the evolution and transformation process of these urban
centres in the mentioned chronological period.

KEYWORDS: walls, streets, sewers, roman urbanism, Antonine age.

¹ Investigador postdoctoral, Institut Ausonius, Université Bordeaux/Montaigne.

(Página deixada propositadamente em branco)

CARACTERIZANDO A LA CIUDAD HISPANORROMANA DE ÉPOCA ANTONINA: MURALLA, VIARIO Y RED DE SANEAMIENTO

1. Planteamiento

La fisonomía urbana del siglo II d.C. constituye un objeto de estudio en el que apenas se ha indagado. La comunidad científica, tanto en su vertiente arqueológica como histórica, hasta el presente se ha interesado fundamentalmente por la fase de monumentalización que se desarrolla en *Hispania* entre época de Augusto y la dinastía flavia y también, aunque en menor medida, por la desarticulación del urbanismo clásico en el marco de la tardoantigüedad. En contraposición a los dos momentos aludidos, el grado de conocimiento existente sobre otras fases históricas de la ciudad hispanorromana es realmente limitado, ya sea porque existe un cierto vacío en la investigación o porque los datos disponibles para su estudio son escasos y parcos. En particular, desconocemos en gran medida la evolución de las ciudades hispanas durante el siglo II d.C. En este sentido, se han analizado los cambios urbanísticos de forma aislada en cada yacimiento, pero sin que este fenómeno se haya estudiado en las provincias hispanas de forma sincrónica y sistemática. De hecho, puede afirmarse que hoy en día existe un hiato de conocimiento entre la realidad urbana del siglo I d.C. y la del siglo III e inicios de la tardoantigüedad. En la escasa relevancia que ha tenido el estudio del urbanismo hispanorromano del siglo II ha podido influir la dificultad de documentar en el registro arqueológico las fases de mantenimiento frente a las de construcción y abandono/destrucción, mucho más fáciles de detectar. No obstante, las estructuras urbanísticas no nos interesan sólo por su aparición o amortización, sino especialmente por su vigencia.

Para paliar esta situación, nos propusimos analizar de forma amplia, y a la vez obligatoriamente sintética, la realidad urbana de *Hispa-*

nia en el siglo II de nuestra Era. Esta investigación parte del análisis pormenorizado de una treintena de núcleos urbanos hispanorromanos, tanto de España como de Portugal: aquellos de los que se cuenta en la actualidad con mayor cantidad de información arqueológica e histórica². Asimismo, se ha empleado el método comparativo para establecer analogías entre las distintas urbes estudiadas; éste se revela como un instrumento útil para identificar los patrones urbanísticos que imperan en la mayoría de los núcleos urbanos en el marco cronológico y espacial de nuestra investigación. Hasta el momento, los escasos estudios que se habían ocupado de la realidad urbana hispanorromana en el siglo II destacaban la práctica inexistencia de proyectos constructivos. Al parecer, las ciudades vivirían entonces de las realizaciones urbanísticas efectuadas en el siglo anterior, sin que se estableciese una explicación histórica a este fenómeno. Sin embargo, hemos detectado que en época trajano-adrianea son muchas las ciudades que completan su imagen urbana con la puesta en marcha de reformas y nuevas construcciones. De acuerdo con esto, puede afirmarse que existió una continuidad de la situación creada entre las épocas augustea y flavia. Es más, la ciudad hispanorromana parece alcanzar en el primer tercio del siglo II su máximo grado de desarrollo monumental e institucional. No obstante, a partir de época de Antonino Pío la situación descrita cambia y en la mayoría de las urbes estudiadas la ebullición edilicia desaparece. A esto cabría añadir que en estos momentos algunas poblaciones –no todas– experimentan un declive material que las llevará en un breve periodo de tiempo al colapso urbano. Precisamente, las calles y cloacas de la mayor parte de ciudades analizadas participan de esta dinámica general que venimos comentando. No en vano, el análisis del equipamiento urbano constituye un registro fiable para tasar el grado de vitalidad de las comunidades cívicas de época antonina.

² Las ciudades analizadas son las siguientes: A) *Baetica: Astigi, Baelo Claudia, Carteia, Corduba, Italica, Munigua, Regina Turdulorum*. B) *Hispania Citerior: Asturica Augusta, Baetulo, Barcino, Bilbilis, Bracara Augusta, Caesar Augusta, Carthago Nova, Clunia, Complutum, Emporiae, Labitolosa, Lucentum, Lucus Augusti, Pollentia, Saguntum, Segobriga, Tarraco, Valentia, Valeria*. C) *Lusitania: Augusta Emerita, Capara, Conimbriga, Mirobriga Celticorum*.

2. Murallas

La muralla constituyó uno de los elementos definitorios del paisaje urbano de las ciudades romanas. Como es sabido, más allá de su función defensiva, estética o celebrativa, las murallas urbanas poseían un valor mágico-religioso, separaban el límite entre la ciudad y el agro, entre vivos y muertos, pues servían como plasmación física del trazado pomerial. Pese a su importancia, jugaron un papel muy secundario en la topografía urbana de las ciudades hispanorromanas del siglo II. Por regla general, estas *moenia* fueron heredadas de fases históricas previas. Por un lado, las que se hicieron durante las diversas etapas de conquista de la Península Ibérica, las cuales tuvieron una eminente vocación defensiva; por otro, las creadas a partir de época cesariana y augustea, especialmente aquellas edificadas por las ciudades tras su promoción jurídica, que servían como testigos de la *dignitas* alcanzada por la comunidad ciudadana. En éstas primaba una función de prestigio frente al carácter defensivo (GROS, 1992; 2007: 288-290; HAUSCHILD, 1994).

Para el siglo II d.C., al menos en las ciudades estudiadas, no se ha detectado ninguna reparación o reforma, ni mucho menos construcción, de murallas o puertas. Esto se debe a la pérdida por completo de su primigenio valor defensivo en una época de prolongada paz y estabilidad política, y, también, por la entidad y fortaleza de estas estructuras arquitectónicas, puesto que no requerían de excesivo mantenimiento tras su edificación. Eso sí, su progresiva irrelevancia funcional fue determinando que, en ciertas ciudades, comenzaran a amortizarse durante el siglo II tanto la propia muralla como sus anexos³. En *Baelo Claudia* encontramos uno de los mejores ejemplos de esta dinámica. En concreto, la Torre T del circuito murario baelonense fue amortizada paulatinamente, lo que supuso que la muralla perdiera su función defensiva. Primero se expoliaron los sillares de esquina de la torre. Con el paso del tiempo, este proceso prolongado de extracción de materiales llevó a que aquélla desapareciera por completo antes de la segunda mitad del siglo II (BERNAL *et al.* 2007: 447). Por otro lado, en *Baetulo* la muralla fue amortizada, al menos parcialmente, más pronto aún. En efecto, la llamada *Domus* de

³ De hecho, en un pasaje del Digesto (1.8.1) el jurista Gayo, cuya actividad se desarrolla en el siglo II d.C., atribuye a las puertas y murallas la condición de *res sanctae*. Tan alta consideración no fue impedimento para que las defensas urbanas comenzaran a ser amortizadas en el siglo que nos ocupa.

Q. Licinius se erigió a finales del siglo I o inicios del II sobre el trazado del circuito murario (CUYÁS, 1977: 139-142; PADRÓS y SÁNCHEZ, 2014: 103). Finalmente, en *Lucentum* una de las torres de la muralla (torre VII) fue desmontada a finales del siglo II principios del III para reaprovechar sus materiales de construcción (OLCINA, 1990: 25-60).

La demanda de nuevos terrenos en los que la ciudad, dada la falta de espacio, pudiera expandirse parece ser otro motivo de la amortización de elementos defensivos. En *Augusta Emerita* existía una gran fosa practicada en el estrato geológico que protegía el flanco Este del recinto murario (PÉREZ MAESTRO, 2005: 238). Dicho elemento poliorcético, dispuesto a 25 m de distancia de la muralla, fue colmatándose con desechos domésticos y constructivos a partir de finales del siglo I. Una vez relleno, a principios del siglo II, se edificaron en este espacio construcciones domésticas (PÉREZ MAESTRO, 2005: 238). Por su parte, en *Barcino* diversas edificaciones ocuparon y privatizaron el *intervallum* de la muralla augustea, lo que en última instancia supuso la interrupción del libre tránsito por el mismo. Este fenómeno se detecta en el solar de la Pía Almoina, frente a la *insula* 3 (BELTRÁN DE HEREDIA, 2010: 32). Asimismo, la construcción en el siglo II de una *tinctoria*, una *fullonica* y una *cetaria* situadas en el sector nordeste del entramado urbano supuso la ocupación del *intervallum* (BELTRÁN DE HEREDIA, 2000: 254; 2001: 98).

Un caso singular, por varias razones, lo constituyen las murallas de *Munigua*, fechadas de forma amplia entre finales del siglo II e inicios del siglo III. Este circuito amurallado no llegó a cerrarse, quedando interrumpido en los extremos suroeste y norte. No parece casual que las zonas desguarnecidas sean las protegidas naturalmente por el arroyo y la elevación en la que se asienta el santuario de terrazas (SCHATTNER, 2003: 52-56). En la cinta muraria se emplearon tanto técnicas edilicias como materiales distintos. Se ignora si esta alteración denota la existencia de dos fases constructivas diferentes (GRÜNHAGEN, 1982: 315-328; SCHATTNER, 2003: 59). Otro rasgo peculiar es que su trazado cercena la superficie en la que se asienta la Necrópolis Sur, e, incluso, se emplearon en su hechura monumentos funerarios de la misma⁴. Así pues, este

⁴ Con respecto a la problemática del trazado del *pomerium* en relación a la necrópolis, se ha propuesto que el recorrido de la muralla no tendría que coincidir necesariamente con la línea pomerial (BLECH *et al.* 1993: 132 n. 218).

expolio de materiales, unido a la fecha en la que se data su construcción, ha llevado a asignar a la muralla de *Munigua* una función defensiva, en relación con las coetáneas razzias de los *mauri*⁵ (GRÜNHAGEN, 1982: 320-321). En cualquier caso, no hay duda de que la intención de lo munigüenses fue concluir el circuito amurallado, y no queda clara la razón por la cual quedó sin terminar.

3. Viario urbano

Tradicionalmente, los estudios que se han consagrado al urbanismo de las ciudades hispanorromanas han planteado una situación estática del trazado viario. Los esfuerzos se han centrado en analizar las características generales del diseño urbano y del viario original, que generalmente se retrotraen a época fundacional. Y por otro lado, de forma más reciente, en vislumbrar las modificaciones que afectaron a dicho programa en el marco de la desarticulación del urbanismo clásico propio de época tardía. En ese intervalo temporal se ha venido defendiendo que el callejero no parece haberse visto afectado por modificaciones sustanciales, más allá de puntuales reformas (ALBA, 2001: 397-398). En este punto, cabría recordar la dificultad que entraña el análisis diacrónico del viario urbano, puesto que cada vía, así como cada ciudad, puede manifestar un desarrollo diferente. En efecto, en el elenco de ciudades que hemos seleccionado encontramos situaciones completamente dispares, desde la apertura de nuevas calles hasta el cese del mantenimiento de otras. Esta dinámica viene a reflejar el valor que presenta el callejero como indicador del pulso urbano.

Por un lado, en varias poblaciones se ha registrado un importante movimiento constructivo en el campo de las infraestructuras urbanas entre finales del siglo I e inicios del siglo II. Se trata de un proceso de renovación y mejora de las infraestructuras públicas que no solo afectó a las calles. También se crearon pórticos, se renovó el sistema de

⁵ Aunque en la actualidad se tienda a minimizar el impacto de las invasiones mauritanas, tiempo atrás se pensó que estas correrías fueron un acicate para la construcción y actualización de defensas urbanas durante la segunda mitad del siglo II (GARCÍA y BELLIDO, 1955; GOZALBES, 1979; SANTOS, 1980). Con todo, el Digesto (50. 10. 6 y 43. 6. 2) nos informa de que la inclinación de las ciudades construir murallas aumenta en época de Marco Aurelio y Septimio Severo.

alcantarillado y se abrieron nuevas arterias urbanas, al tiempo que se reforman las preexistentes. Los ejemplos que mejor reflejan este proceso de transformación son *Lucus Augusti* (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ y CARREÑO, 1999: 1176-1189; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2011: 300), *Asturica Augusta* (BURÓN, 2006: 289-312; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2011: 269-272; OREJAS Y MORILLO, 2013: 96-97) y *Valentia* (RIBERA y ROMANÍ, 2011: 33 y 37). En los casos citados, la trama urbana parece beneficiarse al completo de estas actuaciones, como documentan las excavaciones efectuadas en diversos puntos de esas urbes. Las reformas fueron ejecutadas en época flavia, pero no se completaron, generalmente, hasta unos decenios después, ya en época trajano-adrianea⁶ (RIBERA y ROMANÍ, 2011: 33 y 37; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2011: 273). En cualquier caso, parece evidente que se trata de una fase constructiva concebida de forma unitaria.

De forma general, en las ciudades hispanorromanas analizadas el fenómeno más común fue la reparación de la superficie de las calles, algo completamente lógico, puesto que el tránsito continuo de vehículos, caballerías y peatones hacía necesarias las labores de mantenimiento y reparación. Normalmente se recurre a una especie de asfalto compacto compuesto por diferentes elementos: tierra y, en mayor o menor medida, piedras, cal y fragmentos de cerámica; por otro lado, cantos rodados y arcilla, o simplemente tongadas de tierra apisonada⁷. Así se ha comprobado en *Lucentum* (OLCINA y PÉREZ JIMÉNEZ, 1998: 64-65; OLCINA 2009: 78-79), *Pollentia* (ORFILA *et al.* 2005: 99-100; ORFILA, 2000: 149), *Carthago Nova* (NOGUERA *et al.* 2009: 274) y *Asturica Augusta* (BURÓN, 2006: 295). Las rehabilitaciones del firme debieron de ser muy frecuentes, especialmente en las arterias que soportaban más tráfico. Un ejemplo muy ilustrativo lo constituye la calle documentada en la Plaza del Rey, correspondiente a la *Barcino* romana. Durante el siglo II dicha vía fue reparada un total de diez veces, seis en la primera

6 En ocasiones, la culminación de ciertos proyectos se prolongó hasta fecha antonina avanzada, caso del *kardo minor* de *Lucus Augusti* (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ y CARREÑO, 1999: 1177).

7 En *Augusta Emerita* se reparó el *cardo* anexo a la llamada Casa de los mármoles con piedra, siguiendo por tanto el proyecto original. Para ello se desmontaron las losas de la vía reparada y se reaprovecharon en la nueva pavimentación, algo que se comprueba por la diferente orientación de las huellas del paso de carruajes (ALBA, 2001: 418).

mitad de siglo y cuatro en la segunda, lo que da buena idea de la atención y el esfuerzo que las autoridades locales pusieron en el mantenimiento del viario urbano de la colonia (BELTRÁN DE HEREDIA y CARRERAS, 2011: 238). No obstante, en ciertas ocasiones se ha cuestionado que los responsables de las labores de mantenimiento viario fueran los magistrados locales. En *Lucentum*, por ejemplo, las repavimentaciones de la Calle de Popilio no consisten sino en echadizos discontinuos y, por tanto, se han interpretado dentro de un contexto de regresión urbana, como arreglos puntuales realizados por los propios vecinos (OLCINA y PÉREZ JIMÉNEZ, 1998: 64-65; OLCINA, 2009: 78-79).

Por su parte, las arterias porticadas con perspectiva escenográfica, las denominadas *viae porticatae* o *plateae*, propias del urbanismo de las grandes ciudades orientales del siglo II y III d.C., no suponen un rasgo típico del urbanismo hispanorromano, ni, en general, de las provincias occidentales (GROS, 2007: 463-469; BURNS, 2017: 203-300). Sin embargo, merece la pena destacar ciertos casos hispanos en los que se edificaron vías porticadas con un alto grado de monumentalización, sin que estas puedan ser, lógicamente, parangonables con las plateas de *Gerasa*, *Bostra* o *Palmyra*, por citar algunos ejemplos señeros. Contamos con dos casos reseñables, uno en ámbito suburbano en *Augusta Emerita* y otro de carácter intraurbano, en *Clunia*⁸. Precisamente, en ésta última capital conventual se crea una nueva calle, un decumano, a finales del siglo II para dar acceso a dos termas, Los Arcos I y II, que son, precisamente, reformadas en la misma fecha (DE PALOL, 1994: 91-92). La vía se equipó con pórticos a ambos lados y probablemente contó además con una función conectiva y escenográfica (MACDONALD, 1986: 32-50). El decumano no ha sido excavado completamente, pero su proyección viene a coincidir con el eje axial del teatro (reformado en la segunda mitad del siglo II); por lo tanto, muy posiblemente esta vía porticada comunicó ambos sectores públicos y poseyó un importante papel en la vertebración del tejido urbano cluniense. Por lo que respecta la capital

⁸ En *Corduba* se ha verificado una importante transformación del tramo más inmediato a la ciudad de la calzada que conectaba *Astigi* y *Corduba*. En efecto, la vía que discurre junto a los monumentos funerarios de Puerta de Gallegos, en el suburbio occidental, se dota de acerado, canalización de agua, sistema de cloacas y se repavimenta con losas de pudinga en la segunda mitad del siglo II. Todo apunta a que esta remodelación incluiría también la instalación de un porticado (VAQUERIZO y MURILLO, 2010: 490-491; MURILLO *et al.* 2010b: 509-510).

de Lusitania, justo en su suburbio oriental, existió una vía suburbana con recorrido Este-Oeste que debía de comunicar con la calzada que ponía en contacto *Emerita* y *Metellinum*. Entre los siglos II y III se produjo en ella una gran reforma que conllevó su monumentalización, transformándose en una gran avenida porticada⁹ (AYERBE y MÁRQUEZ, 1996: 142). La monumentalidad del porticado se puede inferir de los restos de los pilares, compuestos por zapatas cuadrangulares de 1.20 x 1.05 m fabricadas con piedra y mortero de cal, y dispuestos entre sí a una distancia de 5 m. Lamentablemente, la extensión de la intervención impidió documentar el otro extremo de la vía, donde es de esperar que existiera otro pórtico de idénticas características (AYERBE y MÁRQUEZ, 1996: 143-144).

Finalmente, otro rasgo del viario urbano del siglo II, pero sobre todo de los siglos posteriores, fue la ocupación de vías y pórticos por parte de construcciones privadas, así como el cese de su mantenimiento. Estos fenómenos de incuria y descuido del viario se engloban dentro de las transformaciones propias de época tardía, tales como el abandono, la amortización y el expolio de edificios y espacios públicos (DIARTE, 2012: 23-25). Dichas alteraciones se han venido situando tradicionalmente a partir del siglo III, pero su génesis arranca ya, como pretendemos demostrar, en la segunda centuria. Asimismo, es habitual vincular estos sucesos con ciudades en franca regresión, es decir, afectadas en mayor o menor medida por la crisis urbana, sin que ello signifique una valoración peyorativa de tales dinámicas. Sin embargo, y a pesar de la enorme variedad de casos que se detectan, no faltan ejemplos en los que estas transformaciones acontecen en ciudades con una vitalidad urbana innegable. Es el caso de *Augusta Emerita*. En esta capital provincial los pórticos de las calles comienzan a ser ocupados por construcciones privadas desde el siglo II d.C. Se trata de un proceso gradual que se inició en este momento y culminaría dos siglos más tarde. Así, el porticado es convertido en *tabernae* o bien pasa directamente a ser absorbido por la propia vivienda (ALBA, 2004: 75). En ciertas ocasiones, los propietarios de las *domus* aprovechan la estructura del porticado para expandir la planta superior del edificio (ALBA, 2002: 135-136). Este hecho tuvo consecuencias para el tráfico urbano, ya que, ante la privatización del

⁹ Esta fase también comprende la construcción de una pequeña cloaca en el centro de la vía con doble cubierta de ladrillos (AYERBE y MÁRQUEZ, 1996: 144).

acerado, peatones, caballerías y carruajes debieron compartir un mismo espacio de circulación (ALBA, 2001: 407-408). En el caso de *Barcino*, ya se aludió a que diversos puntos del *intervallum* de la muralla fueron ocupados por estructuras privadas, lo que conllevó una interrupción del tránsito por dicha vía. También cabría indicar al respecto que la *domus* localizada en la Plaza de Sant Miquel incorporó en el siglo II un conjunto termal, construido en parte sobre un *kardo minor* (MIRÓ, 2011: 71-72). De igual modo, un decumano de *Asturica Augusta*, excavado en la calle Alonso Garrote 7, fue ocupado parcialmente a mediados del siglo II por una estructura constructiva privada (BURÓN, 2006: 295).

El cese del mantenimiento y limpieza del viario urbano no es un rasgo exclusivo de las ciudades tardoantiguas. En el caso de *Baelo Claudia* comenzó a interrumpirse antes del siglo III, puesto que los sedimentos transportados por las aguas pluviales cubrieron, desde la segunda mitad del siglo II, un tramo del enlosado del decumano situado junto a la puerta de *Carteia*¹⁰ (ALARCÓN, 2006: 67). Además, a finales del siglo II, se interrumpió la limpieza del callejón medianero entre la basílica y el *macellum* (DIDERJEAN *et al.* 1986: 98). En *Clunia*, por su parte, un espacio central de la ciudad, justamente situado al lado de las Termas del Foro, se convierte desde mediados del siglo II en escombrera¹¹ (DE LA IGLESIA y TUSET, 2013: 109). Asimismo, la acera oriental del decumano máximo de *Baetulo* se configuró, a finales del siglo II, como un basurero improvisado, en el cual se acumularon desechos de carácter urbano (PADRÓS y SÁNCHEZ, 2011: 229; 2014: 108-109).

Los anteriores ejemplos evidencian que el deterioro de los espacios viarios no solo se desarrolló en ciudades aquejadas de una severa retracción, al menos en la etapa de nuestro estudio; antes bien, grandes urbes como *Barcino* o *Augusta Emerita*, poseedoras de notable vitalidad y dinamismo en la segunda centuria, también registran estos episodios de falta de mantenimiento y desarticulación del espacio urbano original.

No obstante, estas transformaciones también afectaron, por supuesto, a ciudades con menor dinamismo o con evidencias directas de debilidad urbana. Una buena prueba de ello acontece en *Emporiae*,

¹⁰ Dicha cronología viene avalada por el hallazgo de un denario acuñado en el 143-144 en las bolsadas de sedimentos (ALARCÓN, 2006: 67).

¹¹ Concretamente, el espacio colindante entre el lado suroeste de las termas y los dos cardos vecinos.

donde desde finales del siglo II las construcciones parasitarias se apoderan de los pórticos de las calles, ya derrumbados (CASTANYER *et al.* 1993: 190-192). En este caso, no es extraño que las operaciones de mantenimiento de las calles del municipio se suspendieran a mediados de la segunda centuria (MAR y RUIZ DE ARBULO, 1993: 417-418).

4. Sistemas de saneamiento

Una gran proporción de los núcleos urbanos hispanorromanos contaba con red de alcantarillado, lo cual no es de extrañar, puesto que ello supone uno de los rasgos definitorios del modelo de ciudad reproducido por Roma. El mantenimiento del sistema de evacuación de aguas pluviales y fecales, junto con otras necesidades higiénico-sanitarias (como la gestión de los residuos urbanos y la limpieza de las calles y espacios públicos), constituyó una de las primeras preocupaciones de las autoridades locales. En consecuencia, la supervisión de estas tareas, que fueron reguladas legalmente –tal y como aparece recogido en la legislación municipal y estatal¹² (DUPRÉ y REMOLÀ, 2002: 43 y ss.; 2000; CARRERAS, 2011: 19-22)–, se confió a magistrados, ediles y duoviros.

Normalmente, las canalizaciones y las calles pavimentadas suelen estar asociadas y forman parte de una misma infraestructura viaria urbana. Dependiendo de cada ciudad, ambos elementos pudieron ser construidos al unísono, esto es, planificados y ejecutados junto con el resto de equipamiento urbano. No obstante, a veces la ciudad contaba primero con un sistema de evacuación de aguas superficiales, y, en segundo momento y dependiendo de sus necesidades, pudo dotarse de un verdadero sistema de saneamiento subterráneo (REMOLÀ y ACERO, 2011: 383).

Por lo que respecta al marco cronológico de nuestro estudio, encontramos ambas situaciones. Por un lado, cabría citar las ciudades que desarrollaron sus cloacas en época fundacional o en un momento posterior. Dichas urbes cuentan con un sistema de evacuación de aguas plenamente desarrollado y vigente en el siglo II, por lo que este equi-

¹² Por ejemplo, en el capítulo 77 de la *lex Iritana* se establece que era competencia de los duoviros y ediles la gestión de calles y cloacas. En *Digesto* 43. 23 se establece quien era el responsable de reformar o reparar las diferentes partes de la red de saneamiento en función de su titularidad pública o privada.

pamiento “heredado” será el que perdure durante toda la etapa altoimperial hasta, al menos, el siglo III. Esta es la situación que presenta la mayoría de las ciudades hispanorromanas durante la segunda centuria (REMOLÀ y ACERO, 2011). Sus respectivos sistemas de alcantarillado gozan de mantenimiento regular, como ilustra el hecho de que arqueológicamente no se detecten en ellos depósitos correspondientes a los siglos I y II d.C. Esto es, la ausencia de registro arqueológico indica que tales infraestructuras funcionaban con normalidad¹³.

Por su parte, otras ciudades completaron su equipamiento urbano definitivo en una horquilla temporal que va desde época flavia a, normalmente, inicios del siglo II. Esta dinámica no contempla únicamente la construcción de canalizaciones subterráneas, sino también la creación y mejora de la red viaria, puesto que, como indicábamos antes, en la mayoría de los casos no se pueden disociar ambos elementos¹⁴. En *Asturica Augusta* el proceso de sustitución del entramado de cloacas instaladas en época julio-claudia se adapta a este marco cronológico (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2012: 273). Al igual que ocurre con la reforma del equipamiento urbano de *Baetulo*, reconocido principalmente con base en el sistema de cloacas e inbornales, que fue en gran medida ejecutado en época trajano-adrianea (PADRÓS y SÁNCHEZ, 2011: 224-226; 2014: 99-101). Por su parte, la remodelación del escenario urbano llevada a cabo en época flavia en *Conimbriga* conllevó la adaptación de conducciones preexistentes y la construcción puntual de nuevas (REIS *et al.* 2011: 189-192). Este proceso se dilató bastante, puesto que no se concluyó hasta mediados del siglo II (REIS *et al.* 2011: 181). Por último, en *Valentia* la reforma de la red de colectores, así como de la red viaria, se adapta igualmente a este marco temporal (RIBERO y ROMANÍ, 2011: 33 y 37). Sin embargo, las necesidades de esta colonia, muy dinámica en la época de nuestro estudio, hicieron inevitable otra fase de reformas. De este modo, entre mediados del siglo II e inicios del III, se registra la introducción de colectores, así como la construcción de pórticos y nuevas repavimentaciones en diversos puntos de la ciudad,

¹³ Buenos ejemplos son *Italica* y *Baetulo*, donde no se ha detectado ninguna anomalía en el mantenimiento en la red de alcantarillado durante la segunda mitad del siglo II (JIMÉNEZ SANCHO, 2011: 145-156; PADRÓS y SÁNCHEZ, 2011: 215-232).

¹⁴ No obstante, en líneas generales existe mayor conocimiento de las cloacas frente a las calles, ya que las primeras suelen documentarse en las excavaciones con más frecuencia y en mejor estado de conservación.

indicios todos ellos de vitalidad urbana (RIBERA y ESCRIVÀ, 1991: 186-190; RIBERA y ROMANÍ, 2011: 335-336; SERRANO, 2000: 12-13).

Finalmente, en el siglo II, especialmente desde su segunda mitad y a finales del mismo, se registra otro fenómeno interesante: el colapso del sistema de evacuación de aguas. Dicha dinámica ilustra como ninguna otra el grado de involución urbana de una comunidad cívica y constituye un rasgo de cambio radical en la gestión de los residuos, junto con la aparición de vertederos intramuros (DUPRÉ y REMOLÀ, 2000: 50). En concreto, la inutilización del sistema de evacuación de aguas se fecha de forma general en Occidente a partir del siglo III y se generaliza durante el Bajo Imperio y la Antigüedad Tardía (DUPRÉ y REMOLÀ, 2000: 143-144; 2002: 54). Sin embargo, los primeros ejemplos en ciudades hispanas corresponden al siglo II. Eso sí, ello no afecta entonces de forma generalizada a todas las urbes, sino sólo a una minoría que comparte inequívocos signos de involución urbana. La colmatación del sistema de cloacas comienza cuando el mantenimiento de la red deja de atenderse. Es, por tanto, un proceso paulatino y dilatado que no aqueja a toda la red por igual¹⁵. Sin ir más lejos, en *Lucentum*, la excavación del tramo de la cloaca que vertía las aguas residuales fuera de la muralla ha determinado que, ya en época flavia temprana, la administración local dejó de atender su mantenimiento (GARCÍA BARRACHINA *et al.* 2009: 84). El abandono del sistema de cloacas no fue, sin embargo, uniforme, puesto que el colector que recogía las aguas pluviales del foro estuvo en funcionamiento hasta la primera mitad del siglo II¹⁶ (GARCÍA BARRACHINA *et al.* 2009: 85; OLCINA *et al.* 2013: 177). El cese del mantenimiento de la cloaca central de *Bilbilis* (construida para drenar el teatro) se fija en el siglo II; del mismo modo, los canales de desagüe de las termas se obstruyen a finales de esta misma centuria (MATÍN-BUENO y SÁEZ, 2013: 367-368). También el colector central de *Emporiae* quedó completamente colmatado a finales de siglo II, mientras que las conducciones de *Carthago*

¹⁵ Resulta muy complejo determinar el espacio de tiempo transcurrido entre la interrupción de la limpieza y la colmatación completa del conducto. Puesto que, si el sistema está bien diseñado y las aguas descienden con la debida pendiente, la red de alcantarillado no se obstruye de inmediato y puede continuar funcionando un tiempo sin necesidad de mantenimiento (DUPRÉ y REMOLÀ, 2002: 50).

¹⁶ El derrumbe del arco de entrada al foro sobre la cubierta del registro pudo ser determinante para que la cloaca no volviera a limpiarse nunca más (OLCINA *et al.* 2013: 177).

Nova dejan de limpiarse en la segunda mitad del siglo que nos ocupa (CASTANYER *et al.* 1993: 190-192; EGEA, 2002: 27).

Por último, hay que indicar que el abandono del mantenimiento y la ocupación parasitaria de pórticos y calles no son rasgos inequívocos de retracción urbana por sí mismos. Justamente, en el apartado anterior se expuso cómo este fenómeno se desarrolla en ciudades con cierta vitalidad urbana. Por el contrario, la amortización de la red de alcantarillado, en nuestra opinión, sí supone un atributo de ciudades en retroceso que pone en evidencia la incapacidad de la administración local para mantener la infraestructura urbana. Asimismo, sirve a menudo como preludio de abandono del centro urbano, aunque, no obstante, cada población presenta una situación diferente que debe ser debidamente contextualizada.

Para cerrar este punto nos parece interesante detenernos en una cuestión. En la legislación local aparecen reguladas las atribuciones de los magistrados con respecto al mantenimiento de infraestructuras y espacios públicos. En efecto, en el capítulo XIX de la *lex Irnitana* se especifica, entre otros aspectos, que era potestad de los ediles la supervisión, limpieza y conservación de las calles, cloacas, templos y lugares sagrados, así como la vigilancia de que no hubiera obstáculos que dificultaran el tráfico (*cura viarum*)¹⁷ (LAMBERTI, 1993: 65; PÉREZ ZURITA, 2011: 220-230; SÁNCHEZ COLLADO, 2013: 448-467). Además, la ley específica que los decuriones eran los encargados de observar el cumplimiento de esta disposición. Como hemos visto, desde época antonina avanzada la arqueología constata en bastantes urbes el cese del mantenimiento de calles, así como la amortización del alcantarillado, la aparición de basureros intraurbanos y las ocupaciones parasitarias de pórticos y vías, además del expolio de edificios públicos¹⁸. Normal-

¹⁷ *Lex Irn.* 19: *...annonam aedas sacras loca sacra religiosa oppidum vias vicos cloacas balinea macellum pondera mensuras exigendi aequandi vigilias cum res desiderabit exigendi et si quit praeter ea decuriones conscriptisve aedilibus faciendum esse censuerint eas res omnes curandi faciendi...* Por otra parte, tanto la *lex Ursonensis* (*Lex Urs.* 77) como la *lex municipii Tarentini* (*Lex. Tar.* 1. 39-43) otorgan autoridad a los duoviros y ediles para construir, reformar y modificar calles y cloacas.

¹⁸ La legislación prohíbe el derrumbe de edificios públicos para aprovechamiento de sus materiales. Además, para poder desarrollar esta acción era necesario el beneplácito de los decuriones y de la administración imperial (*Lex Irn.* 97; *Lex Urs.* 62), véase: MURGA, 1976: 35 y ss.

mente, estos fenómenos se han relacionado con la pérdida de autoridad y vigor de las instituciones cívicas¹⁹. Sin embargo, si cruzamos los datos que nos proporcionan la epigrafía, por un lado, y la arqueología, por otro, encontramos situaciones sorprendentes o incluso chocantes. Por ejemplo, en *Baelo Claudia* desde el segundo tercio del siglo II se detectan vertidos de residuos en el interior de la ciudad, cesa el mantenimiento del decumano de entrada al núcleo urbano y se abandona el *macellum*, quedando convertido en un basurero (DIDERJEAN *et al.* 1986: 97-119; ALARCÓN, 2006: 67). Sin embargo, en este periodo la vida institucional de la comunidad no se resiente un ápice: a finales del siglo II sigue vigente el culto imperial y el senado local continúa activo; es más, el *ordo* cuenta con suficiente capacidad económica para decretar honores funerarios²⁰ (BONNEVILLE *et al.* 1988:40-41; MELCHOR, 2006: 121). Por otra parte, ya vimos como en ciudades tan pujantes como *Augusta Emerita* o *Barcino* las autoridades, cuya actividad es manifiesta es este periodo, toleran la ocupación de la vía pública por parte de privados, lo que supone una merma del espacio público, así como un problema para la fluidez del tráfico urbano. En *Pollentia*, por último, la pavimentación del foro -llevada a cabo bajo la responsabilidad del gobierno local- es coetánea a la privatización del porticado del *macellum* que formaba parte del área forense²¹.

¹⁹ Al respecto véase : JACQUES, 1984: 358-378; RODÁ, 1999: 121-130; LE ROUX, 2001: 58-61 ; CURCHIN, 2014: 271-287; MELCHOR, 2017 : 217-244.

²⁰ *AE* 1988, 730.

²¹ En concreto, los cambios se focalizan en la llamada *Insulae* de *tabernae*, un *macellum* situado en el costado oriental del foro y compuesto por una serie de habitaciones comerciales con una fachada porticada. A finales del siglo II, el inmueble se remodela profundamente, las estancias comerciales pasan a tener una forma cuadrada, se eleva el nivel del suelo y se reutilizan como zócalo los muros del periodo anterior (ORFILA y ARRIBAS, 1998: 64; CAU y CHAVES, 2003: 38; ORFILA *et al.* 1999: 102). Por último, aunque dentro de esta misma fase, las tabernas se apoderan del pórtico, que hacía las veces de ambulacro oriental del foro (ORFILA y ARRIBAS, 1998: 64; ORFILA, 2000: 150). Asimismo, las excavaciones desarrolladas en el contexto del foro han constatado la reparación de la vía adosada al *ambulacrum*. El pavimento se reparó a base de capas de cantos rodados y arcilla tanto a finales del siglo I o inicios del II como, nuevamente, a finales del siglo II (ORFILA *et al.* 2005: 99-100; ORFILA, 2000: 149). Es muy significativo que la segunda repavimentación de esta calle coincida con la privatización de un espacio público como el porticado del *macellum*. Como hemos indicado, este fenómeno se ha relacionado con la decadencia o la pérdida de autoridad de las

Todas estas situaciones manifiestan que ciertos gobiernos locales no cumplían con su obligación de mantener la infraestructura urbana y los espacios públicos, tal y como dictaba la ley. Está claro que existe permisividad, negligencia o relajación de las funciones de los ediles, y por extensión de los curiales, sobre los que recae la responsabilidad de velar por la *cura urbis*. No obstante, este desinterés o renuncia al mantenimiento urbano, en nuestra opinión, no debe ser tomado como un reflejo directo de la crisis de las instituciones locales, sino más bien como un cambio general de mentalidad con respecto a estas cuestiones urbanísticas.

5. Conclusiones

A pesar del estatismo que se había propuesto para la ciudad hispanorromana posterior a época flavia, no son pocos los cambios que afectan a la infraestructura urbana durante el siglo II. En el ámbito del viario urbano, el fenómeno más frecuente fue la reparación de las calles y la limpieza de cloacas, actuaciones que deben englobarse dentro de la línea de mantenimiento y reparación que afecta a todos los elementos de topografía urbana en este siglo. Presuponemos que estas iniciativas de conservación y mantenimiento fueron rutinarias y frecuentes, sin embargo, resultan muy difíciles de detectar en el registro arqueológico, muy al contrario que las fases de construcción y abandono-destrucción. Asimismo, también hay que destacar por su singularidad la creación de algunas arterias porticadas con un alto grado de monumentalidad, tanto en ámbito suburbano como intraurbano. Otro de los principales rasgos urbanísticos de la *Hispania* medioimperial es el papel secundario que juegan las murallas en este momento, como se desprende del hecho de que prácticamente ninguna cinta muraria de las ciudades estudiadas haya asumido una reforma. Su progresiva irrelevancia defensiva determinó que, en algunos casos, la propia muralla o bien sus anexos acabaran amortizándose en una fecha relativamente temprana.

Otro fenómeno que ha concitado nuestra atención es la ocupación de vías y pórticos por parte de construcciones privadas. Esta apropiación

instituciones políticas locales, algo que no encaja en esta situación, puesto que serían los ediles y, en última instancia, el *ordo* los responsables de la citada reparación.

ción del espacio público, especialmente por parte de viviendas, se ha venido fechando generalmente a partir del siglo III; no obstante, sus primeros ejemplos se desarrollan en nuestro marco cronológico. Su aparición se relaciona con la falta de suelo edificable y, sobre todo, con la permisividad de las autoridades, ya que este abuso edilicio estaba expresamente penado por la legislación. Sin embargo, ello no debe ser concebido directamente como un indicio de retracción urbana, ya que estos episodios de desarticulación del viario urbano original también afectan a grandes urbes que presentan una notable vitalidad en el siglo II. En este sentido, el rechazo de la *cura urbis* no debe entenderse como reflejo de la crisis de las instituciones locales, sino más bien como evidencia de la pasividad de los encargados de velar por el correcto mantenimiento de las ciudades: ediles y, en última instancia, decuriones.

Como se puede observar, no es fácil caracterizar el urbanismo y “tomar el pulso” a las comunidades hispanorromanas de época antonina, puesto que en ellas se conjugan indicios de falta de vitalidad urbana con otros testimonios que son propios de ciudades en pleno vigor. En cualquier caso, parece que este urbanismo híbrido y heterogéneo que reúne elementos propios de época tardía y altoimperial, era el propio del paisaje urbano de la mayoría de ciudades de *Hispania* en época medioimperial.

BIBLIOGRAFÍA

- ALARCÓN, F. (2006): “La excavación de la puerta de Carteia”. En C. Sánchez de las Heras (coord.): *Actas de las I Jornadas Internacionales de Baelo Claudia: balance y perspectivas*. Cádiz: 61-78.
- ALBA, M. (2001): “Características del viario urbano de Emerita entre los siglos I y VII”, *Mérida Excavaciones Arqueológicas*, V: 397-424.
- (2002): “Datos para la reconstrucción diacrónica del paisaje urbano de Emerita: Las calles porticadas desde la etapa romana a la visigoda”, *Mérida Excavaciones Arqueológicas*, VI: 371-396.
- (2004): “Arquitectura doméstica”. En X. Dupré (ed.): *Las capitales provinciales de Hispania, Mérida, Colonia Augusta Emerita*. Roma: 67-83.
- AYERBE, R. y MÁRQUEZ, J. (1996): “Intervención arqueológica en el solar de la c/ Cabo Verde. Espacio funerario del Sitio del Disco”, *Mérida excavaciones arqueológicas*, II: 135-166.
- BELTRÁN DE HEREDIA, J. (2000): “Los restos arqueológicos de una fullonica y de una tinctoria en la colonia romana de Barcino (Barcelona)”, *Complutum*, XI: 253-259.

- (2001): "Continuidad y cambio en la topografía urbana. Los testimonios arqueológicos del cuadrante nordeste de la ciudad". En J. Beltrán de Heredia (dir.): *De Barcino a Barcinona (siglos I-VII). Los restos arqueológicos de la plaza del Rey de Barcelona*. Barcelona: 96-107.
- (2010): "Barcino de Colonia Augustea a sede regia en época visigoda. Las transformaciones urbanas a la luz de las nuevas aportaciones de la arqueología". En: *Arqueología, patrimonio y desarrollo urbano. Problemática y soluciones*. Gerona: 31-49.
- BERNAL, D. *et al.* (2007): "Abandonos en algunas insulae del barrio industrial a finales del siglo II d.C.". En A. Arévalo, y D. Bernal (coords.): *Las cetariae de Baelo Claudia. Avance de las investigaciones arqueológicas en el barrio meridional (2000-2004)*. Sevilla: 83-451.
- BLECH, M.; HAUSCHILD, T. y HERTEL, D. (coords.), *Mulva III: das Grabgebäude in der Nekropole Ost, die Skulpturen, die Terrakotten*, Maguncia.
- BONNEVILLE, J.N. ; DARDAINE, S. y LE ROUX, P. (1988): *L'épigraphie: les inscriptions romaines de Baelo Claudia*, Madrid.
- BURNS, R. (2017): *Origins of the colonnaded streets in the cities of the Roman East*, Oxford.
- BURÓN, M. (2006): "El trazado urbano de Asturica Augusta: génesis y evolución". En I. Moreno (coord.): *Nuevos elementos de ingeniería romana. III Congreso de obras públicas romanas*. Astorga: 289-312.
- CARRERAS, C. (2011): "Urbanismo y eliminación de residuos urbano". En X. Dupré y J. Acero (eds.): *La gestión de los residuos urbanos en Hispania*. Mérida: 17-26.
- CASTANYER, P. *et al.* (1993): "L'excavació del kardo B. Noves aportacions sobre l'abandonement de la ciutat romana d'Empuries", *Cypsela*, X: 159-194.
- CAU, M.A. y CHÁVEZ, E. (2003): "El fenómeno urbano en Mallorca en época romana: los ejemplos de Pollentia y Palma", *Mayurqa*, XXIX: 27-49.
- CURCHIN, L. (2014): "The end of local magistrates in the Roman Empire", *Gerión*, XXXII: 271-284.
- CUYÀS, J.M. (1977): *Historia de Badalona. Badalona Romana i visigòtica*. Badalona.
- DE LA IGLESIA, M.A. y TUSET, F. (2013): "El proyecto del foro de Clunia. Espacio y función". En B. Soler, *et al.* (coords.): *Las sedes de los ordines decurionum en Hispania. Análisis arquitectónico y modelo tipológico*. Mérida: 97-110.
- DE PALOL, P. (1994): *Clunia. Historia de la ciudad y guía de las excavaciones*. Burgos.
- DIARTE, P. (2012): *La configuración urbana de la Hispania tardoantigua. Transformaciones y pervivencias de los espacios públicos romanos*, ss. III-VI d. C. Oxford.
- DIDIERJEAN, F.; NEY, C. y PAILLET, J.L. (1986): *Le macellum*. Madrid.
- DUPRÉ, X y REMOLÀ, J.A (eds.) (2000): *Sordes Urbis. La eliminación de residuos en la ciudad romana*. Roma.
- (2002): "A propósito de la gestión de los residuos urbanos en Hispania", *Romula*, I: 39-56.

- GARCÍA y BELLIDO, A. (1955): “Las primeras invasiones moras (época romana) en España”, *Archivo del Instituto de Estudios Africanos*, XXXIII: 31-39.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, E. (2011): “Lucus Augusti”. En J.A. Remolá y J. Acero (eds.): *La gestión de los residuos urbanos en Hispania*. Mérida: 297-311.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, E. y CARREÑO M.C. (1999): “La capital del extremo noroeste hispánico: Lucus Augusti y su tejido urbano a la luz de las últimas intervenciones arqueológicas”. En A. Rodríguez Colmenero (coord.): *Los orígenes de la ciudad en el noroeste hispánico*. Lugo: 1171-1208.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, M. L. (2012): “Origen militar y desarrollo urbano de Asturica Augusta”. En J. Beltrán y O. Rodríguez Gutiérrez (eds.): *Hispaniae urbes. Investigaciones arqueológicas en ciudades históricas*. Sevilla: 257-294.
- GOZALBES, E. (1979): “IncurSIONES de moros contra la Bética en el mundo antiguo”, *Jabega*, XXVI: 49-53.
- GROS, P. (1992): “Moenia: aspects défensifs et aspects représentatifs des fortifications”. En S. Van de Maele y J.M. Fossey (eds.); *Fortificationes antiquae*. Amsterdam: 211-225.
- (2007): *Storia dell'urbanistica. Il mondo romano*. Roma.
- GRÜNHAGEN, W. (1982): “Cronología de la muralla de Munigua”. En: *Homenaje a Sáenz de Buruaga*. Badajoz: 315-328.
- HAUSCHILD, T. (1994): “Murallas de Hispania en el contexto de las fortificaciones del área occidental del Imperio Romano”. En X. Dupré (coord.), *La ciudad en el mundo romano, Actas XIV Congreso Internacional de Arqueología Clásica*. Tarragona: 223-232.
- JACQUES, F. (1984): *Le privilège de liberté. Politique impériale et autonomie municipale dans les cités de l'Occident romain (161-244)*. Roma.
- JIMÉNEZ SANCHO, A. (2011): “Italica. La red de alcantarillado”. En J.A. Remolá y J. Acero (eds.): *La gestión de los residuos urbanos en Hispania*. Mérida: 145-156.
- LAMBERTI, F. (1993): *Tabulae Irnitanae. Municipalità e ius romanorum*. Nápoles.
- MACDONALD, W. (1986): *The architecture of the Roman Empire. An urban appraisal*. New Haven.
- MAR, R. y RUIZ DE ARBULO, J. (1993): *Ampurias romana. Historia, arquitectura y arqueología*. Sabadell.
- MELCHOR, E. (2006): “His ordo decrevit”, *Anales de Arqueología Cordobesa*, XVII: 115-144.
- (2017): “François Jacques tenía razón: sobre el no declinar de las élites locales y de la vida municipal durante el siglo II y primer tercio del siglo III d.C.”. En J. Andreu (ed.): *Oppida Labentia. Transformaciones, cambios y alteración en las ciudades hispanas entre el siglo II y la tardoantigüedad*. Uncastillo: 217-244.
- MIRÓ, C. (2011): “Els balnea de les domus de Barcino”, *Quaderns d'Arqueologia i Història de la Ciutat de Barcelona*, VII: 68-83.
- MURILLO, J.F. et al. (2010): “La transición de la civitas clásica cristianizada a la madina islámica a través de las transformaciones operadas en las áreas suburbanas”. En

- D. Vaquerizo y J.F. Murillo (eds.), *El anfiteatro romano de Córdoba y su entorno urbano. Análisis arqueológico (ss. I-XIII d.C.)*. Córdoba: 503-540.
- OLCINA, M. (1990): "Fortificaciones del Tossal de Manises: estado de la cuestión". En: *Fortificaciones y castillos de Alicante*. Alicante: 25-60.
- (ed.) (2009): *Lucentum (Tossal de Manises, Alicante): arqueología e historia*. Alicante.
- OLCINA, M. y PÉREZ JIMÉNEZ, R. (1998): *La ciudad ibero-romana de Lucentum (El Tossal de Manises, Alicante). Introducción a la investigación del yacimiento arqueológico y su recuperación como espacio público*. Alicante.
- OREJAS, A. y MORILLO, A. (2013): "Asturica Augusta. Reflexiones sobre su estatuto y papel territorial". En R. M. Cid y E. García Fernández (eds.): *Debita verba. Estudios en homenaje al profesor Julio Mangas Manjarrés*. Oviedo: 93-119.
- ORFILA, M. (2000): *El fòrum de Pollentia. Memòria de les campayes d'excavacions realitzades entre els anys 19996 i 1999*. Alcudia.
- ORFILA, M. y ARRIBAS, A. (1998): "La ciudad romana de Pollentia (Alcudia, Mallorca) en la actualidad". En: *Congreso ciudades históricas vivas, ciudades del pasado. Pervivencia y desarrollo*. Mérida: 63-67.
- ORFILA, M.; ARRIBAS, A. y CAU, M.A. (1999): "La ciudad romana de Pollentia: el foro", *Archivo Español de Arqueología*, LXXII: 99-118.
- ORFILA, M.; CAU, M. y CHÁVEZ, E. (2005): "La ciudad romana de Pollentia (Alcudia, Mallorca). Resultados de la investigación entre 1996-2004", *Tabona*, XIV: 93-115.
- P. LE ROUX (2001) : "La «crise» des élites hispano-romaines (IIIe-IVe siècles)". En M. Navarro y S. Demougin (eds.) : *Elites Hispaniques*. Burdeos: 58-61.
- PADRÓS, P. y SÁNCHEZ, J. (2011): "Baetulo". En J.A. Remolá y J. Acero (eds.), *La gestión de los residuos urbanos en Hispania*. Mérida: 215-230.
- (2014): "Transformaciones en los espacios urbanos en Baetulo. Siglos II al IV d.C.". En S.F. Ramallo y A. Quevedo (eds.): *Las ciudades de la Tarraconense oriental entre los siglos II-IV d.C*. Murcia: 89-118.
- PÉREZ MAESTRO, C. (2005): "Nuevas aportaciones para el conocimiento de la secuencia ocupacional del área periurbana de Mérida", *Mérida excavaciones arqueológicas*, VIII: 227-246.
- PÉREZ ZURITA, D. (2011): *La edilidad y las élites locales en la Hispania Romana. La proyección de una magistratura de Roma a la administración municipal*. Córdoba.
- REIS, M.P.; DE MAN, A. y CORREIA, V.H. (2011): "Conimbriga". En J. Acero y J.A. Remolá (eds.): *La gestión de los residuos urbanos en Hispania*. Mérida: 181-202.
- REMOLÀ, J.A. y ACERO, J. (2011): "Conclusiones". En J. Acero y J.A. Remolá (eds.): *La gestión de los residuos urbanos en Hispania*. Mérida: 383-386.
- (eds.), *La gestión de los residuos urbanos en Hispania*. Mérida.
- RIBERA, A. y ESCRIVÀ, V. (1991): "La intervención arqueológica". En V.M. Roselló (coord.): *El Palau de l'Almirall*. Valencia: 173-192.

- RIBERA, A. y ROMANÍ, N. (2011): “Valentia”. En J. Acero y J.A. Remolá (eds.): *La gestión de los residuos urbanos en Hispania*. Mérida: 313-342.
- RODÁ, I. (1999): “Foros y epigrafía: Algunos ejemplos de Hispania Citerior”, *Historia Antiqua*, V: 121-130.
- SÁNCHEZ COLLADO, E. (2013): “La cura urbis edilicia según la legislación municipal hispana. Lex Imitana, capítulo XIX”, *Revista Internacional de Derecho Romano*, XI: 436-467.
- SANTOS, N. (1980): “Las invasiones de los moros en la Bética del siglo II d. N. E.”, *Gades*, V: 51-62.
- SCHATTNER, T.G. (2003): *Munigua: cuarenta años de investigaciones*. Sevilla.
- SERRANO, M.L. (2000): “Hallazgos arqueológicos de la Plaza de Cisneros nº 6 de Valencia”. En J. Pascual y R. Soriano (coords.): *L'arqueologia fa ciutat: les excavacions de la Plaça de Cisneros*. Valencia: 9-22.
- VAQUERIZO, D. y MURILLO, J.F. (2010): “Ciudad y suburbia en Corduba. Una visión diacrónica (siglos II a.C.- VII d.C.). En D. Vaquerizo (ed.): *Las áreas suburbanas en la ciudad histórica. Topografía, usos y función*. Córdoba: 455-522.

VASCO GIL MANTAS

Universidade de Coimbra / Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

vsmantas@gmail.com

DA CAPITAL DA LUSITÂNIA
A *BRACARA AUGUSTA* PELA SERRA DA ESTRELA

FROM THE CAPITAL OF LUSITANIA
TO *BRACARA AUGUSTA* BY THE SERRA DA ESTRELA
“Conimbriga” LVIII (2019) p. 255-300

https://doi.org/10.14195/1647-8657_58_8

RESUMO: Os resultados recentes da investigação sobre a rede viária romana no interior da Lusitânia sugerem nova análise sobre o itinerário Mérida-Braga, em especial na sua relação com a Serra da Estrela. A construção da ponte de Alcântara contribuiu para alterar um esquema viário em que o principal acesso à Serra se fazia a partir da via *Emerita-Asturica*, situando-se a ponte no cenário de promoção das *civitates* da região como factor determinante do desenvolvimento de uma densa rede viária centrada no eixo Mérida-Alcântara-Braga.

PALAVRAS-CHAVE: Lusitânia; Estradas romanas; Ponte de Alcântara; Epigrafia; Romanização.

ABSTRACT: Recent results about the Roman road network in Lusitania countryside prompt a new analysis of the Merida-Braga itinerary, in particular in its relation with Serra da Estrela. The construction of the bridge of Alcantara contributed to a change in a network in which the main access to de Serra was made through the road *Emerita-Asturica*, with the bridge playing a pi-

Conimbriga, 58 (2019) 255-300

votal role in the promotion of the regional *civitates* and the development of a dense network centered in the axis Merida-Alcantara-Braga.

KEYWORDS: Lusitania, Roman Roads, Bridge of Alcantara, Epigraphy, Romanization.

In Memoriam Eng^o Osvaldo Baptista Bagarrão

DA CAPITAL DA LUSITÂNIA
A *BRACARA AUGUSTA* PELA SERRA DA ESTRELA

A ausência de qualquer referência, directa ou indirecta, no *Itinerário de Antonino* e na *Cosmografia* do Anónimo de Ravena (ROLDÁN HERVÁS 1975 19-101, 111-142), à existência de uma estrada entre a capital lusitana, *Emerita Augusta*, e a cidade de *Bracara Augusta* representa um problema incómodo exigindo soluções plausíveis, tanto mais que não faltam, ao contrário do que se verifica com muitas outras estradas incluídas nos referidos roteiros, vestígios arqueológicos que comprovam francamente a existência de um caminho unindo estes dois centros urbanos de fundação augustana através da formidável barreira constituída pela Serra da Estrela, entre os quais, evidentemente, devemos desde logo considerar a monumental ponte de Alcântara.

Na verdade, se tivermos em conta que o objectivo principal desta estrada era comunicar *Emerita* com *Bracara*, ligação particularmente compreensível no cenário político-administrativo existente a partir dos finais do século I, e considerando as características do terreno e da viabilidade de acordo com a salvaguarda do princípio da economia de traçado, evidencia-se a existência deste grande itinerário como o traço médio de um N, flanqueado à esquerda pelo itinerário *Olisipo-Bracara* e à direita pela via *Emerita-Asturica* (FIG. 1), representando a grande estrada do centro da Lusitânia a norte do Tejo. A sua directriz, sobretudo a partir da travessia deste rio, pouco divergia da recta ideal, reflectindo claramente a finalidade que presidiu ao seu lançamento e um excelente aproveitamento do terreno, aliás facilitado pela geografia política da região atravessada (FIG. 2).

Embora muitas vezes designada como via *Emerita-Bracara* entendemos que esta classificação deve ser abandonada, pois mais uma vez deparamos com um grande itinerário unindo dois centros adminis-

trativos importantes e não com uma estrada homogénea, o que a torna definitivamente distinta da via *Emerita-Asturica*, situando-a na mesma categoria dos itinerários compósitos, como a estrada *Olisipo-Bracara* (MANTAS 2012 50-51). Tal circunstância não lhe retira valor como elemento fundamental do sistema viário do centro da Lusitânia, valor acrescido pelas características do traçado através de uma região em parte montanhosa e particularmente difícil, assim como pelo facto de constituir o eixo a partir do qual derivavam vários *deverticula*, alguns importantes, para ocidente e para oriente. Embora o valor destes traçados associados seja grande, a ponto de não poucas vezes alguns serem considerados como caminho principal, nomeadamente devido à presença de miliários, o certo é que o princípio da ligação mais curta entre dois pontos, neste caso *Emerita* e *Bracara*, sobrevive a uma análise exigente, circunstância com a qual os dados facultados pela inscrição da ponte de Alcântara (*CIL* II 760) concorda, como veremos oportunamente.

Como acontece com frequência, e não apenas em relação a estradas não incluídas nos roteiros viários romanos, os problemas de interpretação deste itinerário não se limitam à determinação do traçado principal, pois outros não menos relevantes existem, como o da cronologia da construção, funções e evolução da rede viária de que fazia parte, a considerar à luz dos progressos da romanização e consequente integração da Serra da Estrela como área pacificada de travessia obrigatória. Na verdade, para alguns destes problemas, ultrapassado o conhecimento básico em torno do qual se verifica o consenso dos investigadores, a solução parece ainda relativamente distante. Como é evidente, não podemos considerar a rede viária romana como um conjunto de estradas de construção simultânea e obedecendo aos mesmos objectivos ao longo dos vários séculos do domínio romano (MORENO GALLO 2006 20-55), circunstância que, neste caso, obriga a repensar a ideia de uma via estabelecida de forma definitiva logo no início do Império.

Creemos que a construção da ponte de Alcântara representou um marco decisivo na estruturação definitiva das comunicações entre *Emerita* e a Serra da Estrela e para além dela, em direcção ao Douro e à cidade que um dia seria capital da Calécia, a qual conheceu permanente valorização a partir dos imperadores Flávios (TRANOY 1981 190-205; MARTINS 2004 149-173). Mas a história deste longo itinerário é anterior e obriga por isso a considerar outras opções estratégicas na abordagem da Serra da Estrela antes de nos ocuparmos de definir a quem servia, ou talvez melhor, em que povoações tocava e de que forma continuava

para norte da região que tradicionalmente se identifica com os Montes Hermínios (ALARCÃO 1988 41-48). Tudo pesado, parece não haver dúvidas quanto ao facto de se tratar de um grande itinerário administrativo, desde sempre relacionado com objectivos de reordenamento territorial, tanto como com o estabelecimento de relações viárias directas entre *Emerita* e *Bracara*, neste caso progressivamente libertadas das funções militares que inicialmente não deixaram de existir.

As ligações entre *Emerita* e o Noroeste da Hispânia foram desde cedo garantidas em boas condições pela via que conduzia a *Asturica* e não apenas a *Salmantica*, como durante muito tempo se pretendeu (ROLDÁN HERVÁS 2005 21-22). Era possível, portanto, ganhar *Bracara* a partir de *Asturica*, ainda que desta forma houvesse necessidade de alongar significativamente o caminho a percorrer. Melhor solução seria tomar a estrada *Emerita-Scallabis-Olisipo* e, a partir de Santarém, viajar para norte por *Aeminium* (Coimbra) e *Cale* (Porto). Este caminho, mais curto e fácil não correspondia, porém, como já dissemos, a uma via no sentido restrito do termo, contrariamente à grande estrada *Emerita-Asturica*, dotada dos meios de apoio com que a administração equipava as vias de particular interesse estratégico e concebidas desde o início como *viae militares* (SILLIÈRES 1990 783-790). Seja como for, uma região com as características físicas e sociais da Beira interior exigia, nos inícios do Império, a construção de uma estrada com especiais condições de operacionalidade.

Talvez a ausência da estrada *Emerita-Bracara* no *Itinerário de Antonino* se explique pelo facto de, inicialmente, ela não se destinar a atingir a cidade de Braga, sem esquecer que a data em que foi produzido o protótipo deste discutido documento, não considerando os retoques e interpolações que possa ter sofrido posteriormente, o situa num período em que o interior lusitano apenas iniciava um lento e modesto processo de urbanização, como indirectamente sugere o facto de, entre as estradas *Emerita-Asturica* e *Olisipo-Bracara*, não se contar nenhuma outra nos roteiros antigos, deixando em branco uma enorme região que constituía o núcleo tradicional da Lusitânia. É claro que havia estradas na zona, mas as suas funções seriam, pelo menos em parte, diferentes das que determinaram a elaboração do elenco de *mansiones* e *mutationes* hispânicas do *Itinerário de Antonino*, documento que, em parte, parece descrever a rede viária tal como existia no final da República, o que explica, por exemplo, a ausência de *Norba Caesarina* (Cáceres) do roteiro, mantendo-se em seu lugar *Castra Caecilia* (SAYAS ABENGOCHEA

1985 61-75; MANTAS 2012 130-133; AMELA 2014 53-64). De que outra forma terá sentido a ignorância da estrada em que se encontra uma obra viária da grandeza da ponte de Alcântara?

Para compreendermos melhor a evolução do itinerário *Emerita-Bracara*, ou pelo menos para atenuar as dificuldades suscitadas por qualquer hipótese que veja nela uma estrada coesa desde o início do Império, hipótese com que hoje não concordamos, devemos considerar uma questão central do problema, sequela das dificuldades sentidas para controlar as populações do interior montanhoso, que é o do acesso de Mérida à Serra da Estrela no principado de Augusto. Este parece ter sido o objectivo inicial, que levou ao desenvolvimento gradual de uma rede viária mais complexa, em parte estabelecida sobre caminhos pré-romanos, servindo anteriormente a transumância e as incursões dos bandos guerreiros locais, caminhos que as forças romanas utilizaram antes da sua melhoria e transformação em verdadeiras estradas, cujos trabalhos na área serrana que nos interessa coincidiram, pelo menos em parte, com operações de reordenamento territorial (ALARCÃO 1990 369-370; LE ROUX 1994 37-52).

Sem excluir a existência de uma estrada partindo de Mérida e seguindo por Cáceres em direcção ao Tejo, com um percurso semelhante ao que se subordinou à travessia deste rio em Alcântara para depois continuar para capital da *Civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha) e daí para norte, em direcção à montanha, cremos que no início do principado o caminho para atingir a Serra da Estrela se fazia de oriente para ocidente, ou seja, a partir da via *Emerita-Asturica*, por *Caurium* (Cória). Podemos argumentar que o desenvolvimento da *Civitas Igaeditanorum* justificava a construção de uma estrada, cuja existência tem sido defendida em parte a partir da atribuição a Augusto de um miliário de Alcafozes que, na verdade, parece bastante posterior (ALMEIDA 1956 157-158; SÁ 2007 158-159)¹, como sugere a análise paleográfica (FIG. 3). Aliás, o problema desta estrada é, neste caso, secundário, não havendo razões para negar a sua existência, tanto mais que as relações de Idanha-a-Velha com Mérida e Cáceres contam com testemunhos significativos (ENCARNAÇÃO 2004 57-60; MANTAS 2006 58-59). A

¹ Fernando de Almeida considerou os dois fragmentos achados em Alcafozes como partes do mesmo miliário, o que é discutível, atribuindo o marco a finais do século I ou inícios do II. Sá não lhe atribui datação.

questão reside, fundamentalmente em distinguir, mais uma vez, a categoria da estrada, para o que o testemunho dos miliários é essencial.

Um lapso cometido por Scarlat Lambrino e depois largamente repetido contribuiu, talvez ainda mais do que a duvidosa atribuição do miliário de Alcafozes a Augusto, para firmar a realidade de uma via augustana partindo de Mérida para a Serra da Estrela, por Idanha-a-Velha, tanto mais que, neste caso, se trata indiscutivelmente de um miliário do primeiro imperador. Referimo-nos ao miliário de Alfaiates (FIG. 4), perto de Sabugal, publicado entre os materiais de Idanha-a-Velha devido ao facto de, na altura da publicação, se encontrar no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, a maior parte dos materiais epigráficos egitanienses (LAMBRINO 1956 14-17). O texto da inscrição deste invulgar monumento, em forma de cipo e grandes dimensões, o que já levou a que fosse erradamente considerado como um *terminus* (OSÓRIO 2006 70), é o seguinte, de acordo com a mais recente proposta de leitura de Patrício Curado (CURADO 2013 65): C[XX] / IM[P] / CAESA[R] / DIVI F / AVGVSTV[S] / C[OS] XI / IMP [VIII]. Afastada a hipótese deste miliário pertencer a uma estrada vinda de Mérida pela ponte de Alcântara restam-nos dados da maior importância para esclarecimento do que cremos ter sido o principal itinerário emeritense de acesso à Serra da Estrela nos primeiros anos do Império.

Com efeito, a indicação da distância, embora incompleta, CXX ou CXXX milhas, mostra tratar-se de um longo caminho, seguramente com início em Mérida, o que comprova uma balizagem contínua, a partir do ponto de partida, colocando a estrada na categoria das vias. Bastaria esta circunstância para que esta estrada fosse considerada idêntica em termos de categoria à via *Emerita-Asturica*, situando-se entre as grandes vias de particular interesse estratégico, lançadas e mantidas por intervenção directa do Estado. Assim sendo, devemos considerá-la como o itinerário principal para atingir a Serra da Estrela durante o principado de Augusto.

Recordamos que na via *Emerita-Asturica* apenas se conhecem dois miliários deste imperador (PUERTA TORRES 1995 1 164-169), um dos quais de desconhecidas características físicas. Indicando a milha LIX, foi achado perto de Casar de Cáceres, uma dezena de quilómetros a norte de Cáceres, e poderá ter pertencido, como o de Alfaiates, ao mesmo tipo de miliários prismáticos, atendendo à ausência do pontificado máximo na titulatura imperial, circunstância que naturalmente ocorre também no miliário de Alfaiates, datável de 23/20 a.C., respeitando a

restituição proposta, cronologia que situa convenientemente este troço da via, ou a sua balizagem, no cenário de ordenamento territorial e da criação de infraestruturas básicas na região, logo após a fundação de *Emerita Augusta* (ÁLVAREZ MARTÍNEZ e NOGALES BASARRATE 2004 255-276; 2010 527-557).

Iniciando o trajecto em Mérida a via dirigia-se a Cáceres, coincidindo até *Turmulos* com a *Via de la Plata* seguindo, depois de atravessar o Tejo, para *Caurium* (Cória). Desta cidade continuava, provavelmente, pelo Puerto de Perales, na Serra de Gata, travessia dificultada pelas características das serranias circundantes, sobretudo durante parte do ano, juntando-se-lhe outra estrada vinda de *Salmantica* e *Mirobriga* (Ciudad Rodrigo). À via saída de *Emerita* pertencia o miliário de Augusto, idêntico ao de Alfaiates, achado recentemente perto de Iruña, em Fuenteguinaldo (SALINAS e PALAO 2012 273-279). Este miliário ostenta a indicação de CXX milhas, também contadas a partir de Mérida, e a titulação, embora acusando dificuldades de leitura, permite atribuí-lo ao mesmo período entre 23 e 20 a.C., correspondente à fase inicial da organização administrativa da província Lusitânia (FRANCISCO MARTÍN 1996 92-98; LE ROUX 2015 99-108). Da mesma série de miliários prismáticos encontra-se depositado em Cória, no Museu Arqueológico (*Museo del Carcel*), um fragmento de miliário, também de Augusto, achado em local desconhecido da região, embora perto da cidade, reforçando a relação com a estrada que temos referido, a qual surge na documentação medieval como *Via Dalmacia* (MELENA 1985 512-523; MANTAS 2012 251).

A via atravessava a actual fronteira luso-espanhola perto de Aldeia da Ponte, continuando por Alfaiates e Santo Estêvão. Neste local achou-se um miliário de Tácito, perdido (*CIL* II 4638), o qual indicaria a milha IIIX, lembrando a forma como o numeral referente ao poder tribunicio aparece grafado no marco demarcatório dito de Peroviseu: XXIIIX. Esta indicação de sete milhas levanta o problema da identificação da *mansio* que lhe deu origem, problema não resolvido por outro marco encontrado próximo, em Alagoas (*FE* 22 102), pois neste não é possível ler a distância indicada. Trata-se, seguramente, de miliários relacionados com uma balizagem posterior à dos marcos prismáticos augustanos, agora já com uma contagem das distâncias a partir dos centros políticos que entretanto se constituíram. É possível que a estrada continuasse em direcção a Argomil, se tivermos em conta a dispersão dos testemunhos do povoamento romano na zona (OSÓRIO 2000 55-96), mas devemos con-

siderar a sua continuação, ou de um ramal, para ocidente, em direcção a Capinha², onde uma inscrição rupestre sugere a proximidade do *Vicus Talabara* (CIL II 453), coincidindo a partir desse ponto com o traçado dirigido à Serra da Estrela, que contornaria pela Guarda, de onde ganharia finalmente Argomil.

O marco de Argomil (ALARCÃO 2006 134-136; CURADO 2013 64-66), alguns quilómetros a norte daquela cidade, marco que não consideramos como término territorial e que não é também um miliário, pois lhe faltam os elementos essenciais enquanto mostra outros pouco usuais, sugere a continuação da estrada para norte, em direcção ao solar dos *Aravi*. Seja como for, o marco de Argomil, onde não falta a representação do *Clipeus Virtutis* atribuído a Augusto em 26 a.C., recorda a tipologia dos miliários prismáticos de Augusto, de Alfaiates e de Fuenteguinaldo, inclusive na cronologia, a situar entre 23 e 20 a.C., revestindo-se, de um carácter comemorativo e honorífico. Recordamos a importância dos acontecimentos políticos sucedidos no período referido, justificando os símbolos militares representados no monumento de Argomil, acontecimentos que para numerosos investigadores marcam o verdadeiro início do regime imperial (CAGNAT 1914 177-178; DE MARTINO 1965 168-170). Uma presença militar significativa na região próxima da Serra da Estrela nos finais do século I a.C. parece perfeitamente natural³, não lhe faltando testemunhos numismáticos, incluindo moedas da recentemente fundada capital lusitana (FARIA 1986 13-14; BLÁZQUEZ CERRATO 2010 422-424, 427-429), aos quais devemos acrescentar agora os acampamentos militares do período augustana identificados na zona de Penamacor (SÁNCHEZ-PALENCIA e BRAIS CURRÁS 2017 400).

A existência deste grupo coerente de miliários de Augusto, de características algo invulgares para o Alto Império, repartidos por uma área bem definida e ao longo de vias de indiscutível valor estratégico, parece reflectir uma situação pouco considerada até agora, obrigando a reconhecer a sua primazia nas comunicações entre Mérida e a Serra da Estrela, durante um período de tempo que poderá ter atingido os fi-

² São de considerar percursos alternativos, por Caria ou pelo obscuro acampamento de Gonçalo, sobretudo para os anos iniciais do principado.

³ Referimos a alteração dos poderes constitucionais de Augusto, coincidindo, na Hispânia, com a revolta dos Ástures, que levou à substituição, em 22 a.C., do legado Públio Carísio.

nais do século, como sugerem as estações arqueológicas da região, com destaque para a Póvoa do Mileu, na Guarda (PEREIRA 2005: 229-243; 2010: 27-43). No século XVI, o conhecido *Reportorio de Camiños* publicado por Juan de Villuga em 1546, inclui dois itinerários (FIG. 5), o de Lisboa a Salamanca e o de Évora a Burgos (caminhos 64 e 61), que coincidem em parte com as estradas vindas do oriente da Lusitânia em direcção à Serra da Estrela (VILLUGA 1951 31-34), itinerários que aqui reproduzimos na parte que interessa:

De Lisboa a Salamanca (pormenor)	Distância em Léguas
Puente de Capinán	II
Valdellobo	III
Santistevan	I
Sabugal	II y media
La Venta	II y media
A Vergarría	II y media
Ciudad Rodrigo	III y media
Las Ventas	III
La Sagrada	III
Calzadilla	III
Aldea Tejares	III
Salamanca	media

De Évora a Burgos (pormenor)	Distância em Léguas
Segura	III
Zarca	II
Casillas	III
Coria	II
Huerta muy gentil	I
Venta de los Barracos	III
Galisteo	I
La Aldea	II
Ventas de Caparra	II

Os traçados referidos, apesar das corruptelas que prejudicaram os topónimos e das normais alterações ditadas pelas modificações no povoamento ao longo da Idade Média podem, sem grandes dificuldades, considerar-se sucessores das estradas romanas que se desenvolveram a ocidente da via *Emerita-Salmantica-Asturica* em direcção à actual fronteira portuguesa. Recordamos que, junto a Segura, a ponte sobre o Erges constituía um elemento forte da rede viária romana, remontando talvez, de acordo com uma hipótese de Durán Fuentes, o seu estado original ao século I, o que obrigaria a considerar a existência nessa época de uma estrada em direcção a *Igaedis*, embora Fuentes não descure a possibilidade de uma cronologia idêntica à da ponte sobre o Tejo, em Alcântara (DURÁN FUENTES 2005 272-285). A falta de referências a uma ligação directa da zona de Cória para a *Civitas Igaeditanorum*, apesar de possível, não deixa de reforçar que o objectivo principal das vias romanas nesta região, até uma fase avançada do século I, era a penetração na formidável barreira constituída pela Serra da Estrela, objectivo que a concretização do acesso ao direito latino concedido por Vespasiano terá modificado, seguramente estimulado pela riqueza mineira da região, valorizando o eixo servido, logo nos primeiros anos do século II, pela rainha das pontes romanas salvando o Tejo em Alcântara. É este grande itinerário que acabará por ganhar a primazia, configurando-se como o grande eixo de comunicação de Mérida com Braga, pela Serra da Estrela.

A inscrição da ponte de Alcântara (*CIL* II 760) enumerando as cidades que contribuíram para a construção da obra, globalmente designadas como *Municipia*, permite reconstituir, não sem problemas, a geografia política da região que se estende ao longo da fronteira portuguesa entre o Tejo e o Douro, pressupondo a área de influência directa do traçado da estrada. Todavia, a constituição, em termos jurídicos, de grande parte destas cidades é anterior, como demonstram os *termini augustales* registados na Beira portuguesa e na província de Salamanca (HERNÁNDEZ GUERRA 2001 163-169; CORTÉS BÁRCENA 2002-2003 107-125). Esta fixação de fronteiras entre *populi* foi concretizada a partir dos limites setentrionais do território dos *Igaeditani* ainda na época de Augusto, prolongando-se no vale do Douro até finais do século I, como parece demonstrar o marco de Goujoim, Armamar, levantado na extrema dos *Coilarni* (SILVA 1982-1983 93-94), cuja cronologia, significativamente posterior aos trabalhos viários ali realizados sob Cláudio (*CIL* II 6199), tal como a da inscrição dos *Vicani Venienses* de Meimoa, nos parece significativa.

Reconhecida a relação entre este tipo de monumentos e o traçado das estradas romanas, a presença de *termini* a partir do território egitaniense parece confirmar, mais uma vez, a relevância das estradas anteriores ao desenvolvimento do traçado vindo de Alcântara. Recordamos que a datação do marco demarcatório de Peroviseu é idêntica à de outros, comprovando, de acordo com a titulação imperial, que nesta região beirão alguns trabalhos viários em larga escala foram anteriores ao seu definitivo reordenamento territorial, preparando-o. O marco de Peroviseu sofreu deslocação para o local onde foi achado, mas essa deslocação foi certamente reduzida, não impedindo, por isso que se considere um testemunho válido da vizinhança do limite que materializava. Contra uma opinião muito divulgada (CURADO 2008 91-118), o monumento de Peroviseu não é cópia de um original perdido, que alguns investigadores pretendem que seja o de Salvador, antes deve ser considerado autêntico (GUERRA 2007 178-181), resultando as dificuldades de leitura de uma má regravação, que estropiou parte do texto original, ainda perceptível aqui e ali sob o texto regravado.

Não é tarefa fácil, em certos casos, atribuir a uma estrada concreta o local de implantação destes marcos, de necessária visibilidade na paisagem, assim como nem sempre essa colocação se limitava às estradas principais. No caso do marco de Peroviseu, delimitando *Igaeditani* e *Lancienses*, a estrada que lhe ficava perto não teria uma orientação sul-norte, o que sugere tratar-se de um ramal que das cercanias de Capinha se dirigia para a área sudoeste da Serra da Estrela, passando o Zêzere. Pelo contrário, o infelizmente desaparecido marco de Salvador, separando *Igaeditani* e *Lancienses Oppidani*, poderá ter sido colocado não muito longe da estrada que de Idanha-a-Velha seguia para norte, ou num seu ramal. Não é descabido considerar que a muito modesta inscrição honorífica comemorando Caio César achada em Idanha, datada de 4 d.C. e na qual encontramos o primeiro testemunho da *Civitas Igaeditanorum* indicada como tal (MANTAS 2006 59-63), se relacione com as intervenções administrativas por essa época executadas por Articuleio Régulo nos dois lados da actual fronteira luso-espanhola, as quais se estenderam muito para o interior lusitano, como demonstra o término de Jarandilla de la Vera (GÓMEZ-PANTOJA 2011 291-319), nos confins ocidentais do território de *Abela* (Ávila), indicando a presença de uma via transversal ocidente-orientado cruzando o centro da Lusitânia (MANTAS 2012 271-273). Seja como for, a urbanização desta vasta região, em grande parte montanhosa, era ainda incipiente, característica

de uma fase precoce de organização territorial, que por vezes se reflecte nas indicações miliárias.

A geografia política lusitana conheceu alterações significativas nos finais do século I, não tanto no mapa administrativo, no fundamental herdado do principado de Augusto, mas sim no estatuto das *civitates*, alterações em consequência das quais a rede viária sofreu os ajustamentos necessários (ÁLVAREZ MARTÍNEZ e NOGALES BASARRATE 2004 255-276). O alargamento do direito latino, com ou sem atribuição simultânea do título municipal (LE ROUX 1996 239-253), criou uma situação em que se tornava necessário comunicar convenientemente entre si os centros de poder político local, dentro de cada região, e com as grandes vias de interesse provincial quando estas não os serviam directamente.

Não esqueçamos que estas cidades passaram, a partir do momento em que recebem o *Latium minus*, a integrar o grupo privilegiado com estatuto romano. A inscrição da ponte de Alcântara referindo os *Municipia* que contribuíram para a conclusão da obra, todos com excepção dos *Interannienses* indicados por etnónimos indígenas, traça um quadro relativamente claro, mas incompleto, da nova realidade, sublinhando que a via que exigiu a construção da ponte interessava particularmente a uma faixa territorial que se desenvolvia pelo oriente das Beiras, onde se localizam as *civitates* promovidas a partir do último quartel do século I, circunstância que valorizou o eixo de comunicação *Emerita-Bracara* pela Serra da Estrela, o qual aparentemente começa a ganhar forma como grande itinerário a partir de então. Atendendo ao seu valor documental e às polémicas que tem suscitado, reproduzimos aqui o texto da epígrafe, apesar da sua difusão: MVNICIPIA / PROVINCIAE / LVSITANIAE STIPE / CONLATA QVAE OPVS / PONTIS PERFECERVNT / IGAEDITANI / LANCIENSES OPPIDANI / TALORI / INTERANNIENSES / COLARNI / LANCIENSES TRANSCVDANI / ARAVI / MEIDVBRIGENSES / ARABRIGENSES / BANIENSES / PAESVRES (*CIL* II 760).

Esta epígrafe, como quase todas as que se relacionam com o monumento, tem levantado questões de autenticidade, em parte devido à classificação como municípios de todas as entidades políticas citadas, situação que o conhecido padrão dos povos achado em Chaves (*CIL* II 2478), confirmando uma certa imprecisão generalista neste tipo de indicação de estatutos, permite minimizar, se tal for necessário. A existência da inscrição não pode ser suspeita, pois o original, praticamente

ilegível, ainda subsiste no arco. O desenho de Francisco de Holanda (FIG. 5), no qual falta a referência aos *Tapori*, é a representação mais antiga que dela nos chegou, incluindo a preciosa indicação de que a lápida era sustentada por mãos de bronze, de uma das quais se conserva um dedo em Madrid, na *Real Academia de la Historia* (HOLANDA 1984 27; BLANCO FREIJEIRO 1977 31-32).

Outra dúvida que se tem levantado aos investigadores é a de saber se havia apenas uma epígrafe referindo os povos que se congregaram para construir a ponte, seguramente sob tutela estatal, ou se podemos considerar a existência de uma outra inscrição, perdida. A muito romana preocupação com a simetria sugere a possibilidade de ter havido uma segunda inscrição contendo, por hipótese, outros *municipia*, como Frei Bernardo de Brito em tempos sugeriu (BRITO 1609 56-57), a situar maioritariamente no território hoje espanhol. A identificação há poucos anos da *Civitas Cobelcorum* (FE 58 266) cuja capital se situava em Al-mofala, a quatro quilómetros da raia (FRADE 2010: 54-57), cidade que não deixou de beneficiar com a construção da ponte, parece confirmar que as entidades envolvidas se situavam maioritariamente a cavalo da fronteira luso-espanhola, talvez a partir de Cória para norte. Neste grupo incluiríamos naturalmente *Mirobriga* (Ciudad Rodrigo), *Valuta* (?) e *Bletisama* (Ledesma?), não entrando aqui na discussão em curso sobre a localização exacta destas *civitates*, da qual exceptuamos *Mirobriga*, apesar de propostas a favor da sua localização em Iruña (MARTÍN VALLS 1976 373-388; SALINAS DE FRÍAS 1990 255-264; SASTRE PRATS; e RUIZ DEL ÁRBOL 2005 135-154). Desta forma, a possibilidade de existir uma segunda placa com outras entidades políticas não retira valor à tese da directriz principal⁴.

Na inscrição da ponte de Alcântara as *civitates* parecem indicadas por ordem geográfica, circunstância que aparentemente facilita a localização das mesmas. Todavia tal não acontece e a discussão sobre a exacta localização destes povos permanece em aberto, embora nas últimas décadas se tenham verificado progressos importantes, não isentos de novos problemas (ALARCÃO 2005 119-134). Salvaguardando a ideia de

⁴ Outra possibilidade é a de uma segunda placa indicar a entidade governamental responsável pela gestão dos trabalhos, eventualmente o governador da Lusitânia. A importância da obra e do estaleiro a que obrigou justifica que assim fosse, como sucedeu, por exemplo, com a construção da *Via Nova* de Braga para Astorga. Todavia, a inscrição no ático do arco honorífico dificulta esta hipótese.

que há uma arrumação territorial dos povos citados, verificamos imediatamente ser impossível que todos eles se situem exactamente sobre um traçado de tipo linear da estrada servida pela ponte, o que obriga a considerar ramais ou trajectos alternativos. Aparentemente, a norte dos *Igaeditani* podemos distinguir dois grupos relativamente bem definidos, um composto pelos *Lancienses Oppidani*, *Tapori*, *Interannienses* e *Colarni* e outro representado pelos *Lancienses Transcudani*, *Aravi*, *Meidubrigenses*, *Arabrigenses*, *Banienses* e *Paesures*. Este grupo sugere claramente uma directriz orientada ao Alto Douro português com um traçado que se aproximava gradualmente deste rio (FIG. 6), seguindo o seu curso até à travessia para a margem direita, que se efectuariá em mais de um *traiectus*, rumo a Braga.

A análise deste mapa sugerido permite, apesar das dificuldades apresentadas pelo grupo ocidental, deduzir dois factos que nos parecem relevantes. Com efeito, a localização dos *Transcudani*, se admitirmos que o rio Côa corresponde ao *Cuda* da antiguidade, quase confirma que o acesso à Serra da Estrela se fez inicialmente a partir de oriente, segundo o eixo de penetração correspondente aos miliários de Augusto que referimos. Com efeito, os *Transcudani* encontrar-se-iam depois da travessia deste rio para quem vinha da Lusitânia oriental, da mesma forma que os Alentejanos o são hoje devido ao facto da Reconquista se ter concretizado de norte para sul. Por outro lado, os dois grupos de *civitates* que apontámos permitem deduzir a presença de dois grandes eixos viários ou, talvez melhor, de dois sistemas associados por *deverticula* a um itinerário central, eixos que não terão servido de forma directa alguns dos povos envolvidos na construção da ponte (FIG. 6). E não será possível considerar, para além da possibilidade de uma subdivisão posterior a Augusto (ALARCÃO 1990 369-370), a existência de três unidades territoriais lancienses, duas delas distinguidas pelo epíteto geográfico *Oppidani* e *Transcudani*, correspondendo a terceira aos *Lancienses Ocelenses*? No grupo que se desenvolve a oriente, mais coeso e com problemas de localização menos incómodos, não deixa de causar estranheza a vizinhança de *Banienses* e *Paesures*, aconselhando prudência na utilização destes dados, tanto mais que podem estar ausentes outras entidades populacionais menores, não integradas nas *civitates*, se não mesmo outras *civitates*, uma vez que a ausência dos *Tapori* no desenho de Holanda e a má paginação da epígrafe não deixa de permitir esta hipótese. Todavia, cremos que a aparente vizinhança de *Paesures* e *Banienses* apenas reflecte que estes dois povos não eram

servidos pelo eixo principal da estrada, o que parece evidente quanto ao segundo deles, mas por *deverticula*.

Seja como for, estamos perante um vasto espaço geográfico no interior do qual devemos ter atenção a uma rede viária muito densa, em que o itinerário Mérida-Braga funciona como eixo central, não único. Não cabe, no âmbito deste artigo, desenvolver uma análise exaustiva da problemática da localização destes povos, alguns dos quais terão ocupado territórios relativamente pequenos, ao contrário dos *Igaeditani*. As dificuldades de localização, por outro lado, têm sido sustentadas pela errada ideia de que as capitais respectivas deveriam ser, pelo menos, tão importantes em termos de urbanismo, como a da *Civitas Igaeditanorum*, aliás, diga-se em abono da verdade, também relativamente modesta. Como centros administrativos que eram, reforçadas pela sua função de centro moral da comunidade, estas cidades não precisavam de ser grandes, quando existiam (OLLER GUZMÁN 2014 89-110), aproximando-se por vezes das aglomerações secundárias, ainda que com características específicas, como os trabalhos recentes na região vão demonstrando pouco a pouco (CARVALHO 2005 155-170; 2010 125-138). A situação não é especial e facilmente se identifica, quer noutras áreas do mundo romano, quer em múltiplos ambientes coloniais da nossa própria época⁵, neste caso sem receio de anacronismos tão à moda.

Antes de nos ocuparmos do traçado da estrada, de acordo com a directriz que salvaguarda a comunicação mais directa entre *Emerita* e *Bracara*, diremos alguma coisa sobre a ponte de Alcântara, atendendo a que se trata do elemento fundamental deste itinerário. A bibliografia sobre a ponte é enorme, parte da qual directamente relacionada com questões de autenticidade epigráfica (GARCÍA 1976 263-276). Surge muito cedo na literatura, nomeadamente na discutida inscrição do templete levantado na margem esquerda, onde é referida como *Pontem perpetui mansurum in saecula mundi / fecit divina nobilis arte Lacer* (CIL II 761). São muito interessantes as referências islâmicas à ponte, denominada como *Kantara-as-Saif* (Ponte da Espada) e considerada por al-Edrisi como uma maravilha do mundo (EDRISI 1968 121; GILOTTE 2006 211-231).

⁵ Recordamos, a título de exemplo, S. Salvador do Congo (M'Banza Kongo), humilde capital de distrito angolana, que visitámos na década de sessenta do século passado.

Embora se trate de uma obra subsidiada pelos provinciais e dedicada ao imperador, na linha do mecenato associado ao culto imperial, a edificação de uma estrutura desta grandeza exigiu a participação estatal, provavelmente tutelada pelo governador da província (GOFFAUX 2001 257-270), no cenário da promoção recente de muitas *civitates* entre o Tejo e o Douro, uma vez que este tipo de trabalhos lhes era vulgarmente atribuído⁶. Não aceitamos, portanto, contra o que foi proposto não há muito (CARBONELL, GIMENO e STILOW 2007 247-258), que as cidades não tivessem subsidiado os trabalhos da ponte, limitando-se a dedicá-la a Trajano, por este ter equipado com as obras-de-arte em falta uma estrada já existente.

A construção da ponte levou, sem dúvida, vários anos, exigindo um número elevado de trabalhadores fornecidos através das corveias estabelecidas legalmente pelas cidades (ABASCAL e ESPINOSA 1989 91-110), quer para os trabalhos de construção propriamente ditos, quer para o corte e transporte dos materiais necessários, particularmente madeira e pedra granítica, esta obtida numa pedreira próxima de Piedras Albas. Podemos imaginar, sem dificuldade, a complexidade e azáfama de um estaleiro como o de Alcântara (CRUZ VILLALÓN 2017 2939-2976), do qual ainda não se registaram traços. As opiniões dividem-se quanto à identidade do construtor, e não apenas em relação ao arquitecto. Com efeito, a epígrafe no ático do arco honorífico refere claramente Trajano (CIL II 759), permitindo datar o monumento do ano 105, data da inauguração oficial, mas não do início dos trabalhos.

Todavia, não é impossível, como propôs Liz Guiral, que a construção tivesse sido iniciada sob Domiciano, a quem se deve atribuir provavelmente a municipalização de Bobadela e da *Civitas Igaeditanorum* (LIZ GUIRAL 1988 201-218; Mantas 2006 78-82), se não também de *Mirobriga* (Ciudad Rodrigo), atendendo a uma inscrição honorífica ali achada (CIL II 862), embora continuemos a aceitar para a ponte a cronologia tradicional. Um meticoloso trabalho de Antonio Pizzo, de recente aparição, sugere a existência de vestígios uma ponte anterior à actual ou, em alternativa, de uma tentativa de lançamento de uma ponte, falhada por pouco adequada ao local (PIZZO 2016 1-22). Ainda que

⁶ Podemos admitir, devido à amplitude dos trabalhos, que as cidades tenham contribuído com parte do financiamento, talvez para conclusão da ponte, como sugere a forma *perfecerunt*.

concordando com a existência de uma estrada em direcção à capital da *Civitas Igaeditanorum* no principado de Augusto, devemos considerar a hipótese de os vestígios identificados por Pizzo se relacionem com trabalhos preliminares da construção da ponte.

Mais discutida é a identidade do arquitecto *C. Iulius Lacer*, na verdade apenas conhecido pela inscrição do lintel do templete, ele próprio considerado moderno por Helena Pascual (GIMENO PASCUAL 1995 87-145). Este monumento encontra-se representado no desenho da ponte traçado por Francisco de Holanda, anterior a 1571. Não há no edifício, cuja tipologia talvez se repetisse nos templates de Idanha-a-Velha e de Bobadela, nada que pareça recente, eliminados os acrescentos que lhe foram adicionados enquanto capela de S. Julião, o que de alguma forma também sugere tratar-se de uma construção antiga. A ser uma construção do século XVI, eventualmente da época dos restauros na ponte sob Carlos V, parece muito difícil que tal facto tivesse escapado aos humanistas contemporâneos (HOLANDA 1984 27-28; BLANCO FREJEIRO 1977 37-51). Finalmente, a inscrição em causa refere um tal *Curius Lacon*, cujo gentílico é, em termos sociais, dos mais importantes da *Civitas Igaeditanorum* (SÁ 2007 175-176). Cremos que se trata, simplesmente, do habitual subterfúgio a que recorriam os arquitectos para assinar as obras, como o fez *G. Sevius Lupus*, construtor do farol da Corunha (*CIL* II 2559), através de expressões de lealismo religioso, muito politicamente correcto e aceitável do ponto de vista social.

A ponte conta com numerosas descrições, umas mais completas que outras, mas todos concordantes quanto à grandeza da fábrica (DURÁN FUENTES 2005 264-272). Com uma extensão de 194 metros atinge, até ao tabuleiro, 57 metros, contando o arco com 14 metros de altura⁷, o que confere ao monumento uma altura total 71 metros (FIG. 7). Dotada de seis arcos, estes garantem, pela sua grande abertura e elevação, fácil escoamento às cheias, de enorme volume como se verifica através da indicação do seu nível na excelente planta levantada por Sánchez Taramas em 1769. Os arcos mostram uma característica desconhecida das restantes pontes romanas da Hispânia, pois possuem uma dupla fiada de aduelas, a superior de menor espessura, correctamente representadas na imagem de Holanda, a qual só peca pela escala exagerada das

⁷ Não parece aceitável a hipótese de o arco ter sido colocado no centro da ponte em resultado da reconstrução do século XVI.

figuras humanas, usual neste tipo de representações. Os pegões centrais são de planta pentagonal, virados a montante, todos reforçados por pilastras que atingem o tabuleiro, as quais nas duas extremidades da ponte possuem nichos rectangulares destinados a receber esculturas, desconhecidas (FIG.7). Apesar de todos os restauros que sofreu, o último dos quais em 1860, podemos olhar este impressionante testemunho da Romanidade como autêntico, elucidando-nos a sua dimensão quanto ao verdadeiro significado para a região central da Lusitânia da ponte e da estrada que a exigiu.

O troço inicial da via era constituído pela estrada *Emerita-Norba*, talvez precedida por um caminho anterior *Metellinum-Norba*. O seu traçado, documentado por vestígios diversos, nomeadamente numerosos miliários (PUERTA TORRES 1995 1 25-26; 2 281-333), não suscita dificuldades, integrando-se na via *Emerita-Salmantica-Asturica*. Após ultrapassar *Norba Caesarina*, a estrada seguia para Malpartida de Cáceres, correspondendo em parte ao *Cordel de Ganados*, para atingir Brozas e Alcântara, a 42 milhas romanas de Cáceres, distância que exige uma estação intermédia (FERNÁNDEZ CORRALES 1987 76-78). Vencido o Tejo, a estrada prosseguia por Piedras Albas até ao rio Erges, com um traçado muito parecido ao da estrada actual. Sobre o Erges, a ponte de Segura, com 81 metros de comprimento confirma a importância desta estrada, pertencendo na sua origem, provavelmente, à mesma época da ponte de Alcântara, embora com alterações nos séculos III ou IV (DURÁN FUENTES 2005 272-285), hipótese com a qual concorda a maior parte dos miliários encontrados aqui até à Serra da Estrela. Da ponte romana apenas sobrevivem os dois arcos correspondentes aos encostos⁸, tudo o mais é reconstrução dos séculos XVI e XIX.

A estrada ganhava Idanha-a-Velha, *Igaedis* ou *Igaeditania* na época romana, por Alcafozes. A capital dos *Igaeditani* foi fundada nos últimos anos da República e teve o seu primeiro programa urbanístico sob Augusto, com evidente renovação na transição do século I para o II, sob os Flávios (CARVALHO 2009 115-131; MANTAS 2010 181-188). A via atravessava o rio Pônsul por uma ponte diferente da que agora existe, naturalmente construída, como quase tudo em Idanha-a-Velha, com materiais romanos. Uma necrópole a norte da muralha indica a saída da

⁸ A ponte sofreu há poucos anos trabalhos de consolidação dos pegões, indiferentes à preservação das características originais.

estrada, ainda perfeitamente visível em imagens de satélite. Miliários na Portela, na Torre dos Namorados e na Aldeia de Santa Margarida, este a oito milhas de *Igaedis* (HENRIQUES 2015 1-17), marcam a passagem da estrada em direcção a Capinha, calçada referida no foral de Idanha-a-Velha como *Calçadam Veterem* (ALMEIDA 1956 315). Nesta zona verificava-se a junção com a estrada vinda de Alfaiates e Santo Estêvão. Entre Idanha e Capinha distam perto de 30 quilómetros em linha recta, justificando a existência de uma *mutatio*, a situar em algum dos pequenos povoados conhecidos na zona.

A partir desta área podemos admitir que um ramal da estrada passava o Zêzere e seguia para Orjais, em direcção a Vale Formoso, ramal confirmado por diversos miliários (ALARCÃO 1989 92, 101-102; CURADO 2013 69). A inegável importância das estruturas escavadas em Orjais, que tanto poderão corresponder a um santuário luso-romano como a vestígios de um centro político, eventualmente o dos Ocelenses (CARVALHO 2003 153-182), explica facilmente a presença desta estrada, mais ou menos paralela ao Zêzere, ainda que consideremos como traçado principal o que se dirigia a Valhelhas por Caria, Fórnea e Belmonte, tocando a problemática estação romana conhecida como Torre de Centum Celas (Colmeal da Torre). Também neste percurso não faltam miliários e vestígios da estrada (BELO 1964 127-142), conhecida na zona de Valhelhas como *Estrada de Herodes* (FIG. 8).

Estes miliários pertencem quase todos a imperadores dos séculos III e IV, destacando-se Tácito e os Tetrarcas, embora na capela de Santo Antão, em Famalicão da Serra, orago que evoca claramente pastorícia e transumância, exista um marco de Cómodo, erradamente atribuído a Tibério (BELO, 1960 27-50; RUIVO e CARVALHO 1996 77-88). Confirma-se, assim, a maior antiguidade da estrada e a sua plena operacionalidade no século II, quando se desenvolvem os novos *municipia* da região, como demonstra a conhecida epígrafe em honra de Adriano achada em Marialva (FIG. 9), formalmente parecida com a que foi dedicada a Domiciano, em Ciudad Rodrigo (MARTÍN VALLS 1977 387; ENCARNACÃO 2013 1-23).

A estação arqueológica de Centum Celas (Colmeal da Torre) é particularmente importante. Escavada intensamente na década de 90 do século passado, a classificação do monumento continua a levantar dúvidas. Apesar das propostas de Helena Frade, que a considerou uma *villa*, ou de Amílcar Guerra, que a considera representar o fórum de *Lancia Oppidana* (FRADE 1993-1994 87-106; GUERRA e SCHATNER 2010

333-342), persistimos na nossa interpretação deste sítio como estação viária, à qual terão sido atribuídas cumulativamente funções administrativas, levando ao desenvolvimento de um *vicus*, aliás comprovado epigraficamente (FERRAZ 2003 467-468; MANTAS 2008-2009 254-255). As características do edifício, de grande solidez, sugerem francamente, como temos defendido, uma construção de utilidade pública, como vai sendo reconhecido (CARVALHO 2012 324-33). Não faltam exemplos de estruturas muito semelhantes, normalmente em áreas de fraca urbanização, associando funções administrativas e viárias (FIG. 10), como a de Stonea Grange, em Inglaterra (HANLEY 2000 36-39). A seguir à Torre a estrada vencia por vezes desníveis significativos, com inclinações que chegavam a atingir 15%, num troço a que pertencem numerosos miliários e uma provável *mutatio*, a cerca de 10 quilómetros de Centum Celas, no alto da ladeira de Sendão (MANTAS 1992 170-174).

A formidável barreira da Serra da Estrela, que Jorge de Alarcão propôs que não tivesse sido atribuída a nenhuma *civitas*, atendendo ao seu fraquíssimo povoamento (ALARCÃO 1990 367), exigia, pelo menos durante parte do ano, que as estradas a contornassem. Um miliário achado no castro romanizado de Barreiras, com indicação da milha IV, levanta questões complicadas. Mesmo que tenha sido deslocado, como quase todos nesta zona, a distância que ostenta, embora possa indicar uma fronteira, dificilmente referirá um centro administrativo conhecido nas proximidades. Uma solução aceitável é a de considerar que as milhas indicada se vençam em Barreiras, onde no exterior do povoado poderá ter existido uma estação viária (MANTAS 1992 171; ALARCÃO 1993 76), iniciando-se a contagem, por mera hipótese, a partir do campo militar de Gonçalo, se é que este existiu (AZEVEDO 1898 319). Seja como for, e a fotointerpretação parece demonstrá-lo, é segura a existência de uma travessia *per compendium*, de Barreiras pela zona de Taberna (Albergaria do Mondego), pelo menos quando as condições meteorológicas o permitiam, caminho muito utilizado pelos rebanhos transumantes (CASTRO 1985: 92-93; MANTAS 1992: 170-173), percurso que voltaria a cruzar o Mondego na zona de Abrunhosa, onde encontraria um ramal vindo de Celorico. A relativa proximidade de estações viárias, nesta região, é normal atendendo às características do terreno, sobretudo se a estrada tiver utilização permanente.

O caminho principal coincidia com o traçado até Famalicão da Serra, seguindo depois em direção à Guarda, onde a estação arqueológica da Póvoa do Mileu poderá ter desempenhado funções semelhan-

tes às que atribuímos a Centum Celas, correspondendo provavelmente ao centro político dos *Transcudani* (PERESTRELO 2003 134; CARVALHO 2005 160-161). Seria este o caminho que, continuando por Argomil, conduzia através de um ramal à *Civitas Cobelcorum*. O ramo principal tocava na *Civitas Aravorum* (Marialva), prosseguindo para ocidente, por Vide (*CIL* II 4641), Caria (*CIL* II 4643) e Padrão, flectindo depois em direcção ao vale do Douro, rio que venceria na zona de Cárquere, rica em testemunhos da romanização, incerta capital dos *Coilarni* ou *Paesuri* (ALARCÃO 1989 45-46, 57; 2000 165-172).

O miliário de Vide, encontrado numa freguesia significativamente denominada Rua, indica a milha XVIII, o que confirma uma contagem a partir da capital dos *Aravi*, em Marialva (PERESTRELO 2003 55-57; COIXÃO 2008 56-71). Se admitirmos que *Meidobriga* corresponde a Freixo de Numão ou Numão e não a Ranhados (CARVALHO 2005 160), devemos considerar um traçado diferente, para norte, em direcção ao território dos *Banienses* e servindo também a zona de *Caliabria* (Castelo de Calabre), em tempos obscura sede episcopal visigótica, de onde seguiria para ocidente ao longo do vale. A estrada, de qualquer forma, atravessava território dos *Meidobrigenses* (CARVALHO 2010 125-138).

A travessia do rio Douro pelo tramo principal, vindo aparentemente por Lamego (VAZ 2010 101-116), fazia-se em barca, provavelmente na zona de Porto de Rei, onde se tentou construir uma ponte no século XII, continuando a estrada por *Tongobriga*, pequena cidade referida na geografia ptolomaica (Ptolomeu 2.6), e Vizela, onde existia um *vicus* termal, ganhando por fim *Bracara Augusta*. Esta estrada possuía um *deverticulum* que tocava a margem esquerda do Douro perto de Castelo de Paiva, provável território dos *Paesuri*. O seu traçado está garantido por uma inscrição de Adriano num grande penedo em S. Paio de Fornos (*CIL* II 6111), atingindo Braga pela ponte de S. Martinho, no rio Sousa, ainda com obra romana, e por Sande, local de achado de um miliário de Trajano (*CIL* II 6214), confirmando a renovação verificada na região por altura da construção da ponte de Alcântara.

O traçado correspondente ao ramal em direcção ao entroncamento da estrada vinda da *Civitas Aravorum*, no rio Távora, representa o caminho mais próximo da directriz ideal para unir Alcântara a Braga, atendendo à geografia física e política da região. Era, de alguma forma, o caminho natural para vencer a serra, contornando-a e garantindo as paragens necessárias para vencer um percurso em grande parte difícil, como prova o itinerário 62 de Villuga, uma longa enumeração de

estações entre as cidades de Évora e do Porto, itinerário interior que reproduzimos na parte que mais interessa ao trajecto da estrada romana:

De Évora ao Porto (pormenor)	Distância em Léguas
A heotepoço	I
A hosaxcedo	I
A valelas	II
A famaliçam	I
Ala çurugera	II
A fala	II
Al puerto de carne	I
Ala puente de Celurico	I
A ouaracal	II
A fiexes	I
Ala venta de tabora	I
A paboçan	III
Al aldea	II
A las caldas de rio Duero	III

Independentemente da dificuldade de leitura dos topónimos, é evidente que este traçado coincide largamente com o percurso que propomos, contornando a Serra da Estrela e dirigindo-se de seguida para o vale do Távora e para o Douro. É neste traçado que encontramos a maior parte dos miliários que se conhecem deste itinerário, o qual incluía também, antes de Sarzedas (Hosaxcedo), um troço da estrada que servia a zona de Orjais, na margem direita do Zêzere, enquanto pela margem oposta se desenvolvia o traçado com o qual podemos relacionar o importante e, para nós, um tanto enigmático estabelecimento romano da Quinta da Fórnea (SANTOS / CARVALHO 2008 141-142; ARQUEOHOJE 2009).

Para muitos investigadores, a estrada, depois da travessia do Mondego, seguiria por Abrunhosa para Viseu, por Mangualde, contando com vários miliários nesse percurso e com uma grande estação viária na Raposeira (ARQUEOHOJE 2014), para procurar, depois de Viseu, a estrada *Olisipo-Bracara*, a ocidente, em Cabeço do Vou-

ga, onde existiu uma *mansio*, traçado que assim a afastava da sua directriz. Em alternativa, poderia continuar de Viseu, por Castro Daire, para o Douro (ALARCÃO 1989 87, 104). A identificação de Viseu como capital dos *Interannienses* não tem hoje sentido⁹. Como a denominação visigótica da cidade era indiscutivelmente *Veseo* ou *Be-seo*, consideramos que o nome indígena da cidade, poderosamente fortificada no Baixo-Império, seria muito parecido, se não idêntico (MANTAS 2012 246-248).

Esta opinião, nossa e de outros (GUERRA 1999 426-427), foi confortada recentemente pelo achado em Viseu de uma ara consagrada a uma divindade tutelar cujo teónimo é *Vissaium* (FERNANDES 2008 185-189). Apesar de todas as dificuldades em aberto, admitimos que Bobadela tenha sido a capital dos *Interannienses*, entre o Mondego e o Alva, tal como *Veseo* afastada da directriz do itinerário. É possível, todavia, que a *civitas* de Bobadela controlasse um território mais extenso, talvez até ao Zêzere, integrando no seu território as muito importantes zonas mineiras do vale do Alva¹⁰, o que corresponderia, *grosso modo*, à geografia da inscrição da ponte de Alcântara, provavelmente traçada a partir de um *Itinerarium Pictum* semelhante à *Tábua de Peutinger* (MILLER 1962; SALWAY 2005 119-135).

Tal como Viseu, Bobadela, a inominada *Splendidissima Civitas* (*CIL* II 397), em pleno desenvolvimento pelos finais do século primeiro (ALARCÃO 2002-2003 155-180), não ficava sobre nenhum dos traçados principais do itinerário Mérida-Braga. Sem excluirmos a possibilidade de uma estrada a partir de Capinha, mais que provável, propomos que a ligação principal se fazia pela vertente norte da Serra da Estrela, por Paços da Serra, onde se acharam dois miliários, um deles com a indicação de XXI milhas (FIG. 12), valor que não nos parece excessivo para Bobadela¹¹, tendo em conta as condições do terreno e o traçado do caminho. É claro que a distância indicada é insuficiente para alcançar

⁹ Reconhecemos que a atribuição de Viseu aos *Interannienses* ajudaria a clarificar a insólita posição dos *Coilarni* neste grupo de cidades, sem esquecer que *CIL* II 760 pode não indicar todos os povos envolvidos.

¹⁰ O que explicaria, pelo menos em parte, as ligações entre os *Iulii* e os *Cantii* de Bobadela e de Idanha-a-Velha, seguramente envolvidos em negócios ligados à mineração.

¹¹ O percurso, a pé, entre Paços da Serra e Bobadela indicado pelo *Googlemaps* é de 30 quilómetros.

Viseu, mas o problema pode agora considerar-se resolvido, uma vez que Bobadela era realmente o ponto inicial da balizagem.

O miliário de Cláudio indicando a milha VII achado em Espinho, já na margem norte do Mondego¹², comprova a existência de uma estrada mais a ocidente daquela que se dirigia a Viseu por Abrunhosa e Raposeira, descendo para Via Meã, onde há miliários. A ligação de Bobadela à directriz principal do itinerário far-se-ia através de uma estrada em direcção a Celorico, cruzando o caminho vindo de Barrelas, estrada confirmada quer pelos miliários de Eiró e Paços da Serra, quer por um fragmento de outro, aparentemente anepígrafo (FIG. 13), situado perto do cemitério de Santa Comba (Seia)¹³. De Bobadela seguia também um ramal em direcção ao Mondego, a jusante do anterior, muito provavelmente por Midões, e outro para o Alva.

Este último comunicava Bobadela com *Conimbriga* e *Aeminium*, seguindo *grosso modo* a sul do rio Alva, por Côja, onde existe um raro miliário de Teodósio I publicado recentemente (*FE* 115 492), embora conhecido já há alguns anos, estrada que bifurcava para aquelas cidades não muito longe de Miranda do Corvo. O local da bifurcação situava-se em Eira Velha (Lamas), onde os restos de uma estação viária, inicialmente identificada como *villa*, foram lamentavelmente destruídos após uma escavação de emergência (MANTAS 2012 250; RAMOS e SIMÃO 2012 63-71). Diversos materiais dos séculos I a IV, uma necrópole ao longo da via, um longo troço de estrada e ruínas de várias construções comprovam a importância viária do local, a uns 10 quilómetros de *Conimbriga* e a uns 15 quilómetros de *Aeminium*, distâncias que sugerem uma *mutatio* ao serviço dos viajantes saídos destas duas cidades.

As estradas para ocidente, comunicando as *civitates* citadas na inscrição da ponte de Alcântara com o litoral, parecem muito mais solidárias com a rede viária da fachada oceânica da Lusitânia entre o Tejo e o Douro do que com as estradas do interior da província, tal como se interpretam de acordo com a inscrição da ponte, sobretudo se respeitarmos a directriz ideal para comunicar Mérida e Braga. Por exemplo, a estrada lançada a sul do Alva servia uma zona onde são impressionantes os vestígios de explorações mineiras antigas, em grande parte

¹² A distância indicada, se estiver correcta, não pode referir-se a Viseu.

¹³ Este miliário inédito, aparentemente ilegível, cuja parte conservada tem 69 cm de altura, encontra-se não muito distante da *Estrada Velha* em direcção a Gouveia.

de época romana, talvez a razão principal da abundância de traçados antigos na Beira. Neste caso, o escoamento dos minérios fazia-se com toda a probabilidade pelo porto flúvio-marítimo de *Aeminium*, o que explicará a estrutura social da cidade, a sua indiscutível riqueza e os seus contactos¹⁴, ilustrando uma realidade muito diferente, associada a outro sistema viário.

Reconhecemos as dificuldades apresentadas pelo estudo de uma rede de estradas tão complexa como esta centrada no itinerário *Emerita-Bracara*, como o sugerimos. Há bastos anos que nos defrontamos com tais dificuldades, que a falta de testemunhos escritos, epigráficos ou outros, associada à contínua e não poucas vezes estúpida destruição dos vestígios viários que conseguiram chegar aos nossos dias, torna tarefa ingrata para a maioria dos investigadores, confrontados com a concretização dos temores expressos a seu tempo por Martins Capela e Mário Saa. O estudo dos caminhos de montanha constitui um capítulo particularmente interessante, pela sua especificidade e, até data recente, verificável continuidade, mesmo quando integrados, ou sobretudo por isso, em grandes itinerários como o de *Emerita-Bracara*, cuja história completa da forma como venceu a Serra da Estrela, afinal contornando-a, exige ainda muito trabalho, paciência e cooperação¹⁵.

Parece evidente ter havido a preocupação de evitar problemas de difícil e custosa solução, que só questões estratégicas e a exploração dos recursos mineiros justificavam, fazendo os traçados principais contornar a montanha a nascente e a poente e acomodando a directriz principal entre o Douro e o Mondego à divisória das águas, deixando à sua esquerda os rios Dão, Vouga e Paiva. A repartição dos miliários conhecidos, pela sua desigualdade, também oferece motivo de perplexidade. Muitos deles ocorrem próximos, deixando depois vastas áreas sem qualquer outro achado. Acasos da arqueologia ou os troços bem construídos destas estradas se limitaram a zonas específicas, deixando o resto dos caminhos sob a forma de simples estradões ou carreiros?

Embora esta ideia não se coadune convenientemente com investimentos como o da ponte de Alcântara e o levantamento de miliários ao largo do Baixo-Império, período a que pertence a maioria deles, tal-

¹⁴ A importância dos libertos, o nível atingido pela arquitectura pública e as evidentes relações com o mundo marítimo evidenciam um estatuto privilegiado.

¹⁵ Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira a preparação das ilustrações deste artigo.

vez tenhamos que considerar esta hipótese para determinados percursos menos importantes no tocante à ligação *Emerita-Bracara*, que de forma alguma deve ser considerada como via, no sentido restrito do termo. Estas desigualdades verificam-se, aliás, noutras estradas importantes, como a que ligava *Ebora* a *Pax Iulia*, reflectindo o maior ou menor interesse pela rede viária por parte das *civitates*.

Como o assunto que nos interessa é o da travessia da Serra da Estrela, ou talvez melhor, o da forma de a contornar num itinerário de longo curso, centrámos a nossa análise, forçosamente limitada, nos eixos principais. Por isso mesmo evitámos traçar mapas muito precisos, limitando-os ao essencial, confirmando a desconfiança que nos foi atribuída a seu propósito (CLOPPET 2016 254), pois temos sido frequentemente compelidos a modificar propostas anteriores, resultado inevitável de uma pesquisa difícil e nunca terminada. Parece-nos, todavia, evidente o impacto da construção da ponte de Alcântara numa vastíssima região da Lusitânia, e mesmo para além da sua fronteira setentrional. Por esta razão julgamos importante tentar definir, com a precisão possível, o eixo director desse grande sistema viário, estranhamente ignorado pelos roteiros antigos, do qual a ponte foi elemento peculiar. Seja como for, também aqui Roma abriu caminho à História.

O testemunho dos miliários de Augusto e o cenário estratégico do último quartel do século I a.C. sugerem, com elevado grau de certeza, que por essa época o acesso principal à zona serrana da Estrela a partir de *Emerita Augusta* se efectuava desde o troço inicial da via *Emerita-Salmantica-Asturica*, em direcção a *Caurium* e a Iruña, onde se lhe juntava uma estrada vinda de *Salmantica* por *Mirobriga*. Seguiu depois, já em território português, até ao sopé oriental da serra, contornando-o em direcção ao norte e servindo alguns modestos centros populacionais e, sobretudo, os destacamentos militares estabelecidos até ao Douro, com os quais relacionamos o cipo de Argomil. A existência de um percurso alternativo, pelo local da futura ponte de Alcântara, é uma forte possibilidade, mas estamos longe de possuir nesse traçado em direcção a *Igaedis* testemunhos semelhantes aos que existem para a via anteriormente referida.

Esta, com efeito, não só mostra uma balizagem homogénea, mantendo *Emerita* como ponto único de contagem das distâncias, destacan-

do-a desde logo, como o desenvolvimento de *Igaedis* se revela posterior à cronologia dos miliários augustanos que indicámos, comprovando-se ali um processo de organização territorial que se arrasta durante quase três décadas. De qualquer forma, independentemente da questão da cronologia das pontes conhecidas, foi a construção da ponte de Trajano que alterou definitivamente quadro viário da região, contribuindo simultaneamente para acelerar o processo de urbanização da região centrada no eixo Alcântara-Braga, alterados que foram os pressupostos que ditaram a primeira opção viária como uma alternativa da via *Emerita-Salmantica-Asturica*.

A densidade da rede de caminhos na Beira interior dificulta, por vezes a definição dos percursos principais, que podem ter sofrido algumas alterações na época romana, a exemplo do caso anterior. Todavia, os inequívocos testemunhos das rotas da transumância e os dados dos roteiros quinhentistas mostram clara coincidência com troços viários dotados de miliários e com abundantes traços de povoamento romano, pelo que não hesitamos em utilizá-los. Finalmente, o estudo da rede viária e da geografia administrativa desta região mostra que, a partir dos inícios do século II, o eixo Alcântara-Braga corresponde a um itinerário, não propriamente a uma via, tanto mais que a sua balizagem se organiza no interior de cada território atravessado, eixo que procura satisfazer prioritariamente uma ligação a longa distância, pouco interessada em vencer directamente a Serra da Estrela, preferindo contorná-la, deixando que as comunicações com as *civitates* que lhe ficavam marginais se fizessem através de ramais, parte dos quais bastante importantes, salvaguardando as características fundamentais de um itinerário: a utilização de várias estradas para unir dois pontos significativamente afastados.

BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL, J. Manuel e Espinosa, U. (1989), *La ciudad hispanorromana. Privilegio y poder*. Logronho.
- ALARCÃO, Jorge de (1988), “Os Montes Hermínios e os Lusitanos”, in *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, II. Lisboa: 41-48.
- ALARCÃO, Jorge de (1989), *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins.
- ALARCÃO, Jorge de (1990), “O reordenamento territorial”, in *Nova História de Portugal*, I. Lisboa: 352-382.
- ALARCÃO, Jorge de (1993), *Arqueologia da Serra da Estrela*. Manteigas.

- ALARCÃO, Jorge de (2000), “Os nomes de algumas povoações romanas da parte portuguesa da Lusitânia”, in *Sociedad y cultura en Lusitania Romana*. Mérida: 165-172.
- ALARCÃO, Jorge de (2002-2003), “A *splendidissima civitas* de Bobadela”, *Anas* 15-16: 155-180.
- ALARCÃO, Jorge de (2005), “Ainda sobre a localização dos povos referidos na inscrição da ponte de Alcântara”, in *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*. Guarda: 119-134.
- ALARCÃO, Jorge de (2006), “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – IV”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 9, 1: 131-147.
- ALMEIDA, Fernando de (1956), *Egitânia. História e arqueologia*. Lisboa.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M. e Nogales Basarrate, T. (2010), “Los primeros años de la *Colonia Augusta Emerita*: la planificación urbana”, in *Naissance de la Lusitanie Romaine. Origen de la Lusitania Romana*. Toulouse-Mérida: 527-557.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M. e Nogales Basarrate, T. (2004), “Calzadas de Lusitania: programación y ideología imperial”, in *Las Comunicaciones en Lusitania Romana*. Madrid: 255-276.
- AMELA VALVERDE, L. (2014), “La fundación de la colonia *Norba Caesarina*”, *Herakleion* 7: 53-64.
- ARQUEOHOJE (2009), *Quinta da Fórnea*. Belmonte.
- ARQUEOHOJE (2014), *A estalagem romana da Raposeira*. Mangualde.
- AZEVEDO, Pedro de (1898), “Extractos das Memorias Parochiaes de 1758”, *O Archeologo Português* 4: 315-329.
- BELO, A. Ricardo (1960), “Nótulas sobre cinco marcos miliários romanos da via Mérida-Viséu-Braga encontrados nas proximidades da Torre Centum Cellae de Belmonte”, *Revista de Guimarães* 70, 1-2: 27-50.
- BELO, A. Ricardo (1964), “Dois marcos miliários, inéditos, do troço Cellae-Valhelhas, da via militar romana Mérida-Viséu-Braga”, *Arqueologia e História* 8ª série, 11: 127-142.
- BLANCO FREIJEIRO, A. (1977), *El puente de Alcántara en su contexto histórico*. Madrid.
- BLÁZQUEZ CERRATO, M. (2010), “El proceso de monetización de Lusitania desde el siglo I a.C. al siglo I d.C.”, in *Naissance de la Lusitanie Romaine. Origen de la Lusitania Romana*. Toulouse-Mérida: 405-436.
- BRITO, Frei Bernardo, (1609), *Segunda Parte da Monarchia Lusytana*. Lisboa.
- CAGNAT, René (1914⁴), *Cours d'épigraphie latine*, Paris.
- CARBONELL, J., Gimeno, H. e Stilow, A. (2007), “Pons Traiani, Qantara Es-Saif, Puente de Alcántara. Problemas de epigrafia, filologia e historia”, in *Provinciae Imperii Romani Inscriptionibus Descriptae*, Barcelona: 247-258.
- CARVALHO, Pedro (2003), “O templo romano de Nossa Senhora das Cabeças (Orjais, Covilhã) e a sua integração num território rural”, *Conimbriga* 42: 153-182.
- CARVALHO, Pedro (2005), “Identificação e caracterização espacial das capitais de *civitates* da Beira Interior”, in *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*. Guarda: 155-170.

- CARVALHO, Pedro (2009), “O forum dos *Igaeditani* e os primeiros tempos da *Civitas Igaeditanorum*”, *Archivo Español de Arqueología* 82: 115-131.
- CARVALHO, Pedro (2010), “A caminho do Douro na época romana. Da capital da *Civitas Igaeditanorum* aos territoria dos *Lancienses*, *Aravi*, *Meidobrigenses* e *Cobelci*”, in *Arqueología, Patrimonio, Prehistoria e Historia Antigua de los Pueblos “Sin Pasado”. Ecos de la Lusitania en Arribes del Duero*. Salamanca: 125-138.
- CARVALHO, Pedro (2012), “Pela Beira Interior no século I d.C.: das capitais de *civitates* aos *vici*, entre o Pônsul e a Estrela”, *Actas do V Congresso de Arqueologia do Interior Norte e Centro de Portugal*. Mêda-Foz Côa-Figueira de Castelo Rodrigo: 333-350.
- CASTRO, Ferreira de (1985, 14ª edição), *A lã e a neve*. Lisboa.
- CIL = *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Berlim.
- CLOPPET, Christian (2016), “Comptes rendus”, *Latomus* 75 (1): 251-254.
- COIXÃO, A. Sá (2008), “Proto-história e romanização do Baixo-Côa: novos contributos para a sua caracterização”, in *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*. Porto: 56-71.
- CORTÉS BÀRCENA, C. (2002-2003), “Epigrafía y territorio en la *Hispania* romana: Los *Termini* públicos”, *Anas* 15-16: 107-125.
- CRUZ VILLALÓN, M. (2017), “Dificultades en la construcción del Puente de Alcántara. Condicionamientos y problemas técnicos”, *Revista de Estudios Extremeños* 73 (3) 2939-2976.
- CURADO, F. Patrício (2008), “Reflexões em torno do *terminus augustalis* (dito) de *Petrovisium*”, *Eburobriga* 4: 99-118.
- CURADO, F. Patrício (2013), “Notas sobre dois marcos miliários prismáticos, de Augusto (23 a.C.) da região da Guarda”, *Sabucale* 5: 59-74.
- DE MARTINO, F. (1965), *Storia della costituzione romana*, IV, 1-2. Nápoles.
- DURÁN FUENTES, M. (2005, 2ª edição), *La construcción de puentes romanos en Hispania*. Santiago de Compostela.
- EDRISI (1968, 2ª edição), *Description de l’Afrique et de l’Espagne* (J. Dozy; M. De Goeje, eds.). Leida.
- ENCARNAÇÃO, J. de (2004), “*Emerita* e *Civitas Igaeditanorum*. Uma relação bem registada na epigrafia”, *Eburobriga* 1: 57-60.
- ENCARNAÇÃO, J. de (2013), “Homenagem da *Civitas Aravorum* ao imperador Adriano”, *Praça Velha* 34: 1-23.
- FARIA, A. Marques de (1986), “Moedas hispano-romanas do Museu da Guarda”, *Nuismática* 41-42: 13-14.
- FE = Ficheiro Epigráfico. Coimbra.
- FERNÁNDEZ CORRRALES, J. (1987), *El trazado de las vías romanas en Extremadura*. Cáceres.
- FERRAZ, Carla (2003), “Ara consagrada a Vénus e Minerva (?) por *Lucius Caecilius* (?)”, in *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa: 467-468.
- FRADE, Helena (1993-1994), “A Torre de Centum Cellas (Belmonte): uma villa romana”, *Conimbriga* 32-33: 87-106.

- FRADE, Helena (2010), “Os fora de Bobadela (Oliveira do Hospital) e da *Civitas Cobelcorum* (Figueira de Castelo Rodrigo)”, in *Ciudad y foro en Lusitania Romana. Cidade e Foro na Lusitânia Romana*. Mérida: 47-68.
- FRANCISCO MARTÍN, J. (1996, 2ª edição), *Conquista y romanización de Lusitania*. Salamanca.
- GARCÍA IGLÉSÍAS, L. (1976), “Autenticidad de la inscripción de municipios que sufragaron el puente de Alcántara”, *Revista de Estudios Extremeños* 32 (2): 263-276.
- GILOTTE, Sophie (2006), “Al-Mu’tadd y el puente de Alcántara”, *Mélanges de la Casa de Velázquez* 36 (2): 211-231.
- GIMENO PASCUAL, H. (1995), “La inscripción del dintel del templo de Alcántara (*CIL* II 761): una perspectiva diferente”, *Epigraphica* 57: 87-145.
- GOFFAUX, B. (2001), “Municipal Intervention in the Public Construction of Towns and Cities in Roman *Hispaniae*”, *Habis* 32: 257-270.
- GÓMEZ-PANTOJA, J. (2011), “Un nuevo *Terminus Augustalis* en Lusitania”, *Epigrafia e Antichità* 29: 291-318.
- GUERRA, Amílcar (1999), “Nomes de cecas visigodas no Noroeste peninsular e toponímia pré-romana”, in *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania*, Madrid: 423-432.
- GUERRA, Amílcar (2007), “Sobre o território e a sede dos *Lancienses* (*Oppidani* e *Transcudani*) e outras questões conexas”, *Conimbriga* 46: 161-206.
- GUERRA, Amílcar e Schatner, Thomas (2010), “El foro y el templo de *Lancia Oppidana*: nueva interpretación de Centum Celas (Belmonte)”, in *Cidade e Foro na Lusitânia Romana. Ciudad y Foro en Lusitania Romana*, Mérida: 333-342.
- HANLEY, Robin (2000), *Villages in Roman Britain*. Princes Risborough.
- HENRIQUES, Francisco et alii (2015), “O marco miliário de Aldeia de Santa Margarida (Belmonte) e outros materiais de época romana”, *Açafa On Line* 10: 2-17.
- HERNÁNDEZ GUERRA, L. (2001), *Epigrafia de época romana de la provincia de Salamanca*. Valladolid.
- HOLANDA, Francisco de (1984), *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa* (J. F. Alves, ed.). Lisboa.
- JUAN DE VILLUGA, P. (1951, 1ª edição 1546), *Reportorio de todos los caminos de España*. Madrid.
- LAMBRINO, S. (1956), “Les inscriptions latines inédites du Musée Leite de Vasconcelos”, *O Arqueólogo Português*, 2ª série, 3: 5-73.
- LE ROUX, P. (1994), “Cités et territoires en Hispanie. L’épigraphie des limites”, *Mélanges de la Casa de Velázquez* 30 (1): 37-52.
- LE ROUX, P. (1996), “Droit latin et municipalisation en Lusitanie sous l’Empire”, in *Teoria y Practica del Ordenamiento Municipal en Hispania*. Vitoria / Gazteitz: 239-253.
- LE ROUX, P. (2015), “La creación romana de Lusitania”, in *Lusitania Romana. Origen de Dos Pueblos*, Mérida: 99-108.
- LIZ GUIRAL, J. (1988), *El puente de Alcántara. Arqueología y historia*. Madrid.

- FERNANDES, Luís et alii (2008), “Uma nova ara votiva de Viseu”, *Sylloge Epigraphica Barcinonensis* 6: 185-189.
- MANTAS, Vasco (1992), “Teledeteção e vias romanas”, in *Jornadas sobre Teledetección y Geofísica aplicadas a la Arqueología*. Madrid: 165-174.
- MANTAS, Vasco (2006), “Cidadania e estatuto urbano na *Civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha)”, *Biblos* nova série 4: 49-92.
- MANTAS, Vasco (2008-2009), “A rede viária romana em Portugal. Estado da questão e perspectivas futuras”, *Anas* 21-22: 245-272.
- MANTAS, Vasco (2010), “*Ammaia* e *Civitas Igaeditanorum*. Dois espaços forenses lusitanos”, in *Ciudad y Foro en Lusitania Romana. Cidade e Foro na Lusitânia Romana*. (Studia Lusitana 4). Mérida: 167-188.
- MANTAS, Vasco (2012), *As vias romanas da Lusitânia*. (Studia Lusitana 7). Mérida.
- MARTÍN VALLS, R. (1975-1976), “Nuevos hallazgos arqueológicos en Ciudad Rodrigo”, *Zephyrus*, 26-27: 373-388.
- MARTINS, Manuela (2004), “Urbanismo e arquitectura em *Bracara Augusta*. Balanço das contribuições da arqueologia urbana”, in *Simulacra Romae*. Tarragona: 149-173.
- MELENA, J. L. (1985), “Salama, Jálama y la epigrafía latina del antiguo corregimiento”, in *Symbolae Ludovico Mitxelena*. Vitoria / Gasteiz: 512-523.
- MILLER, K. (1962, 2ª edição), *Itineraria Romana. Römische Reisewege an der Hand der Tabula Peutingeriana dargestellt*. Estugarda.
- MORENO GALLO, I. (2006, 2ª edição), *Vías romanas. Ingeniería y técnica constructiva*. Madrid.
- OLLER GUZMAN, J. (2014), “La *civitas sine urbe* y su función de vertebración en el territorio provincial hispano: los casos de Egara y Caldes de Montbui”, *Pyrenae* 45 (1): 89-110.
- OSÓRIO, Marcos (2000), *O povoamento romano do Alto-Côa*. Coimbra (dissertação de Mestrado policopiada).
- PEREIRA, Vítor (2005), “Intervenção arqueológica na Póvoa do Mileu (Guarda)”, in *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*. Guarda: 229-250.
- PEREIRA, Vítor (2010), “O povoamento romano no concelho da Guarda”, *Iberografias* 6: 27-43.
- PERESTRELO, M. Sabino (2003), *A romanização na bacia do rio Côa*. [s.l.].
- PIZZO, Antonio (2016), “El puente de Alcántara: nueva documentación arqueológica y evidencias constructivas previas”, *Arqueología de la Arquitectura* 13: 1-22
- PTOLOMEU (1883), *Claudi Ptolomaei Geographia* (K. Müller, ed.). Paris.
- PUERTA TORRRES, C. (1995), *Los miliarios de la Vía de la Plata*, 1-2. Madrid.
- RAMOS, Rui e Simão, Inês (2012), “Eira Velha: uma estação viária romana na periferia de Conimbriga”, *Apontamentos de Arqueologia e Património* 8: 63-71.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (1975), *Itineraria Hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*. Madrid.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (2005), “El Camino de la Plata. Estado da la cuestión”, *Anas* 18: 11-28.

- RUIVO, José e Carvalho, Pedro (1996), “Uma via romana na Serra da Estrela: o troço Valhelhas – Mangualde”, *Materiais*, 0 (2), 2ª série: 77-88.
- SÁ, Ana de (2007), *Civitas Igaeditanorum: os deuses e os homens*. Idanha-a-Nova.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (1990), “Las ciudades romanas de Lusitania oriental. Su papel en la transformación del territorio y la sociedad indígena”, in *Les Villes de Lusitanie Romaine*. Paris: 255-264.
- SALINAS DE FRÍAS, M. e Palao Vicente, J. (2012), “Nuevo miliario de Augusto procedente de Fuenteguinaldo (Salamanca)”, *Archivo Español de Arqueología* 85: 273-279.
- SALWAY, Benet (2005), “The Nature and Genesis of the Peutinger Map”, *Imago Mundi. The International Journal for the History of Cartography*, 57 (2): 119-135.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, J. e Brais Currás (2017), “Minería de oro y exploración del territorio en Lusitania: estado de la investigación”, in *Lusitania Romana del Pasado al Presente de la Investigación*. Mérida: 393-415.
- SANTOS, F. Carvalho dos e Carvalho, Pedro (2008), “Aspectos do mundo funerário romano na Beira interior. As estruturas funerárias da Quinta da Fórnea II (Belmonte): uma primeira abordagem”, *Conimbriga* 47: 127-143.
- SASTRE PRATS, I. e Ruiz del Árbol, M. (2005), “Las civitates del sector nordoriental de Lusitania: arqueología y epigrafía”, in *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*. Guarda: 135-154.
- SAYAS ABENGOCHEA, J. (1985), “El caso de *Norba Caesarina* y sus *contributa Castra Servilia* y *Castra Caecilia*”, *Mélanges de la Casa de Velázquez* 21: 61-75.
- SILVA, A. C. Ferreira da (1981-1982), “Novos dados sobre a organização social castreja”, *Portugalia*, nova série 1-2: 83-96.
- SILLIÈRES, Pierre (1990), *Les voies de communication de l'Hispanie méridionale*. Paris.
- TRANOY, Alain (1981), *La Galice romaine: recherches sur le Nord-Ouest de la péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris.
- VAZ, J. L. Inês (2010), “Povos pré-romanos da Lusitânia: o caso dos Coilarnos”, in *Naissance de la Lusitanie Romaine. Origen de la Lusitania Romana*. Toulouse - Mérida: 101-116.



FIG. 1 – *O itinerário Emerita-Bracara e outras grandes estradas da Lusitânia.*



FIG. 2 – Traçado geral da estrada Emerita-Bracara e sua directriz principal.

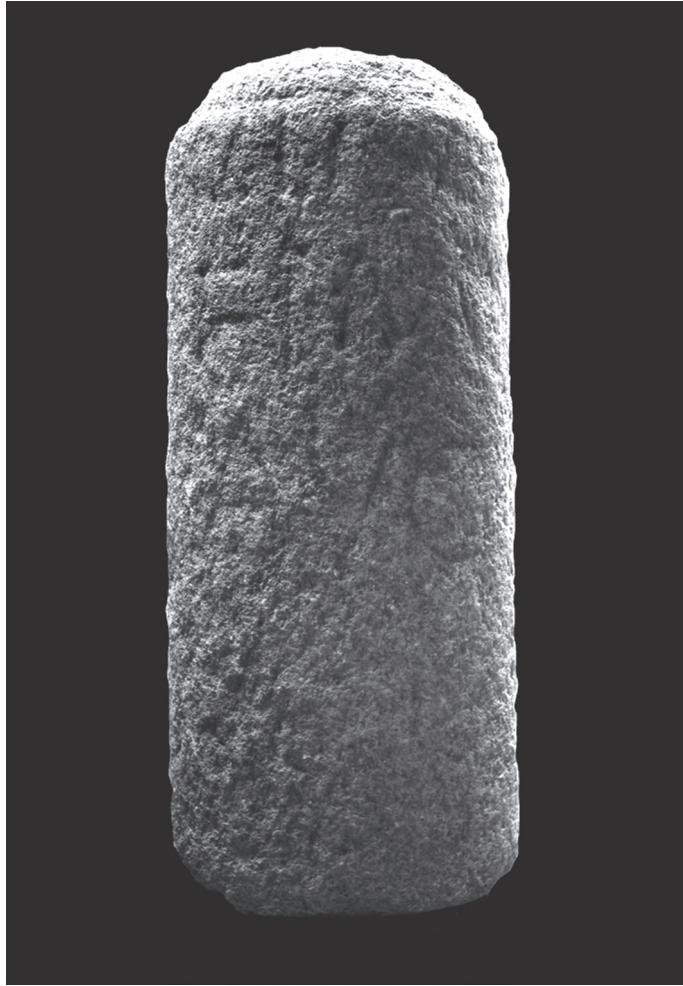


FIG. 3 – Miliário de Alcafozes, conservado em Idanha-a-Velha (foto DELFIM FERREIRA).

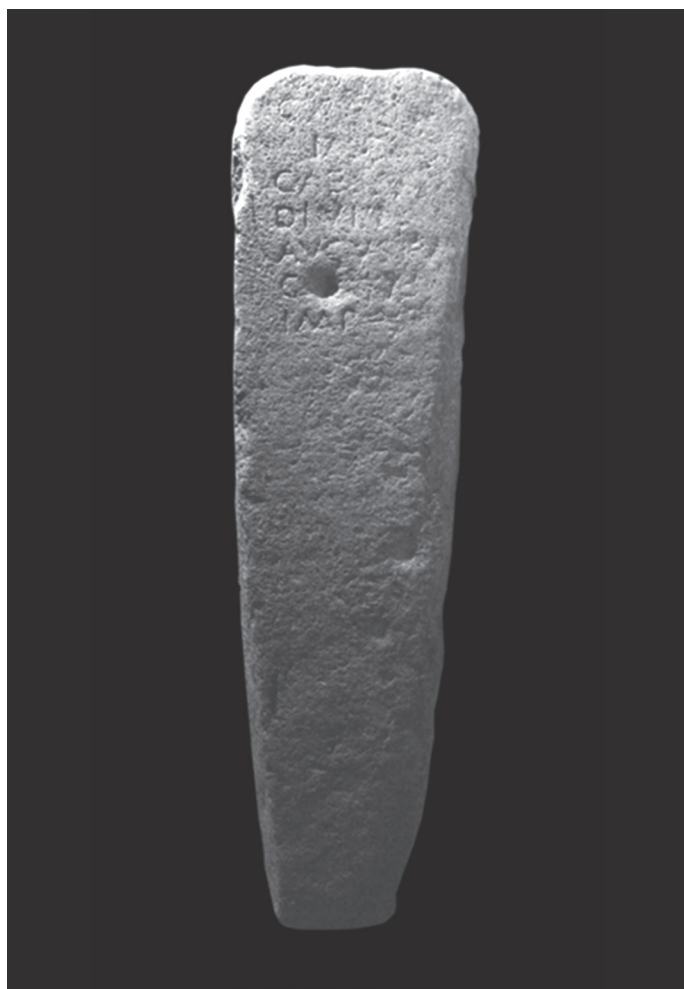


FIG. 4 – *Miliário de Augusto proveniente de Alfaiates (Museu Nacional de Arqueologia).*

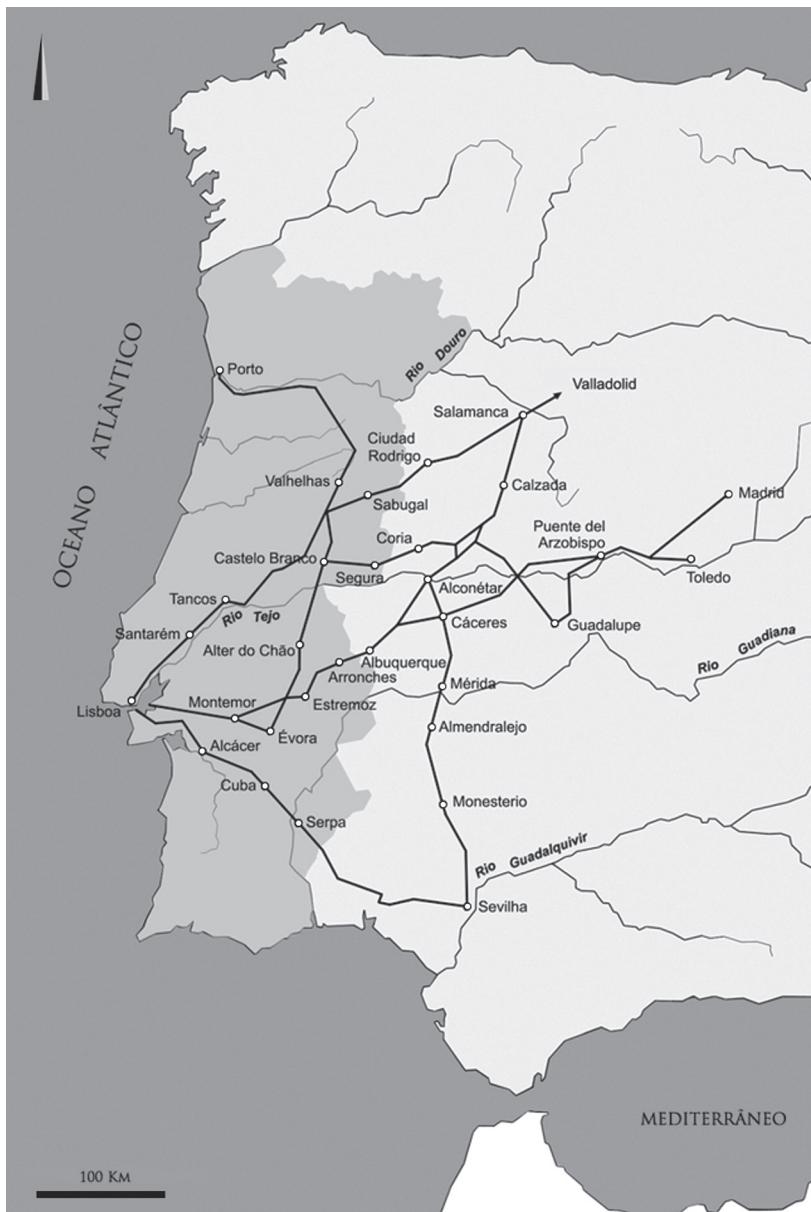


FIG. 5 – Itinerários de meados do século XVI, segundo PEDRO JUAN DE VILLAGA.

Estas letras estão no Arco do meo da Ponte.

IMP·CÆSARI·DIVI·NERVÆ·F·NERVÆ·TRA
TIANO·AVG·GERM·DACICO·PONTIF·MAX·TRIB·
POTES·VIII·IMP·V·CONS·V·P·P·

Estas
sobre stas

MVNICIPIA·PROVINCIAE
LYSITANIAE·STIFE·CONLATA
QVÆ·OPVS·PONTIS·FECER·
ICEDITANI·LANCIENS
ES·OPPIDANI·INTER
ANJENSES·COLARNI·
LANCIENSES·TRANSCV
DANI·ARABI·
MEDVBRICENSES·
ARTABRICENSES·
BANIENSES·
DESURES·

nos Pilares·
Maos de metal·

FIG. 6 – Inscrições CIL II 759 e CIL II 760, segundo FRANCISCO DE HOLANDA.



FIG. 7 – Traçado principal do itinerário Emerita-Bracara e provável localização dos Populi.



FIG. 8 – A ponte de Alcântara vista de jusante (foto VON DANTLA).



FIG. 9 – *Troço da Estrada de Herodes perto de Valhelhas (foto V. MANTAS).*

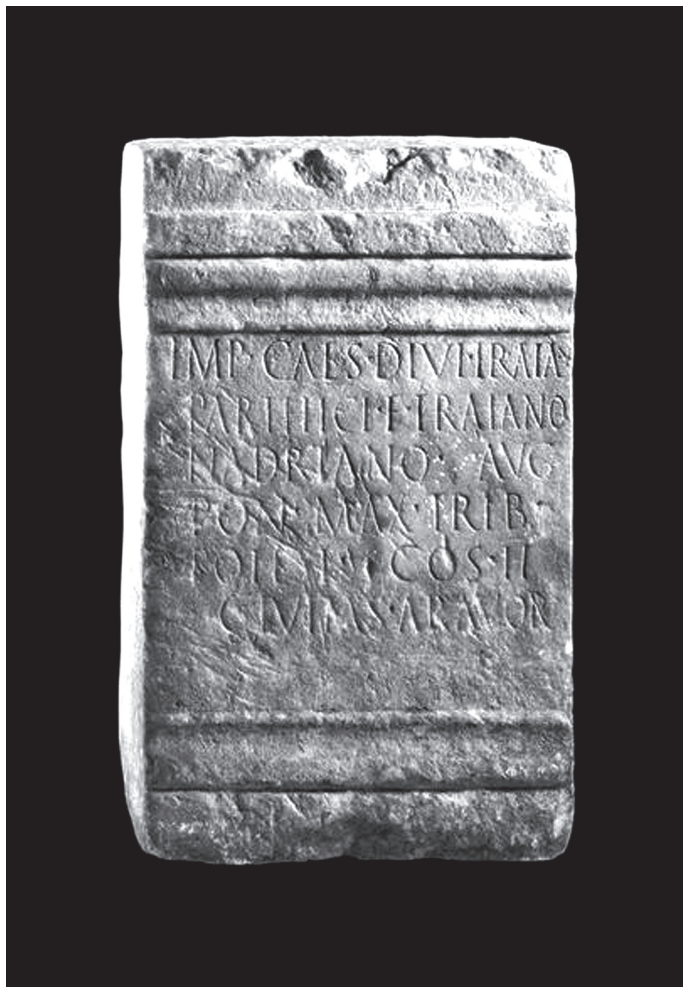


FIG. 10 – *Inscrição da Civitas Aravorum dedicada a Adriano (Museu da Guarda).*



FIG. 11 – Reconstituição do edifício de Stonea Grange e ruínas de Centum Celas (V. MANTAS e J. L. MADEIRA).



FIG. 12 – Miliários de Paços da Serra (foto ANTÓNIO CORREIA).



FIG. 13 – Miliário truncado, perto de Santa Comba (foto V. M. MANTAS).

ENRIQUE PAREDES MARTÍN

Universidad Complutense de Madrid – Archivo Epigráfico de Hispania

ORCID: 0000-0002-1347-9917

enripare@ucm.es

LATINIDAD, ONOMÁSTICA E INTEGRACIÓN JURÍDICA EN
EL INTERIOR DE *LUSITANIA*: ACERCA DE UNA INSCRIPCIÓN
PROCEDENTE DE TEIXOSO (CASTELO BRANCO, PORTUGAL):
HEpOL 26069

LATINITY, ONOMASTICS AND LEGAL INTEGRATION
IN CENTRAL *LUSITANIA*: ABOUT AN INSCRIPTION
FROM TEIXOSO (CASTELO BRANCO, PORTUGAL):
HEpOL 26069

LATINIDADE, ONOMÁSTICA E INTEGRAÇÃO LEGAL:
EM TORNO A UMA EPIGRAFE DE TEIXOSO
(CASTELO BRANCO, PORTUGAL): *HEpOL* 26069
“Conimbriga” LVIII (2019) p. 301-329

https://doi.org/10.14195/1647-8657_58_9

RESUMEN: Proponemos en estas páginas un estudio acerca de la realidad social, jurídica e institucional reflejada en un epígrafe procedente de Teixoso (Covilhã, Castelo Branco). Esta inscripción nos permitirá acercarnos a los medios de adaptación de las élites indígenas lusitanas a los modelos institucionales romanos extendidos gracias a la latinización flavia, que tendrían por resultado la conformación de unas nuevas élites locales de tipo municipal en esta zona centro-norte de la antigua *provincia Ulterior Lusitania*. Así, veremos a través de este testimonio cómo desde un punto de vista jurídico y administrativo el *ius Latii* sancionó y garantizó la adaptación de las élites peregrinas a una nueva realidad constitu-

Conimbriga, 58 (2019) 301-329

cional, manteniendo a la vez un amplio respeto por la tradición preexistente.

PALABRAS CLAVE: *Duunvir*, organizaciones suprafamiliares, *ius Latii*, municipalización, onomástica.

ABSTRACT: We propose a study about the social, legal and institutional reality reflected in an inscription from Teixoso (Covilhã, Castelo Branco). This inscription will allow us to approach the ways of adaptation of the native Lusitanian elites to the Roman institutional models extended thanks to the Flavian latinization, which would result in the formation of new municipal-type local elites in this central-north zone of the province of *Lusitania*. Thus, we will see from this testimony how from a legal and administrative point of view the *ius Latii* sanctioned and guaranteed the adaptation of the local elites to a new constitutional reality, while maintaining a broad respect for the preexisting tradition.

KEYWORDS: *Duunvir*, suprafamiliar organizations, *ius Latii*, municipalization, onomastics.

RESUMO: Propomos um estudo sobre a realidade social, jurídica e institucional refletida em uma inscrição de Teixoso (Covilhã, Castelo Branco). Esta inscrição nos permitirá abordar os meios de adaptação das elites indígenas lusitanas aos modelos institucionais romanos estendidos graças à la latinização flaviana, o que resultaria na formação de novas elites municipais nesta zona central-norte da antiga *Lusitania*. Assim, a partir deste testemunho veremos como, de um ponto de vista jurídico e administrativo, o *ius Latii* sancionou e garantiu a adaptação das elites autóctones a uma nova realidade constitucional, mantendo na sua vez um amplo respeito pela tradição preexistente.

PALAVRAS-CHAVE: *Duunvir*, organizações suprafamiliares, *ius Latii*, municipalização, onomástica.

LATINIDAD, ONOMÁSTICA E INTEGRACIÓN JURÍDICA
EN EL INTERIOR DE *LUSITANIA*: ACERCA
DE UNA INSCRIPCIÓN PROCEDENTE DE TEIXOSO
(CASTELO BRANCO, PORTUGAL): *HEpOL* 26069

Resulta cuanto menos curioso el escaso tratamiento que, a pesar de su importancia, el epígrafe al que dedicamos estas páginas ha tenido por parte de la bibliografía especializada. La primera edición de la pieza se la debemos a J. Leite de Vasconcelos, quien en julio de 1933 la vio en el Museu Municipal da Covilhã¹. Según el autor la pieza procedía de la freguesía de Teixoso, donde «*estava servindo de torça de uma porta de loja*» antes de ser adquirida por la Câmara Municipal da Covilhã y llevada hasta el Museu donde fue estudiada. Sin embargo, ya en 1979 L. Plácido y C. S. Marques buscaron sin éxito esta inscripción en el mencionado Museu, dándola por perdida². Posteriormente, debemos a J. de Alarcão tanto datos más concretos acerca de su procedencia (de la Quinta de Santo António, en la referida aldea de Teixoso)³, así como la posterior noticia de su reaparición⁴, sabiendo que actualmente la pieza se encuentra en un domicilio privado en la propia Covilhã⁵.

Según el editor original de la pieza, se trataría de una «*lápide de granito*» de 146 centímetros de largo, por 43 de ancho⁶. El campo epi-

¹ VASCONCELOS 1934: 25-28.

² PLÁCIDO, MARQUES 1980: 5-6. También nos informa acerca de su paradero desconocido ALARCÃO 1990b: 392.

³ ALARCÃO 1990a: 29.

⁴ ALARCÃO 1993: 36.

⁵ Agradecemos encarecidamente al Dr. Armando Redentor la información transmitida vía correo electrónico acerca del paradero actual de este epígrafe.

⁶ VASCONCELOS 1934: 25. CARVALHO 2003: 169 nos da además una profundidad de la pieza de unos 40 centímetros, por lo que se referirá a dicha inscripción no como una lápida, sino como un «bloque paralelepípedo» de granito (también CARVALHO 2007: 282, n° 19).

gráfico, inscrito en una moldura, mediría 120 por 22 centímetros. Y el texto que Leite de Vasconcelos adivinó a leer en ella se trata de:

SILOANGEITI · FILIVS
IAAGVACV O V D · S F C
M VAIRVNS · SILO · IIVIR · PRIMVS

Texto que desarrolló e interpretó de la siguiente forma:

SILO ANGEITI FILIVS /
MAGVACV(m) O(ptimus) D(e) S(uo) F(aciendum) C(uravit) /
VALERIVS SILO IIVIR (*duunvir*) PRIMVS

Nótese que aunque efectivamente Leite de Vasconcelos había acertado a leer al comienzo de la lín. 3 la *M* del *praenomen* del segundo individuo, en el desarrollo del texto no incluye este elemento. Lo mismo ocurre con la *V* situada tras la *O* en la lín. 2, que luego omite en el desarrollo textual. Posteriormente, P. C. Carvalho sí que tendrá en cuenta estos elementos en su restitución del texto:

SILO · ANGEITI · FILIVS /
MAGVACV(m) O(ptimus) V(ir) D(e) · S(uo) F(aciendum) C(uravit) /
M(arcus) VALERIVS · SILO · IIVIR (*duunvir*) · PRIMVS⁷

Como vemos, la inscripción menciona a un individuo indígena, *Silo Angeiti f.* que se presenta además como miembro de la *cognatio* de los *Maguaci*, y que lleva a cabo un acto evergético indeterminado. Por las dimensiones del epígrafe, podemos suponer que la obra financiada quizá se hubiese tratado de la construcción de un edificio público en el que habría sido incrustada originalmente esta inscripción⁸. Sea como fuere, la donación efectuada por *Silo Angeiti f.* viene oficialmente san-

⁷ CARVALHO 2007: 282, n° 19. Por su parte, en la restitución del texto ofrecida en *HEpOL* n° 26069 no se tiene en consideración la distribución en tres renglones del texto, el desarrollo completo de la palabra *filivis* en la lín. 1, ni la abreviatura de *o(ptimus)* o el *v(ir)* de la lín. 2: *SILO ANGEITI f(ilius) MAGVACVM OPTIMVS D(e) S(uo) F(aciendum) c(uravit) M(arcus) VALERIVS SILO DVNVIR PRIMVS*.

⁸ ALARCÃO 1993: 37; CARVALHO 2003: 169; CARVALHO 2007: 348. También sigue esta idea J. de ALARCÃO (1990b: 392), para quien la pieza se trataría probablemente de un dintel.

cionada en el mismo epígrafe por un magistrado de la comunidad llamado *M. Valerius Silo*, quien aparece con el cargo de *duunvir primus*⁹.

1. *Duunvir primus*: algunas cuestiones sobre las primeras magistraturas municipales

Esta fórmula de *duunvir primus* no es nada habitual en *Hispania*, pues junto con este testimonio lusitano únicamente encontramos otra referencia semejante procedente de Torreparedones (Baena, Córdoba)¹⁰. Fuera de la península Ibérica, sí que contamos en cambio con otros paralelos, como es el caso de *CIL VIII 1279 + 14773* de la antigua *Vallis (Africa Proconsularis)*¹¹, de *AE 1960, 227* de *Herculano*¹² o de *ILS 9414* procedente de *Iconium*¹³. El problema, sin embargo, se encuentra en el hecho de interpretar el significado de este *primus* con que *M. Valerius Silo* califica a su *duunvirato*. Para J. de Alarcão este individuo no se trataría sino del *duunvir* principal *-primus-* de su comu-

⁹ CARVALHO 2007: 348-349. Por su parte, J. de ALARCÃO (1993: 37) considera que este magistrado no sólo actuaría como receptor oficial de la donación, sino que de algún modo también colaboró con la obra en cuestión.

¹⁰ *CIL II²/5, 409 = CIL II 1585 = HEpOL 2310: M(arcus) Pompeius Q(uinti) f(ilius) Gal(eria) I(cst)nis / Ilvir primus de familia / Pompeia*. Por su parte, P. C. CARVALHO (2007: 520, n. 364) menciona otro posible testimonio de un *duunvir* (o bien un *quaestor*) *primus* procedente de Sagunto: *[D(is)] M(anibus?) / [- - -] Anerio / [- - -] r(- - -) X prim(o) / [- - -] pont(ifici) / [- - -] Fulvia / [- - -] m(arito) / [- - -] g[- - -]* (*CIL II²/14, 368 = IRSAT 232 = HEp 5, 1995, 826 = HEpOL 13336*). Sin embargo, más que ante otro *duunvir* (o *quaestor*) *primus*, parece que en realidad nos hallemos ante un *Xprimus (decemprimus)*, esto es, ante uno de los diez decuriones más importantes de su comunidad: CORELL (en *IRSAT 232*).

¹¹ *CIL VIII 1279 + 14773: M(arcus) Aurelli[us] Victor fl(amen) [p(er)p(etuus)] / [3]acis fil(ius) II[vi]r Primus et [3] / [3]eri P(ubli) [Bell]ici Secundi fl(amini) p(er)petuo / [3]us statuam mar/[moream 3 dono] dederunt idemq(ue) d(edicaverunt)*.

¹² *AE 1960, 277: Laribus sign[um] / Marcus Phi[lippus] / duovir prim[us?] / [f]aciundum [cur(avit)] / [i]sdemque pro[bavit]*.

¹³ *ILS 9414 = AE 1906, 70: M(arco) Ulpio Pomponio Superst[i]ti principis col(oniae) / n(ostrae) M(arci) Ulp(i) Pomp(oni) / Valentis sac(erdotis) Aug(usti) fac(ti) filio sac(erdoti) Aug(usti) fa(ct)o Ilvir(o) primo / col(oniae) irenarch(ae) / Sebastophant(ae) / [munific]entissimo / [patrono col(onia) Ael(ia)] / [Hadr(iana) Aug(usta) Icon(iensium)]*.

nidad¹⁴, aunque creemos que tal interpretación chocaría con la propia idea de colegialidad que caracterizaba a toda magistratura romana. De hecho, podemos valernos de otro testimonio epigráfico, procedente en este caso de Sicilia, para invalidar (o cuanto menos para acoger con la debida prudencia) esta interpretación¹⁵. En dicho epígrafe un tal *C. Publilius Philargurus* se presenta como *sevir primus et prior* de su comunidad, de lo cual podemos deducir que el cargo de este individuo como *sevir* principal de su comunidad viene referido en realidad con el término *prior*, más que con el de *primus*. Por lo tanto, y como veremos más adelante, deberemos dar al término *primus* otro significado. Otra hipótesis que se ha vertido en relación a nuestro epígrafe de Teixoso podría ser que *M. Valerius Silo* hubiera sido el primer *-primus-* individuo de su familia, la *gens Valeria*, en ejercer este cargo de *duunvir*. Así lo ha planteado, por ejemplo, P. C. Carvalho basándose en el paralelo *Ivir primus de familia Pompeia* del epígrafe ya referido procedente de Torreparedones (*CIL* II²/5, 409)¹⁶. Sin embargo, de ser así *M. Valerius Silo* bien habría podido plasmar esta referencia a su familia en el texto de este epígrafe, como de hecho sí que se explicita en el caso paralelo de Torreparedones.

Por ello, creemos que lo más simple, lógico y sensato resultaría considerar que *M. Valerius Silo* se trató del primer *duunvir* (o en todo caso uno de los dos primeros *duunviri*) nombrado en su comunidad según los modelos administrativos y magistratuales romanos. Y ello sería justo tras la presumible promoción municipal de dicha comunidad, promoción que podemos situar en época flavia a raíz del *edictum* de latinidad por el que sabemos que Vespasiano concedió el *ius Latii* a todas las comunidades aún peregrinas de la península Ibérica, las cuales pasaron a disfrutar consecuentemente de un nuevo estatus jurídico de tipo municipal¹⁷. El término *primus* del *duunvirato* de este individuo

¹⁴ ALARCÃO 1990b: 392.

¹⁵ *AE* 1989, 346a: *[Lar]ibus August{e}is et Genio Caesa[r]is / [lib]erorumque eius C(aius) Publilius / [Phil]argurus sevir primus et prior [- - -]*.

¹⁶ CARVALHO 2007: 520, n. 364.

¹⁷ Plin., *N.H.* III, 30. Acerca del contenido municipalizador del *ius Latii*: GARCÍA FERNÁNDEZ 2001; ANDREU PINTADO 2004a; ANDREU PINTADO 2004b; ANDREU PINTADO 2007. Por el contrario, defienden la disociación de los fenómenos de latinización y municipalización autores como LE ROUX 1990; LE ROUX 1996; ORTIZ DE URBINA 2000; ORTIZ DE URBINA 2001.

tendría aquí por tanto un significado cronológico, en el sentido de que con anterioridad a *M. Valerius Silo*, su comunidad aún no nombraba magistrados no sólo con tal título de *duunvir*, sino tampoco según los patrones magistratuales característicos de los ordenamientos institucionales de tipo romano. Esta misma interpretación se podría aplicar también al testimonio siciliano visto anteriormente: en cuanto que *C. Publilius Philargurus* tuvo el honor de ser el primero *-primus-* de los *seviri* nombrado en su comunidad, habría sido también el más importante *-prior-* de ellos. La relación que proponemos entre el *duunvirato primus* de *M. Valerius Silo* y la conversión de su comunidad en *municipium* de derecho latino podría encontrar su afirmación en la rúbrica L del estatuto municipal de la comunidad bética de *Irni*, donde se mencionan a los *primeros duunviri* que hubiera en el municipio flavio irnitano en los noventa días siguientes a la llegada de la *lex* a la comunidad, en lo que podemos considerar un paralelo formulario y epigráfico del cargo de nuestro *duunvir primus* de Teixoso¹⁸. Sin embargo, atendiendo a los orígenes institucionales de los municipios flavios de la *Baetica* como es el caso de este irnitano, vemos que la consideración de *M. Valerius Silo* como uno de los primeros *duunviri* elegidos conforme a los modelos magistratuales romanos (entiéndase, de tipo comicial) en su comunidad, justo tras la municipalización de ésta, precisaría de algunas puntualizaciones. Así, no podemos evitar referirnos a los capítulos XIX y XX de la ya referida *lex Irnitana*, en los que se nos menciona la existencia de *aediles* y *quaestores* nombrados antes de la promulgación de dicha ley municipal en virtud sólo del *edictum* de Vespasiano (así como de sus hijos Tito y Domiciano) y que se hallaban aún en tales cargos en el momento de la recepción por parte de la comunidad irnitana de los broncees legales¹⁹. Esta presencia de *aediles* y *quaestores* (y

¹⁸ *Irni*. L: *Ilviri iuri dicundo qui primum in municipio Flavio Irnitano erunt...*

¹⁹ Las rúbricas XIX y XX de esta *lex Irnitana* hablan respectivamente sobre las atribuciones de *aediles* y *quaestores* en el municipio irnitano. Aunque no nos ha llegado, podemos suponer una temática análoga para el capítulo XVIII, referente en este caso a los *duunviri*. Centrándonos en la presencia de estos magistrados ya antes de la existencia de la *lex*, vemos cómo curiosamente los *aediles* (*IRN*. XIX) aparecen nombrados únicamente mediante *edictum* (*Aediles qui in eo municipio ex edicto Imperatoris Vespasiani Caesaris Augusti, Imperatorisue Titi Caesaris Vespasini Augusti aut Imperatoris Caesaris Domitiani Augusti ante hanc legem creati sunt et in ea aedilitate nunc sunt*) mientras que los *quaestores* (*Irni*. XX) lo serían *ex edicto decreto iussuue*

presumiblemente también de *duunviri*) en el *municipium* irnitano *ante hanc legem* significaría que ya antes de la entrada en vigor de dicha *lex* existía una forma organizada de ordenamiento constitucional en la comunidad, habida cuenta de que *Irni* existía como *municipium* ya desde el mismo momento de la promulgación del *edictum* vespasiano²⁰. Por su parte, para E. Ortiz de Urbina el *edictum* de Vespasiano (renovado y ratificado según la autora por Tito y Domiciano, lo cual explicaría las menciones ya referidas a estos dos últimos en cuanto al nombramiento de *aediles* y *quaestores*) autorizaría ya a las comunidades a nombrar *duunviri*, *aediles* y *quaestores* según sus usos tradicionales, pero sin basarse aún en un modelo comicial a modo romano²¹. Y esto nos parece

(*Quaestores qui ex edicto decreto iussuue Imperatoris Vespasiani Caesaris Augusti, Imperatorisve Titi Caesaris Vespasini Augusti aut Imperatoris Caesaris Domitiani Augusti ante hanc legem creati sunt et in ea quaestura nunc sunt*). Se nos escapa el verdadero significado de esta diferenciación entre ambas magistraturas, si es que dicha diferenciación tuvo realmente algún significado. Lo cierto es que en la rúbrica XXVI de dicha *lex Irnitana* se vuelve a mencionar a los *aediles* y a los *quaestores* (y ahora también a los *duunviri*) existentes ya en el municipio en el momento de la recepción de la *lex*: *Ilviri qui in eo municipio iuri dicundo praesunt, item aediles qui in eo municipio sunt, item quaestores qui in eo municipio sunt...* Los *duunviri* ‘*in eo municipio nunc sunt*’ en el momento de la recepción de la *lex* vuelven a ser referidos en las rúbricas XLIX o LII.

²⁰ Acerca del valor municipalizador del *edictum* de latinidad vespasiano: GARCÍA FERNÁNDEZ 1998: 212 ; ANDREU PINTADO 2004a: 195 ss. ; ANDREU PINTADO 2005: 79 ss. ; ANDREU PINTADO 2007. Por el contrario, defienden que la municipalización de estas comunidades beneficiadas por medio del *edictum* vespasiano sólo se produjo mediante la *lex municipalis*, entre otros: ORTIZ DE URBINA 2000 ; GONZÁLEZ 2012: 102. A medio camino entre ambas interpretaciones, A. U. STYLOW (1986: 302, n. 39) reconoce que en el caso irnitano el *municipium* ya existía con anterioridad a la recepción de su *lex municipalis*, si bien en el caso de *Munigua* apunta a que fue durante el reinado de Tito cuando la comunidad alcanzó su estatuto municipal (aun cuando todos los broncees legales que conservamos en la *Baetica* datan ya de época de Domiciano).

²¹ ORTIZ DE URBINA 2001: 152. La misma idea en STYLOW (1986: 299, n. 30), para quien estos magistrados *ante legem* habrían sido nombrados directamente por sus comunidades, y no elegidos mediante un sistema comicial que sólo se aplicaría en estas comunidades a partir de la llegada de los broncees legales ya en época domicianea. Sin embargo, en otro lugar el mismo autor (STYLOW 1986: 301, n. 33) dirá en cambio que estos magistrados nombrados en los nuevos municipios flavios en virtud del edicto vespasiano habrían sido elegidos ya según las formas romanas. Como decimos, y como veremos a continuación, el hecho de que el ordenamiento electoral de tipo comi-

perfectamente asumible, en cuanto que con la concesión de *ius Latii* Roma no hacía sino reconocer como válidos según la legalidad romana todo el ordenamiento institucional previo de estas comunidades beneficiadas por la concesión vespasiana, siendo éste el principal rasgo del municipio latino: la compatibilización de las formas organizativas indígenas con la posibilidad de acceder a través de ellas a la *ciuitas* romana²². En los nuevos municipios flavios de la *Baetica*, todo parece indicar que sólo tras la promulgación y exhibición de los broncees municipales (que no hemos de olvidar que se datan ya en época domiciana) estos mecanismos de elección de magistrados se adaptarán ya por completo a los modelos comiciales romanos. Así parece indicarlo la *lex Malacitana*, en cuyas rúbricas LI-LX se recoge por entero y de forma muy detallada todo el proceso electoral del nuevo municipio malacitano, lo cual nos lleva a pensar que hasta el momento de la recepción de la *lex* la comunidad no contaba con un proceso homologable a la hora de nombrar a sus *magistratus*, y que semejante nivel de detalle en el desarrollo de estos capítulos de debió a que ciertamente el proceso electoral sería algo nuevo para el municipio. De la misma forma, en la ya referida rúbrica L de la *lex Irnitana* se establece la obligación por parte de los primeros *duunviri* que hubiera en el municipio en el momento de la llegada de la *lex* a la comunidad de establecer 12 curias, señal de que con anterioridad el sistema de nombramiento de los *magistratus* peregrinos de la *Irni* pre-flavia no se basaba en un modelo comicial por medio de estas curias electorales, inexistentes hasta entonces en el *municipium irnitano*²³.

Volviendo al caso concreto de nuestro *duunvir primus* de Teixoso, debemos reconocer que no contamos con broncees legales que permitan aplicar este mismo proceso jurídico-institucional en la comunidad

cial de los nuevos municipios no se establezca sino ya en época de Domiciano (época de la que proceden los broncees legales) invalidaría este planteamiento.

²² GARCÍA FERNÁNDEZ 2001: 129. De hecho, y siempre en este mismo sentido, la propia *lex Irnitana* reconocía y oficializaba el número de 63 decuriones en la curia municipal, en cuanto que éste era el número de miembros que el senado de la comunidad había tenido tradicionalmente según su derecho y costumbre (*Irni. XXXI: Quo anno pauciores in eo municipio decuriones conscriptiue quam LXIII, quot ante hanc legem rogatam iure more eius municipi fuerunt...*).

²³ GARCÍA FERNÁNDEZ 1998: 221; GARCÍA FERNÁNDEZ 2001: 174; GONZÁLEZ 2001: 123-124; GONZÁLEZ 2012: 103.

en la que *M. Valerius Silo* ejerció su *duunvirato primus*. Pero pese a esta ausencia de leyes, en principio nada nos impide pensar que el ambiente institucional de estos primeros momentos como *municipium* de su comunidad no difiriera demasiado del proceso visto en los nuevos municipios béticos. Así, podemos asumir que muy probablemente estos primeros cargos magistratuales (como nuestro *duunvir primus*) del nuevo municipio de *M. Valerius Silo* podrían haber sido elegidos no por el común de sus conciudadanos, sino designados directamente por el consejo local, pues designados por dicho consejo habrían sido también los *magistratus* que hubieron ejercido como tales en la época anterior en que la comunidad aún gozaba únicamente de una condición de *ciuitas stipendiaria*²⁴. En cuanto que *primus*, *M. Valerius Silo* bien podría haber sido *duunvir* en el mismo sentido que los magistrados municipales vistos en *Irni*: nombrado aún bajo los modelos tradicionales de su comunidad pero, en cuanto que ya *duunvir* y no simple *magistratus* peregrino, siempre *ex edicto* (pues sólo gracias al *edictum* vespasiano se confirmaba la adaptación de las magistraturas peregrinas a las magistraturas romanas como este *duunvirato*) y *ante legem*. Sólo posteriormente, no sabemos si “*lex mediante*” como en los casos béticos ya vistos, el proceso de elección de estas magistraturas ya puramente romanas en la comunidad de *M. Valerius Silo* se habría asimilado a unos modelos electorales de tipo comicial más propios de las comunidades privilegiadas.

En todo caso, aun desconociendo el proceso por el que *M. Valerius Silo* obtuvo su cargo de *duunvir* en su comunidad, todo parecer apuntar a que ciertamente nos hallamos ante un testimonio altamente ilustrativo del momento en que dicha comunidad dejó atrás su anterior estatus peregrino para obtener un nuevo estatus municipal latino. Sin salir de la misma provincia lusitana, encontramos un caso semejante a éste en el testimonio de *Domitia L. f. Proculina*, que se nos presenta como *flaminica prima et perpetua* en la antigua *Caesarobriga* (Talavera de la Reina, Toledo)²⁵. Aun con toda prudencia, parece sensato pensar que en

²⁴ Acerca de la elección por parte de los *senatus* y consejos locales indígenas de las magistraturas atestiguadas en las comunidades peregrinas: RODRÍGUEZ NEILA 1993: 387; RODRÍGUEZ NEILA 1998: 129-130. También sigue esta idea de que estos *magistratus* peregrinos no serían elegidos, sino designados: GONZÁLEZ RODRÍGUEZ 2010: 168.

²⁵ CIL II 895 = HEpOL 282: *Domitia L(ucii) f(ilia) / Proculina / [F]laminica provin[c(iae) / Lusitan(iae) et Flamini(ca) / [m]unicipi sui prim[a] / et perpetua*.

este caso *Domitia Proculina* habría sido también la primera flaminica local nombrada en su comunidad una vez que ésta pasó de simple *ciuitas stipendiaria* a ser municipio latino, también en época flavia²⁶. De hecho, esta es la interpretación más corriente que se hace del *primus* de su flaminado²⁷. Otro caso en que el epíteto *primus* asociado a un cargo sacerdotal de carácter local se ha interpretado también como prueba de la conversión de una determinada comunidad en *municipium*, con la consiguiente instauración de colegios sacerdotales de tipo romano en el nuevo ordenamiento local de tipo municipal, lo constituye por ejemplo el testimonio de *Fabia Izeltae f. Bira*, procedente de *Volubilis*²⁸. Para R. Étienne esta mujer, al igual que *Domitia Proculina* en *Caesarobriga*, también habría sido la primera flaminica nombrada en su comunidad tras la concesión del estatus jurídico de *municipium* a ésta en época de Claudio²⁹. En el mismo sentido se pronuncia igualmente el autor en relación a otro epígrafe, datado una vez más en el siglo I d.C. y procedente en esta ocasión de Fuengirola (Málaga), en el que un *sevir* se nos

²⁶ Sobre el carácter de *Caesarobriga* como municipio flavio: RUBIO FUENTES 1993: 573; GUERRA 1995: 106; ANDREU PINTADO 2004B: 166; ANDREU PINTADO 2005: 122; ANDREU PINTADO 2009: 508; DE LA VEGA JIMENO 2008: 80-81; MERCHÁN GARCÍA 2010: 520.

²⁷ Así lo interpretan, entre otros: ÉTIENNE 1958: 167; DELGADO DELGADO 2000: 137; BONNAUD 2001: 25-26; ANDREU PINTADO 2004: 39-40; o MANGAS 2012: 208.

²⁸ *IL Afr* 632 = *ILM* 131: [- - -] / [Fab]ia [Bira] / [Iz]eltae fil(ia) fla[mi]nica prima in municipio / Volub(ilitano) / d(e) s(ua) p(ecunia) d(edit) d(e)d(icavit).

²⁹ ÉTIENNE 1958: 167. La importancia de este documento en cuanto que testimonio del momento mismo en que la comunidad de *Volubilis* obtuvo su estatuto municipal en época de Claudio viene reafirmada por el hecho de que esta *Fabia Bira* sea la esposa de *M. Valerius Bostaris f. Gal. Severus*, quien entre otros cargos aparece como *flamini primo in municipio suo* en otro epígrafe también muy ilustrativo acerca de la municipalización de esta comunidad mauritana (*IL Afr* 634 = *ILM* 116 = *AE* 1992, 1943: *M(arco) Val(erio) Bostaris / f(ilio) Gal(eria) Severo / aed(ili) sufeti Ilvir(o) / flamini primo / in municipio suo / praef(ecto) auxilior(um) adversus Aedemo/nem oppressum bello / huic ordo municipii Volub(ilitanorum) ob me/rita erga rem pub(licam) et legatio/nem bene gestam qva ab(!) divo / Claudio civitatem Ro/manam et conubium cum pere/grinis mulieribus immunitatem / annor(um) X incolas bona civium bel/lo interfectorum quorum here/des non extabant suis impetra/vit / Fabia Bira Izeltae f(ilia) uxor indulge/ntissimo viro honore usa impensam / remisit / et d(e) s(ua) p(ecunia) d(edit) d(e)d(icavit).*

presenta de nuevo ocupando tal cargo como *primus et perpetuus*³⁰. Y una misma interpretación se ha dado también para el testimonio de un notable de época de Tito procedente de Cástulo, en el que el individuo en cuestión aparece como *flamini augustali in Baetica primo*, siendo considerado por J. Andreu como prueba de la introducción del flaminao provincial en la *Baetica* en esta época flavia³¹

Así, tanto *M. Valerius Silo* en Teixoso como *Domitia L. f. Proculina* en la antigua *Caesarobriga* habrían sido testigos privilegiados no sólo de la latinización de las provincias hispanas (y concretamente de la *Lusitania*) en época vespasiana, sino también de la conversión de sus propias comunidades, hasta entonces de estatuto peregrino, en *municipia* de derecho latino. Mencionar en este sentido, y sin salir si-

³⁰ ÉTIENNE 1958: 270. El epígrafe en cuestión se trata de *CIL* II 1944 = *ILS* 6914 = *AE* 1998, 724 = *HEpOL* 1581: *Neptuno Aug(usto) / sacrum / L(ucius) Iunius Puteolanus / VIvir Augustalis / in municipio Suelitano / d(edit) d(edicavit) primus et perpetuus / omnibus honoribus quos / libertini gerere potuerunt / honoratus epulo dato d(e) s(ua) p(ecunia) d(onum) d(edit)*. También J. A. DELGADO DELGADO (1998: 172 y 209, n° 103) interpreta este testimonio desde el punto de vista de que *L. Iunius Puteolanus* habría sido el primer *sevir* nombrado en su comunidad tras la municipalización de ésta, en el siglo I d.C. pero sin fecharla expresamente en época flavia. Sí que considera a la comunidad de *Suel* como municipio flavio CORRALES AGUILAR (2001: 344, n. 3). Por su parte, ARRIZABALAGA LAFUENTE (1994: 260-261) no cree que este individuo hubiera sido el primero en alcanzar este cargo en su comunidad, sino el primero en disfrutar de tal cargo a perpetuidad. Algo parecido se ha interpretado para el caso de *M. Porcius Theopompus* (*CIL* II 4061 = *CIL* II²/14, 795 = *HEpOL* 13747 de Tortosa) quien aparece como *sevir augustalis primus aedilici iuris in perpetuum*. Para CASTILLO (2001: 23-25), este individuo sería el primer *sevir* al que su comunidad le concedió el *ius aedilicium* a perpetuidad (en una línea semejante se pronuncia MROZEK 1971: 60-69 en relación a los testimonios que en Italia mencionan la fórmula «*primvs omnivm*»). Sin embargo, aunque PÉREZ ZURITA (2011: 328-329) considera esta hipótesis de C. Castillo como plausible, tendrá como aspectos diferentes el que *M. Porcius Theopompus* fuese primer *sevir augustal* de su comunidad, y el que luego recibiese el *aedilici iuris in perpetuum*.

³¹ *CIL* II 3271 = *HEpOL* 9411: [- - -] / *fisci et curatorii divi Ti[t]i in Baetica prae[fecto]* Gall[a]eciae pr[a]ef(ecto) *fisci / Germaniae Caesarum Imp(eratorum) tribu/no leg(ionis) VIII flamini Augustali / in Baetica primo* [- - -] / [- - -]. Para J. ANDREU PINTADO (2004: 32 ss.) estaríamos ciertamente ante el primer flamen de esta provincia. Aunque el epígrafe no se conserva actualmente y existe una laguna después de la palabra *primo*, este término debería hacer referencia al cargo flaminial que viene referido justo antes (como en el resto de ejemplos vistos), y no a un cargo que pudiera aparecer después en la parte perdida de la inscripción.

quiera del territorio lusitano, el testimonio también altamente ilustrativo de *M. Fidius Fidi f. Quir. Macer*, procedente de *Capera*, quien se nos muestra primero como *magistratus* de su comunidad cuando ésta aún era una simple *ciuitas stipendiaria*, para aparecer luego ya como *duunvir* en el recién creado *municipium* caparense, habiendo alcanzado consecuentemente la ciudadanía romana a través del *ius adipiscendae ciuitatis per magistratum* y mostrándonos adscrito ya a la *tribus Quirina*³². J. Andreu considera este testimonio muy representativo de cómo se llevó a cabo el proceso de municipalización de las distintas comunidades beneficiadas por el *edictum* de latinidad de Vespasiano, puesto que subraya la convalidación por parte de Roma de los usos políticos de las comunidades indígenas en el marco de la nueva constitución municipal, y además lo refiere como ejemplo estándar del ciclo extensión del *Latium*-desempeño de magistratura-adquisición de la *ciuitas* con adscripción a la *tribus Quirina*³³. Como en el caso de nuestro *duunvir primus* de Teixoso, estaríamos ante uno de los primeros magistrados de tipo romano que fueron nombrados en su comunidad tras su municipalización. Sin embargo, a diferencia del epígrafe de *M. Fidius Macer*, aquí *M. Valerius Silo* no menciona la ocupación anterior de magistratura alguna durante la fase peregrina de su comunidad, aunque la lógica nos lleva a pensar que en muchas ocasiones estos primeros *duunviri* de los nuevos municipios flavios quizá hubieran sido precisamente hombres con cierta experiencia en los asuntos públicos, que bien pudieran haber ejercido ya antes las magistraturas peregrinas de sus comunidades³⁴.

2. La comunidad de *M. Valerius Silo*: los *Lancienses Oppidani* y su municipalización flavia.

Resta responder, sin embargo, a la cuestión de en qué comunidad ejerció *M. Valerius Silo* su *duunvirato primus*. Todo parece indicar que nos encontramos en el ámbito territorial de los *Lancienses Oppidani*, a

³² HAE 2574 = CPILC 818 = HEp 12, 2002, 93 = CILC III 1014 = HEpOL 20182: *Aug(ustae) Trebar[unae] / M(arcus) Fidius Fidi f(ilius) Quir(ina) [Macer] / Mag(istratus) III II Vir II Praef(ectus) Fa[brum] - - -*].

³³ ANDREU PINTADO 2005: 109; ANDREU PINTADO 2007: 41.

³⁴ Así lo plantea, por ejemplo, para el caso de *M. Fidius Macer*, GONZÁLEZ HERRERO 2006: 54.

medio camino entre los actuales distritos portugueses de Castelo Branco y de Guarda. Así, en un primer momento J. de Alarcão consideró este epígrafe como prueba de que Teixoso debería haber sido la capital de una *ciuitas*, planteando ya la hipótesis de que aquí se hubiera encontrado la antigua capital de los *Ocelenses* (para este autor, el mismo *populus* que los *Lancienses Oppidani*) o bien de los *Lancienses Transcudani*³⁵. Posteriormente el autor matizará su propuesta anterior, defendiendo que esta capital de *ciuitas* habría estado ciertamente en esta zona, pero no necesariamente en la propia localidad de Teixoso, puesto que la obra pública referida en este epígrafe no habría tenido por qué haber sido construida en la misma capital de la comunidad, sino en cualquier otro punto del *territorium* de la *ciuitas*³⁶. Reconociendo las grandes dimensiones y el carácter institucional de esta inscripción, que, como ya adelantamos, bien pudiera haber estado destinada a ser incrustada como elemento arquitectónico en un edificio público, todo parece indicar que el lugar de procedencia original no se habría encontrado muy lejos de Teixoso³⁷. Y aunque los restos arqueológicos hallados en Teixoso nos hablan ciertamente de un poblamiento en el lugar en época romana, en el estado actual de los conocimientos parece que la antigua capital de los *Lancienses Oppidani* se encontraría en Orjais, a tan sólo cuatro kilómetros al norte del actual Teixoso³⁸. Habida cuenta de esta cercanía geográfica, ¿Pudiera haber sido trasladado nuestro epígrafe hasta Teixoso desde esta otra ciudad? Sea como fuere, hemos de tener siempre en cuenta que, en cualquier caso, estos *Lancienses Oppidani* de cuyo antiguo *territorium* proviene esta inscripción de *M. Valerius Silo* y en cuya comunidad pudo haber ejercido este individuo su *duunvirato* justo en el momento en que obtuvo su estatus municipal, aparecerán también mencionados en la inscripción conmemorativa de la construcción del puente de Alcántara entre los *municipia* de la región que sufragaron tal obra³⁹. Junto con este debatido testimonio alcanta-

³⁵ ALARCÃO 1990a: 29. También lo relaciona con la *ciuitas* de los *Lancienses Transcudani* CURCHIN 2015: 97, nº 1095.

³⁶ ALARCÃO 1993: 37.

³⁷ ALARCÃO 2012: 116.

³⁸ ALARCÃO 1988: 45; CARVALHO 2003; CARVALHO 2007: 324. Sin embargo, para GUERRA, SCHATTNER (2010) la capital de esta *ciuitas* se encontraría en Centum Celas.

³⁹ *CIL* II 760 = *CPILC* 14 = *AE* 1998, 708 = *CILCC* I 19 = *HEpOL* 21738: *Muni-*

rense, la inscripción de *M. Valerius Silo* nos hablaría de que realmente estos *Lancienses Oppidani* conformaron uno de los *municipia* de derecho latino aparecidos en época flavia en la provincia lusitana.

Ni Leite de Vasconcelos en su edición original de la pieza, ni ninguno de los otros autores que posteriormente la han tratado, han ofrecido datación alguna para este epígrafe. Sin embargo, como venimos defendiendo, todo parece indicar que por el carácter del duunvirato *primus* de *M. Valerius Silo* y por los paralelos epigráficos y jurídicos referidos, efectivamente nos hallamos, cuanto menos, en época flavia. Y aunque la pertenencia de *Silo Angeiti f.* a la *cognatio* de los *Maguaci* que se nos presenta en la inscripción nos sugiera que nos movemos en una realidad social aún de tipo peregrino, la existencia misma de un *duunvir* (con independencia de su carácter de *primus*) y la onomástica de tipo latino de *M. Valerius Silo* nos estaría hablando de que, jurídica e institucionalmente, nos encontramos ya en un ambiente de tipo romano, y más concretamente de tipo municipal⁴⁰. Pero en cuanto que, como vimos, quizá este duunvirato *primus* (como en los casos béticos referidos antes) no se habría tratado aún de un cargo elegido bajo unos mecanismos puramente romanos, posiblemente nos hallamos ante la adaptación de una magistratura anterior, de carácter aún eminentemente indígena, a los nuevos parámetros institucionales romanos, habida cuenta de que, como también vimos, el *ius Latii* validaba conforme a derecho romano estos usos tradicionales de las comunidades peregrinas⁴¹. Y es que, como indica acertadamente J. Andreu, el *edictum* de latinidad de Vespasiano reconocía como válidos según la legalidad romana aquellas disposiciones institucionales con que estas comunidades peregrinas funcionaban, disposiciones que pasaban a asimilarse a

cipia / provinciae / Lusitaniae stipe / conlata quae opus / pontis perfecerunt / Igaeditani / Lancienses Oppidani / Talori / Interannienses / Colarni / Lancienses / Transcudani / Aravi / Meidubrigenses / Arabrigenses / Banienses / Paesures.

⁴⁰ Ya VASCONCELOS (1934: 26) en su edición original de este epígrafe apuntó a que la existencia de este *duunvir* «mostra ter existido por alli un município ou uma colônia; duunviro se denominava um dos dois magistrados supremos de uma povoação assim categorizada». También ALARCÃO (2012: 116) considerará que «a presença deste magistrado é indício de municipium», de la misma forma que P.C. CARVALHO (2007: 537) plantea que la existencia de *Silo Angeiti f.* y de *M. Valerius Silo* se debió dar ya «num quadro municipalizante».

⁴¹ GARCÍA FERNÁNDEZ 2001: 129 ss.

las romanas desde ese momento⁴². Así, aunque este cargo de *duunvir* de *M. Valerius Silo* quizá no fuese muy distinto a las magistraturas peregrinas que habrían existido en su comunidad hasta justo antes de nueva época municipal, el propio término *primus* sí que nos indica sin duda lo novedoso de este título, de esta magistratura del duunvirato en su comunidad. Nos hallaríamos, por tanto, ante un fenómeno similar al de la magistratura peregrina ocupada por *M. Fidius Macer* en *Capera* en época preflavia, que derivaría luego en el *duunvirato* que ejerció este mismo individuo una vez que su comunidad había obtenido ya su nueva condición municipal⁴³. Lo que no podemos llegar a asumir es que el duunvirato de *M. Valerius Silo* no fuese sino la sola mención de una magistratura indígena bajo términos puramente romanos (lo cual nos llevaría a adelantar la datación para este epígrafe a una época anterior a la dinastía flavia), pues no encontramos en *Hispania* ningún tipo de paralelos en comunidades no privilegiadas que adopten para sus magistraturas indígenas este título romano de *duunvir*⁴⁴.

3. La *gentilitas Maguacum*

Dejando de lado el carácter de su duunvirato *primus*, a tenor del epígrafe parece claro que *M. Valerius Silo* era familiar del *Silo Angeiti f.* que aparece al inicio de la inscripción y que se presenta además como miembro de la *gentilitas* de los *Maguaci*. Ya en 1934 Leite de Vasconcelos vio en esta inscripción a un padre que patrocinaba una obra indeterminada, y a un hijo que se encargaba de su realización⁴⁵. Más cauto se mostró en este sentido P. C. Carvalho al preguntarse si efectivamente

⁴² ANDREU PINTADO 2004b: 10, 14 y 229.

⁴³ Referirnos también, en este mismo aspecto, al ya citado epígrafe de *M. Valerius Bostaris f. Gal. Severus* procedente de *Volubilis* (ILAfr 634 = ILM 116 = AE 1992, 1943) en el que este individuo aparece primero como *suffete*, y luego ya como *duunvir* en su comunidad, pudiendo encontramos ciertamente ante un caso análogo al testimonio caparense de *M. Fidius Macer*.

⁴⁴ Si encontramos, en cambio, casos en que magistraturas indígenas se intitulan con los términos romanos de *praetor* o *aedil*: RODRÍGUEZ NEILA 1993: 398; 401 ss.; RODRÍGUEZ NEILA 1998: 117; 121 ss.; MELCHOR GIL 2011: 157 ss.; MELCHOR GIL 2013: 129 ss.; GONZÁLEZ RODRÍGUEZ 2010: 168.

⁴⁵ VASCONCELOS 1934: 27.

Silo Angeiti f. sería ascendiente de *M. Valerius Silo*⁴⁶. Por nuestra parte, podemos aventurar como simple hipótesis que quizá *Silo Angeiti f.* fuese más probablemente el abuelo de *M. Valerius Silo*. Y es que el *nomen unicum* del primer individuo coincide con el *cognomen* del *duunvir*, de la misma forma que, volviendo al testimonio ya referido de *Capera*, vemos cómo el *nomen* (también *unicum*) del abuelo de *M. Fidius Macer* coincide igualmente con el *cognomen* del que fuera *magistratus* y *duunvir* de su comunidad⁴⁷.

No parece caber duda de que este *Silo Angeiti f.*, a tenor de su onomástica y de su inclusión en una organización suprafamiliar como esta *cognatio* de los *Maguaci*, se trataría de un indígena. Tanto su *nomen* como el patronímico son claramente lusitanos⁴⁸. Pero si efectivamente ambos individuos (tanto este *Silo* como su probable nieto *M. Valerius Silo*) eran miembros de una comunidad beneficiada ya por el *ius Latii* (de lo cual daría prueba, como vimos, el cargo de *duunvir* que ocupa este segundo personaje), vemos que jurídicamente este *Silo Angeiti f.* sería realmente ya un ciudadano latino⁴⁹. Y es que un expediente como el *ius Latii*, que permitía el mantenimiento de las estructuras sociales y políticas tradicionales indígenas en cuanto que conformes a derecho romano, en principio permitiría también que un individuo como este *Silo Angeiti f.*, aunque ya *municeps* de condición latina, mantuviese su tradicional pertenencia a una organización de tipo suprafamiliar como sería la *cog-*

⁴⁶ CARVALHO 2007: 348 Y 517.

⁴⁷ Conocemos a grandes rasgos la genealogía de *M. Fidius Macer* gracias a otro epígrafe, procedente también de Cáparra, en el que aparecen los nombres de sus dos progenitores: *CIL* II 834 = *CPILC* 183 = *CILC* III 1003 = *HEpOL* 21773: *Bolosea[e] Fidio / Pelli f(iliae) Macri f(ilio) / M(arcus) Fidius Macer / testamento f(aciendum) c(uravit)*. Así, vemos que *M. Fidius Macer* adoptó el *nomen* de su padre (*Fidius*), pero el *cognomen* de su abuelo (*Macer*, que quizá también hubiese servido de *cognomen* para su progenitor).

⁴⁸ Si en nuestra provincia *Lusitania* el *nomen Silo* parece darse eminentemente en áreas escasamente romanizadas (GRUPO MÉRIDA 2003: 303-304), lo mismo podemos decir de *Angeitus* (GRUPO MÉRIDA 2003: 88 ; VALLEJO 2005: 150-152).

⁴⁹ La existencia en las comunidades beneficiadas por el *ius Latii* de una población latina (*ciues Latini*) fue planteada ya en su día por G. ALFÖLDY 1966. En una misma línea se han pronunciado posteriormente HUMBERT 1981; GARCÍA FERNÁNDEZ 2010: 146 ss.; o GARCÍA FERNÁNDEZ 2012: 423 ss. No aceptan sin embargo la existencia de condición latina provincial y reducen el análisis estatutario a la dicotomía jurídica 'romano-peregrino' DONDIN-PAYRE Y RAEPSAT-CHARLIER 2001: ii ss., entre otros.

natio de los *Maguaci* a la que efectivamente aún aparece adscrito en este epígrafe de Teixoso. Y es que, como apunta M. Salinas, parece claro que aún en los siglos II y III (con posterioridad por tanto a la latinización flavia) estas formas de organización suprafamiliares todavía conservaban toda su vitalidad en el territorio provincial lusitano, tal y como puede observarse no sólo en la abundancia de inscripciones que en esta época aún mencionan estas organizaciones de parentesco, sino también en el hecho de que individuos que son incluso ciudadanos romanos (ya que llevan los *tria nomina*) mencionen su adscripción a una de estas *gentilitates* indígenas⁵⁰. Referirnos por ejemplo, en este sentido, a un testimonio procedente de Alconétar (Cáceres) en el que nos aparece un individuo de nombre latino (*Flaccus*), pero con patronímico indígena (*Argantoni f.*) adscrito además a la organización suprafamiliar de los *Magilanci*, pero que a su vez se nos muestra vinculado mediante su *origo* a la comunidad vettona de *Mirobriga*⁵¹. Vemos así como la realidad cívica de una comunidad como *Mirobriga* (quizá incluso ya de tipo municipal, de seguir la datación de finales del siglo I o principios del II d.C. que nos da J. Esteban para este epígrafe⁵²) no entraba en contradicción alguna con el hecho de que sus habitantes pudieran mantener aún su vieja adscripción a una entidad suprafamiliar como sería esta *cognatio* de los *Magilanci*, habida cuenta de que el *ius Latii* respetaba estas tradiciones en los nuevos marcos institucionales de tipo municipal. Y de la misma forma, también permitía que un *municeps* (aun sólo de derecho latino) como *Silo Angeiti f.* pudiera mantener su tradicional pertenencia a su *cognatio Maguacum*, incluso en un ámbito cívico de tipo también municipal como sería ya en esta época la *ciuitas* de los *Lancienses Oppidani*.

⁵⁰ SALINAS 1994: 167-168. Debemos matizar, no obstante, que el uso de *tria nomina* no constituye una señal inequívoca de que nos hallemos ante *ciues Romani*, pues como veremos también los *Latini* podrían hacer uso de esta fórmula onomástica. Algunos ejemplos de ciudadanos romanos de pleno derecho (de lo que dan fe sus menciones a *tribus*) que sí que aparecen como miembros de este tipo de organizaciones suprafamiliares, los encontramos por ejemplo en los casos de *L. Terentius Paternus Aburanco(n) Titi f. Quirina* (CIL II 2828 = HEpOL 8654 de San Esteban de Gormaz) o de *L. Valerius C. f. Gal. Crescens Bandalico(n)* en Clunia (CIL II 2785 = ERClu 217).

⁵¹ CPILC 34 = HAE 1804 = HEp 13, 2003/2004, 232 = CILCC I 200 = HEpOL 18257: *Flaccus / Arganton(i) / Magilancum / Mirobrig/ensis / an(norum) XXXV / h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis) / conlegae / f(aciendum) c(uraverunt)*.

⁵² ESTEBAN ORTEGA (en CILC I 200).

4. *Silo Angeiti f.* y *M. Valerius Silo*: cuestiones onomásticas

Frente a lo claramente indígena de la onomástica de *Silo Angeiti f.* (con independencia de su probable condición jurídica latina), vemos que la onomástica que presenta *M. Valerius Silo* es ya plenamente romana. Y aunque pudiera desprenderse de tal onomástica que nos hallamos ante un ciudadano romano (tal y como planteó en su día L. de Vasconcelos⁵³) por nuestra parte hemos de asumir sin embargo que la ausencia de *tribus* en la onomástica de este individuo nos impide asegurar de forma incontestable que se tratase ciertamente ante un *ciuis* romano. Quizá nos hallamos ante un caso semejante al de los *aediles* de *Andelo* (Mendigorría, Navarra) *Sempronius Carus Silvini f.* y *Lucretius Martialis Lucreti f.*: dos individuos que, incluso apareciendo explícitamente como magistrados municipales, no portan *tribus* ni tampoco presentan siquiera los *tria nomina* típicos del disfrute de la ciudadanía⁵⁴. Y ello sería simplemente porque aún no eran *ciues Romani*: como establece la legislación municipal flavia, sólo una vez transcurrido el año de servicio público los ya ex-magistrados locales accedían a la *ciuitas Romana*⁵⁵. Además, el hecho de que *M. Valerius Silo* actúe en nuestra inscripción de Teixoso como garante o receptor oficial de la obra realizada por *Silo Angeiti f.* nos vendría a indicar, al igual que en el caso de los *aediles* de *Andelo*, que aún se encontraba en activo como *duunvir* en el momento en que se realizó este epígrafe, por lo que todavía no sería ciudadano romano ni tendría por qué mencionar su *tribus* (que la lógica nos lleva a pensar que habría sido la *Quirina*). Las analogías entre estos testimonios de Teixoso y Mendigorría son evidentes, habiéndose llegado a plantear incluso que, al igual que en el caso del *duunvirato* de *M.*

⁵³ VASCONCELOS 1934: 26, n. 1: «*ao contrário do primeiro Silo, o duunviro Marco Valerio Silo ou Silão ostenta qualidade de cidadão romano, usando praenomen e nomen gentilitium, que êle recebêra certamente de quem lhe conseguiu o direito de "cidade", e como cognomen o seu antigo nome Silo*». También tendrá a *M. Valerius Silo* por ciudadano romano CARVALHO 2007: 348.

⁵⁴ *HEp* 1, 1989, 491 = *AE* 1989, 456 = *HEpOL* 14913: *Apollini / Aug(usto) / Sempronius Ca(rus) Silvini f(ilius) / Lucretius Marti(alis) Lucreti f(ilius) / aediles / d(e) s(ua) p(ecunia) f(aciendum) c(uraverunt)*. Acerca de estos *aediles* de *Andelo* y de las connotaciones jurídicas que tiene su testimonio epigráfico: GARCÍA FERNÁNDEZ 2012.

⁵⁵ *Salp.* XXI ; *Irn.* XXI: «...*qui Ilvir aedilis quaestor ex hac lege factus erit cives Romani sunt cum post annum magistratu...*»

Valerius Silo, estos dos *aediles* de *Andelo* pudieran haber sido precisamente también los primeros magistrados en desempeñar dicho cargo en su comunidad tras la promoción jurídica de ésta⁵⁶. Sin embargo, y frente a los ejemplos de *Sempronius Carus Silvini f.* y *Lucretius Martialis Lucreti f.*, vemos que en nuestro caso *M. Valerius Silo* ya había adquirido su *tria nomina* antes de obtener la *ciuitas Romana* a través de su magistratura local, aunque no podemos precisar en qué momento justo tomó este individuo sus *tria nomina*: si bien fue en el momento en que su comunidad recibió el *ius Latii*, o bien cuando él mismo accedió a su cargo de *duunvir*. Para P. C. Carvalho *M. Valerius Silo* habría adoptado el *nomen* romano *Valerius* en sustitución del anterior gentilicio de su familia, que habría sido el de *Maguacum*⁵⁷. Lo cierto es que *Valerius* es el segundo *nomen* con más atestiguaciones en la provincia *Lusitana*, con hasta 134 testimonios (sólo superado, muy de lejos, por los *Iulii*, con 472 testimonios provinciales)⁵⁸. Y un análisis más detallado de la dispersión de tal *nomen* por el territorio lusitano nos lleva a ver cómo ciertamente otros muchos individuos de origen indígena habrían seguido este ejemplo de nuestro *M. Valerius Silo* en cuanto que tomaron este mismo *nomen Valerius* a la hora de adaptar sus estructuras onomásticas indígenas a unas de tipo ya romano⁵⁹.

⁵⁶ GARCÍA FERNÁNDEZ 2012: 434, n. 30.

⁵⁷ CARVALHO 2007: 349.

⁵⁸ GRUPO MÉRIDA 2003: 407. Por su parte, una búsqueda de este onomástico *Valerius* en el *Atlas Digital Onomastique de la Péninsule Ibérique Antique* (<http://adopia.huma-num.fr/es/atlas>) nos arroja unos resultados algo distintos: un total de 151 atestiguaciones de este nombre en nuestra provincia, de las cuáles en tres funciona como nombre único, en ocho como *cognomen*, y en 140 como *nomen*, resultados estos que en nada cambian las estadísticas generales que aquí recogemos.

⁵⁹ Así, encontramos en la *Lusitania* diversos testimonios de individuos que aparecen con el *nomen Valerius*, manteniendo sin embargo como *cognomina* sus antiguos *nomina* peregrinos o bien sus filiaciones también de carácter lusitano, lo cual nos habla sin duda de su origen indígena. Son los casos, por ejemplo, de los *Valerii Reburri* (*CIL* II 411 de Paradinha, *CIL* II 411 de Viseu o *AE*, 1990, 506 de Cárquere), de *C. Valerius Reburrius* (*CIL* II 868 de Fuenteguinaldo, en Salamanca), de *L. Valerius Arco* (*CIL* II 321 de S. Pedro da Cadeira), de *Valeria Tagana Duelonis f.* (*CIL* II 938 + 5343 de la antigua *Augustobriga*), de *Valerius Vrsacius* en *Conimbriga* (*FC* II, 36 = *AE*, 1975, 483), de *G. Valerius Louesius* (*IRCP* 469 de Montoito, en Évora) o de *Valerius Caturu Sateili f.* (*AE* 1966, 178 de Cavernães, cerca de Viseu). Un caso especial lo constituye el igaeditano *P. Valerius Celti f. Quir. Clemens* (*AE*, 1967, 182), quien

Volviendo a un análisis comparativo de los epígrafes de *M. Valerius Silo* y de los *aediles* de *Andelo*, vemos cómo ante una situación institucional y jurídica análoga, nuestro *duunvir primus* de Teixoso goza ya de los *tria nomina* (sin filiación), mientras que estos *aediles* de *Andelo* portan únicamente *duo nomina* (en este caso sí que con patronímico). De enfrentar ambos testimonios podríamos encontrar la confirmación al planteamiento realizado por E. García Fernández de que la concesión por parte de Vespasiano del *ius Latii* bien pudiera haber ido acompañada de una autorización general para que la población de recién estrenada condición latina pudiera construir y utilizar la estructura trinominal romana (pudiendo para ello servirse de gentilicios bien de origen romano, o bien indígena, como es el caso aquí de *M. Valerius Silo*)⁶⁰. Y de la misma forma, este análisis comparado de ambos testimonios epigráficos podría suponer también la ratificación de lo planteado por J. Andreu acerca de que la desigual incidencia del sistema onomástico en las distintas comunidades latinas de lo que realmente nos informa es sobre cómo el *ius Latii* se fue adaptando progresivamente a las áreas en que se iba implantando, pudiendo ver igualmente que el comportamiento onomástico de los beneficiarios de tal medida vespasiana no fue uniforme, adecuándose a los usos vigentes en cada zona en el momento de la extensión del derecho latino⁶¹.

5. *M. Valerius Silo* y la latinización de las élites indígenas: entre la continuidad y la innovación.

Este epígrafe de Teixoso, a la vez que muestra a un individuo puramente inserto aún en unos esquemas institucionales y sociales plenamente indígenas, nos muestra también a uno de sus descendientes inmediatos igualmente incorporado a una nueva realidad institucional y administrativa, pero ya de tipo romano. Encontramos en *Silo Angeiti f.* a un individuo adscrito a un marco social aún indígena, pero que jurídicamente se trataría ya de un *ciuis Latinus*, y que en cuanto a su com-

pese a aparecer no sólo con los *tria nomina* puramente romanos, sino también como miembro de la *tribus Quirina*, muestra sus orígenes indígenas mediante su patronímico *Celti. f.*

⁶⁰ GARCÍA FERNÁNDEZ 2012: 427.

⁶¹ ANDREU PINTADO 2004b: 139.

portamiento evergético parece apuntar ya a modelos cívicos puramente romanos, como también romana será la fórmula *o(ptimus) v(ir)* con que se le describa en esta inscripción. Además, la evergesía mostrada por *Silo Angeiti f.* al realizar una obra pública para su comunidad nos hablaría a su vez del disfrute de una posición social y económica privilegiada en dicha comunidad, una posición privilegiada que, sancionada por el *ius Latii* y trasladada a unos modelos ya puramente romanos, seguirá siendo disfrutada por su descendiente *M. Valerius Silo* en cuanto que principal magistrado de su comunidad. Así, en definitiva, lo que realmente viene a señalarnos este testimonio epigráfico es la continuidad, bajo las nuevas formas organizativas puramente romanas, de una antigua preeminencia social, política y económica del grupo aristocrático al que habrían pertenecido ambos individuos, así como la integración de estas élites en los nuevos esquemas institucionales romanos, incluso después de la municipalización de sus respectivas comunidades, gracias al efecto integrador del *ius Latii*⁶².

Durante décadas se ha venido otorgando un gran peso, a nuestro parecer excesivo, a las élites inmigrantes de origen itálico en cuanto a la adaptación de las comunidades peregrinas hispanas a los modelos institucionales romanos y a la integración de las élites de estas comunidades en dichos esquemas romanos⁶³. Pero este epígrafe de Teixoso nos sirve para ver cómo fueron las propias élites indígenas, y no emigrantes de origen itálico (por otro lado no atestiguados en esta región

⁶² CARVALHO 2007: 348-349, 517 y 537; CARVALHO 2010: 86-87.

⁶³ En este sentido, la onomástica romana que presenta el ya mencionado *M. Fidus Macer de Capera* ha sido tomada por autores como J. F. RODRÍGUEZ NEILA (1993: 388) como señal de que estos *magistratus* de comunidades en vías de municipalización pudieran haber sido ciudadanos romanos de origen extranjero, o bien miembros de las élites locales beneficiadas individualmente con el disfrute de la *ciuitas Romana* en un momento en que el total de sus respectivas comunidades aún no disfrutaba colectivamente de beneficios similares (véase, el *ius Latii*). Pero si en áreas más romanizadas, más tempranamente influidas por las formas de organización políticas romanas y más abiertas a la llegada de aportes poblacionales extranjeros de *Hispania*, sí que pudiera destacarse la importancia de este componente foráneo en cuanto a la conformación de las élites políticas locales, no creemos que este impacto haya sido igualmente destacable en áreas como el centro-norte de *Lusitania*, de donde procede nuestro testimonio de Teixoso. También M. SALINAS, J. RODRÍGUEZ (2000: 17 ss.) han llamado la atención acerca del papel que estos inmigrantes itálicos (así como sus descendientes) habrían tenido en la conformación de las oligarquías locales hispanorromanas.

del centro-norte de *Lusitania*) quienes llevaron prácticamente todo el protagonismo en este proceso de constitución de las élites lusitano-romanas que desde época flavia dominarán el mapa político provincial. No podemos compartir, por tanto, tesis como la manifestada por J. de Francisco Martín cuando apunta que: «son las mismas familias -en algún caso las mismas personas, como M. Fidius Macer- las que desempeñaron las magistraturas antes y después de que los núcleos urbanos disfrutaran de status privilegiado, lo cual no conlleva -no hay ningún indicio al menos- que se trate de familias de origen indígena como hasta ahora se ha venido defendiendo»⁶⁴. Así, nuestro testimonio de Teixoso bien podría considerarse un indicio de consistencia para negar esta afirmación. De hecho, considerar a estos *magistratus* de comunidades a medio camino entre la peregrinidad y la municipalidad como individuos de origen itálico, y no como miembros de las élites autóctonas, haría completamente innecesaria la aplicación de un expediente jurídico como fue el *ius Latii*, cuya principal función sería precisamente la de atraer a estas élites indígenas a los modos de ordenamiento jurídico-institucional romanos, así como confirmar su estatus socio-político conforme a derecho romano⁶⁵. Como venimos defendiendo, el testimonio de este epígrafe de Teixoso resulta muy revelador en este sentido. Así, creemos que se debe relativizar el factor poblacional itálico no sólo en la constitución de las élites sociales indígenas, sino sobre todo en la conformación de las nuevas magistraturas en estas comunidades recién municipalizadas, habida cuenta de que *ius Latii* garantizará el reconocimiento de las realidades anteriores en tanto que no entrasen en contradicción con los modelos romanos. Si el *ius Latii* provincial tenía su origen último en un mundo ajeno al romano, peregrino y por tanto “exterior” a la *ciuitas Romana*⁶⁶, todo indica que serán precisamente estas élites indígenas y peregrinas, ajenas en principio a Roma, las que mejor se adapten a dicho expediente jurídico y más directamente se beneficien de su contenido y de las posibilidades que ponía a su disposición, pues, en último lugar, precisamente para tal beneficio había sido creado este expediente jurídico latino. Por todo ello, a través del testimonio de *Silo Angeiti f.* y de *M. Valerius Silo* vemos cómo el componente social de

⁶⁴ FRANCISCO MARTÍN 1977: 242.

⁶⁵ GARCÍA FERNÁNDEZ 1998: 220; GARCÍA FERNÁNDEZ 2001: 143 y 147 ss.

⁶⁶ GARCÍA FERNÁNDEZ 2001: 127-128.

estas magistraturas y de estos grupos dirigentes a medio camino entre la peregrinidad y la municipalización de *Lusitania* se encontraría en las propias élites indígenas de estas mismas comunidades, y no en ciudadanos de origen foráneo. Sólo a través de un expediente jurídico como el derecho latino se entiende la convivencia en esta inscripción de Teixoso de dos tipos distintos de organización socio-política (gentilicia y ciudadana) y de onomástica (indígena y romana). Y es que el *ius Latii* permitía que ambas realidades socio-políticas y jurídicas no entrasen en contradicción y no fuesen excluyentes, permitiendo su coexistencia no sólo en una misma comunidad, sino incluso en un mismo núcleo familiar. Así, defendemos que tal coexistencia tendría lugar ya en un contexto municipal latino, en el que los marcos organizativos sociales y políticos, pero también los familiares y los sociales, aún continuaban fundados en esquemas marcados por los usos y costumbres locales, y no exclusivamente por el derecho romano, aunque se ajustaban a él y a través del *ius Latii* eran reconocidos como válidos por Roma⁶⁷. Sólo así se explicaría el hecho de que el nuevo orden institucional romano manifestado por el duunvirato de *M. Valerius Silo* respete el hecho de que *Silo Angeiti f.* aún mantenga su tradicional pertenencia a la *cognatio* de los *Maguaci*.

6. A modo de conclusión

Para concluir, apuntar finalmente a cómo las élites políticas indígenas continuaron ejerciendo como tales gracias a la confirmación que el *ius Latii* hacía de su realidad anterior, manteniendo incluso sus formas de organización social una vez que éstas no entraban en contradicción con el nuevo ordenamiento puramente institucional de su comunidad, una comunidad ya municipalizada. En definitiva, si en 1993 J. F. Rodríguez Neila reconocía lo escasamente informados que estamos acerca del proceso concreto de transición por el que las comunidades peregrinas, abandonando sus formas de gobierno y sus ordenamientos tradicionales, se incorporaron definitivamente al marco de la municipalización⁶⁸, esperamos haber podido aportar gracias a este testimonio epigráfico de Teixoso algunas luces acerca de este fenómeno.

⁶⁷ GARCÍA FERNÁNDEZ 1998: 221; GARCÍA FERNÁNDEZ 2001: 146.

⁶⁸ RODRÍGUEZ NEILA 1993: 385.

TABLA DE ABREVIATURAS

- AE*: *L'Année épigraphique. Revue des publications épigraphiques relatives à l'Antiquité romaine*, Paris.
- CIL* II: E. HÜBNER, *Corpus Inscriptionum Latinarum II. Inscriptiones Hispaniae Latinae*, Berlin, 1869; *Inscriptionum Hispaniae Latinarum Supplementum*, Berlin, 1892.
- CIL* II²/5: *Corpus Inscriptionum Latinarum II: Inscriptiones Hispaniae Latinae, editio altera, pars V. Conventus Astigitanus*, A.U. STYLOW, R. ATENCIA PÁEZ, J. GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, C. GONZÁLEZ ROMÁN, M. PASTOR MUÑOZ, P. RODRÍGUEZ OLIVA (Eds.), Berlín - Nueva York, 1998.
- CIL* II²/14: *Corpus Inscriptionum Latinarum II: Inscriptiones Hispaniae Latinae, editio altera, pars XIV, Conventus Tarraconensis*, G. ALFÖLDY, M. CLAUSS, M. MAYER (Eds.), Berlín-Nueva York, 1995-act.
- CIL* VIII: G. WILMANN, *Corpus Inscriptionum Latinarum VIII. Inscriptiones Africae Latinae*, Berlín, 1881.
- CILA* II: J. GONZÁLEZ, *Corpus de inscripciones latinas de Andalucía. Volumen II: Sevilla. Tomo I: La Vega (Hispalis)*, Sevilla, 1991.
- CILC* I: J. ESTEBAN ORTEGA, *Corpus de inscripciones latinas de Cáceres. Vol. I: Norba*, Cáceres, 2007.
- CILC* III: J. ESTEBAN ORTEGA, *Corpus de inscripciones latinas de Cáceres. Vol. III: Capera*, Cáceres, 2013.
- CPILC*: R. HURTADO SAN ANTONIO, *Corpus Provincial de Inscripciones Latinas de Cáceres*, Cáceres, 1977.
- ERCh*: P. DE PALOL, J. VILELLA, *Clunia II: La epigrafía de Clunia (EAE 150)*, Madrid, 1987.
- FC* II: R. ÉTIENNE, G. FABRE, P. LEVEQUE, M. LEVEQUE, *Fouilles de Conimbriga. II: Épigraphie et Sculpture*, Paris, 1976.
- HAE*: *Hispania Antiqua Epigraphica. Suplemento anual de Archivo Español de Arqueología*, Instituto de Arqueología y Prehistoria «Rodrigo Caro». Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.
- HEp*: *Hispania Epigraphica*. Archivo Epigráfico de Hispania. Universidad Complutense, Madrid.
- HEpOL*: *Hispania Epigraphica On-line* (http://eda-bea.es/pub/search_select.php).
- IL Afr*: R. CAGNAT, A. MERLÍN, L. CHATELAIN, *Inscriptions latines d'Afrique (Tripolitaine, Tunisie et Maroc)*, Paris, 1923.
- ILM*: L. CHATELAIN, *Inscriptions latines du Maroc*, Paris, 1942.
- ILS*: H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, Berlín, 1892-1916.
- IRCP*: J. D'ENCARNAÇÃO, *Inscrições romanas do conventus Pacensis*, Coimbra, 1984.
- IRSAT*: J. CORELL, con la colaboración de X. Gómez Font, *Inscripciones romanes de Saguntum y el seu territori*, Valencia, 2002.

BIBLIOGRAFÍA

- ALARCÃO, Jorge de (1988): *Roman Portugal. Vol. I: Introduction*, Warminster.
- ALARCÃO, Jorge de (1990a): “Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios”, en J.-G. Gorges (Ed.), *Les villes de Lusitanie romaine: hiérarchies et territoires (Table ronde internationale du CNRS)*, Paris-Burdeos: 21-34.
- ALARCÃO, Jorge de (1990b): “O Estado e o governo local”, *Nova história de Portugal. Vol. I: Portugal das origens à romanização*: 383-408.
- ALARCÃO, Jorge de (1993): *Arqueologia da Serra da Estrela*, Manteigas.
- ALARCÃO, Jorge de (2012): “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia - VI”, *Rev. Port. Arqueol.* 15: 113-137.
- ALFÖLDY, Géza (1966): “Notes sur la relation entre le droit de cité et la nomenclature dans l’Empire romain”, *Latomus* 25: 37-57.
- ANDREU PINTADO, Javier (2004a): “Latinización y municipalización en el Alto Imperio: nuevas perspectivas para el estudio de la “Hispania” de los Flavios”, en F. Beltrán Lloris (Ed.), *Antiqua iuniora: en torno al Mediterráneo en la Antigüedad*: 189-210.
- ANDREU PINTADO, Javier (2004b): *Edictum, municipium y lex: Hispania en época Flavia (69-96 d.C.)*, Oxford.
- ANDREU PINTADO, Javier (2005): “Edictum, municipium y lex: la provincia Lusitania en época Flavia (69-96 d.C.)”, *Conimbriga* 44: 69-145.
- ANDREU PINTADO, Javier (2007): “En torno al “ius Latii” flavio en Hispania: a propósito de una nueva publicación sobre latinidad”, *Faventia* 29, 2: 37-46.
- ANDREU PINTADO, Javier (2009): “Mitos y realidades sobre la municipalización flavia en Lusitania”, en T. Nogales Basarrate, J.-G. Gorges, J. d’Encarnação, A. Carvalho (Eds.), *Lusitânia romana: entre o mito e a realidade (VI Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana)*, Cascais: 495-514.
- ARRIZBALAGA LAFUENTE, Ignacio (1994): “Seviros en Hispania”, *Hispania Antiqua* 18: 251-266.
- BONNAUD, Claude (2001): “L’administration du territoire vetton a l’époque romaine: statuts juridiques et institutions”, *Conimbriga* 40: 5-36.
- CARVALHO, Pedro (2003): “O templo romano de Nossa Senhora das Cabeças (Orjais, Covilhã) e a sua integração num território rural”, *Conimbriga* 42: 153-183.
- CARVALHO, Pedro (2007): *Cova da Beira: ocupação e exploração do território na época romana (um território rural no interior norte da Lusitania)*, Fundação-Coimbra.
- CARVALHO, Pedro (2010): “O interior norte da Lusitânia romana. Resistências, mudanças e rupturas nos primeiros tempos do Império”, en I. Sastre, A. Beltrán (Eds.), *El bronce de El Picón (Pino del Oro). Procesos de cambio en el occidente de Hispania*, Valladolid: 79-91.
- CASTILLO, Carmen (2001): “Seviri Augustales en la región meridional del conventus Tarraconensis”, *Stud. Philol. Val.* 5: 19-26.
- CORRALES AGUILAR, Pilar (2001): “El poblamiento romano del ager de Suel: zonas cos-

- teras de los términos municipales de Benalmádena, Fuengirola y Mijas (Málaga)”, *Baética* 23: 343-356.
- CURCHIN, Leonard A. (2015): *A supplement to “The local magistrates of Roman Spains”*, Waterloo.
- DE LA VEGA JIMENO, Miguel (2008): “La religión romana en Caesarobriga y su área de influencia”, *Conimbriga* 47: 47-84.
- DELGADO DELGADO, José A. (1998): *Elites y organización de la religión en las provincias romanas de la Bética y las Mauritánias: sacerdotes y sacerdocios*, Oxford.
- DELGADO DELGADO, José A. (2000): “Los sacerdotes de rango local de la provincia romana de Lusitania”, *Conimbriga* 39: 107-152.
- DONDIN-PAYRE, Monique, RAEPSAET-CHARLIER, Marie Thérèse (Eds.) (2001): *Noms, Identités culturelles et Romanisation sous le Haut-Empire*, Bruselas.
- ÉTIENNE, Robert (1958): *Le culte impérial dans la Péninsule ibérique: d’Auguste à Dioclétien*, París.
- FRANCISCO MARTÍN, Julián de (1977): “Los magistrados municipales en Lusitania durante el Alto Imperio”, *Memorias de Historia Antigua* 1: 227-245.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Estela (1998): “Características constitucionales del municipio latino”, *Gerión* 16: 209-221.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Estela (2001): *El municipio latino. Origen y desarrollo constitucional*, Madrid.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Estela (2010): “Latinidad y onomástica en el Noroeste Peninsular”, en I. Sastre, A. Beltrán (Eds.), *El bronce de El Picón (Pino del Oro). Procesos de cambio en el occidente de Hispania*, Valladolid: 145-155.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Estela (2012): “Sobre la condición latina y su onomástica: los ediles de Andelo”, *Espac. Tiempo Forma. Serie II. Historia Antigua* 25: 423-436.
- GONZÁLEZ HERRERO, Marta (2006): *Los caballeros procedentes de la Lusitania romana: estudio prosopográfico*, Madrid.
- GONZÁLEZ, Julián (2001): “Ius Latii y Lex Flavia Municipalis”, *Mainake* 23: 121-136.
- GONZÁLEZ, Julián (2012): “La ‘lex Flavia municipalis’ y los ‘municipia Hispaniae’”, en L. Capogrossi Colognesi, E. Tassi Scandone (Eds.), *Vespasiano e l’impero dei Flavi (Atti del Convegno, Roma, 18-20 novembre 2009)*. (*Acta Flaviana*, 2), Roma: 97-109.
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, M^a Cruz (2010): “La fórmula ‘senatus populusque’ en las fuentes epigráficas como reflejo de las transformaciones de las comunidades indígenas del occidente hispano”, en I. Sastre, A. Beltrán (Eds.), *El bronce de El Picón (Pino del Oro). Procesos de cambio en el occidente de Hispania*, Valladolid: 165-173.
- GRUPO MÉRIDA (2003): *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*, Mérida-Burdeos.
- GUERRA, Amílcar (1995): *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Lisboa.
- GUERRA, Amílcar, SCHATTNER, Thomas G. (2010): “El foro y el templo de Lancia Oppidana: nueva interpretación de Centum Celas (Belmonte)”, en T. Nogales

- Basarrate (Ed.), *Ciudad y foro en Lusitania romana (Studia Lusitana, 4)*, Mérida: 333-342.
- HUMBERT, Michel (1981): “Le droit latin impérial: cités latines ou citoyenneté latine?”, *KTEMA* 6: 207-226.
- LE ROUX, Patrick (1990): “Les villes de statut municipal en Lusitanie romaine”, en J.-G. Gorges (Ed.), *Les villes de Lusitanie romaine: hiérarchies et territoires (Table ronde internationale du CNRS)*, Paris-Burdeos: 35-49.
- LE ROUX, Patrick (1996): “Droit latin et municipalisation en Lusitanie sous l’Empire”, en E. Ortiz de Urbina, J. Santos Yanguas (Eds.), *Teoría y práctica del ordenamiento municipal en Hispania*, Vitoria-Gasteiz: 239-253.
- MANGAS, Julio (2012): “Ciudades romanas del ámbito de la provincia de Toledo”, en G. Carrasco Serrano (Ed.), *La ciudad romana en Castilla-La Mancha: 201-224*.
- MELCHOR GIL, Enrique (2011): “Sobre los magistrados de las comunidades hispanas no privilegiadas (siglos III a.C.-I d.C.)”, en A. Sartori, A. Valvo (Eds.), *Identità e autonomia nel mondo romano occidentale, Iberia-Italia Italia-Iberia III, (= Epigrafia e Antichità 29)*, Faenza: 151-171.
- MELCHOR GIL, Enrique (2013): “Instituciones de gobierno de las comunidades hispanas no privilegiadas (s. III a.C.-s. I d.C.): ‘senatus’ y ‘magistratus’”, en E. Ortiz de Urbina (Ed.), *Magistrados locales de Hispania. Aspectos históricos, jurídicos, lingüísticos*, Vitoria-Gasteiz: 135-158.
- MERCHÁN GARCÍA, M^a José (2010): “Orígenes urbanos de Lusitania: reflexiones y notas”, en J.-G. Gorges, T. Nogales Basarrate (Eds.), *Naissance de la Lusitanie romaine: I av.-I app. J.C. (VII Table ronde internationale sur la Lusitanie romaine)*, Toulouse-Mérida: 505-526.
- MROZEK, Stanislas (1971): “«Primus omnium» sur les inscriptions des municipes italiens”, *Epigraphica* 33: 60-69.
- ORTIZ DE URBINA, Estíbaliz (2000): *Las comunidades hispanas y el derecho latino: observaciones sobre los procesos de integración local en la práctica político-administrativa al modo romano*, Vitoria-Gasteiz.
- ORTIZ DE URBINA, Estíbaliz (2001): “Aspectos constitucionales del municipium: a propósito de la lex Malacitana”, *Mainake* 23: 137-154.
- PÉREZ ZURITA, Antonio D. (2011): *La edilidad y las élites locales en la Hispania romana: la proyección de una magistratura de Roma a la administración municipal*, Córdoba-Sevilla.
- PLÁCIDO, Luís, MARQUES, Carlos Santos (1980): “Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho da Covilhã (período romano)”, *Comunicação apresentada às I Jornadas Arqueológicas da Beira Baixa (Castelo Branco, abril-maio 1979)*, Covilhã: 1-12.
- RODRÍGUEZ NEILA, Juan Francisco (1993): “Gestión administrativa en las comunidades indígenas hispanas durante la etapa pre-municipal”, *Actas del I Coloquio de Historia Antigua de Andalucía (Córdoba, 1988)*, Córdoba: 385-412.
- RODRÍGUEZ NEILA, Juan Francisco (1998): “Hispani Principes: algunas reflexiones

- sobre los grupos dirigentes de la Hispania prerromana”, *Cuad. Arqueol. Univ. Navarra* 6: 99-138.
- RUBIO FUENTES, M^a José (1993): “Caesarobriga, ciudad romana de la Lusitania”, *Actas do II Congresso peninsular de História Antiga (Coimbra, 18 a 20 de outubro de 1990)*, Coimbra: 567-580.
- SALINAS, Manuel (1994): “Unidades organizativas indígenas y administración romana en el valle del Duero”, en M.C. González, J. Santos Yanguas (Eds.), *Las estructuras sociales indígenas del norte de la Península Ibérica (Revisiones de Historia Antigua 1)*, Vitoria-Gasteiz: 167-179.
- SALINAS, Manuel, RODRÍGUEZ CORTÉS, Juana (2000): “Substrato y romanización de las oligarquías locales de la provincia romana de Lusitania”, en J.-G. Gorges, T. Nogales Basarrate (Ed.), *Sociedad y cultura en Lusitania romana (IV Mesa redonda internacional sobre la Lusitania romana)*, Mérida: 17-33.
- STYLOW, Armin U. (1986): “Apuntes sobre epigrafía de época flavia en Hispania”, *Gerión* 4: 285-312.
- VALLEJO, José M^a (2005): *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*, Vitoria-Gasteiz.
- VASCONCELOS, José Leite de (1934): “Antiguidades do concelho da Covilha”, *Biblos* 10: 24-31.

(Página deixada propositadamente em branco)

SABINE ARMANI
Université Paris-13 Sorbonne Paris Cité
sabine.armani@univ-paris13.fr

PROTÉGER LA VEUVE ET L'ORPHELIN : UN NOUVEAU
CAS DE RELATION AVUNCULAIRE (*AE*, 2013, 868)

PROTECTING THE WIDOW AND THE ORPHAN: A NEW
TYPE OF AVUNCULAR RELATIONSHIP (*AE*, 2013, 868)
"Conimbriga" LVIII (2019) p. 331-364

https://doi.org/10.14195/1647-8657_58_10

RÉSUMÉ : L'étude a pour but de montrer que l'inscription de Cabeça Boa, récemment publiée, s'inscrit dans une série de témoignages dans la péninsule Ibérique et au-delà, qui permettent de repérer une triade de parents (le neveu, son oncle et sa mère), identifiée par les anthropologues comme l'« atome de parenté », nécessaire à la reproduction de toute société. Dans certaines circonstances familiales, comme le décès prématuré d'un père, l'oncle maternel (*auunculus*) pouvait être amené à tenir une place particulière dont l'épigraphe funéraire nous renvoie plus facilement l'écho, sans que l'on ait besoin de conclure à la prépondérance de la branche maternelle sur la branche paternelle.

MOTS CLÉS : onomastique, parenté, relation avunculaire, « atome de parenté », parenté collatérale.

ABSTRACT : This study aims to show how the recently published inscription of Cabeça Boa, like others found in the Iberian Peninsula and beyond, is evidence which can help us to identify a triad of relatives (nephew, maternal uncle and mother of the nephew), which anthropologists name the « atom of kinship » and is essential to the reproduction of any society. In certain family circumstances,

Conimbriga, 58 (2019) 331-365

such as the father's early death, the maternal uncle (*auunculus*) may be led to play a singular role whose manifestation is easy to trace in funerary epigraphy, although no conclusion should be drawn regarding the supremacy of the maternal branch over the paternal one.

KEYWORDS : onomastics, kinship, uncle relationship, « atom of kinship », collateral relatives.

PROTÉGER LA VEUVE ET L'ORPHELIN :
UN NOUVEAU CAS DE RELATION AVUNCULAIRE
(*AE*, 2013, 868)

Le dépouillement systématique du *Ficheiro Epigrafico* 2013 (BALARIM, 2013) pour *L'Année Épigraphique* du même millésime a porté à ma connaissance une inscription récemment publiée (n° 4 des annexes) : une épitaphe, tout ce qu'il y a de banale en apparence, correspondant aux codes du genre dans la région, avec un défunt et deux dédicants issus de sa très proche famille¹. L'inscription a été précisément trouvée à Vilariça (*freguesia* de Cabeça Boa, Torre de Moncorvo)². La découverte remonte aux années 1990, lors de travaux agricoles qui mirent au jour cette stèle de granit de 146 cm de hauteur sur 41 cm de largeur et 37 cm d'épaisseur, décorée d'un triskel à l'intérieur d'un cadre à son sommet, en assez bon état général et de facture courante dans la région. Les lettres et le décor comportent des traces de peinture rouge. Le contenu de l'inscription a immédiatement retenu mon attention, en

¹ *L'editio princeps* fournit une bonne photographie de l'inscription reproduite ci-après grâce à J. d'Encarnação que je remercie. Ma reconnaissance va également aux évaluateurs dont les rapports ont permis d'améliorer certains points de détail de l'étude.

² Selon les convictions, on placera Torre de Moncorvo qui se situe au nord du Douro, dans le *conuentus Asturum*, en Citériure (TRANOY, 1981, 160) ou dans le *conuentus Emeritensis*, en Lusitanie (ALARCÃO ET ALII, 1990, 319-329 et carte dépliant à la fin de l'ouvrage), selon que l'on considère que la rive droite du Douro marque ou non la limite entre les deux provinces. Les partisans d'une extension de la Lusitanie au-delà du fleuve s'appuient sur la découverte, dans la région de Torre de Moncorvo, d'une dédicace à *IOM* et à la cité des *Banienses* (*CIL*, II, 2399), signalée également dans l'inscription du Pont d'Alcántara (*AE*, 2007, 716), ce qui la place obligatoirement en Lusitanie. Mais l'inscription n'est en fait d'aucune aide pour identifier la « frontière » administrative car il peut s'agir d'une inscription déplacée ou de l'évocation de la cité d'origine du dédicant en voyage dans la zone de Torre de Moncorvo (LE ROUX, 2017, 25-26).

raison des liens familiaux qu'elle mentionne et qui livrent une nouvelle occurrence au corpus de la parenté collatérale déjà bien fourni dans la péninsule Ibérique, avec l'indication d'un *auunculus* (oncle maternel). Le texte est établi avec certitude :

Flauinu|s Flauī f. | an(norum) XXV | Corneliu|s au(u)ncul|us et Sunua | mater fac(iendum) | curarunt (sic) h(ic) | [s(itus)] (?) s(it) t(ibi) t(erra) l(euis).

Retour sur l'onomastique individuelle

Le formulaire, malgré sa banalité, comporte néanmoins des simplifications courantes dans l'épigraphie de la péninsule relevées par l'éditrice : la chute de lettres dans la graphie du verbe *curarunt* pour *cura(ue)runt* à la ligne 8 et la lacune de la formule finale complétée par le participe passé *[s(itus)]* et/ou l'auxiliaire *[e(st)]* à la ligne suivante³. Dans l'ensemble, le commentaire insiste surtout sur le répertoire onomastique utilisé dans l'inscription et sur le niveau d'intégration culturelle⁴. Les identités pérégrines sont reconnaissables aux noms uniques suivis de la filiation par le patronyme dans le cas du défunt. Il convient de rajouter qu'il est courant, dans les épitaphes, de décliner toute l'identité du défunt alors que les dédicants se contentent souvent d'une dénomination réduite (exemple dans LE ROUX, 2013, 172). Les noms sont latins pour les hommes. *Cornelius* pour le dédicant, employé comme nom unique, n'est pas le plus fréquent⁵. *Flauus*, plutôt que *Flauius* plus

³ BAILARIM, 2013 : « Na l. 8, o ordinator escreveu CVRARVNT, com as últimas quatro letras em nexa, em vez de CVRAVERVNT ; poderá ter sido devido à evidente falta de espaço, mas pode também tratar-se de reflexo da linguagem falada, em que a sílaba VE seria omitida. » L'auxiliaire être sous la forme *est* n'est pas toujours gravé : voir dans le même secteur, à Chão da Capela (Junqueira, Adeganha, Torre de Moncorvo) FE, 116, 2014, n^{os} 497 et 499 = AE, 2014, 668 et 670.

⁴ BAILARIM, 2013 : « O mais interessante na epigrafe será, sem dúvida, a questão relacionada com a perfeita aculturação desta família. Trata-se de uma mãe de origem indígena que casou com um *Flauius* de quem teve o filho, *Flauinus*. »

⁵ AALR, 407, situe le gentilice en 5^{ème} position (avec 73 attestations) des *nomina* les plus fréquemment portés en Lusitanie et ne relève, p. 154, pour son utilisation comme nom unique, que quatre occurrences, en majorité féminines. Plus localement, on en connaît deux attestations au masculin dans la région de Bragança (REDENTOR, 2002, 102 n^o 45 et 102-103 n^o 46).

rare⁶, est porté par le père du défunt ; il était déjà attesté, un peu plus au nord que Torre de Moncorvo, à Lagomar, sur une inscription de la région de Bragance⁷. Le nom, comme c'est souvent le cas dans le répertoire indigène, correspond à une qualité physique et signifie « blond, clair ». Rien d'étonnant donc au fait de le rencontrer assez fréquemment porté dans les milieux pérégrins. Il est évidemment sans rapport avec le droit latin et les empereurs flaviens⁸. Dernier nom masculin de l'inscription, *Flauinus*, celui du défunt, qui est formé, selon une pratique habituelle, sur le patronyme *Flauus*⁹. Il comptait déjà, en 1994, date de la publication de l'ouvrage de J. M. Abascal Palazón, près de soixante occurrences (*NPILH*, 367-368) dans la péninsule dont une bonne partie se retrouve dans l'*Atlas antroponímico de la Lusitania romana* (*AALR*, 175-176), ce qui confirme la forte présence du nom dans le grand Ouest péninsulaire. Côté féminin, l'éditrice de l'inscription relève que parmi les individus mentionnés, seule la mère du défunt porte un nom dont l'origine est pérégrine¹⁰. *Sunua* pourrait être un nouveau témoignage d'une intégration culturelle à deux vitesses qui aurait plus longtemps « réservé » aux femmes des noms locaux. On doit en effet à M^a L. Albertos Firmat d'avoir proposé un schéma d'évolution onomastique fondé sur un déséquilibre entre les sexes dans les familles pérégrines : les hommes auraient progressivement adopté une dénomination latinisée, alors que le répertoire des noms féminins aurait fonctionné comme un conservatoire de l'onomastique indigène¹¹ (ALBERTOS FIRMAT, 1976,

⁶ *AALR*, 176-177 : neuf occurrences du nom unique *Flauius* contre 20 de *Flauus* en Lusitanie. Mais le génitif *Flauī* permet d'hésiter entre les deux formes. A. Tranoy recense 41 attestations de *Flauus* contre 4 de *Flauinus* (TRANOY, 1981, 364).

⁷ REDENTOR, 2002, 114-115 n° 57.

⁸ Les remarques de LE ROUX, 1996, 249 sur l'emploi du gentilice *Flauius*, sont naturellement transposables au surnom *Flauus* : « ...le gentilice flavien n'est présent que dans trois inscriptions, étant entendu que les promotions *ob honorem* ne donnaient pas lieu, normalement, à l'adoption du gentilice de l'empereur. » et note 58 : « ... *Flauius* peut être en outre un gentilice dérivé du surnom *Flauus* qui signifie « blond », révélant ainsi une famille indigène romanisée. »

⁹ Ce type de cycle onomastique, comme *Rufus* – *Rufinus*, est très courant en milieu indigène : voir *ILER passim* et des exemples dans NAVARRO CABALLERO, 2009, 463-466.

¹⁰ BAILARIM, 2013 : « À exceção de *Sunua*, os nomes aqui presentes são tipicamente latinos e até frequentes na onomástica peninsular... »

¹¹ NAVARRO CABALLERO, 2009, 451-480, nuance ce principe onomastique pour

65-66 ; 1977, 183). L'épithète de Cabeça Boa serait une nouvelle illustration de ce phénomène. L'inscription apporte non seulement aux occurrences du nom *Sunua*, qui en compte désormais trente-et-une, une attestation supplémentaire dans son domaine de prédilection¹², mais fait également connaître un nouveau titulaire de sexe féminin de cet idionyme. Cet exemple augmente le nombre d'attestations féminines sûres du nom qui passe pour être mixte¹³. Sur les trente-et-une¹⁴ attestations de *Sunua* toutes provinces confondues¹⁵, douze établissent avec certitude le sexe du titulaire – ou plutôt de la titulaire¹⁶ – du nom. Cet élément d'information est, dans la plupart des cas, fourni par le terme de parenté associé au nom – *mater* à Viseu (*pietissima*), Coria, Castelo

la Lusitanie où la documentation suggère dans certains cas la force de la transmission agnatique des noms.

¹² GARCÍA MARTÍNEZ, LE ROUX, 1996, 64-65 : « La dispersión geográfica de los nombres se define por una zona principalmente centrada en Covilhã, descendiendo en dirección a Fundão para continuar por la Serra da Estrela y Guarda antes de abarcar el sudeste de Viseu y alrededor de Nelas y Mangualde, lo que correspondería con el grupo de ciudades situadas al oeste-noroeste del *conuentus emeritensis*... »

¹³ On sait bien que les finales en *-us* ou *-a* des noms ne pré-déterminent pas forcément le sexe de leurs titulaires : outre les noms en *-a* d'origine étrusque encore portés sous l'Empire, il semble désormais établi que des anthroponymes en *-ius* aient pu être donnés à des femmes. C'est l'hypothèse développée par CURCHIN, 2010, 27-36 à propos du nom *Petracius* apparu dans une inscription de Mérida (*AE*, 1952, 109 = 2015, 540) et d'autres.

¹⁴ Lusitanie : *CIL*, II, 410 (Viseu) ; 776 (Coria) ; 784 (Coria) ; 785 (Coria) ; 5577 (Cárquere) ; *AE*, 1936, 4 (Chão do Touro) ; 1960, 189 (Torre) ; 1975, 489 (Condeixa-a-Velha) ; 1978, 390 (Alcoitão) ; 1983, 471 (Orjais) ; 1985, 520 (Pinheiro) ; 1987, 488 (Madrigalejo) ; 2002, 692 (Albala del Caudillo) ; 2003, 885 (Malpartida de Cáceres) ; 2012, 680 (Paço da Ega) ; *HEp*, 8, 65 (Coria) ; 13, 905 (Idanha-a-Velha) ; 915 (Idanha-a-Velha) ; 19, 523 (Peso da Régua) ; *CILCNorba*, 1, 138 (Cáceres) ; 2, 544 (Ibáherando) ; *CILC*, 14 (Coria) ; *ERBeira*, 2 (Castelo Branco) ; 3 (Castelo Branco) ; 113 (Idanha-a-Velha) ; SANTOS, 2010, 147 (São Martinho de Mouros). Espagne Citérieure : *AE*, 1987, 692 (Poblete) ; 1996, 890 (Astorga) ; 2013, 868 (Torre de Moncorvo) ; *HEp*, 19, 571 (Peñalba de Villastar) ; Gaule Narbonnaise : *CIL*, XII, 2480 (Aix-les-Bains).

¹⁵ Toutes les attestations proviennent de la Citérieure et de la Lusitanie, à l'exception d'une inscription d'Aix-les-Bains en Narbonnaise (*CIL*, XII, 2480) dont on peut, dans ces conditions, supposer l'origine péninsulaire d'une des personnes mentionnées.

¹⁶ *CIL*, II, 410 ; 776 ; XII, 2480 ; *AE*, 1983, 471 ; 1985, 520 (?) ; 2012, 680 ; 2013, 868 ; *ERBeira*, 2 ; 3 ; 113 ; *HEp*, 13, 905 ; 915.

Branco, Idanha-a-Velha, Paço da Ega et Cabeça Boa¹⁷ ; *uxor* à Idanha-a-Velha (*HEp*, 13, 915) ; *neptis (sua)* à Castelo Branco (*ERBeira*, 2) - ou par la combinaison avec un autre nom décliné au féminin comme *Maria Sunua* à Idanha-a-Velha (*HEp*, 13, 905). À Orçais, la qualité de femme et de mère de la *Sunua* mentionnée se déduit de sa position dans l'inscription : elle est l'affranchie et l'épouse de *Docquirus*, mais également la mère et patronne de la fille du couple pour qui ce dernier a fait réaliser une épitaphe (*AE*, 1983, 471). Mais dans d'autres cas, le nom *Sunua* est plus sûrement à ranger du côté de l'onomastique masculine quand il tient lieu de patronyme (*CIL*, XII, 2480 ; *AE*, 1996, 890). Le caractère épïcène du nom s'observe d'ailleurs aux usages des épigraphistes qui développent à leur guise, quand l'information manque, les éléments d'état civil associés (*filius, -a* ; *libertus, -a*) au masculin ou au féminin¹⁸.

Parallèlement au dossier onomastique, la question des relations de parenté mentionnées dans cette épitaphe selon des normes romaines (LE ROUX, 2010, 197-204), mérite un éclairage complémentaire à celui qui lui a été accordé par l'édition¹⁹ qui relève, sans suffisamment s'y attarder à mon avis, qu'elles sont attestées avec une certaine fréquence dans l'épigraphie péninsulaire, en particulier la parenté collatérale représentée, aux côtés de la mère du défunt, *Sunua*, par l'*auunculus* de *Flauinus*. Cette relation familiale, quoique peu documentée, n'est cependant pas aussi rare que son appartenance à la parenté plus éloignée que la famille nucléaire (SALLER, SHAW, 1984, 124-156 ; EDMONDSON, 2005, 183-229), pourrait le laisser supposer et que sa faible représentation dans les autres provinces²⁰ pourrait nous autoriser à le penser.

¹⁷ *CIL*, II, 410 (avec une erreur sur l'âge) ; 776 ; *ERBeira*, 3 et 113 (cette *Sunua* n'est pas qualifiée de *mater* en tant que telle, mais elle est associée à un nom masculin dans l'expression générique « *parentibus suis* » qui la désigne donc comme la mère du dédicant) ; *AE*, 2012, 680 ; 2013, 868.

¹⁸ Par exemple : *Sunua f.* a été développé en *ffilius*) dans *FE*, 74, 2003, n° 325, mais la même séquence a été attribuée à raison à une femme en *FE*, 98, 2012, n° 442 à cause de la présence explicite du qualificatif *mater*.

¹⁹ La logique éditoriale du *Ficheiro epigráfico* impose une certaine brièveté aux auteurs. Cependant, le thème qui nous intéresse est réduit au strict minimum : « Está, pois, também implícito não só o amor que esta mãe tinha ao filho, bem mas também a relação que tinha com o irmão, ou seja, a importância dada à família pelo lado materno. »

²⁰ Pour les Gaules et les Germanies, voir, par exemple, MATHIEU, 2011, 355 qui recense 12 attestations.

La relation avunculaire dans les provinces ibériques

On observe en effet que l'un des deux dédicants est l'oncle maternel²¹ (*auunculus*) de *Flavinus*, qui porte un nom latin (*Cornelius*) sans filiation, comme il est fréquent chez les dédicants qui ne donnent souvent qu'une identité limitée (LE ROUX, 2013, 172). Il est suivi de la mère du défunt : on note sa position secondaire dans l'énumération alors qu'elle est la parente la plus proche des deux, sans que l'on puisse ou doive aller au-delà de la simple observation²². Comme l'a signalé l'éditrice, la mère est la seule à porter un nom pérégrin, sans filiation pour des raisons déjà évoquées (ALBERTOS FIRMAT, 1976, 65-66 ; 1977, 183). Mais l'onomastique n'est qu'un aspect de ce que nous révèle l'inscription sur le fonctionnement des sociétés provinciales. Tout aussi important est ce que nous apprend l'épithète sur les mécanismes familiaux. Bien que plus rare que les relations parents-enfants qui sont dominantes dans les inscriptions funéraires (SALLER et SHAW, 1984), la relation oncle maternel / neveu, nièce ne manque pas d'attestations, notamment dans la péninsule Ibérique. On pourra s'en convaincre en consultant la liste des occurrences d'*auunculus* qui s'élèvent avec ce nouveau document à une trentaine de témoignages²³. La répartition

²¹ Dans la péninsule Ibérique, le sens d'*auunculus* pour oncle maternel ne fait pas de doute comme le suggère son association avec des termes symétriques renvoyant à la parenté maternelle comme *matertera*, la tante maternelle (voir l'inscription de Guadalcazar, dans la région de Cordoue, *infra* note 23).

²² À *Ciuitas Igaeditanorum* (n° 2 des annexes), dans l'épithète d'un frère et de sa sœur, l'ordre retenu par l'une des dédicantes est inverse : d'abord à sa mère, puis à son oncle maternel. De même, dans l'énumération des parents défunts du dédicant de l'inscription d'Arroniz (n° 5), la mère vient après le père, mais précède son frère. À *Caesarobriga* (n° 1 des annexes), l'*auunculus* est cité en troisième position après la mère et la sœur du dédicant, mais avant l'épouse. Hors de la péninsule Ibérique, l'ordre paraît aussi aléatoire : oncle cité en premier : n°s 15 et 16 ou en position secondaire : n°s 13 ; 14, 17 à 19 et 21).

²³ Lusitanie : *CIL*, II, 713, Cáceres (*Norba*) ; 824, Oliva de Plasencia (*Capera*) ; 827, Oliva de Plasencia ; 845, Oliva de Plasencia ; 900, Talavera de la Reina (*Caesarobriga*) = n° 1 ; 5350, Talavera de la Reina ; *AE*, 1967, 167, Idanha-a-Velha (*Ciuitas Igaeditanorum*) = n° 2 ; 1971, 160 = *ERBC*, 214, Serpa. Bétique : *CIL*, II, 1282b, Utrera (*Salpensa*) ; 1696 = *IP*, 5, 199, Martos (*Tucci*) = n° 6 ; *IP*, 7, 180, Bujalance ; *AE*, 2015, 571, environs de Castillo Anzur de Puente Genil (*oppidum ignotum* de La Villeta), Cordoue. On rajoutera à la liste l'inscription suivante signalée par A. U. Stylow (ARMANI, 2002, 333, n° 60 : [---] *matertera* [--- ?] | [--- *a*] *uonculus* *an*[*norum*

n'est pas égale entre les trois provinces, mais on relève qu'aucune n'est exempte d'attestation. Le statut des cités, et donc des individus, n'est pas non plus en question puisque le terme se rencontre aussi bien dans des familles comptant des citoyens romains que dans celles composées de pérégrins. Les colonies romaines, comme les cités latines, y compris celles devenues municipales, sont concernées. L'expression de cette relation n'est donc pas l'apanage d'une catégorie de population spécifique même si l'on a déjà observé qu'elle est particulièrement bien représentée dans les milieux affranchis en raison de la propension de ces individus à afficher leur parenté quand cela est possible (EDMONDSON, 2002-2003, 201-238; ARMANI, 2009, 187).

Cette nouvelle occurrence creuse cependant un peu plus encore l'écart entre l'expression de la relation avunculaire et celle qui unit l'oncle paternel aux enfants de son frère. Comme on va le voir, l'inégalité documentaire ne peut pas être seulement mise sur le compte du « hasard des découvertes » selon l'expression consacrée.

Le *patruus* (frère du père), dont la signification ne prête pas à confusion avec l'*auunculus* (frère de la mère) – au moins dans la péninsule – n'apparaît que dans cinq inscriptions²⁴, et une autre fois sous une forme fautive d'après les éditeurs du document²⁵. Mais, à l'instar de la répartition du terme *auunculus*, la distribution géographique des attestations de *patruus* ne laisse aucune des trois provinces hispaniques de côté. Cependant, le décalage dans l'indication des deux relations collatérales (*auunculus/patruus*) est encore plus marqué si l'on considère l'expression de la relation familiale non plus du point de vue de l'oncle, mais du neveu ou de la nièce.

---] | [---]++IVS+[---], environs de Guadalcazar, Cordoue. Espagne Citérieure : *CIL*, II, 2972, Arroniz, Navarre (*Carenses*) = n° 5 ; 3697, La Alcutia (*Pollentia*) ; 5708, León (*Legio*) ; 5713, León ; 5716, León ; 5720, León ; 5962, Denia (*Dianum*) ; 6302, Aguilar de Campoo ; IP², 14, 1208, Tarragone (*Tarraco*) ; 1232-1234, Tarragone ; *AE*, 2004, 812, Guadix (*Acci*) ; 2013, 868, Cabeça Boa = n° 4 ; *HEp*, 1, 326, Cabeza del Griego (*Segobriga*) ; *ERLara*, 87, Lara de los Infantes.

²⁴ *CIL*, II, 4469, Isona (*Aeso*) ; II, 6091 = IP², 14, 1104, Tarragone ; IP², 5, 875, Cerro de Sabora ; *IRPL*, 208 ; *AE*, 2014, 705 Los Bañales, Saragosse. On n'a pas tenu compte de la mention dans le *sc de Cn. Pisone patre* (*AE*, 1996, 885). *AE*, 1985, 503 a également été écarté en raison de son caractère votif et de la cassure de la pierre.

²⁵ *HEp*, 11, 663, Idanha-a-Velha.

La fréquence d'une relation renforcée par les attestations de sobrini

En effet, la relation avunculaire n'est pas seulement attestée par les inscriptions où figure le terme *auunculus*. Pour l'établir, on dispose aussi des mentions de l'autre membre impliqué dans la relation, le neveu (fils de la sœur) ou la nièce (fille de la sœur) dont les mentions sont nombreuses dans la péninsule Ibérique²⁶. Cette position généalogique est dotée d'une terminologie spécifique : *sobrinus* ou *sobrini* selon le sexe. Il est désormais bien établi que le terme *sobrinus*, -a, que son étymologie rattache naturellement à *soror* (BETTINI, 1994, 230 : à propos de l'interprétation d'E. Benveniste), désigne l'enfant de la sœur. L'identification de ce terme pour cette position généalogique a été rendue possible, entre autres, par la présence dans un certain nombre d'inscriptions, d'une triade de parents constituée par l'oncle, le neveu et sa mère (la sœur de l'oncle) qui compose ce que Cl. Lévi-Strauss a nommé « l'atome de parenté (LÉVI-STRAUSS, 1958) » qui réunit les trois relations nécessaires à la formation d'une nouvelle cellule familiale : l'alliance entre un homme et une femme, la germanité entre une sœur et un frère qui en « cédant » sa sœur permet l'échange généralisé des femmes, la filiation enfin, née de l'alliance, entre un enfant, son père ou sa mère.

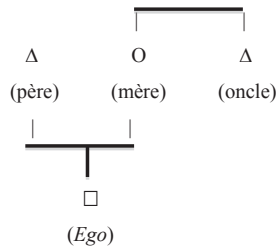


FIG. 2 – L'« atome de parenté » selon Cl. Lévi-Strauss.

L'atome de parenté dans la péninsule Ibérique a d'abord été identifié grâce à une série d'inscriptions qui mentionnaient un *sobrinus* ou une *sobrini* figurant aux côtés d'un homme dont il était facile de déduire de la présence de la sœur de ce dernier – également la mère du *sobrinus* – qu'il en était l'oncle maternel (ARMANI, 2009, 184-185 et

²⁶ Sur cette fréquence, voir ARMANI, 2012, 85-110.

annexe 2). La figure du père, pour incarner la relation de filiation, est souvent suggérée par le port par le *sobrinus* du gentilice paternel, qui diffère de celui de l'oncle maternel²⁷, à l'exception des cas d'affranchissement collectif de plusieurs membres d'une même famille²⁸ (ARMANI, 2008, 1253). Chez les pèlerins, l'indication de la filiation assure la représentation paternelle sauf en cas de limitation de l'état civil des dédicants au nom unique, comme cela arrive souvent. Dans le meilleur des cas, comme dans une inscription d'Oliva (ARMANI, 2009, 183-187 et n° 11 des annexes), les quatre personnages nécessaires à la constitution de l'atome de parenté sont représentés : l'oncle qui est le dédicant, sa sœur (*soror*), le mari de cette dernière, nommé beau-frère (*uir sororis*) du point de vue du frère de l'épouse, et le fils du couple qui prend, du point de vue du dédicant, le nom de neveu (*sobrinus*) :

Δ [. Pompeius --- ?] (dédicant et frère)	O Pompeia [---]sta (<i>soror</i>)	+ Δ P[om]peius Philipus (<i>sororis uir</i>)
G. Pom[pe]ius Nicostratus (<i>sobrinus</i>)		

FIG. 3 – *La famille reconstituée de l'autel d'Oliva.*

L'inventaire des *sobrini* connus dans la péninsule Ibérique porte les attestations de la relation avunculaire à quatorze occurrences²⁹ dans lesquelles la position généalogique de l'oncle maternel n'est pas vacante : elle est occupée par un individu désigné par son identité, sans référence au terme spécifique d'*auunculus*. De leur côté, comme on l'a dit, les mentions du terme *auunculus* s'élèvent, en l'état actuel de nos connaissances, à trente-deux en comptant le témoignage de Cabeça Boa (n° 4) qu'il faut rapprocher de deux inscriptions d'Idanha-a-Velha

²⁷ N°s 6 (?), 7, 8, 12, 23 (hors de la péninsule Ibérique).

²⁸ N°s 5, 11, 17, 26, 28 (les trois derniers hors de la péninsule Ibérique).

²⁹ Lusitanie : *CIL*, II, 5191, Évora (*Ebora*) ; 5193, Évora = n° 7 ; *AE*, 1993, 904, Mérida (*Augusta Emerita*) ; 1999, 876, Mérida = n° 8 ; *ERAE*, 387, Mérida ; *ERAE*, 394, Mérida ; *ERAv*, 171, El Tiemblo, Ávila. Bétique : *CIL*, II, 1215, Séville (*Hispalis*) ; II², 7, 968, Magacela, Badajoz (*Contosalia* ?). Espagne Citérieure : *IRPL*, 101, Astorga (*Asturica Augusta*) ; 123, Astorga = n° 9 ; *DECAR*, 40, Carthagène (*Carthago Noua*) = n° 10 ; *HEp*, 5, 809, Oliva (*Denia*) = n° 11 ; 7, 208, Barcelone (*Barcino*) = n° 12.

n^{os} 2-3), d'une de Talavera de la Reina (n^o 1) et de celle d'Arroniz (n^o 5) déjà évoquées (*supra* note 23). L'« atome de parenté » des anthropologues d'abord identifié dans l'épigraphie péninsulaire par la combinaison des termes *soror* et *sobrinus*, -a (annexe 2) l'est, dans ces cinq épitaphes, par l'association des termes *auunculus* / *mater* désignant deux membres d'une même famille avec un autre parent qui est à la fois leur neveu et fils respectif, lequel est désigné à son tour par son nom sans mention de sa position généalogique³⁰. La configuration familiale n'est pas modifiée : elle est simplement inversée du point de vue de l'indication des termes de parenté. En clair, au lieu de mentionner le neveu par sa position généalogique (*sobrinus*), c'est l'oncle maternel qui est désigné par la terminologie propre à son degré de parenté (*auunculus*). Seul le troisième parent, la *soror* des autres documents mobilisés jusqu'ici, voit sa position glisser : de dédicataire (en tant que sœur du dédicant), elle devient, dans ces inscriptions, dédicante aux côtés de son frère (l'*auunculus*), en tant que mère (*mater*) du défunt. Mais la mère (*mater*) d'un individu honoré par son oncle et la sœur (*soror*) de ce dernier ne font évidemment qu'une seule et même personne :

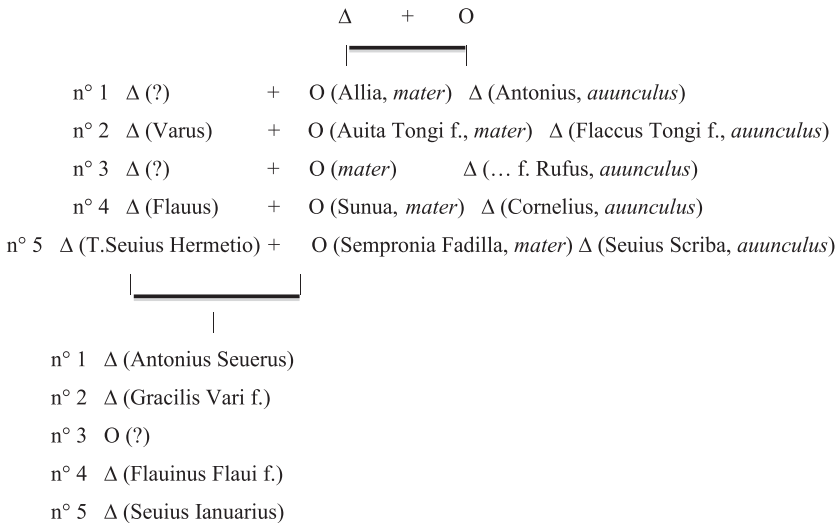


FIG. 4 – L'« atome » de parenté dans les inscriptions n^{os} 1 à 5.

³⁰ Hors de la péninsule Ibérique : n^{os} 13 à 21 de l'annexe 3.

Dans l'inscription de Cabeça Boa, les circonstances de l'hommage funéraire expliquent ce glissement : la mère survivant à son fils, ne pouvait pas être ravalée à un rang de parent secondaire (*soror*) et elle devait figurer au même titre que l'oncle parmi les dédicants. C'est vraisemblablement pourquoi on a évité d'employer le terme *sobrinus* dans cette épitaphe, la mère s'adressant directement à son enfant décédé. En effet, bien que les redoublements de parenté (du type père/fils) soient attestés – surtout au sein de la famille nucléaire néanmoins – la désignation du défunt par un terme unique (à la fois fils et neveu) entraînait forcément en concurrence avec l'une ou l'autre parenté. La mise en facteur commun d'un grade de parenté n'est pas inconnue dans l'épigraphie, mais dans ces cas précis, le choix de *sobrinus* semblait impossible en raison de la présence même de la mère de l'individu dont la parenté prévalait sur la relation avunculaire.

Des relations collatérales dissymétriques

Dans l'épigraphie péninsulaire, le déséquilibre en faveur de la relation avunculaire aux dépens de celle liant l'oncle paternel (*patruus*) et son neveu (*filius, -a fratris*) caractérisée par la faiblesse des attestations du premier terme et l'absence totale de mentions pour les seconds ne doit pas servir à fonder l'hypothèse d'un quelconque matriarcat³¹. Il peut difficilement étayer une forme de matrilinearité dont les effets seraient forcément limités dans la mesure où les populations sont principalement régies par la filiation patrilinéaire³². En outre, l'identification de l'atome de parenté également à Rome et en Italie (annexe 3) empêche d'en faire une caractéristique provinciale. D'autre part, l'expression épigraphique de la relation avunculaire ne signifie pas que l'autre relation, celle avec le *patruus*, était totalement inopérante dans

³¹ Il revient à C. Lévi-Strauss d'avoir montré que l'avunculat ne dépendait pas du type de filiation, contrairement à ce qu'avait tiré A. R. Radcliffe-Brown de ses observations ethnologiques (voir HARDERS, 2008, 15-25).

³² Je partage l'avis de GALLEGRO FRANCO, 2013, 203-220, qui relève la relative fréquence des relations collatérales dans la région qu'elle étudie, tout en se dispensant d'en conclure à la survivance de pratiques matrilineaires en contradiction avec l'importance de la filiation particulièrement utilisée chez les pèlerins décédés. Voir aussi la remarque de GONZÁLEZ, 1994, 205 sur *auunculus* dans la discussion finale.

les familles puisqu'elle est également attestée, même si c'est dans une moindre mesure. Il ne me paraît pas alors illégitime de considérer que la relation avunculaire se révèle, peut-être mieux que la relation avec l'oncle paternel, à l'occasion de circonstances que l'épigraphie est davantage susceptible de documenter. En effet, les inscriptions relatives à la relation avunculaire sont majoritairement funéraires. Il n'est pas impossible que, parmi les accidents de la vie, le veuvage de la sœur, sa mort ou encore la séparation d'avec son mari – phénomène que l'on mesure mal –, autant d'événements à l'origine d'un « regroupement familial », le frère de la mère d'*Ego* ait pris plus souvent le relais et ait servi plus naturellement de protecteur à sa famille, davantage en tout cas que le frère du père sans parler de la sœur de ce dernier ou encore de la tante maternelle qui n'étaient pas chefs de famille³³. Inversement, les neveux pouvaient s'occuper de faire une dédicace quand l'oncle n'avait pas d'héritier direct et qu'il avait noué un lien plus étroit avec eux³⁴. De l'autre côté, il est probable que l'oncle paternel ou son neveu (*filius fratris*) n'intervenaient qu'en bout de chaîne quand il n'existait plus d'autre parent proche vivant³⁵. On versera enfin au dossier de la relation collatérale la constatation suivante qui concerne la représentation des tantes dans l'épigraphie péninsulaire. À la différence de ce qui se passe pour les oncles, les attestations épigraphiques de la tante paternelle³⁶ (*amita*) ou maternelle³⁷ (*matertera*) ne subissent pas le

³³ Le même phénomène a été observé dans les familles aristocratiques. Il arrive que la relève soit prise par l'*auunculus* : HARDERS, 2010, 61-64. La remarque de l'auteur, p. 53 va dans notre sens : « Since a widowed or divorced mother often clung to her natal kin for help, the *pater familias*, still alive, or the next male agnate lost ground facing socially dominant surrogate fathers such as maternal uncles, stepfathers, and single mothers. »

³⁴ Par exemple : *CIL*, II, 713 ; 827 ; 900 (= n° 1) ; 5350 ; 5708 ; 5713 ; 5716 ; *AE*, 1967, 167 (= n° 2) ; *HEp*, 13, 878 (= n° 3), etc. Le cas le plus caractéristique est suggéré par l'inscription n° 8 des annexes dans laquelle le *sobrinus*, *M. Didius Postumus*, a été institué héritier.

³⁵ C'est le principe qui régit la *pietas* et qui explique la prééminence de la famille nucléaire dans les épitaphes.

³⁶ *CIL*, II, 2355 = II², 7, 910, Zalamea de la Serena (*Iulipa*) ; II, 3398 (?), Guadix ; 3844 = II², 14, 340, Sagonte (*Saguntum*) ; II, 4377, Tarragone ; 4476, Isona ; *HEp*, 2, 96, *Clunia* ; 11, 663, Idanha-a-Velha.

³⁷ *CIL*, II, 4352 = II², 14, 1328, Tarragone ; II, 6188, Ampurias (*Emporiae*) ; 6299, Monte Cilda ; *AE*, 1993, 903, Mérida ; 931, Trujillo (*Turgalium*) ; *CILCCapera*, 1006,

même déséquilibre avec sept attestations pour la première et neuf pour la seconde connues à ce jour, chiffres qui, bien qu'additionnés, restent inférieurs aux mentions de la relation avunculaire. En dehors de l'*auunculus*, le réflexe de se tourner vers la branche maternelle n'était donc pas mécanique. Mais dans certaines conditions, l'oncle maternel pouvait apparaître comme le soutien d'une famille, orpheline de père et provisoirement dans la peine. Les tantes, pour des raisons évidentes liées à leur sexe et à leur place au sein de la famille, ne pouvaient pas endosser aussi facilement ce rôle. C'est donc certainement à la lueur de ces réflexions qu'il faut comprendre l'inégalité des sources en faveur de la relation avec l'*auunculus*.

Ce nouveau document apporte une occurrence de plus à l'atome de parenté dans la péninsule Ibérique et dans le monde romain en général³⁸. Cette triade de parents nécessaires à la reproduction de toute société, initialement repérée par les anthropologues dans les sociétés dites primitives aux structures de parenté peu complexes, affleure de temps à autre de la documentation épigraphique. Son étude contribue à rapprocher par l'analyse, le travail de l'historien de celui de l'anthropologue, tous deux soucieux de révéler les mécanismes de la parenté des sociétés passées ou présentes. Pour autant qu'on puisse en juger, la fréquence toute relative de la relation avunculaire telle qu'elle s'exprime dans l'épigraphie empêche d'y voir davantage que ce qu'elle représente, à savoir un lien qui s'exprime certes préférentiellement à d'autres, mais à condition que des circonstances bien précises, qu'on a rappelées, soient réunies. Une fois de plus, le document étudié ici montre que les différences étaient ténues entre pérégrins et citoyens romains. Il faut peut-être y voir, comme l'éditrice de l'inscription, l'indice de la « romanisation » en marche. On peut conclure tout aussi sûrement que la famille indigène n'a pas d'existence juridique ou lexicale en dehors des cadres romains.

Oliva de Plasencia ; *ERBeira*, 104, Idanha-a-Velha ; ARMANI, 2002, 333, n° 60, aux environs de Guadalcazar (Cordoue) (*supra* note 23); RANILLA, 2016, 168-169, n° 1.

³⁸ Le terme *auunculus* compte à l'heure actuelle 150 attestations dans l'empire et *sobrinus*, -a, moins de trente (dont trois dans le même document: *CIL*, I, 583).

Annexes : l'« atome de parenté » dans l'épigraphie occidentale

Annexe 1 : les attestations de l'« atome de parenté » (avec la mention du terme *auunculus*) dans la péninsule Ibérique

Lusitanie

1) *CIL*, II, 900, Talavera de la Reina (*Caesarobriga*) = *IRPTole-do*, 132 : *Dis Manib. | Antonius Seuerus | Segisamensis | Alliae matri, Seuerae sorori, |^s Antonio auunculo, Valeriae ux., | Seuerino f. an. XXI | et sibi an. LXXVIII | hoc munimentum her. | non sequetur.*

Cette inscription fait connaître un groupe de parents du côté maternel du dédicant, sa mère, sa sœur, son oncle maternel, puis son épouse et son fils, parmi lesquels l'on reconnaît l'« atome de parenté ». Rien n'indique que tous les membres de cette famille étaient enterrés au même endroit : comme le signale l'ethnique du dédicant, la famille n'est pas originaire de la cité où la plaque fut découverte. *Antonius Seuerus* a peut-être tenu à réunir sur une même épitaphe certains de ses proches. On observe néanmoins que le père n'est pas mentionné, sans que l'on puisse en tirer d'enseignement particulier.

Date : 1^{ère} moitié du II^{ème} s. apr. J.-C., d'après l'écriture (*IRPTole-do*, 132).

2) *ILER* 4853 = *AE*, 1967, 167 = *HEp*, 13, 910, Idanha-a-Velha (*Ciuitas Igaeditanorum*) : *Flacco Tongi f. et Aui|tae Tongi f., Cilura Tongi f. | filio et filiae, Gracilis Vari f. | matri et auunculo f. curauerunt.*

Dans cette épitaphe, le souvenir de deux membres d'une même famille, *Flaccus Tongi f.* et sa sœur *Auita Tongi f.*, est doublement honoré, d'une part par leur mère commune (*Cilura Tongi f.*), d'autre part par celui qui était à la fois leur fils et neveu (*Gracilis Vari f.*). On remarque que l'ordre d'énumération des défunts est inversé par le second dédicant qui rappelle sa mère avant son oncle.

Date : 2^{ème} moitié du I^{er} s. apr. J.-C., d'après le formulaire.

3) *HEp*, 13, 878, Idanha-a-Velha (*Ciuitas Igaeditanorum*) : [...]
*f(ilio ?) Rufo | [... auu]nculo | [...]Jae Dau|[...]Jae meae |^s [...]e f(iliae
?) mater | [...] Rufina | [...]I f(ilia) ex test(amento) f. c.*

Malgré un état fragmentaire qui ne simplifie ni la lecture ni la datation, l'inscription a été maintenue dans le corpus, en raison de la présence conjointe d'un *auunculus* et d'une *mater*, dont les identités sont déclinées cependant à des cas différents ce qui complique la compréhension des relations entre les individus. L'usage du nominatif, apparemment assuré, dans la deuxième moitié de la ligne 5, semble indiquer qu'il y avait deux dédicantes, la mère d'au moins une personne de sexe féminin – reconnaissable à l'emploi du génitif de la première déclinaison – et une seconde femme. Il n'est pas impossible – mais pas certain – de reconnaître dans ce groupe de parents, l'oncle maternel de *Rufina* et la mère de cette dernière qui rappelle également la mémoire d'une autre de ses filles.

Espagne Citérieure

4) *FE*, 112, 2013, n° 484 = *AE*, 2013, 868, Cabeça Boa : *Flauinu|s Flauif. | an. XXV | Corneliu|s au(u)ncul|us et Sunua | mater fac. | curarunt h. | [s.] s. t. l.*

5) *CIL*, II, 2972 = *ILER* 4915. Arroniz, Navarre (*Carenses*) : *D. M. T. Seuius Scrib(a), Seuio [H]|ermetioni patri an(norum) LXV, | Se[m]p[ron(iae) Fa]dillae matri an(norum) LX, Seuio Ianuario [au]on|sculo an(norum) XLV et sibi | f(aciendum) c(urauit).*

On retrouve dans cette commémoration collective, dont on peut situer approximativement l'exécution entre la fin du I^{er} s. apr. J.-C. et le début du II^{ème} s., un schéma familial proche de celui de l'épithaphe de *Caesarobriga* (n° 1), cependant élargi à l'ensemble de la parenté avec l'indication du père du dédicant (sur le même modèle : n°s 8, 11, 15, 18, 19, 21, 23 et 26). L'homonymie du gentilice du père et de l'oncle maternel (différent de celui de sa sœur ou « demi-sœur », mais le latin ne fait pas la différence entre des enfants de lits différents) s'explique vraisemblablement par l'affranchissement des deux hommes par un même patron. Leur *cognomen* respectif, prisé dans les milieux serviles, appuie cette hypothèse.

Bétique

6) *CIL*, II, 1696 = *CIL*, II², 5, 199, Martos (*Tucci*) : *Marco Ae-*

lio Ga[llio(?)] | Aelia Senilla s[oror] | M. Fabius Senicio n[epos] (?) | auonculo.

Cette inscription, dont les remplois successifs ont peut-être provoqué la détérioration sur le bord droit de la plaque, est également connue par un manuscrit d'Accursius conservé à la Biblioteca Ambrosiana qui ne résout pas tous les problèmes de lecture³⁹ (ARMANI, 2018). Les individus mentionnés appartenaient vraisemblablement aux premières générations de vétérans installés dans la colonie et la nature peu commune de l'épithaphe dont les lettres en bronze ont été fixées au support les désigne comme des notables locaux. Le gentilice *Aelius* commun aux deux dédicants en fait deux membres d'une même cellule familiale. On retrouve cependant dans cette inscription une triade constituée d'un *auunculus* et de deux autres parents. *Aelia Senilla*, que la reconstitution habituelle qualifie de *soror*, pourrait très bien tenir dans l'arbre généalogique la même place que les mères des précédentes inscriptions. La seule différence réside en effet dans un changement de perspective qui fait de l'oncle maternel l'unique point de convergence des hommages rendus par les parents mentionnés. La configuration présente constitue une transition avec l'étude des inscriptions qui suivent.

Date : I^{er} s. apr. J.-C. en raison de la simplicité du formulaire.

Annexe 2 : *les attestations de l'« atome de parenté » (avec la mention du terme *sobrinus*) dans la péninsule Ibérique*

Lusitanie

7) *CIL*, II, 5193 = *IRCP*, 446, Évora (*Ebora*) : *L. C(aecilius) Galio ann. L | h. s. e. s. t. t. l. C(aecilia) Vi|talis sor(or) et | M. Ful(uius ?) Caeci|⁵lianus sobri(nus) | f. c.*

Une mère et son fils, dont la position généalogique est reconnaissable entre autres au *cognomen* tiré du gentilice maternel abrégé à l'ini-

³⁹ Le terme *nepos* n'est pas sûr : le N initial n'est pas visible et le mot pour désigner le neveu n'est pas attesté dans l'épigraphie de la péninsule Ibérique. C'est pourquoi, *sobrinus* a été suggéré à la place.

tiale en raison de sa fréquence, ont fait réaliser l'épithaphe de leur frère et oncle respectifs. Les termes de parenté sont donnés du point de vue des dédicants comme dans les inscriptions n^{os} 8 à 12 et 22 à 27.

Date : I^{er} s. apr. J.-C.

8) *AE*, 1999, 876, Mérida (*Augusta Emerita*) : *P. Sertorius Niger medic. | sibi et P. Sertorio patri suo | et Caeciliae | Urbanae uxori suae Serto*⁵*riae Tertullae sorori | suae et M. Didius Postumus | sobrinus et heres | P. Sertori. Nigri de suo sibi | statuam pos(u)it.*

Le cercle de la parenté est ouvert à la branche agnatique (voir aussi n^{os} 5, 15, 18, 19, 21, 23, 26 et 27). Comme dans l'épithaphe n^o 12, l'énumération suit un ordre hiérarchisé et se clôt par la *séquence soror-sobrinus* qui désigne la sœur du dédicant et le fils de cette dernière, né de son union avec un (*M.*) *Didius*. On ne connaît aucun enfant au couple formé par *P. Sertorius Niger* et *Caecilia Urbana*. Cette absence a certainement valu au *sobrinus* son statut d'héritier.

Date : 2^{ème} moitié du I^{er} s. apr. J.-C.

Espagne Citérieure

9) *CIL*, II, 2657 = *IRPL*, 123, Astorga (*Asturica Augusta*) : *Pelliae Visali f. an. XXX, | Visaliae Visali f. an. XXV | sororibus, | Caesiae Cloutai f. an. XXV, |*⁵*Coporino Copori f. an. XXII | sobrinis, | Domitius Senecio f. c.*

On rencontre le même binôme *soror-sobrinus* au pluriel cette fois. *Domitius Senecio*, peut-être devenu citoyen romain *ob honorem* (ce qui expliquerait que ses sœurs n'aient pas bénéficié de la promotion), n'a pas mentionné sa filiation dans l'épithaphe qu'il a consacrée à ses deux sœurs et à ses neveux, selon une pratique déjà relevée. La filiation différente de ces derniers suggère qu'ils sont cousins et non frère et sœur. Il est probable qu'ils étaient les enfants des sœurs décédées bien qu'on ne puisse exclure qu'ils soient nés de sœurs encore vivantes. Mais cette situation n'est pas la plus économique. La mention d'âges voisins n'est pas un obstacle à cette reconstitution familiale car les décès n'ont pas été simultanés et c'est vraisemblablement à l'occasion du dernier d'entre eux qu'une commémoration multiple a été décidée.

Date : 2^{ème} moitié du I^{er} s. apr. J.-C.

10) *CIL*, II, 3411 = *DECAR*, 40, Carthagène (*Carthago Noua*) : [- *Helui*]us *Pollio* L(---) | [*ex le*]gato ? | [*s*]oror(is) et sobri[ni] | -] Aug. (?) *da*[t].

Le texte n'est pas clair, mais il associe le même couple de parents (*soror-sobrinus*) mentionnés aux côtés de celui qui occupe la double position généalogique de frère et d'oncle maternel. On attribue au document une date postérieure au I^{er} s. apr. J.-C. (*DECAR*).

11) *HEp*, 5, 809 = *AE*, 2009, 657, Oliva (*Denia*) : *D. M.* || *Pompeiae* [*Venu* ?]stae [*G. Pompeius* ? | ---] soror[*i* |⁵ *c*]arissimae ar[*am* | *p*]osuit et *G. Pom[pe]io Nicostrato s[o]brino* et [*C. uel G. ?*] *P[om]peio Philipo* (sic) *s[o]*¹⁰*roris uiro ad[fi]nibus piissi[mis]*.

L'inscription a fait l'objet d'une étude exhaustive à laquelle on se contente de renvoyer ici (ARMANI, 2009). On rappellera cependant qu'élaborée au sein d'une famille de coaffranchis, elle mentionne une combinaison rare, élargie au beau-frère du dédicant (ici *C. Pompeius Philipus*).

Date : fin du II^{ème} s. – début du III^{ème} s. apr. J.-C., d'après l'écriture.

12) *IRC*, IV, 59 = *HEp*, 7, 208, Barcelone (*Barcino*) : [*Q. Co*]rnelius *Sp. f. Sec[undus]* | *d[o]mo colonia Ca[rtha]gine Magna sibi et Corne[liae]* | *Quartae matri, Gem<i>niae Q[uar]*⁵*tae uxori, Corneliae Tertull[ae]* | *f., Q. Corn. Seran(o) f., aed. II(duum)ui[ro], | Corn. Quartill. f., Cor. Dubit[atae]* | *f., Cor. Sp. f. Tertull. sorori, | L. Mae[ui]o* |¹⁰ *Rogato sobrino.*

L'énumération reprend un ordre hiérarchisé (ARMANI, 2008), déjà rencontré dans l'inscription n° 8. Mais, en dehors de la descendance et de l'épouse, la parenté convoquée se limite à la famille maternelle (mère, sœur et neveu). Bien qu'établie à *Barcino* où la famille a fait souche, la famille est originaire de Carthage en Afrique Proconsulaire.

Date : I^{er} s. apr. J.-C.

Annexe 3 : *Les attestations de l'« atome de parenté » (avec mention des termes auunculus ou sobrinus) hors de la péninsule Ibérique.*

13) *CIL*, VI, 13565, Rome : *D. M. | Berullo f. piis. | qui uixit ann. II, men. | VI, di. XI, Thalamis |⁵ mater et Nicias | auuncu(lus) f. [---]*

L'onomastique invite à considérer que l'on a affaire à une famille servile. Peut-être faute de père juridique, ce sont la mère et l'oncle maternel du petit défunt qui ont réalisé l'épithaphe datée entre le milieu du I^{er} s. apr. J.-C. et le III^{ème} s.

14) *CIL*, VI, 20007 = Cantarelli, Gautier di Confiengo, 2012, 119-121, n° 19, Rome : *Dis Man. | Ti. Iulio Felici uix. ann. XI, m. X, | dieb. XIII, fecer. Iulia Euhe|meris mater et Iulia Anti|⁵ochis auia et Stachys auonculus, filio piissimo be|ne merenti et Claudia Primi|genia et Marcus Laetus, Claudi|- posterisque eorum -|us Olympus, Sextilius Straton|¹⁰cus sibi posterisque eorum.*

Famille d'affranchis ou de descendants d'affranchis impériaux à en juger par les gentilices impériaux et les nombreux *cognomina* d'origine grecque encore portés par certains de ses membres. L'oncle est peut-être encore esclave à cause de son nom unique. Comme il arrive (n°s 2, 12, 15, 26, 28), la génération des aïeux est présente avec la grand-mère (vraisemblablement maternelle) du jeune défunt⁴⁰. L'atome de parenté est représenté par *Iulia Euhemeris*, la mère, *Stachys*, l'oncle maternel et l'adolescent décédé. Quatre autres ayants droit sont mentionnés à la fin de l'épithaphe. Les deux premiers étaient peut-être apparentés à la famille du défunt et à ce titre autorisés à utiliser le tombeau pour eux-mêmes et leurs descendances. Les deux derniers ont été ajoutés dans un second temps pour des raisons inconnues et ont tenu également à indiquer qu'ils avaient légitimité à être inhumés sur place avec leur descendance (CANTARELLI, GAUTIER DI CONFIEGO, 2012, 120).

Date : 2^{ème} moitié du I^{er} s. apr. J.-C., d'après l'onomastique et le formulaire.

15) *CIL*, VI, 24354, Rome : *Q. Caecilio Martiali | patri et L. Tenuatio Her|meti au<u=o>nculo et Q. | Caecilio Primioni |⁵ auo et Caeciliae Eu|pliae matri, Caecilia | Marcellina par. dignissimis fecit lib.*

⁴⁰ Une *auia* et un *auunculus* sont également associés dans une inscription de Serpa (voir *supra* note 23).

libertab. | posterisq. eorum. || M. Plutius M. l. Papia, |¹⁰ Plutia M. f. Secunda f., | M. Plutius M. l. | Stephanus patron., | Aemilia M. l. Nice, | Plutia M. l. Secunda.

Autre famille d'affranchis. L'énumération des parents ne suit pas l'ordre des générations, mais peut-être celui des décès. L'*auunculus* et la *mater* de la dédicante, *Caecilia Marcellina*, sont représentés aux côtés de son père et d'un grand-père dont on ne peut savoir s'il appartient à la branche paternelle ou maternelle de la famille puisque *Caecilia Euplia*, sa fille ou belle-fille, selon la solution retenue, porte un gentilice identique. Il est vrai que la séquence *Q. Caecilius* portée aussi par le père de la dédicante milite en faveur d'un lien de parenté par le sang entre les deux hommes. On ne peut pas exclure que plusieurs des individus concernés soient coaffranchis. En revanche, les gentilices différents de la mère et de celui que sa position généalogique désigne comme son frère (*L. Tenatius Hermes*) ne doivent pas étonner dans la mesure où ils ont pu être affranchis par des patrons différents.

16) *CIL*, X, 4321, Capoue (*Capua, regio I*) : *C. Sabidius au<un=om>culus Paet[ij] || Cusia Hilma | mater | Paetus |⁵ filius.*

Triade de parents formée de l'oncle maternel, de la mère et du fils de cette dernière. On note le gentilice différent porté par le frère et la sœur qui peut indiquer qu'ils étaient issus de deux lits ou qu'il s'agissait d'affranchis qui n'avaient pas été libérés par le même patron. L'absence de filiation dans l'identité de ces deux personnes pourrait orienter sans certitude vers la seconde hypothèse, d'autant plus que le nom unique du fils laisse supposer qu'il pouvait être esclave. Pour éviter toute confusion liée au port de gentilices différents, *C. Sabidius* a vraisemblablement tenu à préciser son lien de parenté par le nom de son neveu. La mise en page suggère aussi des maladresses de composition, peut-être signes d'une gravure en plusieurs temps : la première ligne, pour laquelle le lapicide semble avoir manqué de place, est gravée sur le bandeau et le reste dans la niche qui abrite les portraits en pied d'une femme et d'un garçonnet tourné vers elle. On observe qu'une fois de plus, c'est par rapport à *Paetus*, fils et neveu des deux autres personnes mentionnées, que sont envisagées les relations de parenté.

Date : dernier tiers du I^{er} s. av. J.-C. (MANDER, 2013, 195, n° 156).

17) *CIL*, XI, 6575 (Rigato, 1999, 42-43 et photo, 51), Sarsina (*Sassina*, Ombrie *regio* VI) : *D. M. | C. Sabini Valeriani uixit | ann. XVII, m. VII, diebus XVI, | Sabinia Iustina mater et Sabi|⁵nius Victorinus au<u=o>nculus.*

Nouvelle attestation de la combinaison familiale neveu/fils, oncle maternel, sœur/mère. Les trois individus portent un gentilice identique, ce qui signifie soit que *Sabinia Iustina* a épousé un homonyme (les *Sabinii* sont bien représentés sur place : voir *CIL*, XI, 6577-6578), soit que son fils, pour lequel on n'a pas non plus mentionné la filiation, est né d'une union sans justes noces. La sœur et son frère sont vraisemblablement associés dans une autre inscription gravée sur un sarcophage de Sarsina (*CIL*, XI, 6576) aux côtés d'un probable frère de *Valerianus* (RIGATO, 1999, 43).

Date : II^{ème} s. apr. J.-C. d'après l'écriture.

18) *CIL*, XI, 7108, Pérouse (*Perusia*, Étrurie *regio* VII) : *Gaeticulae | {h}aue | d. M. | Cn. Postumi |⁵ Gaetulici qui | uix. ann. XIII, m. | II, d. VIII, pater et | mater et M. | Callidius Satu|rninus |¹⁰ auun|cul(us) fecerunt.*

L'oncle maternel du jeune défunt (et de sa sœur *Gaeticula* citée en tête de l'épithaphe ?⁴¹) a été associé au couple des parents. Les trois relations nécessaires à la reproduction de toute société fondée sur l'échange généralisé des femmes sont ici représentées : l'alliance avec la figure du père d'*Ego*, la germanité (avec le frère qui « donne » sa sœur en mariage) et la filiation par la naissance d'un enfant (ou deux) décédé prématurément.

Date : II^{ème} s. apr. J.-C.

19) *CIL*, III, 5626 = *ILLPRON*, 993, Mondsee (Norique) : *Nouelli Optati | patris o. an. LX | et Iul. Secundin|(a)e matri o. an. XL |⁵ et Secundino | Secundi au(u)n|culo o. an. LX | et Secundo | [...]*

Même configuration familiale que dans l'inscription précédente à la différence près que la perspective est envisagée du point de vue du

⁴¹ Frère et sœur peuvent porter le même *cognomen* : *AE*, 1993, 916 (Mérida).

fil/s/neveu ou de la fille/nièce. On ignore le lien de parenté qui unit le dédicant au quatrième défunt, un proche en tout cas comme l'indique le nom tiré du répertoire maternel. On a en tout cas attendu le dernier décès (on ne peut cependant rien conclure des âges, vraisemblablement arrondis) pour réaliser cette commémoration multiple (MATHIEU, 2011, 117, note 1) qui associe quatre parents que l'on tenait à mentionner côte à côte.

Date : I^{er} s. apr. J.-C. – 1^{ère} moitié du II^{ème} s.

20) *CIL*, III, 3363 = 10340 = *RIU*, 6, 1379 (ALFÖLDY, 2004, 29-30) Vereb (*Aquincum*, Pannonie Inférieure) : *D. M. || Sep. Con|stantino | q. uixit an. |⁵ XVI, Sep. Constan|tin(a)e q. | u. an.(?) XXXVI | matri | ei{f}i}us, Sep.|¹⁰ Vibius au(u)n|culus et her. | fa. cur. ex tes. | uolete o a<m=n>pli sorori | b{s}ene merenti |¹⁵ pos. || O. s. t. l.(?)*.

Comme dans l'inscription d'Oliva (n° 11), c'est l'oncle maternel qui s'est chargé de réaliser l'épithaphe à son neveu et à la mère de ce dernier, sa propre sœur. Le port par le défunt du même nom (et du même *cognomen*) que sa mère attire l'attention d'autant plus que l'oncle porte un nom différent (*Vibius*) de celui de sa sœur (*Septimia*). Cela oriente vers un coaffranchissement de la mère et de son fils ou de la naissance de *Constantinus* sans que de justes noces aient été conclues entre la mère et le père biologique (dont on ne peut exclure qu'il ait été le patron de la mère ou des deux). On a déjà relevé un scénario onomastique identique dans l'inscription de Barcelone (n° 12).

Date : au plus tôt probablement le III^{ème} s. apr. J.-C., d'après l'onomastique et le décor.

21) *AE*, 2005, 1475, Ballihsar, Pessinonte (Galatie) : *V(i)u(i) M. Lollius [M. f.] Mene(nia) | Montanus sibi et uxori | suae Babi et M. Lollio pa|tri et Lolliae matri sua[e] |⁵ et M. Lollio Aristoxse|no a(u) unculo suo*.

Énumération hiérarchisée de leur vivant de parents qui donne la préséance à l'épouse, puis aux parents et à l'oncle maternel selon un ordre déjà rencontré (n°s 18, 19, 26). Famille de néocitoyens ou d'affranchis.

Date : époque augustéenne, d'après l'onomastique, le support et la graphie de la l. 5 (*AE*).

22) *CIL*, VI, 1916, Rome : [M.] *Anicio Daphno...*[et | ---A]nicio M. f. *Daphnico sobr[ino et | A]pusceiae Promothiae sorori et | [A]pusceiae Doridi filiae et Apusceiae [M. l.]* |⁵ *Chryside et Corneliae Epictesi uxori ffecit M.] | Apusceius M. lib. Hermaphilus uiator q[ui] | Caesari-bus et consulibus et praetoribus | apparet sibi et libertis libertabusque suis poster[isq.] | eorum.*

Énumération en ordre croissant (des parents les plus éloignés aux plus proches) qu'on rencontre pour la première fois dans la série. Le lien de parenté du premier défunt a cependant disparu. Son gentilice, identique à celui qui suit, pourrait en faire un frère ou plutôt un père (le *cognomen Daphnicus* est dérivé de *Daphnus*). Si tel était le cas, ce serait la seconde fois que le beau-frère du dédicant est mentionné dans une suite de parents comprenant le couple *soror-sobrinus* (voir déjà n° 11 et n° 26 et peut-être n° 28). En revanche, la figure paternelle est relativement fréquente dans les inscriptions qui font apparaître le terme *auunculus* au sein de l'« atome de parenté » (n°s 5, 8, 15, 18, 19, 21, 23 et 26). Ce document confirme le goût des affranchis pour les commémorations multiples qui révèlent l'étroitesse des liens entre un frère et la famille de sa sœur (n°s 5, 8, 11, 12, 14, 15, 25, 26).

Date : I^{er}-II^{ème} s. apr. J.-C., d'après le formulaire et l'écriture.

23) *NSA*, 1949, 172 (Leiwo, 1994, 94) Naples (*Neapolis*, Latium et Campanie *regio I*) : *T. Plotidio L. f. patri, | Meuiæ Pac(ci) f. matri, | Plotidiae T. f. sorori, | T. Plotidius T. f. Silo suis et sibi et* |⁵ *C. Pontio C. f. Gallo sobrinus suo.*

Le formulaire est proche de celui de l'inscription n° 8. Ici, la mère du dédicant, qui porte un gentilice courant à Naples à la différence de *Plotidius*, a remplacé l'épouse. Mais de la même façon, le nom du *sobrinus* a été rejeté à la fin d'une énumération qui indique, une fois de plus (n° 12), que l'individu qui occupait la position de *sobrinus* était le fils de la sœur du dédicant, *Plotidius Silo*, qui s'est intercalé entre les deux, donc son neveu⁴². On peut aisément supposer que, comme son

⁴² Contrairement à ce qu'indiquait LEIWO, 1994, 94, qui faisait du *sobrinus* de l'épithète un cousin côté maternel (« *cousin on the mother's side* »). Si le rattachement

père, dont le nom est rare sur place, *Plotidia* avait fait souche à Naples en épousant un *Pontius* dont le *nomen* est bien attesté en Campanie et dont *Gallus* serait le rejeton. L'absence d'indication de l'âge peut suggérer que les individus mentionnés ne sont pas encore décédés, mais que l'on a décidé d'associer leur mémoire pour l'éternité.

Date : 20 av. J.-C. – 30 apr. J.-C., d'après l'écriture, le contexte archéologique et l'absence de *cognomen* à la première génération et encore chez la fille à la deuxième génération.

24) *CIL*, IX, 761 = Stelluti, 1997, 112-113, n° 32, Larino (*Larinum*, *Samnium regio IV*) : *D. M. s. | Oriens pub(licus), | Rhodio sob(ri)no*, | *[C]aluillae (?)* ⁵ *sor(ori) | frat(ribus) b. m. | animo lib. | p.. h. et ual.*

Nouvelle attestation de l'atome de parenté dans un milieu servile (n° 13). Le dédicant, un esclave public, réalise l'épithaphe de son neveu et de sa sœur. Il est probable que *Rhodium* était le fils de *Caluilla*. À la ligne 6, les lettres FRAT sont plus énigmatiques. Les éditeurs ont proposé le développement *frat(ribus)*. Faut-il y voir un terme familial générique, associant le neveu et la sœur et suggérant le compagnonnage servile ou le mot employé au pluriel renvoie-t-il à des frères, qu'ils aient été de sang ou de sociabilité (BRANCATO, 2005) ?

Date : milieu du I^{er} s. p. C., d'après la formule funéraire.

25) *CIL*, XI, 589, Forlimpopoli (*Forum Popilii*, Émilie *regio VIII*) : *[...]arlenae T. l., | [...]hediste matri, | [...]arlenae T. f., | [...]Prim(a)e sorori, |⁵ [...]jiae Cn. f. | [...]e sobrin(ae).*

Texte fragmentaire qui associe individus ingénus et affranchis. Par analogie avec d'autres inscriptions où apparaît l'« atome de parenté » (n° 26), on peut avancer l'hypothèse selon laquelle la première personne mentionnée serait l'épouse du dédicant resté anonyme, qui aurait ainsi précédé, dans la liste, la mère de ce dernier, puis sa sœur et sa nièce, selon un ordre d'énumération déjà rencontré.

du *sobrinus* à la branche maternelle est exact – mais l'auteur ne justifie pas son choix –, la mise en série de la documentation épigraphique ne fait plus de doute sur le sens de neveu affecté au terme.

Date : 2^{ème} moitié du I^{er} s. apr. J.-C., d'après le formulaire et le contexte archéologique.

26) Pais 1183 + 1182 ; *IAquil.*, I, 1049, Aquilée (*Aquileia*, Vénétie et Istrie *regio X*) : *M. Curius Sp. f. Marcellus u. f. sibi et Cotiae Q. f. uxori*, || *M. Curio Sp. f. patri*, | *Vediae Dionysiae* | *matri*, |⁵ *Curiae M. l. auiae*, || *M. Curio M. f. Marcello f.*, | *Curiae M. f. Marcellae f.* | *M. Curio M. f. Sabino f.* | *M. Curio Sp. f. Viatori fratri*, ||¹⁰ *Curiae Sp. f. Secundae* | *sorori*, | *Curiae M. f. Vestae sobrinae*, | *M. Curio Attico liber(to)*. || *Ossa* |¹⁵ *Curiae* | *M. f.* | *Marcellae*, || *M. Curius Sp. f. Marcellus u. f. sibi et Cotiae Q. f. uxori lib. libq. L. m. in fr. p. XVI in agr. p. XXV pro indiuisio*. || *L. Sarius L. l. Philinus u. [...]* |²⁰ *l. m.* | [...].

Commémoration multiple d'une famille d'origine affranchie comme le suggère la filiation *Spurius* fréquente chez les descendants d'affranchis, nés en l'absence de justes noces à la génération des parents. L'histoire familiale est cependant difficile à reconstituer. Si la grand-mère paternelle (l. 5) mentionne son statut d'affranchie, la filiation de son fils (*M. Curius Sp. f.* à la l. 2) établit son ingénuité. Comme dans le cas de *Q. Cornelius Sp. f. Secundus*, à l'origine de l'inscription n° 12, celui-ci a pu également naître d'une union non légalisée entre *Curia* et son patron qui aurait pu libérer la mère de son enfant avant la naissance de ce dernier. Cependant, la filiation du dédicant (l. 1) par l'emploi de la formule *Spurii f.* qui sous l'Empire est plutôt réservé aux enfants « illégitimes », comme celle du frère (l. 9) et de la sœur (l. 10), pose problème dans la mesure où leur père commun est connu et qu'il est ingénu (l. 2). Si leur mère n'était pas libre au moment de leur naissance (sa qualité probable d'affranchie se déduit de son absence de filiation), ils n'auraient pu afficher leur statut d'ingénus. *Curius* père aurait pu alors être un affranchi comme sa mère (l. 5). Dans ces conditions, il faut peut-être penser à une erreur dans la transcription de la filiation du père par analogie avec celle de ses enfants, mais l'inverse ne peut être non plus exclu. La litanie des parents se clôt avec la mention du binôme *soror-sobrina*. Le port par *Curia M. f. Vesta* (l. 12) d'un gentilice identique à celui de son oncle et de sa mère oriente vers un mariage endogamique au sein du cercle des coaffranchis ou des affranchis de la famille, à moins qu'il faille encore envisager une erreur du lapicide perdu dans la liste des noms de parents à faire figurer sur l'inscription. Pour le père de *Vesta*, on pourrait trouver un candidat crédible

en la personne du dernier individu mentionné (l. 13). Il s'agirait alors du troisième beau-frère évoqué dans ce type de commémoration multiple (n^{os} 11, 22) dont on aura ici omis de signaler le lien de parenté en raison de son statut d'affranchi du dédicant éventuellement. La liste, certainement composée du vivant au moins d'une partie des parents (l'énumération des enfants suit certainement l'ordre des naissances comme en 12), a été complétée par un ajout postérieur matérialisé dans l'*ordinatio* qui signale le décès de la fille du dédicant (l. 7).

Date : 1^{re} moitié du I^{er} s. apr. J.-C., d'après l'écriture et le contexte archéologique.

27) *CIL*, VIII, 6705 = *ILAlg.*, II, 1, 3563, El Kheneg (*Tiddis, Ciuitas Tidditanorum*, Numidie).

M. Lollio Senecioni patri, | *Graniae Honoratae matri*, | *L. Lollio Seni [ffr]at[ri]*, | *M. Lollio Honorato fratri*, |⁵ *P. Granio Paulo auonculo*, | *Q. Lollius Vrbicus praef. Vrbis* || *M. Lollio Senecioni patri*, | *Graniae Honoratae matri*, | *L. Lollio Seni [ffr]atr[i]*, |¹⁰ *M. Lollio Honorato [ffr]atri*, | *P. Granio Paulo auonculo*, | *Q. Lollius Vrbicus praef. Vrbis* || *P. Granio au[onculo]*, | *Q. Lollius Vrbicus praef. Vrbis*].

Les inscriptions de *Caldis* (*ILAlg.*, II, 1, 3446) et de *Tiddis* attestent les liens de cette famille avec la confédération cirtéenne : *Q. Lollius Vrbicus* est honoré comme patron dans les deux premières cités. Dans l'inscription de *Tiddis*, peut-être berceau des deux branches, la famille nucléaire côtoie la famille maternelle. Elle a été élevée à cinq membres de la famille du préfet du prétoire, *Q. Lollius Vrbicus* : son père, sa mère, ses deux frères et son oncle maternel. Elle a été gravée quatre fois aux quatre points cardinaux du tombeau familial de forme circulaire dont la base est encore visible. Exception faite de la mère, les autres éléments féminins familiaux (sœurs éventuelles, belles-sœurs, tante par alliance) n'ont pas été mentionnés. Il n'est donc pas certain que *P. Granius Paulus* ait dû sa place sur le mausolée familial à son célibat, sans qu'on puisse néanmoins faire l'économie de l'hypothèse. On a aussi avancé que *M. Lollius Honoratus*, le second frère cité, était peut-être l'aîné en raison du prénom *Marcus* hérité de son père et de son *cognomen Honoratus* qu'il devait tenir du côté maternel. Le surnom *Senis* de l'autre frère pouvait dériver du *cognomen* paternel *Senecio* qui a permis d'identifier un *fundus* patrimonial (BARONI, 2014, 390). Le recours au stock onomastique maternel, quand il est décelable, suggère

une honorabilité équivalente des deux branches, paternelle et maternelle (PFLAUM, 1978, 162-163, 173, 176-177). *Q. Lollius Urbicus* est considéré comme un *homo nouus*.

Date : milieu du II^{ème} s. apr. J.-C.

Annexe 4 : une probable attestation de l'« atome de parenté » par recoupement de positions généalogiques malgré l'absence de référence explicite à *auunculus* ou *sobrinus*.

28) *CIL*, VI, 20863 = *ILS*, 8389 (Laubry, 2007, 183, n° 6). Rome.
Dis Man[ibus] sac.] | Iunia L. f. Cele[rinae] matri et auia[e] ?], | Ti. (duo) Claudii Euschemus et Prim[itiuus], | Claudiae Quiane Euschemus sorori, |^s Primitiuus matri, | Euschemus consobrinae Samiariae Arethusa[e] ; | isdem corporibus tralatis perm. trib. pl. et | Tib. Claudius Epaphroditus tatae bene me. fecer. | et sibi et suis et libertis libertabus posterisque eorum.

Les deux dédicants se sont associés pour rendre hommage à des parents présentés comme communs (*Iunia L. f. Celerina*, si l'on se fie aux termes de parenté restitués par Th. Mommsen et *Claudia Quiane*) ou non (*Samiaria Arethusa*, seulement apparentée à *Euschemus* et *Tib. Claudius Epaphroditus*, de préférence le père – littéralement le « papa » – de *Primitiuus*). Dans les deux premiers cas, les termes de parenté employés, avec à chaque fois un décalage d'une génération (*mater/auia* ; *soror/mater*) désignent respectivement *Iunia L. f. Celerina* et *Claudia Quiane*, mais à des positions généalogiques différentes selon les points de vue. Ils font de *Ti. Claudius Euschemus* et de *Ti. Claudius Primitiuus* des parents collatéraux, le premier étant l'oncle maternel du second. Le port d'un même gentilice, qui plus est impérial, n'est pas un obstacle dans un contexte affranchi ou d'origine affranchie, qui concerne la plupart des individus mentionnés à l'exception de la première défunte. En outre, le quatrième défunt, *Tib. Claudius Epaphroditus*, dans lequel on préférera reconnaître le père de *Primitiuus* (en raison de l'utilisation d'un terme d'affection propre aux enfants (NIELSEN, 1989) plus conforme au vocabulaire du plus jeune des dédicants et du rythme apparemment binaire des dédicaces au sein de l'inscription) est titulaire des mêmes prénom et nom que son possible beau-frère *Euschemus*, ce qui suggère une situation de coaffranchissement ou d'endogamie déjà observée dans ce milieu. Dans la perspective de l'étude, il n'est pas

anecdotique de constater que ce sont l'oncle et le neveu qui ont pris l'initiative de réunir au sein d'une même sépulture des défunt(e)s qui leur étaient chères après plusieurs transports de corps comme l'indique la formule de la l. 7 (LAUBRY, 2007, 175) : leur mère et grand-mère probablement, leur mère et sœur, enfin une cousine germaine (*consobrina*) d'*Euschemus* que la position généalogique plus éloignée fait sortir du champ de la parenté *stricto sensu* (en tout cas celle couverte par la terminologie) de *Primitivus*. Au milieu de ces parents, dont certains ont déjà été rencontrés, comme la vraisemblable mère et grand-mère (n° 2) ou le beau-frère (n°s 11, 22 et 26) émerge l'« atome de parenté » dont les trois pôles sont identifiés : l'oncle et frère (*Ti. Claudius Euschemus*), la sœur et mère décédée (*Claudia Quiane*), le neveu et fils (*Ti. Claudius Primitivus*). Si le lien de filiation entre *Epaphroditus* et *Primitivus* était avéré, on tiendrait un nouvel exemple d'orphelin (ici de père et de mère en la personne de *Primitivus*) placé sous la protection de son oncle maternel.

Date : I^{er} – II^{ème} s. apr. J.-C. (SOLIN, 2003, 601).

ABRÉVIATIONS

AALR = Grupo Mérida (2003), - *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*, Mérida-Bordeaux.

AE = *L'Année épigraphique*, Paris, (1888-...).

BAH = *Boletín de la Real Academia de la Historia*, Madrid (1877-...).

CIL = *Corpus Inscriptionum Latinarum, consilio et auctoritate Academiae litterarum regiae Borussicae editum*, Berlin, (1863-...).

CILC = Sánchez Albala, J. J., Vinagre Nevado, D. (1998), *Corpus de inscripciones latinas de Coria*, Coria (Temas Caurienses, 1).

CILCCapera = Estebán Ortega, J. (2013), - *Corpus de inscripciones latinas de Cáceres*, III. Capera, Cáceres.

CILCNorba = Esteban Ortega, J. (2007), - *Corpus de inscripciones latinas de Cáceres*, I. Norba, Cáceres.

DECAR = Abascal Palazón, J. M., Ramallo Asensio, S. F. (1997), - *La ciudad de Carthago Nova : la documentación epigráfica*, vols 3¹ et 3², Murcie.

ERAE = García Iglesias, L. (1972), - *Epigrafía romana de Augusta Emerita* (tesis doctoral), Madrid.

ERAv = Hernando Sobrino, M^a del R. (2005), - *Epigrafía Romana de Ávila*, Bordeaux-Madrid (Ausonius).

ERBeira = Ferreira, A. P. R. (2004), - *Epigrafía romana funerária da Beira Interior : inovação ou continuidade ?*, Lisbonne.

- ERBC* = Canto, A. M. (1997), *Epigrafía romana de la Beturia Céltica*, Madrid (Col. De estudios, 54).
- ERLara* = Abásolo Álvarez, J. A. (1974), - *Epigrafía romana de la región de Lara de los Infantes*, Burgos.
- FE* = *Ficheiro epigráfico*, Coïmbre, (1982-...).
- ILAlg.*, II, 1 = Pflaum, H.-G. et alii (1957), - *Inscriptions de la confédération cirtéenne, de Cuicul et de la tribu des Suburbures*. 1. Rusicade et région de Rusicade, Cirta, Castellum Celtianum, Caldis, Castellum Tidditanorum, Paris.
- IAquil.* = Brusin, J. B. (1991-1993), - *Inscriptiones Aquileiae*, Udine, 3 vol.
- ILER* = Vives, J. (1971), - *Inscripciones latinas de la España romana. Antología de 6800 textos*, Barcelone.
- ILLPRON* = Hainzmann, M., Schubert, P. éd. (1986), - *Inscriptionum Lapidarum Latinarum Provinciae Norici usque ad annum MCMLXXXIV repertarum indices*, Berlin.
- IRC* = Fabre, G., Mayer, M., Rodà, I. (1984-...), - *Inscriptions romaines de Catalogne*, Paris, Bordeaux, puis Barcelone.
- IRCP* = Encarnação, J. d' (1984), - *Inscrições romanas do conuentus Pacensis*, Coïmbre.
- IRPL* = Diego Santos, F. (1986), - *Inscripciones romanas de la provincia de León*, León.
- IRPToledo* = Abascal, J. M., Alföldy, G. (2015), - *Inscripciones romanas de la provincia de Toledo (siglos I-III)*, Madrid, (Bibliotheca Archaeologica, 42).
- JRS* = *Journal of Roman Studies*, Londres (1911-...).
- MCV* = *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Nouvelle série, Madrid, (2003-...).
- NPILH* = Abascal Palazón, J. M. (1994), - *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Madrid.
- NSA* = *Notizie degli Scavi di Antichità*, Milan (1877-...).
- Pais* = Pais, E. (1884), *Corporis inscriptionum Latinarum supplementa Italica*, Rome.
- RIU*, 6 = Fitz, J., Mócsy, A., Soproni, S. (2001), *Die römischen Inschriften Ungarns. Das Territorium von Aquincum, die Civitas Eraviscorum und die Limesstrecke Matrica-Annamatia und das Territorium i Gorsium*, 6, Bonn.
- SEBarc* = *Sylloge Epigraphica Barcinonensis*, Barcelone, (1994-...).

BIBLIOGRAPHIE

- ALARCÃO, J. de, Gorges, J.-G., Mantas, V., Salinas de Frías, M., Sillières, P., Tranoy, A. (1990) - Appendice. Propositions pour un nouveau tracé des limites anciennes de la Lusitanie romaine, dans : *Les villes de Lusitanie romaine : hiérarchies et territoires (Table ronde internationale du CNRS – Talence, 8-9 décembre 1990)*, Bordeaux, p. 319-329.
- ALBERTOS FIRMAT, M^aL. (1976) - La antroponimia prerromana en la Península Ibérica, dans : Jordá, de Hoz, Michelena (éd.), *Actas del I coloquio sobre lenguas y*

- culturās prerromanas de la península ibérica (Salamanca, 1974)*, Salamanca, p. 57-86.
- ALBERTOS FIRMAT, M^a L. (1977) - La mujer hispanorromana a través de la epigrafía, dans *Homenaje a García y Bellido. Revista de la Universidad Complutense*, 26, 109, juillet-septembre, Madrid, p. 179-198.
- ALFÖLDY, G. (2004) - *Epigraphica pannonica* III, Specimina nova universitatis quinqueecclesiensis de Iano Pannonio nominatae, 18, p. 1-48.
- ARMANI, S. (2002) - *Relations familiales et sociales en Hispanie sous le Haut-Empire : étude épigraphique*, thèse sous la dir. de P. Le Roux, université de Rennes 2, 2 vol.
- ARMANI, S. (2008) - Un *sobrinus* chez des Carthaginois de Barcelone : influence locale ?, dans : González, Ruggeri, Vismara, Zucca (éd.), *L'Africa romana*, 17. *Le ricchezze dell'Africa. Risorse, produzioni, scambi*, p. 1247-1262.
- ARMANI, S. (2009) - Relations familiales et sociales dans une inscription d'Oliva (*HEp*, 5, 809), *MCV*, 39 (1), p. 175-193.
- ARMANI, S. (2012) - Nieces and Nephews : An Epigraphic Approach, dans Harlow, Larsson Lovén (éd.), *Families in the Roman and Late Antique World*, Londres, Continuum, p. 85-110.
- ARMANI, S. (2018) - Un nouveau « *sobrinus* », *Bulletin de la Société nationale des Antiquaires de France*, 2015, p. 286-290.
- BAILARIM, S. (2013) - Estela funerária romana de Cabeça Boa (Torre de Moncorvo), *FE*, 112, n° 484.
- BARONI, A.-F. (2014) - Les propriétés foncières sénatoriales en Numidie sous le Haut-Empire, dans : Caldelli, Gregori (éd.), *Epigrafia e ordine senatorio, 30 anni dopo*, Rome, p. 387-403.
- BETTINI, M. (1994) - De la terminologie romaine des cousins, dans : Bonte (dir.), *Épouser au plus proche. Inceste, prohibitions et stratégies matrimoniales autour de la Méditerranée*, Paris, p. 221-239.
- BRANCATO, N. G. (2005) - *Fratres aut aliud ? L'uso epigrafico del termine*, *Folium. Miscellanea di Scienze Umane a cura dell'Accademia in Europa di Studi Superiori Artecom*, VII. 1.
- CANTARELLI, F., Gautier di Confengo, E. (2012) - *La collezione epigrafica Fusconi (Roma, secoli XVI-XVIII)*, Soveria Mannelli : Rubbettino.
- CURCHIN, L. A. (2010) [2014] - "Petra" or "Petracius" ? An Anthropomorphic Funerary Cippus from *Augusta Emerita*, *Anas*, 23, p. 27-36.
- EDMONDSON, J. (2002-2003) - Family Life within Slave Households at *Augusta Emerita* : the Epitaph of the *Cordii*, *Anas*, 15-16, p. 201-238.
- EDMONDSON, J. (2005) - Family Relations in Roman Lusitania : Social Change in a Roman Province ?, dans : George (éd.), *The Roman Family in the Empire : Rome, Italy and Beyond*, Oxford, p. 183-229.
- ÉTIENNE, R. (1993) - Sociabilité et hiérarchie urbaine dans la péninsule Ibérique romaine impériale, dans : *Ciudad y comunidad cívica en Hispania (siglos II y III d. C.)*. *Cité et communauté civique en Hispania. Actes du colloque (Madrid, 25-27 janvier 1990)*, Madrid, pp. 85-91.

- GALLEGO FRANCO, H. (2013) - Una aproximación al núcleo familiar hispanorromano desde las fuentes epigráficas del territorio castellano-leonés, dans *Debita verba*, 2. *Estudios en homenaje al profesor Julio Mangas Manjarrés*, pp. 203-220.
- GARCÍA MARTÍNEZ, S. M^a, Le Roux, P. (1996) - Un nuevo testimonio sobre *Celticum Flaviium* en *Asturica Augusta* (Astorga, Léon), *Conimbriga*, 35, p. 59-67.
- GONZÁLEZ, M^a C., Santos, J. éd. (1994) - *Las estructuras sociales indígenas del norte de la península ibérica*, Vitoria-Gasteiz (Revisiones de Historia Antigua, I).
- HARDERS, A.-C. (2008) - Suavissima Soror. *Untersuchungen zu den Bruder-Schwester-Beziehungen in der römischen Republik*, Munich (Vestigia, 60).
- HARDERS, A.-C. (2010) - Roman Patchwork Families : Surrogate Parenting, Socialization and the Shaping of Tradition, dans : Dasen, Späth (éd.), *Children, Memory and Family Identity in Roman Culture*, Oxford University Presse, p. 49-72.
- LAUBRY, N. (2007) - Le transfert des corps dans l'empire romain. Problèmes d'épigraphie, de religion et de droit romain, *MEFRA*, 119-1, p. 149-188.
- LEIWO, M. (1994) - Neapolitana. *A Study of Population and Language in Graeco-Roman Naples*, Helsinki (Commentationes Humanarum Litterarum, 102).
- LE ROUX, P. (1996) - Droit latin et municipalisation en Lusitanie sous l'Empire, dans : Ortiz de Urbina, Santos (éd.), *Teoría y práctica del ordenamiento municipal en Hispania*, Vitoria-Gasteiz, (Revisiones de Historia Antigua, II), p. 239-253.
- LE ROUX, P. (2010) - *La péninsule Ibérique aux époques romaines (fin du IIIe s. av. n. è. – début du VIe s. de n. è.)*, Paris (A. Colin).
- LE ROUX, P. (2013) - Inscriptions funéraires et historiographie régionale, *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património (Universidade do Porto). Homenagem a Armando Coelho Ferreira da Silva*, 12, p. 167-180.
- LE ROUX, P. (2017) - Les inscriptions et l'histoire provinciale de la Lusitanie : un bilan, dans : Nogales Basarrate (éd.), *Lusitania Romana : del pasado al presente de la investigación, IX Mesa Redonda Internacional de Lusitania*, Mérida, p. 23-45.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1958) - *Anthropologie structurale*, Paris.
- MATHIEU, N. (2011) - *L'Épitaphe et la mémoire. Parenté et identité sociale dans les Gaules et Germanies romaines*, Presses Universitaires de Rennes.
- MANDER, J. (2013), - *Portraits of Children on Roman Funerary Monuments*, Cambridge University Press.
- NAVARRO CABALLERO, M. (2009) - Mito y realidad de la denominación de la mujeres indígenas : precisiones en la Lusitania romana, dans : Gorges, Encarnação, Nogales Basarrate, Carvalho (éd.), *Lusitânia romana entre o mito e a realidade. Actas da VI Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana*, Cascais, p. 451-480.
- NIELSEN, H. S. (1989) - On the Use of the Terms of Relation "Mama" and "Tata" in the Epitaphs of *CIL VI, Classica and Mediaevalia*, 40, p. 191-223.
- PFLAUM, H.-G. (1978) - *Afrique romaine*, Paris.
- RANILLA, M. éd. (2016) - *Historia de una excavación horizontal. El hallazgo y la extracción de material lapidario en la murralla de Léon*, Léon.

- REDENTOR, A. (2002) - *Epigrafia romana da região de Bragança*, Lisbonne : Instituto Português de Arqueologia, 2002.
- RIGATO, D. (1999) - Pietre sparse nell'antico territorio sarsinate, *Atti e memorie della Deputazione di storia patria per le province di Romagna*, 50, p. 36-52.
- SALLER, R. P., Shaw, B. D. (1984) - Tombstones and Roman Family Relations in the Principate : Civilians, Soldiers and Slaves, *JRS*, 74, p. 124-156.
- SANTOS, M. J. C. (2010) - Incrições rupestres do Norte de Portugal : novos dados e problemática, *SEBarc*, 8, p. 123-152.
- SOLIN, H. (2003) - *Die griechischen Personennamen in Rom. Ein Namenbuch*. II, 1, Berlin-New-York, 3 vol. (*CIL Auctarium*, Series nova, 2).
- STELLUTI, N. (1997) - *Epigrafia di Larino e della Bassa Frentania, I*, Campobasso.
- TRANOY, A. (1981) - *La Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*, Paris.



FIG. 1 – *La stèle de Cabeça Boa.*

(Página deixada propositadamente em branco)

GONÇALO DE CARVALHO AMARO¹

Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa.

<https://orcid.org/0000-0003-0075-2117>

amarogoncalo@gmail.com

MUSEUS, OBJETOS ARQUEOLÓGICOS E COMUNIDADES
INDÍGENAS: AINDA HÁ UMA LUZ AO FUNDO DO TÚNEL

MUSEUMS, ARCHAEOLOGICAL OBJECTS AND INDIGENOUS
COMMUNITIES: THERE IS STILL A LIGHT AT THE END
OF THE TUNNEL

“Conimbriga” LVIII (2019) p. 367-397

https://doi.org/10.14195/1647-8657_58_11

RESUMO: Na América Latina tem existido, nos últimos tempos, uma maior preocupação pela integração das comunidades locais nas decisões sobre o modo como estas devem ser representadas em museus. Este processo tem-se notado sobretudo com as comunidades indígenas, mudando claramente os paradigmas ocidentais sobre como expor a cultura material do passado e na representação de povos com diferente matriz cultural. Com este texto pretendemos apresentar duas exposições recentes realizadas em Santiago do Chile sobre a cultura mapuche, debatendo as estratégias usadas pelos seus curadores para mostrar os objetos dessa comunidade indígena e também a complexa relação da museologia com o património arqueológico.

¹ Investigador no Projeto Horizon 2020 (Portuguese Partner DGPC): Museums and Community; Concepts Experiences and Sustainability in Europe, Latin America and the Caribbean – ICOM EU-LAC MUSEUMS, Grant Agreement 693669.

PALAVRAS-CHAVE: Objetos arqueológicos mapuche; museologia indígena; cultura material; representação do passado.

ABSTRACT: Lately, in Latin America, there has been a greater concern for the integration of local communities in the decisions about how they should be represented in museums. This process has been noted mainly with indigenous communities, clearly changing the Western paradigms on how to expose material culture of the past and on the representation of people with a different cultural matrix. With this text we intend to present two recent exhibitions held in Santiago de Chile about Mapuche culture, debating the strategies used by the curators to show the objects of this indigenous community and the complex relationship between museums and archeological heritage.

KEYWORDS: Mapuche archaeological objects; indigenous museology; material culture; representation of the past.

MUSEUS, OBJETOS ARQUEOLÓGICOS E COMUNIDADES INDÍGENAS: AINDA HÁ UMA LUZ AO FUNDO DO TÚNEL

Fundamentalmente dialéctico, el museo sirve a la vez como cámara sepulcral del pasado – con todo lo que ello implica de deterioro, erosión y olvido – y como sede de posibles resurrecciones, bien que mediatizadas y contaminadas, a los ojos del contemplador. Por mucho que el museo, consciente o inconscientemente, produzca y afirme el orden simbólico, hay siempre un excedente de significado que sobrepasa las fronteras ideológicas establecidas, abriendo espacios a la reflexión y la memoria antihegemónicas.

(HUYSEN 2002, 45)

Introdução

Nos últimos tempos, a representação das comunidades indígenas em museus tem sido tema de debate, conflito e até de reestruturação dos próprios museus (KARP & LAVINE eds. 1991; EDWARDS *et al.* 2006; Stanley ed. 2007; ONCIUL, ed. 2015). Trata-se de um processo que está intimamente ligado com os sistemas de colonização e a forma como essas comunidades – sobretudo as dos continentes africano, americano e do subcontinente australiano – foram dominadas, aculturadas e espoliadas do seu património.

Foi sobretudo a partir dos anos 80 que os estudos críticos pós-coloniais (FANON 2017; SAID 2004; MIGNOLO, 2003) começaram a ter impacto nos museus etnográficos e arqueológicos. As comunidades indígenas passam a ser vistas de outra forma. No continente americano dá-se uma espécie de “retorno ao indigenismo” (AMSELLE 2010), atra-

vés do qual os povos originários² começam a ser valorizados e inclusivamente considerados pela opinião pública e também pela indústria cinematográfica, passando de vilões a vítimas, como se pode constatar, por exemplo, em filmes de grande êxito, como: *A Missão* (1986), *Danças com Lobos* (1990) e *O Último dos Moicanos* (1992).

Coincidindo com esse período, os movimentos indigenistas ganham também uma dimensão política, particularmente na América Latina, onde pela primeira vez, devido à globalização, os estados-nação começavam a ser questionados (BENGOA 2000; MARTÍ I PUIG 2007). Desta forma, os estudos do património e os museus em particular – instituições muito ligadas a uma visão nacionalista e positivista do património e do conceito de estado-nação moderno (POULOT 2005) – passaram a ter um papel fundamental nas dinâmicas atuais das sociedades contemporâneas de tendência globalizada e multicultural. Os museus tornam-se, assim, espaços para a diversidade cultural (MACDONALD 2003), contribuindo ativamente para a sua difusão (WITCOMB 2003). Este entendimento levou a que as comunidades indígenas comesçassem gradualmente a exigir participar nos processos de musealização de aspetos referentes à sua cultura (PEERS & BROWN ed. 2003; COOPER 2008; CLIFFORD 2013), nomeadamente a intervir em certos museus históricos e a criar os seus próprios museus comunitários (que mostram a sua continuidade viva no presente).

No quadro de uma perspetiva de análise da representação da cultura material das comunidades indígenas em museus pretendemos, no âmbito deste artigo, analisar duas exposições recentes apresentadas em Santiago do Chile: *Wenu Pelon* e *Nuestros Pueblos Originários*, dedicadas, sobretudo, à cultura mapuche³. Ambas apresentam dinâmicas expositivas que se podem enquadrar numa perspetiva próxima do conceito de *appropriate museology*⁴ usado por Christina Kreps (2008 e

² Denominação usada na generalidade dos países latino-americanos, seguindo o termo inglês de *First Nations*.

³ A palavra mapuche é utilizada tanto para o singular como plural, como é utilizada na construção frásica em castelhano, na qual é usada tanto para *el mapuche* como *los mapuche*. A justificação assenta no facto de que a construção da palavra em si em mapudungun já indica pluralidade: *mapu* (terra) e *che* (gente).

⁴ O conceito de *appropriate museology* (museologia apropriada ou museologia intermédia em português) de Kreps inspira-se na proposta de Ernst F. Schumacher (2001) de uma tecnologia apropriada ou intermédia, na qual o economista alemão

2015), segundo o qual as abordagens para o desenvolvimento do museu – num contexto indígena – devem ser adaptadas aos contextos culturais locais e às condicionantes socioeconómicas (KREPS 2015, 6). Uma perspetiva interessante e que será debatida no âmbito da relação entre museus e a representação do património arqueológico e etnográfico.

As comunidades indígenas nos museus chilenos

Durante muito tempo, os povos originários do Chile apresentavam uma baixa representatividade nos museus chilenos. Desde finais do século XIX até há poucas décadas atrás que se seguia, no país, a proposta de museu civilizador: à semelhança do que acontecia na Europa e nos Estados Unidos da América. Os museus desse período caracterizam-se essencialmente por serem espaços de doutrinação, usados pelos estados-nação modernos como um meio para expor tanto o poder (material) da sua história (LORD 2006), como a sua superioridade e expansão imperial sobre outros povos; esta última era manifestada através da exibição, em solo europeu, de objetos provenientes de várias partes do mundo representativos de várias culturas (GOSDEN & KNOWLES 2001; ADAMS 2010). Os novos estados americanos seguiram este modelo, implementando museus de carácter nacional nos quais se tentava recriar a nação a partir de uma perspetiva eurocêntrica. Por esse motivo, a maioria dos estados do continente americano teve algumas dificuldades em enquadrar o património dos seus povos originários. Estes acabaram por ser compreendidos pelos novos estados americanos através de uma política de segmentação que colocava, de um lado, as comunidades autóctones, integradas no âmbito da antropologia e relegados para os museus de história natural e, do outro, os descendentes de europeus, representados nos museus de história e de arte (TRIGGER 1978, 38-39).

No Chile verificou-se uma política museológica que seguia os modelos norte-americanos e europeus. Logo após a construção de um museu nacional (hoje conhecido como Museo Nacional de Historia Natural) na Quinta Normal em finais do século XIX, a política do seu

propõe uma tecnologia que seja adequada ao contexto específico de cada comunidade e pensada para o desenvolvimento das comunidades do terceiro mundo, desenhada para ter especial atenção aos aspetos meio-ambientais, éticos, culturais, sociais e económicos da comunidade a que se dirige.

diretor, Federico Philippi, foi a de trazer coleções de outras partes do mundo, alterando completamente a “tradição” que vinha desde as recolhas de Claudio Gay na década de 30, com o fim de criar um museu nacional composto maioritariamente por coleções nativas (SCHELL 2001, 46; GIL 2016, 85). Nesta linha, destaca-se ainda o êxito da exposição do período colonial (*Exposición del Coloniaje*, em 1873, que se baseou em objetos procedentes de coleções privadas e que, mais tarde (1886) foram doadas ao Museo Histórico de Santa Lucía (URIZAR 2012, 220). Estes dois casos exemplificam a entrada do Chile na dinâmica dos museus da modernidade controlados e definidos politicamente pelo Estado (FABA 2015). No que diz respeito à representação museográfica dos indígenas, a prática corrente – à semelhança do que era seguido pelos países a norte do continente – era a de lhes atribuir uma “posição” não humana, enquadrando-os num contexto de elemento de história natural (ALEGRÍA *et al.*, 2009).

Nos últimos tempos, sobretudo após o regresso da democracia, na década de 90, tem existido, no Chile, uma maior preocupação em criar uma museografia mais inclusiva e de acordo com os direitos das comunidades indígenas do país. No ano de 1993 é reconhecido pela primeira vez, através da Lei 19.253, a existência de sete etnias indígenas no território chileno, sendo igualmente criados meios para a preservação da sua cultura. Mais tarde, em 2001, foi criada a Comissão da Verdade Histórica e Novo Tratamento com os Povos Indígenas, formada por um grupo de dirigentes indígenas e vários especialistas (antropólogos, arqueólogos, historiadores, geógrafos e outros cientistas sociais), dirigidos nessa data por Patricio Aylwin, primeiro Presidente da República após a Ditadura Militar. Por último, em 2008, o Chile finalmente subscreeve o Convénio 169 de Povos Indígenas e Tribais da OIT.

No que diz respeito aos museus, desde 2005 que o Museo Histórico Nacional passou a incluir uma pequena sala – com artefactos provenientes do Museo Nacional de Historia Nacional – dedicada precisamente aos primeiros habitantes do território chileno. No âmbito do programa bicentenário de melhoramento de museus da Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos (DIBAM), o Museo Mapuche de Cañete foi um dos beneficiários, reabrindo em 2010 com uma proposta museográfica inovadora das suas coleções que promove a participação das próprias comunidades mapuche nas decisões museográficas do museu. Em 2012, o Centro Cultural de La Moneda realizou também uma importante exposição sobre a cultura material das comunidades indíge-

nas que habitaram e habitam no atual território chileno. Esta exposição, denominada *Chile 15 mil años*, acabou, mais tarde, por passar a exposição permanente num novo espaço criado para o efeito – e dedicado aos povos originários do Chile – no Museo Chileno de Arte Precolombino, inaugurado em 2014. Outro aspeto relevante, ainda que fora desta lógica cronológica, relaciona-se com o surgimento de uma certa consciência indígena pelos direitos da sua cultura material e, em particular, pelo culto dos seus antepassados, à semelhança do que tem acontecido a norte do continente americano (BRAY 2001). No caso chileno, a situação mais conhecida e relacionada com os museus ocorre em 2007, quando o museu Gustav Le Paige, localizado na região de Atacama, devido a pressões das comunidades indígenas locais, se viu obrigado a retirar as múmias que tinha em exposição (AYALA 2008).

É neste contexto de mudança em relação às comunidades indígenas experienciado no Chile que se encontram as duas exposições que pretendemos analisar; ainda que certos museus, como o Museo Histórico Nacional ou o Museo Nacional de Historia Natural – de grande relevância devido ao nível elevado de visitantes – continuem a mostrar essas comunidades numa clara postura de inferioridade social e atraso civilizacional (CROW 2009, 112-113), no caso do primeiro, e de sub-humanidade, representadas nas mesmas vitrinas que a fauna e a flora nativas (ALEGRÍA *et al.* 2009; GIL 2016, 91), no caso do segundo.

As exposições escolhidas, *Wenu Pelon* e *Nuestros Pueblos Originários*, encontram-se em espaços expositivos relativamente pequenos, entre os 175 e os 120 m², e foram as duas inauguradas no ano de 2015, a primeira com um sentido de ser temporária (apesar de ainda hoje estar em exposição), e a segunda, de ser permanente. Contudo, o aspeto que mais nos interessa analisar assenta no facto de serem duas exposições que retratam a cultura material mapuche. E esse aspeto pareceu-nos fundamental, uma vez que se trata de uma comunidade com a qual já tínhamos trabalhado anteriormente (CARVALHO AMARO & GARCÍA ROSELLÓ 2012 e 2013), mas sobretudo porque os mapuche são a comunidade indígena com a qual existe uma maior associação ao atual território chileno, tanto do ponto de vista nacional como internacional. Trata-se do povo indígena maioritário no país, representando, segundo dados de 2015, cerca de 84% de toda a população indígena nacional (Informe de Desarrollo Social 2017, 94), estando concentrados principalmente entre a região da Araucanía e Los Ríos – a sua área histórica – e na região metropolitana (RIBOTTA, 2010, 12-18).

Caso 1: Wenu Pelon

A exposição *Wenu Pelon* (Portal de Luz) está em exibição desde 2015 no Museo Arqueológico de Santiago. Este museu existe juridicamente desde 1981 com o fim de albergar a “famosa” coleção de arqueologia chilena que durante os anos 70, patrocinada pelo Ministério de Relações Exteriores do País, percorreu o mundo com a exposição *Chile Indígena*. Esta coleção, de cerca de três mil peças dos vários povos originários que habitaram e habitam o Chile (sobretudo atacamenhos, aimarás, mapuche e rapanui), foi parcialmente trasladada, em 2011, para o Museo Chileno de Arte Precolombino por forma a integrar uma grande exposição de carácter permanente denominada *Chile antes de Chile*, que já tínhamos referido anteriormente.

A opção atual do museu recaiu na realização de uma exposição de objetos representativos da cultura material mapuche, com uma proposta museográfica realizada por Francisco Huichaqueo, um artista da respetiva comunidade. Apesar de manter o nome de Museo Arqueológico de Santiago, o museu tem perdido gradualmente essa função: desde 2005 que passou a estar afeto ao Museo de Artes Visuales, passando em 2014, com o fim da exposição *Chile Ancestral*, a ser apenas representado por uma pequena sala de 175 m², onde se instalou precisamente *Wenu Pelon*, com objetos mapuche que estavam nas reservas do Museo de Arte Precolombino. De facto, chega até a ser contraditório o uso do termo museu arqueológico (FIGURA 1), quando a atual exposição pretende ser uma espécie de crítica a essa função. O curador Francisco Huichaqueo quis efetivamente ser transgressor e que a voz do mapuche fosse a única protagonista, num espaço onde os objetos são utilizados não como fontes de informação em si (perspetiva arqueológica) mas como ferramentas para transmitir o sublime e o efêmero da sensação de transferência entre os campos terrenal e espiritual. O curador do museu com este tipo de exposição, assente numa argumentação sensorial, rompe com os esquemas crono-lineares e apresenta-nos a unicidade do tempo passado e presente por meio da experiência e da interpretação individual.

O conceito da exposição centra-se no corte com as categorias tradicionais, que vêem os mapuche como um povo do passado, um povo de conflito, e a sua cultura material como objeto de estudo. Ambiciona recrear a comunidade a partir da mesma e não da visão que os outros têm ou fazem dela. O nome *Wenu Pelon*, que em mapudungun significa

Portal de Luz, pretende, na nossa opinião, dar essa noção de viagem temporal para uma nova dimensão que supera a separação ocidental entre passado e presente. O modo peculiar como as peças estão expostas dá essa ideia de viagem, de circulação (FIGURA 2), afastando-se dos cânones presentes nos museus arqueológicos ou etnográficos, que tendem a agrupar os objetos por características formais, materiais ou estéticas. Este aspeto está bem presente nas palavras de Francisco Huichaqueo sobre a exposição.

Los objetos salen de nuestros campos, de nuestras casas, son de uso diario, pero también son nuestros objetos ceremoniales. Se dirigen ahora por el espacio hacia (...) el portal de luz. Sacudiéndose el polvo dejan atrás las gavetas de conservación, las etiquetas de catalogación desaparecen (HUICHAQUEO 2015).

Huichaqueo critica, na própria exposição, os critérios utilizados pela museologia tradicional para representar os objetos do passado. Fá-lo apresentando ao visitante uma forte experiência sensorial que entrelaça objetos patrimoniais com ferramentas audiovisuais, pretendendo, portanto, promover o entendimento da cosmovisão mapuche enquanto sujeito tanto de passado como de presente. Para isso, anima os objetos com imagens e filmes que são projetados nas próprias peças (FIGURA 3), como que a dizer: «no somos objetos de museo, somos una cultura viva» (idem, *ibidem*). Huinchaqueo insistiu neste aspeto transgressor na apresentação da exposição⁵. Pretendendo mostrar uma visão e perspectiva cultural que tem estado ausente do país e em particular da cidade de Santiago, no entanto, insiste que não se trata de uma exibição de arte contemporânea nem de uma performance, mas sim de uma demonstração de espiritualidade e força cultural, um lugar de sanação e uma ligação direta à essência do povo mapuche. Este aspeto reivindicativo e simbólico está bem patenteado nos quatro vídeos, nos quais o autor, em dois deles, documenta as reivindicações pelas terras expropriadas ao povo mapuche e, nos outros dois, representa os sonhos da mitografia mapuche e a relação do artesanato com a poesia.

⁵ A apresentação pública da exposição está disponível em vídeo *online*: <http://hemisphericinstitute.org/excentrico/pt-br/436/francisco-huichaqueo-3/>. [Em linha], consulta a 9 de Janeiro de 2018.

Apesar de *Wenu Pelon* ter um discurso abertamente contra a arqueologia, a exposição foi bem recebida pelos arqueólogos. Carlos Aldunate, diretor do Museo Chileno de Arte Precolombino, que cedeu as peças para a exposição, refere, em entrevista à rádio Universidad de Chile, que este é um modelo que pretende replicar quando realizarem novas exposições sobre as culturas dos povos originários do Chile: «en que ya no sean otros los que hablan, sino que sean ellos mismos los que manifiesten sus propios saberes y hablen de su propia historia»⁶.

Caso 2: Nuestros Pueblos Originários

Ao contrário da anterior, a exposição *Nuestros Pueblos Originários* tem um contexto diferente, pois trata-se de uma exibição feita por académicos: uma antropóloga (Margarita Alvarado) e um arqueólogo (Francisco Gallardo), especialistas em estética e arte mapuche, no caso da primeira, e em cultura material pré-hispânica, no caso do segundo. A esta especificidade deveremos juntar outra não menos importante, que diz respeito ao facto de a coleção apresentada pertencer a uma doação de Gastón Soublette Asmunssen, figura ímpar da cultura chilena – hoje com 90 anos –, um dos professores mais emblemáticos da Faculdade de Artes da Pontificia Universidad Católica, sendo também um dos intelectuais chilenos mais próximo da cultura mapuche, que, desde cedo, se interessou por estudar (FLORES 2015, 8). Este aspeto não é de menor importância, pois, por desejo de Soublette, a sua coleção de peças indígenas deveria ficar na Faculdade de Artes (cursos de arte, teatro e música) da Pontificia Universidad Católica (FIGURA 4).

Tendo em conta este contexto e as condicionantes apresentadas – integrar uma coleção, tornando-a visitável e com entrada livre, no interior de uma universidade – foi decidido dar à coleção um contexto de “aula”, atribuindo-lhe um carácter didático, por forma a “complementar” o ensino oferecido na Faculdade de Artes. Trata-se assim de uma exposição que é também uma sala de aula com características próprias e específicas, integrada na referida faculdade.

⁶ Entrevista Radio Universidad de Chile <http://radio.uchile.cl/2016/07/28/presentan-primer-exposicion-de-plateria-mapuche-tradicional/>. [Em linha], consulta a 9 de Janeiro 2018.

Se propuso entonces una línea curatorial llamada Aula de Arte “Nuestros pueblos originarios” una visión que trascendiera los aspectos histórico-cronológicos de los objetos, poniendo el acento en las particularidades plásticas y visuales de la arcilla, la fibra textil, la piedra, la madera y el metal. Se aplicó el concepto de “aula” como una forma de connotar y definir un espacio donde se concretan actos de enseñanza, didáctica y transmisión del conocimiento (ALVARADO *et al.* 2016, 12).

Existe uma tendência para destacar as características essencialmente artísticas em detrimento da perspectiva arqueológica ou histórica, à semelhança das tendências estéticas utilizadas em grandes museus etnográficos, como no Quai Branly, ainda que exista uma preocupação dos curadores em conjugar esse efeito de “aula de arte” com uma proposta de introdução à vida quotidiana e simbólica dos povos originários, em particular da cultura mapuche. Seguem-se então dois conceitos que permitem, nas palavras dos seus curadores, compreender esta exposição. O primeiro propõe um novo entendimento sobre o património indígena, dado que o seu manuseamento, posse e exibição são na atualidade um “território em disputa” entre vários agentes (comunidades, políticas locais, políticas nacionais, etc.); nesse sentido, fundamentou-se um processo de patrimonialização seguindo uma linha educativa que favorece e potencia: «narrativas y espacios de inclusión y de intercambio cultural, posicionando identidades e interculturalidades en un ámbito académico y universitario» (ALVARADO *et al.* 2015, 13). O segundo conceito relaciona os artefactos com a cultura material, isto é, os significados que os próprios artesãos deram aos objetos e, portanto, os mesmos podem ser considerados como expressões palpáveis relacionadas com a vida social, estética e simbólica «de una etnia o pueblo constituyendo la “sustancia” de la cultura, adquiriendo diversas connotaciones» (idem, *ibidem*).

Apesar das condicionantes da localização e do espaço (a sala tem cerca de 120 m²), podemos depreender que existiu um esforço em enquadrar a exposição num contexto atual, tentando valorizar o legado das comunidades indígenas. Legado esse que não pertence só ao passado e que se mantém ativo no presente. Esse entendimento terá levado a que os 150 objetos em exposição estejam organizados nesse diálogo que permite fluir num mesmo espaço um conjunto de artefactos de origem pré-hispânica, constituídos principalmente por líticos e cerâmicas

e, ainda, por objetos de carácter etnográfico da cultura mapuche (têxteis, cerâmicas, artefactos de madeira e de prata) ainda em uso.

O património etnográfico do mundo mapuche surge no centro desta “aula de arte” (FIGURA 5), mostrando-se como um sinal desse Chile indígena que insiste em continuar vigente apesar da transformação colonizadora ocidental. A cultura mapuche assume assim o papel de “coração” desta exposição, que permite igualmente aceder, resumidamente, aos diversos aspetos das culturas indígenas do atual território chileno, desde a América agrária, com as suas civilizações pré-colombianas de carácter monumental, até aos pequenos grupos familiares recolectores que percorriam o litoral em canoas rudimentares. É também através da cosmovisão mapuche que viajamos pela exposição, uma vez que esta nos obriga a circular em espiral e no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio, o que representa a entrada no seu mundo espiritual. Esta proposta conseguiu ainda ser fortalecida com o facto de existir um tratamento, que nos parece intencional, da luz e da relação da exposição com a arquitetura pré-existente, os vidros exteriores na sombra produzem o efeito de espelho, o que gera um diálogo insuspeito entre a cultura indígena e a contemporânea (FIGURA 6), a que acresce que, dependendo da luz, o espectador acaba por ver o seu reflexo nos objetos, numa espécie de jogo de humanização da cultura material também presente na exposição *Wenu Pelon*.

O museu (não) é um país estrangeiro

Normalmente, associamos aos museus o conceito de passado. Lugares que nos permitem visualizar objetos preservados de outras épocas e culturas, e esta lógica parece fazer ainda mais sentido quando nos referimos a museus arqueológicos ou etnográficos. Durante muito tempo, esse entendimento levou a que os museus com essas características se enquadrassem em propostas museográficas que tendiam a agrupar as suas coleções numa ordem crono-tipológica. Essa perspetiva cientifista sobre o passado cria um distanciamento em relação ao mesmo, tornando-o um lugar estranho, um país estrangeiro, como diria Lowenthal. O historiador inglês, contrariando esta ideia, considera que se deve assumir conscientemente o passado como constituinte do presente para que ele não se dilua a ponto de perder a sua consonância com o tempo (LOWENTHAL 1985). Nos dois casos analisados vemos que efetivamen-

te existe um esforço em manter o passado ativo, evitando, assim, que este se transforme num país estrangeiro, dentro do próprio país.

Conhecendo o papel importante que os museus têm enquanto espaço de representação simbólica do mundo (BENNETT 1998, 82) e considerando as particularidades da sociedade contemporânea – que se espera multicultural e inclusiva –, os museus devem demonstrar abertura para se reinventar. Como indica Gail Anderson, estes deixaram de ser espaços sagrados ou intocáveis, passando a estar abertos ao escrutínio, não apenas desde o seu interior, como também a partir de um público cada vez mais exigente; nesse sentido, conceitos como equidade, inclusão e respeito tornaram-se fundamentais para o funcionamento dos museus nos tempos que correm (ANDERSON 2004, 2). Nesta linha, a definição geral do ICOM, sobre o que considera um museu, demonstra essa mudança de eixo programático, que se desloca da criação de uma narrativa oficial, através da cultura material (SMITH 2003), para se centrar na retroalimentação das relações entre o museu e a sociedade. Como se pode ver através do destaque que é dado à ação presente, em detrimento de um espaço que se encerra num passado imutável.

O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite (ICOM 2007).

A apresentação destes dois casos de exposições sobre os objetos da cultura material mapuche, uma realizada por um curador da própria cultura e outra por académicos conhecedores da mesma e conscientes dos particularismos que a caracterizam, demonstra uma abertura para a descolonização do museu. Este processo pressupõe uma cooperação entre as comunidades e os técnicos dos museus e uma recetividade para refazer conceitos, como indica Lonetree:

Developing community-collaborative exhibitions demands more than just being well versed in the scholarly literature on respective topics or on the latest in exhibition practices. It is about building trust, developing relationships, communicating, sharing authority, and being humble (LONETREE 2012, 170).

Esta mudança de paradigma não é fácil, uma vez que o processo de seleção de objetos patrimoniais nos planos museográficos geralmente está influenciado por hábitos de processo e até culturais que acabam por gerar preconceitos e disparidade na relação com os sujeitos. A discussão epistemológica, ontológica e axiológica sobre os problemas dos próprios objetos é mínima no contexto dos museus e, como sabemos, uma simples reorganização dos objetos e da sua relação com o espaço pode levar os visitantes a “reconsiderar” suas as emoções e atitudes em relação à justiça social e ao reconhecimento intercultural (SMITH 2014). Provavelmente, uma das exposições que melhor demonstra como uma reorganização das coleções pode alterar completamente o seu contexto foi a exposição *Mining the Museum*, de Fred Wilson, na Maryland Historical Society, na qual Wilson confrontou artefactos historicamente importantes – misturando, entre outros exemplos, grilhetas de escravo com ourivesaria colonial do século XVII – por forma a chamar a atenção para as injustiças da história e o facto de os objetos não serem devidamente exibidos (STEIN 2003), criando através da ironia um novo ponto de vista sobre a colonização e a escravatura.

Como foi possível constatar pelos dois estudos de caso, na América Latina é frequente que os contextos etnográfico e arqueológico estejam associados e sejam entendidos numa perspectiva similar no âmbito museológico (situação que também pode ser verificada em museus na América do Norte, Oceânia, Ásia e África). Este aspeto assenta especialmente no facto de ainda existirem, no continente americano, comunidades com uma herança cultural e relação social associada à cultura material dita arqueológica, gerando, conseqüentemente, uma estreita articulação disciplinar entre a antropologia e a arqueologia – algo que em Portugal é praticamente inexistente. Provavelmente por esse motivo, é também nos continentes americano e na Oceânia – onde coabitam comunidades europeias e indígenas – que está mais presente o sentido de apropriação e colonização cultural das narrativas⁷ e se conhecem casos de transforma-

⁷ Curiosamente, um dos textos mais críticos sobre os museus de arqueologia até foi realizado por dois investigadores europeus: os britânicos Michael Shanks e Chris Tilley, que, numa argumentação típica do início do pós-processualismo e de aproximação à teoria social da década de 80, indicam que os museus arqueológicos não são capazes de representar a riqueza cultural dos objetos expostos e, mais grave ainda do que esse aspeto, dão uma ideia errada do passado: «distorcing it through selection and classification, creating a particular historical narrative» (SHANKS & TILLEY 1987, 68).

ção e reivindicação mais significativos. Uma boa síntese das exigências da maior parte das comunidades indígenas e/ou dos seus descendentes pode ser constatada através da experiência de José Barreiro na criação do Smithsonian National Museum of the American Indian, que pretende ser um espaço que alberga a cultura material de comunidades indígenas de todo o continente americano. Através de um processo de diálogo com as várias comunidades – para que não se sintam num país estrangeiro ao visitar a sua cultura – Barreiro sintetizou princípios básicos que as mesmas gostariam de ver representados no museu:

1. Quieren ver una institución de culturas vivas, no solamente de artefactos muertos. “Hagan vivir los artefactos”; combatir la invisibilidad de pueblos indígenas contemporáneos es de gran importancia;
2. Quieren ver enfocados los elementos formativos y superlativos, las ciencias y los conocimientos milenarios que todavía se practican por no pocas poblaciones;
3. Quieren ver estudios y proyectos de aprecio a la espiritualidad, la cosmovisión, las ciencias empíricas, como es la medicina tradicional;
4. Quieren ver una versión histórica más verdadera de sus pueblos y comunidades. Que se estudien con más profundidad las corrientes históricas y culturales que surgen del contacto de dos mundos;
5. Quieren ver fortalecidas sus herencias culturales como bases en la incorporación de nuevas técnicas y cambios sociales hacia el crecimiento artístico y económico de sus comunidades (BARREIRO 2012, 16).

Como notamos, a generalidade dos pontos referidos acaba por estar patente nas duas exposições que analisámos anteriormente; seria contudo um erro considerar que esta perspetiva descolonizadora da museologia corresponde a uma questão exclusiva de países com presenças significativas de comunidades indígenas. Como é de conhecimento geral, a maioria dos museus europeus de arqueologia e etnografia continuam a ter imensos problemas na forma como representam o «outro»⁸,

⁸ Aqui o outro é entendido no conceito de aquele que é diferente, que tem outra cultura, que não é civilizado, tendência maioritária no âmbito científico desde o iluminismo até ao pós-guerra.

têm dificuldade em lidar com objetos patrimoniais que são reclamados pelos seus países de origem, outros desconhecem a origem das suas coleções; continuam a lidar mal com o tema da escravatura e colonização, apresentando ainda a tendência para entrar em dicotomias como rural/urbano e desenvolvido/atrasado. Cada vez mais este é um tema que começa a estar na linha da frente na Europa⁹. Numa sociedade cada vez mais global e multicultural, em que a circulação de pessoas, quer pela imigração quer pelo turismo, acaba por ser uma fonte de conflitos culturais. A confrontação entre certas comunidades e certas propostas museográficas europeias é certamente um tema de risco e do presente (VAN GEERT 2015). Por isso, ultimamente, parece começar a existir uma maior preocupação com uma interlocução entre as comunidades indígenas e as coleções dos museus, ainda que essas comunidades estejam em pontos distintos do globo¹⁰.

Comunidades indígenas e comunidades de arqueólogos: uma certa tensão

A relação entre comunidades indígenas e a arqueologia é, por tradição, tensa e está vinculada com o passado da arqueologia e a sua estreita relação com o colonialismo e com a museologia imperialista do século XIX (KOHL & FAWCETT eds. 1995). Como demonstramos num dos exemplos de caso de exposições de cultura material mapuche, é evidente essa fricção entre a comunidade indígena e a arqueologia. No guião de *Wenu Pelon*, Huinchaqueo é claro, deixando frases explícitas, como: «as etiquetas de catalogação arqueológica desaparecerão», ou ainda: «não somos objetos de museu, somos uma cultura viva». De

⁹ Portugal não está de todo imune a estas situações, muito pelo contrário. Tendo sido um dos últimos países a abdicar das suas colónias, acaba por ter, nos seus museus, um conjunto importante de objetos suscetíveis de serem reclamados e também capazes de criar situações incómodas – devido à sua expografia – para certas comunidades. O trabalho de Elsa Peralta, *Lisboa e a Memória do Império. Património, Museus e Espaço Público* (2017), aflora em parte esta problemática para o caso português, centrando-se fundamentalmente na cidade de Lisboa.

¹⁰ Ver exemplos apresentados por Lilla Vonk (2015) sobre os museus de Quai Branly (França) e Rijksmuseum Volkenkunde (Holanda), ou ainda o trabalho nos museus escandinavos com as comunidades Sami (KREPS 2015).

facto, a imposição de marcos teóricos ocidentais, noções de progresso, conceitos lineares de tempo e o uso de categorias que não correspondem ao passado e ao presente de certas comunidades indígenas acabam por influenciar os discursos oficiais e as suas correspondentes representações museográficas, perpetuando conceções erradas e desatualizadas em relação a essas comunidades (KALAZICH 2016) e causando a revolta das mesmas.

Cristóbal Gnecco, arqueólogo sul-americano habituado a trabalhar com comunidades indígenas e com a sua cultura material, descreve bem esta relação que nem sempre é fácil. Se, por um lado, uma nova geração de arqueólogos, defensores de uma perspectiva multicultural – que disfarça bem a essência positivista que rege a arqueologia –, demonstra estar aberta a ouvir as comunidades indígenas sobre a sua cultura material, por outro, as comunidades mantêm ainda uma relação de amor-ódio com a arqueologia e com as implicações que esta pode representar para a sua cultura.

(...) el posicionamiento de los pueblos indígenas frente a la arqueología no es tan consensual. Algunos valoran los procesos y resultados arqueológicos si son parte de sus agendas, considerando que los objetos y los rasgos vueltos arqueológicos por los discursos académicos o apropiados por las comunidades pueden servir para fortalecer su historia. Otros confrontan la arqueología abiertamente y rechazan cualquier posibilidad de transacción con ella. Una revisión, incluso rápida, de la distribución geográfica de esas dos posiciones antitéticas muestra que la primera es más frecuente en los grupos indígenas de las democracias industrializadas mientras la segunda caracteriza a los grupos del viejo Tercer Mundo (GNECCO 2012, 100).

O aspeto que melhor exemplifica este conflito de interesses entre arqueólogos e comunidades indígenas é sem dúvida a questão da repatriação do seu património, que afeta sobretudo, no caso dos arqueólogos do continente americano, o estudo de ossadas humanas. A partir do momento em que, em finais dos anos 80, surge a lei conhecida como NAGPRA¹¹, nos Estados Unidos, foram vários os restos humanos que

¹¹ Native American Graves Protection and Repatriation Act (NAGPRA) ou, se

deixaram de ser estudados, noutros casos saíram de exibição dos museus, passando para as reservas, e, em casos mais extremos, voltaram a ser enterrados. Esta proposta legislativa rapidamente se expandiu e foi adotada por várias comunidades de povos originários do continente americano e de outras partes do globo. Este aspeto começa também a ter o seu impacto no continente europeu. Com dois casos relevantes de repatriação de restos humanos mumificados de origem africana – em exibição em museus europeus, desde o século XIX – e cujos corpos acabaram por ser devolvidos e enterrados no seu país de origem já neste século: o caso do chamado “negro de Banyoles”, reenterrado no Botswana (DAVIES 2003), e o caso do corpo da escrava africana Sara Baartman, enterrada na África do Sul (HOLMES 2006).

Numa primeira fase da consciencialização dos direitos indígenas, a relação com a arqueologia não foi fácil (GOSDEN 2001; GNECCO & AYALA eds. 2010), talvez porque estas comunidades tenham entendido o poder da cultura material na conformação das mentalidades; como afirma Chris Gosden, o colonialismo é sobretudo um processo através do qual os «objetos conformam as pessoas e não o contrário» (GOSDEN 2008, 179). São conhecidos, por exemplo, para o caso mapuche, os trabalhos de Margarita Alvarado, nos quais se vê, através das fotografias, que a partir de meados do século XIX essa comunidade, e em particular os seus líderes, começaram a utilizar a cultura material ocidental, nomeadamente na forma de vestir e nos objetos de poder, armas relógios, etc. (ALVARADO 2001 e 2012). Percebe-se então que, numa primeira fase, seja necessário estabelecer um corte com o passado recente, que está imbuído de outra matriz cultural e tende a transformar a memória

quisermos, lei para a proteção e repatriação dos cemitérios dos nativos americanos, aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 1990. Nesse mesmo ano, através dessa lei, as comunidades de povos originários requereram a cerca de 5000 instituições do país a devolução às comunidades indígenas de esqueletos, restos humanos e vários objetos considerados sagrados (RENFREW & BAHN 2008, 553). Pouco depois, seguiram-se leis similares, ainda nos anos 90, no Canadá, Austrália e, mais tarde, em alguns países da América Latina. Os estudos sobre a repatriação de objetos indígenas tornaram-se, na atualidade, um tema complexo e com várias matizes, com alguns avanços e recuos – como o caso Kennewick – não existindo espaço para aflorar devidamente este tema, sugere-se a leitura de BRAY 2001; SMITH 2004; KILLON 2008; GNECCO & AYALA eds. 2010.

num espaço nebuloso¹², como indica o historiador de origem mapuche Héctor Nahuelpán, que insiste na necessidade de:

(...) buscar nuevos senderos que permitan entre-tejer experiencias y recuerdos en memorias sociales, de modo que los acontecimientos no sólo sean vividos como experiencias privadas o fragmentos. Pues una de las formas más potentes que ha tenido el colonialismo para perpetuar su hegemonía y naturalizar la opresión, ha sido provocar que los actos de nuestras memorias sólo tengan sentido desde su dispersión (NAHUELPAÑ 2013, 29).

A aceitação das comunidades indígenas em relação à exposição e estudo dos seus objetos patrimoniais tem sido consequentemente difícil, de tal modo que alguns autores chegaram a preconizar a extinção da arqueologia (BRODIE & TUBB 2002). E, de facto, houve situações que fizeram prever o pior, como no caso, já mencionado, do Museu Gustav Le Paige, no Deserto de Atacama, onde, apesar de não existir uma lei de repatriação indígena, a comunidade local obrigou o museu a retirar de exposição restos de corpos humanos, reenterrando em algumas situações corpos pré-colombianos, com base em antigas crenças nos antepassados, nos “abuelos”, como foram definidos, e com a finalidade de os proteger das visitas turísticas (AYALA 2008).

Apesar do conflito, nos últimos tempos vislumbram-se sinais de reconciliação através da formação de arqueólogos pertencentes a comunidades indígenas que acabam por se dedicar ao estudo da cultura material da sua comunidade, começando já a ser um número significativo por todo o continente americano (ATALAY 2006; GNECCO & AYALA eds. 2010), mas também através de uma maior aceitação por parte dos arqueólogos “ocidentais” de que o estudo e a musealização do património dos povos originários era um problema complexo e inclusivamente ético, havendo a necessidade de estabelecer um diálogo entre arqueólogos e as comunidades intervenientes¹³.

¹² Nahuelpán utiliza este termo inspirado no conceito visual de “zonas cinzentas”, de Primo Levi, para assim caracterizar o sentido sombrio e cinzento das dinâmicas sociais traumáticas (NAHUELPAÑ 2013, 12-13).

¹³ Em 2008 chegou mesmo a realizar-se, no seio do 6.º Congresso Mundial de Arqueologia, uma sessão sobre povos indígenas, património e território: encontros e experiências partilhadas, que visava convocar as organizações sociais, comunidades

Os museus, como vimos, foram as instituições que mais se viram “afetadas” pelos defensores dos direitos indígenas, não obstante, têm sido também, nos últimos tempos, capazes de se tornarem espaços de conciliação entre o estudo da cultura material e as comunidades indígenas. Os arqueólogos (COOPER 2006) e os museólogos (BESTERMAN 2006) estão também mais recetivos a uma nova ética, que implica uma intervenção cada vez maior das comunidades no processo museográfico e uma “tutela partilhada” das coleções (KREPS 2015). Através desta abertura ética, as comunidades indígenas parecem agora novamente re-encantadas com o património e a cultura material; o recrudescimento de museus comunitários por toda a América Latina, particularmente em comunidades indígenas do México e do Brasil, evidencia esse interesse das comunidades indígenas em participar na representação da sua história e cultura. Na realidade, o que está em jogo é a convivência entre pessoas, como indica Besterman: «ethics defines the relationship of the museum with people, not with things» (BESTERMAN 2006: 431).

Reflexões finais

Gradualmente, os estudos de cultura material têm assumido um papel de relevo no âmbito das ciências sociais. Já passaram duas décadas desde que o seu estudo passou a ser definido, em termos gerais, como a investigação da relação entre pessoas e objetos, independentemente do tempo e do espaço (TILLEY & MILLER 1996), acabando definitivamente com a dicotomia pessoa/objeto. Esta relação tem sido explorada de várias formas, considerando os objetos: atores, numa rede onde interatuam, com pessoas, outros objetos e a natureza (LATOUR 1998); instrumentos de agência social (GELL 1998); ou ainda, como geradores de hábitos e determinadores inconscientes do nosso entorno cultural (MILLER 2008).

Através destas considerações é possível entender a cultura material como um elemento com um papel ativo nas sociedades, deixando de fazer sentido analisá-la enquanto uma matéria inerte; de tal modo que, inclusivamente, a destruição física de um objeto pode não repre-

indígenas e investigadores de diversos países, para construir um diálogo entre a arqueologia e o mundo social (JOFRE & MOLINA 2009).

sentar propriamente um fim. Como indica Tim Ingold, existe sempre uma preservação, num sentido de continuidade, por intermédio da memória, dos genes e até das partículas (INGOLD 2012). Contudo, certos materiais, pelas suas propriedades – maior resistência, estabilidade e solidez –, conseguem apresentar uma maior perdurabilidade no tempo, dirigindo-se para o futuro – e também por isso são objetos de estudo da arqueologia – nas palavras de Bjornar Olsen, «as coisas estão opressivamente lá; são o verdadeiro *Dasein*» (OLSEN 2012, 79), ou, na perspetiva ecológica de Ingold, que destaca o carácter vivo e contínuo de todos os materiais: «materials are not in time; they are the stuff of time itself» (INGOLD 2012, 439).

Defendemos que é fundamental entender os objetos arqueológicos como um processo em construção, em que a perdurabilidade acaba por ter um papel essencial. É através da sua existência e presença – tangível e intangível – que os seres humanos, segundo as características do tempo em que vivem, criam um entendimento e uma perspetiva de valorização sobre o que consideram património. No entanto, devemos destacar que esse entendimento não é propriamente imposto mas sim assimilado pelo facto de existirem, de fazerem parte do nosso quotidiano e de se destacarem num determinado território em que habitamos (MILLER 2008, 108). É também com base nesta premissa, e não só numa consciencialização dos direitos indígenas, que certos museus – sobretudo no continente americano e também na Oceânia – têm demonstrado uma abertura em relação à participação das comunidades.

Os dois estudos de caso que apresentámos indicam também duas possibilidades de desenvolvimento de uma museologia “apropriada” e colaborativa (KREPS 2008), em que as comunidades criam a sua própria perspetiva museográfica e os curadores e académicos tentam colaborar e criar uma representação da cultura material conciliadora com a visão indígena. Todavia, e como nota de encerramento, parece-nos importante destacar a necessidade de que estes conceitos possam ser aplicados, ou pelo menos analisados, por outros museus, nomeadamente na Europa, onde, apesar de alguns esforços e sinais de aparente mudança conceptual, um número considerável de museus continua a representar as comunidades de outros continentes sob uma perspetiva estética – perspetiva essa que se enquadra na matriz ocidental europeia –, insuficiente para transmitir a essência da relação dessas culturas com o objeto: será uma forma de defesa? O tabu existe e o medo da repatriação é certamente um tema cada vez mais presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, Ruth (2010) – The V&A: empire to multiculturalism? *Museum and society*, 8(2), p. 63-79.
- AYALA, Patricia (2008) – *Políticas del pasado: indígenas, arqueólogos y Estado en Atacama*. Santiago: Ediciones IIAM.
- ALEGRÍA, Luis; GÄNGER Stefanie; POLANCO, Gabriela (2009) – Momias, cráneos y caníbales. Lo indígena en las políticas de “exhibición” del Estado chileno a finales del siglo XIX. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos* [Em linha], colocado em linha a 3 de fevereiro de 2009, consulta a 20 de dezembro de 2017.
- ALVARADO, Margarita; MEGE, Pedro; BÁEZ, Cristián (2001) – *Mapuche. Fotografías siglos XIX y XX: Construcción y montaje de un imaginario*. Santiago: Pehuén Editores.
- ALVARADO, Margarita (2012) – Fotografías de los pueblos originarios. Categorías estéticas-antropológicas en la visualidad de los indígenas de Chile. *Los pueblos originarios en los museos. Propuestas curatoriales y museográficas Precolombino*, vol I. Santiago: Museo Chileno de Arte Precolombino, p. 61-86
- ALVARADO, Margarita; GALLARDO, Francisco; CORDUA, Pablo; COBO, Catalina (2016) – Nuevas narrativas para remotos y venerables artefactos: La Colección profesor Gastón Soubllette y el Aula de Arte “Nuestros pueblos originarios”. *Revista Diseña* 10, p. 6-17.
- AMSELLE, Jean-Loup (2010) – Le retour de l’indigène. *L’Homme*, 194, p 131-138.
- ANDERSON, Kay (2000) – Thinking “Postnationally”: Dialogue across Multicultural, Indigenous, and Settler Spaces. *Annals of the Association of American Geographers* 90(2), p. 381-391.
- ATALAY, Sonya (2006) – Indigenous Archaeology as Decolonizing Practice. *American Indian Quarterly*. University of Nebraska, 30 (3&4), p. 280–310.
- BARREIRO, José (2012) – De extinción a supervivencia: proceso de autointerpretación indígena en el Museo Nacional del Indígena Americano, institución Smithsonian. *Los pueblos originarios en los museos. Propuestas curatoriales y museográficas Precolombino*, vol I. Santiago: Museo Chileno de Arte Precolombino, p. 11-18.
- BENGOA, José (2000) – *La emergencia indígena en América Latina*. Santiago: Fondo de Cultura Económica de Chile.
- BENNETT, Tony (1998) – The Exhibitionary Complex. *New Formations* 4, p. 73-102.
- BESTERMAN, Tristram (2006) – Museum ethics. In Sharon Macdonald (ed.) – *A Companion to Museum Studies*. Malden, Mass.: Blackwell, p. 431–441.
- BRODIE, Neil & TUBB, Katheryn eds. (2002) – *Illicit Antiquities: the Theft of Culture and the Extinction of Archaeology*. London: Routledge.
- CARVALHO AMARO, Gonçalo de & GARCÍA ROSSELLÓ, Jaume (2012) – Cadena operativa y tecnología. Una visión etnoarqueológica de las alfareras mapuches de Lumaco. *Boletín de la Sociedad Chilena de Arqueología* 41/42, p. 53-78.
- CARVALHO AMARO, Gonçalo de & GARCÍA ROSSELLÓ, Jaume (2013) - Estudo etnoarqueológico da produção cerâmica mapuche no vale de Lumaco (Chile). Processos técnicos e conceitos simbólicos. *Almadam* II série 17 (2), p. 96-107.

- CLIFFORD, James (2013) – *Returns. Becoming Indigenous in the Twenty-First Century*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- COOPER, David (2006) – Truthfulness and ‘Inclusion’ in Archaeology. *The Ethics of Archaeology* Eds: Chris Scarre & Geoffrey Scarre. New York: Cambridge University Press, p. 131-145.
- COOPER, Karen (2008) – *Spirited Encounters. American Indians Protest Museum Policies and Practices*. Lanham: AltaMira Press.
- CROW, Joanna (2009) – Narrating the Nation: Chile’s Museo Histórico Nacional. *National Identities*, 11 (2), p. 109-126.
- DAVIES, Caitlin (2003) – *The Return of El Negro*. Johannesburg: Penguin Books.
- EDWARDS, Elisabeth; GOSDEN, Chris & PHILLIPS, Ruth eds. (2006) – *Sensible Objects. Colonialism, Museums and Material Culture*. Oxford & New York: Berg.
- FABA, Paulina (2015) – Agencias inesperadas: La museificación del pasado colonial en el Chile del siglo XIX. *Atenea* 512, p. 137-151.
- FANON, Franz (2017) [1952] – *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Trad. Alexandre Pomar. Lisboa: Letra Livre.
- FLORES, Constanza (2015) – El nehuén mapuche y el espíritu de los pueblos indígenas habitará en la UC. *Visión UC* 249, p. 8-9.
- GELL, Alfred (1998) – *Art and Agency*. Oxford: Oxford University Press.
- GIL, Magdalena (2016) – Exhibiting the Nation: Indigenousness in Chile’s National Museums. *Museum & Society* 14 (1), p. 82-97.
- GNECCO, Cristóbal & AYALA, Patricio eds. (2010) – *Pueblos indígenas y arqueología en América Latina*. Bogotá: Universidad de los Andes.
- GNECCO, Cristóbal (2012) – Arqueología multicultural. Notas intempestivas. *Complutum* 23 (2), p. 93-102.
- GOSDEN, Chris & KNOWLES, Chantal (2001) – *Collecting Colonialism. Material Culture and Colonial Change*. London and New York: Berg.
- GOSDEN, Chris (2008) [2006] – Arqueología y Colonialismo. El contacto cultural desde 5000 a.C. hasta el presente. Trad. Julia de Jodar, Barcelona: Bellatera.
- HOLMES, Rachel (2006) – *The Hottentot Venus*. Bloomsbury: Random House.
- HUICHAQUEO, Francisco (2015) – *Wenu Pelon, guía de la exposición*. Santiago: MAVI.
- HUYSEN, Andreas (2002) – *En busca del futuro perdido. Cultura y memoria en tiempos de globalización*, México: Fondo de Cultura Económica.
- Informe de Desarrollo Social* (2017). Ministerio del Desarrollo Social del Gobierno de Chile.
- INGOLD, Tim (2012) – Toward an Ecology of Materials. *Annual Review of Anthropology* 41, p. 427-442.
- JOFRÉ, Ivana & MOLINA OTAROLA, Raúl (2009) – Territorios indígenas, patrimonio y arqueología: un debate necesario. *Revista Jangwa Pana* 8, p. 160-172.
- KALAZICH, Fernanda (2016) – La retórica de la apropiación: Patrimonio cultural indígena y ciencias sociales. In *Patrimonio y Pueblos Indígenas. Reflexiones desde una perspectiva interdisciplinaria e intercultural*. Santiago: Pehuén Editores y CIIR, p. 99-107.

- KARP, Ivan & Steven LAVINE (eds.) (1991) – *Exhibiting Cultures. The Poetics and Politics of Museum Display*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution.
- KILLION, Thomas (2008) – Opening Archaeology: Repatriation’s Impact on Contemporary Research and Practice. In *Opening Archaeology: Repatriation’s Impact on Contemporary Research and Practice*. Thomas W. Killion, ed. Santa Fe: School for Advanced Research Press, p. 3-26.
- KOHL Phillip & FAWCETT, Clara (1995) – Archaeology on the service of the state: theoretical consideration. *Nationalism, Politics and the practice of Archaeology*, Phillip Kohl & Clara Fawcett (eds.). Cambridge: Cambridge University Press, p. 3-20.
- KREPS, Christina (2008) – Appropriate museology theory and practice. *Museum management and Curatorship* 23 (1), p. 23-41.
- KREPS, Christina (2015) – Appropriate museology and the “new museum ethics”. *Nordisk Museologi* 2, p. 4-16.
- LATOUR, Bruno (1998) – La tecnología es la sociedad hecha para que dure. In Miguel Domenech & Francisco Tirado (eds.). *Sociología Simétrica. Ensayos sobre Ciencia Tecnología y Sociedad*. Barcelona: Gedisa, p. 109-142.
- LONETREE, Amy (2012) – *Decolonizing Museums. Representing Native America in National and Tribal Museums*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press.
- LORD, Beth (2006) – Foucault’s museum: difference, representation, and genealogy. *Museum & Society* 4 (1), p. 1-14.
- LOWENTHAL, David (1985) – *The Past is a Foreign Country History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MARTÍ I PUIG, Salvador (ed.) (2007) – *Pueblos Indígenas y Política en América Latina. El reconocimiento de sus derechos y el impacto de sus demandas a inicios del siglo XXI*. Barcelona: Fundación CIDOB.
- MACDONALD, Susan (2003) – Museums, National, Postnational and Transcultural Identities. *Museum and Society*, 1(1), p. 1-16.
- MESKELL, Lynn (1998) – Introduction Archaeology matters. In *Archaeology under Fire: Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. London and New York: Routledge, p. 1-13.
- MILLER, Daniel (2008) – *The Comfort of Things*. Cambridge: Polity Press.
- MIGNOLO, Walter (2002) [1999] – *Historias locales/diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal.
- NAHUEL PAN, Héctor (2013) – Las “zonas grises” de las historias Mapuche. Colonialismo internalizado, marginalidad y políticas de la memoria”. *Revista de Historia Social y de las Mentalidades* 17 (1), p. 11-33.
- OLSEN, Bjornar (2012) – O regresso das coisas e a selvajaria do objecto arqueológico. In Godofredo Pereira (ed.). *Objectos Selvagens*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, p. 71-83.
- ONCIUL, Bryony (ed.) (2015) – *Museums, Heritage and Indigenous Voice Decolonizing Engagement*. New York: Routledge.
- PEERS, Laura & Alison BROWN (eds.) (2003) – *Museums and Source Communities*. A

- Routledge Reader. London & New York: Routledge.
- PERALTA, Elsa (2017) – *Lisboa e a Memória do Império. Património, Museus e Espaço Público*. Lisboa: Outros Modos/Le Monde Diplomatique.
- POULOT, Dominique (1997) – *Musée, nation, patrimoine*. Paris: Gallimard.
- RENFREW, Colin & BAHN, Paul (2008) – *Archaeology: Theories, Methods and Practice*, 5th ed. London: Thames and Hudson.
- RIBOTTA, Bruno (2010) – *Diagnóstico Sociodemográfico de los Pueblos Indígenas de Chile*. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) – Fundación Ford.
- SAID, Edward (2004) [1978] – *Orientalismo*. Trad. Pedro Serra. Lisboa: Cotovia.
- SCHELL, Patience (2001) – Capturing Chile: Santiago's Museo Nacional during the Nineteenth Century. *Journal of Latin American Cultural Studies*, 10 (1), p. 45-65.
- SHUMACHER, Ernst (2001) [1978] – *Lo pequeño es hermoso*. Trad. Oscar Margener. Madrid: Akal.
- SHANKS, Michael & TILLEY, Christopher (1987) – *Social Theory and Archaeology*. London: Polity Press.
- SMITH, Laurajane (2006) – *Uses of Heritage*. London: Routledge.
- SMITH, Laurajane (2014) – Visitor emotion, affect and registers of engagement at museums and heritage sites. *Conservation Science in Cultural Heritage*, 14 (2), p. 125-131.
- STANLEY, Nick (ed.) (2007) – *The future of indigenous museums. Perspectives from the Southwest Pacific*. New York & Oxford: Berghahn Books.
- STEIN, Judith (2003) – Sins of Omission: Fred Wilson's Mining the Museum. *Slought Salons for a new criticism*. <http://Slought.org> [Em linha], consulta a 20 de dezembro 2017.
- TILLEY, Chris & MILLER, Daniel (1996) – Editorial. *Journal of Material Culture* 1, p. 5-14.
- TRIGGER, Bruce (1978) – *Time and Traditions: Essays in Archaeological Interpretation*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- URIZAR, Gabriela (2012) – Estado y museos nacionales en Chile durante el siglo XIX. Representación de una nación en construcción. *Boletín Americanista*, 65, p. 211-229.
- VAN GEERT, Fabien (2015) – The multicultural pill and its museological effects for the recovery of the European Ethnological Museums. *Museological Review*, 19, p. 45-53.
- WITCOM, Andrea (2003) – *Re-imagine the Museum. Beyond the Mausoleum*. London & New York: Routledge.

Páginas web:

- <http://radio.uchile.cl/2016/07/28/presentan-primera-exposicion-de-plateria-mapuche-tradicional/>.
- <http://hemisphericinstitute.org/excentrico/pt-br/436/francisco-huichaqueo-3/>



FIG. 1 – Entrada na sala “Museo Arqueológico de Santiago” do Museo de Artes Visuales. Na entrada é possível ver uma bandeira do povo mapuche colada no vidro, reivindicando uma posse cultural. Fotografia do autor em novembro de 2017.



FIG. 2 – Aspeto de parte das vitrinas e da distribuição particular das peças. Fotografia do autor em novembro de 2017.



FIG. 3 – Imagem de homem mapuche projetada num Kupulwe (espécie de berço de madeira para transporte de bebês). Fotografia do autor em novembro de 2017.



FIG. 4 – Placa identificativa do lugar da Aula de Arte de Nuestros Pueblos Originarios
Fotografía do autor en novembro de 2017.



FIG. 5 – Pormenor da parte inferior da vitrina central com elementos da coleção
etnográfica mapuche. Fotografía do autor en novembro de 2017.



FIG. 6 – O poder do reflexo na exposição. Pormenor da parte superior da vitrina central com elementos da coleção etnográfica mapuche. Fotografia do autor em novembro de 2017.

(Página deixada propositadamente em branco)

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

F. GHEDINI, M. BUENO, M. NOVELLO, F. RINALDI, *I pavimenti romani di Aquileia, Contesti, tecniche, repertorio decorativo, Catalogo e Saggi*, Antenor Quaderni 37.1, Università di Padova, 2017, un vol. de texte de 591 p., un vol. de CXLI pl. en noir et blanc et en couleur. (J. Lancha)

https://doi.org/10.14195/1647-8657_58_12

Il faut le dire d'emblée : par ses objectifs et les moyens mis en œuvre, ce corpus de mosaïques tranche sur tous ceux qui ont été publiés à ce jour, en Italie et ailleurs. Il séduit au premier abord le lecteur par sa très belle couverture – la célèbre guirlande de feuilles de vigne sur fond noir de part et d'autre d'un nœud, d'élégante facture, datée de la seconde moitié du Ier s. avant J.-C.

Les quatre auteurs avaient la lourde tâche d'affronter les mosaïques d'une ville entière, relativement bien conservée - soit 780 numéros de mosaïques – la tête de pont de l'Empire sur la côte Adriatique.

Dans leur Introduction, ils établissent la longue liste de leurs prédécesseurs sur le site, G. Brusin et L. Bertacchi, mais aussi M. E. Blake, M. Donderer, F. Guidobaldi, les équipes universitaires ayant fouillé à date récente à Aquilée (Universités de Trieste, d'Udine, de Padoue etc.) et insistent sur le rôle essentiel joué par les rencontres scientifiques (de l'AISCOM en particulier) et par les colloques leur ayant fourni l'occasion de présenter ou de discuter certaines caractéristiques de ces mosaïques. La première originalité de ce Corpus est donc son arrière-plan fondé sur une recherche scientifique collective. Le meilleur exemple en est donné par l'emploi systématique de la banque de données TESS, mise au point par les auteurs et d'autres chercheurs italiens spécialisés dans ce domaine, entre 2000 et 2016 et qui est désormais ouverte à tous sous le portail : <http://www.tess.beniculturali.unipd.it>. La fiche de catalogage a été établie au fil des années par une véritable ruche de chercheurs impliqués dans ce projet. On reste admiratif devant ce travail titanesque et on mesure le chemin parcouru depuis les premières études publiées sur le site.

Après un hommage appuyé à G. Becatti, le premier à avoir insisté sur le contexte des mosaïques étudiées, en 1960 à Ostie, les A. adoptent une présentation graphique proche de la fiche de la prestigieuse collection « *Mosaici Antichi in Italia* » et nous font entrer dans le 'making of' de ce volume du corpus : le grand nombre de rédacteurs, la variété des lieux de résidence de chacun, la

coordination des fiches de contexte et de mosaïque par les A. du volume. Les A. ont dû faire preuve de beaucoup de diplomatie et, à la fois, de fermeté ! Il n'existe pas d'autre exemple à ce jour d'une méthode similaire de réalisation d'un corpus, signé d'ordinaire par un ou deux auteurs.

Par ailleurs, les mosaïques d'Aquilée sont un musée à ciel ouvert, mais les exemples les plus précieux – les mosaïques figurées de facture hellénistique- ont été déposés et exposés au Musée.

Étant donné la fragilité des mosaïques restées *in situ*, les A. ont systématiquement utilisé dans leur illustration et leurs commentaires les photographies de fouilles conservées dans les Archives du Musée. Cette situation particulière ne leur a pas permis de mener une campagne photographique couvrant les mosaïques dans leur état actuel, ce qui explique que ce volume du Corpus, comme les précédents dans la même situation (Vérone, Toscane) n'aient pas pu être intégrés dans la collection « *Mosaici Antichi in Italia* » qui en fait, pour sa part, une condition expresse (voir note 17 du Corpus).

Remarquons au passage que cela ne nuit en rien à l'ouvrage : par la qualité de la typographie, le soin apporté à la mise en page dans les deux volumes, la qualité de reproduction des photographies, ce corpus est digne de la série des « *Mosaici Antichi in Italia* » même si, en fait, il constitue un volume de la revue *Antenor, Quaderni*.

Une documentation graphique originale de 105 plans et un plan d'ensemble de la ville en fin du volume de planches, indiquant la situation de chaque mosaïque dans la topographie de la ville permettent de mesurer l'ampleur et le soin de la documentation mise au jour.

F. Ghedini consacre d'abord un court chapitre à l'histoire des études sur le site, depuis 1860, date de la découverte de la célèbre mosaïque de la Néréide qui donna le coup d'envoi à la fièvre archéologique qui s'empara des érudits et des chercheurs qui s'intéressaient à la ville, avec en 1909, le choc produit par la découverte des pavements de la basilique théodorienne. Elle insiste sur le rôle essentiel de G. Brusin, directeur du Musée de 1922 à 1952 auquel on doit une première synthèse sur les mosaïques, en 1950. Lui succède à la direction du Musée et du site L. Bertacchi, en 1954, elle laisse à son tour une forte empreinte sur le site et apporte des changements méthodologiques. Les années 80 sont marquées par les études de M. Donderer qui prend en compte une partie des pavements connus -150-, de tous types, et propose une chronologie pas toujours convaincante, suivi de F. Guidobaldi, promoteur de l'AISCOM, et d'une série de fouilles -de sauvetage et systématiques- conduites par des équipes universitaires qui renouvellent entièrement la documentation, fondée dès lors sur des bases archéologiques (Grands Thermes, Maison des trois Cours, des Amours dansants, de Titus Macrus et des bêtes sauvages blessées).

La matière ayant été ainsi enrichie et répertoriée, il restait à l'ordonner dans un catalogue accessible au lecteur auquel est fourni le fil d'Ariane de ces 780 numéros répartis en 152 contextes, les édifices étant distribués du nord au sud sur le plan de la ville, en fin du volume de planches.

Un plan est fourni pour chaque maison ou édifice et un code couleurs (p.16) permet de distinguer la nature du pavement de chaque pièce. Les pavements géométriques, de loin les plus nombreux, sont tous décrits selon la terminologie établie dans le *Décor géométrique*, les sols en *opus sectile* utilisent les définitions de F. Guidobaldi. Enfin, une bibliographie très complète permet de situer chaque pavement dans son contexte. On reste confondu devant le caractère exhaustif des dépouillements effectués par les A. tant dans les revues locales, nationales qu'internationales.

L'Index des auteurs du catalogue est impressionnant : vingt auteurs de fiches de contexte, pour dix auteurs de fiches de mosaïques, soit trente auteurs de fiches du catalogue- dont trois – Michele Bueno, Marta Novello et Francesca Rinaldi- ont coordonné l'ensemble et ont également rédigé un chapitre de synthèse en fin de volume.

Après le catalogue proprement dit (p. 17- 508), une étude globale chronologique des mosaïques est proposée en trois chapitres par M. Bueno (p. 513-519), F. Rinaldi p. 519-525) et M. Novello (p. 525-537). Deux chapitres de synthèse dus à F. Ghedini permettent de préciser le rôle des mosaïques dans la maison et dans la ville, et une étude d'ensemble de D Mazzolini, consacrée aux inscriptions chrétiennes sur mosaïque, avec illustrations, vient compléter le corpus.

Des indices très complets (p. 567-590) et une bibliographie très riche (p. 591-623) – à laquelle on reprochera seulement de ne pas inclure dans la liste des abréviations les trois volumes parus en 1992, 2000 et 2013 du *Corpus des mosaïques romaines du Portugal (CMRP)* - concluent le volume de texte.

Le volume de CXLI pl. suit la numérotation des mosaïques dans le texte et situe très clairement chaque vue en rappelant la datation du pavement, ce qui facilite le travail du lecteur, qui n'a pas à se reporter systématiquement à la fiche de texte. Le choix de clichés de format petit, moyen ou grand, disposés avec un sens de la *variatio* agréable à l'œil, montre que le meilleur parti a été tiré d'une documentation photographique antérieure le plus souvent, en faisant le choix d'une lisibilité maximale.

Nous attirerons l'attention sur quelques-unes des maisons, parmi les plus significatives, de la ville. La première est la maison dite des « bêtes blessées » - celles de l'amphithéâtre- qui occupe des pièces d'une *insula* du secteur nord et une vaste résidence de la fin de l'Antiquité dans son secteur est (plan p. 49). Les fouilles successives de L. Bertacchi en 1961-1962 reprises à partir de 2007 par l'Université de Padoue ont permis de distinguer trois phases, du Ier s. à la seconde moitié du IVe s. Le commentaire, très argumenté, permet d'attribuer les différents pavements aux différentes phases, faciles à identifier sur le plan.

Parmi les pavements (n. 45-76) le plus remarquable est le n. 49a A et B, bien illustré en couleur, qui orne le *triclinium* à abside de la maison tardive. Il associe les animaux blessés de l'amphithéâtre, isolés dans un lacis de cercles et deux chasseurs représentés dans l'octogone central, soit les deux activités

appréciées du *dominus* : les *ludi* de l'amphithéâtre, qu'il avait peut-être financés, et la chasse qu'il avait peut-être lui-même pratiquée.

En écoinçon, les Saisons en pied, dont deux sont conservées ; celle de la pl. VI en bas à gauche est justement décrite dans le texte comme l'Automne -seul le buste est conservé- portant une tunique ocellée sur l'épaule gauche (une pardalide ?) alors que la légende de la photographie l'identifie par inadvertance comme le Printemps. L'iconographie de l'Été retenue ici par le mosaïste multiplie en revanche les attributs de la Saison : des épis de blé surabondants, une faucille de taille disproportionnée par rapport à la figure qui disparaît presque derrière ses attributs.

Une autre mosaïque figurée de la même maison tardive, le n. 57 (pièce 8) est de facture très différente, bien que plus tardive que la précédente. A juste titre, les A. l'attribuent au même atelier que celui qui a réalisé le n. 168 (Maison de *Calendio* et *Iovina*). Outre des poissons, des volatiles un coq (?) est représentée au centre une femme vue de face, jusqu'à la taille, vêtue d'une dalmatique blanche à bandes rouges et noires, et d'amples manches à bordures rouges, les bras levés à la hauteur de la tête, avec un bouton de rose dans la main droite et une corbeille de roses dans la main gauche. Curieusement, si le schéma et les motifs géométriques de la mosaïque sont étudiés avec une exactitude irréprochable, les images, et en particulier l'image centrale, n'inspirent aucun commentaire, ni dans la notice ni dans le chapitre de conclusion de M. Novello alors que les sujets figurés sont rares dans la ville. Par le costume, l'attitude- celle de l'orante- et les offrandes – des roses-, le personnage féminin pourrait être la *domina*, l'une des donatrices des édifices religieux de la ville dans la seconde moitié du IVe s.

Parmi les autres mosaïques significatives de la maison des « bêtes blessées » nous relevons les n. 71 et 74, l'une du Ier s. avant J.-C., l'autre de la fin du Ier s. avant J.-C. au début du Ier s. Le n. 71 offre un bel exemple de méandre de svastikas en noir et blanc, finement exécuté avec un décor de fleurons et couronne polychromes dans les carrés, de facture hellénistique. Le n. 74 (à rapprocher du n. 360 avec liste complète des exemples à Aquilée) illustre un décor très ancien, l'insertion de matériaux mixtes sur fond de mosaïque blanche.

Ces deux pavements reflètent l'état le plus ancien connu d'une partie de l'*insula* à laquelle appartient la maison des « bêtes blessées ».

La maison de Lycurgue et Ambrosie constitue une *domus* également intéressante, bien que plus modeste, elle comprend douze pièces fouillées dont un vaste *triclinium* (pièce 12) orné d'une mosaïque figurée, n. 156, qui donne son nom à la maison actuelle.

La pièce 4 se distingue par un décor peu habituel, un *emblema* de 0,62 x 0,62 cm sur *bipedales* n. 146, illustrant des poissons, un crustacé et des coquillages sur fond bleu. Cet *emblema*, déposé et actuellement exposé au Musée, était décentré à l'extrémité orientale du champ de la mosaïque blanche restée *in situ*, au lieu de se trouver au centre du champ comme c'est le plus souvent le

cas. Daté du courant du Ier s., il appartient à une première phase de la *domus*. Il offre l'image d'une « mer réaliste » que l'A. met justement en parallèle avec les exemples pompéiens de type A qu'ils reprennent mais dans une facture moins fidèle à l'anatomie de chaque poisson, et avec une exécution moins soignée. Toutefois, la présence même d'un tel *emblema* dans la maison est un indicateur du luxe que tenait à manifester son propriétaire et des contacts des ateliers d'Aquilée avec les artistes venus du sud de l'Italie pour réaliser une œuvre qui constitue en quelque sorte l'une de leurs signatures.

La mosaïque du *triclinium* en T+U, n. 156, datée de la fin du IIe ou du début du IIIe s., est en revanche un pur produit des ateliers de la ville par sa composition géométrique à petit module hexagonal associé à des étoiles de 6 losanges comportant en leur centre un motif figuré.

Parmi eux, au centre de la composition, Lycurgue luttant contre la vigne avec, à ses pieds, suppliante, Ambrosie. Il est difficile d'établir une comparaison de style avec l'autre exemple de ce sujet illustré dans la ville, le n. 551, daté de la première moitié du IVe s., dans la mesure où ce dernier est extrêmement lacunaire. Tout au plus peut-on en tirer la conclusion que ce sujet, assez rare par ailleurs en mosaïque, semble avoir perduré dans le répertoire des ateliers de la ville.

Si l'on compare cette illustration de la mort de Lycurgue, que l'on pourrait qualifier de miniaturisée, avec la version dramatique du même mythe dans le n. 331 du *Recueil* III, 2 à Vienne, datée du dernier quart du IIe s. où la vigne s'étend à la totalité du pavement, dans un rinceau déployé sur fond sombre, à la manière des mosaïques hellénistiques, on prend la mesure de ce qui distingue les ateliers de la ville d'Aquilée : dans les sujets figurés, ils optent pour les dimensions modestes du sujet, se sentant visiblement plus à l'aise dans l'exécution de compositions géométriques étendues à la surface de la pièce.

Dans les hexagones latéraux disposés autour de l'hexagone central, sont représentées les quatre Saisons sous forme d'animaux : un taureau pour le Printemps, un lion pour l'Été, un félin pour l'Automne et un sanglier pour l'Hiver. L'A. observe que le choix iconographique d'animaux pour représenter les Saisons n'est pas le plus fréquent.

Dans l'axe longitudinal de l'hexagone central deux autres sujets figurés de facture soignée sont illustrés : les bustes de Thalassa et d'Océan, justement identifiés comme tels par l'A. qui ne s'interroge pas toutefois sur la signification éventuelle de ces associations de sujets figurés, pour le moins surprenantes.

Le troisième ensemble d'importance est constitué par les Grands Thermes (plan p. 227) (mosaïques n. 376-388) situé au sud-ouest de la ville. Fouillés depuis les années 20, ils sont en cours de fouille par l'Université d'Udine. Orientés Nord-Sud, ils ont connu une longue période d'utilisation depuis leur construction à la fin de l'époque constantinienne. La richesse de ces thermes se mesure à l'emploi de l'*opus sectile* (n. 376) dans le vaste *frigidarium*, et à la complexité iconographique de la mosaïque figurée de la salle 2 (n. 377).

Signalons au passage une petite erreur sur la photographie illustrant le sujet principal (pl. LIV), à savoir Neptune sur son char n. 377 A : la description de Neptune dans le texte est exacte mais la photographie a été tronquée dans le volume de planches et on y cherche vainement la partie supérieure de la poitrine du dieu ...

Les n. 377 C (avec inscription KLYMENH), D (avec inscription), E (avec inscription en grec), R, G illustrent un splendide cortège marin d'inspiration – et d'exécution – africaine disposé autour du char de Neptune : une Néréide assise sur les spires d'un Triton en C, Thétis assise sur les spires d'un Triton en D (avec inscription en grec).

Pour les deux panneaux symétriques rectangulaires R et S en revanche le commanditaire a choisi de faire représenter- par un autre atelier - un thème réaliste, en harmonie avec les activités sportives pratiquées dans les thermes ou dans la ville : des portraits en bustes d'athlètes probablement vainqueurs ayant participé à des jeux œcuméniques de type grec à Aquilée, comme le laisse entendre, dans le panneau N, l'inscription en grec *Olympeia* ornant une couronne posée sur une table basse. Mis à part l'athlète à barbe blanche et *himation*, qui pourrait être un gymnasiarque, tous les autres offrent toutes les caractéristiques - nudité, *cirrus* - de l'athlète en action. Ils ont un parallèle frappant dans la série, plus complète mais de même nature, des athlètes ornant les thermes de Caracalla, datée de la première moitié du IV^e s. et actuellement exposée au Musée du Vatican (cf. *Vatican, les mosaïques antiques*, FMR 2009, p. 80-95). Le même sujet revient dans le n. 378-R. Et à plusieurs reprises dans des thermes à Ostie. Par le choix de ce sujet, les aristocrates d'Aquilée s'inscrivent donc dans une tradition italique très nette.

Il est impossible de ne pas mentionner le fleuron de la collection de mosaïques du Musée : la Néréide sur fond noir de 2,18 x 2,18 m découverte en 1859 (n. 419) et datée de la deuxième moitié du I^{er} s. avant J.-C. Sur un fond sombre qui renvoie à la mosaïque hellénistique, une Néréide est assise en amazone sur un taureau marin blanc à queue pisciforme dont elle couronne la tête de feuilles de vigne. Un petit Eros les précède, une torche à la main. Au premier plan, émerge de l'eau un torse masculin à tête barbue. Sa main gauche s'appuie sur un dauphin, un poisson sort la tête de l'eau dans le sens opposé. Les deux bordures du tableau appartiennent à la plus pure tradition hellénistique. L'A. attribue justement sa réalisation au même atelier que celui du n. 420 (*asarotos oikos*).

Identifiée à tort peu après la découverte comme le rapt d'Europe, la mosaïque doit sa véritable identification à G. Brusin. Seul un atelier étranger à la ville et familiarisé avec les techniques de l'*emblema* hellénistique a pu réaliser à grande échelle un tableau de cette finesse. Le choix du thème marin, dans un port comme Aquilée, ne peut surprendre.

Découverte en 1859 ou 1860 non loin de la précédente (dans la même maison qui se signifierait ainsi par un luxe exceptionnel à cette date ?) la mosaïque n. 420 (*asarotos oikos*) a des dimensions légèrement supérieures à celles

de la Néréide (2,40 x 2m) et présente les mêmes bordures. Malheureusement beaucoup plus lacunaire elle illustre le thème rendu célèbre par Sosos de Pergame au IIe s. avant J.-C., le sol non balayé après un repas, ici en bordure d'un *emblema* central pratiquement perdu. On reconnaît dans l'*asarotos oikos* des fruits variés, des arêtes de poissons, un petit chipiron, un *simpulum*.

Sur le côté gauche, correspondant à l'entrée, une guirlande de feuilles de vigne interromp le motif, comme dans l'illustration du même sujet au Musée du Vatican où des masques de théâtre jouent ce rôle (cf. *Vatican, les mosaïques antiques*, p.30-35) datée de l'époque d'Hadrien, et découverte à Rome.

Tirant parti des rares éléments conservés de l'*emblema* central, de 0,64 x 0,53 cm, l'A. suggère d'y voir un sujet classique d'*emblema* : le chat qui attrape un oiseau.

On aurait donc ici, en quelque sorte emboîtés, deux *emblemata* réunis et l'*asarotos oikos* est d'autant plus précieux que sa date autorise à voir en lui une illustration plus proche du modèle hellénistique que l'exemple découvert à Rome, nettement plus tardif, comme le remarque justement l'A.

La maison du sarment de vigne avec nœud, fouillée en 1859 dans le secteur sud-est de la ville, est très mal conservée. On a pu y distinguer quatre phases de la fin du Ier s. avant J.-C. au courant du IVe s.

Par chance, le secteur encore lisible est le grand *triclinium* (12) qui était décoré d'une mosaïque remarquable, le n. 481, la plus ancienne de la maison puisqu'elle est datée par son style de la seconde moitié du Ier s. avant J.-C. Elle donne son nom à la maison : une bande ornée d'un sarment de vigne illusionniste sur fond noir sépare les deux tapis, l'un géométrique (n. 481 b, un réticulé de losanges) ou à insertions (n. 481c), le tout sur fond noir.

Le rendu pictural et tridimensionnel des sarments de vigne de part et d'autre du nœud central, selon une technique de grande finesse, conduit à attribuer l'exécution de cette mosaïque à un atelier de haut niveau venu de l'Égée orientale.

Ce motif végétal n'est pas isolé en Cisalpine ni en Gaule – l'A. cite à titre de comparaison la mosaïque de Luc-en-Diois- mais l'exemple d'Aquilée se distingue par le soin de son exécution. Quant à la signification du sujet, elle est évidente dans un *triclinium* : une invitation aux plaisirs du banquet dionysiaque, avec le vin comme seul motif illustré, mais avec un grand art et sur le mode allusif.

Les mosaïques chrétiennes des basiliques théodorienne (n. 647 et 648) et post théodorienne (n. 659) et du fondo Tullo (n.760) renouent avec la tradition propre aux ateliers d'Aquilée du tapis géométrique mais l'enrichissent d'un répertoire figuré nouveau, reprenant quelquefois les thématiques classiques (les bustes des quatre Saisons par exemple dans le n. 648-E). Le fait que ces mosaïques aient orné le sol d'édifices religieux les ayant protégés des intempéries explique leur remarquable état de conservation.

On dispose donc à Aquilée d'un éventail chronologique de mosaïques allant du Ier s. avant J.-C. au Ve s.

Le catalogue exhaustif est suivi d'une conclusion regroupant les mosaïques en fonction d'un critère chronologique, avec une synthèse générale due à F. Ghedini et M. Novello.

p. 514-517 : les mosaïques datées de la fin de l'époque républicaine à l'époque julio-claudienne (M. Bueno)

L'A. observe que le niveau des sols du Ier s. avant J.-C. est rarement atteint, même lors de fouilles stratigraphiques, et que les sources anciennes ont souvent négligé ce qu'ils considéraient comme des pavements 'pauvres', que l'on a tendance à réhabiliter aujourd'hui¹. L'*opus spicatum* n. 216 du *ma-cellum*, les '*cementizi*' à base de terre cuite n. 55 et 137 datés du IIe au Ier s. avant J.-C. font figure d'exceptions.

Il y a un hiatus entre la date de la *deductio* de la colonie (181 avant J.-C.) et la production de mosaïques en relation avec le développement d'un habitat de résidences de niveau moyen. Si l'on relève 19 exemples de '*cementizi*', il n'existe que cinq exemples d'*opus sectile*, déjà rares et chers. Le plus ancien, de la fin du Ier s. avant J.-C. (n. 317) associe un tapis en mosaïque et un pseudo-*emblema* central en *opus sectile* de cubes en perspective, dans la tradition centro-italique, donnant la preuve de relations privilégiées entre Rome et l'Adriatique.

Les mosaïques les plus anciennes manifestent quant à elles une grande qualité d'exécution, elles attestent le rôle de l'Égée orientale dans cette phase hellénistique que reflètent les mosaïques figurées n. 146, 419, 420, 481 et 762. Elles prouvent la présence d'ateliers étrangers au service de riches commanditaires voulant avoir chez eux des mosaïques illustrant les mêmes sujets que dans la capitale.

p. 519-524 : les mosaïques de l'époque julio-claudienne au milieu du IIIe s. (F. Rinaldi)

L'A. relève la persistance de la polychromie à une époque où s'impose le noir et blanc en Italie et celle du goût hellénistique pour les *pseudo-emblemata*, outre la diversification du répertoire décoratif géométrique.

p. 525-533 : les mosaïques à la fin de l'Antiquité (M. Novello)

On relève à cette époque un accroissement considérable de la production : elle représente 20% du total des mosaïques de la ville. Cette réalité témoigne d'un nouveau poids stratégique, politique et administratif de la ville devenue la capitale de la Vénétie et de l'Histrie. Elle est alors le lieu de résidence du gouverneur et de ses fonctionnaires, et quelque fois de l'Empereur.

¹ Voir sur ce point l'article de M. Grandi et F. Guidobaldi, *Proposta di classificazione dei cementizi e mosaici omogenei ed eterogenei*, AISCOM XI, 2006, p. 31-38 et F. Guidobaldi, M. Grandi, M. St. Pisapia, *Mosaici Antichi in Italia*, Reg. I, Ercolano, Rome 2014, p. 395.

Aux dix exemples d'*opus sectile* - soit la moitié des pavements de ce type dans la ville - s'ajoutent cent vingt mosaïques datées entre le IV^e et le VI^e s. Les ensembles les plus spectaculaires -Grands Thermes, basiliques- témoignent de la grande activité des ateliers de la ville, avec prédominance de la polychromie.

La période constantinienne est marquée par l'enrichissement des trames et des motifs. Les amples surfaces des basiliques conduisent les mosaïstes à opérer des subdivisions en panneaux juxtaposés, sauf dans le n. 459-V, G, H. Signalons

au passage une faute de frappe : p. 528 ligne 8 lire n. 659 et non 459.

On voit apparaître à la fin de l'Antiquité un nouveau répertoire, aussi bien dans les basiliques chrétiennes que dans les thermes et dans certaines *domus* aristocratiques. Dans la basilique chrétienne, le sujet figuré est miniaturisé par rapport à la trame géométrique, à la différence de ce que l'on observe dans les Grands Thermes.

Une synthèse sur les différents motifs géométriques de la basilique post théodoricienne nord permet de montrer le rôle déterminant d'Aquilée dans l'élaboration du répertoire chrétien de la région de la Haute-Adriatique pendant tout le Ve s., jusqu'au moment où elle sera supplantée par Ravenne.

p. 538-545 : Pour une synthèse sur les pavements d'Aquilée (F. Ghedini, M. Novello)

Les A. tentent une prise en compte des 780 pavements connus dont vingt seulement sont sans contexte connu et exposés au Musée. Tous les autres sont *in situ* - donc exposés aux intempéries -, tous types de pavement confondus, et font l'objet d'un classement statistique mettant en évidence la suprématie des mosaïques : 67 % du total. Le choix de petits modules dans les opus *sectile*, caractéristique de la ville, est sans doute dû à des raisons économiques.

Les motifs décoratifs sont tantôt originaux et diffusés hors des frontières de la ville, tantôt venus d'ateliers étrangers, compte tenu de sa situation géographique privilégiée, un port aux portes de l'Afrique, de l'Orient, et de l'Asie mineure.

Le répertoire figuré fait figure d'exception avec 90 exemples dans lesquels le sujet figuré est inséré dans une trame géométrique soit 15 % des mosaïques, mais ce chiffre tombe à 20 exemples, soit 2,5% de la totalité, si l'on tient compte seulement des cas où le sujet figuré se trouve au premier plan. Le décor figuré fait donc figure d'exception dans une ville où le décor géométrique est pratiquement la règle. Aux exemples précoces de la fin de la République et du début de l'Empire (n. 18, 71, 146, 419, 420, 481, 518) succède une raréfaction sous l'Empire (n. 447 *bis*) et un renouveau à la fin de l'Antiquité, sous des formes diverses : au cours du IV^e s. en sujets de remplissage (volatiles, poissons, scènes marines, mer poissonneuse) les Saisons en pied ou en buste, l'autoreprésentation des aristocrates commanditaires des mosaïstes, les *ludi* et les *ventiones*; au cours du Ve s., sous forme de sujets aniconiques : animaux, fruits.

p. 547-552 : dans ce dernier chapitre, F. Ghedini analyse la contribution de la pose des pavements à la connaissance de la maison et de la ville, synthétisant ainsi 10 ans de recherches sur le terrain.

La topographie diachronique mise en œuvre dans la base de données TESS prend la suite d'une série d'études similaires dans le nord de l'Italie (F. Rinaldi) en Toscane (M. Bueno) et à Aquilée même (M. Novello 2009 et M. Verzar-Bass 2003 et L. Bertacchi 2003).

Les 152 espaces définis dans TESS ont permis de relier les mosaïques à la vitalité du centre urbain et à l'évolution des quartiers d'un siècle à l'autre.

Le point culminant de ces mutations est le IV^e s., époque de construction des grands édifices publics entraînant la dilatation du tissu urbain.

Les Ve et VI^e s. marquent au contraire l'époque de l'abandon progressif du tissu urbain, Aquilée ayant perdu sa fonction d'avant-poste pour la défense de l'Empire.

On ne peut donc que féliciter et remercier les A. d'une somme aussi riche et aussi clairement présentée qui fait honneur à la longue lignée de chercheurs qui au fil des années ont manifesté leur passion pour ce patrimoine à la fois inégalé et un peu négligé. Souhaitons que, conformément aux vœux des A., cet ouvrage scientifique pleinement réussi encourage les autorités responsables du patrimoine à le préserver -pour les mosaïques restées *in situ*- dans de meilleures conditions pour sa présentation aux générations futures.

COELHO, Rui Gomes, O Arqueólogo Cordial. A Junta Nacional da Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974), Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2018, 153 pp. [ISBN 978-972-671-486-6].

https://doi.org/10.14195/1647-8657_58_13

“O Arqueólogo Cordial” é um livro sobre o processo de consolidação da prática arqueológica em Portugal. Rui Gomes Coelho privilegiou a análise das dinâmicas de institucionalização, demonstrando o modo como durante o Estado Novo foi, por um lado, retrabalhado um conjunto de condições e orientações que começaram a emergir desde os finais do século XIX; e, por outro lado, lançadas as condições para que a prática arqueológica se desenvolva depois de 1974.

É um estudo sobre a consolidação de uma elite socioprofissional – a que damos o nome de os arqueólogos – e sobre as estratégias institucionais de seleção de pessoas, comportamentos e ideias, que conformam esta elite. Nesta medida, é também um texto que nos interpela a compreender os preconceitos e os preceitos com os quais se fazem os arqueólogos; e nos leva a perguntar quais são, afinal, os limites e as possibilidades de sermos arqueólogos.

Este estudo é apresentado em três capítulos. Os capítulos “Antecedentes em ditadura” e “Arqueologia à mesa da Junta Nacional da Educação” traçam um quadro evolutivo acerca do lugar da arqueologia nos serviços do estado, dando conta da importância da articulação entre a prática arqueológica e as dinâmicas de um estado-nação no processo de institucionalização do saber arqueológico e da sua importância na gestão de um dos recursos do território: o património. O capítulo “Instituições e a economia dos afetos” revisita este quadro evolutivo e as suas dinâmicas de tutela, a partir de uma análise cruzada de vários tipos de documentos que testemunham o tom das relações de diferentes episódios deste processo. Entre os diferentes tons e teores dos episódios, Rui Gomes Coelho, inspirando-se nos trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda (1995) e de José Gil (2005), salienta a cordialidade como estratégia de uma economia de afetos com a qual é orientada a negociação interpessoal e a manutenção da coesão interna da comunidade de arqueólogos. Uma cordialidade, que sendo proveniente dos diferentes cenários em que se movimentam estes atores, permite que as dinâmicas desses cenários participem nas condições epistémicas do saber arqueológico. Acrescente-se que o livro é prefaciado por Manuel Loff, que

convida o leitor a pensar a perspectiva lançada por Rui Gomes Coelho no âmbito da relação mais ampla entre elites socioprofissionais, instituições e fascismos.

Com a estruturação do estudo acima descrita, o autor compõe uma narrativa que joga a duas escalas de análise: a grande história das instituições e as pequenas histórias das práticas em que emergem, se transformam e cristalizam as dinâmicas institucionais.

Nestes dois andamentos, há uma lenda branca – a lenda dos espaços institucionais e dos seus projetos – uma lenda feita de percalços, muitas vezes justificados pela condição de parente pobre da arqueologia num país igualmente pobre. E há também uma lenda negra, onde os percalços são, fundamentalmente, o choque entre os humores (ou os amores) dos arqueólogos e das suas agendas pessoais; uma lenda acerca dos conflitos de vontades e infâmias individuais negociadas sob o signo da necessidade da concórdia e do bem comum. Com estas duas lendas, Rui Gomes Coelho vai nos dando a conhecer uma prática discursiva, a que dá nome o arqueólogo cordial, na qual se atualiza a relação entre a Lei de uma lenda branca e a Norma de uma lenda negra. A Lei da formalidade do campo jurídico e administrativo, que se pretende estabelecer para tutelar institucionalmente a arqueologia. A Norma que aglutina indivíduos, instituições e saberes em torno de uma disciplina de afetos tutelada por personagens e valores considerados maiores.

É entre esta Lei e esta Norma que é questionada a possibilidade de se ser arqueólogo. E de se ser arqueólogo numa teia que cruza: processos de burocratização associados à regulação da prática arqueológica por parte do Estado; e dinâmicas de seleção de atores e de programas que dão corpo, interesses e conferem uma orientação a esses processos. Esta teia cruza também esquemas de reconhecimento de mérito pessoal, aferidos no quadro de uma disciplina científica suportada por uma elite socioeconómica que se revê nesta disciplina; esquemas estes que legitimam as dinâmicas de seleção de atores e programas (ou as esferas de inclusão e exclusão que daí resultam) e uma topografia de relações que define a prática arqueológica. Por último, esta é também uma teia onde são amortizadas as paixões de todos estes atores; são amortizadas num diagrama de afetos (num poder dos afetos – num poder de afetar) em forma de cordialidade.

Focando-se nesta teia, é demonstrado o modo como a cordialidade permitiu ativar e atualizar diferentes tipos de racionalidade. Primeiro, a racionalidade disciplinar, que visa controlar internamente as práticas e consolidar a relevância científica e social da arqueologia; uma relevância que se formaliza na reunião dos arqueólogos em torno de uma mesa, da Junta Nacional de Educação, uma mesa para ordenar e regular a prática arqueológica. Depois, a racionalidade dos afetos que, nas suas insinuações e concretizações, vai redistribuindo os lugares a esta mesa e consignando – numa dinâmica corporativista – diferentes poderes que se encontravam dispersos. E, por último, a cordialidade como um diagrama para orientar a racionalidade institucional, ou para orientar uma eficácia administrativa cujo propósito é emancipar/regular os arqueólogos.

Esta cordialidade em que se forjam os arqueólogos é uma prática discursiva em íntima relação com as estruturas do Estado e com o contexto histórico em que se forma. Sendo também esta cordialidade que, naturalizando-se na prática científica e social dos arqueólogos, permite que a elite resista às mudanças políticas e se atualize face a novos desafios. Com esta cordialidade são lançadas as condições para a emergência de uma arqueologia administrativa que, fidelizada numa ideia de bem comum centrada no património, estaria, aparentemente, imune aos interesses dos regimes políticos.

Uma cordialidade cuja eficácia (do ponto de vista do governo que permite fazer) advém, também, da sua associação a um modelo patriarcal de ordenação das relações entre os indivíduos e as suas vontades. Uma cordialidade que permite ultrapassar os inconvenientes e desconfortos da impessoalidade das dinâmicas administrativas através de um ritual de reconhecimento e homenagem. Neste ritual de homenagem vai sendo institucionalizado um modelo patriarcal, no qual as figuras tutelares permitem atualizar redes de clientela e de contrapoderes, fortalecendo este modo de governar, controlar e consolidar a elite socioprofissional a que correspondem os arqueólogos. Uma elite que se forja na senda da salvaguarda do património e das memórias materiais de um passado comum; e uma elite que usa da sua autoridade no estudo deste património para se afirmar face a outras elites e, assim, se salvar enquanto elite.

A propósito das espirais de inclusão e exclusão em que se forma esta elite, convém lembrar o que nos diz Michael Shanks (2012) no seu livro *The archaeological imagination*. Nesta obra, a arqueologia é revisitada do ponto de vista de uma genealogia acerca da experiência dos vestígios do passado. Com esta perspetiva, Shanks demonstra como a ciência arqueológica é, fundamentalmente, o produto de uma imaginação que se configura entre as noções de presença, de voz, de terra, de propriedade, de identidade e sentimento de pertença de um conjunto de antiquários europeus dos séculos XVIII e XIX (ibid.: 148-149). Ou seja, entre as condições para a emergência da arqueologia, há uma elite socioeconómica de um determinado contexto geopolítico que apresenta um gosto pela experiência dos vestígios do passado. Neste sentido, a arqueologia é um produto do horizonte de imaginação desta elite e entrecruza-se com outras representações e projetos socioculturais desta mesma elite. Um horizonte de imaginação no qual o passado, ou a diferença do passado, é governada no sentido de legitimar a ordem, as derivações e os governos dessa mesma elite.

Demonstrando a ligação da arqueologia enquanto ciência ao horizonte de imaginação de uma elite, Shanks chama a atenção para os contornos da sensibilidade arqueológica; uma sensibilidade arqueológica que se forja num processo de disciplinarização, institucionalização e profissionalização do gosto pelos vestígios do passado. Uma sensibilidade arqueológica que permitiu que este gosto, muitas das vezes desenvolvido no espaço íntimo dos gabinetes dos antiquários e em reuniões igualmente íntimas de vários senhores curiosos

pela diferença e pelo segredo dos objetos, se fosse consolidando enquanto prática social e chegasse, durante século XX, enquanto uma possibilidade de carreira profissional no horizonte das expectativas socioeconómicas de diferentes agentes. Esta sensibilidade arqueológica (forjada do quadro de uma sensibilidade branca e masculina, dada à ritualidade do toque, à troca cortês de objetos de mão em mão e à confiança do seu segredo) precisava necessariamente de uma economia de afetos para se desenvolver, encontrando na cordialidade (patriarcal e clientelar), a dinâmica necessária para continuar esta esfera de intimidade que a viu nascer; uma cordialidade que permite confundir espaços públicos e privados, procedimentos pessoais e impessoais, estratégias comuns e agendas individuais que conformam os serviços e a sensibilidade administrativa que regula a arqueologia.

Uma sensibilidade administrativa que se desenvolve nos serviços do estado, nas universidades, nas associações e nas empresas privadas, e com a qual nos temos de relacionar para sermos arqueólogos. Uma sensibilidade que nos leva a fazer amigos, como nos diz Rui Gomes Coelho logo no início do livro. Foi para compreender a amplitude desta expressão, que lhe foi dita por um professor, que escreveu este livro. A expressão fazer amigos levou-o a prestar atenção à cordialidade como prática discursiva e o modo como o arqueólogo cordial animou o processo de consolidação da arqueologia em Portugal. Mas a expressão fazer amigos, com a sua natureza precisa e difusa, racional e afetiva, usando as palavras de Rui Gomes Coelho (p. 21), apresenta uma ambiguidade e uma potência a descobrir. A amizade pressupõe estruturas de relacionamento horizontais que se opõem à verticalidade das estruturas de um poder de modelo patriarcal; a amizade com a sua informalidade é uma alternativa à oposição entre a impessoalidade burocrática e o rosto benevolente de um patriarca; ser amigo é aceitar responsabilidades, não é um serviço administrativo nem é um tipo de fidelização; fazer amigos é uma aventura... porque a amizade acontece, não se prevê. Com esta sua dimensão aleatória, a amizade é uma forma de resistência na máquina de fazer arqueólogos. Cuidar desta amizade é uma prática necessária para multiplicar as possibilidades de ser-se arqueólogo e de transformar a prática arqueológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GIL, José. 2005 [2004]. *Portugal, Hoje: O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio D'Água.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1995 [1936]. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
SHANKS, Michael 2012. *The archaeological imagination*. New York: Routledge.

Sérgio Gomes
CEAACP – UC

Bolseiro de pós-doutoramento FCT (SFRH/BPD/100203/2014)

ÍNDICE GERAL

ANDRÉ TOMÁS SANTOS, LUÍS LUÍS, THIERRY AUBRY <i>Arte da Sombra: A Rocha 7 da Faia (Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Portugal), um exemplo de arte paleolítica sob abrigo no Vale do Côa</i>	5
ALONSO RODRÍGUEZ DÍAZ, MANUEL PÉREZ GUTIÉRREZ, DAVID M. DUQUE ESPINO “Estrechando el Círculo” de la Fornacis de Ptolomeo: <i>el Oppidum de Hornachuelos (Ribera del Fresno, Badajoz)</i>	47
ELISA DE SOUSA, LÍDIA FERNANDES <i>A Cerâmica de tipo Kuass das escavações do Teatro Romano de Lisboa</i>	101
CARLOS PEREIRA, ANA MARGARIDA ARRUDA, SALOMÉ RIBEIRO <i>A Cerâmica Caulinitica de Monte Molião (Lagos, Portugal)</i>	127
LÍDIA FERNANDES, MÁRIO CACHÃO, ISABEL FERNANDES, NUNO PIMENTEL, MARIA DOS ANJOS RIBEIRO <i>Elementos Arquitectónicos do Teatro Romano de Lisboa / Olisipo: Sobre o emprego de estuque e da pedra</i>	149
JUAN FRANCISCO RODRÍGUEZ NEILA “Corduba, el Mons Marianus y el Conventus Cordubensis”	193
DIEGO ROMERO VERA <i>Caracterizando a la Ciudad Hispanorromana de Época Antonina: Muralla, Viario y Red de Saneamiento</i>	233
VASCO GIL MANTAS <i>Da Capital da Lusitânia a Bracara Augusta pela Serra da Estrela</i>	255
ENRIQUE PAREDES MARTÍN <i>Latinidad, Onomástica e Integración Jurídica en el Interior de Lusitania: Acerca de una inscripción procedente de Teixoso (Castelo Branco, Portugal): HepOL 26069</i>	301

SABINE ARMANI <i>Protéger la Veuve et L'Orphelin : Un nouveau cas de relation avunculaire (AE, 2013, 868)</i>	331
GONÇALO DE CARVALHO AMARO <i>Museus, objetos arqueológicos e comunidades indígenas: ainda há uma luz ao fundo do túnel</i>	367
<i>Recensões bibliográficas</i>	397
J. LANCHA F. GHEDINI, M. BUENO, M. NOVELLO, F. RINALDI, <i>I pavimenti romani di Aquileia</i>	397
SÉRGIO GOMES COELHO, RUI GOMES, <i>O Arqueólogo Cordial</i>	407

NORMAS DE REDAÇÃO

1. O texto em formato *word* deve ser enviado via *email*, não se aceitando artigos em formato *pdf*.
2. A *Conimbriga* publica originais em português, castelhano, inglês, francês e italiano.
3. Deverão ser tidas em consideração as normas ortográficas e gramaticais vigentes em cada língua, nomeadamente no que concerne: ao emprego de maiúsculas; existência de um espaço após qualquer sinal de pontuação; ao início do parágrafo recolhido, sem deixar espaço interlinear duplo em relação ao parágrafo anterior; ao uso do itálico para as palavras escritas em língua diversa da do texto.
4. O texto propriamente dito deve ser precedido por uma página de rosto com o nome do autor, filiação institucional, *email*, título do artigo, resumo (máximo dez linhas) e palavras-chave (entre três e cinco) no idioma do texto e em inglês (ou em português e inglês quando estes não são os idiomas do texto).
5. Generaliza-se a tendência, que se preconiza, de limitar o número de notas infra-paginais. Caso, porém, se tornem indispensáveis, use-se numeração contínua, apondo o número da nota em *superscript*, deixando um espaço a seguir à palavra a que diz respeito.
6. Preconiza-se a apresentação, no final do texto, da bibliografia citada, por ordem alfabética dos apelidos (em maiúsculas) dos autores e, em cada autor, por ordem cronológica dos seus trabalhos. Se houver dois textos dum autor com a mesma data, a distinção, se necessária, far-se-á pela aposição de uma letra minúscula (1984, 1984a, 1984b...).
7. Recorde-se que todos os autores devem ser citados pelo último apelido (José Leite de Vasconcelos em VASCONCELOS) e que só os autores espanhóis se arrolam pelo penúltimo (ex.: BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María).
8. Os títulos de obras e os nomes de revistas figurarão em itálico; o volume, em numeração árabe seguido do ano de edição e das páginas correspondentes, sem vírgulas: *Conimbriga* 36 1997 15-22.
9. As revistas podem ser identificadas pelas siglas consignadas no *Année Philologique*. Por isso, sempre que se revelar útil, poderá a bibliografia ser

precedida de uma tábua de abreviaturas. O local de edição (prescindível no caso das revistas) deve ser traduzido (se possível) na língua em que o artigo vier redigido. Dum modo geral, não se vê interesse em indicar também a identificação da editora.

10. As obras gerais vêm enumeradas pelo apelido do seu editor ou coordenador.
11. Reconhece-se, ainda, a vantagem de indicar por extenso — e não em sigla — o primeiro nome do autor, para maior facilidade da sua identificação.
12. Sugere-se que à citação feita no corpo do texto seja apostro entre parêntesis apenas o apelido do autor, a data do texto em apreço e a(s) página(s) respeitante(s) (se for caso disso).
13. As ilustrações, enviadas em formato *jpg* ou *tiff*, com definição nunca inferior a 400 dpi, figurarão no final do texto, identificadas como Est(ampa) I, II..., ou FIG(ura) 1, 2..., com as seguintes dimensões possíveis: 11 x 7,5 ou 11 x 17 ou 17 x 24. Os elementos de cada estampa distinguem-se por numeração árabe. As fotografias serão também identificadas por numeração árabe (Foto 1, 2, 3 ...). A dimensão ideal para as fotos a publicar é de 11 x 7,5 ou 11 x 17, obedecendo à mancha da publicação.
14. Ainda que eventualmente referenciada no interior do texto, a aposição duma legenda tornará o conteúdo da estampa mais compreensível.
15. O formato da revista é de 17 x 24, sendo a mancha útil de 11 x 17. Quando não puderem ser impressas em tamanho natural, as ilustrações são habitualmente reduzidas. A presença de uma escala gráfica é, por isso, indispensável, assim como a indicação do N(orte) em plantas e fotografias.
16. A *Conimbriga* publica imagens a preto e branco ou em escala de cinzas.
17. O Conselho de Redação poderá solicitar a redução do número de estampas.
18. Parte-se do princípio de que o Autor reviu cuidadosamente o que escreveu. À Redação competirá verificar apenas se a formatação foi feita corretamente.
19. A revisão das primeiras provas é da responsabilidade do Autor, que terá um prazo de dez dias úteis para o fazer.
20. Apenas se aceitam correções de gralhas tipográficas. Só em circunstâncias verdadeiramente excepcionais se poderão introduzir alterações significativas.
21. A colaboração não é remunerada. A Direção compromete-se a entregar, como contrapartida, um exemplar impresso da revista e *pdf* do artigo.
22. A Direção reserva-se o direito de recusar a publicação de trabalhos ou por falta de qualidade científica do texto ou por falta de qualidade das ilustrações, justificando-o sempre, e excetuando os casos de direito de resposta previstos na Lei de Imprensa.
23. Todos os artigos serão submetidos à avaliação por pares (*peer review*).
24. Não serão aceites artigos que não cumpram as presentes Normas.

(Página deixada propositadamente em branco)



REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

